

**Alexandre Samis**

# Civelândia

**Anarquismo, Sindicalismo  
e Repressão Política no Brasil**

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

314

SENADO FEDERAL



## Clevelândia

Revela-se excelente a iniciativa do Senado Federal de reeditar o livro de Alexandre Samis *Clevelândia*, que, faz tempo, já deveria ter tido nova edição. Fruto de extensa e erudita pesquisa, *Clevelândia* não se limita a contar a história da colônia penal no Oiapoque, Amapá (nos limites com a Guiana Francesa), para onde foram enviados os operários que se opunham ao governo. Dos que para lá foram enviados, pelo menos a metade não sobreviveu. Foram vítimas da perseguição política desencadeada no governo Artur Bernardes (1922-1926), depois dos levantes tenentistas. Para contar este trágico episódio de nossa história — que infelizmente não foi o único —, ancorado em firme base teórica, Alexandre Samis detalha o ambiente político da Primeira República, em especial as lutas do movimento operário e a repressão brutal que se abatia sobre os trabalhadores e suas vulneráveis organizações. Fala principalmente dos anarquistas, à época a vanguarda das lutas operárias, mas também de comunistas e qualquer trabalhador que se opusesse ao governo. Mas não só. Muitos mendigos e jovens desempregados foram raptados e enviados para trabalhos forçados no Oiapoque. Samis destaca, na concretização do tenebroso plano, as perspectivas higienistas da época e o papel da Quarta Delegacia de Polícia. A colônia já fora idealizada Pelo ministro da Agricultura, Simões Lopes, no início da

década de 20, prevendo deportações para ela a fim de “evitar motins”, quer dizer, qualquer greve ou movimento de reivindicação de melhoria de vida dos trabalhadores. Na primeira leva para a inóspita colônia foram enviados, em 1924, 250 “presos perigosos”, e ao todo 419 pessoas. A maioria dos presos não tinha culpa formada e os outros eram pobres que serviriam de mão de obra “agrícola” ao mesmo tempo que se livrava a cidade dos “mendigos”. Numa segunda leva, foram enviados cerca de 200 militares subalternos, que haviam participado (ou não) dos levantes tenentistas no Amazonas e no Pará. Mais tarde seguiram ainda 408 pessoas de Paranaguá. É uma triste história, que faz parte da permanente repressão aos trabalhadores brasileiros. O livro reproduz expressivas fotos e relatos, além de preciosos anexos, e podemos dizer que é uma pesquisa inédita. Como conclui o autor, numa síntese perfeita, a “Clevelândia, em que pesem as suas características particulares e originais, exaustivamente tratadas no texto, deve ser observada como um acontecimento a ser adicionado ao longo estatuto de exclusão no Brasil. O episódio do Oiapoque inscreve-se, dessa forma, no elenco das mais ‘genuínas’ permanências de arbítrios do Estado oligárquico brasileiro da Primeira República” (p. 318). É um livro inédito, imprescindível e atual.

Marly Vianna  
Historiadora



**Clevelândia**

# SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

## CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de  
Miranda

Alexandre Samis

# Clevelândia

anarquismo, sindicalismo e  
repressão política no Brasil

3ª edição

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL  
VOL. 314

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Gonçalves, Cristiano Ferreira, Laércio Franzon, Marco Aurélio Couto e Mariana Sanmartin.

Capa: Cida Martins

Projeto gráfico e diagramação: Sheila Veras

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

[cedit@senado.leg.br](mailto:cedit@senado.leg.br)

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

---

Samis, Alexandre.

Clevelândia : anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil / Alexandre Samis. — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, 2024.

480 p. : il., fots. p&b — (Edições do Senado Federal ; v. 314)

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-488-7

1. Anarquismo, Brasil. 2. Colônia penal, Brasil. 3. Repressão política, Brasil, 1924-1926. 4. Clevelândia do Norte (AP), história.

I. Título. II. Série.

CDD 335.830981

---



# SUMÁRIO

- 6 - ARQUIVOS & BIBLIOTECAS
- 7 - PREFÁCIO
- 11 - PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO
- 17 - PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO
- 29 - INTRODUÇÃO
- 53 - CAPÍTULO 1  
**A IDEIA DE ANARQUISMO NO BRASIL**
- 98 - CAPÍTULO 2  
**OPERÁRIOS, REPRESSÃO E POLÍCIA NOS ANOS 20**
- 194 - CAPÍTULO 3  
**O ESTADO E A DISTOPIA DA ORDEM**
- 342 - CAPÍTULO 4  
**BOLCHEVISMO E ANARQUISMO**
- 439 - ANEXOS
- 465 - BIBLIOGRAFIA

# ARQUIVOS & BIBLIOTECAS

Arquivo Arthur Bernardes (**AAB**)

Arquivo Público Mineiro (**APM**)

Arquivo Histórico do Município de Itamarati (**AHI**)

Arquivo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (**ACELIP**)

International Institute of Social History - Amsterdã (**IISH**)

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Espólio Pinto  
Quartim (**EPQ**)

Biblioteca Nacional (**BN**)

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (**IHGB**)

Biblioteca Nacional de Portugal (**BNP**)

Biblioteca da Voz do Operário - Lisboa (**BVO**)

Biblioteca Fundação Casa de Rui Barbosa (**BFCRB**)

Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**BIBGE**)

Biblioteca da Academia de Polícia do Rio de Janeiro (**BAP**)

## PREFÁCIO

O presidente Arthur Bernardes foi eleito para liderar a República em 1922, em meio a um processo altamente polarizado, que causou fissuras permanentes no arranjo da outrora bem-sucedida Política dos Governadores, com acentuada oposição de estados relevantes como Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Receava-se, acertadamente, que suas políticas centralizadoras solapassem a destacada autonomia dos governos subnacionais.

Como era de se esperar, as seguidas contestações ao governo Bernardes se iniciariam antes mesmo de sua posse, com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, que funcionaria como uma certidão de batismo do ambivalente movimento tenentista. Suas fraturas evidentes sinalizavam a derrocada da Política do Café com Leite, mas, como em toda transição hegemônica, tal qual aponta Gramsci em famosa passagem de seu célebre “Cadernos do Cárcere”, no intervalo entre o velho que está morrendo e o novo que não pode nascer, uma grande variedade de sintomas mórbidos se desdobra. O governo Bernardes é precisamente sobre essa variedade de sintomas infames.

O Brasil Republicano, antes rural e estamental, tornava-se crescentemente urbano, complexificando-se socialmente com velocidade a reboque de sua incipiente industrialização. Os arranjos simplórios das elites oligárquicas já pareciam algo caduco e não comportavam a emergência de uma nova classe trabalhadora, livre e alentada por novas e “subversivas” ideias que chacoalharam a Europa meio século antes, como o anarquismo, o sindicalismo e o marxismo. As camadas burguesas, com seu reformismo conservador, igualmente sinalizavam pontos de difícil conciliação com o *establishment* oligárquico.

Em meio a esse terreno movediço, o estado de sítio tornou-se o expediente assecuratório por excelência dessa espécie de governabilidade marcial que marcaria a gestão Bernardes. Seu governo, ao que parece,

só parou de pé por seus baixos escrúpulos no emprego dos dispositivos de repressão. Os sintomas mórbidos dessa derrocada só se estabilizariam anos depois, com a ruptura de 1930, sob a liderança de Vargas, a conduto de seu empreendimento nacionalista e tecnoautoritário subsequente: o Estado Novo.

Nesse cenário nacional tumultuado, a remota Colônia de Clevelândia é convenientemente convertida num assustador dispositivo de biopolítica, a serviço do autoritarismo estatal. E é esse intrigante e pouco explorado capítulo da História do Brasil e do Amapá que será magistralmente reconstituído pelo professor Samis, nesta fascinante obra.

Como historiador e cidadão amapaense, ousou recordar ao leitor que, dois séculos antes, a região fronteira do Oiapoque fora palco de persistentes disputas, a reboque do Contestado Franco-Brasileiro. A chamada “Questão do Amapá” originou-se no Tratado de Utrecht, assinado em 1713, e as discordâncias sobre as fronteiras entre a Guiana Francesa e o Brasil perduraram nos dois séculos seguintes. Em 1895, a situação, antes dormitante, escalaria para uma intrusão militar francesa no território amapaense, desencadeando uma complexa escaramuça diplomática, posteriormente submetida à arbitragem internacional.

O impasse foi diligentemente equacionado pelo célebre barão do Rio Branco, com a assinatura de um protocolo, em 1897, que definiria os limites fronteiriços vigentes. Em 1900, a Suíça, por meio do Laudo Arbitral de Berna, emitiria a decisão final, valendo-se de fronteiras geográficas como critério dominial, ao estabelecer o Rio Oiapoque como definidor do traçado fronteiro. Essa resolução encerraria o conflito entre as nações disputantes, mas a ocupação definitiva do território só viria cerca de duas décadas depois, com a instituição, na localidade, da Colônia Agrícola de Clevelândia.

O Centro Agrícola de Clevelândia, fundado em 1922, foi inspirado em um modelo de ocupação predatório já exaustivamente testado pelo Estado até então, na promoção da ocupação dos vazios demográficos do vasto território nacional. Sob Bernardes, no entanto, a incipiente colônia agrícola seria convertida em um brutal campo de concentração, conhecido como o “Inferno Verde”. O local chegou a ser mencionado por Monteiro Lobato, em “Mr. Slang e o Brasil”, como uma metáfora alusiva a uma espécie de *gulag* tropical, altamente temido pela intelectualidade mais crítica da época.

Bernardes estabeleceria ali um brutal mecanismo biopolítico, destinado a confinar e neutralizar centenas de prisioneiros políticos, re-

crutados especialmente entre tenentes rebeldes, operários, sindicalistas e anarquistas, para além da população carcerária comum de “ladrões, loucos e vadios”. A maioria desses detentos sucumbiria em condições deploráveis, particularmente agravadas pelo desafiador clima amazônico, enfrentando doenças tropicais como malária, beribéri, disenteria e desidratação. Entre os sobreviventes, parte considerável ainda seria afetada permanentemente por sequelas significativas.

Clevelândia, quase apagada da História não fosse o esforço fundamental de intelectuais como Samis, poderia povoar a memória nacional como um sinônimo da opressão estatal e da institucionalização da conhecida necropolítica que permeia a formação do Estado brasileiro, infelizmente recalcitrante até os dias de hoje. Um símbolo antes de tudo da repressão cruel aos justos anseios da classe trabalhadora, sufocada de modo inclemente, Clevelândia corporifica um episódio trágico na acidentada história republicana do Brasil que não merece ser esquecido.

Caracterizado pela vulgarização do estado de sítio, o mandato de Bernardes converteria a sua polícia política num tribunal capaz de impor penas terríveis, radicalizando a lógica de repressão autoritária que já marcava a República Velha desde a sua gênese. Esta obra valiosa volta-se precisamente a esse pouco conhecido e extraordinário fragmento da nossa História: a conversão de Clevelândia num campo de degredados, para onde foram enviados centenas de prisioneiros, incluindo rebeldes, anarquistas e operários, numa resposta autoritária brutal de uma República apodrecida.

Samis reabilita essa narrativa intrigante, que, apesar de ter permeado o imaginário libertário dos anos 20 do século passado, foi gradualmente obscurecida pela tendência narcísica de apagamento que tanto atormenta a nossa consciência coletiva. O Brasil reluta em se democratizar e, mesmo nos breves intervalos de pujança liberalizante que experimenta, não hesita em abandonar sua memória traumática, como um aceno conciliatório que, na verdade, traduz uma incapacidade persistente de lidar com suas contradições. O trauma recusado, no entanto, insistentemente retorna à cena, percebido como sintoma de um mal-estar que não cessa.

A obra do professor Samis, nesse sentido, é alentadora, por sua contribuição valiosa à História e à memória, sem jamais descuidar do rigor metodológico próprio do ofício do historiador. Embora Bernardes, nas décadas seguintes, tenha sido lembrado por sua defesa dos “interesses

nacionais”, a História pesará permanentemente em seu desfavor como um libelo acusatório da crueldade e anacronismo das elites da República Velha, que, repaginadas, ainda seguem vivíssimas entre nós.

Esta obra se destaca ao explorar o episódio de Clevelândia como uma janela de oportunidade e grade de leitura para uma análise profunda e abrangente sobre a história social e política da República Velha, proporcionando ao leitor uma narrativa vívida de nossa trajetória histórica. É certo que o testamento sombrio de Clevelândia ainda paira sobre nós como um fantasma ou uma equação insolúvel, que anteciparia formas mais sofisticadas de repressão e controle social, implementadas nas décadas seguintes. No entanto, sua tragédia também nos inspira ao enfatizar o papel crucial dos trabalhadores como agentes fundamentais na transformação da sociedade, na luta por justiça social.

Passado um século, o município do Oiapoque, apesar dos desafios, brilha com potencialidades únicas, revelando uma comunidade resiliente, pujante e diversa. Afetada pelas dificuldades da violência fronteiriça e pelos desafios de integração nacional, a população amapaense, que no Contestado Franco-Brasileiro lutou para ser parte deste país, sempre guiada pela força da coletividade, segue a sonhar e a trabalhar por um futuro em que, sem descuidar de seus traumas históricos, os obstáculos do passado possam ser impulsionadores do desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo.

Encerro recomendando, com entusiasmo, ao leitor o desbravamento desta obra singular sobre o antes “Inferno Verde”, hoje convertido numa cidade vibrante e promissora, que certamente há de merecer lugar de destaque na biblioteca essencial da História Nacional.

Macapá, 31 de janeiro de 2024.

Senador Randolfe Rodrigues  
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

## PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

O governo Arthur Bernardes, a despeito das paixões que tem provocado, ainda nos parece insuficientemente estudado, talvez como resultado de uma rejeição quase geral daqueles que se devotaram a investigar a República Velha. Tratado como “calamitoso” pela imprensa, logo encerrado o período presidencial, sempre lembrado pelo mandato transcorrido em permanente estado de sítio, parece que a historiografia preferiu julgar a Presidência Bernardes conforme a visão de seus mais exaltados inimigos.

Seja, por exemplo, o que disse dela Maurício Lacerda: “... tenho o propósito de contribuir para tornar execrada da consciência aos meus contemporâneos, menos a memória de um governo, do que a fórmula maldita de que o mesmo se serviu, durante todo o período de seu mandato, para oprimir pessoas e direitos, com uma fúria verdadeiramente canibalesca”. De fato, a maior parte dos brasileiros que vivia sob o tácio do governo Bernardes tinha a sensação de que o estado de sítio já parecia durar séculos sem conta. Sob a supervisão do “sinistro” general Fontoura, a polícia política se converteu em tribunal capaz de infligir penas terríveis, culminando com a internação de um grande número de inimigos políticos no virtual campo de concentração do “inferno verde”, em Clevelândia, no Amapá. Entretanto, como ressalta Alexandre Samis, Bernardes não inaugurou nenhum método novo, sendo, em grande parte, continuador de uma prática, que se pode dizer duradoura, de opressão, com picos de maior ou menor brutalidade, usual na República Velha, mormente contra o povo trabalhador e os resistentes em particular.

Em verdade, por toda a República Velha a violência e a repressão, precedidas de estreita vigilância, foram continuadas. Da Proclamação da República ao início do Governo Afonso Pena organizou-se o Corpo de Agentes do Distrito Federal, instituição que serviu de modelo

às instituições policiais das diversas unidades da federação. Ele serviu muito bem à violência e cooptação de lideranças populares por Floriano Peixoto, como foi útil também à supressão das poucas vozes que se levantaram contra o massacre de Canudos, no tempo de Prudente de Moraes. As mais legítimas aspirações sociais eram enfrentadas com violência extrema pelos governos e seus aliados, os setores mais conservadores da classe proprietária. E assim aconteceu durante as ondas de greves sustentadas pelos anarquistas e pelas organizações resistentes. No campo, na prática, o Estado vigente delegava aos latifundiários a manutenção da ordem que lhes convinha, exceto nas situações que lhe escapavam ao controle, como em Canudos ou, posteriormente, no Contestado.

Mesmo que tenha sido assim quase sempre, algumas conquistas dos trabalhadores ocorreram, por força dos resistentes, sendo mais tarde incorporadas à legislação trabalhista dos anos Vargas. Mas as parcas conquistas se faziam pelo enfrentamento extremo em meio a perseguições de toda sorte. Hermes da Fonseca marcou um momento de hesitação quanto aos métodos de controle, ao tentar cooptar o movimento de organização dos trabalhadores no congresso que acabou conhecido por “pelego”. Pouco depois mostrou a verdadeira face de seu governo na repressão à insurreição popular no episódio conhecido como Guerra do Contestado.

Durante o governo de Epitácio Pessoa, depois da Grande Guerra e da Revolução Bolchevista, e tendo surgido no Brasil o Partido Comunista, a repressão se acentuou, ainda mais porque o descontentamento popular recebeu, em parte, o caudal das reivindicações da classe média emergente, sobretudo na forma insurrecional da jovem oficialidade do Exército. Em meio ao que parecia ser o surgimento de uma comoção social, a repressão se aprofundou e expandiu, não obstante assaz insegura diante da inquietação dos quartéis. Bernardes recebeu de herança esse quadro que lhe legou Epitácio Pessoa.

Tendo tomado posse em meio aos protestos da jovem oficialidade, questionada a legitimidade do processo eleitoral vigente, o novo presidente governou como sabiam governar os mandatários de seu tempo. Mesmo adiante, estando já às portas de um novo tempo em que, ainda que de maneira limitada, as massas seriam reconhecidas em seu “direito à História”, o último governo da República Velha, o de Washington Luís, ainda teimava em considerar as reivindicações sociais como um problema de repressão. Bernardes, o penúltimo, entendeu que o Estado



em crise só poderia oferecer ao país seu modelo de ordem. E o resultado foi o terrível regime de exceção, tendo sido Clevelândia a joia dessa coroa.

O episódio de Clevelândia, tão forte no imaginário libertário dos anos 20, foi, aos poucos, esvanecendo quase até ao esquecimento. Novos lances de uma história célere serviram de pátina para ocultar sua memória, não fosse também contribuir para isso a emergência de uma nova forma de organização política popular, por sua vez nada mais eficiente que o movimento anarquista, mas que muito contribuiu para apagar os feitos e o sofrimento da resistência do passado. Clevelândia passou a ser uma citação, um rodapé, uma lembrança mal divisada, mesmo nos melhores trabalhos que se escreveram sobre a história social. Assim, devemos saudar esse livro de Alexandre Samis como um verdadeiro achado, em matéria original em essência, e também um verdadeiro “resgate”, para usar um conceito muito batido. Mas o livro proporciona muito mais ao leitor.

O livro é adaptação de uma alentada dissertação de mestrado de mais de 400 páginas, que o autor apresentou ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2000. Tratava-se então de uma dissertação muito diversa das usuais, com uma extensa pesquisa de fontes primárias, muitas das quais inéditas, coletadas em vinte arquivos e bibliotecas do país e do estrangeiro. Redigida meticulosamente, sem a pressa que ora exigem as agências reguladoras dos programas de pós-graduação, mas defendida rigorosamente no prazo de três anos que então vigia, agora encurtado, a dissertação pôde resultar nessa obra tão útil.

Não quis, entretanto, o autor, creio que em decorrência de sua vocação de professor, oferecer ao leitor tão-somente um estudo do episódio pungente de Clevelândia, vindo também trazer à luz um painel vívido da história social e intelectual brasileira na República Velha. Nem quis ocultar ou sacrificar sua convicção anarquista pessoal em favor de uma ordenação expositiva que, talvez, poderia ter sido a mais recomendável, em estrito sentido acadêmico.

Tendo localizado sua problemática de modo conveniente na historiografia disponível, o autor se esmera, em seguida, em colocar em questão a participação do movimento anarquista entre as diversas correntes de pensamento e ação da resistência brasileira. Depois constitui o indispensável quadro do sistema repressor, mostrando por dentro os aparelhos do Estado e sua mentalidade e condicionamentos, a situação

e uma justiça dependente, ilustrando com casos candentes de repressão, mostrando com clareza e ênfase como se alinhavam a vocação repressora do Estado com os grandes interesses dos estratos mandatários.

No terceiro capítulo vemos mais de perto a ação violenta do Estado, seja em acontecimentos que a história guardou, como a Revolta da Chibata e a grande deportação de Clevelândia, seja nos esquecidos episódios pessoais, no cotidiano dos sofrimentos e privações, e esses também indispensáveis à reconstituição da humanidade perdida ou lesada, nestes capítulos da memória social brasileira.

Por fim, quase como um apenso, o autor ainda oferece ao leitor uma discussão interessante sob os fados do anarquismo em declínio de influência e do “bolchevismo” em ascensão, momento em que aproveita também para refletir sobre o relativo esmaecimento do papel histórico relevante que teve o anarquismo na defesa dos interesses mais elementares dos trabalhadores oprimidos.

Sendo equilibrados e judiciosos os conceitos que o autor emite, o resultado do conteúdo da obra já se poderia ter como suficiente ao leitor. Mas Alexandre Samis ainda o brinda com a revelação de numerosas fontes, em muitos casos de primeira mão, em sua rica anotação, nada ocultando, e revelando para os estudiosos posteriores muitas pontas de um novelo que bem se poderão enovelar.

Também o livro ajuda a compreender o período turvo dos exílios para o Acre, para Fernando de Noronha, para Clevelândia do Amapá. Contribui para entender melhor o tempo das condenações sem sentença, dos prisioneiros itinerantes em barcos sem destino certo, das mortes sem necessidade de relatório, tudo isso acervo de uma cultura repressora e controladora que, daqueles governos, resultou numa triste herança, muitas vezes aproveitada, pelas “repúblicas” posteriores. Mas algo igual ao campo de Clevelândia, de Arthur Bernardes, não mais se repetiu.

Arthur Bernardes, entre tantas violências cometidas em seu governo, ficou marcado pelo episódio de Clevelândia, mais que outros, e que não foram poucos. Em 1927, ao desembarcar no Rio de Janeiro para assumir o mandato de senador, o ex-presidente foi agredido por uma multidão que lhe atirava todo tipo de objetos. Um grupo de estudantes o recebeu com o coro: “Presidente Clevelândia”. Era como a memória popular sobre o governo recém-concluído começava a se constituir.

Bernardes também teve seu momento de derrota política. Tendo se envolvido na “Revolução” de 1932, o ex-presidente foi destituído de seu mandato, ficou confinado em uma fortaleza militar e, em seguida,

partiu para o exílio em Portugal, tendo sido o embarque marcado pela violência. Tentativas de agressão fizeram com que Bernardes e sua família subissem apressadamente para o navio. Parentes e correligionários que se encontravam no cais do porto para as despedidas foram colhidos em meio de um tiroteio, que acabou por vitimar o filho mais velho de Bernardes, Arthur Filho, ferido à bala duas vezes. Em todo o episódio ecoou o coro de “Presidente Clevelândia”.

Retornando do exílio em Portugal dois anos depois, Bernardes elegeu-se deputado federal para a Constituinte de 1934. Com o advento do Estado Novo, em 1937, Bernardes perdeu seu mandato e ficou afastado da vida política até a queda de Vargas. Em 1946 elegeu-se outra vez deputado federal para a nova Constituinte, mas, em 1950, conseguiu tão-somente a suplência de mandato federal. Quando sua estrela parecia apagar-se de vez, teve outra oportunidade política, voltando à Câmara na eleição de 1954, todavia vindo a falecer no ano seguinte. Nos anos 50, especialmente durante seu mandato de deputado, Bernardes parece ter investido em reparar a memória de seus feitos como presidente, e, até certo ponto, se assim o foi, houve sucesso nesse sentido.

Em meio ao acirrado debate entre “entreguistas” e “nacionalistas”, assumiu decididamente as teses destes últimos, estando entre os mais extremados defensores da Petrobrás, da siderurgia “nacional” e da Amazônia. Nesse aspecto, deve-se dizer, em favor de Bernardes que, desde os anos 20, foi um defensor do interesse nacional, tendo oposto resistência, como governador de Minas Gerais, à política de concessões exageradas que o governo de Epitácio Pessoa então fazia à Itabira Iron. De outro modo, tornou-se conhecida sua honestidade pessoal, de homem sem fortuna, tendo apenas o suficiente para as despesas do dia-a-dia. Essas virtudes, a de nacionalista e a de homem público honesto, fez com que se instaurasse no fim da vida de Bernardes, uma nova imagem dele.

Talvez isso explique porque, tendo sido tão enfaticamente lembrado o episódio de Clevelândia logo depois de terminado o mandato de Bernardes, ele viesse a esmaecer, quase beirando o esquecimento. A morte do ex-presidente, em 23 de março de 1955, aos 79 anos de idade, em sua residência no Rio de Janeiro, dá vez a acontecimentos que ajudam a compreender o percurso de memória, desde Clevelândia até o brasileiro ilustre, probo e nacionalista.

Nas homenagens ao finado presidente, uniram-se aliados e antigos oponentes. Poucos foram os que, pela imprensa, lembraram-se do

passado, e quando o fizeram, como Carlos Lacerda, não o foi agressivamente. O artigo de Austregésilo de Ataíde foi um necrológio sentido e justificador de seus atos “de governo”. Duas dessas homenagens são particularmente importantes. Dentre as coroas de flores que ornavam o esquife, duas chamavam a atenção; uma que continha a inscrição: “Os revolucionários de 1922 homenageiam o presidente Arthur Bernardes”, e a outra, a dos “Sobreviventes de Clevelândia”, que não sabemos se foi o manifesto de um generoso perdão, ou se um irônico contraponto, em meio a tantas reverências.

Orlando de Barros  
Marilena Ramos Barboza (*in memoriam*)

## PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Após longa espera devida ao rápido esgotamento da primeira edição, finalmente chega ao público a tão aguardada segunda edição, revista e ampliada, de Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. A edição original do livro de Alexandre Ribeiro Samis, publicada pelas editoras Imaginário em parceria com a Achiamé, do saudoso Robson, foi o resultado de extensa pesquisa para sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2000 na UERJ com mais de 350 páginas. Nesta segunda edição, a cargo das editoras Intermezzo e Entremares, o autor conserva a estrutura original, incorporando fontes e informações obtidas posteriormente, trazendo ainda mais densidade ao já complexo estudo sobre o sindicalismo na Primeira República brasileira, principalmente em terras do Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse histórico, a escrita de um prefácio 17 anos após a primeira publicação da obra não pode restringir-se apenas a apresentar o conteúdo do volume em si, no que pese, como veremos adiante, a excepcionalidade do evento histórico trabalhado, a riqueza de sua narrativa, e o olhar dissonante e incômodo sobre esse objeto trazido pelo autor. Ao avaliarmos a posteriori uma obra desse porte devemos posicioná-la dentro do conjunto das demais obras do autor, que tem uma significativa produção, e em síntese com sua trajetória acadêmica e pessoal, que no caso de Alexandre Samis mostram-se inseparáveis.

Conheci Alexandre Samis em um congresso ocorrido na UERJ no ano de 1999. Nessa época eu iniciava um estudo sobre Clevelândia quando soube de sua pesquisa já em fase bastante adiantada e concluída no ano seguinte. Segui um caminho diferente e me dediquei a pesquisar mais detalhadamente a colônia penal e a região de fronteira do Oiapoque, enquanto Alexandre continuou sua pesquisa sobre o anarquismo e o sindicalismo no Rio de Janeiro, que o levou a produzir, anos após, a volumosa biografia de Neno Vasco. Desde então, fora a

amizade pessoal, no que concerne ao ambiente dos historiadores, temos nos encontrado com frequência em diferentes eventos, sejam de caráter estritamente acadêmico como os simpósios da ANPUH, sejam os polifônicos encontros libertários como aquele realizado em Saint-Imier na Suíça em 2012, na comemoração dos 140 anos da Internacional anarquista.

O percurso profissional seguido por Alexandre Samis foge ao do historiador padrão, cuja atividade e produção geralmente são centradas quase que exclusivamente na academia, e abre-se para uma interlocução real junto aos atores sociais contemporâneos. Mesmo na grande área da História Social, cujo foco deveria levar historiadores para além de bibliotecas e arquivos a conhecerem a prática social contemporânea, este é um fenômeno raro. Dentre os grandes nomes da História Social que ousaram esse percurso o mais famoso provavelmente foi E. P. Thompson, campeão de citações entre boa parte desses mesmos historiadores sociais que, contraditoriamente, mantêm-se distantes daquela prática vivida pelo renomado ativista britânico. Samis, que não é um thompsoniano de fato, pertence a essa estirpe genial de historiadores que acumularam uma invejável produção ao longo de sua trajetória, participaram de uma significativa quantidade de eventos acadêmicos com convites para colaborações em programas de pós-graduação, mas permaneceram institucionalmente fora da universidade. Professor do Colégio Pedro II – lugar também onde se deu a trajetória intelectual desenvolvida por José Oiticica –, semelhante ao grande pensador libertário brasileiro, Alexandre nunca deixou de estar junto aos movimentos sociais, que de fato são o início e o fim de sua reflexão sobre a história. É importante frisar isso, porque o seguramente maior historiador do movimento operário do Rio de Janeiro durante a Primeira República, ainda tem seu trabalho pouco reconhecido em nível nacional pelos pesquisadores nas universidades brasileiras, ou por todos os interessados sobre o tema que estejam fora dos círculos mais próximos de afinidade política.

A pesquisa fora iniciada ainda como uma monografia, publicada com o título de *Moral pública, martírio privado*, na qual o autor trabalhou a repressão ao anarquismo na Primeira República e trouxe ao público a figura emblemática de Domingos Passos, fotografia de capa desse livro junto àquela de Oiticica. Operário, anarquista, negro, Domingos foi enviado ao desterro no Oiapoque com uma leva de outros companheiros em fins de 1924. A partir dessa pesquisa inicial sobre

Clevelândia, Samis aprofundou o tema da repressão política durante a Primeira República, tendo como auge o estado de sítio entre os anos de 1924 e 1926, durante o governo de Arthur Bernardes, visto pela perspectiva da classe trabalhadora e de seus sindicalistas mais ativos, em sua maioria vinculados ao anarquismo. Para elucidar essa relação orgânica entre sindicalismo e anarquismo no Rio de Janeiro, Samis teve de retroceder sua pesquisa ao início da República. Pois, se para São Paulo, na década de 1990 já haviam sido produzidas um conjunto significativo de obras trabalhando o movimento operário desse período da história republicana, relacionando-o diretamente à hegemonia do sindicalismo anarquista nessa época (como fizeram Maram, Beiguelman, Gordon, Magnani, Khouri, Foot-Hardman, Felici, entre outros), a historiografia que se ocupava do movimento operário no Distrito Federal minimizava até então essa relação com o anarquismo (poucos como Oscar Farinha Neto e Carlos Augusto Addor deram o devido peso a ela), o que obrigou Samis a ter de se debruçar numa investigação ainda escassa.

Ciente desse esquecimento da memória operária anarquista, Alexandre Samis ocupou esse lugar histórico no Rio de Janeiro, lugar incômodo aos historiadores avessos ao protagonismo do sindicalismo de ação direta durante a Primeira República. Esse não foi o único problema revelado durante a pesquisa. Incomodava também a Samis o fato de haver uma leitura simplista feita pela primeira historiografia do movimento operário, em sua maior parte produzida observando o movimento em São Paulo, que relacionava a emergência de um sindicalismo combativo e atuante ao fenômeno da imigração, principalmente a italiana. A imagem do anarquista imigrante radical não correspondia à realidade desnudada empiricamente, pelo menos para o Rio de Janeiro, onde se via a presença viva e atuante de um operariado negro e mestiço desde o fim do século XIX, protagonista das grandes greves de 1903 e 1904. A fundação da Federação das Associações de Classe em 1903 seguindo o modelo da CGT francesa, a visita dos sindicalistas da F.O.R.A, a *Federación Obrera Regional Argentina* em 1904, o primeiro Congresso Operário realizado em 1906 seguido da criação da F.O.R.J., e a criação da C.O.B., a Confederação Operária Brasileira em 1908, são alguns dos exemplos que indicam a forte influência do anarquismo no sindicalismo do movimento operário carioca sustentado por uma base trabalhadora eminentemente nacional.

O órgão de imprensa oficial da C.O.B., *A Voz do Trabalhador*, tornou-se o veículo de expressão do que denominava sindicalismo revolu-

cionário no Brasil. Distanciando-se da, chamemos assim, historiografia paulista que nomeava a participação anarquista nos sindicatos como anarcossindicalismo, Samis enveredou numa pesquisa sobre o sentido do sindicalismo revolucionário através da biografia de um de seus principais expoentes no país: Neno Vasco. Este português inicialmente estabelecido em São Paulo em 1901, onde dirigira o periódico *O Amigo do Povo*, começa a trabalhar intensamente na construção de organizações operárias anarquistas duradouras junto aos companheiros do Rio de Janeiro, onde impulsionou os princípios do sindicalismo revolucionário no seio do movimento operário. Alexandre Samis produziu uma biografia magistral de Neno Vasco com mais de 450 páginas, *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*, publicada em Portugal pela *Letra Livre* em 2009, e republicada no Brasil pela *Intermezzo* em 2018, numa edição ampliada com mais de 500 páginas na qual os temas do anarquismo, do sindicalismo revolucionário, do movimento operário internacional, do transnacionalismo, da imigração transatlântica, adquirem os contornos de uma história global, campo da história que passou a ganhar espaço mundialmente neste século com a afirmação acadêmica dos estudos pós-coloniais.

Com a obra de Neno Vasco, Samis problematiza de uma outra forma a questão do imigrante radical a corromper a harmonia social brasileira: Vasco não foi um dos imigrantes que veio formar o movimento operário no Brasil, Vasco foi um imigrante a atuar dentro do movimento operário no Brasil. A nosso ver, sendo a classe operária internacional, nem deveria se colocar a questão da proeminência de um determinado grupo étnico sobre outro em sua constituição, mas como os fatos e ações na história são territorialmente localizáveis é pertinente o entendimento de que o fenômeno migratório produziu uma circularidade de pessoas, ideias e culturas, que se materializaram de modo diferente em locais diferentes. Assim, da mesma forma que o movimento operário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, para ficarmos nas duas principais do país, tiveram características diferentes em função dessa circularidade diferente de pessoas, também o tipo de sindicalismo que se desenvolveu no Brasil tendo como horizonte uma revolução social, aquilo que alguns chamam de sindicalismo de viés revolucionário, manteve diferenças em relação à sua matriz francesa, e em relação às formas específicas que esse sindicalismo assumiu na Itália, em Portugal



ou na Argentina<sup>1</sup>. No caso de Neno Vasco, a biografia de Samis nos mostra que a circulação de ideias não seguiu o caminho único Europa-América, mas também o inverso. Em seu retorno a Portugal em 1910, Neno Vasco levou consigo um conjunto de práticas e informações adquiridas no ambiente operário brasileiro.

Em seguida ao sindicalismo revolucionário de Neno Vasco, o arguto olhar infatigável de Alexandre Samis o fez retroceder ainda mais no tempo em seu estudo sobre a formação do movimento operário, a partir dessa perspectiva internacionalista, levando-o a uma pesquisa sobre a Comuna de Paris que resultou no melhor livro sobre o evento escrito até hoje em língua portuguesa, *Negras Tormentas*, lançado pela Hedra em 2011. O subtítulo do livro, federalismo e internacionalismo na Comuna, indicam o interesse de Samis em entender a genealogia do movimento sindicalista a partir das bases de organização federalista, primeiro proudhoniana e em seguida bakuninista na formação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Seguramente a pesquisa sobre Neno Vasco deixara lacunas investigativas que demandaram a Samis um novo recuo temporal.

A Comuna de Paris resulta no grande evento onde se materializaram estratégias de organização e de luta, gestadas durante anos através da prática federalista, com base no apoio mútuo e na ação direta, elementos constitutivos da capacidade política dos trabalhadores, que adquiriram forma internacional, melhor dizendo transnacional, com a proliferação das seções da AIT em inúmeros países da Europa e da América. O socialismo revolucionário passou a tornar-se fenômeno global, norteador da organização política independente dos trabalha-

1 Sobre o anarquismo, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo, as diferenças e semelhanças entre os movimentos e as formas como eles se desenvolveram em diferentes regiões do mundo sugerimos a leitura de algumas obras. Como posicionamento introdutório indicamos o artigo de René Berthier, “*Anarquismo e Sindicalismo: os Debates sobre a Herança de Bakounine antes da Grande Guerra*”, disponível em <http://monde-nouveau.net/spip.php?article557>. O artigo de Berthier é fortemente embasado na origem francesa do sindicalismo revolucionário. Para um estudo do caso argentino, de uma cisão entre o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário, ver Eduardo Colombo, “*A F.O.R.A. O ‘Finalismo’ Revolucionário*”. Para o caso italiano, ver Maurizio Antonioli, “*A U.S.I. O sindicalismo revolucionário italiano*”. Ambos os trabalhos publicados em Eduardo Colombo et. ali, *História do Movimento Operário Revolucionário*. trad. Plínio Augusto Coêlho, São Paulo: Ed. Imaginário, 2004. Para um melhor entendimento da relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, indicamos o texto que a nosso ver melhor situa a origem e transformação desses movimentos históricos, Maurizio Antonioli, *Bakounine. Entre syndicalisme révolutionnaire et anarchisme* (com posfácio de René Bethier). Paris: Ed. Noire et Rouge, 2014.

dores para fora do projeto estatista do partido socialista reformista, por isso tingiu-se de tons anarquistas, articulando-se dentro dos espaços de sociabilidade e resistência operários. Sindicalismo anarquista, anarcossindicalismo, sindicalismo revolucionário, sindicalismo de viés revolucionário, estratégia anarquista nos sindicatos, nomes diferentes, surgidos, atualizados, repensados, em momentos diferentes da história, atendendo necessidades e concepções pontuais dos diferentes grupos de ação que apesar de muitos ainda no presente operarem de modo atomizados, convergiram suas ideias de transformação social revolucionária em diversos momentos e eventos da história mundial.

Todos eles tiveram de enfrentar, cedo ou tarde, as garras da repressão estatista e capitalista que se abateu em todos os eventos de caráter mais ou menos revolucionário desde a Comuna de Paris. Em *Negras Tormentas*, Alexandre Samis desvela as prisões, os tribunais, os fuzilamentos em massa e as deportações que se abateram sobre os *communards* em seguida à ofensiva final do exército de Thiers contra os federados de Paris. Somente a revolta dos trabalhadores para reunir capitalistas, burgueses e aristocratas e promover a articulação entre as diversas polícias da Prússia, Áustria e Espanha num primeiro momento, estendendo-se em seguida aos demais países europeus, no combate aos “internacionalistas” para “limpar” a Europa desses trabalhadores envolvidos com a AIT. Decorre daí a perseguição a toda modalidade de socialismo revolucionário, particularmente ao anarquismo, especialmente em função da reação violenta que parte deste movimento promoverá nas duas últimas décadas do século XIX. A criminalização e o combate ao anarquismo internacional se tornara uma das pautas centrais na formação de uma polícia política internacional nesse fim de século incluindo também os países americanos de intenso fluxo migratório, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil.

No Brasil da Primeira República, a história da formação do movimento operário, de suas organizações sindicais, de suas estratégias de luta, da constituição de um socialismo revolucionário predominantemente anarquista, não foi diferente dessa grande história global e articulada dos trabalhadores em sua luta pela transformação social que Alexandre Samis construiu em sua carreira. Há que ter em mente estas diferenças, geográficas, temporais, culturais, que geraram distintos modelos de organização influenciados pela circulação global da luta operária, mas que se materializaram em momentos diferentes, com práticas diferentes, adequadas às estratégias engendradas territorialmente

pelos trabalhadores brasileiros. Em Clevelândia, Samis aborda o início, o desenvolver da luta e o enfrentamento promovido pelo movimento operário no Brasil até o abater da grande repressão sob o governo de Arthur Bernardes. Este livro, que inaugura a trilogia de Samis, contém a análise para o território nacional de todos os elementos da luta dos trabalhadores que posteriormente serão aprofundados em suas outras obras. Clevelândia do Norte, nosso símbolo da repressão aos trabalhadores, também é o sintoma de sua capacidade de luta política.

Quem chega a Clevelândia pelo rio vindo da Guiana Francesa, logo avista um monumento com a bandeira verde e amarela tremulando e, abaixo, a frase de efeito “Aqui começa o Brasil”, dando as boas vindas aos visitantes. Clevelândia é a vila militar sede da 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva, quartel avançado guardião da remota fronteira. O Brasil começa em Clevelândia-Oiapoque e termina algumas ruas após. Daí em diante são mais de 600 km de estrada, 450 deles em terra, lamacenta ou poeirenta, dependendo da época do ano, até se alcançar Macapá.

Foi nessa erma região do território brasileiro, ainda hoje necessitando reafirmar aos visitantes a sua identidade nacional, que 95 anos atrás ocorreu um dos episódios mais trágicos da história republicana. Logo após a revolução de julho de 1924 em São Paulo, por si só violentíssima – em menos de um mês de luta houve mais de mil vítimas civis – o governo do então presidente Arthur Bernardes decretou estado de sítio. Enquanto sufocava a revolta de Isidoro Dias Gomes e seus tenentes, que teve como um dos desdobramentos a formação da Coluna Prestes, o governo federal varreu as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro recolhendo soldados rebeldes e ativistas sindicalistas nos bairros populares e operários. No Rio de Janeiro, os detidos eram enviados às masmorras da 4ª. Delegacia Auxiliar, da Polícia Central, depois passando para a Detenção ou Casa de Correção, para o navio-prisão Campos e para as ilhas da Baía de Guanabara, espaços prisionais que permaneceram lotados durante todo o segundo semestre de 1924.

Sobravam prisioneiros, faltava espaço. A grande imprensa que ainda podia circular alardeava como porta-voz oficial do governo: “trata-se de perigosos revolucionários.” Com essa conjuntura e argumentos favoráveis, os quadros do governo apresentaram uma única solução possível para o destino desses homens: o exílio interno. A França, país modelo da civilização ocidental já não mantinha desde o século passado a sua Caiena para segregar os tipos mais perigosos? Por que não o Brasil? Ber-

nardes não titubeou em transformar um núcleo de colonização agrícola recém criado, o Núcleo Cleveland na fronteira com a Guiana Francesa, lugar para onde confluíu o sonho de muitos migrantes dos estados do Pará e Ceará, em um verdadeiro campo de concentração. Transformou a colônia agrícola inaugurada em 1922 como um prometido Eldorado em um Inferno Equatorial. Para lá foram degredados em torno de 1200 prisioneiros entre soldados rebeldes, operários, sindicalistas, anarquistas, ladrões, loucos e vadios, conforme a classificação elaborada pela polícia anotada nas listas de envio. Desse total, mais da metade sucumbiu às doenças tropicais e faleceu, vítima do impaludismo, malária, beribéri, disenteria e desidratação. Muitos dos que voltaram trouxeram sequelas permanentes: o olhar distante, sem vida, a face amarelada e o corpo esquelético, na descrição feita por Everardo Dias em *Bastilhas Modernas*. História surreal ocorrida na selva equatorial brasileira, digna de ser filmada, um campo de prisioneiros ou de extermínio sob a custódia do Ministério da Agricultura, marcou o fim do governo Bernardes, e foi magistralmente investigada e narrada neste livro ímpar de Alexandre Samis.

Esta história, mais uma das trágicas epopeias das lutas sociais no Brasil, já deveria ter sido bastante contada e recontada por nossa historiografia antes mesmo da primeira edição do livro, contudo não o foi. Além de diversas referências na extensa obra de Edgar Rodrigues sobre a história dos movimentos sociais no Brasil, poucos autores detiveram-se em Clevelândia. Foi necessária a chegada de um “brazilianista”, John F. Dulles, para que em uma pequena parte de um capítulo de seu livro *Anarquistas e Comunistas no Brasil* (São Paulo: Nova Fronteira, 1977) Clevelândia fosse trazida novamente à tona. Depois dele, foi a vez do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro retomar a questão quase vinte anos após, usando as fontes originais obtidas no arquivo particular de Arthur Bernardes. Uma pequena história de Clevelândia é narrada no quinto capítulo do livro *Estratégias da Ilusão* (São Paulo: Companhia das Letras, 1991). Porém, foi somente com Alexandre Samis que Clevelândia, emblema da política repressiva dos governos republicanos, ganhou destaque com um exaustivo trabalho de análise. As condições de produção dessa repressão e os detalhes das desventuras vividas pelos prisioneiros são esmiuçados neste livro num trabalho de fôlego desenvolvido ao longo de vários anos de pesquisa.

Uma narrativa envolvente em que o autor nos apresenta inúmeras histórias desenterradas de arquivos policiais e jornais operários. Cleve-

lândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil conta a história desse confinamento trágico de brasileiros a partir do olhar de alguns ativistas anarquistas daquela época. Tratando-se de uma obra sobre anarquistas e realizada por um historiador ligado ao movimento poderíamos até esperar um manual panfletário sobre a visão que os anarquistas tiveram e tem da perseguição política por eles sofrida. Mas não, Samis se mantém distante do objeto estudado, mostra-se bastante prudente nas opiniões emitidas, sempre calcado em rigorosa metodologia de análise e vastíssima documentação obtida nos arquivos de Estado do Rio, de Minas, de São Paulo, no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, no Instituto de História Social de Amsterdã, no CIRA – *Centre international de recherches sur l'anarchisme*, de Lausanne, e em diversos arquivos libertários pesquisados, no Brasil e em Portugal.

Samis descreve o perverso desfecho da repressão ao movimento de 1924 que culminou na morte diária de dezenas de prisioneiros enterados em valas coletivas. Antes disto, porém, traça todo o processo político que permitiu a emergência de um Estado policial moderno no Brasil, desde os antecedentes da repressão aos opositores da ordem instituída durante a Primeira República. Mostra claramente o tratamento diferenciado no combate dado à chamada “planta exótica” anarquista e a sucessiva profissionalização dos meios de controle social engendrados pelo aparelho de Estado. A Revolução de 1924 tornou-se o estopim ou o alibi faltante para a implantação definitiva de uma política repressiva articulada e autoritária. Houve milhares de prisioneiros durante o período em que vigorou o estado de sítio, entre 1924 e 1926. Contudo, somente os presos mais pobres, aqueles com menor possibilidade de defesa jurídica foram confinados em Clevelândia. Os militares sem padrinhos políticos, os sindicalistas mais pobres e combativos, jornalistas anarquistas, misturados junto aos marginais capturados nas ruas cariocas com o objetivo de descaracterizar o caráter político do campo de prisioneiros. Estranhamente, nenhum ativista do Partido Comunista Brasileiro fundado em 1922, nem os redatores de seu órgão porta voz, A Classe Operária, foram enviados ao exílio interno na fronteira.

Nas décadas que se seguiram ao evento, pesquisadores orientados pela teoria marxista como Azis Simão, Luiz Pereira e Edgar Carone e militantes notórios do partido como Leôncio Basbaum em sua História Sincera da República, esqueceram-se completamente do sofrimento daqueles trabalhadores confinados em Clevelândia. Presos à teoria usada como aríete ideológico, não perceberam que nesse momento estava

sendo gerado o moderno Estado brasileiro com a chegada definitiva das práticas políticas de controle sobre o corpo social. Se no início dos anos vinte já era perceptível o sucessivo aumento das práticas de controle em uma sociedade cada vez mais disciplinar, a política repressiva montada pelo Estado comandado por Arthur Bernardes gestou uma prática totalitária de domínio sobre a vida. O nascimento dessa estratégia biopolítica calcada no discurso do saneamento e da higiene, da disciplina no trabalho, do adestramento do corpo, e no suposto interesse comum entre patrões e empregados promovido pelas associações empresariais, ganhou a outra face da mesma moeda: a depuração dos corpos indigestos. Com a implantação da colônia penal de Clevelândia, essa estratégia adquiriu a forma limite possível: a prática do extermínio. Quando os mecanismos de controle social não surtem mais o efeito desejado faz-se necessário o expurgo dos elementos nocivos ao corpo são. Nesses momentos, geralmente períodos conturbados de convulsão pré-revolucionária, o Estado submete ao isolamento os elementos que, de um modo ou de outro desestabilizam as instituições aceitas pela normalidade.

Sustentado teoricamente em Hannah Arendt, que viveu a política de controle do nazismo, Alexandre Samis desmascara a política repressiva exercida pelo Estado brasileiro e pelos grupos partidários e coniventes durante a Primeira República. E o faz de modo bastante preciso ao escolher, como palco privilegiado de sua análise, um episódio em que o Estado se vê confrontado em suas bases por várias frentes de ataque. E o anarquismo foi, como bem mostra o autor, entre as manifestações políticas que contestaram o modelo instituído, seguramente a mais perseguida. O campo de prisioneiros de Clevelândia foi o primeiro grande palco onde se exerceu essa política de depuração do corpo social em nossa história. Clevelândia serviu como um laboratório de testes para as formas de controle e expurgo cada vez mais sofisticadas que serão implantadas na década seguinte sob a ditadura Vargas. Os prisioneiros foram suas cobaias. Experimentos nas mãos de médicos em busca do alcance possível do quinino como medicamento. Experimento de sociabilidade entre indivíduos diferentes confinados num mesmo espaço como sendo de iguais e onde todos lutavam entre si pela sobrevivência. Instrumento para a ocupação e povoamento de uma zona de fronteira com uma potência estrangeira, à imitação malfeita do que faziam os vizinhos franceses em seus presídios coloniais. E a bucólica Clevelândia, nas imagens trazidas pelos seus moradores mais antigos, transformou-se para a história em sinônimo de algoz das vítimas, descartes de uma

máquina que procura a maior eficiência. Triste injustiça com a hoje pacata vila, retirou do Estado o seu papel nada glorioso de carrasco, empurrando para a força da natureza a ação da morte forçada daqueles mais rebeldes e menos aptos a viver em uma sociedade domesticada.

Enfim, este livro permite ao leitor conhecer um evento macabro da história nacional, mas permite também perceber a força dos trabalhadores organizados capazes de desestabilizar a Primeira República oligárquica e levar o Estado a empreender uma reação desmedida contra eles. Conectando a revolta armada dos tenentes à atuação marcante do movimento operário nesse período republicano, Samis trouxe outra chave interpretativa aos fatos relacionados ao tenentismo, assim como, de outro modo, já havia feito Edgard De Decca em relação a 1930 com seu “silêncio dos vencidos”. Ainda que minoritária, a historiografia produzida por Alexandre Samis contraria o *establishment* de direita e de esquerda incrustado na História e coloca o protagonismo dos trabalhadores, sem tutela, como único meio para a transformação da sociedade em direção a um mundo mais justo e igualitário.

Carlo Romani,  
Professor de História Contemporânea da UNIRIO,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,

Rio de Janeiro, março de 2019.





# INTRODUÇÃO

## APRECIACÃO INICIAL

Originalmente apresentado como dissertação de mestrado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2000, este texto, com todos os seus prováveis limites, pretende lançar alguma luz sobre o complexo aparelho montado pelo Estado brasileiro por toda a década de 20, ou mesmo antes dela, para obstaculizar as iniciativas populares mais organizadas.

Para tanto, optamos pela análise da problemática que resultou na repressão aos militantes operários anarquistas, nas suas diversas formas e sentidos, privilegiando, como exemplo de conduta do próprio governo e, ao mesmo tempo, como símbolo de resistência, a Clevelândia do Norte, hoje situada no estado do Amapá. Esse estabelecimento oficial, localizado em área limítrofe com a Guiana Francesa, inicialmente utilizado como região de colonização, transformou-se, muito cedo, em área de reclusão, espaço de confinamento que possuía, na densa floresta, o limite imaginário e ao mesmo tempo concreto para os internos. Para o Oiapoque foram enviadas, além de lideranças anarquistas, algumas levadas de operários imigrantes, brasileiros de várias procedências e dissidentes políticos.

Quem foi para a Clevelândia? Por que, entre tantos revolucionários do período, só os mais pobres foram parar no desterro que consumiu a existência de mais da metade dos deportados? Que fatores teriam contribuído para que o episódio, bastante traumático em sua época, recebesse dos historiadores tão pouca atenção?

Buscando, fundamentalmente, responder a tais questões, iniciamos intensa investigação lançando mão de variado manancial documental em instituições do país e fora dele. E, através desse esforço inicial, acreditamos ter logrado preencher importantes lacunas, não apenas no que se refere ao episódio do Oiapoque, como também de aspectos bastante interessantes e obscuros relativos às perseguições políticas nas primeiras décadas do século XX. Tais informações e necessidades que se nos foram apresentando no decorrer da investigação das fontes documentais operaram sobre a proposta inicial significativa transformação. As demandas de um trabalho mais amplo e esclarecedor determinaram, para a descrição do caso da Clevelândia em si, um espaço mais modesto na proporção final do texto. Acreditamos justo o sacrifício de tal proporcionalidade, na medida em que percebemos a importância de se estabelecer na obra uma análise razoável da história da repressão aos movimentos de massa durante a República. Tarefa pouco simples, entretanto, fundamental quando se concebe a História como algo mais que a simples união de fatos com significados encerrados em si mesmos.

A produção do corpo do trabalho certamente proporcionou ao tema da Clevelândia algo mais que as referências fragmentárias, dispersas e isoladas; destinadas, via de regra, ao assunto.

## O ANARQUISMO, AS ELITES E A IMPRENSA

Sobre o anarquismo, objeto de investigação compartilhado com a Clevelândia, e o que se escreveu a seu respeito<sup>1</sup>, podemos afirmar que grande parte das interpretações sugerem, em certa medida, a preeminência do elemento estrangeiro na constituição dos grupos e publicações identificados com essa ideologia. A ideia de uma força que vinha de fora pareceu, ao menos para os primeiros investigadores do assunto, a melhor forma de explicar o vigor da proposta anarquista no Brasil.

Mas percebemos, de uma forma geral, que o mito do imigrante radical foi também uma produção do próprio *establishment*, buscando

---

1 Para uma apreciação historiográfica mais detalhada, no contexto dos anos 60, 70 e 80, ver a introdução do trabalho de dissertação: Alexandre Ribeiro Samis. *Clevelândia do Norte: anarquistas, repressão e exílio interno no Brasil dos anos 20*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

em fatores “alienígenas” a explicação para as suas crises cíclicas. A utilização da prerrogativa do poder discricionário, nos anos 20, representou a materialização da perplexidade de setores das elites, em sua tentativa de resolver, de forma autoritária, a problemática de um novo tempo de racionalização e urbanização. Nessa disputa, no interior do Estado brasileiro, emergiram forças coadjuvantes e com identidades diversas, algumas não-institucionais. Os operários e imigrantes figuram entre elas, acabando, muitas vezes, por ampliar sua representatividade nas disputas por uma sociedade polifônica.

O período de instabilidade no Governo Arthur Bernardes (1922-1926) demonstra claramente, na manutenção do estado de sítio, os estertores de uma perspectiva de Brasil exclusivamente rural e coronelista. A truculência protagonizada pelo poder constituído pode ser encarada como sintoma da percepção, por parte do governo, de forças contrárias às permanências do país arcaico e ansiosas por colocar a nação nos trilhos do “progresso da modernidade”. A cidade, em grande medida, serviria de espaço aberto aos atos e cenas propostos por esta “dinâmica dos ajustes”, reivindicando para o meio urbano, um papel de destaque que não cessaria de crescer por todas as décadas seguintes.

Assim os jornais, veículos muito identificados com o meio urbano, são fundamentais para a análise de um período tão complexo da história brasileira. Os periódicos, principalmente em momentos de menor incidência da repressão, em não raras oportunidades, afirmavam desempenhar o papel fundamental de divulgadores das informações para a apreciação pública. Principalmente a imprensa de oposição formal, que servia muito mais a manutenção do “verniz político”, insistia em reforçar, quer por discurso direto ou mensagens subliminares, a sua função de aperfeiçoar a república brasileira, promovendo o debate e confirmando a existência de uma “ética de Estado” a ser resgatada.

O discurso de grande parte da imprensa, em particular a que se identificava com premissas liberais, permitia, já em datas recuadas no século XIX, a percepção da existência de esforços de determinados setores da vida política brasileira para inaugurar uma esfera pública fecunda ao livre debate. Acreditamos que, embora possamos encontrar em determinadas oportunidades a incidência destes discursos na imprensa de grande circulação, as iniciativas nesse sentido, mesmo no início do século seguinte, não foram muito além da simples oposição de grupos políticos.

Sobre esse aspecto, uma passagem do *Jornal do Commercio* de 16 de janeiro de 1930 pode evidenciar tal preocupação das elites autoproclamadas democráticas:

Como no ano anterior, os Governos reacionários de então tinham promulgado uma lei restringindo a liberdade de imprensa, o *Jornal do Commercio*, em princípios de 1830, já incorporado a corrente liberal e nacionalista que iria provocar o 7 de abril, escreveu uma nota interessante, incisiva e lapidar.

No “Jornal de 1830” transcrevemos na terça-feira esse tópico da nossa folha um século atrás.

Diz esse tópico: “O remédio dos abusos inevitáveis da liberdade da Imprensa não está na lei: diremos ainda mais, supomos que poderá estar. – E: – é mister busca-lo debaixo de outra forma, e em um modo mais sólido. Este remédio é a ilustração e a moral pública, é a justa indignação, o desprezo, com que os homens sensatos olham o homem petulante, que injuria aleivosamente um cidadão a um cidadão e o calunia debaixo de qualquer pretexto”.

Esta nota do velho *Jornal* é significativa e sempre oportuna.

A imprensa que educa não carece de nenhuma legislação coercitiva; a imprensa deseducada desaparece com a disseminação da instrução e da educação. Para a defesa da sociedade e dos indivíduos, não há necessidade de leis de compreensão e de exceção.

Pode-se, portanto, dizer como em 1830 que a moral pública será sempre o melhor remédio para os excessos de linguagem.

No Brasil, nos últimos tempos, não são os jornais de oposição que usam linguagem mais violenta (...)<sup>2</sup>

O resgate que o periódico faz do artigo centenário serve como demonstrativo de um princípio, ou mesmo moral, tão antigo como a própria imprensa “livre” no país. A legislação, a qual o artigo de 1830

---

2 BN. *Jornal do Commercio*, 16/1/1930.

se refere, é apenas aquela que atinge interesses corporativos, encarada pelo articulista como censura perniciosa, ou seja: “coercitiva”. É bom lembrar que para o liberal, já nessa época, a sociedade deve entender-se como civilizada a partir, também, da sua estrutura legal.

Os demais grupos subalternos na sociedade, em especial os operários radicalizados, jamais desfrutaram, no que se refere a ações concretas do governo ou da “burguesia esclarecida”, das tão anunciadas transformações na direção da esfera pública burguesa. Os anarquistas em sua imprensa não cansaram de denunciar estas contradições, descrentes da ordem burguesa que as elites, através da própria Constituição, afirmavam defender; os militantes libertários tentaram expor a hipocrisia que caracterizava o sistema oligárquico e a falência da ordem liberal que insistiam em anunciar.

Dessa forma acreditamos ser fundamental analisar as classes subalternas, dando especial destaque à fração que buscava a organização, como ainda, o espaço simbólico que permeou toda a trama de injunções e disjunções entre o oficial e o popular. Para tanto, entender ou mesmo esquadriñar a existência ou limites dos planos, público e privado, e apreciar algumas definições de movimento operário, ou simplesmente popular, se faz necessário.

## REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E AS CLASSES SOCIAIS

Apesar de termos vivificado na condução argumentativa, em diversas passagens do texto, principalmente nos trechos mais polêmicos, alguns dos principais postulados teóricos (principalmente a relevância de categorias e conceitos como: classe social, anarquismo, movimento operário e repressão), acreditamos serem oportunas algumas ponderações sobre determinados eixos de raciocínio e fundamentos filosóficos.

Podemos invocar, para tanto, o pensamento de Cornelius Castoriadis e procurar, na sua crítica ao marxismo, algumas pistas para uma definição de classe bastante original. Castoriadis fundamentou sua análise em postulados filosóficos muito identificados com as premissas libertárias, engendrando uma competente argumentação contra o chamado “papel histórico do proletariado” e a obrigatoriedade do “fazer”

do proletário como indivíduo ou classe. O fundamental axioma marxista, da imanência do ser como “razão histórica”, enquanto indivíduo ou grupo, foi dissecado por Castoriadis:

Mas, então, quem conhece e possui teoricamente, independentemente dele, “o que é” o proletariado? Marx em 1845 – e, melhor ainda, evidentemente, em 1867. Onde está esse “ser” do proletariado, que “o obrigará historicamente a fazer” o que tem de fazer? Na cabeça de Marx. Qual é, a esse respeito, a diferença entre todos esses filósofos que Marx critica impiedosamente, porque confundem a história do mundo com seu próprio pensamento, e o próprio Marx? Nenhuma<sup>3</sup>.

A questão do “ser” em Marx, que incomodava Castoriadis, está no centro da discussão da própria ação dos operários. Pela análise apresentada, é razoável concluir que o cotidiano que forja o pensamento e a prática do movimento operário é interpretado, por muitos marxistas, como possível apenas dentro do sindicato ou, se preferirmos, grupos organizados de classe, os partidos. As experiências não vividas, leia-se, não organizadas, são nulas, ou quase isso, aos olhos de uma certa ortodoxia.

A essa essência – assim como à interpretação das aparências mais ou menos contingentes, como é o caso, por exemplo, das “representações” que os proletários elaboram acerca do que querem, que são coordenadas e subordinadas em última instância a ele –, a teoria e somente ela dá acesso; somente ela permite reconhecer-se, fazendo isso ou aquilo, o proletariado age sob o domínio de simples “representações” ou sob a imposição de seu ser. Em que momento, então, pode-se falar de autonomia ou de criatividade do proletariado? Em nenhum; e, menos que nunca, no momento da revolução, já que, para ele, esse é precisamente o momento da necessidade ontológica absoluta, no qual a história o “obriga” finalmente a manifestar o seu ser – um ser que até então ele ignora, mas que outros conhecem para ele<sup>4</sup>.

---

3 Cornelius Castoriadis. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.14.

4 *Ibidem*.

A autonomia do proletariado e sua experimentação livre e espontânea transforma-se, gera, segundo o pensamento criticado por Castoriadis, uma antinomia entre o experimentar e o organizar. Daí a importância da definição das questões ou instâncias que sistematicamente se apresentam confundidas.

Ao escrever a introdução do livro de Castoriadis, Marco Aurélio Garcia tratou das perspectivas dogmáticas do marxismo, definindo:

Não é por acaso que, ao combater esta visão e ao desenvolver, sobretudo seus escritos mais recentes, uma postura alternativa que põe ênfase no movimento da classe como autoconstitutivo, Castoriadis preste sua homenagem ao historiador inglês E. P. Thompson, um dos responsáveis pela grande renovação da história social hoje<sup>5</sup>.

E foi através de Edward P. Thompson<sup>6</sup> que privilegiou o viés cultural na história e escapou dos receituários rígidos da infraestrutura, que enveredamos por uma leitura mais contemporânea da história do movimento operário. Através de uma visão clara e objetiva o historiador inglês nos descreveu o seu entendimento de classe social.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas<sup>7</sup>.

Thompson mostrou-se ainda mais heterodoxo quando afirmou: “Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.”<sup>8</sup>

---

5 Marco Aurélio Garcia. *Prefácio*. In: Cornélius Castoriadis, *op. cit.*, p.9.

6 Edward P. Thompson. *A Formação da Classe Operária Inglesa* - vol. I. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

7 *Ibidem*, p.9.

8 *Ibidem*.

E, como complemento, acrescenta:

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma<sup>9</sup>.

Toda essa avaliação evidencia a fundamental importância das observações históricas e a sua íntima relação com o pensamento filosófico. Uma vez articuladas, história e filosofia, não fica difícil perceber que as categorias teóricas, como quadros cognitivos de percepção abstrata, são passíveis de transformarem-se no instrumental de legitimação do discurso e por vezes podem produzir intrinsecamente o divórcio com a realidade vivida. Essa nos parece ser a tensão permanente que caracteriza a produção histórica. O enigma edipiano diante da esfinge, através do qual, em várias oportunidades, somos devorados pela historicidade das interpretações.

Como vimos, no caso brasileiro, a emergência de um grupo social urbano significativo, o proletariado, em sua razão numérica e mesmo em importância econômica, amplia o número de impasses para o já complexo modelo social do país. Nesse contexto, a memória sindical muitas vezes se confunde com as reminiscências de toda a massa dos trabalhadores. As atitudes de um segmento popular, tanto como os outros, bastante explorado e perseguido pelas classes dominantes, muitas vezes pareciam credenciar os operários organizados com o protagonismo histórico de uma extensão muito maior que o seu real alcance.

A situação da mão de obra no Brasil, nas primeiras décadas do novecentos, foi marcada pela instabilidade social dos ex-escravos ou párias do Império, massa de significativa proporção, e o difícil enquadramento de imigrantes e trabalhadores nacionais no regime de novas exigências de uma sociedade de transição aristocrático-burguesa. Ao nascente

---

9 *Ibidem*, p. 10.



setor operário coube a clivagem de um espaço que, não sem contradições, se delineava na medida do crescimento das áreas de produção industrial. O novo proletariado urbano, já na década de 10 do século XX, se constituía com força significativa e sofria, sob muitos aspectos, a influência da ideologia burguesa e mesmo “trabalhista”. Segundo James Fentress e Chris Wickham<sup>10</sup> se, por um lado, essa “classe” emergia sob a égide da imagética da revolução mundial, a própria realidade urbana expunha a jovem classe trabalhadora às “seduções” de ideologias, segundo a visão militante, estranhas ou mesmo perniciosas aos esforços no caminho da ruptura social. Por essa razão, as culturas operárias seriam muitas vezes mais permeáveis a influências externas do que as das sociedades rurais.<sup>11</sup> E estendendo a análise ao fim do século XX, em relação ao comportamento operário urbano, Wickham e Fentress acrescentam: “Na realidade, são com frequência terreno de conflito entre cultura radical dos movimentos operários e as ideologias dominantes dos grupos que controlam, por exemplo, os jornais e a televisão.”<sup>12</sup>

O trabalho de formação do perfil operário, pelo sindicato ou mesmo pelas ideologias que reivindicam a legitimidade da interpretação dos anseios do grupo, deve ser observado também se levando em conta o meio no qual está circunscrita a classe. A “moral operária” recebe assim influências diversas e o próprio sindicalismo não fica alheio às mesmas. E isso fica bastante claro, no caso brasileiro, no que tange aos debates ideológicos entre as tendências que reivindicaram a direção da “classe trabalhadora”.

Ainda sobre a questão da moral e dos propósitos da propaganda dos vários grupos envolvidos nesta obra, acreditamos ser fundamental apreciar o papel da imprensa no sentido de sua atuação pública e influência na opinião da sociedade. A publicidade dos fatos, que se apresentavam como forma de resgate moral de um governo ditatorial; a função da chamada *grande imprensa*, no desempenho do “sagrado” dever de divulgar as mazelas da presidência de Arthur Bernardes podem fornecer fortes indícios da fundação, ou articulação nesse sentido, de um mecanismo fundamental de regulação dos poderes do Estado.

---

10 James Fentress e Chris Wickham. *Memória Social - novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editora Teorema, 1995.

11 *Ibidem*, p. 143.

12 *Ibidem*.

A imprensa que, durante o estado de sítio, amordaçada, ficara impedida de divulgar as posturas “privadas”, criava, após o fim da censura,<sup>13</sup> uma verdadeira comoção social com as notícias de deportações e torturas físicas. Podemos constatar, com relativa facilidade, na pretensão dos periódicos, em todos os seus matizes ideológicos, o fito de reforçar o caráter moralizador da notícia. Embora os instrumentos das denúncias, os jornais, fossem privados no sentido da propriedade do veículo, proclamavam-se, de forma subliminar, promotores do bem público, ao divulgarem a “verdade” dos fatos nos seus artigos e chamadas de primeira página.

Uma interpretação lúcida e muito oportuna sobre as esferas pública e privada encontramos nas reflexões de Hannah Arendt. Ao analisar, entre outros fenômenos, o aparecimento das referidas esferas, o livro *A condição humana*<sup>14</sup> sugere uma análise de acurada propriedade das estruturas legadas a nós por um passado clássico e que, a despeito de nossa constituição histórica específica, relacionam-se bastante bem com a nossa matriz ocidental assimilada da Europa.

Temos consciência do peso singular do liberalismo que nos impôs um tipo, também específico, de tecido social. Mas reconhecemos na vigorosa análise de Hannah Arendt um sinalizador concreto das permanências da “ocidentalidade” europeia da qual somos, algumas vezes involuntariamente, signatários.

A autora, fortemente influenciada pelo humanismo contemporâneo, procurou, ao longo de sua obra, universalizar alguns valores do Ocidente, tomando como premissa básica o entendimento, a partir de associações, da realidade que nos cerca e define nossas condutas na política e na sociedade. Ela escolhe, em quase toda a sua extensa produção, o espaço político como *locus* privilegiado.

Sobre a “privatividade” ou espaço privativo ela afirma: “Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privatividade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes.”<sup>15</sup>

---

13 O governo de Arthur Bernardes funciona na maior parte de sua vigência sob o estado de sítio e censura dos órgãos de imprensa.

14 Hannah Arendt. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária/ Salamandra/ EDUSP, 1981.

15 *Ibidem*, p. 60.

A ideia de uma esfera pública, como ampliadora e transformadora de uma experiência privada, vai além da simples divulgação de um exercício privado ou “íntimo”. A transposição de uma ação privada para o público não só assume outras proporções, como também modifica, na raiz, a forma dessa ação. A isso, H. Arendt chama de “garantia da realidade do mundo”<sup>16</sup>, o desejo de tornar verdadeiro o acontecido, a partir da divulgação e participação do ato em si.

Ela aprofunda ainda mais a questão afirmando:

(...) o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, como o produto de mãos humanas, como os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens<sup>17</sup>.

As relações entre os homens assim surgem como mediação necessária à ordem e a antítese do desgoverno, ou seja, da massa disforme, da “turba” ou mesmo *lumpen*.

O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las<sup>18</sup>.

A necessidade de uma mediação entre os homens, o horror ao caos que colocaria o reconhecimento entre os homens e seus pares em perigo, sugere o surgimento do *pacto*. A civilidade, a ideia de uma organi-

---

16 *Ibidem*.

17 *Ibidem*, p. 62.

18 *Ibidem*.

zação no sentido de se produzir um *ethos* era, já na Antiguidade, uma preocupação do homem da cidade:

Pois a *polis* era para os gregos, como a *res publica* para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, se não à mortalidade, dos mortais<sup>19</sup>.

Percebemos que a publicidade, ou o esforço nesse sentido, já nos primeiros tempos, era a negação do próprio esquecimento. Era a elevação da memória ao *status* de mantenedora dos feitos de um povo e de seus colaboradores individuais:

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna<sup>20</sup>.

Como seria de se esperar, o princípio desse pensamento não se perdeu totalmente embora tenha sofrido, no decorrer dos séculos, o assédio de alguns significados acessórios. A idade moderna contribuiu para algumas ligeiras modificações: a análise de Proudhon, no que se refere à propriedade, por exemplo, pode ser entendida como síntese desse novo perfil que a “modernidade” (não a mesma de Baudelaire) forjou para o público. Questões que assumem novos contornos, exatamente porque seu significado anterior não comporta as “reais” necessidades ideológicas de “tempos presentes”.

O dito de Proudhon – que a propriedade é um roubo tem sólida base de verdade nas origens do moderno capitalismo; (...) Uma vez que ele não via diferença entre propriedade e riqueza, os dois critérios parecem contraditórios em sua obra, o que, de fato, não são<sup>21</sup>.

---

19 *Ibidem*, p. 66.

20 *Ibidem*, p. 67.

21 *Ibidem*, p. 77.

A relação direta entre propriedade privada e riqueza é, como mostra Hannah Arendt, uma “invenção” contemporânea que se fortaleceu a partir de fins do século XVIII.

Antes da era moderna, que começou com a expropriação dos pobres e em seguida passou a emancipar as novas classes destituídas de propriedades, todas as civilizações tiveram por base o caráter sagrado da propriedade privada. A riqueza, ao contrário, fosse de propriedade de um indivíduo ou publicamente distribuída, nunca antes fora sagrada. Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e, portanto, pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública<sup>22</sup>.

Há, neste sentido, no advento do capitalismo, uma reorientação da lógica do privado para além da simples configuração econômica da transição de bem de raiz para bem de capital. A dessacralização da ideia de propriedade aparece dessa forma como parte da “profanação” da era moderna, dos valores do passado.

O sentido que essa esfera pública assumiu no século XIX<sup>23</sup>, como vimos, estava diretamente relacionado com as dinâmicas de seu tempo. As perspectivas de moralidade e progresso não foram impermeáveis à construção do “mundo público”. Seus desdobramentos, como efeito de tais transformações, seriam sentidos em todas as instâncias da sociedade. A incidência de uma cultura de publicidade que, em determinados aspectos, pré-existia a muitas experiências vividas foi o início de uma ética ou procedimento “original” e típico da classe dominante burguesa.

O pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas, conhecido por sua postura heterodoxa dentro da Escola de Frankfurt, é bastante elucidativo. Ao analisar a visão moral do público e do privado, com base nos escritos de Immanuel Kant, afirma: “O processo crítico, que as pessoas privadas que raciocinam publicamente avançam contra a do-

---

22 *Ibidem*, p. 71.

23 Devemos deixar claro que, a época analisada inscreve-se em um momento da história do Brasil sob a égide de uma civilização burguesa ocidental e que, por isso, o conceito de propriedade, em que pese toda a permanência, já é bastante identificado com as noções da Europa, no início século XX.

minação absolutista, entende a si mesmo como apolítico: a opinião pública quer racionalizar a política em nome da moral.”<sup>24</sup>

Nessa perspectiva, a análise de Habermas aponta para a construção do conceito de *moral pública* e do *vício privado*. A *Filosofia Moral* kantiana é entendida por Habermas como matriz da concepção de *moral pública*, levada a efeito por comportamento de divulgação dos propósitos individuais. Propósitos estes que irão adquirir dignidade política e atingir a moralidade através da exposição à apreciação pública.

Segundo Kant, a política devia obedecer aos preceitos morais, ou mesmo, ter como razão de sua existência, a subserviência ao sentido da moralidade: “A verdadeira política não pode dar nenhum passo sem ter antes homenageado a moral”.<sup>25</sup> Ainda, segundo Kant, os proprietários (a burguesia) que eram independentes, pois eram possuidores e não possuídos, podiam, mais livremente, exercer a publicidade moral:

A única qualidade exigida para isso, excetuada a natural (que não seja uma criança, uma mulher) é: que ele seja o seu próprio senhor, tendo portanto alguma propriedade (podendo aí ser computada qualquer arte, artesanato, talento artístico ou ciência) que o sustente, ou seja, que ele, no caso de ter de receber dos outros para viver, só o faça através da alienação do que é dele e não através de uma permissão que ele dê a outros no sentido de fazerem uso de suas forças<sup>26</sup>.

Habermas mostra que, em Kant, o operário não é seu próprio senhor, tendo o arbítrio comprometido pela submissão aos proprietários. Entretanto, quando este trabalhador ainda não foi alienado de seu saber, ou mesmo de sua “arte”, ele goza de relativa autonomia. Ainda assim a propriedade torna-se valor, resgatado sob forma de conhecimento; ou seja, uma habilidade própria, uma virtude. O homem público moral não pode ser servidor sem seus próprios meios. *A res publica* deve ser formada para o bem da humanidade e para a *paz eterna* entre os homens e as nações.

---

24 Jürgen Habermas. *Mudança Estrutural da Esfera Pública - Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 126.

25 *Ibidem*, p. 127.

26 *Ibidem*, p. 134.

Certamente, dentro dessa visão, a imprensa operária, que era de “posse” dos sindicatos, entidades que representavam homens pilhados de seus saberes, ou seja, empregados, devia ter menos credibilidade, se comparada com a grande imprensa, de propriedade dos empresários. Devemos considerar que, a sociedade industrial empurrou muitos homens de “arte” e “ciência” para o esgotamento ou impossibilidade de ação. Sob essa perspectiva, o sucesso do sistema fabril implicava necessariamente na ampliação da expropriação de saberes e ações autônomas.

Para Habermas, o sentido de publicidade moralizadora kantiana encontra-se na troca de ideias dos literatos e nas sociedades plurais dos salões onde “nas casas burguesas, se estabelece o público”.<sup>27</sup> Aqueles homens ou entidades (jornais) que fazem “uso público da razão”<sup>28</sup>, livres de submissão, por serem proprietários independentes, podem desenvolver o debate capaz de moralizar a política. Dessa forma, garante-se a existência de um *Estado de Direito* moral, assegurado pelos homens, que se transformam em agentes mantenedores da ordem da *res publica*, ou seja, “cidadãos”.

Assim a garantia e estabilidade da cidadania, dentro da perspectiva iluminista, em Kant, estaria nas leis que representariam a materialização da racionalidade dos homens e a vontade da população; elas, baseadas na *concordância pública*, seriam necessariamente morais. Essa lógica é explicada da seguinte forma por Habermas:

Diante do tribunal da esfera pública, todas as ações políticas devem poder ser remetidas às leis que as fundamentem e que, por sua vez, estão comprovadas perante a opinião pública como leis universais e racionais.<sup>29</sup>

A racionalidade das leis deve legitimar os procedimentos do *Estado de Direito*, pois este, quando atua coercitivamente, o faz por uma “coação natural”. É uma *ordre naturel* que se estabelece, confundida com os procedimentos morais da publicidade.

A proposição da *ordem natural* ou da formação da civilização materializada em *Estado de Direito*, como vimos, representa um tipo es-

---

27 *Ibidem*, p. 131.

28 *Ibidem*.

29 Jürgen Habermas, *op. cit.*, p. 132.

pecífico de cultura burguesa. As várias teorias sobre a liberdade que, naquele momento, estavam eclipsadas pela moral vigente, caminharam a passos largos para uma definição que contou, em muitos aspectos, com o legado dos tempos passados.

Assim a classe trabalhadora da antiguidade não era nem livre nem destituída de propriedade; se, através da alforria, o escravo recebia a liberdade (em Roma) ou a comprava (em Atenas), não ia ser um trabalhador livre, mas tornava-se imediatamente um negociante ou artífice independente. (“Aparentemente, a maioria dos escravos, ao se tornarem livres, levavam consigo certo capital próprio” que lhes permitia estabelecer-se no comércio ou na indústria (Barrow, *Slavery in the Roman Empire*, p.103)). E, na Idade Média, ser um operário no sentido moderno do termo era um estágio temporário na vida de uma pessoa, uma preparação para o mestrado ou para a vida adulta. O trabalhador assalariado na Idade Média era uma exceção, e os trabalhadores diaristas da Alemanha (os *Tagelöhner* na tradução luterana da Bíblia) ou os *manoeuvres* franceses viviam fora das comunidades estabelecidas e eram idênticos aos pobres, os “labouring poor” da Inglaterra (veja-se Pierre Brizon, *Histoire du travail et des travailleurs* (1926), p.40). Além disto, o fato de que nenhum código de leis antes do *Code Napoléon* trata de trabalhadores livres (veja-se W. Endemann, *Die Behandlung der Arbeit im Privatrecht* (1896), pp.49, 53) demonstra, de maneira conclusiva, quão recente é a existência de uma classe trabalhadora<sup>30</sup>.

Mas as questões não foram resolvidas com a chamada “ascensão do social”,<sup>31</sup> embora a classe operária estivesse iniciando seu processo de identidade enquanto grupo de pressão no interior da esfera pública burguesa. A crescente efetivação do entendimento burguês da propriedade privada, como trincheira da acumulação de capital, aconteceu concomitante ao reconhecimento da *questão social*. Se por um lado os operários, a partir do século XIX, conseguiram rasgar o véu do anoni-

30 Hannah Arendt. *A Condição Humana. op. cit.*, p. 77.

31 *Ibidem*, p. 78.



mato em que viviam até então, essa realidade materializava-se dentro da consolidação do contraponto burguês.

No momento em que o proletariado surgia como força significativa e era considerado, por força das circunstâncias, um interlocutor na esfera pública, as regras alteram-se e o representar passa a não bastar sem o seu corolário, qual seja: o possuir. Era justamente, como alertava Proudhon<sup>32</sup>, no momento da fusão mais completa das ideias de “propriedade e riqueza” que os mais pobres entre os “cidadãos”, os operários, reivindicavam um espaço de opinião na esfera pública.

Podemos verificar que o trabalho manual do assalariado, segundo Arendt, em períodos anteriores à industrialização, não era sequer entendido como típico de uma classe. Em determinado aspecto, a fase que antecedia à maturidade profissional, o “aprendiz”, aproximava-se da natureza do trabalho dos operários fabris. Essa simples relação pode indicar, sob o peso da permanência, uma condição simbólica de infantilismo para a classe trabalhadora moderna, ampliando assim o estigma bastante evidente ao ser encarado o trabalho manual como um demérito e, como tal, relegado aos não-cidadãos. A modernidade que nascia sob o signo da acumulação precisava tratar de forma diferente o trabalhador, mas ainda assim, devia mantê-lo integrado, embora de forma distinta, aos demais segmentos da sociedade. Assim:

No início da era moderna, depois que o labor “livre” perdeu seu esconderijo da privatividade do lar, os operários passaram a ser escondidos e segregados da comunidade como criminosos, atrás de altos muros e sob constante supervisão.<sup>33</sup>

A imagem da fábrica como prisão foi recorrente em todas as críticas ao capitalismo do século XIX, como também do posterior. O sistema carcerário, como conseqüente desdobramento da ampliação da exclusão, em muitos aspectos, foi analisado no mesmo sentido. Mas a perspectiva de liberdade, como simbiose de algumas experiências revo-

---

32 Segundo Pierre-Joseph Proudhon: “ – **A propriedade é o roubo...** Que modificação no pensamento humano! **Proprietário** e **ladrão** sempre foram expressões contraditórias, tanto quanto os seres que designam são antipáticos; todas as línguas consagraram esta antilogia.” P.-J. Proudhon. *O que é a propriedade?* Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 12.

33 *Ibidem*, p. 83.

lucionárias dos anos de setecentos, parece influenciar sobremaneira os conceitos e hipóteses sobre a era industrial.

Incidindo sobre as permanências mentais em sua época, Proudhon asseverava das armadilhas da contemporaneidade. Para o teórico francês do socialismo anarquista, existia em cada período histórico um fator de “confusão”. Assim ele definia a complexa questão:

Mas um fato psicológico não menos verdadeiro, e que os filósofos têm negligenciado, é que o hábito, como uma segunda natureza, tem o poder de imprimir novas formas categoriais no entendimento, tomadas nas aparências que nos impressionam e desprovidas na maior parte das vezes de realidade objetiva, cuja influência no nosso julgamento não é menos predeterminada que as das primeiras categorias. De maneira que raciocinamos, ao mesmo tempo, segundo as leis **eternas** e **absolutas** da nossa razão e segundo as regras secundárias, geralmente falíveis, que a observação incompleta das coisas sugere. Tal é a origem mais fecunda das conclusões falsas e a causa permanente, muitas vezes incrível, de uma quantidade de erros. A preocupação que resulta para nós destes preconceitos é tão forte que, frequentemente, mesmo quando combatemos um princípio que o nosso espírito julga falso, que a nossa razão rejeita, que a nossa consciência reprova, defendemo-lo sem nos apercebermos, raciocinamos segundo ele, obedecemos-lhes atacando-o<sup>34</sup>.

E, como conclusão, afirmava:

Fechado como num círculo, o nosso espírito volteia sobre si mesmo, até que uma observação nova, suscitando em nós ideias novas, nos faz descobrir um princípio exterior que nos livra do fantasma dono da nossa imaginação.<sup>35</sup>

Ao que tudo indica não escapava a alguns contemporâneos do pensamento social, no século XIX, a problemática do pensamento realmente independente e crítico. Para Proudhon, – e certamente ele se

---

34 Pierre-Joseph Proudhon. *op. cit.*, p. 16.

35 *Ibidem.*

referia ao conceito por ele defendido de propriedade – era necessário buscar no “princípio exterior” o antídoto à realidade alienante.

Os movimentos grevistas e a organização dos operários representaram para a classe trabalhadora não apenas o surgimento de uma ideologia distinta à das classes dominantes como também evidenciaram a presença inquestionável de um novo ente político. Assim: “(...) um dos efeitos colaterais importantes da verdadeira emancipação dos operários foi a admissão, mais ou menos súbita, na esfera pública, de todo um novo segmento da população que, assim, pôde *aparecer* em público.”<sup>36</sup>

Ao “aparecer”, o proletariado deixava a “massa”, abandonava o “caos”. A esfera pública, entretanto, não lhe era amistosa pois, enquanto burguesa, possuía linguagem particular e em franca colisão com os interesses da recém-admitida classe operária.

Essa ascensão a *ente* público, não só no Brasil como no mundo, tornava o movimento operário organizado (sindicatos e o próprio movimento como indivíduos) premido pelas mesmas necessidades, em situação pouco vantajosa diante da arena de debates. Fica clara, dentro desse contexto, a própria relatividade do conceito que se pode almejar em relação à participação do operariado organizado no espaço público. A questão que se impunha era: a liberdade do cidadão da esfera pública constituída pela burguesia, como nos mostra Habermas, seria transferida automaticamente aos homens “livres” operários não proprietários? A *gênese* desse processo, ao nosso ver, exclui pela sua própria natureza os homens que “ontologicamente” estavam relacionados ao trabalho manual e que, identitariamente, emergiram das largas massas dos despossuídos.

Retornando à questão dos homens livres e não livres em Kant, determinados como tal pelas suas posses, nos diz Habermas:

Sem ferir, através disso, o princípio da publicidade, os não-proprietários estão excluídos do público das pessoas privadas politicamente pensantes. Neste sentido, eles também não são cidadãos, mas pessoas que, com talento, esforço e sorte, podem tornar-se algum dia cidadãos: até nova ordem são meros companheiros que gozam da proteção das leis, sem poderem eles mesmos fazê-las<sup>37</sup>.

36 Hannah Arendt. *A condição humana. op. cit.*, p. 230.

37 Jürgen Habermas. *op. cit.*, p. 135.

Os princípios da organização social guiados pelo Estado de Direito criavam uma espécie de unanimidade, pretensamente “positiva” para todos os cidadãos,

todas as máximas de ação política precisam, agora, da publicidade para coincidirem univocamente com o direito e a política, exatamente porque “precisam ser adequadas à intenção geral de público (a felicidade)”, pois seria a autêntica tarefa da política “torná-lo satisfeito com a situação”.<sup>38</sup>

Temas como a moralidade e eixos éticos para uma sociedade estiveram, não raro, presentes em todas as construções ideológicas.

## A PRODUÇÃO DO CONSENSO

O linguista e pensador político Noam Chomsky, ao tentar definir o que ele entende por *engineering of consent*,<sup>39</sup> que a tradução convencionou entender-se por “produção do consentimento”, nos facultava uma interessante possibilidade de análise. O termo, embora não seja do próprio Chomsky, mas sim de um publicista chamado Edward Guernays, é trabalhado por ele, como forma de denunciar, nos EUA, uma aceitação dos propósitos da minoria proprietária, pela esmagadora maioria americana. Chomsky nos conduz, através de consistente apreciação, por uma argumentação que procura mostrar a submissão do povo às leis criadas pelo governo. Ele nos diz:

Em meados do século XIX, quando Alexis de Tocqueville viajou pelos Estados Unidos, já assinalava que nunca vira um país onde o nível de doutrinação fosse tão intenso, onde a subordinação ao pensamento oficial fosse tão extrema e onde o pensamento independente fosse tão raro.<sup>40</sup>

---

38 *Ibidem*, p. 137.

39 Noam Chomsky. *América - Depoimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 43.

40 *Ibidem*.

Essa visão de uma América subordinada à uma opinião única nos parece extremamente incompatível com as propostas “democráticas” defendidas formalmente no país. Para o pensador, a publicidade nos EUA, que se autodefine, segundo os modelos sistematicamente divulgados para o resto do mundo, pela transparência e liberdade dos jornais, é totalmente facciosa. Essas liberdades formais não garantem a democracia num sentido mais radical e plural. Chomsky denuncia que os liberais americanos conduzem os seus projetos de classe, com o consentimento da maioria silenciosa, fundamentados na retórica da liberdade que, segundo eles, todos possuem para publicar suas opiniões.

Acreditamos ser oportuno lembrar que a Constituição brasileira de 1891 inspirou-se, ou mesmo, apresentou-se à sociedade sob o verniz formal norte-americano. E, os nossos mecanismos “democráticos” tentaram acompanhar a ética americana na formação de algumas instituições. Também os nossos jornais, a exemplo dos americanos, procuraram viabilizar-se como instrumentos democráticos e servos da “verdade”.

Chomsky, ao abordar a imprensa do século XIX, alude à questão dos limites da liberdade formal americana, utilizando Henry David Thoreau, que havia se expressado da seguinte forma sobre os periódicos da época: não leio os jornais porque não significam nada.<sup>41</sup> A leitura dos jornais para Thoreau, pensador radical e teórico da *desobediência civil*, representava apenas a constatação da vitória de um pensamento singular de classe sobre as opiniões inauditas da massa.

Em outro momento Chomsky coloca, claramente, o seu ponto de vista citando o seguinte:

Walter Lippmann, o decano dos jornalistas americanos, falou em 1921, logo após a guerra, do que chamava de *manufacture of consent* [fabricação do consentimento]: a população em geral não entende o que é bom para ela (...) são os membros da elite, que, portanto, precisam fabricar o consentimento<sup>42</sup>.

Podemos inferir que a estabilidade do poder e a publicidade são fatores associados presentes no Estado liberal burguês. E que, com especificidades e algumas peculiaridades, podem ser verificados como fenômeno no Brasil, assim como nos EUA.

---

41 *Ibidem*.

42 *Ibidem*, p. 44.

É fundamental também que se evidencie, no discurso das liberdades públicas, os limites bem claros à retórica do poder. Todo o discurso, ou mesmo as bases formais que sustentam as práticas institucionais, fundamenta-se na proporção da manutenção da ordem interna do Estado. Senão, como nos diz Chomsky:

A ideia que paira por trás disso, do século XVII aos nossos dias, é que, se o governo é capaz de controlar a população pela força, ele não se importa muito com o que ela venha a pensar, mas se não for capaz de controlá-la pela força, se a voz das pessoas puder se manifestar, é preciso certificar-se de que esta voz estará dizendo as coisas certas<sup>43</sup>.

O caso brasileiro, em relação à nossa democracia, não pode ser analisado sem suas particularidades. Entretanto, entendemos ser necessário demonstrar que as diversas associações e análises aqui apresentadas estão estreitamente ligadas a um conceito bastante amplo de modelo democrático, que contempla até mesmo o Brasil. A questão democrática, que inclui a imprensa e auxilia na produção do conceito de liberdade, obedece a uma lógica muito semelhante em países com a matriz político-institucional ocidental. A crítica de Chomsky, vista por uma ótica mais ampla, denuncia o arcabouço ideológico que permeia o Estado liberal até os nossos dias. Ele nos mostra que até mesmo a escolha, na democracia ocidental, é *relativamente* livre pois: “A liberdade de escolha existe na medida em que o governo não força ninguém a escolher.”<sup>44</sup>

No Brasil dos anos 20, a República passava pela difícil administração de Arthur Bernardes (1922-1926) e retornava, no governo de Washington Luís, em 1927, à “liberdade” de imprensa e aos mesmos rituais democráticos anteriores ao conturbado interlúdio bernardista. Os jornais publicavam as notícias, mas a moralidade, ditada pelos mesmos grupos políticos, continuava seu percurso, no intuito de fazer significar a defesa das “liberdades” da população.

Os jornais, no último quadriênio da década de 20, pareciam livres para traduzir a opinião pública e mostrar que os brasileiros haviam sobrevivido aos arbítrios do governo autoritário. Assim, a população podia sempre contar com a ação da publicidade dos órgãos privados

---

43 *Ibidem.*

44 *Ibidem.*

de imprensa para denunciar e promover a catarse social da democracia, profanada pelos regimes ditatoriais. A imprensa alternativa operária sempre perseguida e, como já vimos, colocada sob suspeita, não possuía recursos nem “pré-requisitos” para tornar-se legítima tradutora da moral social.

Aos órgãos de divulgação sob responsabilidade dos anarquistas, oficialmente desqualificados, coube grande parte dos rigores do regime de exceção. Por conta da virulenta crítica social dos libertários ao sistema vigente, foram os periódicos sistematicamente recolhidos e seus redatores presos e processados. Embora as matérias veiculadas nas colunas muitas vezes se aproximassem das críticas feitas pela oposição ao governo, o caráter empregado à análise libertária sempre se distinguiu pelas propostas de transformação. Além das reivindicações econômicas, os jornais defendiam grandes projetos para as classes menos favorecidas nos quais se incluíam escolas, clubes e ateneus culturais.<sup>45</sup> Até mesmo uma *Universidade Popular* de efêmera duração foi criada para prover os operários de uma cultura proletária não burguesa.

Mas a cultura libertária tinha seu principal conteúdo *revolucionário* no combate à moral vigente, principalmente ao estimular os operários a questionarem as estruturas da sociedade. Esse aspecto foi, muito provavelmente, um dos principais elementos de acirramento das contradições entre governo e militantes. Para a organização do Estado, a oposição sem um *locus* de poder definido, portanto um elemento que, antes da simples derrubada do grupo político, preconizava o fim da ordem capitalista e do próprio Estado, era bastante desconcertante e perigosa. A estratégia de enfrentamento proposta pelos anarquistas, ao rejeitarem os pactos político-partidários, representava, para o governo brasileiro, e, em particular, para os órgãos de repressão o desafio do inimigo sem rosto. Não havia na história recente do país, nem mesmo nas lutas abolicionistas, um contingente tão significativo das classes subalternas ameaçando a hegemonia da elite dirigente na condução da sociedade.

Ao se apresentarem simplesmente como operários, os anarquistas, através do sindicalismo revolucionário, empurraram, pela ação civil das classes organizadas, as contradições do sistema para o arbitramento das ruas. Muito provavelmente foi essa nova realidade experimentada

---

45 Os ateneus buscavam estimular a ilustração operária através dos estudos de obras de teóricos como Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Proudhon e outros. Edgar Rodrigues. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979, passim.

pelo governo, essa falta de “corpo”, ou identidade política, para utilizar como emblema ou signo de combate, que levou o Estado a criar no *imigrante radical* a figura símbolo dos desafetos nacionais. Na impossibilidade de atacar diretamente o operário, enquanto classe, principalmente por estar o trabalho permeado por imagens sagradas, o governo necessitava depositar na imagem do estrangeiro radical todo o sentido da “repressão justa”.

Este livro, escrito sem a pretensão de síntese final do período estudado, procura apontar alguns caminhos e reflexões para a investigação da repressão no Brasil e, em particular, o caso dos operários radicais. O confinamento de anarquistas, soldados, imigrantes, menores e outros “desclassificados” na Colônia Penal de Clevelândia do Norte, no Oiapoque, entre 1924 a 1926, deverá servir como um ponto chave dos mecanismos de repressão. A negação do discurso dos deportados, pelo governo, denuncia a incapacidade do Estado brasileiro em conviver com as diferenças; a postura autoritária é, na verdade, uma exacerbação da mentalidade elitista das oligarquias que, em determinados momentos, os chamados *regimes de exceção*, materializam, mais claramente, sem o retoque civilizado da legalidade, seus projetos para as classes subalternas no país. Práticas essas que, longe de serem exceções, tornaram-se regra na história da República.



# CAPÍTULO I

## A IDEIA DE ANARQUISMO NO BRASIL

*Em cada signo dorme este monstro: um estereótipo.*

Roland Barthes.

### I.1. ALGUNS ELEMENTOS PARA PENSAR O ANARQUISMO

Antes de falarmos sobre a constituição das referências filosóficas e sociais que circunscrevem o vocábulo anarquismo, principalmente no que este veio a significar no Brasil, seria muito oportuno, de forma sintética, definir o que os anarquistas de forma geral buscavam estabelecer através de seus princípios. Para tanto, julgamos que deixar a palavra “significar-se” pelo texto de um dos mais consagrados intelectuais do movimento, Piotr Kropotkin, na Europa dos séculos XIX e XX, contribuiria bastante para assentar-se o sentido dela.

Ao escrever, depois de muitas outras contribuições à mesma obra, o verbete “Anarquismo” na Enciclopédia Britânica, por ocasião da sua 11ª edição de (1910-1911), o teórico russo, de origem aristocrática, procurou sintetizar a essência de uma doutrina por demais assaltada por tendências. Dizia ele:

Anarquismo (do grego *an-* e *arch*, contrário à autoridade), nome dado a um princípio, ou teoria de vida ou conduta, pelo qual a sociedade é concebida sem governo. Numa tal sociedade, a harmonia seria obtida não pela submissão às leis ou pela obediência a qualquer autoridade, mas por

livres acordos entre os vários grupos, regionais e profissionais, livremente constituídos no interesse da produção e do consumo, bem como para a satisfação da infinita variedade de necessidades de um ser civilizado. Numa sociedade desenvolvida nessas linhas, as associações voluntárias que desde agora começam a abranger todos os campos da atividade humana atingiriam um campo ainda maior, de modo a substituírem o Estado em todas as suas funções.<sup>46</sup>

As primeiras linhas da definição de Kropotkin sintetizam o que havia de fundamental e comum a todas as tendências do anarquismo.

Os jornais brasileiros, em fins do século XIX, já publicavam em suas colunas notícias que, pelo teor contraditório dos juízos, marcaram as primeiras concepções do anarquismo. Podemos verificar através dos veículos de informação que o conteúdo da palavra já há algum tempo era utilizado no universo retórico de políticos e autoridades policiais na sua forma pejorativa, e que, já no ocaso do Império, ocupava no conjunto de significações do léxico nacional um espaço definido<sup>47</sup>. A legenda produzida pelos atentados políticos, sistematicamente veiculada na Europa pela imprensa, tratou de adicionar novos elementos aos já conhecidos ou identificados com a ideia de anarquismo, também no Brasil.

No ano de 1890, o *Jornal do Commercio* já registrava a existência de ideias “*anarchistas*”, comumente relacionadas com determinados comportamentos políticos nacionais considerados sediciosos e desviantes<sup>48</sup>. A mesma folha trazia notícia da preocupação do rei Leopoldo da Bélgica com o crescimento dos adeptos da causa. Um fato que a matéria não deixaria de associar à ação destes contra o jornal francês conservador *La Dépêche*, por ocasião da invasão da sua sede, em Lille, inutilizando as máquinas e “maltratando” os redatores<sup>49</sup>.

Os eventos do 1º de Maio em Paris ganhariam nesse ano uma cobertura detalhada, em cuja narrativa os anarquistas figuram como fu-

---

46 *O Tesouro da Enciclopédia Britânica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 159.

47 Ver para o século XIX o artigo: Alexandre Samis. Os matizes do sentido - anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. In: *Verve* (PUC-SP), São Paulo, v. 2, 2002, pp. 40-64.

48 **BN**. *Jornal do Commercio*, 23/4/1890.

49 **BN**. *Jornal do Commercio*, 20/5/1890.

ribundos agressores, superando o policiamento local em número e na ousadia. Como resultado: “Durante esse conflicto, que durou uns 10 minutos, umas 60 pessoas ficarão feridas sem gravidade, e alguns desordeiros forão presos”<sup>50</sup>. Curiosamente teria sido detido, no contexto da repressão aos manifestantes, o adido brasileiro na “legaçon de Madrid”, o sr. Ferreira de Abreu. Em um balanço preliminar, teriam sido presas 300 pessoas no total.

Após uma avaliação geral sobre a extensão das greves e manifestações por toda a França, ainda na mesma notícia, o diário não deixaria dúvidas sobre como entendia a presença dos operários nas ruas e o significado do 1º de Maio. Ainda que reconhecendo a justeza das reivindicações, registra:

Certo, a manifestação internacional socialista de 1º de Maio gorou geralmente. Mas era um mero ensaio. Havemos de assistir infelizmente à encenação da peça e à sua representação como desfecho trágico que ninguém se atreve a encarar.

Os operários já sabem que, a um signal dado, podem suspender o trabalho nos dous mundos, arruinando a indústria e acumulando males incalculáveis. Em um tempo em que o número é que dicta leis, eles se lembrarão de que, quando quizerem, dictarão lei ao mundo<sup>51</sup>.

Sobre os anarquistas, alguns dos quais encarcerados antes mesmo do início das manifestações, esses teriam sido multados e internados nas prisões pelo prazo de 3 meses. O ministro do Interior divulga nessa oportunidade que pretende “expulsar da França”, uns “4 ou 5 mil estrangeiros que andão envolvidos com revolucionários”<sup>52</sup>. Os anarquistas são, quase que compulsoriamente, identificados como estrangeiros, na sua maioria italianos, alheios aos interesses do trabalhador francês. A notícia identificava-os como “espias pagos”, chamados de “reptis”, que formariam um “estado-maior anarchista”, claramente responsável por deturpar o caráter pacífico das manifestações do 1º de Maio<sup>53</sup>.

50 BN. *Jornal do Commercio*, 27/5/1890.

51 BN. *Jornal do Commercio*, 27/5/1890.

52 BN. *Jornal do Commercio*, 27/5/1890.

53 BN. *Jornal do Commercio*, 27/05/1890.

O relato, por outra parte, não esconde que o governo francês teria aproveitado a oportunidade para prender alguns anarquistas notórios, entre os quais Louise Michel<sup>54</sup>, enchendo a capital de soldados e colocando toda a polícia de prontidão. Foram processados e presos na ocasião Charles Malato e Ernest Gégout, ambos responsáveis pelo periódico anarquista *L'Attaque*.

Em junho do mesmo ano, o *Jornal do Commercio* publica extensa matéria sobre um conjunto de greves na Espanha, dando destaque aos “audazes” anarquistas que, por suas atitudes, ainda que em menor número, suplantavam os socialistas nas províncias<sup>55</sup>. Nesse mesmo mês vinham da Itália notícias de movimentação operária e anarquista seguida sempre de repressão policial.<sup>56</sup> No dia 22, na sua segunda página, para referir-se a acordos diplomáticos entre Rússia e Alemanha, novamente os anarquistas seriam citados. Dessa vez, o texto noticioso esboça uma iniciativa em curso mais bem coordenada e pretensamente mais eficaz, envolvendo inclusive a Inglaterra. Assim:

O Marquez de Salisbury mostrava-se favorável a um acordo que facilitaria aos governos a repressão da propaganda revolucionária entre os operários. Procurar-se-hia, em primeiro lugar, restringir o direito de asylo que permite aos anarchistas installados em Londres preparar ali com toda a segurança atentados contra a ordem social no continente. Uma vez realizada essa reforma, os outros governos se apressariam a entrar no mesmo caminho e o anarchismo não tardaria a ser definitivamente esmagado na Europa<sup>57</sup>.

Antes ainda do fim do mês de julho, o mesmo jornal registraria a prisão e condenação de anarquistas russos em Paris, acusados de “fabricação de machinas explosivas”<sup>58</sup>. Um fato que, segundo a matéria, foi comemorado em São Petersburgo.

54 BN. *Jornal do Commercio*, 27/5/1890

55 BN. *Jornal do Commercio*, 4/6/1890.

56 BN. *Jornal do Commercio*, 20/6/1890.

57 BN. *Jornal do Commercio*, 22/6/1890.

58 BN. *Jornal do Commercio*, 29/6/1890

No dia 25 de janeiro de 1892, outra notícia envolvendo “anarchistas e nihilistas” russos, todos responsáveis por uma grande conspiração, apontava a cidade de São Petersburgo como sede de diversos núcleos de revolucionários violentos, “como sempre de caracter anarchista”<sup>59</sup>. Os alvos do complô seriam o czarismo, as velhas instituições, e tudo mais que se interpusesse à marcha da revolução social. Na mesma direção ia a notícia de uma outra conspiração com “ramificações em toda a Europa e América”<sup>60</sup>, partindo de Londres, na qual se destacavam os anarquistas.

Se entendido como um esforço de identificar os anarquistas com a instabilidade política e social, esse conjunto de notícias desempenha papel relevante, ao aproximar nas mesmas colunas assuntos que iam de greves a atentados com explosivos, passando pela recusa e sabotagem ao “sorteio de conscritos” na França<sup>61</sup>. Sempre citando os anarquistas em conflito com a “ordem”, em ações “malfazejas”<sup>62</sup>, a legenda só faria crescer. Um crescimento que possibilitou forjar, em curto espaço de tempo, um único sentido para a palavra anarquismo. Fato que auxiliaria amplamente a criminalização e punição dos mais variados atores sociais no período. Um termo que passou a ser “útil” até mesmo para inibir ou neutralizar adversários políticos, ainda que esses fossem completamente estranhos ao anarquismo na sua estrita acepção política.

Em um debate na sessão ordinária do congresso constituinte, em 24 de dezembro de 1890, o parlamentar José Mariano, ao reiterar a necessidade de protestos diante de matéria duvidosa, da esfera do não servilismo diante de imposições externas, diria que:

(...) ou procurarão os seus representantes aqui baterem-se pelos princípios, e lutar para que a verdade apareça e chamá-los-hão de anarchista. Pois bem, quer chamem o orador de anarchista, quer não, há de protestar, há de bradar sempre, ainda que sua voz se perca neste recinto<sup>63</sup>.

---

59 **BN.** *Jornal do Commercio*, 25/1/1892.

60 **BN.** *Jornal do Commercio*, 30/1/1892.

61 **BN.** *Jornal do Commercio*, 20/2/1890.

62 **BN.** *Jornal do Commercio*, 27/2/1890.

63 **BN.** *Jornal do Commercio*, 28/12/1890.

Uma, entre outras evidências, de como o termo vai se introduzindo e popularizando nas mais diversas esferas da sociedade brasileira.

Dentro da mesma lógica e entendimento, em 1891, sobre certa instabilidade política no Mato Grosso, o *Jornal do Commercio* registrava a tentativa de setores adversários do governo de entregarem: “o Estado nas mãos e domínio dos anarchistas sediciosos”<sup>64</sup>. Uma alusão bastante imprecisa a julgar pelo extrato político e social dos envolvidos na “sedição”, uma vez que eram todos de frações das elites locais com ramificações e interesses correspondentes na capital da República.

No dia seguinte, o mesmo jornal publicaria um trecho do depoimento de Jules Simon, político republicano francês, contemporâneo da repressão à Comuna de Paris, no qual esse opunha explicitamente a República, com todas as suas “virtudes”, ao “perigo” anarquista. Isso ao comentar as manifestações do dia 1º de Maio, em Paris:

Se os anarchistas triunphassem em um movimento popular, o seu primeiro cuidado, logo após a victoria, seria constituir um governo e um governo despótico. Quem teria feito esse governo? Ninguém. Elle se faria por si mesmo. É a lei de todas as revoluções. Uma vez proclamado, que faria ele? Nenhum dos que ajudarão faze-lo o saberia. Os simples combatentes não tinham na cabeça senão o dia de 8 horas, o que não é um programma, e os directores tinhamo justamente a mesma provisão de idéas que suas victimas<sup>65</sup>.

Uma tradução, pelo exposto, em nada incompatível com a linha argumentativa que vinha desenvolvendo o diário brasileiro.

Ainda no Brasil, no contexto da vitória do governo Floriano Peixoto sobre uma fração amotinada da Armada, no ano de 1892, Lauro Sodré enviava do Pará um telegrama de congratulações ao governo, nos seguintes termos: “Pará está prompto a resistir aos anarchistas que conspirão contra a instituição vigente”<sup>66</sup>. Uma aplicação do termo anarquista que revela com didatismo o seu entendimento nas esferas políticas e institucionais brasileiras.

---

64 BN. *Jornal do Commercio*, 13/6/1891.

65 BN. *Jornal do Commercio*, 14/6/1891.

66 BN. *Jornal do Commercio*, 16/4/1892.

A questão do “estrangeiro radical”, do anarquista que vaga pelo mundo ignorando fronteiras, é mesmo recorrente no período. Em 1892, o mesmo *Jornal do Commercio*, insistiria em denunciar os muitos pedidos de asilo político de “socialistas e anarchistas estrangeiros” à Confederação Suíça. Um fato que, ainda segundo o jornal, acarretava enormes inconvenientes para as autoridades locais, uma vez que, já no território suíço, os exilados tramavam contra governos vizinhos, além de, onde estavam, promoverem o roubo e o assassinato<sup>67</sup>. Não há dúvida de que, mais que os socialistas, identificados quase sempre como pacíficos, os anarquistas encarnam o signo do terror.

No começo de 1884, por exemplo, um anarchista boêmio, ao que parece, poz-se em pleno café de Berna a expender suas teorias de assassinato e de destruição pela dynamite, mas nenhum applauso recebeu dos socialistas suíços presentes. Acreditamos que as medidas tomadas pelas autoridades contra homens deste jaez merecerão a adesão de todo o povo suíço, com raríssimas exceções<sup>68</sup>.

E para que não restasse dúvida da procedência dos anarquistas: “Têm aparecido, é exacto, na Suíssa, anarchistas dispostos a perpetrarem quaisquer crimes, sob o dito pretexto de regeneração social, e os mais activos erão sempre estrangeiros”. Na mesma coluna, o jornal comemorava a expulsão de anarquistas do território suíço.

As notícias sobre o niilismo e o anarquismo na Rússia aparecem também no jornal com alguma frequência. Na sua edição de 25 de janeiro de 1892, na primeira página, matéria alusiva ao tema aparece com algum destaque.

Entretanto, o esforço intelectual de um número considerável de anarquistas possibilitaria o mínimo de anuência para alguns de seus pressupostos, ainda que não tenha logrado reabilitar o projeto libertário perante o todo da sociedade. O caso do francês Élisée Reclus<sup>69</sup>, ainda

---

67 **BN.** *Jornal do Commercio*, 28/2/1892.

68 **BN.** *Jornal do Commercio*, 28/2/1892.

69 Geógrafo e importante teórico do anarquismo do século XIX, de língua francesa. Dentre os de sua geração, com projeção no mundo acadêmico, foi certamente um dos mais radicais proselitistas de sua causa. Reclus nasceu em 1830, na França, e veio a falecer na Bélgica, em 1905.

no século XIX, pode ser apontado como exemplo: geógrafo, autor de um livro que analisava os aspectos históricos, sociais e econômicos do Brasil,<sup>70</sup> que causou certa impressão no mundo acadêmico nacional, justificando inclusive uma tradução e publicação, em 1900, pela afa-mada Garnier. Ainda que o livro não tratasse do tema propriamente dito, o seu conteúdo e o reconhecimento acadêmico serviram ao anar-quismo indiretamente por força do seu prestígio científico. Tanto mais após Reclus ter sido recebido no Brasil, em 1893, no Rio de Janeiro, com pompas de grande autoridade científica<sup>71</sup>.

Os escritos de Kropotkin não foram menos importantes, sua obra, bastante divulgada na Europa, chega ao Brasil pelas citações e referên-cias bibliográficas de autores consagrados no Velho Continente. Nesse contexto o geógrafo russo já gozava de certa notoriedade. Mesmo o *Jor-nal do Commercio*, tradicional detrator dos anarquistas, em sua coluna de resenhas de obras publicadas no exterior, consignou em maio um inequívoco elogio<sup>72</sup> ao livro do pensador russo: *La Conquête du Pain*. Lançado nesse mesmo ano pela Livraria “*Tresse de Stock*”, com prefácio de Reclus, o colonista, após escrupulosa dissertação dos pontos fortes da obra, concluiria que:

O livro do príncipe Kropotkine não é tão somente o livro de um anarchista, é o livro de um pensador, de um philo-sopho, de um homem erudito, e as páginas que consagra

---

70 Élisée Reclus. Estados Unidos do Brasil. O Brasil nos fins do século XIX. In: Manuel Correia de Andrade. (org.). Élisée Reclus. São Paulo, Ática, 1985, p. 167.

71 O anarquista Élisée Reclus escrevia sobre o Brasil desde 1862, já na *Revue des deux mondes*, havia publicado um artigo sob o título de *Le Brésil et la colonisation*. Em um de seus exílios, nos anos de 1850, esteve em países de América, como Colômbia e EUA. Existem registros imprecisos de sua passagem pelo Brasil, Uruguai, Argen-tina e Chile, em 1893, com sua segunda esposa Ermance, viagem que teria como consequência o artigo *Estados Unidos do Brasil*. Luiz Costa Lima. A véspera de Hoje. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 9 de dezembro de 1995; Élisée Reclus. *O Brasil nos Fins do Século XIX*. In: Manuel Correia de Andrade (org.) Élisée Reclus. São Paulo, Ática, 1985; Itineraire. n°14/15, Paris, 1998 e Milton Lopes. *Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Achiamé/ NPMC-FARJ, 2004. Para um mais amplo panorama da recepção das ideias de Reclus no Brasil, ver: Adriano Gonçalves Skoda. *A Recepção de Élisée Reclus no Brasil: uma narrativa científica*. Dissertação, USP- Geografia Humana, 2016.

72 No dia 29 de maio, já aparecem críticas a Kropotkin, ao mesmo livro, em uma coluna intitulada “*Chronica Pariziense*”. **BN**. *Jornal do Commercio*, 29/5/1892.



à agricultura intensiva causarão sensação entre os entendidos. Pela primeira vez o comunismo anarquista apresenta as suas reivindicações debaixo de uma forma científica e desapassionada, que deve prender a atenção de quantos se interessão pelo povo<sup>73</sup>.

Em setembro de 1902, o mesmo jornal transcreveria algumas de suas críticas e artigos.<sup>74</sup> Textos como os de Kropotkin, comentando a obra de Emile Zola, traduzidos de “*Les Temps Nouveaux*” de Jean Grave, outro anarquista, figuravam no jornal como peças eminentemente científicas. A cientificidade do trabalho dos geógrafos e homens da sociologia parecia purgá-los das nocivas influências ideológicas da filosofia radical. O mesmo parecia ter efeito no caso de socialistas como Jean Jaurès,<sup>75</sup> e brasileiros do quilate intelectual de Evaristo de Moraes.<sup>76</sup> Mas nada disso era suficientemente forte para livrar o anarquismo da legenda cuidadosamente montada em seu nome.

Para tal o anarquismo de ação prática e social fornecia precioso combustível para as críticas mais exaltadas e demolidoras. Talvez a figura mais utilizada para encarnar este “mal” tenha sido Ravachol<sup>77</sup>. Executado em Paris no ano de 1892, esse “filho da miséria capitalista” ficou irremediavelmente associado às soluções políticas levadas a efeito pelo punhal e a dinamite. Ele serviu de exemplo, talvez mais que todos os outros, para explicitar o dano potencial do anarquismo à civilização.

A dinâmica da chamada “propaganda pelo fato” angariou para o anarquismo uma boa parte da “infâmia” que esse carregaria por todo o século XX. Na verdade, o método adotado por esse tipo de tática anarquista encontrava arrimo em iniciativas eminentemente individuais. Diferente do “terrorismo” russo, o fenômeno ocidental primou pelas ações em que se envolviam poucos militantes. Para George Woodcock:

73 **BN.** *Jornal do Commercio*, 1/05/1892.

74 **BN.** *Jornal do Commercio*, 10/9/1902.

75 **BN.** *Jornal do Commercio*, 8/9/1902.

76 **BN.** *Jornal do Commercio*, 12/1/1897.

77 Claudius Koenigstein François - Ravachol, nasceu em Saint-Chamond (Loire), em 1859. Filho de operários, seu nome tornou-se gênero da “delinquência” anarquista. Suas proezas e audácia lhe valeram fama para além das fronteiras da França. Em 1892, foi executado na guilhotina, sob forte comoção estimulada pelos jornais. Cf. Jean Maitron. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.

Foi, sobretudo, um período de gestos dramáticos e de fervor romântico pela violência que culminou na série de sensacionais atos terroristas que marcaram o início da década de 90. Nem todos os anarquistas neste período foram terroristas, longe disso; só uma minúscula minoria esteve implicada em atos de violência<sup>78</sup>.

Uma série de feitos iniciados por anarquistas, no princípio do ano de 1892, deram ensejo a uma sequência de atentados e explosões que se espalharam pela Europa e boa parte do mundo ocidental<sup>79</sup>. A França, como palco privilegiado desse fenômeno, foi também o país difusor de uma ação sistemática contra a generalidade dos libertários.

No Brasil, os ecos dos atos de Ravachol chegaram com bastante rapidez<sup>80</sup>. O *Jornal do Commercio* publica, em 27 de abril de 1892, notícia do “perigoso terrorista”. Em maio do mesmo ano, na seção *Gazetilha*, eram reproduzidos informes sobre os detalhes do julgamento do “perigoso anarquista”<sup>81</sup>. Assim aconteceria nos dias 22 de maio e 5 de agosto.

Mas, talvez, a notícia mais elucidativa do perfil que se vai esboçando sobre a relação dos anarquistas com o imaginário social brasileiro esteja em um artigo do dia 1º de dezembro de 1892, no qual aparece a informação do envio pelo chefe de polícia de um ofício ao Ministro da Justiça. Nele, a autoridade queixava-se da presença de estrangeiros, “ardentes discípulos do feroz e sanguinário Ravachol”<sup>82</sup>, radicados na capital. E ao prender: “Bonifácio Minor, Lázaro Laguna, Juan Villa, Antonio Pairo, espanhóis; Antonio Fontana, italiano; Marcellus Raux, canadense; Jules Pacave e Lefebre Alexander, franceses,” alegava o chefe de polícia que, esses teriam sido detidos por discursos proferidos na noite do dia 11 de novembro, no prédio do Centro do Partido Operário. Durante o depoimento, os implicados “confessaram sem reboço que se vangloriavam de ser anarquistas; que tinham declarado guerra de

78 George Woodcock. *O Anarquismo*. Lisboa: Meridiano, 1971, p. 305.

79 *Ibidem*, p. 315.

80 Segundo uma notícia publicada no *Jornal do Commercio*, retirada de “um jornal inglês”, o nome Ravachol seria uma contração do nome Ravailac, assassino de Henrique IV, e a palavra “alcohol”. **BN**. *Jornal do Commercio*, 2/5/1892.

81 **BN**. *Jornal do Commercio*, 18/5/1892.

82 **BN**. *Jornal do Commercio*, 1/12/1892.

morte ao capital; que proclamavam a emancipação do trabalho; que haviam de obter pelo incêndio, pelo punhal e pela dinamite”<sup>83</sup>. Concluía então o chefe de polícia que

o ligeiro relatório que ora vos faço, me parece, senhor Ministro, que contém os elementos precisos para solicitar da vossa autoridade, sem inúteis desenvolvimentos, a ordem para deportação desses estrangeiros.

Contidas no relatório estavam todas as justificativas necessárias às constantes burlas ao código de leis da República. Não só foram excepcionalmente qualificados os réus, como também, com base na natureza dos “pacientes”, fazia-se urgente a ação sem os embaraços da observância dos trâmites convencionais, procedimento legal que a autoridade policial chamou de “inúteis desenvolvimentos”.

Estes não foram os únicos detidos neste período pelo crime de professar o “credo anarquista”. No dia 25 de novembro de 1892, pela imprensa, o delegado da 8ª Circunscrição Urbana Dr. Vaz Pinto, anunciava a prisão de alguns revolucionários. Antônio Thabio seria o “chefe dos anarquistas” residentes na cidade. Assim segue:

Encontraram, os policiais, na diligência feita á casa de Thabio, rua Visconde de Uruguai nº 9, em Niterói, um caderno com escritos, entre eles o seguinte: “para se conseguir o bem-estar físico e moral é preciso a dinamite e o punhal”<sup>84</sup>.

Não foi difícil ao policial atribuir a inspiração poética de Thabio ao “malvado Ravachol”. No dia 28 de novembro, outra matéria informaria sobre a conclusão do inquérito.

Como alude George Woodcock, a expressão numérica dos ativistas da “propaganda pelo fato” na França era bastante reduzida em relação ao universo de militantes anarquistas. Mesmo os mais respeitados intelectuais libertários, como Kropotkin, Grave e Reclus viam nesse tipo de atitude um grande equívoco político. É possível inclusive afirmar que os “terroristas” não contaram com a anuência das figuras de maior destaque do movimento. Mas a despeito da aquiescência dos grupos organizados, os individualistas da dinamite cunharam sua legenda. E, não

83 BN. *Jornal do Commercio*, 1/12/1892.

84 BN. *Jornal do Commercio*, 25/11/1892.

raro, gozaram da simpatia, nem sempre discreta, de ativistas que se encontravam nas bases de algumas importantes organizações libertárias.

Todo esse movimento em torno dos atos anarquistas levou intelectuais, alguns de procedência socialista, a arriscarem-se a fazer ilações sobre o fenômeno do “terrorismo”. Entre estes destacamos o escritor Eça de Queiroz, um proudhoniano moderadíssimo que, em não poucas oportunidades, elogiou o movimento operário de caráter internacionalista<sup>85</sup>. Todavia, no que dizia respeito aos atentados, Eça não os poupava da mais severa crítica. Tomando como caso o exemplo de A. Vaillant que, ao explodir, no parlamento francês, algumas bananas de dinamite, acomodadas em uma caixa, contribuiu para mobilizar a opinião pública em escandaloso delírio, o escritor português assim sintetizava:

N’um crime como o de Vaillant entram, em resumo, três impulsos ou motivos determinantes. Primeiramente há um desejo de vingança, todo pessoal, por misérias longamente padecidas na obscuridade e na indigência. Há depois o apetite mórbido da celebridade – como o prova o fato de Vaillant, nas vésperas de lançar a bomba se ter fotografado, n’uma atitude arrogante, voltado para a posteridade. E enfim há o propósito de aplicar a doutrina da seita, que, tendo condenado a sociedade burguesa e capitalista como único impedimento á definitiva felicidade dos proletários, decretou a destruição d’essa sociedade. Só este lado sectário do crime particularmente nos interessa quanto à sua inutilidade (porque, pelos outros dois lados, o ato não foi inútil, visto ter Vaillant realizado a sua vingança e alcançado a sua celebridade)<sup>86</sup>.

O atentado de Vaillant<sup>87</sup> ao *Palais – Bourbon* não provocara nenhuma vítima fatal, mas o escritor alertava sobre os possíveis desdobra-

85 Eça de Queiroz. Colaboração europeia: primeiro de Maio. In: *Obras Completas*. Vol.10. Lisboa: Resomnia editores, 1988.

86 Eça de Queiroz. *Echos de Paris*. Porto: Lello, s.d., p. 163.

87 August Vaillant esteve no Brasil, provavelmente na década de 80 do século XIX, e comprou algumas terras. Tendo, posteriormente retornado à França. Não há registro de ter feito no país proselitismo dos princípios anarquistas, entretanto, é curiosa esta faceta da sua biografia. Maurice Duplay. *L’ère Anarchiste*. In: *Historia* nº 263 – Octobre, France: 1968, p. 86.

mentos do fato, caso o resultado fosse diferente: seria certamente uma fonte ainda maior de ódio e desconfiança da sociedade em relação aos ativistas, sem falar, é claro, na inutilidade de tais atitudes diante do poder da burguesia<sup>88</sup>. Na sua obra, Eça voltaria algumas vezes à questão; na verdade, esse tornou-se um assunto que provocou comoção e dividiu opiniões na *Belle Époque*.

No Rio de Janeiro dos últimos anos do século XIX, um italiano anarquista foi preso por suspeita de planejar o assassinato do presidente da República Campos Salles. Após ser solto, por falta de provas, Valente Cardesco teria viajado para outros países da América Latina e foi saudado pelo periódico carioca *O Archote*, quando de sua volta ao Distrito Federal<sup>89</sup>. Cardesco, como muitos outros imigrantes, era visto com suspeita pelas autoridades brasileiras. Essas, que já associavam o imigrante radical ao signo da desordem, não pouparam de maiores vexames e constrangimentos os operários ativistas.

O ciclo de atentados na Europa e nos E.U.A reforçava, no que se refere aos anarquistas, principalmente imigrantes, a fama de regicidas e assassinos de chefes de Estado<sup>90</sup>. O presidente americano Theodore Roosevelt chegaria a enfaticamente afirmar que “O anarquista é inimigo da Humanidade, inimigo da raça humana,”<sup>91</sup> aludindo a vários atentados cometidos por partidários da “propaganda pelo fato”, no território norte-americano. E, ao que tudo indica, as autoridades brasileiras não ficaram insensíveis a esses acontecimentos.

À explosão da dinamite juntava-se a imagem do criminoso insano, alucinado e misantropo. Essas referências ganharam minuciosa argumentação científica pelos trabalhos de Cesare Lombroso e muitos de seus contemporâneos na Europa e nas Américas. No Distrito Federal e em outras partes do Brasil, as prédicas das “transformações pela pólvora” ganharam adeptos e insuflaram os ânimos das mais diversas formas. Talvez um dos órgãos de imprensa mais significativos no gênero tenha

88 Eça de Queiroz. *Echos de Paris*, *op. cit.*, p. 165.

89 **BN**. *O Archote*, 15/5/1908.

90 Os exemplos teriam sido dados pelo italiano Geronimo Caserio, assassino do presidente francês, Sadi Carnot. E posteriormente, o jovem polonês Leon Frank Czolgosz, que teria posto fim à vida do presidente norte-americano, McKinley, em 1901.

91 *Apud* W. Dirk Raat. *Los Revoltosos*. México: Fondo de Cultura, 1988, p. 15.

sido o *Dinamite*, que se autovinculava ao “niilismo”. Esse jornal passou a circular em Curitiba no ano da proclamação da República e, como muitos outros, talvez pela sua virulência, teve existência breve<sup>92</sup>. A efemeridade de certos boletins radicais devia-se muito provavelmente aos limites do compromisso de seus editores com as transformações mais profundas na sociedade. Uma vez lançados os brados de revolta, muito pouco restava a dizer à sociedade. Parece-nos que o qualificativo de revolucionário seria exagerado para esses indivíduos ou grupos.

É possível, como queria Eça de Queiroz, que a preferência pela via mais violenta e, em particular, a utilização da dinamite, estivesse de alguma forma relacionada com referências sedimentadas no plano simbólico religioso-social, pelas pregações do juízo final; isto é, a cauterização do mal pelo fogo, mesmo que, *mutatis mutandis*, essa fosse uma medida secular e “revolucionária.” A comunhão encontrada nos ideais mais altruístas teria fornecido o catalisador necessário para os comportamentos mais radicais. Nesse caso, encontrar-se entre os anarquistas ou niilistas contava muito pouco. O fenômeno da simulação do “juízo” pelos “anjos-revolucionários” era o que os unia em uma escala mais ampla. Dessa forma, o castigo da “danação”, imagem religiosa por excelência, podia muito bem ser substituído pela eliminação da classe à qual pertencia a vítima. A burguesia devia desaparecer e o veículo ou ponto de inflexão da metodologia para alcançar tal objetivo era o atentado.

Todas as interpretações dos prováveis motivos que moviam os agentes dos atentados interessaram muito pouco à polícia. O fato é que, ao menos no Brasil, a despeito da popularidade de Lombroso, os anarquistas foram, desde muito cedo, comparados, ou antes, confundidos com os criminosos comuns. As teses da patologia social foram muito pouco consideradas pelo aparelho de repressão que vinha se organizando nos primeiros anos da República. É certo que alguns pressupostos de Lombroso seriam parcialmente adotados, no que se refere ao destino dado aos prisioneiros políticos. Mas, na quase totalidade das vezes, utilizaram-se seletivamente da “profilaxia” prescrita pela “ciência”, fazendo desta uma desculpa para as piores arbitrariedades.

Um outro grupo que, nos primórdios da organização republicana, utilizou uma linguagem simbólica muito semelhante à dos anarquistas mais radicais foi o dos republicanos jacobinos. Em seus jornais, não

---

92 **IHGB.** *Dinamite* – órgão dos niilistas – ano I, Curitiba, 1889.

raro, eram encontrados apelos violentos e mesmo títulos alusivos à dinamite<sup>93</sup>. Mas, o “terror republicano”<sup>94</sup> distinguia-se profundamente do anarquismo. Não só pelos seus objetivos, como também pelo tratamento que recebeu do poder constituído:

Quanto à sociedade, portanto, viam-na os jacobinos como desigual, mas é certo também que naquele momento ao menos, não esperavam estender a igualdade a toda população, dado o feroz exclusivismo em relação aos estrangeiros que dela faziam parte. Não compartilhavam jamais da ideia de um Brasil aberto a todas as raças, a todos os credos, hospitaleiramente disposto a acolher todo aquele que ali aportasse. Embora advogassem a “decretação de leis protecionistas para as classes operárias nacionais” e apelassem para o seu apoio, defendendo-as em muitas reivindicações trabalhistas como a da jornada de oito horas, por exemplo, seu grande público não era proletário<sup>95</sup>.

O hermetismo de certos grupos republicanos radicais assemelhava-se ao princípio da “carbonária” e demais sociedades secretas correlatas. Em Portugal, esse procedimento esteve muito associado à República, proclamada em 1910. E mesmo nos eventos que patrocinaram o regicídio de D. Carlos, na cidade de Lisboa, em 1908<sup>96</sup>.

No Brasil, a tendência desse tipo de segmento republicano foi, com o passar dos anos, a acomodação aos quadros da via política tradicional. Muito cedo, a rebelião positivista traduzir-se-ia em moderação, segundo eles, característica de seu amadurecimento. Quer nas fileiras oposicionistas, ou no apoio ao governo, esses elementos diluíram-se, em espaço relativamente curto de tempo, nos grupos detentores do poder.

93 Temos o exemplo do jornal, *A Bomba*, de A. Mascarenhas e L. de Azevedo.

94 Maria de Lourdes Mônaco Janotti. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 134.

95 Suely Robles Reis de Queiroz. *Os Radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 123-124.

96 Cf. José Brandão. *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa: Alfa, 1990.

Por outra parte, caberia ao trabalhador a herança do “caráter violento” atribuída pela propaganda dos primeiros anos do governo republicano. Assim, restava ao pobre morador das cidades a fisionomia que comporia a imagem final das “classes perigosas”. Sem o amparo da origem, diferentes em tudo, no caso dos negros, ou quase tudo, no dos brancos, dos homens das camadas médias, os trabalhadores mantiveram o seu “status social” e, por conta dele, foram mantidos sob permanente vigilância. Um procedimento que encontraria em frações dos setores oprimidos uma grande resistência.

Em suas memórias, Astolfo Rezende, delegado no Distrito Federal de 1907 a 1911, aborda diversas passagens da sua profissão, bastante alusivas à questão dos atentados. Entre os episódios encontramos a narrativa de “um atentado a dinamite contra as torres e os cabos condutores de energia elétrica da *The Rio Janeiro Tramway, Light and Power Comp*”<sup>97</sup>. Segundo o delegado: às 11 horas da noite do dia 9 de julho do ano de 1909, os moradores da rua Monteiro da Luz e suas imediações, no Encantado, teriam sido despertados por uma série de fortíssimos estampidos. O episódio, registrado em inquérito, arrolou algumas testemunhas, e um delas teria afirmado:

Disse ainda que atribuía o atentado a operários sócios da “União dos Operários de Gaz”, despedidos por ocasião da última greve e principalmente os de nomes A. C., J. M. e A. M., pelo grande interesse que eles tinham de captar a adesão dos operários do Ribeirão das Lajes<sup>98</sup>.

O delegado, que chegou a declinar do convite feito pelo presidente Delfim Moreira para ocupar o cargo de Chefe de Polícia, não deixaria de registrar em seu livro a necessidade de leis de repressão a esse tipo de incidente envolvendo trabalhadores.

No início dos anos 20, vários atentados contra as padarias mobilizaram a polícia. Em artigo, sob o título “Os que querem ‘convencer’ com a dinamite”, o *Correio da Manhã* conclamava a polícia a agir contra o “anarquismo dinamiteiro”. Tendo já dois suspeitos, Francisco de Assis da Costa e José Paula, a polícia seguia os seus procedimentos ordinários:

---

97 **BFCRB**. Astolfo Rezende. *Relatórios Policiais – 1907-1910*. Rio de Janeiro: Casa Vallella, 1925, p. 243.

98 *Ibidem*.



O Dr. Nascimento Silva, delegado auxiliar, estando já bem seguro da situação daqueles dois (ilegível) que estavam sob suas vistas resolveu apressar a diligência contra eles, diligência que deu os resultados esperados, sendo possível, que sirva para esclarecer, a frequência com que as bombas explodem agora aqui e ali. Assim o pessoal de agentes (sic), sob as instruções necessárias, bem dirigidos, foi à casa onde apurou que aqueles dois indivíduos, tinham seu cômodo. Essa casa era à Rua Visconde do Rio Branco n° (ilegível). Os agentes penetraram lá, de súbito, e, no quarto, onde haviam apurado que os dinamiteiros viviam, lograram encontrar um deles, o de nome Francisco de Assis Costa. O dinamiteiro não ofereceu a mínima resistência, e, seguro que foi, passou o pessoal a dar uma busca em (ilegível) cômodo. Todas as malas dos dois homens foram revistadas, e, numa delas foi encontrada muito bem acondicionada, uma bomba das mais poderosas que até aqui se tem empregado. Essa bomba foi apreendida e com ela grande quantidade de livros e panfletos de propaganda anarquista. Também foi apreendida uma bandeira vermelha e preta com a inscrição “Sindicato dos Panificadores”<sup>99</sup>.

Os “agitadores” foram processados.

Sobre a categoria dos padeiros no Distrito Federal cabe ressaltar que essa se forma com a participação direta de trabalhadores negros escravizados, ainda nos anos de 1870. Nesse período era notória a predisposição para a resistência abolicionista, contra as mais que visíveis injustiças sociais. A história desse segmento da classe trabalhadora, no que diz respeito à mobilização, não se alteraria significativamente no período pós-abolição. Um fato que não contou pouco para que a vigilância sobre o conjunto desses profissionais fosse bastante severa<sup>100</sup>. No caso da capital do país, existem registros de que algumas padarias haviam sido abertas por galegos, fração étnica bastante importante para a composição geral da mão de obra no período republi-

99 **BN.** *Correio da Manhã*, 4/7/1920.

100 Cf. Leila Duarte. *Pão e Liberdade: uma história dos padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad/FAPERJ, 2002.

cano<sup>101</sup>. Assim, em não raras oportunidades, foi possível encontrar no mesmo ambiente de trabalho, negros e imigrantes galegos, muitos destes últimos, assalariados.

Seja como for, a trajetória dos padeiros apresenta-se nesse contexto bastante associada aos atos de rebeldia e de sabotagem. Muitos deles, inclusive, aparecem como réus em processos criminais envolvendo o uso da dinamite<sup>102</sup>. Na “greve geral” deflagrada no início de 1920 foram muitas as padarias que sofreram atentados a dinamite. No dia 31 de março, no Catumbi, a padaria “Esmero”, localizada à rua Itapirú, nº 7, sofreu danos significativos por conta de pesada carga de dinamite alojada em sua porta principal. As autoridades acreditavam que tal se dera por ter o estabelecimento comercial permanecido aberto no período de “greve geral”. Teria sido, portanto, uma retaliação aos proprietários “Peixoto & Vasconcellos”.

O jornal *Correio da Manhã* atribuía a autoria do ato aos anarquistas. Na chamada para a notícia, o diário não descuidou de reforçar as suas suspeitas ao identificar a coluna com o seguinte destaque: “Os anarchistas estão activos...”<sup>103</sup>. Na mesma matéria o chefe de polícia, Geminiano da Franca, e o 3º delegado auxiliar, Nascimento Silva, foram tratados como clarividentes por terem já tomado as providências necessárias contra os anarquistas participantes do último ciclo de grandes greves, que se encerrara poucos dias antes.

Nesse mesmo período aparecem diversas notícias sobre atentados praticados contra padarias, como no caso de outro estabelecimento localizado na rua Estácio de Sá, nº 74<sup>104</sup>. O enredo era semelhante ao anteriormente descrito, bem como o uso da dinamite. A padaria “Trancoso”, na rua da Alfândega, nº 333, na região central da cidade, teve destruída, naqueles mesmos dias, uma de suas entradas, por poderosa carga de dinamite. As suspeitas recaíram sobre Nicolau Campos, espanhol, ferido no contexto da explosão. Segundo o jornal:

---

101 Cf. Érica Sarmiento. *Galegos nos Trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p.474.

102 Cf. Érica Sarmiento. O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1890-1930). In: Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). *Intelectuais na América Latina* [recurso eletrônico]: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização – Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.

103 **BN**. *Correio da Manhã*, 1/4/1920.

104 **BN**. *Correio da Manhã*, 7/4/1920.

O que, porém, não tem passado despercebido as autoridades policiais é o facto de agirem os anarchistas de preferência contra padarias. E a explicação dada pelas informações que ella colheu de que nas classes: dos empregados em padaria e carvoeiros é maior o elemento anarchista<sup>105</sup>.

As autoridades estavam decididas a punir exemplarmente os anarchistas.

Geminiano da Franca declarava estar disposto e não tinha “mãos a medir” para eliminar os grupos anarchistas que, segundo a autoridade, haviam arquitetado um “complot” contra a ordem pública. Em sendo assim, na matéria intitulada “Contra os Attentados Anarchistas”, esclarecia o *Correio da Manhã*:

As providências tomadas por s. ex., e transmitidas ao 3º delegado auxiliar, são taxativas: a polícia prenderá os anarchistas conhecidos, processando os nacionaes e expulsando os estrangeiros, empregando contra elles as disposições penaes de accordo com as circunstâncias das suas prisões. Atitude assumida pelo chefe de polícia, a quem um bando de anarchistas jurou guerra de extermínio, como revanche ao fracasso da última greve geral, foi recebida por toda a gente com franca sympathia.

O 3º delegado auxiliar pensa ter em mãos, seguro já, os principaes cabeças do “complot” ultimamente organizado e cerca as suas diligências de absoluto segredo em fim de não ser desfeito o seu esforço<sup>106</sup>.

Na mesma matéria, como aspecto de ordem prática, o jornal noticiava a deportação de três anarchistas postos pela autoridade policial a bordo do vapor *Demerara*, com destino à Europa. Após “processo regular” foram expulsos do país os “anarchistas Arthur Antonio da Silva, Antonio Jorge Abrantes e Narciso Marcial Messias de Oliveira, todos por envolvimento na última greve na Capital. Os dois primeiros seriam portugueses e o último espanhol. Arthur Antonio da Silva é apontado pela autoridade

105 **AESP**. Relatório da Polícia do Distrito Federal (1927) – Apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Vianna do Castello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.

106 **BN**. *Correio da Manhã*, 13/4/1920.

policial como o autor da ação contra os bondes no contexto da greve, valendo-se para isso da dinamite. Foram todos enviados para o *Demerara* desde a Polícia Central, em uma viatura da “Detenção”. O jornal não deixaria de registrar que os deportados haviam cantado por todo o trajeto “hymnos libertários”.<sup>107</sup> Em prosseguindo com a vigilância:

O chefe de polícia determinou às delegacias districtaes que forneçam guardas-civis e nocturnos para vigiar e as padarias, prendendo qualquer indivíduo suspeito encontrado nas imediações das mesmas<sup>108</sup>.

As medidas foram ainda ratificadas verbalmente em uma reunião com a associação dos proprietários de padarias, na qual todos estavam bastante preocupados, exigindo do governo medidas urgentes e, sem perder a oportunidade, menos interferência dos órgãos governamentais no controle dos preços do pão.

Durante todo o ano de 1920, as notícias envolvendo explosivos, quase sempre associadas aos operários, engrossariam as páginas policiais dos principais jornais. A narrativa envolvendo as bombas apareceria ainda em 1927 nos relatórios do chefe de polícia do Distrito Federal, Dr. Coriolano de Góes Filho<sup>109</sup>. Em um de seus relatórios, o “homem forte” da segurança de Washington Luiz, além de tratar dos convênios internacionais de polícia no combate ao comunismo, reportava-se à já exaustivamente divulgada tese do imigrante radical. Aludia o oficial aos benefícios das sucessivas leis de expulsão de estrangeiros do país<sup>110</sup>.

Conforme a urgência dos novos tempos, o chefe de polícia, reafirmando antigos propósitos, concluía que:

A luta contra os maus elementos alienígenas não sofre a modificação ao cabo de 20 anos. Deve, sim, manifestar-se mais atenta e inflexível, vistos com aqueles fatores têm

107 **BN**. *Correio da Manhã*, 16/4/1920.

108 **BN**. *Correio da Manhã*, 16/4/1920.

109 **AESP**. Relatório da Polícia do Distrito Federal (1927) – Apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Vianna do Castello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.

110 **AESP**. Relatório da Polícia do Distrito Federal (1927) – Apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Vianna do Castello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.

hoje, além de todos os antigos característicos um poder maléfico maior, que não limita a atentar a tranquilidade pública, visando golpear a sociedade e o Estado<sup>111</sup>.

A consolidação da Rússia, como país difusor de uma doutrina revolucionária, figurava na hierarquia das preocupações do mais graduado oficial da segurança pública. Assim, dentro desse panorama, se justificavam as deportações feitas pela 4ª Delegacia Auxiliar<sup>112</sup>. E, sejam associadas à figura dos operários, ou de outra qualquer força de oposição ao governo, as bombas eram o sinônimo da violência não autorizada.

No governo de Arthur Bernardes, a polícia manteve pesado esquema de vigilância sobre os pontos de manipulação de pólvora, particularmente nas regiões sob influência das rebeliões do ciclo militar de 1922-1924. O Marechal Fontoura, chefe de polícia do Distrito Federal, recebia em 1925 um telegrama de Curitiba em que o agente “O. Silva” lhe dava ciência de um acidente ocorrido durante a inspeção de uma fábrica de explosivos. O incidente acontecera na empresa de fogos Aníbal Paiva e tinha vitimado dois agentes do serviço de investigações da polícia<sup>113</sup>. Na mesma época o aspirante Antônio Coutinho Guimarães, através do relatório ao chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro, Oscar Penna Fontenelle, esclarecia sobre uma missão de busca a sabotadores nas imediações do Ribeirão das Lages. Diligência que, sem nenhuma prisão, revelava mais uma vez a inquietante presença da dinamite<sup>114</sup>.

Em outro documento, enviado ao Marechal Fontoura, um funcionário não identificado do governo dava conta de informações sobre uma ação preparada para os primeiros dias do mês de julho. Após anunciar uma série de instituições, como Polícia Militar, Estrada de Ferro Central do Brasil, Marinha etc, que deveriam levantar-se contra o governo, ponderava o informante da importância de mobilizar as

111 **AESP**. Relatório da Polícia do Distrito Federal (1927) – Apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Vianna do Castello. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.

112 Segundo o texto do relatório: “Portugueses - 42; Espanhóis - 10; Italianos - 4; Argentinos - 9; Polacos - 6; Russos - 6; Romenos - 2; Franceses - 4; Cubanos - 1; Sírio - 1; Chileno - 1; Belga - 1; Ignorados - 3; - Total 97.”

113 **AAB**. MR.6 Foto.1400.

114 **AAB**. MR.6 Relatório do período de 29/5/1925 a 10/6/1925.

forças fiéis ao governo contra os sediciosos que certamente deveriam “empregar a dinamite”<sup>115</sup>. Casos como este, envolvendo a polícia e o controle de explosivos, marcaram o cotidiano dos órgãos de defesa do Estado por todo o período.

Os sindicatos, nos relatórios policiais, aparecem associados aos militares revolucionários. Uma nota, de 28 de dezembro de 1924, sob o título “A Repartição de Polícia tem o conhecimento do seguinte”, advertia:

Afirmo que o filho do Almirante Rubin tem perfeito conhecimento desses fatos, inclusive de um plano pelo que é aconselhada a sua captura. Diariamente é ele visto no cais Faroux, proveniente da Ilha das Cobras, onde poderá ser encontrado; outrossim, posso afirmar que esse individuo é o elemento de ligação entre o pessoal do 3º B/C (Batalhão de Caçadores), a Escola Militar, que no dia 31 simulando guarnecer o quartel General aprisionará os oficiais que se apresentarem a fim de dar tempo aos revoltosos da E.F.

C.B. (Estrada de Ferro Central do Brasil), que seriam empregados para perturbar o tráfego dessa estrada e tomaram posição e se reuniram dentro do Quartel General; serão dinamitados os viadutos do Méier, Engenho de Dentro e Lauro Muller pelo pessoal da Construção Naval, tendo eles como chefes e oficiais do Exército, (...) Que na Sociedade de Resistência de Carregadores de Café à Rua do Livramento há necessidade de dar busca, visto os seus membros se acharem envolvidos nessa conspiração projetada<sup>116</sup>.

Em outros relatos, também envolvendo a dinamite, encontramos sempre alusão às entidades operárias. No papel de articuladores, ou em parceria com outros setores insatisfeitos com o governo, os trabalhadores, e por vezes suas entidades de classe, eram sistematicamente identificados com o germe da desordem. Quer protagonizassem ou não a cena revolucionária, forneciam a ela um perigoso elemento de combustão.

---

115 **AAB**. MR.6 Este documento não possui data.

116 **AAB**. MR.6.

## I.2. OS INTELECTUAIS E O ANARQUISMO

O positivismo tradicional e o socialismo no Brasil não mantiveram, em relação ao anarquismo, uma posição definida ou coerente. Os conservadores, distintamente dos demais, logo nas primeiras manifestações, posicionaram-se claramente contrários ao movimento.

Rui Barbosa, muito cedo respeitado por seu conhecimento jurídico, em um de seus artigos se referia longamente ao anarquismo, valendo-se, de forma introdutória, do atentado contra o herdeiro do trono da Itália, filho de Victor Emmanuel<sup>117</sup>. Ele utilizaria o feito do anarquista Gaetano Bresci para analisar detidamente o fenômeno:

Nas atrocidades da perversão que sistematiza o regicídio, há um aspecto ainda mais odioso que a crueldade dos seus crimes: é o perigo de que a sua multiplicação organizada e cínica induza a civilização contemporânea a retroceder de seu álveo cristão, a descrecer das instituições liberais, a busca na lei de Talião a resposta aos desvarios desta superstição homicida<sup>118</sup>.

O jurista, em uma carta escrita desde Londres, datada de 1894, após rasgados elogios à contribuição inglesa para a estabilidade dos fundamentos do liberalismo, desferiu ainda outro golpe no socialismo e no anarquismo:

E, afinal, os que tanto declamam contra os horrores da indigência inglesa, – que inventaram até hoje, para remédio contra o formidável sofrimento? – O socialismo, que sistematiza o mal, repartindo a pobreza, como se repartiria o pão ou a fortuna; e o anarchismo, o nihilismo, que barbarizam o mundo contemporâneo, armando os despotas e aparelhando esse eclipse geral da liberdade, que ameaça a tarde do nosso século e a manhã do vindouro?<sup>119</sup>

117 Humberto I foi assassinado em Monza no dia 29 de julho de 1900. *Historia*. Milano: Industrie Grafiche Cino de Duca S.P.A., Anno XIV, nº 147, 1970, p. 19.

118 Rui Barbosa. *Divorcio e o Anarquismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Waissman-Koogan Ltda. s.d., p. 55.

119 *Ibidem*, p. 216.

Em artigo datado de 12 de dezembro de 1900, Rui Barbosa defenderia a cumplicidade dos países em relação aos crimes políticos, em particular os regicídios. Em contrário à legislação de extradição de países como a Suíça, e mesmo a Inglaterra em certos casos, ele argumentava que:

A delinquência, em taes atentados, reveste o caráter de relatividade territorial. Nenhum governo tem o direito de intervir nos conflictos dos outros governos com os seus jurisdicionados. As repúblicas não podem guardar as monarchias contra a opinião republicana, nem as monarchias defender as repúblicas das reivindicações monarchicas. Perante as nações extranhas os refugiados políticos não são criminosos: são vencidos; e de infâmia se cobria aquelle, que entregasse os vencidos à lei do vencedor<sup>120</sup>.

Em toda a extensão de seu texto, figurando ao lado da evolução das muitas leis e convênios diplomáticos, aparecem os anarquistas. Entre todos, mereceu destaque de Rui Barbosa o caso de Bresci, ao que tudo indica, um fato que teria provocado comoção internacional.

Para o jurista baiano havia, contudo, um antídoto para os males do anarquismo:

Só a têmpera que o Evangelho deu à sociedade ocidental, com efeito, a poderá livrar de um espantoso eclipse moral nesta luta com as forças hediondas da anarquia, transformada em ideal de uma escola, onde o desprezo da vida humana responde logicamente à negação de Deus<sup>121</sup>.

Sobre os meios específicos de combate aos atentados, Rui Barbosa aproximava-se, em muitos aspectos, das teses de C. Lombroso. De acordo com o jurista, a truculência excessiva e severidade repressiva pouco fariam para debelar os males do anarquismo. Não escapava ao jurista a persistência, por parte de alguns políticos, de certa incapacidade da percepção do fenômeno do “terrorismo” anarquista. Muitas vezes as ponderações “científicas” do direito eram julgadas, ou mesmo vistas pelos parlamentares, como indulgência para com os “monstros”.

---

120 *Ibidem*.

121 *Ibidem*.



No plano intelectual observava que o anarquismo havia conseguido alguma notoriedade, mas esclarecia que:

Entre os juristas ainda não encontrou o anarquismo amigos, como tem encontrado entre os homens de letras, entre os sábios, entre cultores dos estudos positivos. Não são juristas, por exemplo, Ibsen, Réclus e Kropotkine. Não são os penalistas clássicos, não é a escola jurídica, na Itália e na França, é “a nova escola”, a escola da antropologia criminal, é que se pronuncia pela irresponsabilidade em muitas das façanhas do anarquismo. Não são juristas, Lombroso, Laschi, Ferrero, o Dr. Régis, todos estes escritores, que, nos últimos tempos, têm consagrado à epidemia do anarquismo sobre sua forma de sangue estudos especiais<sup>122</sup>.

Rui Barbosa procurou, em suas ponderações, aplicar o método científico de seu tempo. Por todo texto encontram-se referências à antropologia criminal e ao anarquismo, sempre analisados sob essa ótica. Entretanto, não é menos perceptível em seus argumentos o compromisso com a linhagem política conservadora à qual tão logo se filiou em sua carreira política.

Na apreciação do fenômeno do anarquismo, foi bastante arguto ao atribuir aos avanços internacionais do direito, ligado à repressão, uma fundamental contradição: para ele, se por um lado, a Itália havia abolido a pena de morte, por outro tinha sido o país que mostrara o caminho a Alemanha, França, Espanha e Suíça para as leis mais “odiosas” de combate ao anarquismo<sup>123</sup>. No capítulo, “Reprimir, Mas Prevenir”, Rui Barbosa aproximar-se-ia ainda mais da escola de Lombroso, adotando, quase na integralidade, os pressupostos do teórico italiano.

É possível que essas afirmações tenham contribuído para as seguintes comparações apresentadas pelos anarquistas Edgard Leuenroth e Hélio Negro no livro, *O que é Maximismo ou Bolchevismo*:

Pois bem: nós devemos advertir o Sr. Rui Barbosa e o seu adversário de candidatura e os capitalistas nacionais e estrangeiros, que vivem à custa dos trabalhadores brasileiros;

---

122 *Ibidem*.

123 *Ibidem*, p. 58.

de que os operários conscientes daqui e dos outros países se consideram na situação de homens honestos assaltados na serraria erma por um bando de ladrões, bem armados e municidados, que, sem outro direito, a não ser o que dimana das bocas dos seus bacamartes constroem as suas vítimas a entregar-lhes o produto do próprio labor<sup>124</sup>.

Ainda no caso de Rui Barbosa, considerando-se que essas opiniões sobre o anarquismo tenham sido publicadas no periódico *Imprensa*, em agosto de 1900, e que o jurista não viria a desmenti-las, tal garantiria a eterna antipatia de parte significativa dos libertários ao pensamento jurídico do “eminente causídico”<sup>125</sup>.

Figuras conservadoras da envergadura intelectual de Rui Barbosa não seriam as únicas a ilustrar com comentários depreciativos a trajetória do movimento anarquista. Talvez, ao menos para os anarquistas versados nas artes e nas letras, os comentários mais desconcertantes tenham partido de pensadores socialistas, de sólida reputação nos exíguos espaços de saber. E neste contexto, em que a sociologia ganhava estatutos nunca antes testemunhados, os intelectuais mais progressistas procuravam em suas reflexões vivificar algumas convicções.

Entre outros teóricos, crescia no Brasil a influência do professor da Universidade de Buenos Aires, José Ingenieros. O pensamento do sociólogo argentino, muito citado e elogiado por escritores como Euclides da Cunha e Lima Barreto, era bastante ilustrativo das interpretações do processo histórico-social de seu tempo. Ingenieros, assim definia sua concepção de formação social:

A história humana, como a história do universo inteiro oferece um só ensinamento indiscutível: tudo passa, tudo evolui. A morte é o único estacionamento na evolução dos seres vivos; e o é só em sentido aparente e convencional. Viver é transformar-se, para os povos como para os indivíduos: os organismos mortos são os que interrompem sua evolução, malgrado sirvam seus resíduos para iniciar evoluções ulteriores.

---

124 Edgard Leuenroth e Hélio Negro. *O que é Maximismo ou Bolchevismo*. São Paulo: Entremares, 2017, p. 22. É uma reedição da obra escrita em 1919.

125 A sobrevivência da opinião de Rui Barbosa sobre a questão do anarquismo foi garantida pela transformação em livro de seus artigos originalmente publicados em jornais.

Referindo-se a agrupações sociais que vivem perpétua evolução, a política deve ser essencialmente evolutiva. O astrônomo necessita mover seu telescópio se deseja seguir o curso de uma constelação que peregrina pelo espaço; as sociedades humanas são também constelações peregrinas no espaço infinito da história<sup>126</sup>.

Reunindo todas as qualidades de um homem de ciência e “saber positivo”, Ingenieros, dentro da mais cristalina matriz evolucionista, influenciou os círculos acadêmicos do Rio de Janeiro e demais estados brasileiros com alguma efervescência acadêmica. No exterior, não ficou desconhecida a posição filosófica de Ingenieros: na Península Ibérica foi significativo o sucesso de sua obra.

Sobre a criminologia, assunto bastante caro ao período, ele procurou balizar, com o máximo de clareza, as consonâncias das novas teses do direito criminal com a sua concepção de antropologia moderna. Ingenieros, mediante erudita exposição, na qual não faltavam definições didáticas das escolas do direito penal, percebia o delito como o fenômeno mórbido da atividade do indivíduo<sup>127</sup>. Para ele, a ciência, como novo linimento social, aparecia em conformidade com as esperanças de um porvir racionalizado.

A possibilidade de se construir uma “via segura”, a partir de um referencial empiricamente discutido e exaustivamente submetido à força de calorosos debates acadêmicos, ajudaria a montar uma estrutura consistente, embora de complexo entendimento. Em grande medida, a sofisticação dos paradigmas coadunava com a necessidade de um corpo especializado na tarefa de decifrar os signos daquele novo tempo.

Para tanto, afirmava Ingenieros:

Desta forma, o direito penal chega a vida nova, mais intensa e fecunda, mais verdadeira e objetiva. A medicina já havia adquirido o fato fundamental de não existirem doenças, mas simplesmente doentes; em criminologia assentou-se também o princípio de que não há crimes, mas criminosos. E, assim como o verdadeiro médico não tem panaceias in-

126 José Ingenieros. *Sociologia Argentina*. Madrid: Daniel Jorro Editores, 1913, p. 314.

127 José Ingenieros. *Classificação nova dos delinquentes*. Lisboa: Tipografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1914, pp. 135-136.

falíveis para todas as doenças, mas aplica de modo especial os recursos da terapêutica a cada um dos seus doentes, depois de haver-lhes examinado o temperamento pessoal e as condições ambientais que concorrem para a doença, assim também o criminalista moderno e científico sabe que cada caso deve ser estudado de per si, não lhe aplicando apenas uma fórmula apriorística do código<sup>128</sup>.

O novo método, que se revestia de pretensões de síntese final do amadurecimento do pensamento humano, funcionava em harmonia com a técnica. A psicologia do indivíduo longe de relativizar conceitos estabelecidos, como pretendia o próprio método, ampliava ainda mais a autoridade de modelos estruturados com base em estereótipos.

Como em tudo mais, Ingenieros recorria às fontes europeias para respaldar suas conclusões e buscava, nas “investigações geniais de Lombroso”, o fundamento para uma interpretação do fator individual que determinava o delito<sup>129</sup>, considerando-o um “fenômeno bio-social”<sup>130</sup>.

Ao criticar uma novela social, escrita por um médico de identidade não revelada, com o título “*Hacia la Justicia*”, Ingenieros aplicaria seu método “taxonômico” de psicologia criminal. Iniciou sua análise pelos personagens e se deteve no caráter anarquista da obra. Como o fez Lombroso, a apreciação dos tipos psicológicos encontrava no anarquismo, como doutrina, perfeitos pontos de identidade. Afirmava ele:

Falo, a tal respeito, com a circunstância de conhecer pessoalmente muitos anarquistas que aportaram a Buenos Aires, desde os intelectuais Malatesta e Gori, até certa escória carcerária que se intitula anárquica<sup>131</sup>.

E, ainda, identificava alguns tipos de anarquistas que poderiam ser esquematicamente definidos como místicos, vaidosos, antiburgueses

---

128 *Ibidem*, p. 137.

129 Cf. Josefina Ludmer. *O Corpo do delito: um manual*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

130 José Ingenieros. *Classificação nova dos delinquentes*. Lisboa: Tipografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1914, p. 148.

131 José Ingenieros. *O que é o amor?* Rio de Janeiro: Editora Melso S.A. s.d., p. 284.

ou simples “desgraçados de grande inferioridade mental”<sup>132</sup>. Não faltaram referências à “histeria” da “communard” anarquista Louise Michel, e aos pressupostos teóricos de Lombroso e Ferrero<sup>133</sup>.

Podemos observar, na análise de Ingenieros, grande compatibilidade com a lógica adotada por parte dos intelectuais socialistas. Sua crítica, se considerarmos o universo dos pensadores de seu tempo, se destacou menos pela originalidade do que pelo valor elucidativo de suas conclusões.

As teses de Ingenieros alcançaram no Brasil certa notoriedade nos círculos de leitura e erudição, espaços nos quais o gosto pela cultura e “novas ideias” parecia desconsiderar as peculiaridades ideológicas e implicações conceituais mais precisas do socialismo. Assim como as teorias de geógrafos anarquistas eram “depuradas” de seu conteúdo revolucionário de forma a servir à ciência “com maior proveito”, tudo o mais era apresentado em salões de conversação como “iguaria” aparentemente alheia às questões de classe. Formavam-se teias de sociabilidade que eram constituídas a partir das relações pessoais e interesses semelhantes, fluxos que tinham em comum as várias possibilidades de progresso que, em muitas ocasiões, congregavam os esforços de figuras absolutamente antagônicas. O prazer pelo diletantismo, em variadas áreas da ciência, e os embates intelectuais narcisistas nos salões mais refinados, ou mesmo na arena ilimitada das letras, permitiram o surgimento de um campo de convivência entre os mais destacados pensadores das primeiras décadas do século XX.

Podemos entender esses espaços, com características informais, como tentativas embrionárias de se erigir uma esfera pública para o livre pensamento. Criação que iria possibilitar não só a circulação dos paradigmas europeus, como também as suas diversas aplicações na sociedade brasileira.

Nesse confuso meio, em que relações pessoais garantiam o mútuo reconhecimento, mesmo nos discursos antagônicos, e no qual conviviam, em aparente harmonia, “anarquistas ilustrados”, “socialistas positivistas”, “liberais evolucionistas” e “reacionários convictos” podemos entender, sem grandes dificuldades, a admiração, compartilhada pelos diversos matizes ideológicos, pela figura “icônica” de Lombroso.

---

132 *Ibidem*.

133 *Ibidem*, p. 287.

Em uma realidade polarizada entre o mundo da ciência e o da ignorância, não fica difícil entender como foi possível surgir um “campo de troca” comum a pensamentos tão singulares. Durante as tertúlias literárias, que se configuravam em elemento primordial do “Espírito do Tempo”, foram estabelecidos muito mais do que simples contatos de agradável cognição. Foi nesse ambiente, como em outros com o mesmo objetivo, que se produziu o estatuto de funcionamento da complexa estrutura da inteligência brasileira.

Em torno de figuras da filosofia moderna da Europa, aglomeravam-se as mentes mais díspares. Da fonte de Augusto Comte, beberam comunistas como Astrojildo Pereira, republicanos jacobinos, liberais e conservadores. À personalidade iconoclasta de Nietzsche, renderam homenagens José Oiticica, anarquista convicto, e Elyσιο de Carvalho que, após breve passagem pelo movimento libertário, iria organizar a polícia científica no Distrito Federal. Ainda no campo libertário temos o anarquista Martins Fontes<sup>134</sup> que, nos salões e confeitarias, guardava sempre proximidade do poeta nacionalista e belicista, Olavo Bilac<sup>135</sup>.

Entretanto, duas trajetórias são bastante interessantes e ilustrativas. A primeira é a do sergipano Jackson de Figueiredo. Tendo vivido as inquietações do anarquismo e da teoria trágica de Nietzsche, participado de atividades literárias e políticas no Rio, conhece pessoalmente Raimundo de Farias Brito, a quem já estava ligado por afinidades de espírito, e dele recebe ensinamentos que marcarão profundamente a sua vida interior<sup>136</sup>. A pregação católica de Farias Brito influenciou profundamente a tortuosa carreira daquele que iria representar o pensamento clerical mais conservador dos anos de 1920. Jackson de Figueiredo, apesar de sua opção, guardou alguns vínculos com signatários de suas antigas convicções. Enquanto esteve no papel de censor, no governo Arthur Bernardes, manteve contato com o anarquista José Oiticica, “amigo” de sua fase anticlerical, que se encontrava incomunicável em uma prisão federal.

Não menos interessante foi o itinerário intelectual de Elyσιο de Carvalho, definido por Fábio Luz da seguinte forma:

---

134 Cf. Jacob Penteadó. *Martins Fontes – uma alma livre*. São Paulo: Martins, 1968.

135 Durante a Grande Guerra (1914-1918) o poeta Olavo Bilac foi um incansável tribuno em favor do alistamento compulsório de jovens brasileiros nas forças armadas.

136 Alfredo Bosi. As letras na Primeira República. In: H.G.C.B. *O Brasil Republicano vol. III*. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 337.

O perfil de um ser complicado como Elysio de Carvalho, de uma psicologia digna de estudo acurado, com suas virtudes, seus talentos, seus ódios que fazem, na sua própria frase, um homem de ideias extremas e conclusões radicais, uma natureza impulsiva e espontânea, um rebelde nato que não é um escritor brasileiro e, sim, supranacional e pertence ao movimento intelectual europeu<sup>137</sup>.

Elysio encarnou o esteta, o *dandy*, muito próximo do que se convençionava depreender dos escritos de Oscar Wilde. Sua alma “libertária individualista” não pôde, entretanto, sobreviver aos apelos da ciência policial. Muito depressa, na obra de Elysio, veremos substituídas as fontes wildeanistas e nietzscheanas pela “lâmina cortante e eficiente” das teorias de Lombroso.

### I.3. GRUPOS DE PROPAGANDA E O AUTODIDATISMO

No meio anarquista, a busca da sociedade guiada por valores da ciência e da ilustração inspirou, em muitos aspectos, algumas importantes iniciativas engajadas. O espírito que influenciou a fundação dos “Ateneus Libertários” era de maior aceitação, extrapolando o âmbito específico da militância sindical. Para tanto, os grupos de afinidade<sup>138</sup>, formados por “camaradas” com objetivos semelhantes, cresceram significativamente por todo o Distrito Federal.

O objetivo desses organismos era a agitação, entendida de forma mais ampla como a organização de palestras, cursos de formação, tradução e divulgação de obras com teor ideológico. Os anarquistas, fiéis aos princípios do sindicalismo revolucionário, que rejeitava a identificação única e exclusiva de uma doutrina social no seio sindical, faziam seu proselitismo através desses grupos.

---

137 *Apud* Cassiano Nunes. Elysio de Carvalho e o Espírito de seu tempo. In: *Ensaios*. Brasília, Fundação Casa de Penedo/Ed. Universa. 1997, p. 17.

138 Sobre a formação de grupos de afinidade ver: <https://ielibertarios.wordpress.com/2017/9/3/livreto-sobre-grupos-de-afinidades/> consultado em 3 de janeiro de 2019.

Nos anos 20, o grupo “Os Emancipados”, do qual faziam parte: Fábio Luz, José Oiticica e Carlos Diaz, chegou mesmo a protagonizar uma querela com os sindicalistas de *A Plebe*<sup>139</sup> que, em determinada medida, mostrava a expressão e a importância dos grupos de afinidade.

Na verdade, esses grupamentos de militantes representavam a face mais reflexiva do movimento libertário. Não que fora destes espaços nada se tenha feito nesse sentido, mas os centros de cultura privilegiavam o aspecto da ilustração operária. Eram os confrades das agremiações desta natureza que, em momentos graves, produziam textos na tentativa de sintetizar as opiniões das assembleias e reuniões de classe. Através das palestras sobre biografias de expoentes da história, marcadas pela inspiração libertária, ensaiava-se, nos grupos de afinidade, a difusão de significados e referências éticas para a mobilização do efetivo operário.

Nessas reuniões, abertas aos operários e com o concurso de seus esforços, geralmente nas sedes dos sindicatos, as vidas de Giordano Bruno, Tiradentes, Jesus e temas como Maçonaria e Filosofia<sup>140</sup> anunciavam e estimulavam os enfrentamentos e o combate ao sistema capitalista. Desta forma, todas as palestras convergiam para o mesmo propósito, qual seja: o da comoção para os “verdadeiros” objetivos revolucionários. Alguns destes grupos foram decisivos na estruturação de organismos semiclandestinos de resistência, que mostraram sua eficiência em períodos de agudização das crises e confrontos com o regime.

O crescimento do operariado, principalmente após a Grande Guerra, acrescentou um viés interessante à pregação libertária, muito em função da presença cada vez mais evidente do trabalhador nacional. É possível verificar nesse contexto o aparecimento de figuras como a de Tiradentes, já consagrado herói republicano, agora também no panteão anarquista brasileiro. Por todo o mês de abril, o jornal *A Pátria* anunciou até à exaustão a comemoração do 21 de abril, na Rua Buenos Aires, 265, sede sindical, sob os auspícios de “Os Emancipados”. A relação entre o alferes Joaquim José da Silva Xavier e os anarquistas não se restringiria apenas a isto.

Um panfleto firmado pelos “Grupos Anarquistas” de Belo Horizonte, de agosto de 1926, conclamava os “operários conscientes” e “ho-

---

139 BN. *A Pátria*, setembro de 1923.

140 BN. *A Pátria*, março a junho de 1923.



mens livres” em geral a se posicionarem contra as deportações para o Oiapoque e demais partes do globo. Assim finalizavam os signatários:

Denunciemos todas essas infâmias. Nenhum homem de consciência reta poderá silenciar ante tantas ignomínias. E nós, desta terra em que Tiradentes defendeu os princípios de liberdade, lançamos o nosso protesto veemente.<sup>141</sup>

A opção por Tiradentes não nos parece de difícil compreensão. O movimento anarquista na Europa, em diversas oportunidades, encontrou nas fileiras republicanas alguns valores identitários. No caso brasileiro, o conjurado mineiro encaixava-se, por assim dizer, na imagem do homem perseguido e punido por defender suas convicções de liberdade. É bem possível que a condição na qual se encontrava a historiografia do período tenha restringido o leque de opções dos revolucionários, uma história ainda carente de figuras mais populares não facilitava a escolha de indivíduos que encarnassem o genuíno espírito libertário. A escolha do mártir pode ter sido fruto de uma urgência militante; um mito reconhecido, que gozava de certa unanimidade, prescindia de maiores apresentações. É bem provável que a falta de rigor, observada na aproximação ideológica entre Tiradentes e os anarquistas, tenha íntima relação com as necessidades mais candentes e as condições de organização dos militantes.

Há que se explicitar a dificuldade dos anarquistas em conceituar, de forma satisfatória, muitas das comparações e imagens utilizadas em seus periódicos e panfletos. Poucas referências simbólicas, pré-existent na sociedade, satisfaziam as exigentes rotas pretendidas pelos libertários na transformação da sociedade. A carência de um campo semântico próprio ou mesmo genuinamente libertário obrigava os escritores anarquistas a buscar na homologia de códigos simbólicos referências para a significação de seus discursos. A utilização de Tiradentes presta-se bem como exemplo.

Podemos imaginar os motivos que levaram muitos anarquistas a se valerem dos símbolos republicanos, que lhes deviam parecer de certa aridez semântica, para expressarem os mais “elevados sonhos de revolução”. Em seus periódicos, as frases eram pontilhadas de conceitos determinados pela sedimentação de ideias muitas vezes distantes do ideário da revolução.

---

141 ACELIP. Documento avulso.

Mas como atingir e sensibilizar a massa proletária sem para isso usar palavras “consagradas” pelo acúmulo de imagens ensejadas pela República? Como prescindir da familiaridade de “conceitos positivos”?

O que podemos verificar é que até mesmo o positivismo e o cientificismo, muitas vezes identificados com a ordem conservadora, serviram como suporte de significação para as ideias do anarquismo. Os libertários intentavam levar adiante a difícil tarefa de, no interior de suas construções e textos, fundar um novo léxico. Eles assumiram o duplo desafio: falar de revolução, não só transformando a sociedade, como também, os termos sobre os quais ela se fundava.

Com essa iniciativa esperavam que o sentido do conjunto, exposto em seus escritos, libertasse os conceitos de suas origens conservadoras. Uma espécie de força moral atuaria em conformidade com os ideais libertários, “regenerando” as palavras e imprimindo-lhes novo sentido.

De qualquer forma, as referências de caráter local cresciam na proporção direta do entendimento de que a base operária constituía-se majoritariamente de elementos nacionais. Um processo que se acelera após a Grande Guerra, se tornando cada vez mais evidente e provocando algumas mudanças nos meios militantes. Essa nova circunstância não escapou aos grupos de afinidade.

Assim, em 1920 já era possível identificar algumas mudanças, ainda que pontuais, mas não menos significativas. No jornal *Voz do Povo*, veículo de intervenção da “Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e proletariado em geral”, em texto contra a Liga Nacionalista, entidade de linha bastante conservadora, o articulista “Claudio de Azas” escrevia de São Paulo o seguinte:

O livro jorrante de glórias e grandezas que narram as façanhas de nossos avós, ensina-nos a não dobrar o nosso espírito em face dos vendavaes que semeiam a reação, porque elles existiram em todos; os tempos ensina-nos a ser fortes como o nosso spartacus negro, o formidável Zumbi; ensina-nos a ser sublimes até nos últimos instantes da nossa vida, qual o Tiradentes, assombrando com o seu exemplo as hordas barbaras do reaccionarismo imperante que pretendia aniquilar o pensamento de emancipação<sup>142</sup>.

---

142 BN. *Voz do Povo*, 10/10/1920.

Azas criticava principalmente o registro da História do Brasil com ênfase nas atitudes “heroicas das elites”.

No mesmo jornal, outro articulista, “prof. C.C.”, aprofunda ainda mais a questão ao explicitar a dívida social da República no contexto da pós-abolição:

Assim tem vindo a infeliz raça negra no paiz que ella regá-  
ra com seu suor, que com seu árduo e penoso labor tanto  
ajudara, tanto contribuíra para desbravá-lo, povoa-lo e que  
com tanta dedicação o servira para o engrandecer. Fôra um  
dos elementos de maior contribuição para nossa formação  
em todo como nação, ethnica e economicamente. No en-  
tanto ficára na República aos léos, sem abrigo, sem prote-  
ção. Na sua propria terra tão amada por ella, onde se emba-  
lára saudosa e plangentemente, de recordações e tradicções  
das de sua origem, ficar estrangeira escorraçada de tudo!  
Ingrata República que gastára rios de dinheiro a localizar  
com todas as regalias e commodidades o emigrante estran-  
geiro, garantido em tudo, por seus contractos e obrigações,  
fiscalizados por seus ministros e cônsules, sempre vigilantes  
a garanti-lo e animá-lo, e deixar ao abandono, ao léo, os  
descendentes da raça a quem tanto deve o paiz<sup>143</sup>.

Sobre as diferenças de tratamento dados a imigrantes e nacionais ele afirmaria que: “Ao colono estrangeiro tudo se lhe dava como ainda se lhe dá ao passo que aos nossos se lhes tem dado o cárcere, a ignorância, a degradação!”<sup>144</sup> Insistindo na condição do negro:

No entanto fôra com a ingratidão dos *brancos* republica-  
nos que retribuimos à raça negra tantos serviços que nos  
prestára. Foi com o abandono completo que lhe pagamos a  
gratidão com que ella tão affectiva, tão solícita, nos creára e  
nos embalara no berço! E ella, com seus descendentes, por  
ahi está, inda a encher as cadeias, os hospitaes e a morrer de  
inanição e álcool...<sup>145</sup>

143 BN. *Voz do Povo*, 24/7/1920.

144 BN. *Voz do Povo*, 24/7/1920.

145 BN. *Voz do Povo*, 24/7/1920.

Lamentava ainda, dentro da lógica muitas vezes utilizada para analisar a passividade do proletariado, que faltava ao negro a consciência sobre o seu próprio drama. Que era preciso recuperar a memória do “seu papel na história nacional” onde só havia registros de “heroísmo”, destacando episódios e figuras como: Palmares, Henrique Dias e Marcílio Dias, este na Guerra do Paraguai. Menciona ainda a importância do negro nas letras e nas ciências, ainda que em um país de “fidalgos parasitas” e “republicanos gatunos”. Mas se fosse diferente, ele completava:

Erguer-se-hia como o gigante Spartacus, como o destemido Zumbi para tocar essa corja que tanto tem rebaixado, que tanto a conspurcado o caráter nacional, estabelecendo diferenças de raças, de castas, com a hipocrisia, por muito favor, da anexação do proletariado à sociedade moderna e quejandas bagaceiras para embaírem...

Esses brasileiros de cor só têm sido verdadeiramente brasileiros para terem morrido no Paraguai a defender-nos e nos batalhões de Henrique Dias e Camarão para nos terem garantido a nossa integridade territorial e moral na história!<sup>146</sup>

O texto terminava com o costumeiro protesto de esperança em um porvir revolucionário, em consonância com a “lei natural aplicada à sociologia”.

Do mesmo ano é a campanha pela libertação do taifeiro e cozinheiro de bordo, José Leandro da Silva. Homem negro de valentia comprovada, teria sido preso no contexto da greve dos marítimos de fevereiro de 1920. A pauta da sua libertação aparece ainda na tentativa de greve geral, decretada pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, a FTRJ, em outubro do mesmo ano.

Por ocasião da mobilização de outubro, a Federação dos Trabalhadores Marítimos e Anexos engrossaria o movimento ainda por um outro fato. Pretendiam pressionar o chefe de polícia do Distrito Federal, “Gemeniano Franca”, para que ele desse conta do operário Antônio Silva, que se encontrava desaparecido. Nessa ocasião vários trabalhadores foram presos, alguns dos quais em uma investida da polícia, em plena rua, na frente da União dos Operários em Construção Civil, na rua Barão de São Félix.

146 BN. *Voz do Povo*, 24/7/1920.

Todavia o caso do taifeiro, José Leandro da Silva, de alcunha “Pernambuco”, merece destaque. Com 25 anos à época, conhecido pelos trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro como um dos “vermelhos”, na greve dos marítimos, ele envolveu-se em confronto com a polícia. “Pernambuco” enfrentou as balas da polícia com sua lâmina afiada, com a qual feriu quatro agentes, falecendo um deles<sup>147</sup>. O *Correio da Manhã* registra em suas páginas que José Lenadro só foi preso depois de severamente ferido:

O médico da Assistência que medicou “Pernambuco”, constatou os seguintes ferimentos: fractura exposta da coxa esquerda, com 3 ferimentos de entrada e saída e outro, só de entrada, ferida contusa na região superciliar<sup>148</sup>.

O jornal se posicionaria francamente contra a greve e o “bandido” José Leandro.

A prisão de “Pernambuco” mobilizou os sindicalistas revolucionários; a greve dos marítimos, como aqui exposto, foi importante para o ensaio de greve geral que aconteceria no segundo semestre de 1920. Mas a questão de trabalhadores negros agitaria ainda mais esse ano.

Destarte, surgiria em São Paulo, partindo de um pequeno grupo de intelectuais proletários, o Grupo Zumbi. A iniciativa agregaria ainda militantes libertários radicados no Rio de Janeiro, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão. Em São Paulo seu grande entusiasta foi o escritor Afonso Schmidt<sup>149</sup> que deixou o seguinte depoimento sob forma de crônica:

Em São Paulo, o movimento renovador teve como consequência a criação do Grupo Zumbi. A escolha do nome do herói de Palmares, só por si, dá bem a ideia dos seus intuítos. O programa foi publicado em jornais da época, até mesmo no folheto de minha lavra. Era época dos folhetos, rápidos e apressados, como quem transmite o recado urgente... O Grupo Zumbi deveria filiar-se ao Grupo “Clarté”, de Paris<sup>150</sup>.

147 **BN.** *Correio da Manhã*, 5/2/1920.

148 **BN.** *Correio da Manhã*, 5/2/1920.

149 Cf. Maria Célia Rua de Almeida Paulillo. *Tradição e Modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: AnnaBlume/Unifíeo/ FAPESP, 1999.

150 Afonso Schmidt. *São Paulo dos meus amores*. São Paulo: Brasiliense, s.d., p.184.

Sobre o extrato social do Zumbi: “Da agremiação paulistana faziam parte jovens escritores, pequenos burgueses e operários que, em prosa e verso, colaboravam nos seminários românticos daqueles dias”<sup>151</sup>.

O Grupo Zumbi era de fato um grupo de afinidades com ênfase na produção intelectual e artística. Os membros eram declarados libertários ou muito próximos das ideias. A iniciativa associava-se ao esforço internacional da fundação de uma “Internacional do Pensamento”, convocada por intelectuais progressistas de reconhecida capacidade. Alguns nomes como: Romain Rolland, Henri Barbousse e Georges Duhamel. O fato não escapou ao *Voz do Povo* que estampou o manifesto<sup>152</sup> da referida Internacional, datado de 25 de janeiro de 1920. Nesse documento os organizadores convocavam um “Congresso Internacional dos Intelectuais”, sediado em Berna, para se realizar ainda no primeiro semestre daquele ano. Propunham igualmente a criação de uma “Liga Internacional dos Intelectuais”.

O esforço foi correspondido no Brasil pelo Grupo Zumbi que, como sugeria o nome, queria marcar também a sua origem e lugar de luta. Este, como referido acima, pretendia ser parte integrante da versão nacional do grupo *Clarté*<sup>153</sup>. Esta associação similar à francesa reuniu no Brasil, entre outros: Maurício de Lacerda, Evaristo de Moraes, Agripino Nazaré, Everardo Dias, Leônidas de Resende, além de antigos militantes do meio operário. A primeira revista do *Clarté* foi lançada em setembro de 1921<sup>154</sup>, tinha como objetivo, entre outros, a formação de um Partido Socialista.

Diziam os editores da revista, em seu primeiro número:

A ambiência mundial determina uma situação especial para intelectuais emancipados de preconceitos.

---

151 *Ibidem*.

152 **BN**. *Voz do Povo*, 11/3/1920.

153 O grupo *Clarté* foi criado originalmente na França por intelectuais de grande prestígio, em 1920. Encontrava-se ligado à Internacional do Pensamento. Além dos já citados, participaram da iniciativa: Anatole France, H. G. Wells, Stephan Zweig e outros. Cf. Evaristo de Moraes Filho. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

154 *Ibidem*, p. 141.

O preconceito é o inimigo permanente da verdade. Nós pelejamos pela verdade na sua forma de conhecimento, e desenvolvidas nas suas fórmulas superiores – a beleza e a justiça<sup>155</sup>.

É bem verdade que os projetos da instância brasileira do *Clarté* diferiam, no sentido estrito, dos similares anarquistas. Entretanto, moviam-se pelos mesmos princípios: ilustração e justiça social.

Em 1925, Evaristo de Moraes traçava a linha divisória entre os socialistas e os anarquistas:

Só a ilusão do fanatismo consegue enganar alguns espíritos pouco observadores; só a educação meramente livresca e jornalística de certos operários, aliás dignos de apreço e estima, leva-os a preferir a solução catastrófica, sem atender à falta de preparo, para ela da maioria do nosso proletariado, nem às lições das mais tristes experiências, entre nós, no terreno da violência.

Somos insuspeitos para estes a quem nos referimos. Sabem que contra a perseguição a eles movida pelos aproveitadores do poder, sempre os defendemos<sup>156</sup>.

Na década seguinte, Pontes de Miranda, que fora quadro integrante do *Clarté*, iria afirmar com o mesmo intuito a existência, a partir da abolição das classes, de um propósito comum a anarquistas, socialistas e comunistas. Entretanto, atribuiria ao socialismo o papel de síntese na busca de “igualização humana”<sup>157</sup>. Na crítica aos valores revolucionários do anarquismo, os socialistas valiam-se de seu arsenal argumentativo, respaldado pelas conquistas no parlamento ou nas vitórias tímidas, mas palpáveis, dos procedimentos jurídicos. Os anarquistas, muito pelo contrário, afirmavam que, embora os avanços no âmbito da superestrutura jurídica fossem reais, estes se ocupavam de uma esfera corrompida e viciada e que, se alguma ventura colhiam os parlamentares socialistas, resultantes de suas ações no interior das instituições, esta se devia aos protestos das ruas.

155 EPQ. *Clarté* – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ano I, nº I, 1º de setembro de 1921.

156 Pela Organização Política do Operariado! Transcrito de *A Pátria* de 3/4/1925. In: Evaristo de Moraes Filho. *O Socialismo Brasileiro, op. cit.*, p. 118.

157 Pontes de Miranda. *Anarquismo, Comunismo, Socialismo*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1933, p. 30.

Os anarquistas evitaram, em quase todas as oportunidades, o repúdio claro e direto aos deputados mais progressistas<sup>158</sup>. Identificavam, no entanto, o logro destes como resultante do trabalho de ação direta, levado a termo pelo sindicalismo revolucionário. Atentavam para a percepção entre a causa e o efeito nos eventos políticos.

Apesar de toda a estrutura de significação montada pelo poder de polícia, políticos conservadores, elites em geral e intelectuais progressistas, a repressão que se abateria sobre o anarquismo não deixou de subordinar-se à definição de classe. É inquestionável a constatação de que intelectuais identificados com o anarquismo padeceram em cárceres e foram subjugados pelas truculentas investidas da polícia. Mas, sob uma apreciação mais atenta, foram os operários sindicalistas os que pagaram os mais pesados tributos à repressão. Foram os mais ativos e pobres entre eles que, consumidos pelas enfermidades no exílio, ou flagelados pelas torturas nas prisões, sucumbiram. E, não é menos verdade que a vigência dos discursos dos intelectuais libertários perdeu muito de sua contundência com a eliminação, pela repressão, dos operários mais ativos.

#### I.4. ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Na República Velha, a classe operária, os subempregados, indigentes, prostitutas, “gatunos” e um sem-número de desclassificados das ruas, figuravam entre os alvos preferenciais dos órgãos de repressão. No tocante à formação das “classes laboriosas”, a sua complexidade tornar-se-ia ainda maior, espelhando, em certa medida, o compasso do processo de industrialização. O fenômeno da mecanização da produção ampliou significativamente a dificuldade de percepção da dinâmica que terminaria por possibilitar uma resultante final ou agente social, denominado proletariado. Um ator tanto mais singular, enquanto resultado também das relações que irá estabelecer com os outros segmentos igualmente explorados.

Nos anos 20, já com a crescente representação de trabalhadores nacionais na indústria, engrossando associações operárias, é possível observar o seguinte quadro nas unidades têxteis em algumas partes do

---

158 Muito mais duros com os socialistas seriam os comunistas, que, em 1927, pela via do Bloco Operário, já disputavam as simpatias do eleitorado proletário.



país: no Distrito Federal, o salário médio diário pago a um operário, com mais de 14 anos, era cerca de 25% mais alto que em São Paulo e, praticamente, o dobro do que era pago em Minas e demais estados do Nordeste<sup>159</sup>.

No Rio de Janeiro, a proporção de trabalhadores estrangeiros, em relação aos nacionais, era de 35%. E, em São Paulo, a mesma relação era de 51%<sup>160</sup>. Essa realidade coloca em questão a eficiência e supremacia do contingente imigrante nas reivindicações trabalhistas. Se cotejados os universos constitutivos de estrangeiros e nacionais, nas duas principais capitais do centro-sul, Distrito Federal e São Paulo, podemos afirmar que os trabalhadores brasileiros não eram menos mobilizados, se levados em conta os valores salariais de ambas as cidades. É relevante atentar para o fato de que, principalmente em meados do primeiro quartel do século XX, as conquistas dos trabalhadores haviam se concretizado sob forte pressão do movimento sindical organizado.

Não só a questão da influência do imigrante na mobilização operária merece maiores atenções. Outra interpretação, esta em relação aos anarquistas à mesma época, buscava compatibilizar, através de indícios, o processo de formação do operariado nacional à prédica marxista de um movimento operário anarquista exclusivamente identificado com a cultura artesanal, crença esta que instituiu profundas raízes na historiografia brasileira. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro:

Na imagem exclusivamente artesanal que se pretendeu conferir a indústria no período não deixa de ser surpreendente constatar que as maiores empresas de São Paulo – aquelas que produziam mais de 5 mil contos em 1919 – compreendiam 0,8% do número de estabelecimentos e empregavam 31,5% do total dos operários. No resto do país essas grandes empresas totalizavam pouco menos de 0,7% do total de estabelecimentos e empregavam 21,9% dos operários.

Fica também claro que no mesmo período, no Brasil, as empresas com mais de 100 operários compreendiam 69,7% de mão de obra industrial, apesar de somente abranger 3,5% dos estabelecimentos. Ainda que 57,3% dos estabe-

---

159 Cláudio Batalha. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 10.

160 *Ibidem*, p. 12.

lecimentos paulistas somente empreguem até 4 operários, esses mesmos estabelecimentos somente totalizam, no Estado de São Paulo, apenas 6,4% dos operários ocupados: a maioria absoluta, portanto de operários, trabalhava em fábricas razoavelmente grandes, apesar da existência de um setor majoritário de pequenas empresas<sup>161</sup>.

Essas observações ampliam em muito a complexidade da já controvertida apreciação do período em questão. É bem verdade que uma grande parte dos modelos ideológicos adotados pelos operários no Brasil se encontrava organicamente relacionada às experiências do ativismo europeu, fato que pode ser observado também na vigência do comunismo. Mas a simples observação das reflexões sobre a mão de obra nacional e estrangeira e da expressão numérica das unidades fabris, em fins dos anos de 1910, possibilita a interpretação da limitação não só do papel do imigrante em determinados pontos do país, como também da realidade da indústria nacional.

Reconhecemos que a verificação da malha social que vai se constituindo no contexto pós-abolição, em grande medida adensada pela mão de obra imigrante, ainda que assimetricamente distribuída no território nacional, é ainda fator de opacidade para se analisar com precisão o quadro social operário. Em se considerando, principalmente para o Rio de Janeiro, o quantitativo da “invisível” mão de obra dos negros, com destaque para o mercado informal, mas não apenas, tal fato se complexifica ainda mais. Mas a despeito de todas essas questões, que colocam à prova alguns exercícios hermenêuticos, é possível abstrair dos fatos, com algum sucesso, certas reflexões.

De acordo com Eulália Maria Lahmeyer Lobo, no que tange à organização do proletariado militante em setores da economia no período áureo do sindicalismo revolucionário:

Outro aspecto que merece destaque é o da ocorrência de greves tipicamente operárias desde os primeiros anos da República. Os dados sobre a liderança dos tecelões na onda grevista de 1903, reiterada nos anos de 1917-1920, não corroboram a tese sobre predomínio ligado ao setor terciário da economia no movimento operário do Rio de Janeiro.

---

161 Paulo Sérgio Pinheiro. O Proletariado Industrial na Primeira República. In: H.G.C.B. *O Brasil Republicano vol. III, op. cit.*, p. 142.

Ao contrário, indicam a importância da indústria na economia e no movimento<sup>162</sup>.

A tese do operariado artesanal fica, assim, mais uma vez prejudicada. Quer no setor da economia onde aconteciam as grandes greves, ou no número de trabalhadores empregados nas indústrias, as análises tradicionais carecem de reparos.

A adoção, pelos anarquistas, já no Congresso Operário de 1906, da via do sindicalismo revolucionário é, para alguns, o sintoma da falta de reflexão própria de um movimento proto-industrial que, por ausência de um avanço significativo das forças produtivas, encontrava, como única alternativa, a adoção de estratégias aplicadas a regiões (Europa) onde esse fenômeno se completara com mais sucesso.

Na verdade, o modelo do sindicalismo revolucionário, difundido principalmente nos congressos operários da França daquela época, havia influenciado muitos países do Velho Mundo sem, entretanto, que esses apresentassem as “debilidades” da situação industrial brasileira.

Pode-se afirmar que a experiência do sindicalismo revolucionário na Europa foi

a consequência da crítica interna do marxismo com forte influência da Aliança bakuninista, as leis federalistas de Proudhon e suas proposições sobre a capacidade política das classes trabalhadoras e, sobretudo, das experiências da Comuna de Paris<sup>163</sup>.

A figura de proa do movimento era Ferdinand Pelloutier que, em vista do malogro dos partidos políticos socialistas organizados na Segunda Internacional, defendia a ação direta dos trabalhadores para o estabelecimento da nova sociedade<sup>164</sup>.

Era muito natural que os anarquistas do Brasil, assim como em outras partes do continente, adotassem essa identidade sindical. Principalmente porque, nos princípios do modelo francês, nada se encontrava em desacordo com a metodologia dos libertários, foi, sem grande dificulda-

---

162 Eulália Maria Lahmeyer Lobo. (coord.) *Rio de Janeiro Operário*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992, p. 29.

163 Jorge N. Solomonoff. *Ideologias del Movimiento Obrero y Conflicto Social*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1971, p. 203.

164 *Ibidem*.

de, que a bandeira da greve geral insurrecional ocupou simbioticamente o imaginário do operariado organizado na Primeira República.

Percebemos que para os anarquistas ou “anarcossindicalistas”<sup>165</sup> não havia rigor distintivo entre as categorias. Os libertários, com muita frequência, apresentavam-se como sindicalistas revolucionários alheios, aparentemente, às singularidades das propostas. E, exatamente na senda do sindicalismo, é que as ideias dos anarquistas ganharam substância prática. Foi no meio sindical que os “operários-ilustrados” escreveram panfletos, livros, memoriais e pequenas teses nas quais o sindicalismo operava a mediação entre a ação e a teoria. No ambiente de expressão classista, tomaram forma muitas das mais lúcidas reflexões sobre aquele período histórico. Até mesmo uma reforma ortográfica, que visava minorar entraves à expressão dos trabalhadores, materializou-se nas páginas do periódico sindical *A Voz do Trabalhador*, experiência bastante ousada para sua época<sup>166</sup>.

Outro aspecto da maior relevância diz respeito às muitas revoltas populares no período. Com destaque aqui para o Distrito Federal, as constantes agitações<sup>167</sup>, entendidas pela polícia como “distúrbios so-

---

165 O termo anarcossindicalista é encontrado comumente na produção acadêmica brasileira até meados dos anos de 1990. Ainda que impreciso para o período, representando, na maioria dos casos, um anacronismo, nos parece que o uso do conceito trata, no mais das vezes, da constatação da existência de uma cultura política radical nos meios sindicais. Nesse sentido, uma vez que os principais disseminadores de tal cultura eram de fato anarquistas, o termo não é evidência cabal de erro. Mas faz-se necessário esclarecer que, no período tratado, a matriz teórica francesa do sindicalismo, concebida esta pelos esforços de Pelloutier, Pouget, Delesalle e Yvetot, todos libertários declarados, deu aos anarquistas certa preeminência no que se refere ao emprego do conjunto de métodos reunidos sob a égide do “sindicalismo revolucionário”. Tal destaque era inclusive de larga aceitação na época, uma vez que, com o propósito de estigmatizar a corrente majoritária da CGT francesa, os guesdistas e reformistas valiam-se do epíteto “anarcossindicalista” para identificar os adeptos do sindicalismo revolucionário (Jacques Toublet. *Du Syndicalisme Révolutionnaire et de Lanarcho-Syndicalisme*. Revue Réfractaires n° 7. Paris, 2001). No Brasil, as referências ao modelo francês aparecem já no Primeiro Congresso Operário de 1906.

166 Um dos maiores entusiastas da reforma ortográfica foi Lírio de Rezende, poeta e pensador libertário. Em seu livro de poemas sociais, *Mundo Agonizante*, publicado em 1920, passou para a prática seus projetos de simplificação da língua escrita. AN. IJJ 7 – vol. 168.

167 Cf. Jane Santucci. *Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

ciais”, forneceram importante aporte ao fomento de um tipo original de cultura rebelde. Os sindicalistas revolucionários beneficiaram-se enormemente desses eventos de grande visibilidade. Tiraram lições fundamentais deles, ao se envolverem nas suas variadas dinâmicas. Assim, os operários, alguns dos quais declarados anarquistas, lograram robustecer e dar consequência à sua estratégia geral. Pode-se afirmar, inclusive, que desse aprendizado a ideologia anarquista foi mais agraciada que agraciou.

Ainda assim, não há dúvida de que, apesar de possuir outros espaços de difusão, foi no movimento operário que o anarquismo conseguiu seu maior veículo de propaganda. Além do que, como já vimos, foi principalmente por esse motivo que sofreram os sindicalistas as maiores privações e perseguições por parte do Estado.

## CAPÍTULO 2

# OPERÁRIOS, REPRESSÃO E POLÍCIA NOS ANOS 20

*Nossas leis em geral não são conhecidas:  
constituem um segredo da pequena  
aristocracia que nos governa.*

Franz Kafka

### 2.1. DESVIOS, TÉCNICA E LEI

A alvorada do Estado republicano evidenciou alguns projetos de uma fração das elites de aspiração liberal que, com a superação da bandeira do abolicionismo, passou a necessitar de meios ou veículos de expressão para seus anseios e objetivos políticos. A ciência, como *nêmesis* de um passado retrógrado e escravocrata, prestava-se a conferir aos novos tempos maior estabilidade e credibilidade, tão necessárias ao país, principalmente aos olhos de uma comunidade internacional empenhada em consolidar pressupostos da mesma natureza. As reformas urbanas, iniciadas ainda nos derradeiros anos do oitocentos, os projetos de modernização “positiva” das instituições e a Constituição inspirada nos princípios liberais do ascendente Estados Unidos da América serviam para reafirmar alguns paradigmas e determinar a direção das transformações sistematicamente defendidas nos discursos mais otimistas.

Outro aspecto, o do colonialismo ideológico, alavancado em sua *práxis*, entre outras, pelas “ciências antropológicas”, também perceptível nos campos da Geografia e da História, consubstanciava-se, em concreto, nos novos códigos e legislações que, no Velho Mundo, serviam de reforço à preponderância da burguesia.

No Brasil, o problema da mão de obra continuava a exigir atenção das autoridades. A chegada dos imigrantes e a transição do antigo sistema escravista para as novas relações de trabalho não se faziam de forma harmônica, nem a partir de um grande projeto governamental articulado. O anarquismo, que havia surgido no país com características anunciadas pela imprensa e legislação penal, apresentava-se para alguns segmentos da sociedade como o exemplo da desordem e da dissolução de pilares fundamentais da civilização ocidental. O sentido atribuído ao pensamento libertário partia de experiências não vividas no Brasil, mas, assimiladas da contrapropaganda referente aos anarquistas na Europa.

Dessa forma, à ciência “positiva” juntava-se a ideia de doença, de higienização, então reinantes. Os anarquistas, como parte de um organismo em descompasso com o tempo de ordenação obsessiva deviam ser forçosamente conduzidos ao seu espaço de confinamento.

Dentro desse espírito que se definia pela autoridade atribuída às teorias importadas, podemos destacar um dos mais “comemorados” pensadores europeus do período, o médico, antropólogo e criminologista Cesare Lombroso<sup>1</sup>. Através de suas prédicas, o intelectual italiano, forneceu significativo manancial interpretativo para o que, no seu juízo, eram as “anomalias” sociais. Ele, em conjunto com outros seus contemporâneos – Enrico Ferri, Bentillon e Ferrero –, influenciou profundamente o Direito Penal no Brasil<sup>2</sup>, influenciando, com seus textos monográficos, os debates das não poucas escolas superiores nacionais. O alcance da sua obra se desdobraria em copiosos ramos da episteme de

---

1 Cesare Lombroso nasceu em Verona, a 10 de janeiro de 1836, filho de lar israelita. Formou-se em medicina trabalhando inicialmente no exército italiano e mais tarde como alienista no asilo de Pasero. Notabilizou-se com seu estudo *L'Uomo delinquente*, de 1876, e, após longa carreira internacional, veio a falecer em 1909, ironicamente após receber a notícia da execução do catalão anarquista Francisco Ferrer y Guardia. Pierre Darmon. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

2 Cf. Cristiane Brandão Augusto. *Cérebro Criminógeno: Estudo sobre e Etiologia do Crime a partir da Medicalização da Sociedade*. Nova Friburgo: Marca Gráfica e Editora, 2010.

seu tempo, podendo ser identificada também nas artes e nas políticas de Estado<sup>3</sup>.

No seu prefácio à “segunda edição” de *Os Criminosos na Arte e na Literatura*, essa traduzida para o português, E. Ferri esclarecia o seu propósito ao aventurar-se por tal assunto:

Mas, os exemplos escolhidos para a primeira edição parecem-me amplamente suficientes para atingir o fim que me propuz: demonstrar e confirmar com exemplos tirados da arte, os dados e as induções da anthropologia e da psychologia criminaes. A opinião pública começa a considerar os mais celebres criminosos como creaturas antisociaes e perigosas, cuja segregação e cujo tratamento se impõem, e não como creaturas dotadas somente de uma vontade livre e má. Chega-se em fim à persuasão de que não é criminoso quem o quer ser<sup>4</sup>.

Vale acrescentar que o livro é o resultado de uma palestra ministrada em março de 1892, em Pisa.

Confessadamente inspirado em Ferri, o professor Eusebio Gómez, da Universidade de La Plata, escreveu o livro *Paixão e Delicto*, no qual tratava, entre outros temas correlatos, de Ignacio Monges, responsável por um atentado ao presidente argentino general Julio A. Roca. O autor faz questão de seguir estritamente os padrões sugeridos por Ferri ao tratar do perfil psicológico do argentino de 38 anos, natural de Corrientes<sup>5</sup> e aspirante a magnicida.

---

3 Vale dizer que não foi diferente no Ocidente europeu, na França, por exemplo, aparecem muitas obras com algumas poucas variações das mesmas teses defendidas por Lombroso. Podemos destacar algumas como: Albert Bataille. *Causes Criminelles et Mondaines de 1897-98*. Paris: Librairie Dentu, 1898 (o primeiro volume trata do caso Dreyfus); J. Grasset. *La Responsabilité des Criminels*. Montpellier: Ch. Colin, 1907; dr. Maurice de Fleury. *L'Ame du Criminel*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1907 e J. Maxwell. *Le Crime et la Societé*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, 1909.

4 Enrico Ferri. *Os Criminosos na Arte e na Litteratura*. Porto: Typographia Santos, s.d.

5 Cf. Eusebio Gómez. *Paixão e Delicto*. Buenos Aires: Edições America Latina, s.d. Curiosamente, ainda que com topônimo da capital argentina, o livro foi publicado em português.



No Brasil, na alvorada republicana, o *Jornal do Commercio* já comemorava a produção intelectual do “célebre criminalista” Lombroso, associando-a, quando possível, ao anarquismo. Referindo-se à obra “*physiologia dos anarchistas*”, o diário aborda a teoria do “typo criminal”, dando ênfase a esse aspecto e traduzindo o que julgava mais significativo. Sintomaticamente a coluna terminava da seguinte forma:

Nos criminosos políticos, porém, a predisposição para o mal torna-se altruísta, associa-se à necessidade do novo, e, bem canalizada, essa predisposição, pode ser de grande utilidade para família humana.

Apenas não ensina Lombroso o modo de canalizar os anarchistas<sup>6</sup>.

Em um momento no qual os problemas urbanos se confundiam com a regulação da conduta dos elementos constituintes da malha social, as teses de caráter normativo e científico indicavam o caminho para a resolução dos impasses. Bem ao gosto da fração mais liberal da classe dirigente brasileira, o eixo racionalista de tais pensamentos colocava termo a qualquer prurido de consciência que pudesse assaltar o governo após medidas de exceção. Tudo era permitido, menos o retrocesso. E nesse sentido, era factível interpretar os lamentos da classe operária como resquícios da barbárie, ou mesmo, um descompasso evolutivo.

A possibilidade de orientar os discursos na direção da profilaxia social, aproximar a ordem social da necessidade de um corpo urbano em conformidade com os desígnios da salutar evolução, seduzia parte numericamente significativa daqueles que criteriosamente pensavam o espaço social em redefinição. Como se sabe<sup>7</sup>, o discurso jurídico aproximou-se sobremaneira das referências médicas. Entender a estrutura social como um grande organismo, naquela ocasião desnutrido ou gangrenado, reforçava a necessidade de prescrever remédios, amputações, ou ainda, ambas as medidas.

Em conformidade com tais fatos, o *Jornal do Commercio*, em 29 de outubro de 1901, publicava o artigo: “O anarquismo, sua causa

6 BN. *Jornal do Commercio*, 6/7/1891.

7 Cf. Cristiane Brandão Augusto. *Cérebro Criminógeno: Estudo sobre e Etiologia do Crime a partir da Medicalização da Sociedade*. Nova Friburgo: Marca Gráfica e Editora, 2010.

e cura.”<sup>8</sup> Título bastante esclarecedor para uma coluna que definia a presença do pensamento anarquista como um antígeno insidiosamente infiltrado no corpo social. Esse periódico manteria, por toda a primeira fase da república, uma postura bastante conservadora ao publicar notícias sobre assuntos relativos ao movimento operário e principalmente quando estavam envolvidos trabalhadores anarquistas.

Em 1905<sup>9</sup>, o mesmo jornal expunha em suas páginas excertos de ensaios de Pedro Lessa<sup>10</sup>, bacharel ligado à atividade de segurança em São Paulo. Liam-se então os seguintes títulos: “É a História uma Ciência?”, de 1900; “O Determinismo e a Imputabilidade e Responsabilidade de Crime”, de 1905 etc<sup>11</sup>. Este último encontrava-se recheado de termos tipicamente lombrosianos. No ano seguinte, Lombroso ocupava a imprensa do Rio de Janeiro com referências à sua obra e ao 6º Congresso de Antropologia Criminal, na Itália<sup>12</sup>.

Pierre Darmon<sup>13</sup> transcreve uma pequena parte do discurso proferido pelo médico italiano, em Turim, no referido congresso:

Em 1870, eu prosseguia há vários meses, nas prisões e hospícios de Pavia, em cadáveres e em vivos, pesquisas que visavam fixar as diferenças substanciais entre loucos e criminosos, sem chegar a um resultado: de repente, numa triste manhã de dezembro, encontro no crânio de um malfeitor toda uma série de anomalias atávicas, sobretudo uma enorme fosseta occipital média [abertura situada no nível da parte inferior da caixa craniana que dá passagem ao eixo-espinhal] e uma hipertrofia da fosseta vermiana [região mediana do cerebelo] análogas às encontradas nos vertebrados inferiores. À vista dessas estranhas anomalias, como se tivesse surgido uma grande planície sob um horizonte

---

8 BN. *Jornal do Commercio*, 29/10/1901.

9 BN. *Jornal do Commercio*, 9/11/1905.

10 Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921), bacharel pela faculdade de Direito de São Paulo, Chefe de Polícia do Estado, deputado constituinte em 1891, Ministro do S.T.F. e membro da Academia Brasileira de Letras.

11 BN. *Jornal do Commercio*, 25/5/1906.

12 BN. *Jornal do Commercio*, 27/5/1906.

13 Pierre Darmon, *op. cit.*, p. 35.

em chamas, o problema da natureza e origem dos criminosos pareceu-me resolvido: os caracteres dos homens primitivos e animais inferiores deviam reproduzir-se em nosso tempo<sup>14</sup>.

Comenta adiante Pierre Darmon:

Descobrimo no homem criminoso um indivíduo meio-homem, meio-animal, marcado pelos estigmas atávicos de suas propensões sanguíneas, Lombroso tornava-se ao mesmo tempo um igual de Jenner, descobrimo as virtudes da vacina; e de Pasteur, pondo em evidência as propriedades do caldo de cultura mantido por um tempo prolongado<sup>15</sup>.

Em terras brasileiras, não só Lombroso galgava posições cada vez mais elevadas no “Olimpo” da ciência, como também conferia, àqueles que se inspiravam em sua teses, a credibilidade para suas respectivas conclusões. Um “caldo de cultura” que servia não só para reconhecimento recíproco entre os pares, como ainda, para legitimar opiniões, autorizar medidas penais, ações governamentais e policiais que, se não estavam previstas nos códigos, tornar-se-iam, por seus fundamentos científicos, aportes para aprovação no Congresso de emendas ou artigos constitucionais.

A frenologia, como ficou conhecida a ciência que estudava o caráter do homem pela morfologia do crânio, facultou alguns princípios empíricos reivindicados pelos que desejavam taxonomizar os indivíduos e conduzir pelas mãos a “infantil república brasileira”. Nessa linha, a Escola Positiva do Direito Penal<sup>16</sup>, identificada com os paradigmas de Lombroso, definiria que a criminalidade, assim como os métodos de combate à mesma, deveria sujeitar-se a pressupostos eminentemente “científicos”. Os novos tempos exigiam mais eficiência e objetividade.

Com o assentimento do espírito de sua época, Lombroso, em fins de 1894, publicava um opúsculo com diversos juízos sobre os anarquistas. Iniciativa que se justificava principalmente pelos diversos eventos,

---

14 *Ibidem.*

15 *Ibidem.*

16 Prefácio de Carlos Diaz. *In: Cesare Lombroso. Los Anarquistas*. Barcelona: Biblioteca Jucar, 1978, p. 7.

na França, Itália, Espanha e outras partes do continente europeu. No texto, o médico italiano tentará aplicar, através do estudo de casos, as suas teorias do chamado “criminoso nato”. Assim ele justificava a sua empresa intelectual, ao dedicar tantas laudas aos anarquistas:

Nestes tempos, em que tudo concorre para complicar cada vez mais a máquina governamental, não pode ser considerada uma teoria como a anárquica, que representa a volta do homem pré-histórico, antes que surgisse o *pater familias*, assim como um enorme retrocesso<sup>17</sup>.

De forma bastante clara, havia nos seus argumentos a intenção de defender as instituições, os governos modernos e o próprio Estado. Uma defesa que não era feita acriticamente. Ele reconhecia em pensadores, como Tolstói, anarquista; Richet, Hugo e Zola, razão e “honra”. E dizia: “Sofremos muito principalmente, e sobretudo, pelas enormes deficiências que encarna a ordem econômica”<sup>18</sup>. Há, por outro lado, em sua obra, o entendimento dos movimentos de caráter violento como sendo o resultado de situações iníquas, em favor das quais, nem a caridade e a cooperação podem concorrer favoravelmente. Ele afirmava, invocando a estrutura de suas observações, que “a história não apagou todos os males”<sup>19</sup>, e que: “A orgulhosa prepotência feudal, por exemplo, e a intolerância e hipocrisia religiosa, etc., permanecem irremovíveis em alguns lugares...”<sup>20</sup> Tanto mais curiosa é a conclusão de Lombroso ao afirmar que os caracteres físicos são determinantes para a empresa dos atentados a bomba, perpetrados pelos individualistas. Ele, em aparente contradição, necessita justificar que, embora houvesse uma preeminência dos atavismos físicos, alguns atos de violência anarquista encontravam sua razão na perversidade do sistema social. Nas palavras de Lombroso:

Contra a ambição de lucros dos industriais, surge o quarto estado, protestando integralmente, ao descobrir como é grande a desproporção que existe entre as tarefas e cansaços

---

17 Cesare Lombroso. *Los Anarquistas, op. cit.*, p. 15.

18 *Ibidem*, p. 16.

19 *Ibidem*.

20 *Ibidem*.

dos três estados superiores da sociedade, e as suas tarefas e cansaços.<sup>21</sup>

E, no caso dos latinos, acrescentava que: É pois, inegável que, seja sob a forma republicana, seja sob a forma monárquica, quase todas as instituições sociais e governamentais são, a raça latina ao menos, uma enorme mentira convencional, que todos aceitamos em nossos foros íntimos, com tanto que gozemos das doçuras e regalias da vida.<sup>22</sup> Juízos que, já na sua época, encontravam bastante similaridade com tantos outros no campo socialista.

Lombroso, dando largas à sua erudição, cita Maquiavel e outros clássicos da política: “Toda a forma de governo traz em si os germes de sua destruição.”<sup>23</sup> Não poupando pejorativos ao citar governos corruptos, despóticos e situações perversas sustentadas e criadas por estes. Chega mesmo a dizer da República o seguinte:

E o mal é pior agora que em tempos passados, porque os reis são poucos, e os senadores e deputados, cujas ações negativas são premiadas à custa do cansaço e trabalho dos mais pobres, são muitos.<sup>24</sup>

Demonstrando aí, não só uma perspectiva crítica da sociedade, a mesma na qual estavam inseridos os “criminosos natos”, como também deixando pistas concretas das leituras que, em certa medida, o ajudavam a formar tais juízos<sup>25</sup>.

Ao referir-se aos anarquistas, ele o faz com critérios, separando os de “ideias acertadas”, de outros: os “criminosos”. Em Kropotkin e Merlino, elogiou a análise do Estado que, aliás, estava contemplada em seu discurso inicial. Serve-se de extensas passagens dos escritos de Kropotkin, para concordar com quase tudo ao final.

Mas, no que se refere aos fins políticos do anarquismo, Lombroso enuncia seis deles, condenando veementemente três:

---

21 *Ibidem*, p. 17.

22 *Ibidem*, p. 18.

23 *Ibidem*.

24 *Ibidem*, p. 19.

25 Entre outras implicações, percebe-se que na essência das críticas ao governo republicano repousa o germe que produziu, principalmente na Itália, a encruzilhada pela qual passaram alguns socialistas, como Mussolini, em direção ao extremismo de direita.

1º fundação de uma sociedade de classe, por *todos* os meios (este todos encobre o delito comum) (grifos meus);

2º fundação de uma sociedade livremente constituída e baseada na comunhão dos bens (retrocesso ao antigo, absolutamente impraticável);

3º organização perfeita da produção;

4º livre troca de produtos equivalentes, realizada pelas mesmas organizações produtivas, com a omissão de todas as classes de intermediários e açambarcadores de benefícios;

5º organização da educação sobre bases científicas, não religiosas, igual para ambos os sexos (dada a desigualdade dos dois sexos, nenhuma legislação pode fazê-la desaparecer); e,

6º relação de todos os assuntos públicos mediante tratado livre de comunidades e sociedades federadas<sup>26</sup>.

As restrições ao programa-síntese dos anarquistas possibilitam um pequeno vislumbre do que efetivamente incomodava Lombroso, no conjunto dos princípios libertários, além, é claro, de evidenciar os limites concretos do seu pensamento social. Problemático, segundo ele, no pensamento anarquista era o apelo ao comunismo primitivo, palavra última execrada pelo evolucionismo, e a amplitude “perigosa” de “todos os meios” para se atingir a anarquia. A contundência da doutrina oportunizava, ainda segundo ele, a criação de um espaço largo o suficiente para o delito. Sendo assim, na mesma perspectiva, qualquer proposta na qual os limites de seus aderentes não fossem claramente definidos, esta lhe parecia suspeita. Ao comparar revolução e rebelião definia sua clara opção pela via gradual das transformações, essa sim uma revolução, mas, em diametral oposição, atirava no limbo das paixões doentias qualquer iniciativa de ruptura mais radical<sup>27</sup>.

Lombroso se aproximou em muitos aspectos de alguns socialistas de sua época, na Europa e no Brasil. Dava razão a Élisée Reclus quando afirmava: “A revolução é expressão histórica da evolução.”<sup>28</sup>

---

26 Cesare Lombroso. *Los Anarquistas*, *op. cit.*, p. 23.

27 *Ibidem*, p. 25.

28 *Ibidem*.

Para os parâmetros de seu tempo ele não demonstrava, de uma forma geral, animosidade a todos os anarquistas. E, principalmente, com os mais cultos e oriundos da aristocracia ou burguesia ilustrada revelava especial deferência. Os intelectuais libertários eram diferentes, segundo ele, dos “loucos ou criminosos e, muitas vezes, ambas as coisas de uma vez”<sup>29</sup>.

Em relação aos chamados “bandidos trágicos”, a questão apresentava-se de outra maneira. Embora mantivesse, em toda sua análise, margens de distinção entre os casos, com os “individualistas terroristas” sua complacência sofria sensível alteração.

Ao definir Ravachol como “tipo criminal nato”<sup>30</sup>, alguns de seus critérios, que se tornam mais claros, explicitam o cerne da distinção: “O que mais marcadamente se revela à primeira vista na fisionomia de Ravachol é a brutalidade.”<sup>31</sup> Segue descrevendo, com termos do vocabulário frenológico, as assimetrias que, pela sua avaliação, se apresentavam como regra, e não singularidade, nos traços fisionômicos dos indivíduos suspeitos. E concluía: “Sua psicologia corresponde em tudo às suas lesões anatômicas.”<sup>32</sup> A própria biografia de Ravachol talvez explicasse um grande número de “lesões” constatadas pelo cientista. É provável que, ao fazer suas distinções e colecionar desvios, Lombroso estivesse classificando, ao fim de tudo, a imensa maioria dos pobres das cidades.

Ao buscar fundamentar as “faltas” pregressas, na consanguinidade dos acusados de violência militante, ele acreditava corroborar sua teoria hereditária apontando a morte do avô e bisavô de Ravachol, executados por delitos de incêndio e roubo respectivamente, como evidências inquestionáveis da delinquência transferida por hereditariedade. Como em muitas outras passagens da obra de Lombroso, também aqui, a argúcia sociológica parece ter cedido lugar à lógica dos atavismos de parentesco. E, dessa forma, a anatomia passou a possuir primazia sobre todos os outros aspectos; a sensibilidade demonstrada anteriormente sucumbia às necessidades de tabular e consolidar paradigmas.

A vinculação do crime à política, de acordo com suas premissas,

---

29 *Ibidem.*

30 *Ibidem*, p. 29.

31 *Ibidem.*

32 *Ibidem.*

seria recorrente na história, e dessa forma: “Ainda os mesmos mantenedores da Revolução Francesa constituíam uma quadrilha de vagabundos, ladrões e assassinos.”<sup>33</sup> E prescreve a mesma sentença para os participantes da Comuna de Paris, e das jornadas de 1863, na França. Em todos os casos enfatiza a quantidade de indivíduos envolvidos em tais eventos: um número expressivo de “criminosos” era para ele uma ideia perturbadora.

De forma quase obsessiva, esmerando-se em articular e fazer conexões entre os indícios, foi buscar ainda em casos de epilepsia nos réus anarquistas a conjunção com a “histeria política” que, segundo ele, era um fenômeno muito próximo da religião e das alucinações, “vivíssimas e frequentes”. Como se viu, obcecado pela natureza biológica do crime, pelas suas raízes, frequentemente aventurava-se em listas de criminosos anarquistas nas quais era possível encontrar: Caserio, assassino do presidente francês Sadi Carnot; Inácio Monges<sup>34</sup>, que atentou contra o presidente da Argentina e outros. Todos eles com antecedentes criminais familiares. Em Vaillant e Henry<sup>35</sup>, este último, filho da burguesia, não detectou traços “criminais”. Entretanto, afirmava que nestes se verificavam os sintomas típicos da histeria política. Os dois anarquistas foram classificados como “suicidas indiretos”, aqueles que, sem coragem para tirar a própria vida, decidiam entregar-se ao intento de matar um chefe de governo esperando que com isso, alguém, que não eles próprios, lhes pusesse fim à vida<sup>36</sup>.

A caracterização dos réus de diversos crimes obedecia, segundo Lombroso, a algumas variáveis que nos parecem, no fim das contas, em maior número que os casos apresentados como padrão. A complexa equação montada para identificar os agentes da turbulência, seguia

---

33 *Ibidem*, p. 31.

34 O argentino Inácio Monges tinha 38 anos de idade quando atacou o presidente General Júlio A. Roca, no dia 10 de maio de 1886, com um fragmento de pedra. Monges efetuava seu atentado no mesmo mês e ano dos trágicos acontecimentos de Chicago, que deram origem às manifestações do 1º de Maio. Eusebio Gómez, *op. cit.*.

35 Émile Henry, nasceu, em 1872, na Espanha, local do refúgio de seus pais, exilados por força da reação aos eventos de 1871, em Paris. Após realizar atentados à bomba, em lugares frequentados pela burguesia, principal alvo de Henry, este enfrentaria o cadafalso, em 21 de maio de 1894.

36 Cesare Lombroso, *op. cit.*, p. 37.



ainda caminhos tortuosos: envolvia e misturava a idade dos que executavam os crimes de paixão, os regicídios e o paradigmático “atavismo” que implicava a investigação dos progenitores, isto é, a vinculação com o legado adquirido por hereditariedade.

No que se referia à paixão como elemento propulsor de um crime, assim Lombroso definia os implicados: “Caracterizavam-se estes réus passionais, não pela ausência dos traços do tipo criminal, mas por terem, em oposição a ele, uma bela e simpática fisionomia, de ampla frente, bem conformada barba e pacífico e sereno olhar”<sup>37</sup>. Em uma lista de 18, entre 30, “niilistas”, com semelhantes caracteres fisionômicos, quase angelicais, encontrar-se-ia até mesmo o nome do eminente anarquista Bakunin. Para ele, eram “sempre modelos exagerados de honradez, moralidade e de virtude”. E acrescentando ainda mais exemplos:

Referindo-se ao niilista Lisogub, escreve Stepniak que sendo milionário vivia como um pobre, para repartir seu dinheiro entre os correligionários, e tão austera e tão humilde era sua vida, que seus amigos faziam de tudo para que ele melhorasse suas condições, pois temiam que tantas provocações pudessem levá-lo à uma doença<sup>38</sup>.

Sem descontinuidades na questão das contradições e incongruências analíticas, Lombroso buscou no populismo russo, sem o citar, os argumentos de que necessitava para aproximar os “criminosos apaixonados” do misticismo primitivo. Com tal argumento ele terminaria por descaracterizar como “celerados malfeitores” os revolucionários arrolados em suas recorrentes listas. Com isso ele terminava por absolvê-los de intenções premeditadas e de caráter degenerado.

Outro aspecto a se destacar é o que diz respeito às virtudes cristãs que, para um juízo mais ampliado da opinião pública, poderiam servir de atenuantes, ou mesmo de anulação do castigo. Mas que serviam antes, no juízo de Lombroso, para definir o anacronismo da opção dos réus. Há, naturalmente, na própria análise, uma determinante compassiva um tanto cristã, muito embora ele não admita. Algo que subjaz, mas que, no seu caso, como homem da ciência, maduro e reputado acadêmico, ele pouco reconhece ou admite. Seria por demais contra-

---

37 *Ibidem*, p. 40.

38 *Ibidem*, p. 42.

ditório assumir tal ambiguidade uma vez que cabia a ele, mais que a qualquer outro homem comum, auxiliar a sociedade a deixar a obscura “ignorância da paixão”.

Na sua perspectiva as qualidades dos anarquistas, ou niilistas apaixonados, eram extemporâneas, embora possuidoras de elevado conteúdo moral. Para o século da ciência, representavam, ainda que virtuosas, deformidades antagônicas à ordem.

Intentava concluir:

Renán atribui o influxo do cristianismo, muito mais do que às perseguições de Cristo e de seus precursores os Essênios, à verdadeira paixão pelo martírio de seus sequazes; paixão tão grande, que conseguiu converter muitos. Justino e Tertuliano entre eles, que assim se converteram só por presenciarem o valor dos mártires<sup>39</sup>.

Lombroso entendia o exemplo do martírio como um tipo específico de propaganda e demonstrava sua preocupação com os efeitos das execuções públicas, na guilhotina, em Paris. Para ele, as execuções, sob forma de espetáculo punitivo, muito ao contrário de coibirem os atentados anarquistas, só iriam produzir um efeito inverso.

A lupa fria do cientista observava a sociedade, reconhecia as características dos desviantes e prescrevia a posologia do castigo. Qualidades e defeitos eram meros fatores de identidade; serviam para definir e tipologizar o objeto. A paixão era má conselheira da ciência e, assim, devia permanecer sempre e invariavelmente sob suspeição. Parecia simplesmente abjeta, ao homem esclarecido, “a tendência de exagerar nas ideias, nos sentimentos menos positivos, menos conformes com a prática e a realidade.”<sup>40</sup> Para Lombroso, a razão dos novos tempos era inexorável, lutar contra seria optar pelo obscurantismo. Mesmo os anarquistas mais “intelectualizados”, diante de tal conclusão, pareceriam monges medievais vivendo sob a inspiração de antigos princípios.

No plano das enfermidades, ele criava novas categorias e patologias sociais. Simbioses de permanências místicas com problemas biológicos individuais e hereditários. Ao analisar as cartas de Caserio

---

39 *Ibidem*, p. 45.

40 *Ibidem*, p. 60.

escritas na prisão, em uma investida pela grafologia, concluía que esse seria vítima de histeria e epilepsia. Além de ser acometido de hiperestesia, grande sensibilidade para as próprias dores e também às alheias. Quanto ao desequilíbrio dos rebeldes, este era atribuído ao terreno do misticismo que, mesmo político, arrastava atrás de si princípios absurdos e retrógrados<sup>41</sup>.

E dessa forma explicita sua perplexidade:

Aqui surge para o psiquiatra e para o sociólogo, um difícil problema. Como é possível que nestes indivíduos, loucos, criminosos para quase todo mundo, neuróticos e grandes apaixonados, se dê um altruísmo que não se encontra na maioria dos homens, e muito menos ainda nos loucos e nos criminosos, que são sempre os egoístas do mundo?<sup>42</sup>

Em P. Desjardins, busca a seguinte reflexão:

Há, sem dúvida alguma, anarquistas malvados; mas na maior parte são bons, transformados por uma excessiva sensibilidade em maus: Já se deu uma vez um caso em que transformou-se em anarquista um indivíduo por ver seu patrão romper o braço de uma aprendiz. E. Reclus se distingue pela sua bondade sem limites<sup>43</sup>.

Em todo o livro, os casos são documentados com cartas dos cárceres e depoimentos à imprensa ou à polícia. Sobre Ravachol, segundo ele um altruísta, reconhecia Lombroso a “paixão política” e a criminal. Mas em Émile Henry, dizia ele, “encontramos a paixão pura, com elevado sentido ético”<sup>44</sup>. Ravachol, muito pobre, e Henry, filho da burguesia “revolucionária”, foram constantemente citados. Todavia, mesmo que pontuadas por contrastes de juízos, as citações poucas vezes se detêm em paralelos sobre as condições sociais de ambos os anarquistas.

A despeito de toda informação de que dispunha Lombroso, suas conclusões nem sempre obedeceram a uma estrita “coerência”. Como

---

41 *Ibidem*, p. 51.

42 *Ibidem*.

43 *Ibidem*, p. 55.

44 *Ibidem*, p. 60.

já vimos, as suas observações e diagnósticos caracterizaram-se por uma dinâmica pendular, alternando os efeitos sociais e biológicos e vendo, no campo social, apenas um aliado ou agravante das condições que produziram o crime. Merece destaque a sua determinação em curar as enfermidades sociais e patologias individuais, buscando principalmente as suas origens biológicas, os atavismos e os fatores sociais que estimulavam o seu aparecimento. E, para tanto, seriam criados os termos: neofilia, hiperestesia etc. E, sob essa ótica, deveriam ser avaliados os métodos utilizados para profilaxia. Não só os meios como também os que seriam incumbidos de executá-lo.

Ao estabelecer a íntima relação entre os atentados dos anarquistas e a doença mental fazia-se também necessária a revisão dos meios de repressão. No momento em que o crime era analisado minuciosamente e eram apresentados seus caracteres “anatômicos”, o método precisava mudar. O saber médico, amparado integralmente por sua época, ganhava autoridade e vaticinava soluções.

Dessa forma, ao suspeitar dos métodos da justiça, questionaria: “Mas se dirá: se estes estranhos altruístas são todos loucos ou fanáticos, como é que suas ações levam o selo de uma séria premeditação ou de um plano estratégico?”<sup>45</sup> Ao denunciar a “inconseqüência” e o “infantilismo” dos projetos anarquistas para a sociedade, ele terminaria por lançar dúvidas sobre o aparelho policial:

É fácil responder que os planos estratégicos e os complôs são sonhos de uma polícia impotente; são no mais das vezes acordos entre 5 ou 6 pessoas, porque os loucos e os apaixonados não têm nunca mais cúmplices; mas sua obra leva o selo da perversão<sup>46</sup>.

Defendendo a limitação da pena de morte, da qual estariam excluídos muitos anarquistas, à exceção de Ravachol e Pini, refletia Lombroso: “... que na Rússia dizem que todo homem honrado é niilista aos vinte anos e conservador aos quarenta”<sup>47</sup>. Era, assim, uma temeridade executar um jovem anarquista que poderia mais tarde engrossar as estruturas do poder estabelecido.

---

45 *Ibidem*.

46 *Ibidem*, p. 64.

47 *Ibidem*, p.65.

Para Guillermo Ferrero, em 1894, a perseguição aos anarquistas “excita a fantasia de uns quantos iludidos, fanáticos e sugestionáveis, que pululam em nossa sociedade e que são sempre elementos fundamentais em todas as revoluções.”<sup>48</sup> Ele afirmava:

Estes fenômenos dolorosos, que atemorizam aos estadistas *empíricos* e *superficiais* (grifos meus), não surpreenderam aos que conhecem um pouco o homem e a história. Esta purificação da anarquia é consequência direta da perseguição.<sup>49</sup>

Os métodos contra a violência, defendidos por Ferrero, eram mais sutis. Ele sugeria que o governo francês, “diante do ridículo de matar”, levasse os “histéricos” e “epiléticos” aos manicômios, “pois ao passo que os mártires são venerados, os loucos produzem risos.”

Ao dirigir-se às classes mais abastadas e “racionais”, sugeria que estas deveriam ser razoáveis e propor combates mais eficientes. Aconselhava convênios policiais entre os países, catálogos de fotografia de anarquistas e a obrigação do registro e da troca de domicílio dos suspeitos. Além, é claro, das deportações perpétuas para ilhas despovoadas e isoladas na Oceania; proibição da publicação dos processos anarquistas;

e por último, deixar a população em liberdade para manifestar-se contra os anarquistas, ainda que com atos violentos, criando assim uma verdadeira lenda antianarquista popular precisamente nos meios em que eles, com especial interesse, tentam seduzir.<sup>50</sup>

Asseverava que as leis deviam ser específicas para o anarquismo, não os confundindo com os socialistas que eram seus “inimigos” e que podiam, inclusive, auxiliar no combate a toda e qualquer manifestação ácrata. As medidas “profiláticas”, apresentadas por Ferrero para o combate à “enfermidade social” na qual havia se transformado o anarquismo, eram perfilhadas por Lombroso:

É preciso, como remédio para os anarquistas de ocasião, réus por miséria, contágio e paixão, curar o mal-estar crônico e

---

48 *Ibidem*, p. 66.

49 *Ibidem*.

50 *Ibidem*, p. 69.

dos países em que a anarquia tem seus germes e seu verdadeiro campo de ação; curar como devia o médico, as raízes do empobrecimento geral, causa da enfermidade local, curá-lo com urgência, sem paliativos, chegando ao fundo<sup>51</sup>.

Como sociólogo, Lombroso era também tributário da medicina. Havia, em todo o seu discurso, reforçado pelas suas conclusões, uma preeminência da lógica do organismo físico sobre as questões sociais. Toda a referência sociológica ou histórica era, em última análise, uma deferência à biologia.

Enfatizando sua personalidade complexa, o pensador afirmava surpreendentemente: “Os remédios mais radicais serão aqueles que tendem a impedir excessiva concentração da propriedade, da riqueza, do poder, para que possam, os que têm talento e condições para o trabalho, ganhar a vida”<sup>52</sup>. E, usando as palavras de um “ilustrado economista”, dizia que os problemas sociais deviam ser vistos, pelo “estudo positivo da história”, objetivando a busca por um sistema econômico mais justo e não pelos males causados por uma classe a outra. Reforçava o sentido antitético entre o socialismo, que quer mudanças lentas, e o rebelde anarquismo, permanência dos instintos primitivos.

Lombroso não se colocou claramente como socialista, mas atribuiu a esses um papel positivo em face da opção radical dos anarquistas. Talvez, no que diz respeito às medidas propostas por ele, fossem, os socialistas, os melhores e mais sensíveis interlocutores. Por defenderem uma evolução política e social em conformidade com o próprio desenvolvimento das estruturas de produção e os avanços das conquistas parlamentares.

No seu livro ele reserva as últimas linhas para um apelo às autoridades dos vários países europeus que, ao contrário da França, Espanha e Rússia, promotoras de castigos violentos, deveriam estabelecer regras de combate ao “terrorismo” mais racionais. Os argumentos “claros e tangidos pelo bom senso”, nesse momento, eram dirigidos ao “povo”: a punição severa poderia levar ao crescimento de uma anarquia ainda mais “feroz”<sup>53</sup>.

A eloquência do apelo era bastante mobilizadora, mas o moralismo contido na essência do pedido era tão religioso quanto os “vícios

---

51 *Ibidem*, p. 70.

52 *Ibidem*, p. 72.

53 *Ibidem*, p. 76.

primitivos” que o Dr. Cesare Lombroso identificara nos anarquistas e procurava extirpar do léxico moderno.

Como apresentou Lombroso, em seus argumentos e citações, no momento grave em que vivia a Europa, os homens de visão tinham que tomar atitudes. Os anarquistas eram demônios do passado e deveriam, tal como as gárgulas de Notre Dame, permanecer como testemunhas mudas de um tempo de desgoverno e insanidade. Entretanto, o motivo da existência dos antigos demônios, a pobreza e as injustiças, persistiam no sistema moderno. Como eliminar o mal antigo sem questionar a recorrência de sua causa? Recusou, o médico italiano, os espetáculos públicos de triste memória relacionados com o Santo Ofício; a guilhotina possuía o odor do atraso.

No seu discurso científico, firmado por diversas autoridades, procurou clivar uma definição ética no combate ao atraso, sem compromisso com o passado. Todavia, a originalidade da proposta ficava seriamente comprometida pela indefinição dos próprios argumentos utilizados por ele. Perdeu-se em considerações morais contraditórias; não conseguiu sistematizar como queria os métodos de profilaxia do fenômeno do anarquismo, conforme corrobora seu apelo final.

Mostrou, com os argumentos possíveis, a condição do anarquismo como “permanência primitiva”. Mas, apontando para as causas, não foi capaz de sugerir como seriam feitas as mudanças. Esse fato pode ser verificado em sua tentativa de escamotear as contradições de classe inerentes ao próprio sistema. Ao aproximar-se dos socialistas e do gradualismo, tentou, com certeza, não se contrapor à classe dominante que, sem sombras de dúvidas, foi sua interlocutora privilegiada. A “estabilidade” lombrosiana não era diferente daquela almejada pela burguesia: harmonia para o consumo, investimentos e produção.

## 2.2. ECOS DE LOMBROSO NO BRASIL

No Brasil, os cursos de direito e medicina, em determinado momento, caminharam por vias muito semelhantes. Estudantes da Escola Nacional de Direito frequentavam cursos na Faculdade Nacional de Medicina, bem como os de psiquiatria e medicina legal. À época, essa relação se tornava cada vez mais natural e os docentes de ambas

as faculdades estabeleciam juntos as referências a serem utilizadas nas instituições e órgãos do aparelho burocrático do Estado brasileiro.

No início do século XX, a medicina legal acabou por aproximar médicos e bacharéis, criando uma zona compartilhada de diálogo e condutas. A Medicina Legal, influenciada pelas fontes italianas e francesas, contribuía sobremaneira para ditar procedimentos e justificar iniciativas. O doutor Juliano Moreira, médico, alienista, como gostava de ser chamado<sup>54</sup>, opinava com sua autoridade acadêmica sobre os presos do antigo Conselho Penitenciário do Distrito Federal<sup>55</sup>, definindo não raro os seus destinos.

Ele desempenhou papel destacado na psiquiatria brasileira. Nascido na Bahia, em 1873 e formado na Faculdade de Medicina do referido estado, em 1891; foi chamado por Rodrigues Alves, em 1902, para assumir a direção do Hospital Nacional dos Alienados, antigo Hospício D. Pedro II. O médico baiano dessa forma acabaria por impulsionar o estudo das “ciências da psique” no Brasil, sendo responsável por uma das primeiras leis de âmbito federal, nesse campo, editada em 1903<sup>56</sup>.

Em sua viagem ao Egito, em 1906, ele escreveu uma longa carta que enviou aos Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins. Entre outras questões afirmava:

Aos nossos magistrados e aos nossos advogados, ninguém poderá negar a compenetração do valor do depoimento do alienista nas questões de capacidade civil e de responsabilidade criminal. Todos nós, alienistas, temos recebido desses magistrados e dos advogados, provas inconcussas de sua confiança<sup>57</sup>.

Podemos depreender da passagem acima que, já no diálogo travado nos campos do direito e da medicina, os frutos eram colhidos com mútuo reconhecimento. E para o caso de Juliano Moreira, apreciador da obra de Cesare Lombroso, essa questão estava longe de ser irrelevante<sup>58</sup>.

---

54 H. Litaiff. *Carta do Egito* - contribuição para a história da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: edição do autor, 1982.

55 Prefácio do prof. Roberto Lyra *In*: H. Litaiff. *op. cit.*, p. 10.

56 H. Litaiff, *op. cit.*, p. 14.

57 *Ibidem*, p. 17.

58 *Ibidem*, p. 24.



O Brasil, como país periférico à Europa e consumidor de ideologias “modernas”, nem sempre assimilou de forma didática e gradual as “boas novas” legadas pelo saber acadêmico do Velho Mundo. Muitas vezes as querelas acadêmicas chegavam já previamente definidas ou encontravam adeptos que, por uma cultura livresca, assimilavam teorias que em essência apresentavam incongruências com as especificidades dos problemas nacionais. No campo das teorias raciais e, particularmente no caso brasileiro, daqueles que estavam no aparelho burocrático-jurídico, as ideias, longe de representarem um todo coerente, acompanhavam as idiosincrasias da formação intelectual dependente no país. Na Europa da primeira metade do século XIX, e mesmo dos fins do XVIII, prevalecia a teoria monogenista para explicar a origem das sociedades no planeta. Posteriormente, já na segunda metade do século XIX, essa teoria perdia espaço para a poligenista<sup>59</sup> que, por avanços da própria biologia, sofisticava seu arsenal argumentativo<sup>60</sup>.

Fato é que havia uma questão de fundo nestes debates: a busca da separação entre Igreja e Estado e a autonomização da ciência em relação às permanências religiosas. A relativização e a fragmentação do conceito de origem dos povos acabaram por legar um campo vasto de investigações à antropologia e à biologia.

Esse tipo de viés foi encorajado sobretudo pelo nascimento simultâneo da frenologia e da antropometria, teorias que passaram a interpretar a capacidade humana levando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos.<sup>61</sup>

A pretensa isenção da prematuramente renomada antropometria refletia a necessidade de uma fração da sociedade em fazer valer seus métodos, justificando e tornando necessárias as reformas. No caso brasileiro, a antropologia criminal de Lombroso, que se inseria nessa realidade, mais que um simples paradigma, foi alento para uma comuni-

---

59 Teoria pela qual a sociedade era una, ou seja, baseada em preceitos religiosos do *topus* único, ou Éden. Não existiriam várias origens, mas sim diferentes graus de condição ou degeneração entre os povos.

60 Lilia Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 47.

61 *Ibidem*, p. 48.

dade acadêmica que aspirava ocupar quadros no governo republicano.

A derrubada de cânones religiosos estava bem em conformidade com os projetos de laicização da sociedade, no que tange aos níveis institucionais. Mas, segundo Lilia M. Schwarcz:

Recrudescia, portanto, uma linha de análise que cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade do espírito<sup>62</sup>.

Desnecessário dizer que o amálgama da filosofia de Augusto Comte contribuiu de forma significativa para que as ideias de Lombroso, Ferri e outros encontrassem o eco necessário ao reconhecimento acadêmico. A República, enquanto promotora de valores, tinha entre os seus princípios básicos a defesa do universo científico, rapidamente assimilado como “pedra de toque” dos discursos de transformação. A luta contra as permanências monárquicas assim o exigia.

Os bacharéis foram, inequivocamente, os arautos dessa nova mensagem revestida da “laureada reputação” da ciência positiva. Os princípios do direito, nos centros urbanos do Brasil, emergiam como pilares de uma aurora de “triunfo da ordem”<sup>63</sup>.

A *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* aparecia em seus primeiros números, em 1891, já declarando a necessidade do combate ao “limbo metafísico”<sup>64</sup>, oferecendo como instrumento os novos métodos antropológicos.

Segundo Lilia M. Schwarcz, nos trinta primeiros anos de existência, a revista exibia em suas páginas artigos de “Haeckel, Darwin, Le Bon, Lombroso e Ferri”<sup>65</sup>. Em relação aos dois últimos autores o destaque era bastante grande, até porque os estudos de antropologia criminal e de direito penal cumpriam um papel capital, como aqui referido<sup>66</sup>.

Com base nos princípios estabelecidos pela mentalidade que se vai constituindo na época, pensar a nação implicava ordená-la, colocar nos

---

62 *Ibidem*, p. 49.

63 *Ibidem*, p. 155.

64 *Ibidem*.

65 *Ibidem*, p. 156.

66 *Ibidem*, p. 157.

eixos o que estivera sempre à deriva, desde os primórdios da conquista territorial do Brasil. O que caberia à República? Certamente a enorme tarefa de fazer surgir o verdadeiro país, sem os miasmas dos antigos incensos clericais da monarquia e sem a chaga da escravidão. Uma tarefa que conferia aos seus proponentes um caráter quase sacerdotal, por mais contraditório que pudesse parecer, de regeneradores da pátria.

Os pontos concretos da regeneração e, em contrapartida, o abafamento das memórias das senzalas e do trono passavam pela urbanização, iluminação e crescimento das capitais. O Distrito Federal, como expressão máxima dessa iniciativa, devia também espelhar os novos tempos. O mesmo discurso do combate às trevas era levado à expressão concreta nos lampiões acesos nas noites do Rio de Janeiro. A República iluminava, reformava e redimia.

O tratamento dado aos problemas sociais, esse sim ganhou outra expressão, no início do século. O novo regime não eliminou os crimes, mas procurou abordá-los de outra maneira.

A novidade não se encontrava na evidência do fenômeno, mas no tratamento que lhe era reservado a partir de então. Enquanto “fenômeno antropológico”, desviava-se a lente do crime em si, para se concentrarem os esforços de análise na figura do criminoso, entendido a partir de três ordens distintas de fatores: “físicos, antropológicos e sociais”<sup>67</sup>.

As complexas tabelas de Lombroso, as caracterizações de Ferri e Garófalo<sup>68</sup> justificavam a necessidade de especialização. A complexidade de um mundo urbano aliava-se à lógica científica igualmente complexa. Havia uma complementariedade entre as aspirações dos intelectuais citados e as teorias antropológicas consubstanciadas em labirínticos sistemas e exaustivas demonstrações.

As teorias davam vazão a uma série de preconceitos e tentativas de explicar a “incipiência civilizacional” do país, não obstante sua base “científica”. A irritação dos intelectuais com o atraso em que se achava

---

67 *Ibidem*, p. 166.

68 A tabela de Lombroso dividia-se em: elementos anatômicos, elementos fisiológicos, elementos psicológicos e elementos sociológicos. Ferri, que concorda com a tabela lombrosiana, restringia somente aos “criminosos natos” com predisposição ao delito. Garófalo estipula em três as classes de criminosos: o assassino, o violento e o ladrão. Lília M. Schwarcz, *op. cit.*, p. 166.

o Brasil encontrou, na antropologia criminal, reforço para as mais inflexíveis conclusões. Laurindo Leão, catedrático da Faculdade de Direito de Recife, nas páginas da revista desta Faculdade bradava: “Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”<sup>69</sup>. E mesmo a posição do higienista e socialista Joaquim Pimenta não se diferenciava, ao menos de forma clara, do mesmo eixo de pensamento. Afirmava este o seguinte:

Somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um país de mestiços, uma fusão de elementos étnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em vias de formação, o que explica o estado de delinquência social do povo brasileiro.<sup>70</sup>

O interesse no direito criminal foi demonstrado em um número substancial de artigos, na Revista Academia de Faculdade de Direito de Recife, e mesmo em outras de sua época. Na de Recife, dos anos de 1891 até 1930, as colunas sobre o tema reunidas alcançaram um número superior a quaisquer outras<sup>71</sup>. Entretanto, se comparada com a de Recife, a Faculdade de Direito de São Paulo atribuía maior ênfase à área do direito civil<sup>72</sup>. Mas, no número de artigos, o direito criminal estava logo atrás<sup>73</sup>. De certa forma, todos os programas das principais faculdades do país tinham sido revistos a partir de uma premissa evolucionista e conservadora, aliando interesses de classe à conquista do espaço no interior do Estado.

Como o controle era a preocupação principal dos que aspiravam à carreira política, muito contribuíram às teses signatárias do darwinismo social. Nina Rodrigues, na Bahia, teorizava sobre a possibilidade de um “inventário das populações negras”<sup>74</sup>, alvo, segundo este autor, dos mais prioritários por suas múltiplas formas de expressão e teor explosivo. Assim como os negros, os criminosos de todas as raças mereciam atenção.

O eixo seria deslocado então:

---

69 *Apud* Schwarcz. *op. cit.*, p. 167.

70 *Ibidem*.

71 *Ibidem*, p. 158.

72 *Zbidem*, p. 183.

73 *Ibidem*, p. 176.

74 *Ibidem*, p. 208.

A partir do início deste século, os ensaios sobre medicina legal tornam-se constantes. Neles, o objeto privilegiado não é mais a doença ou o crime, mas o criminoso. Abandona-se o vocabulário estrito da medicina, para alcançar um linguajar que mais se aproxima da fala policial e dos discursos dos juízes de direito<sup>75</sup>.

O discurso médico forneceria, então ao bacharel, a credencial para que este, no campo das leis do Estado, pudesse exercer a função que cabia à medicina na sociedade. Os homens do direito desfrutavam da companhia de um eficiente aliado: o empirismo da medicina legal.

É nesse clima que se inicia a formação do engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e baiano de nascimento. Durante a sua passagem pela referida instituição de ensino superior leu a obra de Augusto Comte<sup>76</sup>, e ligou-se politicamente aos aliados de Rui Barbosa na bancada da Bahia. Calmon esteve próximo, através de familiares e amigos, do positivismo, dos preparativos belicistas durante a primeira guerra e da fundação de uma das instituições mais reacionárias daquele período, a Liga de Defesa Nacional. Seu posicionamento já no período de estudante valeu-lhe um artigo irônico de Lima Barreto, “O ideal do Bel-Ami”<sup>77</sup>. Texto que criticava a maneira e forma empertigadas de vestir, não só dele, mas também do grupo que com ele confraternizava na Escola Politécnica.

Em 1906, Calmon e alguns políticos e intelectuais criaram o Partido da Juventude Parlamentar, uma organização informal que se reunia em torno de princípios patrióticos. As “tertúlias” aconteciam em um quarto, sob responsabilidade de Carlos Peixoto, no Grande Hotel do Rio de Janeiro. Entre os participantes, segundo Elói de Sousa, “os mais assíduos” eram: Afrânio Peixoto, Celso Baima, Euclides da Cunha, João Luiz Alves<sup>78</sup>, além do jornalista Paulo Barreto. Esta, como também a Liga de Defesa Nacional, era uma das formas encontradas para a projeção política e

---

75 *Ibidem*, p. 209.

76 Pedro Calmon. *Miguel Calmon Uma Grande Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. 20.

77 *Ibidem*, p. 19

78 *Ibidem*, p. 46.

social dos jovens das camadas dominantes. A notoriedade alcançada por Miguel Calmon, o que consolidava sua posição de astro maior de uma constelação de intelectuais da elite, levou-o mesmo a ocupar algumas linhas do livro de crônicas de Paulo Barreto<sup>79</sup>, *Cinematógrafo*, por conta do caráter empreendedor do engenheiro, evidenciado nas suas viagens à Índia para estudar irrigação.

Ao retornar de sua segunda viagem à Europa, Calmon teria dado uma entrevista ao jornal *Correio da Noite*, em que traçava, com base em seu livro *Causa da Decadência dos Povos*, um paralelo entre elementos arraigados na cultura do trabalhador brasileiro e das sociedades “decadentes” do Oriente<sup>80</sup>. Percebe-se, nas afirmações do engenheiro, os princípios daquilo que se observou no campo da medicina e do direito. Ao que parece, havia na proposta da antropologia algo mais sedutor, que ia além dos campos tradicionais de sua aplicação.

Miguel Calmon, como um dos responsáveis pela transformação do Núcleo Agrícola de Clevelândia em desterro político, é peça importante nesse mosaico de ideias que foi o princípio do século XX. Como ministro da Agricultura de Arthur Bernardes, ele iria provar, na prática, todas as contradições de sua geração, que tentou compatibilizar patriotismo, com autoritarismo, e progresso, com exclusão.

Passando em revista esses homens e seus ideais elitistas, é possível vislumbrar o processo que “naturalizou” as práticas policiais dos governos na República Velha. O suporte intelectual é em si um grande sinalizador e fator determinante dos atos de exceção e dos recorrentes estados de sítio. Longe do que possa parecer, e mesmo nos discursos de conveniência da oposição partidária, as raízes da violência não eram tão irracionais assim.

Como progressão geométrica, os fundamentos de uma sociedade elitista e surda aos clamores mais populares espalharam-se por segmentos institucionais cooptando, para seu universo semântico, os discursos de doutores de todos os âmbitos do conhecimento formal. Alguns intelectuais esboçaram uma resistência e, até mesmo, formaram blocos parlamentares tão distintos como diminutos. Entretanto, em raros momentos foram além de uma concepção evolucionista com laivos cristãos.

O crescimento de uma sociedade burguesa implicou, como vimos, em ajustes. O aparelho de repressão da antiga sociedade escravista tor-

---

79 Paulo Barreto notabilizou-se com o pseudônimo João do Rio.

80 *Ibidem*, p. 79.

nou-se acanhado, ou antes, inadequado para o controle da população menos favorecida e, por isso mesmo, potencialmente perigosa.

Segundo Gizlene Neder, o que antes ocorria, em termos de controle social, no interior das propriedades escravistas se dissemina na prática da repressão republicana, com poucas modificações fundamentais, ou seja, “dentro da lógica escravista”<sup>81</sup>. Na República, o controle passa às mãos do Estado, e todas as medidas eram implementadas por uma instância que se entendia como pública.

O estamento judiciário do Estado espelhava essa necessidade, as reformas foram levadas a efeito e o sistema penal, em certa medida, cresceu e ampliou sua contribuição ao projeto de sistematizar a repressão e identificar os focos de instabilidade. A cidade transformada em sua aparência deveria isolar os focos e esquadrihar os limites da fração “quilombada”<sup>82</sup>. Todas essas mudanças, ou mesmo as expectativas em relação aos resultados auferidos com elas, mobilizaram as classes dirigentes, incumbindo o aparelho policial de servir como instrumento à acomodação dos segmentos sociais passíveis de insubordinação.

O código penal republicano de 1890 não separou com clareza os crimes comuns dos políticos<sup>83</sup>. A confusão entre as reivindicações ou transgressões públicas e privadas, em muitos aspectos estimulada por uma concepção peculiar de liberalismo, determinava uma ação comum para a repressão. Dessa forma, os “agentes da desordem” ocupavam indistintamente, aos olhos dos que aplicavam as leis, o mesmo lugar no quadro geral dos fenômenos de contestação da ordem. Quaisquer que fossem suas demandas específicas, individuais ou coletivas, o tratamento não era muito distinto<sup>84</sup>.

No caso da Clevelândia, a ser analisado mais detidamente, os reclamos dos que foram deportados sem cometer crimes comuns, era justamente a ausência de critérios da justiça para definir penas e criminosos.

---

81 Gizlene Neder. *A Instituição Policial e as Estratégias de Controle Social no Rio de Janeiro na República Velha*. In: *Arquivo & História*. Revista do Arquivo Público do Estado Rio de Janeiro, Niterói: Novembro de 1994, p.81.

82 *Ibidem*, p. 84.

83 Henrique Samet. Função da Polícia Política na I República. In: *Arquivo & História*, Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: APERJ, p. 65.

84 *Ibidem*.

O liberalismo individualista prestava-se perfeitamente à difusão simplista deste conceito de ordem, pois, condicionando liberdade à sociedade de contratos entre indivíduos impedia assim a abordagem das reivindicações grupais<sup>85</sup>.

Toda essa ação policial produzia estereótipos ou comunicava, através da confusão, qualidades e atitudes de grupos diferentes para a formação de um mesmo ator social.

O crescimento das cidades e a complexificação da malha social ditaram as urgências de novos meios de subordinação das massas. A leitura que fez a classe dominante das necessidades imediatas da nação esteve, estrito senso, ligada ao comportamento ideológico formado pelas imagens europeias e as demandas econômicas dos mercados interno e externo. Pensar os meios de repressão, como elementos meramente voltados ao complemento de um avanço inexorável da história, seria desprezar os fatores de permanência. Para a elite, tratava-se de encontrar um meio eficiente de controle; o método servia ao propósito. Seria, como em muitos outros momentos, a invenção de uma classe para melhor subjugar outra que lhe escapa ao domínio.

É importante salientar que já “em 1890, o Ministro da Justiça, Campos Sales advoga ‘... que o aumento crescente da população da cidade e seus arrabaldes a par da carestia dos meios de vida, determina o alargamento da atividade policial’”<sup>86</sup>. Aumento que não se devia exclusivamente ao crescimento vegetativo específico dos cativos libertos ou nacionais assalariados, mas também, em grande medida, à entrada de imigrantes no Brasil a partir de meados do século XIX.

Esse contingente iria acrescentar uma potencial combustão ao problema social e também colocaria à prova o esteio do pensamento racista que embalou muitas das medidas policiais. Se, por um lado, bacharéis de Recife e Bahia, prioritariamente, assimilaram e reinterpretaram as teorias lombrosianas à luz da mestiçagem e “degeneração” resultantes da interligação das raças, por outro, os imigrantes europeus deveriam encontrar nessa perspectiva outras categorias de análise. Como qualificar o europeu pobre, na cidade europeia, como foco de turbulência?

Aparentemente esse problema foi resolvido com a absorção do imigrante à categoria empregada aos demais trabalhadores. A pobreza e

---

85 *Ibidem*, p. 64.

86 *Ibidem*, p. 68.



a sujeição ao sistema foram fatores de “comunhão” no novo modelo concebido pela República.

Também nesse momento, as regras oriundas do exterior tinham seus limites definidos por necessidades imediatas. Hipotecava-se a observância integral dos pressupostos importados em nome da realidade objetiva.

Alguns, com erudição livresca, tentaram definir “degenerações” na própria população europeia. Mas o que serviu mesmo à elaboração dos códigos penais ou congressos de polícia foi uma síntese perpassada pelos discursos parlamentares, recheados de retórica pregando a contenção do bloco dos indesejáveis<sup>87</sup>. A violência do Estado contra os grupos ou indivíduos que resistiam ao modelo burguês que se implantava foi fator fundamental para incluir trabalhadores e infratores ocasionais no mesmo campo de identidade<sup>88</sup>.

Dessa forma os apelos de significativa parcela de parlamentares acabavam por justificar o crescimento do aparelho policial, que se tornaria um elemento fundamental de ação política repressiva. Para tanto, uma série de medidas foram tomadas pelo governo da República no âmbito da segurança. Entre elas podemos destacar a instauração de um

Corpo de Agentes de Segurança Pública, criado em 1892, enfeixando a competência de investigar crimes e contravenções comuns junto com aqueles considerados políticos. Seu sucessor – o Corpo de Investigações e Segurança Pública – em 1915, como consequência do desdobramento de suas três seções originais, cria entre outras a seção de Ordem Social e a Seção de Segurança Pública, que se mantêm na transformação do Corpo de Investigações em Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (1920) mais tarde Quarta Delegacia Auxiliar (1922)<sup>89</sup>.

Para Lúcia Carpi e Jéssica Moura Campos, nos primeiros anos do século XX, a polícia estruturou-se em três eixos fundamentais:

---

87 *Ibidem*, p. 66.

88 Marcos Luiz Bretas. *A Guerra das Ruas* (Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 32.

89 Henrique Samet, *op. cit.*, p. 66.

- O da *ampliação do efetivo policial e do número de delegacias* estrategicamente localizadas de acordo com a incidência de conflitos decorrentes de tensões sociais;
- O da *profissionalização* da instituição através da elaboração de uma proposta de “carreira policial”, que previa a remuneração dos cargos e a criação de uma “Escola de Polícia”;
- O da *criação de órgãos especializados* para que a polícia pudesse *conhecer e mapear* a sociedade: o Gabinete de Identificação e Estatística, o Serviço Médico-Legal e o Gabinete de Investigações e Capturas – que seriam o embrião de uma polícia técnica, a Polícia Marítima e a Inspetoria de Veículos<sup>90</sup>.

Alguns intelectuais que contribuíram com o concurso de suas capacidades e influência nos meios ilustrados da Capital Federal entenderam que a polícia era via de efetivação do progresso. Elysio de Carvalho<sup>91</sup>, que havia passado pelos meios libertários, foi um dos maiores entusiastas da polícia científica. Acreditava ser a técnica uma forma positiva para se atingir a verdade. Elysio foi um dos elos de uma grande corrente de intelectuais que professavam credos ideológicos distintos, mas que, nos meios “ilustrados”, participavam das mesmas tertúlias boêmias e espaços acadêmicos. A Colombo, a Livraria Garnier e outros pontos similares da cidade viram surgir estas estranhas alianças no campo da cognição, entre estetas e beletristas com pensamentos políticos bastante distintos<sup>92</sup>.

---

90 Lúcia Carpi. Jéssica Moura Campos. *Da Polícia, Ciência e “Higiene Social”, In: DOPS. A lógica da desconfiança*, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996, p. 30.

91 O alagoano Elysio de Carvalho, um anarquista individualista e amante das obras de Nietzsche e Max Stirner, notabilizou-se por iniciativas como: A Universidade Popular, em 1904; a revista Kultur, do mesmo ano; o jornal A Greve e diversas publicações de natureza cultural.

92 Martins Fontes, o poeta parnasiano, seguindo os passos de seu pai, um socialista de Santos, optou muito cedo pelas ideias libertárias. Logo nos primeiros tempos de radicado no Rio de Janeiro, iniciou estreita amizade com Olavo Bilac. No que diz respeito a ambos; longe de convergirem nas questões sociais e políticas, apontavam, as crônicas da época, para uma harmoniosa relação estética e de convivência em espaços em comum.

Quando escreveu um dos seus inúmeros artigos publicado na revista *Vida Policial*, em 31 de outubro de 1925, Elysio de Carvalho, citando Júlio Mattos, tentou explicar os percalços das profissões, em particular o cotidiano operário, afirmando:

Não há modo de vida, não há carreira, ofício, profissão mecânica ou liberal, que sejam isentos de perigos e inconvenientes graves; explosões, desabamentos, insolações, acidentes traumáticos, contágio de doenças, vigílias, cuidados deprimentes, pesadas responsabilidades. Tais são, entre muitos, os males inerentes à maioria das profissões, e de todo o ponto inevitáveis. Para os operários, importa ainda acrescentar as faltas possíveis de trabalho, implicando constantemente a miséria. Na carreira criminal, se o delinquente sabe o seu código e não eleva alto demais as próprias ambições, todos os perigos se reduzem às perdas temporárias de liberdade...

De fato, Elysio nunca rompeu formalmente com o anarquismo; em quase todos os seus artigos, ele se dedicou aos criminosos comuns. Ao que tudo indica, acreditava em uma polícia neutra no que diz respeito à política. Ingenuidade ou conveniência de classe? Difícil afirmar, mas dessa contradição parece que também sofreram os militares revolucionários de 1922 e 1924.

A introdução do artigo “O tipo do ‘detetive’ do século XX”, é bastante reveladora:

Já se foram os tempos da polícia empírica, obsoleta e arbitrária, e uma nova fase, absolutamente científica, abriu-se à polícia judiciária. Até então apelava-se para o acaso toda vez que se tratava de um crime misterioso. Essa entidade era o bom Deus da polícia. Hoje recorre-se à ciência para explicar-se um fato criminoso, podendo dizer-se quase que não há crime, por mais enigmático que pareça, que não seja desvendado, reconstituído em todos os seus detalhes, revelando o seu móvel e identificando seu autor<sup>93</sup>.

---

93 **BAP.** *Vida Policial*, Rio de Janeiro: 26/12/1925, Ano I, nº 42.

Elyσιο de Carvalho foi incansável defensor dos benefícios do método científico e igualmente crítico dos obsoletos procedimentos da polícia intuitiva. A sua impaciência com as costumeiras investigações meramente empiristas é um excelente demonstrativo de seu tempo; caricato em muitos aspectos, mas ainda assim um modelo para seus contemporâneos.

### 2.3. O OPERARIADO E A ORGANIZAÇÃO DA REPRESSÃO

Em termos jurídicos, a formação da polícia no período republicano pode ser entendida através de alguns fatos institucionais. Os decretos nº 1.034 A, de 1 de setembro de 1892; o seu subsequente nº 3.640, de 14 de abril de 1900 e o de nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903, são bastante elucidativos para a apreciação da evolução do aparato policial nos primeiros momentos da organização da instituição. Esses dispositivos legais consolidaram algumas práticas já usuais antes de 1900, como a escolha, pelo presidente, de bacharéis em direito para o cargo de chefe de polícia, e a nomeação de médicos legistas para os serviços pertinentes à atividade policial. A criação do cargo de delegado auxiliar foi também um importante complemento ao ordenamento das funções do órgão<sup>94</sup>.

Em 1903, ano da grande greve dos tecelões no Distrito Federal<sup>95</sup>, o major Cruz Sobrinho já sugeria a criação de uma Guarda Civil para policiar ostensivamente a cidade, mantendo a Polícia Militar “aquartelada” para servir de força auxiliar do Exército em caso de “greves operárias e distúrbios políticos”<sup>96</sup>.

Toda essa reestruturação submeteu, em muito, as atividades da polícia ao arbítrio do poder político do executivo. Sujeição que contribuiria

---

94 Marcos Luiz Bretas. *A Guerra das Ruas, op. cit.*, p. 38.

95 Cf. Francisca Nogueira de Azevedo. *Malandros desconsolados*: diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2005.

96 Marcos Luiz Bretas. *Ordem na Cidade*: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 46.

para a criação, no governo Arthur Bernardes, da 4ª Delegacia Auxiliar<sup>97</sup>, uma das mais aparelhadas para enfrentar a “subversão”.

Consolidada a forma de escolha do chefe de polícia, iniciaram-se as conferências e debates sobre as estratégias policiais para o Distrito Federal e para o Brasil. A “Conferência Judiciária-Policial” de 1917 aconteceu no Distrito Federal, nos salões da Biblioteca Nacional<sup>98</sup>, entre 3 de maio e 9 de agosto<sup>99</sup>, convocada pelo chefe de polícia, Aurelino de Araújo Leal, que foi também seu secretário geral:

As Conferências definiram uma estratégia de zoneamento de espaço de tolerância policial na grande cidade, como forma de exercício de controle dos comportamentos indesejáveis. Demarcou-se definitivamente, por exemplo, o espaço para a tolerância da prostituição; as conferências trataram do tema e defenderam a necessidade de um confinamento definitivo para a área do Mangue<sup>100</sup>.

Foram também tratados nos debates da Conferência problemas relativos ao jogo, infância abandonada e a agitação operária.

A questão social era, em 1917, assunto fundamental, as conjunturas nacional e internacional o atestavam. Uma boa parte das teses defendidas na Conferência versava sobre: “o que se pode fazer em matéria de expulsão em face de nossa legislação” e “vigilância das sociedades operárias”<sup>101</sup>.

A nova tese, da mesma seção, “tratava da vigilância das sociedades operárias”, do controle da informação; a primeira tese da terceira seção versava sobre o “papel da imprensa no domínio da polícia, dificuldades que a imprensa cria à repressão”; ainda nesta seção, a tese número oito se intitulava

97 Cf. Olivia Maria Gomes da Cunha. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro – 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

98 Gizlene Neder, *op. cit.*, p. 83.

99 Pedro Tortima. *Polícia e Justiça de Mãos Dadas - A Conferência Judiciária-Policial de 1917 (uma contribuição aos estudos sobre o enfrentamento da “Questão Operária” pelas classes dominantes e pelo Estado - Rio de Janeiro 1900-1925) – Dissertação de Mestrado, Niterói: UFF – 1988*, p. 29.

100 Gizlene Neder, *op. cit.*, p. 83.

101 Pedro Tortima, *op. cit.*, p. 6.

“A rua sob o ponto de vista moral”, o que a polícia pode fazer, o “circulez”<sup>102</sup>.

As greves de julho de 1917, em São Paulo, e as que se seguiram até 1918, no Rio de Janeiro, estavam sendo acompanhadas, de muito perto, pela polícia<sup>103</sup>. Principalmente em função das inúmeras demonstrações públicas de insatisfação encenadas pelos organismos sindicais<sup>104</sup>. As agitações, da forma como eram estampadas nos jornais mais conservadores, eram vistas como parte de um todo turbulento. Ao definir o operário como inimigo da ordem, as forças da polícia legitimavam a unicidade do combate e a diluição dos matizes de transgressão em um bloco aparentemente homogêneo.

O mesmo se deu com o “Convênio Policial Brasileiro”, organizado pelo Dr. Washington Luiz, quando Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, através do qual o Estado procurava dar à polícia feição própria e acabada de “caráter útil e científico”, de acordo com os “altos interesses do público”<sup>105</sup>. Esses acordos e convênios seriam celebrados durante a década de 10 e legariam ao decênio seguinte uma polícia muito mais organizada e eficiente, assim esperavam seus promotores.

Fato que não deve ser ignorado, quando analisamos a crise e o declínio do movimento operário de orientação anarquista, é que

sem dúvida o papel da repressão policial foi um elemento importantíssimo nesta derrota, como também o foi a organização política dos patrões, mas as greves de 1917-1920 parecem demonstrar que a classe operária estava vivendo os seus maiores confrontos no interior do processo de trabalho<sup>106</sup>.

Revistas como “Boletim Policial”, publicada entre 1907 e 1916, sob a direção de Elycio de Carvalho e outros, atestaram e ampliaram

---

102 *Ibidem*.

103 Cf. Alexandre Samis *et al.* *A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

104 Cf. Carlos Augusto Addor. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1978.

105 **BAP**. *Vida Policial*, 9/1/1926.

106 E. S. De Decca. *A Ciência da Fábrica: o mundo de cabeça para baixo*. 1983. mimeo, p. 26.

a “mania” por um controle científico. A população tinha, assim, a seu dispor, vigilantes autorizados pelo “saber positivo”.

Destarte, é importante que se compreenda as várias faces da repressão patrocinada pelo governo. A Constituição de 1891 era, por assim dizer, uma impraticável ficção, se cotejada aos atos do Executivo, desde os primeiros tempos do regime. O próprio *habeas corpus*, como veremos, foi solicitado por um número significativo de réus que, invariavelmente, viram-se ludibriados pelos vazios legislativos do estado de sítio. Uma seqüência de arbitrariedades seguia-se à amputação da Constituição de uma parte de seu caráter liberal.

O perigo estrangeiro que, segundo a retórica do governo, vinha somar-se a inúmeros problemas nacionais e insidiosamente comprometer a “índole pacífica do trabalhador nacional”, possibilitou, em parte, alguns acréscimos à Constituição de 1891 de elementos estranhos aos seus objetivos primitivos. As leis de deportação ou “celeradas”, como ficaram conhecidas, representavam o corolário legislativo de controle e ordenação policial do país. A “Carta Magna” era empurrada a uma dinâmica contraditória, evidenciada pelas adaptações de suas bases liberais às necessidades imediatas de segurança do Estado.

A última década do século XIX já registrava a expulsão sumária de estrangeiros, muitos deles com ocupação profissional comprovada. Uma carta ao representante do rei Humberto da Itália, publicada no Brasil, em 1895, dava conta da expulsão de alguns operários:

O governo do Estado de São Paulo, de acordo com o Governo Federal, achou necessária (para sua própria segurança e de acordo com as leis vigentes) a expulsão *extra statum* de alguns operários italianos residentes na capital daquele Estado, acusados de filiação a partidos subversivos<sup>107</sup>.

Em 1902, temos o registro de mais um protesto contra uma lei votada às escondidas pela Câmara dos Deputados, legislando sobre a expulsão de estrangeiros:

se a Câmara dos Deputados procedeu servilmente aprovando uma lei absurda que o presidente da República mandou

---

107 *Prolege et Justitia*: em defesa dos abandonados, Il Diritto. Rio de Janeiro, 14/9/1895. In: E. Carone. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 109.

aprovar, pior procedeu a imprensa que não protestou nem ao menos noticiou em nota especial (que essa lei ia ser discutida ou aprovada)<sup>108</sup>.

Fatos como esse mobilizaram alguns dos periódicos operários mais importantes. O *La Battaglia*, em um artigo intitulado: “Trabalhadores da Europa, não venham para o Brasil”<sup>109</sup>, pedia aos jornais anarquistas do mundo todo que reproduzissem o seguinte apelo:

Que os trabalhadores dos centros industriais e agrícolas fiquem de guarda contra os vis engodos de jornalistas e agentes de emigração, interessados em lhes pintar o Brasil com as mais deslumbrantes cores a fim de induzi-los a emigrar.

O artigo continuava com toda a sorte de acusações ao governo brasileiro, alertando ainda para os perigos e constrangimentos experimentados pelos trabalhadores.

Em 1907, confirmando as previsões mais pessimistas, o governo, através do Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907, exigia o cadastramento dos sindicatos em cartório e o fornecimento da respectiva lista de filiados nacionais ou naturalizados. O controle se ampliava. Dois dias depois, em 7 de janeiro, o Decreto nº 1641, Lei Adolfo Gordo, regularizava a expulsão de estrangeiros<sup>110</sup>. A referida lei foi sintomaticamente aprovada após o primeiro “Congresso Operário Brasileiro”, de 15 a 22 de abril de 1906, que teve lugar no “Centro Galego” à rua da Constituição 30/32, no Rio de Janeiro<sup>111</sup>. Esse Congresso, além de estabelecer as principais diretrizes para a luta dos operários, fez amadurecer as bases para a criação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.) – primeira confederação no Brasil de orientação revolucionária. A fundação da Confederação iria, na verdade, acontecer em 1908, e junto com ela surgia o periódico *Voz do Trabalhador*, que circulou, com instabilidades, até 1915.

---

108 *Gazeta Operária*. Rio de Janeiro, 28/12/1902. In: E. Carone. *Movimento Operário no Brasil... op. cit.*, p. 115.

109 *La Battaglia*. São Paulo, 11/9/1904. In: E. Carone. *Movimento Operário no Brasil... op. cit.*, p. 120.

110 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 29.

111 Edgar Rodrigues. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 95.



O avanço da organização dos operários fazia-se em paralelo aos esforços da polícia e do governo de pôr termo aos conflitos urbanos, principalmente àqueles ligados tacitamente às contradições entre o capital e o trabalho. As entidades representativas do operariado, por conta de sua diversidade de posições, nem sempre conseguiam promover a unidade do conjunto da massa laboral. Cindindo o movimento operário, as “Associações Cooperativistas”, ou aquelas que traziam o germe do “trabalhismo”, fragilizaram as primeiras tentativas de enfrentamento por parte do proletariado.

O papel do “trabalhismo” não era desprezível, no Rio de Janeiro. Dominante na última década do século XIX, cedeu terreno ao anarquismo, mas nunca desapareceu de todo, expressando em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária<sup>112</sup>.

As lutas travadas pelos anarquistas contra o Estado e os colaboracionistas do “trabalhismo” criaram forçosamente dois campos de combate: um deles, localizado no espaço das reivindicações apresentadas aos empresários, e o outro dentro das fábricas, oficinas e demais estabelecimentos comerciais. A dimensão estratégica dos anarquistas dirigia a luta para o plano público – os confrontos nas ruas, as insurreições e as greves. Negavam-se a estabelecer aproximações com os donos do capital, intermediados ou não por figuras representativas do governo, muito ao contrário do que faziam os chamados “amarelos”.

Em determinados períodos, os “trabalhistas” alcançaram maior êxito na condução de assuntos ligados à classe operária, pois contavam com permanências da histórica estrutura clientelista do país<sup>113</sup>. Sem dúvida, a quase ausência do espaço público no Brasil dificultou sobremaneira o trabalho dos libertários. Não havia, na cultura representativa da sociedade brasileira, familiaridade com as práticas mais abertas no reconheci-

---

112 Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977, p. 41.

113 Podemos apontar como exemplo o chamado “Congresso Pelêgo”, de 1912, no Palácio Monroe.

mento de suas demandas e necessidades. O interlocutor-reinvidicador era, por assim dizer, um inimigo do Estado.

Com efeito, os decretos de deportação e os sucessivos estados de sítio pilhavam os organismos revolucionários de suas forças mais fundamentais. Os espaços libertários de organização e fomento de informações, a COB e o jornal *A Voz do Trabalhador*, não cessaram de estimular a mobilização contra os episódios protagonizados pelo governo através das referidas sanções. Em 1913, a segunda edição da lei de expulsão traria ainda mais problemas aos anarquistas<sup>114</sup>.

O Decreto n° 2.471, de 8 de janeiro de 1913, revogava os artigos 3º, 4º, parágrafo único e 8º, do Decreto de 7 de janeiro de 1907<sup>115</sup>. Os jornais libertários, em campanha cerrada contra retaliações ainda maiores impostas pelo governo do Marechal Hermes da Fonseca, reiniciaram, no exterior, através de seus sindicatos e associações, um movimento de contrapropaganda à emigração para o Brasil<sup>116</sup>. Em setembro do mesmo ano, os sindicalistas revolucionários reuniam-se em um segundo Congresso. Apesar das deportações, o número de entidades presentes superou o do primeiro, de 1906<sup>117</sup>.

O Distrito Federal foi o palco de mais esse encontro que marcava o caráter de enfrentamento, sobre o qual incidiam as teses anarquistas. A “Nova lei Adolfo Gordo” foi um dos pontos mais discutidos no Congresso, ao lado das tradicionais oito horas e a estratégia de “ação direta”<sup>118</sup> a ser adotada para se alcançar os objetivos sindicais<sup>119</sup>.

Por toda a década, as deportações iriam marcar o movimento operário com pesadas baixas no seu efetivo militante. Gigi Damiani, experiente anarquista italiano, preso em São Paulo, foi uma dessas vítimas. Ele descreveu sua deportação e a de outros companheiros, em carta publicada no jornal *Combate*, de São Paulo, e reproduzida no *Spartacus*

---

114 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 33.

115 *Ibidem.*

116 *Ibidem.*

117 Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969, p. 323.

118 Cf. Jacy Alves de Seixas. Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária? In: Elizabeth Cancelli. (org.). *Histórias de Violência, Crime e Lei no Brasil*. Brasília: UNB, 2004.

119 John F. Dulles, *op. cit.*

(Anexo1). Com riqueza de detalhes, o militante elucida alguns procedimentos adotados pelas autoridades do Distrito Federal no dia de seu embarque no navio *Mafalda*, que o levaria à Europa<sup>120</sup>.

Damiani reconhecia a inocência do povo brasileiro, no caso das deportações, mas lamentava, desejando que o povo fosse “menos carneiro”. Sorte semelhante teve o espanhol Everardo Dias, em outubro de 1919, com outros 22 companheiros<sup>121</sup>, deportados no Benevente do Lloyd Brasileiro. Everardo, ao contrário do anarquista italiano, retornaria ao território brasileiro<sup>122</sup>.

Duas leis foram aprovadas em 1921 e, de forma complementar, objetivavam colaborar para a *razia* do núcleo de ativistas estrangeiros no Brasil. O Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921, regulava a entrada de estrangeiros no Brasil e não deixava de fora as medidas de deportação. Restringia, em parágrafo específico, a entrada de estrangeiros mutilados, com moléstias incuráveis, sem recursos para seu sustento, indivíduos maiores de sessenta e mulheres que “procurem o país para entregar-se à prostituição”. O artigo segundo destinou-se especificamente às questões política e criminal:

Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco anos, a contar de sua entrada no país, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

1º que foi expulso de outro país;

2º que a polícia de outro país o tem como elemento pernicioso à ordem pública;

3º que, dentro do prazo acima referido, provocou atos de violência, para por meio de fatos criminosos, impor qualquer seita religiosa ou política;

4º que, pela sua conduta, se considera nocivo à ordem pública ou à segurança nacional;

120 AEL. *Spartacus*, 13/12/1919.

121 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 103.

122 Segundo tabulação de Lená Menezes, os períodos de 1911 a 1915 e 1918 a 1921 contribuíram com significativos contingentes para as estatísticas das deportações. Se comparados com outros momentos entre 1907-1925, os valores numéricos são realmente bastante superiores. Entretanto, após 1927 as deportações superaram qualquer índice anterior. Lená Medeiros. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 200.

5º que se evadiu de outro país por ter sido condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio;

6º que foi condenado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes<sup>123</sup>.

Os artigos 3º e 4º facultavam ao residente, com mais de cinco anos, algumas prerrogativas, mas essas se prendiam ao seu cadastramento compulsório na chefatura de polícia.

O quinto artigo determinava que:

Concluído o processo administrativo da expulsão, a autoridade policial remeterá ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para que se resolva como de direito. Expedido o ato de expulsão será ele comunicado a cada um dos expulsados:

1º O estrangeiro expulsado poderá recorrer, dentro de dez dias, para a autoridade que ordenou a expulsão, se esta se tiver dado por qualquer dos motivos que se referem os nº 1, 2, 3 e 4 do art. 2º; ou, dentro de 30 dias, para o Poder Judiciário, se o ato de expulsão se houver firmado nos nº 5 e 6 do mesmo artigo.

2º Ao expulsado será lícito retirar-se do país, dentro dos prazos do parágrafo anterior, podendo, entretanto, a autoridade detê-lo, durante esses mesmos prazos, por motivo de segurança, em lugar não destinado a criminosos comuns, salvo casos dos nº 5 e 6 do art. 2º.

3º No recurso ao Poder Judiciário, a defesa consistirá exclusivamente na justificação da falsidade do motivo alegado<sup>124</sup>.

Em quase todos os processos dos anarquistas estrangeiros deportados para a Clevelândia, esse artigo mostrou-se inócuo. A lei foi firmada pelo presidente Epitácio Pessoa e pelo ministro da Justiça Alfredo Pinto Vieira de Mello.

O Decreto nº 4269, de 17 de janeiro de 1921, incidiu diretamente sobre os militantes anarquistas. Ele trazia em seu subtítulo a seguinte

123 AN. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921 - Vol. I. *Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 180.

124 AN. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921 - Vol. II. *Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 180.

distinção: “Regula a Repressão do Anarquismo”. Os quatorze artigos eram fruto, em certa medida, da experiência dos governos da República em relação aos embates, levantes e greves operárias. Entretanto, a “lei de defesa contra o anarquismo” de fato não se restringiu aos anarquistas. Ela foi usada contra outras forças ou segmentos sociais que encenaram, na medida de seus interesses, uma oposição mais clara ao bloco de poder vigente. A prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar por seis meses, em junho de 1922, foram alguns dos eventos levados a efeito sob os auspícios da referida lei<sup>125</sup>. Vale aqui referir que o decreto foi aprovado antes do ciclo revolucionário dos tenentes, e é bem provável que esses militares jamais imaginassem que se veriam enquadrados nos quesitos suscitados por ele. A redação da lei é em si bastante reveladora dos propósitos do governo, nela é possível encontrar o conjunto de significados, que foi impingido ao anarquismo nas décadas anteriores (Anexo 2).

Tomadas como um bloco, as leis de 6 e 17 de janeiro apresentam uma certa complementariedade. As deportações para áreas dentro ou fora do território nacional eram, na maior parte das vezes, baseadas em elementos da Lei nº 4.269. Mas, no conteúdo da 4.247 estavam as justificativas para tais medidas. As leis possuíam em comum muito mais do que o mês e o ano de publicação.

Como veremos no caso da Clevelândia, o destino dos deportados brasileiros, que, em tese, deveriam ser os únicos levados a “outras partes do território nacional”, coincidiu com o paradeiro de alguns imigrantes. Muitos estrangeiros presos foram remetidos para o Oiapoque e não aos seus países de origem<sup>126</sup>. De qualquer maneira, podemos perceber nas sanções de deportação não apenas uma questão de segurança interna da República, mas sim um elemento fundamental para se pensar até que ponto o conteúdo punitivo das deportações superava a simples tentativa de conter a instabilidade social.

---

125 Boris Fausto. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: HGCB - *O Brasil Republicano III* (sociedade e instituições 1889-1930), São Paulo: Difel, 1977, p. 409.

126 Como poderemos constatar mais adiante, em relação ao imigrante, acreditamos que, seja por uma seleção aleatória da polícia ou pela sua maior ou menor expressão social, o seu destino poderia ser o país de origem ou as selvas do Oiapoque; aos mais pobres ou com antecedentes criminais coube o internamento na Clevelândia.

Em termos reais, as leis de 1921 não acrescentaram aos imigrantes radicais maiores problemas aos já enfrentados nas anteriores, de 1907 e 1913. Após 1921, as deportações até teriam diminuído, se comparadas aos momentos imediatamente anteriores à conjuntura de 1917-1919<sup>127</sup>. Situação que se manterá até a reforma constitucional de 1926 e o Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927, quando as coisas se alterarão significativamente.

O decreto, de agosto de 1927, trará algumas novidades como:

O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º São inafiançáveis os crimes previstos no decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, e as penas respectivas passam a ser de seis meses a um ano de prisão celular para o caso do § 1º e de um a dois anos para o caso do § 2º. Art. 2º. O art. 12 da lei nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921, fica substituído pelo seguinte: “O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de agremiações, sindicatos, centros ou sociedades que incidam na prática de crimes previstos nesta lei ou de atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas, e, quer operem no estrangeiro ou no país, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escritos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isso se proponham, sem prejuízo do respectivo processo criminal.” (...)

Embora a lei de 1927 tenha corrigido alguns detalhes do decreto de 12 de dezembro de 1890, o grande objetivo era ampliar a sua aplicação.

Ao substituir o artigo 12 da Lei nº 4269, de 1921, o decreto atualizava os elementos do aparelho de defesa do Estado. A luta contra as organizações estrangeiras substituía a imagem que, até então, se fizera dos conspiradores de “ideologias exóticas” espalhados pelo mundo. O novo Estado comunista, “bolchevista”, na medida da sua consolidação, encontrava na legislação brasileira a conformação legal para o seu combate.

---

127 Lená Medeiros de Menezes, *op. cit.*, p. 200.

Não é menos verdade que as perseguições aos anarquistas tenham continuado, mas sobre esses agiu uma lógica mista na qual se somavam velhos estereótipos e os temores mais imediatos, justificados pelas notícias da expansão soviética. É preciso não esquecer que o Decreto n° 5.221 representou, em certa medida, a atualização do seu congêneres de 1921, francamente direcionado à repressão do anarquismo.

A “bolchevização”, assim como a revolução mundial pregada por anarquistas, nem sempre foi claramente compreendida pelos órgãos de repressão. As nuances ideológicas que separavam os contendores do mesmo “*front* revolucionário”, comunistas e anarquistas, poucas vezes foram explicitadas nos documentos da polícia. Raramente as medidas legais de regulação expuseram as necessárias distinções. Entretanto, mesmo sob essa aparente negligência, em determinadas ocasiões, as disputas entre as duas tendências revolucionárias foram utilizadas pela repressão para cindir o aparente monolitismo dos revolucionários no Brasil<sup>128</sup>.

O decreto suscitou continuidade, mostrava que o perigo avolumava-se e que tinha que ser combatido. No seu texto opaco às distinções entre os revolucionários, a lei mantinha acesa a mesma pira da intolerância. Alimentada diuturnamente de boatos sobre dinamites e conspirações, a polícia mantinha a opinião pública mobilizada e em aparente anuência com os novos decretos repressivos.

A ordem, como bem supremo, cumpria assim o seu papel de silenciar os demais projetos para a sociedade. Cumpre ressaltar, entretanto, que, para o governo, outros problemas avizinham-se. Como vimos, o decreto contra os anarquistas serviu ao propósito de garantir à situação nacional o equilíbrio necessário contra os setores descontentes das Forças Armadas. Ao caso da prisão do marechal Hermes<sup>129</sup>, que feriu os brios da jovem oficialidade, somavam-se os conflitos nos estados da federação que divergiam do poder central. Bem diferentes nas suas origens e objetivos mais específicos, movi-

---

128 A leitura do conjunto dos documentos oficiais e discursos dos grupos mais conservadores sugere que, muito da estratégia governamental para dividir os grupos revolucionários no Brasil deveu-se a uma observação mais empírica dos interesses individuais e blocos mais ou menos coesos de opinião. A questão ideológica, ao menos no plano mais explícito, orientou em menor grau as medidas da repressão.

129 No dia 3/7/1922 o mal. Hermes da Fonseca foi preso e recolhido ao 3° Regimento de Infantaria por ordem direta do presidente Epitácio Pessoa.

mento operário, militares e dissidências oligárquicas regionais montaram um panorama preocupante para o executivo federal. O grau de instabilidade crescente levou, em grande medida, à degeneração dos valores republicanos, já contidos no manifesto de 1870, pois<sup>130</sup>:

Durante os anos 20 já eram visíveis os sinais de reformulação do sistema político republicano. A prova mais contundente de que as bases federalistas se enfraqueciam está na revisão da constituição realizada em 1926, promovida pelo Executivo, visando ampliar as faculdades e direitos do governo central perante os estados<sup>131</sup>.

A estabilidade e a ordem no regime eram garantidas assim com o sacrifício dos princípios fundadores da República. Como afirmou Bruno de Almeida Magalhães, panegirista de Arthur Bernardes:

Para resolver casos futuros e remover dificuldades aconselhadas pela prática, Bernardes teve a iniciativa da revisão na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional na abertura da sessão do ano 1924.

Reformando o Regulamento Comum do Congresso Nacional, tiveram início os trabalhos de revisão, e as modificações foram afinal promulgadas no dia 7 de setembro de 1926<sup>132</sup>.

Segundo o autor, a “necessidade imperiosa” da reforma deveu-se às “convulsões políticas ocorridas no país” e outros pequenos distúrbios<sup>133</sup>. O artigo sexto da Constituição foi a peça fundamental da reforma de 1926. A ampliação dos poderes do Executivo federal materializara-se no texto da seguinte forma:

Art. 6º – O Governo Federal não poderá intervir em negócios particulares nos Estados salvo:

II) (...) Para assegurar a integridade nacional e respeito aos seguintes princípios constitucionais:

a) a forma republicana;

---

130 Maria do Carmo Campello de Souza. O Processo Político Partidário na Primeira República. In: *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, p. 163.

131 *Ibidem*, p. 217.

132 Bruno Almeida Magalhães. *Arthur Bernardes – Estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 175.

133 *Ibidem*, p. 174.



- b) o regime representativo;
- c) o governo presidencial;
- d) a independência e harmonia dos poderes;
- e) a temporariedade das funções eletivas e responsabilidade dos funcionários;
- f) a autonomia dos municípios;
- g) a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição;
- h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias;
- i) a inamovibilidade e vitalidade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos;
- j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição;
- k) a não reeleição dos presidentes e governadores;
- l) a possibilidade da reforma Constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la<sup>134</sup>.

Em seu governo Bernardes reformou e reprimiu, fornecendo os meios para o esgarçamento da malha tecida nas bases constitucionais dos princípios da República. Para o governo Washington Luiz não foi difícil romper acordos e indicar, para sua sucessão à presidência do país, outro representante de São Paulo.

## 2.4. A POLÍCIA NOS ANOS 20

O Decreto nº 15.777, de 6 de novembro de 1922, firmado pelo presidente Epitácio Pessoa e pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Joaquim Ferreira Chaves, executa o “Regulamento do Registro Geral da Polícia”. O decreto, bastante extenso, se apresenta em 63 artigos. As primeiras linhas são destinadas ao entendimento de seus objetivos e, já nos primeiros parágrafos, percebe-se a complexidade em que está se inserindo o aparato policial:

---

134 Campello de Souza, *op. cit.*, p. 217.

Art. 1º Fica criado o Registro Geral de Polícia, que constituirá uma Seção de Inspeção e Investigação e Segurança Pública, para o fim de auxiliar as diligências e pesquisas policiais e fornecer atestados de vida, estado civil e residência dos habitantes desta capital<sup>135</sup>.

Os demais artigos expõem a preocupação com o método de trabalho e o cadastramento da população passível de engrossar as levas de insurgentes. Os artigos, da Parte I, no capítulo I, determinam a criação de fichas de controle da população, que deveriam ficar à disposição das autoridades em um “Arquivo Geral”, além das cópias das mesmas nas delegacias distritais (Anexo 3).

Os capítulos subsequentes acompanham a linha de raciocínio do primeiro. São tratadas as “comunicações de residência”, “estadias provisórias”, “mudança de outro distrito”, separação de casais, mortes e modificação no número das casas<sup>136</sup>. Até mesmo as possibilidades de transferência de jurisdição policial de ruas estão presentes no decreto. O compromisso com o registro de tudo e de todos torna-se patente, e a mecânica, ao se encaixar o espaço urbano nos limites da lei, está, aí, primorosamente contemplada<sup>137</sup>. Os artigos em que a orientação sobre o novo método são, por assim dizer, didaticamente listados, demonstram a preocupação em esclarecer, não só à sociedade, como também aos funcionários das instituições de Justiça.

O “Registro Geral de Polícia” nascia sob a égide da ordem urbana, subscrevia-se no contexto que esquadrihava o mapa da cidade e classificava, tipologizando, os agentes da desordem. A nova entidade não pode ser compreendida isoladamente dos decretos aos quais nos referimos. A enxurrada de medidas, por vezes monótonas nas suas descrições, fazia parte de um todo, mais ou menos coerente, que buscava resolver os problemas e os “desvirtuamentos” da sociedade, aos olhos dos governos do período.

---

135 AN. Coleção Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1922 – *Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 170.

136 *Ibidem*, pp. 171-173.

137 “Art. 50. No caso de passagem de ruas ou parte de ruas de um distrito policial para outro, as folhas de casa, assim como as fichas pessoais I e II, depois de retificado o número do distrito, serão remetidas ao distrito competente.”

É possível que mesmo as forças de oposição oligárquicas, ou os segmentos militares, sofressem com a montagem de um eficiente órgão de fiscalização policial, tendo-se em vista que a repressão podia atuar sobre qualquer setor antagônico ao governo. Mas a opinião ativa desses núcleos de descontentes pouco fez para evitar a sua criação. Não há registro de protesto dos referidos grupos nesse sentido, a despeito das divergências entre militares e forças policiais, muitas vezes levadas às vias de fato nas ruas. Nenhum protesto veemente deste setor aparece quando o assunto é o aprimoramento das instituições policiais.

No que tange ao aparecimento das novas formas de defesa do Estado, logo após a posse do presidente Arthur Bernardes, e o Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922, foram instituídas algumas modificações na “Polícia Civil”. Com base em dispositivos legais, João Luiz Alves, ministro da Justiça, foi capaz de ampliar a incidência do aparato policial sobre o movimento operário organizado. Compondo a referida lei, o artigo quarto criava a “4ª Delegacia Auxiliar” e os cargos anexos, para os serviços de “manutenção da ordem, repressão e prevenção de crimes”<sup>138</sup> (Anexo 4). No caso do artigo quinto, o texto determinava o seguinte:

O cargo de chefe de polícia do Distrito Federal é de livre nomeação e demissão do presidente da República, abolidas as restrições de que trata o § 1º do art. 9º do decreto nº 6440, de março de 1907.

§ único – O cargo de quarto delegado auxiliar, de livre nomeação e demissão do chefe de polícia, poderá ser exercido em comissão por oficial da Polícia Militar do Distrito Federal<sup>139</sup>.

Os delegados auxiliares, vale dizer, atendiam diretamente ao chefe de polícia revezando-se em plantões de 24 horas na Polícia Central. Cada qual dos três, e depois do decreto de 1922, dos quatro, respondia por uma determinada função e podiam, em caso de urgência, representar o chefe de polícia.

Outras novidades aparecem neste mesmo decreto: a criação do “Instituto Médico Legal do Distrito Federal”, o “Gabinete de Iden-

---

138 AN. IJ 6 – 396.

139 AN. IJ 6 – 396.

tificação e Estatística Criminal do Distrito Federal” e a transferência ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores da “Escola Penitenciária Quinze de Novembro”<sup>140</sup>.

A lei é extremamente interessante, nos artigos 1º e 2º, que tratam do “Instituto Médico Legal” e do “Gabinete de Identificação”, pois denuncia a preocupação e o zelo com a técnica, através das ciências criminais. Mesmo um governo que assumia em pleno estado de sítio demonstrava, pelos seus atos, que a repressão devia se fazer de braços com a ciência. Não sabemos ao certo, no caso de Arthur Bernardes, se essa foi uma convicção ou apenas um elemento retórico, de um fato legal, que era o decreto.

Destarte, é uma evidência que as grandes novidades foram as atribuições do 4º delegado auxiliar, a quebra do monopólio dos bacharéis, normalmente nomeados para os cargos de chefe de polícia e delegado, e o estreitamento das relações que se estabeleceram entre o chefe de polícia e o 4º delegado auxiliar. Fato que revela uma certa descontinuidade, já que os bacharéis se identificavam muito mais diretamente com a polícia científica, enquanto os policiais militares personificavam mais claramente a repressão ostensiva.

Confirmando o artigo quinto, referente à escolha do delegado auxiliar, foi nomeado o major da Polícia Militar, Carlos da Silva Reis. Este receberia a alcunha, atribuída por seus desafetos, de “Major Metralha”. Para a chefia de polícia, a escolha recaiu sobre o marechal Carneiro da Fontoura, general fiel ao governo, que teria sido promovido de posto ao passar para a reserva<sup>141</sup>, e que acabou conhecido, nas páginas da imprensa de oposição, por “Marechal Escuridão.” O marechal foi também uma escolha que repetia, 30 anos depois, o procedimento inaugurado por Floriano Peixoto, em 1892, ao nomear para chefiar a polícia da capital um oficial do Exército. Um ato que, já no início da República, rompia com uma tradição imperial de nomear para tal função um magistrado. Carneiro da Fontoura sairia, nos estertores do governo Ber-

---

140 AN. IJ 6 – 396.

141 Domingos Meirelles. *As Noites das Grandes Fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 601.

nardes, exonerado por corrupção e enriquecimento ilícito<sup>142</sup>.

Os primeiros anos dos serviços prestados pelo 4º delegado auxiliar estão registrados nos documentos de sua repartição policial<sup>143</sup>. Os gráficos e as estatísticas foram exaustivamente utilizados e os relatórios de atividades subversivas preenchidos com minúcias<sup>144</sup>.

Como previa o decreto de criação da 4ª Delegacia Auxiliar, houve uma colaboração muito estreita entre os diversos órgãos de repressão e fiscalização do Estado. O delegado auxiliar recebia informações das inspetorias e demais instâncias policiais anexando-as aos seus relatórios ou compondo com elas as peças de seus processos. As estatísticas de atentados a dinamite, conferências e comícios, sociedades recreativas e carnavalescas, greves e prisões, em todo o ano de 1923, nos dão a perfeita dimensão do espectro alcançado pelo trabalho do 4º delegado auxiliar<sup>145</sup>.

Nos relatórios diários, encontramos os registros de entidades, assuntos e pessoas. Há uma exposição cuidadosa das atividades daqueles que representavam ameaça em potencial ao governo, com a relação completa de nomes, lugares e horas aos quais estes estiveram relacionados durante as investigações. Todos os papéis eram assinados pelo 4º delegado auxiliar e recebiam o carimbo da “Ordem Social.”

Podemos ilustrar estes procedimentos através do relatório firmado por Carlos Reis, no dia 7 de Março de 1924, no qual se referiu às “Associações Operárias”, além de um balanço geral dos vários movimentos:

---

142 A substituição de Carneiro da Fontoura aconteceu sob ruidoso escândalo na capital federal. O marechal havia se envolvido com o contraventor João Pallut, personagem do submundo do jogo ilegal, através de um amigo, Nicolau Guimarães, o “Guimarães das Linhas”. Mais popularmente conhecido como “João Turco”, Pallout construiu uma rede de influência na qual articulava proprietários de jornais, políticos e personalidades públicas de dentro e fora do governo em favor de seus negócios. O caso chegou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Aristides Marques. *Mario Rodrigues: – o farçante!* Rio de Janeiro: edição do autor, 1926. p.140.

143 AN. IJ 6 – 396.

144 Segundo a Inspeção de Polícia Marítima foram impedidos de entrar no Brasil, no ano de 1923, 368 indivíduos. Dos quais, 318 eram passageiros clandestinos, 25 ciganos e 10 suspeitos ou identificados como anarquistas. Os demais representam número pouco expressivo, visto serem 16 categorias incluindo as aqui explicitadas. AN.IJ 6 – 396.

145 *Ibidem*.

Reunidos os Metalúrgicos e Pedreiras, com regular movimento. Estiveram reunidos 150 associados da Aliança dos Operários em Calçados, os quais tratam do preço da mão de obra do calçado Luiz XV. Os operários Ferreira, Virgílio, Romeu Boleli e Chaves usando da palavra declararam que continuava paralisado o serviço nas casas que fabricam aquele calçado, até que os patrões resolvam dar aumento pedido. Nas demais associações nada houve digno de nota<sup>146</sup>.

No mesmo item foram destacados alguns nomes de anarquistas que sofreram, no mesmo ano, processo, prisão e deportação: José Oiticica, Antônio Vaz e Marques da Costa<sup>147</sup>. O texto denuncia não só a preocupação com os elementos mais ativos, junto ao operariado, como também a infiltração de agentes de polícia e informantes no interior dos sindicatos<sup>148</sup>.

Da mesma forma como na “lei celerada” de 1921, que aparentemente atingia apenas os imigrantes anarquistas, a 4ª Delegacia Auxiliar passou sistematicamente a averiguar toda a sociedade. Os limites de tal repartição policial transcenderam em muito os seus objetivos aparentes.

Pode-se afirmar que a delegacia não foi escrupulosa ao enquadrar, na categoria de desordem, toda e qualquer manifestação contrária ao regime. Assim, nos boletins diários, os políticos e insatisfeitos de toda ordem figuravam ao lado dos contumazes “rebeldes anarquistas”. Os civis suspeitos eram constantemente identificados ou relacionados com militares potencialmente inféis ao regime. Em um dos boletins de rotina, no quesito denominado “Avenida”, lemos a seguinte observação: “O Sr. Maurício de Lacerda foi visto na Avenida e na Rua do Ouvidor, onde esteve conversando com o General José Ribeiro Ferreira. O Sr. Almirante Silvado continua em Teresópolis.”<sup>149</sup> “Avenida”, referia-se à Avenida Central, no centro do Rio de Janeiro. Este era o espaço onde

---

146 AAB. MR 6.

147 AAB. MR 6.

148 Os políticos de oposição não recebiam tratamento diferente: Maurício de Lacerda, Adolfo Bergamini e militares suspeitos de infidelidade ao sistema eram constantemente vigiados.

149 AAB. MR 6.

os “secretas” circulavam, buscando flagrantes que pudessem aproximar ou indiciar alguns indivíduos ou alianças contra o governo.

O ano de 1924 foi, sem dúvida, muito mais turbulento que o anterior. Mesmo antes da eclosão do movimento rebelde, no dia 5 de julho, em São Paulo, os acontecimentos vinham apresentando maior gravidade e a ação policial crescia na proporção das agitações.

Em alguns de seus relatórios, Carlos Reis, dando largas aos piores presságios, asseverava as consequências imprevisíveis de tais acontecimentos. Nos dias que corriam, no cais do porto, operários da estiva, em confronto com policiais e demais segmentos da repressão, acabaram por matar um policial e o general Filadelfo Rocha<sup>150</sup>, fato que reverberou negativamente nos órgãos de segurança. As greves dos tanoeiros e massaroqueiros que aconteceram no mesmo período, março de 1924, resultaram em igual repercussão<sup>151</sup>. Todos esses fatores concorreram para justificar os sobressaltos da polícia, os agentes passaram a investigar, de forma mais ostensiva, novos suspeitos e lançar acusações sobre antigos inimigos.

O ano de 1923, segundo os relatórios da “Ordem Social”, já havia sido de intensa vigilância e identificação dos focos de hostilidade. Na estatística geral de “Conferências e Comícios”, apareciam os nomes dos potenciais transgressores:

Nº DE COMÍCIOS E CONFERÊNCIAS	SINDICATOS	ANARQUISTAS	COMUNISTAS	AMARELOS
25	3	17	4	1
Data	Manifestação	Militante/grupo	Local	Vinculação
25 de janeiro	Conferência	Libertário	Construção Civil	Anarquista
31 de março	Conferência	José Oiticica	Construção Civil	Anarquista
4 de abril	Discurso	Domingos Passos	-----	Anarquista
4 de abril	Discurso	Marques da Costa	-----	Anarquista
8 de abril	Conferência	Carlos Dias	Construção Civil	Anarquista
14 de abril	Conferência	Operário	Aliança dos Marceneiros	Sindicato
21 de abril	Conferência	Octávio Brandão	Sede dos Alfaiates	Comunista
22 de abril	Conferência	Carlos Dias	Sede dos Gráficos	Anarquista
28 de abril	Conferência	Octávio Brandão	Sede dos Alfaiates	Comunista

150 **AAB**. MR 6.

151 **AAB**. MR 6.

Nº DE COMÍCIOS E CONFERÊNCIAS	SINDICATOS	ANARQUISTAS	COMUNISTAS	AMARELOS
25	3	17	4	1
Data	Manifestação	Militante/grupo	Local	Vinculação
1 de maio	Comício	Vários Militantes	Praça Mauá	Anarquista
5 de maio	Conferência	Octávio Brandão	Sede dos Alfaiates	Comunista
15 de maio	Conferência	Octávio Brandão	Centro Cosmopolita	Comunista
21 de maio	Discurso	João Roma	União dos Trabalhadores do Cais do Porto	Sindicato
26 de maio	Conferência	Fábio Luz	Sede dos Garçons	Anarquista
27 de maio	Conferência	Vários Nomes	Praça Tiradentes	Sindicato
29 de maio	Conferência	Florentino de Carvalho	Sede dos Tanoeiros	Anarquista
30 de maio	Conferência	Vários Nomes	Sede dos Tecelões	Anarquista
17 de junho	Conferência	Carlos Dias	Construção Civil	Anarquista
13 de outubro	Conferência	José Oiticica e Paulo de Lacerda	Centro Cosmopolita	Anarquista
13 de outubro	Conferência	Carlos Dias	União B. dos Operários da Gávea	Anarquista
11 de novembro	Conferência	Carlos Dias	Metalúrgicos e Tecelões	Anarquista
17 de novembro	Conferência	José Oiticica	Construção Civil	Anarquista
25 de novembro	Conferência	Carlos Dias	Sede dos Metalúrgicos	Anarquista
14 de dezembro	Conferência	Fábio Luz	Construção Civil	Anarquista
19 de dezembro	Conferência	Sarandy Raposo	Centro Cosmopolita	Amarelo

Fonte: AAB. MR 6.

Os dados indicam não só o número de atividades, como também os endereços dos sindicatos mais investigados. Como veremos, os sindicatos “amarelos”, ou mesmo de linha ideológica não definida, não eram poucos, e seus filiados, na base, eram numericamente significativos. Entretanto, a despeito de suas reuniões se realizarem normalmente durante o governo Bernardes, as atividades dessas entidades não figuravam prioritariamente nas estatísticas policiais. No âmbito sindical, se os anarquistas não eram preponderantes, como afirma Boris Fausto<sup>152</sup>, ao menos despertavam maior interesse por parte das autoridades.

152 Boris Fausto. Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920-1945): Uma Revisão. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, nº 20, 1988, p. 10.



Na sua grande maioria, os relatórios aqui analisados saíram dos fichários de polícia para o gabinete do ministro da Justiça, deslocados, assim, de suas gavetas ou pastas convencionais. A simples mudança de rotina e o encaminhamento dos referidos documentos para a mesa do ministro sugere certa excepcionalidade. Não obstante a vigência do estado de sítio e a preocupação com as instabilidades herdadas do governo anterior, Bernardes, na figura de seus auxiliares, não descuidou daquilo que poderia somar-se às revoltas militares.

No mesmo lote de documentos e estatísticas estão alguns relatórios de “Apreensões e Buscas.” Entre eles o que se refere aos militantes anarquistas Domingos Passos, Pedro Maurini, Florentino de Carvalho e mais alguns, presos em 12 de março de 1923, na casa n° 213, da rua Barão de São Félix, onde moravam. No documento, estão registradas informações através das quais tomamos conhecimento da apreensão de livros anarquistas e uma receita para o fabrico de dinamite. Além de, em outro local, haver-se confiscado 500 exemplares do jornal *A Verdade*, de Marques da Costa, Sinval Borges, Florentino de Carvalho e Joaquim Gomes de Carvalho.

Na sequência, com o título “Secção de Ordem Social”, encontramos as seguintes estatísticas:

Anarquistas registrados		
Até 1922 –		814
Em 1923 –		6
Soma –		820

Deportados em 1923		
Vadios – 2 – Portugueses		
Ladrão – 1 – Espanhol		
Anarquistas – 1 – Argentino		
Sociedade de Classes		
Registradas até 1922 –		182
Em 1923 –		16
Soma –		198

A apresentação dos registros demonstra o interesse não apenas no montante de indesejáveis, como também a oscilação e incidência desses no trabalho policial. Procurava-se, nos resultados, aferir desempenhos

e contabilizar o número desse instável grupo social. Certamente, segundo as estatísticas, o ano de 1923 havia apresentado panorama favorável ao trabalho policial. Com poucas deportações de anarquistas, o ano de 1923 em nada parecia anunciar os tumultuados eventos e represálias do ano seguinte.

É interessante notar que, no tocante às investidas feitas pela polícia e à periculosidade atribuída aos operários, os grupos promotores de instabilidade encontravam um espaço comum no enquadramento burocrático. Podemos verificar, reunidos em um mesmo processo ou lote documental, associações carnavalescas, greves, registros de deportação etc. Ao que tudo indica havia o entendimento de que certos grupos e entidades podiam se conjugar em um mesmo fenômeno, perigoso e de visibilidade desconcertante para os órgãos promotores da ordem.

Em meados de 1924, na ocasião do levante tenentista de São Paulo, os temores do governo tomaram forma. Muitos operários, investigados pelos agentes da repressão, já haviam sido presos e, em função da conjuntura, outros, ligados às associações mais ativas, acabaram nos calabouços da polícia política após o 5 de julho.

Figuras como José Oiticica, Maurício de Lacerda, Paulo de Lacerda, Mário Rodrigues e o general Estellitas Werner foram detidos no mesmo dia em que eclodiu o movimento revolucionário<sup>153</sup>. Na lista de 53 nomes de presos na Casa de Correção, entre os dias 5 de julho e 6 de setembro, é possível encontrar vários militares e intelectuais influentes<sup>154</sup>. Quase todos detidos e transferidos para vários pontos do Distrito Federal.

Basta uma breve verificação dos boletins expedidos pelo 4º delegado auxiliar para deprendermos que as detenções de muitos daqueles que figuravam na lista da Casa de Correção haviam sido já há muito planejadas. Não apenas os relatórios resultantes das investigações serviam para justificar a custódia dos suspeitos. Muitas denúncias partiam de simpatizantes do regime, familiares preocupados com os desdobramentos de possíveis focos de rebelião, ou mesmo de “patriotas” servindo a uma “causa superior”.

Uma dessas denúncias chegou anônima ao presidente Arthur Bernardes, através do chefe da polícia, com os elogios costumeiros ao regime e o aviso de uma conspiração em curso. O “bom brasileiro” alertava para uma trama “ainda embriá” protagonizada por 13 “políticos aventureiros”:

---

153 AN. IJ 6 – 396.

154 AAB. MR 6 Foto 1024.

OS TREZE, tem como chefe absoluto, um grão chefe, cognominado pela alcunha de “TREZE”; os demais chefes são cognominados na ordem decrescente daquele número; cada um destes chefia um determinado grupo escolhido de paisanos e militares<sup>155</sup>.

O objetivo de tal associação, segundo o “denunciante”, era assassinar o presidente e o seu lema seria: “Republicanizar a República”. Os treze membros fundadores estariam organizados da seguinte forma:

- O 13 - Grão Chefe Irineu Machado – ex-senador;
- O 12 - Chefe de Grupo Mário Rodrigues – jornalista;
- O 11 - Chefe de Grupo – João Cancio – funcionário público;
- O 10 - Chefe de Grupo – Maurício de Lacerda – jornalista; O 9 - Chefe de Grupo – Herotildes Lima – acadêmico de direito;
- O 8 - Chefe de Grupo – Paulo de Oliveira – oficial do Exército;
- O 7 - Chefe de Grupo – Macedo Soares – oficial da Marinha;
- O 6 - Chefe de Grupo – Santos Souza – funcionário público;
- O 5 - Chefe de Grupo – Joaquim Pimenta – professor;
- O 4 - Chefe de Grupo – Vicente Ferreira – operário;
- O 3 - Chefe de Grupo – Evaristo de Moraes – advogado;
- O 2 - Chefe de Grupo – Mário dos Santos – intendente;
- O 1 - Chefe de Grupo – Alípio Bandeira – oficial do Exército<sup>156</sup>.

Somava-se ao relato, provavelmente de março de 1924, uma lista de aspirantes à composição do grupo, entre eles militares, políticos e intelectuais.

---

155 AAB. MR 6.

156 AAB. MR 6.

O documento-denúncia é bastante interessante não só pela subjacente histeria, como também pela própria hierarquia e nomenclatura utilizada para a distinção dos postos ocupados pelos “conspiradores”. Não seria exagerado afirmar ter a denúncia partido de algum católico, que emprestava o horror de seu credo, em relação à maçonaria, a um movimento congêneres.

No relatório policial do dia 5 para 6 de março de 1924, alguns dos pretensos conspiradores já estavam sob vigilância:

O Sr. Irineu Machado, residente à rua Ypiranga, nº 75 e hóspede do Hotel Copacabana, chegou em casa às 14.20, desembarcando do auto particular nº 6728, em companhia de um senhor que dirigia o mesmo veículo. Dez minutos depois, isto é, às 14.30 o senador saiu de casa, rumo à Cidade<sup>157</sup>.

A vigilância havia crescido muito após o levante de São Paulo e, proporcionalmente ao clima de tensão vivido pelo governo e demais setores, direta ou indiretamente ligados a ele, ampliavam-se as redes de boatos e informações sobre os movimentos sediciosos no país. No Distrito Federal, a chamada conspiração do capitão de mar e guerra “Protógenes Guimarães” tomava forma de um enraizado motim com focos em vários setores da sociedade, segundo a apreciação policial.

O chefe de polícia, Carneiro da Fontoura, recebia de um dos agentes da 4ª Delegacia Auxiliar, em 21 de outubro de 1924, algumas informações em relatório sobre o tenente Heitor Pedroso, nas quais apareciam, além de ameaças proferidas publicamente pelo oficial versando sobre temas “revolucionários”, registros de bombas e sabotagens<sup>158</sup>.

Por outra nota, de 28 de dezembro de 1924, a repartição de polícia dizia ter conhecimento do seguinte:

Que o filho do almirante Riappe Rubin, empregado no escritório da secção de máquinas e eletricidade da Ilha das Cobras, vem de muito tempo agenciando a revolução, pois

---

157 AAB. MR 6.

158 AAB. MR 6.

se acha complicado em suas declarações na referida ilha e tem declarado que vai tomar parte no levante que deverá se realizar a 31 do corrente, contando, bem assim, com os seguintes elementos: 1º Grupo de Obuses (Artilharia Pesada), 6º Batalhão da Polícia Militar, 1ª Companhia de Metralhadoras Pesadas, Escola Militar e 3º Batalhão de Caçadores. Que já foram escalados dois homens para levarem as “laranjas” a fim de liquidarem o general Santa-Cruz e dois outros para eliminarem o chefe de polícia, pois é o nome que eles empregam “inteligentemente”. E o chefe dessa revolução o deputado Azevedo Lima, que mandou distribuir entre os estivadores cerca de 5 mil rifles para no dia 31 agirem no largo da Saúde, a fim de liquidarem todo pessoal que não aderir à revolução. Juntamente com a sociedade dos carpinteiros de construção naval, o 5º Batalhão da Polícia Militar, que como é sabido já deu vivas ao General Isidoro dentro do próprio quartel, deverá guarnecer o litoral<sup>159</sup>.

Nesse mesmo documento foram anunciados alguns atentados a dinamite e a adesão da “Sociedade de Resistência dos Carregadores de Café” ao motim revolucionário. Há que se destacar que os militantes sindicais sofreram represálias ao serem identificados como parte atuante do mesmo processo revolucionário.

## 2.5. PROCESSOS E DEPORTAÇÕES DE ANARQUISTAS

A sessão de “Ordem Social” da 4ª Delegacia Auxiliar, em sua estatística do ano de 1923, declarou a expulsão de alguns estrangeiros, entre eles um argentino<sup>160</sup>. Ao que tudo indica, confirmando os números dos registros oficiais, o argentino anarquista deportado pode ser o sócio da “União dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Cafés e Similares”, Vicente Lamberti ou Pedro Maurini. Segundo as informações contidas em seu processo policial, ele teria sido detido em várias oportunidades: após uma greve no Eunice Hotel, em 5 de setembro de

---

159 AAB. MR 6.

160 AN. IJ 6 – 396

1922; a 12 de março de 1923, após uma batida da polícia no quarto em que vivia com seus companheiros de ideias, Florentino de Carvalho e Domingos Passos<sup>161</sup>; e nas comemorações do “Primeiro de Maio”<sup>162</sup>. A peça processual de Lamberti é bastante intrigante e possui relevante interesse pela complexidade do caso e os meandros apresentados pelas próprias condições do acusado.

O delegado Francisco Chagas, da 4ª Delegacia Auxiliar, provável substituto ou suplente de Carlos da Silva Reis, enviou o “paciente”, a 26 de maio de 1923, para o seu colega, 2º delegado auxiliar, Antônio Vieira Braga Júnior. E, entre outras informações, encontramos no depoimento de Lamberti a seguinte declaração:

(...) que seu verdadeiro nome é Vicente Lamberti; que está há 15 meses no Brasil tendo vindo diretamente do Uruguai para o Rio de Janeiro com o passaporte de Pedro Maurini, seu íntimo amigo; que aqui chegando devolveu o passaporte e passou a usar o nome de seu amigo Maurini; que assim procede em vista de seu pai, que é burguês, condenar as ideias que ele declarante professa, que é anarquista com convicção de revolucionário no mais amplo sentido da palavra, não adotando, porém, ideais terroristas<sup>163</sup>.

A ficha individual datiloscópica do preso foi emitida pelo “Gabinete de Identificação e de Estatística do Distrito Federal”, retornando ao processo com um “nada consta”. No verso, encontram-se os dados pessoais: sua idade, filiação e o número 24166, de seu registro no órgão. Declarou ser natural de Montevidéu, no Uruguai, e ter 22 anos de idade.

O 2º delegado auxiliar, em carta ao chefe da polícia, sugeriu que Lamberti fosse encaminhado ao ministro da Justiça para ser “expulso como anarquista”<sup>164</sup>. A solicitação foi deferida e, em 11 de junho de 1923, o processo de deportação estava montado e anunciava: “Resolve, nos termos do artigo 2º, nº 4, do Decreto Legislativo nº 4247, de 6 de janeiro de 1921, expulsar do território nacional o referido estrangeiro”<sup>165</sup>.

---

161 AN. IJ 6 – 396.

162 AN. IJJ 7 – 141.

163 AN. IJJ 7 – 141.

164 AN. IJJ 7 – 141.

165 AN. IJJ 7 – 141.

Seguindo-se a praxe burocrática, um ofício de 21 de junho de 1923, da “Secretaria de Polícia do Distrito Federal”, enviado pelo chefe de polícia, marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, solicitou do ministro da Justiça contato para que o “Ministro do Uruguai nesta capital autorize ao respectivo cônsul fornecer passaporte, a fim de que o citado indivíduo possa embarcar para aquele país”<sup>166</sup>. Em 7 de julho de 1923, um outro ofício chegou ao ministro da Justiça, do mesmo remetente, em que informava:

O 3º Delegado Auxiliar, encarregado dessa diligência, informa que, por não possuir o mesmo indivíduo prova de sua nacionalidade, nega-se o cônsul do Uruguai a fornecer o necessário passaporte para que a deportação se torne efetiva<sup>167</sup>.

Criava-se assim um óbice à deportação.

Félix Pacheco, ministro das Relações Exteriores e idealizador do “Gabinete de Estatística Policial”, escrevia, em 27 de julho de 1923, a João Luiz Alves, seu colega da Justiça, sobre os resultados das negociações de seu ministério com o representante do governo uruguaio no Brasil:

Comunicou também o mesmo Ministro que, para poder atender o pedido feito por Vossa Excelência, contido no aviso que me dirigiu em 3 do corrente mês, sob o número 1234, enviou ao seu Governo, para pesquisas, as impressões digitais e fotografias do expulso Vicente Lambarti<sup>168</sup>.

Durante todo o fim do mês de julho e início de agosto, os comunicados e ofícios trocaram de mãos e avolumaram com dezenas de laudas o processo. O chefe de polícia e os ministros da Justiça e Relações Exteriores permaneceram em estreito contato.

Entretanto, a 29 de agosto de 1923, chegou ao ministro da Justiça um termo de responsabilidade do Supremo Tribunal Federal, pedindo informações sobre o detido Pedro Maurini. O referido documento era parte integrante da solicitação de instruções necessárias ao julgamento de um pedido de *habeas corpus*. Pedro Maurini ou Vicente Lamberti tentou,

---

166 AN. IJJ 7 – 141.

167 AN. IJJ 7 – 141.

168 AN. IJJ 7 – 141.

como outros antes dele, livrar-se da deportação através da medida julgada no STF. Mas, segundo a informação enviada por Félix Pacheco ao seu colega da Justiça, o processado era na verdade de nacionalidade argentina<sup>169</sup>. Tomada a ciência do fato, o ministro das Relações Exteriores iniciou as negociações com o governo argentino. E, através do aviso de 17 de setembro do mesmo ano, comunicava, ao titular da pasta da Justiça o pronto atendimento à solicitação, para a expedição de passaporte de Lamberti, feita junto ao embaixador argentino.

Com o desfecho previsível e a despeito de ter sido deferido em 6 de setembro de 1923 o *habeas corpus*, pelo STF, em favor de Maurini/Lamberti, o operário foi deportado sob os auspícios do Ministério da Justiça.

Nos jornais sindicais, ou nas seções trabalhistas de alguns diários burgueses, as informações sobre a situação dos presos políticos ainda circulavam nos primeiros meses de 1923. Mesmo após a Lei nº 4.743, que submeteu a imprensa a maiores rigores do executivo, em 31 de outubro de 1923, alguns oposicionistas mantinham “trincheiras” no combate ao regime. O jornal *A Pátria*, fundado por João do Rio, foi um espaço de resistência anarquista no Distrito Federal.

Através da coluna trabalhista de *A Pátria* podemos obter alguns esclarecimentos:

Positivamente, essas prisões não poderão ser justificadas.

Só é aceita como justificação a clássica de que “**a ordem social**” está ameaçada.

Mas não é crível que os homens de responsabilidade na administração policial venham com tais subterfúgios. Não é crível!

Pedro Maurini, Sinval Borges, Gomes de Carvalho e Paiva estão sofrendo uma inominável violência, uma arbitrariedade sem nome.

O governo deve ordenar sua liberdade<sup>170</sup>.

E no dia imediatamente posterior sempre sob o título: “Presos por questões sociais” segue a notícia:

---

169 AN. IJJ 7 – 141.

170 BN. *A Pátria*, 5/9/1923.



Segundo fomos informados foi alterada a situação dos últimos presos por questões sociais. O operário Paiva, que se achava detido desde sábado último, foi restituído à liberdade. Pedro Maurini, o trabalhador que mais tem sofrido a prepotência policial, sabemos ter-lhe sido concedido um “*habeas corpus*”. Não nos admira que ainda não tenha sido restituído à liberdade, conhecida é a proverbial irreverência da polícia em casos tais, que já se tem registrado por diversas vezes.

Para Gomes de Carvalho e Sinval Borges, parece não ter se produzido modificação alguma, continuando esses camaradas presos às ordens e em nome... não se sabe de quem nem do que<sup>171</sup>.

Ao que tudo indica os métodos usados pelos anarquistas para a defesa de seus companheiros possuíam relativa eficiência, ao menos no que se referia às informações. Observando a data do *habeas corpus*, destinado à libertação de Lamberti, e a notícia que saiu em *A Pátria* sobre o mesmo assunto, constatamos que, em ambos os casos, a divulgação se deu em 6 de setembro de 1923; a seção trabalhista do referido jornal publicou o deferimento do pedido no mesmo dia em que o ministro da Justiça recebia o aviso do STF.

O comitê criado para os presos sociais não descuidou do caso Lamberti e recursos para fazer frente às enormes despesas eram apurados pelos sindicatos através da convocação para festas e palestras<sup>172</sup>. A mobilização dos órgãos classistas continuou por todo o ano de 1923 e estendeu-se pelo seguinte.

No ano seguinte, o número de prisões de anarquistas aumentaria sensivelmente e as deportações desses cresceriam na mesma proporção. Os processos de alguns dos mais destacados militantes podem atestar as novas levas de deportados, assim como a preeminência da 4ª Delegacia Auxiliar, no procedimento em questão.

Ao contrário do que ocorrera no caso de Vicente Lamberti, os implicados nos processos de julho de 1924 tiveram os depoimentos tomados na 4ª Delegacia Auxiliar, sem transferência para qualquer outra repartição policial:

---

171 **BN.** *A Pátria*, 6/9/1923.

172 **BN.** *A Pátria*, 6/9/1923.

NOME	NACIONALIDADE	1º DEPOIMENTO	ORIGEM DO PROCESSO	PROFISSÃO	ASSOCIAÇÃO	IDADE	PERÍODO NO BRASIL	MOTIVO DA PRISÃO
Salomão Bunin	"rumanico"	24/07/24	4º Del. Auxiliar	Estivador	----	28	4 anos no Rio	anarquismo
Manoel Barbosa	Português	20/07/24	4º Del. Auxiliar	Comerciante	----	44	Desde 1913	falsificação de moeda
Rodolpho Marques da Costa	Português	08/07/24	4º Del. Auxiliar	Carpinteiro	UOCC*	30	Cerca de 2 anos e meio	anarquismo
Joaquim Rodrigues	Português	20/07/24	4º Del. Auxiliar	Carpinteiro	UOCC	28	No Rio desde 1920	anarquismo
José Urbano Paiva	Português	20/07/24	4º Del. Auxiliar	Pintor	UOCC	34	Chegou em 1922	anarquismo
Vicente Lorca	Uruguaio ou argentino	24/07/24	4º Del. Auxiliar	Pedreiro	UOCC	24	3 anos	anarquismo

(\*) União dos Operários em Construção Civil

Fonte: AN. Pastas do Ministério da Justiça.

O 4º delegado auxiliar solicitou, ao ministro da Justiça, em 30 de julho de 1924, os passaportes dos portugueses. E, em 12 de agosto do mesmo ano, o chefe de polícia confirmava o embarque no *Deseado* de Rodolfo (Joaquim) Marques da Costa, José Urbano de Paiva e Joaquim Rodrigues. O falsário Manoel Barbosa não embarcou<sup>173</sup>. A 16 de agosto de 1924, Carneiro da Fontoura, em ofício ao ministro da Justiça, solicitava ao Ministério das Relações Exteriores o passaporte do "argentino" Vicente Llorca, para procedimento de sua deportação<sup>174</sup>. O caso de Vicente Llorca, em muitos aspectos, assemelhava-se ao de Lamberti. Ambos se afirmavam de nacionalidade uruguaia, entretanto a polícia os identificava como argentinos<sup>175</sup>.

173 AN. IJJ 7 – 163.

174 AN. IJJ 7 – 163.

175 É possível que a tolerância às ideias radicais fosse maior no Uruguai, tendo em vista ter sido esse um dos primeiros países a reconhecer a República dos Sovietes. O que justificaria certa preferência dos deportados por esta nacionalidade fictícia.

O caso de Marques da Costa foi, em si, uma síntese demonstrativa da complexidade dos discursos e justificativas que serviram às deportações. Não só pelas informações contraditórias, como também pelo uso sistemático do estereótipo do anarquista-terrorista.

De acordo com o “Aviso da Secretaria de Polícia do Distrito Federal”, de 12 de agosto de 1924, assinado pelo chefe de polícia, Rodolpho Marques da Costa e alguns outros deportados tinham sido embarcados no navio *Deseado* em direção ao porto de Leixões, em Portugal. O referido aviso se baseava em uma comunicação do 4º delegado auxiliar que, como aqui exposto, executava comumente esse tipo de procedimento<sup>176</sup>. Na carta enviada de Lisboa, em 7 de outubro de 1924, pelo cônsul-geral, Borges da Fonseca, foram expostas algumas questões ao ministro das Relações Exteriores, com relação aos deportados do Brasil e, em particular, ao atentado “dinamitista” perpetrado por Marques da Costa no “Hotel Frankfort”, no Porto. Acompanhavam a carta alguns recortes dos jornais portugueses *O Século* e *O Diário de Notícias*.

Segundo o cônsul, no que se refere ao suposto criminoso:

Este indivíduo também foi expulso do Brasil, onde publicou um livro ensinando a fabricação de bombas explosivas, como ele próprio declarou, e, assim, veio publicado nos diários, entre os quais *O Século*, de 4 e 5 do corrente outubro...<sup>177</sup>

Toda a preocupação do embaixador brasileiro em Lisboa residia na falta de informação que, entre outras coisas, colocava em risco a reputação da representação diplomática naquele país. Como principal representante do governo na capital portuguesa, ele havia tomado conhecimento, através dos jornais de Portugal, tanto das deportações como do pretense atentado no Porto. Reclamava, assim, maior eficiência do serviço de informações, para que se pudesse evitar o retorno dos deportados ao Brasil. E completava:

Nestas condições, é árduo e não seguro o trabalho de fiscalização; porquanto os indivíduos expulsos, quando de novo se quiserem expatriar, facilmente conseguirão das autoridades portuguesas os passaportes e outros documentos

---

176 AN. IJJ 7 – 163.

177 AN. IJJ 7 – 151.

nas mesmas condições em que conseguem os emigrantes honestos e ordeiros<sup>178</sup>.

Borges da Fonseca não apenas alertava para as brechas no serviço de informação como também reiterava a necessidade da parceria entre os órgãos governamentais, no que diz respeito à manutenção da ordem interna do país. Não havia, no conteúdo da carta, nenhum constrangimento em relação às medidas de deportação que, em princípio, poderiam ser um entrave às boas relações com o governo português. Muito diversamente, o funcionário sugeria o fim do acanhamento dos mecanismos de expulsão do território nacional. Ainda sobre as dificuldades de regularização do envio das informações para as legações brasileiras no estrangeiro: os ritos sumários, comuns no Brasil, impediam a maior eficiência do compartilhamento como um todo. Uma vez que grande parte das deportações era executada precipitadamente e, não raro, sob critérios aleatórios, a demora inerente à circulação das informações terminaria por prejudicar a eficiência e a efetivação das sanções aplicadas no Brasil. Ou seja, a celeridade do procedimento dificultava a sua divulgação interna e, como consequência, nem todos os funcionários do governo encontravam-se devidamente informados sobre os fatos.

Através do jornal lisboeta, *O Século*, de 5 de outubro de 1924, tornava-se pública a prisão de Marques da Costa e Alexandrino Valente Coutinho, ambos acusados da explosão no “Hotel Frankfort”. Segundo a “Polícia de Segurança do Estado”, não havia dúvida da participação de Marques da Costa no atentado<sup>179</sup>.

No ano seguinte, Marques da Costa seria ainda alvo de outra notícia polêmica, comentada por *A Batalha*. Segundo o órgão operário da Confederação Geral do Trabalho, uma nota falsa, publicada pelo diário carioca *A Notícia*, afirmava que Marques da Costa, após fuga espetacular, envolvendo disparos e bomba, estaria solto e foragido. A origem da informação, ainda segundo *A Notícia*, teria sido um telegrama vindo de Lisboa. Para os redatores de *A Batalha*, a questão se apresentava da seguinte forma:

Este telegrama vinha encimado por títulos bombásticos e trazia intercalada uma fotografia de Rodolfo Marques da Costa com uns dizeres afirmando que o “português Rodolfo

---

178 AN. IJJ 7 – 151

179 Na mesma coluna do jornal *O Século*, apareciam as notícias de bombas em uma barbearia de Lisboa e a prisão do deportado do Brasil, Joaquim Rodrigues.

Marques da Costa ao chegar a Portugal atirou bombas de dinamite no Hotel Frankfort, em Lisboa”.

Tudo isso arrancando-lhe muitos pormenores mentirosos como o da pólvora, o do carro onde ia preso, dos comunistas disparando sobre a polícia, o dos feridos no tiroteio que não se deu, adapta-se a fuga não de Marques da Costa, mas de Bernardo Costa. Escusado é desmentir estas patacoadas repetindo o que todos sabem: Que Marques da Costa está no Limoeiro e nunca fez a menor tentativa de fuga, nem tão pouco arrojou nenhuma bomba como o afirmou até a reacionaríssima e insuspeitíssima *Época*<sup>180</sup>.

No Brasil, no intuito de complementar a opinião exposta em *A Batalha*, o jornal *A Plebe* publicaria uma carta de Marques da Costa enviada da prisão do Limoeiro, em Lisboa, datada de 15 de janeiro de 1925, ao seu companheiro no Brasil, A. Motta. O conteúdo da missiva tratava exatamente da propaganda feita pelo periódico carioca *A Notícia* de sua suposta fuga que, segundo Marques da Costa, sua permanência no cárcere comprovava nunca ter acontecido<sup>181</sup> (Anexo 5). Após sua passagem pelas dependências do Limoeiro, Marques da Costa circularia ainda por outros presídios, até sua deportação para a Guiné. E, em entrevista dada ao jornalista João Quintinha, já na colônia portuguesa na África, fazia uma apreciação de sua trajetória política e de suas condições à época, não deixando de se referir aos “camaradas brasileiros” e mesmo ao episódio da Clevelândia<sup>182</sup>.

Sintomaticamente, Marques da Costa omitiu o motivo de sua prisão em Portugal, mas não deixou de situar o seu caso em um contexto político de repressão mais amplo. A sua passagem pelo Brasil deixou, como atesta sua trajetória, marca indelével na sua carreira militante; continuaria a se comunicar com os antigos companheiros após retornar do desterro na Guiné<sup>183</sup>. Na peregrinação pela África, Espanha e França

180 **BVO**. *A Batalha*, 21/1/1925.

181 **AEL**. *A Plebe*, 12/2/1927.

182 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

183 **BNP**. Marques da Costa escreveu algumas cartas ao anarquista Edgar Rodrigues e procurou retomar os contatos com Edgard Leuenroth, Rodolfo Filipe, José Oiticica, Fabio Luz e outros. **AHS**. cota N61 – caixa 57 – “Núcleo Outros Militantes”.

continuou envolvido com as atividades do meio anarquista. Retornou a Portugal em 1935, onde permaneceria até sua morte, em 1964<sup>184</sup>.

## 2.6. OS DEPORTADOS QUE FORAM PARA O OIAPOQUE

Os acontecimentos de julho de 1924 precipitaram alguns outros eventos de múltiplas consequências. No que diz respeito ao sistema defensivo do Estado, mais especificamente às atribuições conferidas por este aos órgãos de repressão e justiça, ficava ainda mais nítida a celeridade na execução de processos pendentes, muito em função das necessidades mais imediatas do governo. A falta de critérios claros é cada vez mais recorrente, exceção feita à manutenção de algumas formalidades na hierarquia burocrática entre chefaturas de polícia, Ministério da Justiça e presidência. Os métodos de resolução das demandas judiciais, uma vez divorciados do direito formal-constitucional, ao qual deveriam estar associados, soçobraram ao arbítrio das autoridades.

Uma vez que durante grande parte do governo Arthur Bernardes, principalmente aquela na qual vigorou o estado de sítio, as instituições administrativas do Estado tiveram que resolver os seus problemas e envidar esforços no sentido de se adaptarem à provisoriedade das determinações do chefe do Executivo, tal fato não seria diferente na polícia.

O caso de quatro anarquistas deportados<sup>185</sup>, unidos pela mesma pasta de processos, pode elucidar com maiores detalhes o funcionamento dos pedidos de deportação. Um “Aviso” do chefe de polícia, ao ministro da Justiça, em 22 de novembro de 1924, dizia:

Rogo a V. Excelência se digne de providenciar, com urgência, no sentido de serem expedidas portarias de expulsão do território nacional, contra os indivíduos ABILIO VENÂNCIO da SILVA LEBRE, português filho de Joaquim da Silva Lebre e de Maria Gertrudes Lebre, solteiro, empregado do correio, de 33 anos de idade; ADRIANO VAZ PINTO

---

184 Edgar Rodrigues. *A Oposição Libertária em Portugal: 1934/1974*. Lisboa: Sementeira, 1982 p. 189.

185 AN. IJ 6 – 396.

AMARAL, português, filho de Antonio Vaz Pinto Amaral e de Rosa da Silva, empregado do comércio, solteiro, de 29 anos de idade; CANDIDO ROSANO ANANAZ, espanhol, filho de Francisco Rezende e de Paschoacia Ananaz, empregado do comércio, casado, de 43 anos de idade e BIOFILO PANCLASTA, colombiano, filho de Bernardo Rojas e de Simona Sizeano, jornalista, solteiro, de 44 anos de idade, os quais já se acham devidamente processados pela 4ª Delegacia Auxiliar, como agitadores anarquistas<sup>186</sup>.

Presos em momentos distintos, os referidos estrangeiros foram enviados para a Clevelândia, em fins de 1924. Essas deportações, assim como as tratadas anteriormente, baseavam-se no artigo 2º, nº 4, do decreto legislativo de 6 de janeiro de 1921. Cada um dos deportados trazia anexo ao seu processo o documento evocando as prerrogativas constitucionais do Decreto nº 4247, assinado pelo ministro da Justiça, João Luiz Alves<sup>187</sup>.

Cândido Rosano Anana<sup>188</sup> foi detido em Santos acusado de um assassinato cometido quando ainda se encontrava na Espanha, por volta de 1902<sup>189</sup>. Mantido sob custódia, Ananaz foi remetido para o Rio de Janeiro, ficando recluso na Casa de Detenção<sup>190</sup>, sendo posteriormente encaminhado ao 4º delegado auxiliar<sup>191</sup>.

O caso em questão apresenta alguma singularidade em relação aos outros três: Cândido Ananaz foi preso sob alegação de ter sido solicitada sua extradição pela Embaixada espanhola no Brasil<sup>192</sup>. O deportado teria cometido um crime, como vimos, em sua terra natal. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 12 de julho de 1924, indeferiu o pedido apresentado pela referida representação oficial da Espanha e,

---

186 AN. IJ 6 – 396.

187 AN. IJ 6 – 396.

188 Encontramos o mesmo indivíduo com o nome grafado, Aranaz.

189 AN. IJ 6 – 396.

190 AN. IJ 6 – 396.

191 AN. IJ 6 – 396. Aviso da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, de 2/6/1924.

192 AN. IJ 6 – 396. Documento do Supremo Tribunal Federal de 9/7/1924, remetido ao Ministro da Justiça.

na mesma data, comunicou ao ministro da Justiça a entrada da solicitação do *habeas corpus* feita pelo “paciente”<sup>193</sup>.

Já em 7 de agosto do mesmo ano, um ofício do STF cobrava a soltura de Ananaz, muito embora o *habeas corpus* tivesse ficado prejudicado pelo indeferimento de sua extradição<sup>194</sup>. Não obstante a ordem do STF, o chefe de polícia, em ofício “reservado”, comunicou ao ministro da Justiça a permanência do espanhol nas dependências da Casa de Detenção<sup>195</sup>. Manteve-se assim, a despeito do Supremo, a prisão de Cândido Ananaz. O processo de Abílio Venâncio da Silva Lebre revela uma curiosa trajetória. Tendo sido preso em São Paulo, em 16 de outubro de 1924, teria sido requisitado pela Polícia do Rio de Janeiro<sup>196</sup>. Ao chegar no Distrito Federal, permaneceu por “trinta e tantos dias” na Casa de Detenção e, logo após, foi deportado no “Comandante Vasconcellos” para a Clevelândia. Segundo notícia retirada dos autos do processo:

Conseguindo fugir do desterro, onde acossado pelo impudismo quase perdeu a vida, chegou em tão precário estado de saúde a Belém do Pará, que o cônsul português na capital paraense, que era então o Dr. Francisco Pacheco, seu particular amigo e conterrâneo, logo o internou no hospital da Beneficência Portuguesa, onde esteve perto de treze meses, entre a vida e a morte<sup>197</sup>.

Após ter sido descoberto no hospital pela polícia – retornando ao Rio no navio *Ceará* –, foi em seguida expulso do país a bordo do vapor francês “Eubée”, em 5 de julho de 1925.

Consta, no processo de Abílio Lebre, seu pedido de revogação da portaria de expulsão. Ele alegava que necessitava retornar ao Brasil para tratar de “assuntos do seu interesse”. Existem registros de que teria tentado retornar ao território nacional até pelo menos setembro de 1930<sup>198</sup>.

Em seus arquivos, a polícia política do Rio de Janeiro manteve, no decorrer de suas reestruturações, o registro de muitos militantes operá-

---

193 AN. IJ 6 – 396.

194 AN. IJ 6 – 396.

195 AN. IJ 6 – 396. Em 14/8/1924.

196 AN. IJ 6 – 396. Há um memorial anexo ao processo.

197 AN. IJ 6 – 396.

198 AN. IJ 6 – 396.



rios dos anos de 1920<sup>199</sup>. Mesmo com o desaparecimento do prontuário original, as informações foram passadas para fichas de atualização. Esse cuidado acabou por fornecer alguns indícios para a compreensão da evolução do quadro político daquele período.

Tomemos como exemplo o caso de Domingos Passos. Encontrado o seu prontuário nos arquivos do DOPS/GB<sup>200</sup>, que incorporou grande parte da memória documental da 4ª Delegacia Auxiliar, podemos constatar algumas evidências. Como veremos, Domingos Passos, em seu tempo, mereceu a alcunha de “Bakunin Brasileiro”<sup>201</sup> e esteve presente em quase todas as manifestações operárias, antes e depois do exílio na Clevelândia. Em seu prontuário<sup>202</sup>, encontramos poucas informações a seu respeito, todas registradas a partir de outras fichas e já com o carimbo da DESPS. Há a menção de uma de suas prisões, em 10 de maio de 1927, com a seguinte inscrição: “Preso para averiguação, pela Seção de Segurança Política e Social”, da 4ª Delegacia Auxiliar, como medida preventiva de repressão ao movimento “comunista”. Posteriormente, ainda segundo o registro policial, teria sido posto em liberdade<sup>203</sup>.

O prontuário de Nicolau Parada<sup>204</sup> é um pouco mais extenso, embora a morte deste anarquista tenha se dado no exílio do Oiapoque. Sua primeira prisão teria acontecido em 30 de outubro de 1924: “Por ser agitador comunista e anarquista perigoso, foi preso, sendo recolhido à CASA DE DETENÇÃO”. Segue-se uma segunda anotação, em 10 de dezembro de 1924, na qual o:

Ofício s/nº, reservado, da SECRETARIA DE POLÍCIA, desta capital, solicitando providências no sentido de serem preparados e remetidos ao ministério, os processos de expulsão do prontuário e outro, que se encontram recolhidos à CASA DE DETENÇÃO<sup>205</sup>.

199 A 4ª Delegacia Auxiliar, extinta em 1933, foi substituída pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), que manteve as funções de sua antecessora.

200 Departamento de Ordem Política e Social, regulamentado em 1963.

201 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 255.

202 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 15881.

203 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 15881.

204 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 10446.

205 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 10446.

Anexo ao processo, existe um “Aviso” do chefe de polícia do Distrito Federal, Carneiro da Fontoura, recomendando a expulsão do prontuário e de Deodoro Alberto da Costa, por serem anarquistas. Na sua “planilha de registro”, constam apenas alguns dados: seu nome; nacionalidade, espanhola; de profissão garçom; e, a residência, na Rua dos Arcos, 79. Há, no entanto, uma informação relevante, de 17 de março de 1925: “A ordem social para arquivar, *sabendo, como sabe, o paradeiro dos indivíduos acima* (grifos meus)”<sup>206</sup>.

Quanto a Deodoro Alberto, não encontramos maiores informações, mas no que se refere a Parada, o registro, de março de 1925, faz crer que o assunto sigiloso, envolvendo o seu paradeiro, deveria ser o Oiapoque.

## 2.7. UM COMPLEXO CASO DE IDENTIDADE

É possível afirmar que, entre os deportados para a região da Clevelândia, existem dois ativistas que suscitam maiores investigações, menos pela escassez de informações e mais pela diversidade de registros estampados em um determinado prontuário policial. Com base em tal documento, os militantes Antonio Francisco Roux, Antonio Salgado da Cunha, Domingos Braz e Antonio Alves da Costa seriam a mesma pessoa<sup>207</sup>.

Mas, ao cotejarmos um outro prontuário exclusivo de Domingos Braz, que apresenta outra numeração<sup>208</sup>, com o de Francisco Roux, que inclui Braz como pseudônimo, percebe-se claramente a existência de dois indivíduos. Ambos os documentos estão acrescidos de fotografias, frente e perfil; e nos dois prontuários as informações, em vários pontos, divergem.

Desta forma, em que pesem as diferenças, ambos possuem trajetórias estreitamente ligadas: a deportação para Clevelândia, a adesão ao Partido Comunista, no início dos anos 30, e a provável militância em comum, na cidade de Petrópolis.

---

206 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 10446.

207 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 15585.

208 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 17716.

O quadro abaixo compara as informações dos prontosuários anteriormente referidos:

ANTÔNIO FRANCISCO ROUX	DOMINGOS BRAZ
Prontuário número 15.585	Prontuário número 17.716
29/1/30   Preso por greve em Petrópolis	29/1/30   Preso por greve em Petrópolis
5/2/30   Posto em liberdade por determinação do chefe de polícia	25/1/31   Preso por tomar parte em uma reunião do PCB
11/4/31   Preso em Petrópolis, por propaganda comunista. Fica detido na Casa de Correção	7/2/31   Posto em liberdade
13/5/32   Posto em liberdade	17/6/35   Prestou depoimento na delegacia de Juiz de Fora
10/4/34   Preso na Casa de Detenção	18/6/35   Solicitação de Ficha do prontosuário pela Delegacia de Juiz de Fora
18/7/34   Posto em liberdade	13/8/36   Preso por subversão
14/7/35   Preso no Largo da Lapa por comício	14/8/36   Registro de solicitação de informações
17/7/35   Posto em liberdade	25/8/36   Transferido para a Casa de Detenção
27/7/37   Foi preso pela “Segurança Social”	27/8/37   Posto em liberdade por habeas corpus
17/8/37   Posto em liberdade	29/9/37   Condenado pelo TSN (Tribunal de Segurança Nacional), estava foragido
24/8/37   Preso por organizar comício comunista	2/3/40   Pedido de informações sobre o prontosuário
7/12/48   Última data do prontosuário	8/6/45   Última data do prontosuário

Fonte: **APERJ**. Documentos; DOPS/GB

Conforme o jornal *A Esquerda*<sup>209</sup>, de 3 de fevereiro de 1930, dirigido por Pedro Motta Lima, os agentes da 4ª Delegacia Auxiliar, em Petrópolis, fizeram algumas prisões:

Estes uma vez lá chegados efetuaram, juntamente com os seus colegas da polícia estadual, várias prisões.

Entre estas figuravam, num dos últimos dias do pretenso “movimento”, as dos operários Domingos Braz e Antônio Roux, ambas verificadas na Estrada da Saudade, onde o primeiro trabalhava, como pintor, numa casa particular, e por onde o segundo apenas passava com destino ao centro da cidade<sup>210</sup>.

209 **AERJ**. DOPS/GB – Prontosuário 17716.

210 **APERJ**. DOPS/GB – Prontosuário 17716.

O jornal anunciava a possível morte de Domingos Braz, por “maus tratos”, fato que seria desmentido posteriormente.

Segundo os registros oficiais de Antônio Roux, em 1946<sup>211</sup>, ele teria a seguinte origem: pai Antônio Francisco Roux e mãe Margarida Ana Roux; nascido em 21 de junho de 1901; profissão, pintor; morando “no momento” em Cordovil. Em um depoimento, de 3 de dezembro de 1948 declarou ter iniciado suas atividades subversivas em 1927, como anarquista, e participado de atividades pró-Sacco e Vanzetti. Foi confirmada sua prisão em 1930, em Petrópolis, por ter tomado parte em uma greve na Fábrica de Tecidos Cometa. As declarações cobrem suas memórias por toda a década de 40, já como membro do PCB.

Domingos Braz, também através de depoimento, declarou que era filho de João Antônio Braz e Maria Ana Braz; nascido a 12 de janeiro de 1903, em Petrópolis e de profissão tecelão<sup>212</sup>. Teria entrado para o Partido Comunista, em 1931, passando a militar intensamente.

No período em que ambos estiveram engajados na proposta do sindicalismo anarquista, seus nomes se confundiram com os outros, já citados no processo de Antônio F. Roux<sup>213</sup> (Antônio Salgado da Cunha e Antônio Alves da Costa), o que nos faz crer que utilizassem realmente codinomes com o objetivo de confundir e atordoar os investigadores da polícia.

O relatório, que mais adiante abordaremos detidamente, nos revela a ausência, na lista de deportados do Distrito Federal para o Oiapoque, dos nomes de Domingos Braz e Antônio F. Roux. Entretanto, lá estão os seus pretensos codinomes correspondentes<sup>214</sup>. Domingos Braz escreveu vários artigos sobre o Oiapoque, assim como o retrato de Roux apareceu no *A Plebe*, quando esse periódico analisa os “crimes” do governo Arthur Bernardes, envolvendo a Clevelândia. Os jornais anarquistas contribuem pouco para desvendar a identidade dos referidos militantes, o que em certo sentido pode ser intencional. Ocultando ou confundindo as identidades, os jornais, enquanto veículos da revolução, mantinham-se solidários à tática dos operários. Eram, em última análise, o veículo público de um movimento que, pelas medidas do governo, tinha que se organizar secretamente. Assim como a própria ação dos anarquistas nos sindicatos, as notícias da imprensa libertária deveriam ser orientadas pela cautela.

---

211 **APERJ**. Fichas Verdes, 118.

212 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 17716.

213 **APERJ**. DOPS/GB – Prontuário 15585.

214 **AEL**. Relatório de Oldemar Murtinho ao ministro da Agricultura **AAB**. MR. 6.

No conjunto das narrativas, os nomes de Braz ou Roux não se misturam aos de Cunha e Costa. Quando uns aparecem os outros estão ausentes; ou mesmo, alternam-se na participação dos episódios na Clevelândia. E é bem possível que a identidade mais utilizada por Antônio Francisco Roux tenha sido a de Antônio Alves da Costa, pois em um de seus prontuários<sup>215</sup> há uma ficha na qual ele se identifica como filho de Antônio Alves da Costa e de Margarida Rosa; natural de Petrópolis, idade, 22 anos; profissão, pedreiro e estado civil, solteiro. Nesse documento assina com caligrafia muito semelhante à outra, através da qual se identificou como Antônio F. Roux.

O quadro abaixo esclarece, através de quatro documentos diferentes, a relação entre os nomes A. F. Roux e A. A. da Costa:

ANTÔNIO ALVES DA COSTA ou ANTÔNIO FRANCISCO ROUX	ANTÔNIO ALVES DA COSTA	ANTÔNIO FRANCISCO ROUX	ANTÔNIO FRANCISCO ROUX	ANTÔNIO FRANCISCO ROUX
Data do Prontuário	1 de fevereiro de 1930	15 de julho de 1935	27 de julho de 1937	fim dos anos 40
Nome do pai	Antônio Alves da Costa	Antônio Francisco Roux	Antônio Francisco Roux	Antônio Francisco Roux
Nome da mãe	Margarida Rosa	Margarida Ana Roux	Margarida Ana Roux	Margarida Ana Roux
Idade ou Data de nascimento	22 anos	34 anos	21 de junho de 1901	21 de junho de 1901
Natural	Petrópolis	Estado do Rio	Estado do Rio	Estado do Rio
Profissão	Pedreiro	Pedreiro	Pedreiro	Pintor
Estado civil	Solteiro	Casado	Casado	Casado
Observações	Assinatura com caligrafia semelhante à de Antônio F. Roux. Há o nome de Domingos Braz, escrito a lápis.	Retirados os dados da ficha individual datiloscópica. (DESPS)	Retirados os dados da ficha individual datiloscópica. (DESPS)	Retirado das "Fichas Verdes", n° 874

Fonte: **APERJ**. Documentos; DOPS/GB

No decorrer da década de 30, Antônio Francisco Roux definiria a sua identidade. Isso pode muito bem significar que o rompimento com

215 **APERJ**. DOPS/GB - Prontuário 15585.

o anarquismo tenha, por mecanismo semelhante, provocado o abandono do antigo codinome. Domingos Braz, em 1º de março de 1940, vigiado pela polícia do Distrito Federal, já não utilizava o antigo nome de Antônio Salgado da Cunha, mas sim o “vulgo” de “Mauro”<sup>216</sup>.

Assim, as informações aqui analisadas são suficientemente conclusivas para que se afirme a dupla identidade de Roux e Braz. E, em função das comparações efetuadas a partir dos registros de polícia, é possível deduzir que Antônio Alves da Costa e Antônio Salgado da Cunha, que estão na lista de deportados para o Oiapoque, sejam na verdade Roux e Braz, respectivamente.

## 2.8. O ANO DE 1924 E A CONJUNTURA INSURRECIONAL

A conjuntura explosiva dos anos de 1920 recebeu a contribuição de demandas anunciadas nos anos anteriores. Muitas das reivindicações suscitadas pelos tenentes em 1922 e 1924 podiam ser encontradas nos reclamos das associações e ligas operárias da década anterior. Parte da repressão sofrida por estas entidades justifica-se justamente porque, em determinado momento, representaram a única via contestatória do poder vigente.

Como vimos, muito do que se instituiu, de forma constitucional ou não, para a defesa do Estado, foi, em alguma medida, também utilizado contra os levantes tenentistas. Os agentes ou “secretas” da polícia haviam adquirido grande parte de sua experiência investigando os operários em sindicatos e comícios. Por isso, não tiveram grandes dificuldades em adaptar o *modus operandi* para a investigação do militar rebelde. Embora as forças federais estivessem em ebulição desde o início da República, cremos que a especialização do aparato policial se deu com base no temor ao radicalismo operário e dos “grupos de desordem”, habitantes da complexa malha urbana, isto é, os pobres e desocupados em geral.

A polícia, como parte integrante de um corpo social mais amplo, nunca se afinou ou, pelo menos, definiu em qualquer de seus atos al-

---

216 **APERJ**. DOPS/GB - Prontuário 17716.

gum compromisso com as causas populares. Como força de repressão, via de regra, permaneceu insensível a qualquer ator social que não o poder Executivo. Tal postura chegaria inclusive a ensejar antagonismos entre o corpo policial e as forças armadas no país.

Assim sendo, o Exército, a Marinha e a Guarda Nacional, em diversas oportunidades, interferiram na atividade policial, promovendo motins, reprimindo ou mesmo exercendo papel de intermediação “em favor de conhecidos ou de pretensos injustiçados, vítimas de arbitrariedade policial”<sup>217</sup>.

De qualquer forma, o prestígio do Exército cresceu, em oposição ao desgaste da polícia, muitas vezes associada ao “mau governo”. Em não poucas oportunidades, determinados contingentes do efetivo do exército ombream com estudantes nas mais variadas manifestações de rua, puseram-se mesmo, já no final do século XIX<sup>218</sup>, como uma alternativa de apoio a determinados segmentos da sociedade<sup>219</sup>.

De forma esclarecedora, nas greves de 1903, o *Correio da Manhã* publicava uma carta de apoio aos operários, com o seguinte teor:

Não tememos as balas assassinas da polícia, pelo contrário, respondemos com dinamite, ou com balas porque creio que não devemos nos abaixar a esta polícia infame e sem critério, porque é assim que o governo da República e o sr. Cardoso de Castro querem.

Não devemos e nem queremos brigar com o Exército e nem com a Armada, que são nossos defensores, mas sim com a polícia assassina e infame. Ou morrer!... Ou morrer!...

Viva a Armada. Viva o Exército e abaixo a polícia<sup>220</sup>.

Durante todo o ano de 1917, e no seguinte, os movimentos grevistas ampliaram em muito a sua expressão urbana, impulsionados por graves problemas como carestia, desemprego, falta de liberdade e pela possibilidade de conquistas semelhantes às alcançadas pelo socia-

217 Marcos Luiz Bretas. *A Guerra das Ruas*, op. cit., p. 55.

218 *Ibidem*, p. 56.

219 Cf. João Quartim de Moraes. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

220 *Correio da Manhã*, 24/8/1903, apud. Bretas. *A Guerra das Ruas*, op. cit., p. 57.

lismo na Rússia. Os jornais operários, ou meramente oposicionistas, colaboraram para explicitar o momento de crise social e não economizaram em imagens carregadas de emoção no intuito de desqualificar o governo.

Lima Barreto,<sup>221</sup> em setembro de 1917, escrevia sobre as iniquidades do sistema brasileiro e identificava o culpado: “O capitalista”. O tema abordado por ele ganhava maior dramaticidade, não fora já a capacidade do escritor, após os acontecimentos de julho, em São Paulo: uma greve de proporções históricas havia abalado a capital e legado, a outros centros urbanos, um exemplo temido pelas classes dirigentes. O Distrito Federal não ficaria alheio ao fenômeno paulista, embora com menor alcance, as greves ali também aconteceram<sup>222</sup>.

O ano seguinte começaria sob pesada vigilância policial, principalmente nos sindicatos e ligas operárias. E, em agosto, uma grande greve dos trabalhadores das “Companhias Cantareira” e “Vião Fluminense” confirmava os piores prognósticos do governo e do patronato. O movimento cresceu e atingiu proporções radicais, o conflito nas ruas colocou em campos opostos grevistas e a polícia estadual<sup>223</sup>. E foi nesse momento que soldados do Exército – 58º Batalhão de Caçadores<sup>224</sup> – passaram a participar da luta ao lado dos trabalhadores:

Na noite de 7 de agosto, o palco parecia preparado para um conflito. Na Rua da Conceição uma grande massa humana, polvilhada de soldados do 58º Batalhão, lançou gritos de “morra” à polícia e aos “governos constituídos”, de “vivas” ao “anarquismo” e ao “internacionalismo”. A carga de espada da cavalaria policial resultou em tiroteio entre a polícia e a multidão. Esgotada a munição, a cavalaria se retirou e tomou-lhe o lugar um contingente de infantaria da polícia estadual, que trocou tiros com soldados do exército. Cerca de doze policiais e um número desconhecido de soldados e populares saíram feridos. Duas pessoas morreram no local:

---

221 Carlos Augusto Addor, *op. cit.*, p. 59.

222 *Ibidem*, p. 120.

223 *Ibidem*, p. 124.

224 *Ibidem*.



Nestor Pereira da Silva, soldado do 58º Batalhão, e José Oliveira do Amaral, civil<sup>225</sup>.

As homenagens póstumas aos “heróis” que “tomaram” em defesa do povo mobilizaram uma boa parte dos operários grevistas<sup>226</sup>. A evolução dos acontecimentos contribuía dessa forma para a sedimentação ainda maior das possíveis alianças entre o povo trabalhador e o Exército. As imagens que vinham da Rússia revolucionária, e a adesão do Exército à causa dos soviets no leste da Europa precipitavam ainda mais fermento no imaginário do operariado organizado. Ânimos mobilizados pela “marcha da história” estimulavam as pretensões de mudanças bruscas na sociedade<sup>227</sup>.

Neste mesmo ano, em novembro, estourou um levante insurrecional no Distrito Federal, com pretensões a *sovietização* através de uma greve geral. A ação, coordenada por militantes da recém-criada União Geral dos Trabalhadores (UGT), sucedânea da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), foi denunciada por infiltração policial. A insurreição fora cuidadosamente planejada, mas, a despeito do apoio dado pelo Exército à greve da “Cantareira” em Niterói, no mesmo ano, neste episódio a força policial pôde contar com as armas do contingente militar federal<sup>228</sup>.

O movimento denunciado malogrou, e seus “artífices” foram presos: José Oiticica<sup>229</sup>, Agripino Nazaré, Álvaro Palmeira, Ricardo Corrêa Perpétua, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Buste. A prisão dos envolvidos, entretanto, evidenciava, pela própria origem dos detidos, o grande equívoco do chefe da polícia, Aurelino Leal, que, auxiliado pelo temor, cultivado de longa data, ao imigrante radical, anunciava, a toda oportunidade, a natureza estrangeira dos distúrbios da ordem social. Para

---

225 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 65.

226 Carlos Augusto Addor, *op. cit.*, p. 124.

227 O jornal *O Debate*, publica, em 2/8/1917, incendiária convocação aos soldados. In: Edgard Carone. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, *op. cit.*, p. 104.

228 Carlos Augusto Addor, *op. cit.*, p. 166.

229 **ACELIP**. Segundo biografia escrita por Ideal Peres, o professor José Oiticica, após sua prisão, foi deportado para o estado de Alagoas.

tanto, é importante observar que dos quatorze indivíduos indiciados, dez eram brasileiros natos, outros três portugueses com longa residência no Brasil, e apenas um, o espanhol Manuel Domingues, se achava no Brasil há menos tempo<sup>230</sup>.

Na chegada aos anos de 1920, foi reforçado o papel de estabilização das forças policiais. Ao policiamento técnico, aqui analisado, acrescesse a sistematização do político-social. Os movimentos protagonizados pelos tenentes imprimiriam, ao já instável processo social, um risco político real. O temor de uma possível aliança entre os setores operários e a massa insatisfeita das casernas parecia cada vez menos absurdo.

Em conformidade com os fatos apresentados anteriormente, podemos verificar que, na repressão aos acontecimentos de 5 de julho de 1922, foi fundamental a ação de homens da polícia militar. E mesmo aos espíões recrutados no próprio Exército, fiéis ao governo, atribuíam-se características de polícia. O fenômeno, embora de relativa recorrência na história, deveu muito à ação do marechal Carneiro da Fontoura, comandante da Região Militar, que, em dezembro de 1921, “começou a construir uma rede de informações, utilizando-se de sargentos do exército como informantes”<sup>231</sup>. Na mesma proporção em que a insatisfação dos tenentes se revelava às ruas e extrapolava as conspirações circunscritas à caserna, o efeito sobre o modelo de policiamento fazia-se sentir.

As prisões, a partir da criação da 4ª Delegacia Auxiliar, feitas por agentes disfarçados, convergiram para a “Polícia Central”, sede do novo órgão policial. Houve então uma certa centralização do papel de polícia política, dadas as prioridades do momento<sup>232</sup>.

A manutenção do estado de sítio, pelo presidente Arthur Bernardes, serviu de alerta à sociedade, e aos setores de oposição em particular, acerca das intenções do novo governante. Como antídoto aos seus maiores receios, que se revelavam pela vigência do ato de exceção, o governo agia com extrema severidade e truculência. À rotina das reivindicações operárias foram adicionadas as expectativas do poder instituído de haver focos de rebelião ou conspirações de incontáveis conexões.

---

230 Carlos Augusto Addor, *op. cit.*, p. 175.

231 Marcos Luiz Bretas, *Polícia e Política no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: Arquivos & História. Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: nº 3, outubro de 1947, p. 29.

232 *Ibidem*, p. 30.

A “histeria” do governo fez com que, meros movimentos paredistas ou simples reuniões, ganhassem reputação e enredos muito além de seus reais objetivos.

## 2.9. A MOBILIZAÇÃO ANARQUISTA EM JULHO DE 1924

Aos anarquistas, já bastante prejudicados pelas leis de 1921, com a imprensa várias vezes empastelada pelas forças policiais, coube buscar alternativas de sobrevivência. Em harmonia com seus princípios internacionalistas, utilizaram sistematicamente os periódicos estrangeiros afinados com a causa libertária. Fizeram chegar, à Argentina, ao Uruguai, e mesmo à Europa, informações que no Brasil estavam impedidas de circular. Periódicos como *A Batalha*<sup>233</sup>, em Lisboa, publicaram informes diários sobre o movimento revolucionário no Brasil para um público perplexo com o caminhar dos acontecimentos. O jornal lisboeta mantinha intensa relação com os grupos organizados na antiga colônia. Dessa forma, os anarquistas brasileiros, em muitos comícios e atividades de rua no Brasil, distribuíam os periódicos portugueses *A Batalha* e *A Communa*, do Porto<sup>234</sup>. Com o fim da *Voz do Trabalhador*, em 1915, principalmente o Rio de Janeiro, carecia de boletins periódicos mais estreitamente ligados ao sindicalismo revolucionário.

Embora, nos anos 20, os sindicalistas anarquistas em Portugal e Espanha sofressem todo tipo de represálias das autoridades, tendo o jornal *A Batalha* sido muitas vezes recolhido ou impedido de circular<sup>235</sup>, as condições, ainda assim, eram melhores que as do Brasil.

Os operários portugueses, juntamente com as notícias sobre a situação brasileira, denunciavam em *A Batalha* as suas dificuldades. Segundo o jornal, até mesmo o porte pago aos correios comprometia a débil saúde financeira do órgão da CGT portuguesa. Em matéria-de-

---

233 Órgão da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em Portugal.

234 Ver para o entendimento de tal relação: Alexandre Samis. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. São Paulo: Intermezzo, 2018.

235 BVO. *A Batalha*, 28/5/1924.

núncia, de 18 de janeiro de 1924, *A Batalha* estampava o seguinte título: “As Taxas Postais – NO ISOLAMENTO!”<sup>236</sup> e comparava os preços das postagens entre Brasil e Espanha, que seriam duas vezes menores, afirmando: “A expansão das relações e das ideias que se faz por intermédio de jornais, entre os dois países fica assim reduzida senão abolida totalmente”<sup>237</sup>. A revolta maior, segundo o conteúdo do artigo, seria devido ao aumento do custo do envio de jornais, particularmente<sup>238</sup>.

Durante todo o primeiro semestre de 1924, *A Batalha* anunciou deportações feitas para as colônias portuguesas e notícias da repressão de operários na Espanha. E, em 22 de julho, começavam a aparecer algumas informações sobre a “Revolução Brasileira”. Em um tom bastante simpático ao movimento, as notas, com base nas informações de algumas agências das principais capitais do mundo ocidental, expunham:

Buenos Aires, 21 – Não se sabe nada acerca da situação brasileira. Apenas chega aqui o boletim oficial das operações. A censura não deixa passar qualquer notícia particular. Os navios que chegam aos portos brasileiros são impedidos de estabelecerem contatos com a terra de forma que é impossível receber qualquer informação.

No mesmo dia, sob o título:

A situação dos Revoltosos: Washington, 21 – Notícias recebidas de Santos dizem que desembarcaram nessa cidade 4 mil soldados federais vindos do Rio Grande do Sul e de outros Estados do Sul, acompanhados de artilharia ligeira, e que a situação dos revoltosos está cada vez mais difícil.

De Nova Iorque, chegava, através de Berlim, o informe de que os rebeldes contavam com um efetivo de 20 mil homens, além das denúncias sobre as censuras do governo<sup>239</sup>. Em 24 de julho apareciam as primeiras notícias do Rio de Janeiro, sobre o ataque das tropas federais aos

---

236 **BVO**. *A Batalha*, 31/1/1924.

237 **BVO**. *A Batalha*, 18/1/1924.

238 **BVO**. *A Batalha*, 18/1/1924.

239 É relevante dizer que muitos políticos conservadores, em Portugal, estavam ocupando lugares de chefia em postos burocráticos do Estado. Os correios encontravam-se entre as empresas tuteladas pelo governo. **BVO**. *A Batalha*, 14/1/1924.

revolucionários que possuíam apenas 16 mil homens em suas fileiras<sup>240</sup>. O artigo se referia à utilização de um avião no ataque a São Paulo e à prisão de alguns rebeldes.

Por todo o mês de julho, as notícias seguem quase que diariamente, com narrativas e testemunhos de passageiros e oficiais de navios estrangeiros que passavam pelo porto de Santos. Neles aparecem os detalhes do drama da população civil que abandonava a cidade. Em um comunicado de Nova Iorque<sup>241</sup>, comparava-se a dimensão da revolta à de 1893, de caráter “monárquico”.

O debate promovido por *A Batalha* ampliava-se para o campo das medidas tomadas à sombra do estado de sítio, como a prisão do “Dr. Edmundo Bittencourt”, proprietário do *Correio da Manhã*; do diretor do jornal *Vanguarda*<sup>242</sup> e a formação de colunas rebeldes que estariam cortando o país<sup>243</sup>.

Em outro artigo de 22 de agosto, o periódico lisboeta definia em suas colunas com objetividade a questão da “Revolução”<sup>244</sup>. Nele, o responsável pela redação defendia uma tese bastante popular à época: a de que o governo aproveitava a “sedição militar” em São Paulo, para pôr sob custódia antigos inimigos e desafetos do presidente Bernardes. Dessa forma, além de deslocar o efeito e a importância do levante militar, o teor argumentativo procurava evidenciar o caráter autoritário daquele governo, sugerindo continuidade ao período anterior de Epitácio Pessoa. A notícia denunciava, através de uma lista de nomes, as deportações e muitas outras arbitrariedades. (Anexo 6).

É bem possível que o artigo de 22 de agosto tenha sido da lavra do jornalista Marques da Costa, ou baseado em seus depoimentos. Pois foi o primeiro a fazer uma exposição precisa sobre o episódio, sem, no entanto, indicar as agências estrangeiras que forneceram as informações, como era usual.

A coluna de primeira página sob o título, “As Perseguições no Brasil”, em 24 de agosto, não deixava dúvidas sobre a interferência de Marques da Costa. O conteúdo, bastante severo com o governo brasileiro,

---

240 BVO. *A Batalha*, 23/7/1924.

241 BVO. *A Batalha*, 23/7/1924.

242 BVO. *A Batalha*, 27/7/1924.

243 BVO. *A Batalha*, 27/7/1924.

244 BVO. *A Batalha*, 27/7/1924.

comentava a violência das medidas governamentais, articulando a análise com outros acontecimentos na Europa, onde sofriam perseguições os operários. O texto não poupa de acusações os governos do Brasil e de Portugal, cobrando dos representantes diplomáticos portugueses atitude mais enérgica contra as ações discricionárias do governo brasileiro contra portugueses<sup>245</sup>.

No dia 19 de setembro de 1924, assinava então Marques da Costa, em *A Batalha*, o artigo intitulado “Da Revolução de São Paulo” e afirmava que, tendo estado no Brasil por “14 anos de trabalho produtivo” foi deportado, em companhia de outros portugueses, por ser identificado como “indesejável”. Acrescentando informações muito favoráveis ao movimento de 5 de julho de 1924, aprofundava as críticas em relação às liberdades suspensas no Brasil<sup>246</sup>. Misturados ao juízo que fazia Marques da Costa do governo brasileiro, podemos encontrar valiosos relatos sobre os fatos cotidianos: as revoltas no Paraná, Rio Grande do Sul e notícias dos insurretos do “Couraçado São Paulo”<sup>247</sup>.

A chegada a Portugal de deportados do Brasil confirmava o quadro reiteradas vezes denunciado ao público leitor pelo diário da CGT. Insistia o articulista na tese de que a revolta em São Paulo servira de desculpa para um número crescente de ilegalidades, evidenciadas no desembarque de “A. Vaz, com sua mulher e filho de meses, Elísio do Nascimento, Antônio F. Leite e Alexandrino Coutinho, os quais estiveram nesta redação e apresentaram-nos saudações”<sup>248</sup>. As mazelas da República brasileira ficavam assim evidentes, tanto mais porque estavam agora atingindo cidadãos portugueses. O que na verdade era um problema em comum, enfrentado naquela conjuntura pelo operariado de ambos os países, uma vez que medidas como o *habeas corpus* eram desrespeitados<sup>249</sup> pelos dois governos, bem como ambos lançavam mão comumente de deportações.

---

245 BVO. *A Batalha*, 31/7/1924.

246 BVO. *A Batalha*, 22/8/1924.

247 BVO. *A Batalha*, 22/8/1924.

248 BVO. *A Batalha*, 22/8/1924.

249 BVO. *A Batalha*, 6/11/1924.

Com base em um boletim da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.)<sup>250</sup>, *A Batalha* publicou a lista de deportados do Brasil:

Marques da Costa (português), Antônio Vaz (português), Vicente Llorca (uruguaio), Manuel A. Pereira (português), Salomão Bussin [Bunin] (russo), Elisio Nascimento, Joaquim Rodrigues (português), Giovanni Manzini (italiano), Fernando Leite (português)<sup>251</sup>.

Em 16 de dezembro, foi publicada a matéria sob o extenso título: “O Brasil em foco – A reação impera em todo o país. Bernardes, Arco-verde, e o seu famigerado coadjutor puseram a ferros a liberdade de pensamento”. Assinava o autor, provavelmente um brasileiro, cautelosamente com a letra “C”:

No Brasil, hoje, não se pode pensar livremente, não se pode escrever nada que seja contrário à política do presidente.

O telégrafo está sob jurisdição dos censores oficiais. A Europa desconhece o que está passando aqui. E não é só a Europa é também a América do Sul. Os nossos próprios vizinhos do Uruguai e da Argentina viveriam na mais absoluta ignorância do estado atual do Brasil, se não apelassem para meios extremos...

Assim, *La Prensa*, de Buenos Aires, um dos mais importantes jornais do mundo, mandou a Iguazu, no Rio Grande do Sul, o seu redator Remígio Trula, na missão – segundo aquele jornal – nobre e árdua de restabelecer a verdade pelo governo do Brasil, seus embaixadores, ministros e cônsules. É lógico que a imprensa assalariada de Arthur Bernardes erguesse os seus mais vivos protestos contra o grande jornal argentino.

Não faltaram denúncias de violências cometidas nos presídios de Fernando de Noronha, Trindade e de assassinatos dos desafetos do regime.

250 A AIT foi reabilitada pelos anarquistas em 1922, em Berlim. Tinha como propósito imprimir maior dinâmica aos grupos e sindicatos libertários em todo o mundo. Utilizava-se da imagem da I Internacional, de 1864, para guardar a diferença frente às propostas bolchevista e social-democrata.

251 BVO. *A Batalha*, 18/12/1924.

A “Revolução no Brasil” seguia sendo noticiada e, no início de janeiro de 1925, o “correspondente C” fazia publicar outra de suas cartas, na qual, mais uma vez, as tropas de Dias Lopes protagonizavam a cena. Entre elogios ao exército revolucionário e referências à insurreição anarquista de 1918, o articulista acrescentava denúncias de “camaradas” presos e do perfil psicológico de Bernardes que, como afirmava, “entregava-se ao trágico prazer da vingança” contra os revolucionários<sup>252</sup>. Não seria essa a última comunicação do incógnito missivista, ele escreveria outros extensos artigos com detalhadas referências aos planos rebeldes, segundo ele, “avançados, mas não o suficiente”<sup>253</sup>.

Com um eloquente apelo às massas organizadas, o grupo de afinidades “Os Emancipados”, do Brasil, responsável pelo jornal *Revolução Social*, publicou em *A Batalha*<sup>254</sup> um artigo com numerosas informações sobre a repressão aos anarquistas José Oiticica, Domingos Passos e Pedro Carneiro. O objetivo da mensagem parecia, além de denunciar as ilegalidades, marcar a posição dos membros do grupo em relação aos levantes militares no país. Afirmavam assim que era impossível encontrar anarquistas nas fileiras dos sediciosos, já que os libertários eram contrários a qualquer governo. Essa argumentação confluía para um já caudaloso manancial de argumentos e opiniões de grupos e indivíduos anarquistas sobre o período (Anexo 7).

As notícias do Brasil passaram, a partir de abril, a perder espaço no órgão da CGT portuguesa e foram substituídas por temas locais. As deportações, a prisão de operários e a censura das notícias em Portugal tornaram-se prioridade. Em junho de 1925, *A Batalha* foi mais uma vez apreendida e seus redatores detidos pela polícia<sup>255</sup>. Daí por diante, a luta dos sindicalistas ligados ao periódico passou a priorizar a sua sobrevivência.

No Brasil, ainda no calor da batalha do movimento sedicioso, *A Plebe* lançou um de seus últimos números, naquele ano de 1924. Ao tecer considerações sobre os acontecimentos, a redação do periódico libertário optou, como em muitos outros momentos, pela escrupulosa ética anarquista:

---

252 BVO. *A Batalha*, 6/1/1925.

253 BVO. *A Batalha*, 9/1/1925.

254 BVO. *A Batalha*, 13/1/1925.

255 BVO. *A Batalha*, 5/6/1925.



É verdade que esse movimento revolucionário é uma obra levada a efeito pelo povo. Todavia, embora dirigida e alimentada por oficiais do exército, a causa principal do seu triunfo é devida, sem desconhecer os serviços da oficialidade, aos soldados que a secundaram, soldados estes que representam uma partícula desse todo que se chama – POVO<sup>256</sup>.

Evidenciava-se, mais uma vez, a esperança dos sindicalistas na união de esforços entre a população e os soldados. A esperança de se realizar aqui a promessa dos soviets ainda povoava o imaginário dos militantes. Embora apartados da via bolchevista da Revolução Russa, muitos se mantinham fiéis às iniciativas federalistas, das quais fazia parte o projeto original dos “conselhos” ou soviets. Parecia-lhes, ao menos naquele momento, existir uma oportunidade para materializar alguns princípios. E, para tanto, insistiam:

Portanto, o movimento, mesmo com as características que apresenta, é uma obra do povo, pois este é quem mais sofre a pressão do Estado, o descaso de seus administradores, a exploração dos poderosos e os horrores da mais extrema miséria, em consequência dos mínguaos salários que mal chegam para satisfazer as suas necessidades mais imperiosas, dada a exorbitância dos preços que chegaram os gêneros, inclusive o vestuário e a habitação<sup>257</sup>.

Chegaram mesmo, para o juízo dos leitores, a publicar um trecho do “Manifesto Revolucionário” elaborado pelo comando central dos rebeldes<sup>258</sup>.

Após justificar o assalto aos armazéns, “como uma evidente comprovação de que a fome imperava nos lares da grande maioria que participou dos saques”<sup>259</sup>, *A Plebe* na coluna intitulada “A Nossa Opinião” esclarecia em consonância com os princípios da “consciência e da moral” as simpatias por todo o movimento de “emancipação humana”<sup>260</sup>.

---

256 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

257 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

258 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

259 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

260 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

Essa revolução que reconhecidamente não era sua, mas que incluía reivindicações, ulteriormente defendidas nas greves e movimentos parciais em geral, prestava-se a uma flexibilização dos posicionamentos mais tradicionais. Entretanto, submetiam a sua “adesão” ao conjunto patrimonial da memória libertária, ao ponderarem em “Dúvidas Justificáveis”:

Não sabemos nem podemos afirmar que os revolucionários vejam, amanhã postos em prática pelos homens a quem esperam confiar os destinos do Brasil, verificar o respeito a tudo quanto prometem, na linguagem de seus Manifestos, ao povo; pois em todos os movimentos de caráter político como o que ora se desenrola nesta capital, sempre tem apresentado o contrário: aqueles que prometem melhorias, direitos, liberdades, justiça ao povo, no dia seguinte, quando senhores do poder, apresentam, na prática, um programa inteiramente diferente daquele que, de véspera, ofereceram aos olhos desse mesmo povo que os levou ao poder<sup>261</sup>.

O jornal fazia passar um otimismo parcimonioso em relação à possível vitória dos revolucionários, principalmente no que envolvia o desempenho do futuro governo. Com isso demarcava-se o limite do apoio às forças revolucionárias e, também, recolhia-se a bandeira do “utopismo abstrato” em contrapartida às experiências concretas acumuladas pelos anarquistas.

No mesmo número, *A Plebe* publica a moção dirigida ao comando revolucionário e ao povo, subscrita por 28 operários, na qual eram apresentados alguns “alvitre”:

- 1º – A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela de gêneros de primeira necessidade, inclusive vestuário e habitação;
- 2º – A fixação também de uma tabela de preços máximos para os gêneros de 1ª necessidade, vestuário e habitação, em equilíbrio com a tabela a que se refere o período acima;
- 3º – O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;

---

261 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

4º – A liberdade de imprensa operária e a manifestação de pensamento em praça pública, bem como a revogação da lei de expulsão da parte em que se refere às questões político-sociais;

5º – O direito de fundar escolas de instrução e educação, cingidas aos métodos que lhe pareçam mais práticos e venham no encontro das suas aspirações de liberdade e justiça;

6º – Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho<sup>262</sup>.

Alguns dos que assinaram a moção foram presos e deportados, outros ainda acabaram na Clevelândia.

O periódico *A Comuna*, do Porto, através de uma carta de José Lima Bessa, militante da “União de Artes e Ofícios de Santos”, descrevia a destruição dessa associação pela polícia, no dia 24 de julho de 1924. Preso, foi transferido para São Paulo no dia 2 de agosto. Após inúmeras privações na cadeia, junto com soldados e outros operários, acabaria por retornar a Santos. Nessa cidade, encontrou a organização operária destruída e “a família libertária na mais completa das *desordens*”. Afirmava: “A reação é feroz! Apenas subsistem as associações amarelas, as que são inofensivas à ordem burguesa-estatal! Pudera! Estas chegam a enviar mensagens de solidariedade ao Governo!”<sup>263</sup> Sobre a essência da revolução ele opinava: “E, entretanto, a Revolução que, se bem que não seja de caráter social, é feita, todavia, com intuito de trazer várias reformas e melhorias para o país segue o seu curso”<sup>264</sup>.

A redação do *A Comuna* concluía refutando jocosamente a política oficial dos consulados brasileiros.

Pelo que fica exposto, se verifica, claramente, que a embaixada e os consulados brasileiros não têm falado a verdade acerca da tranquilidade carioca, da paz que reina em Varsóvia... do presidencialismo e federalismo do Rei Bernardes... Registre-se...<sup>265</sup>

262 AEL. *A Plebe*, 25/7/1924.

263 EPQ. *A Comuna*, 7/12/1924.

264 EPQ. *A Comuna*, 7/12/1924.

265 EPQ. *A Comuna*, 7/12/1924.

E, no ano seguinte, escrevia no jornal português E. Viana, do Brasil, o seguinte:

A situação política do país é um verdadeiro caos; estamos com o extremo sul, leste de São Paulo, completamente conflagrados pelas operações dos exércitos do Marechal Isidoro Dias Lopes (revolucionários) e do General Rondon, comandante das forças “legalistas”. Já tenho lido em *A Batalha*, de Lisboa, algumas notícias a respeito da revolução no Sul do Brasil, mas afiguram-se-me muito incompletas, para poderem explicar todo o alcance e as intenções da revolução<sup>266</sup>.

Acrescentava, E. Viana, em uma crítica ao processo revolucionário, talvez a mais severa:

Que a origem da revolução foi devido às concorrências políticas, ninguém poderá obscurecer; que ela contém que podemos subscrever, também é uma coisa incontestável; mas não nos enganemos quanto aos seus fins – reformas, que não sairão desse círculo vicioso – propriedade privada, salariato, burocracia; enfim, o Estado procurando vestir-se com uma roupa de última moda, vindo da Europa, para lhes dar um aspecto mais moderno<sup>267</sup>.

E. Viana ainda discorreria sobre *A Plebe*, que “deixava de circular”, e a condição de perseguidos na qual se encontravam muitos anarquistas, inclusive Rodolfo Filipe, diretor do referido órgão.

A importância dos jornais portugueses naquela conjuntura era incontestável. *A Comuna* ao publicar uma carta de Fortaleza, Ceará, de abril de 1925, revelava que o missivista fazia pagamento de uma “cota-parte”, para o auxílio da gráfica do periódico luso<sup>268</sup>. Com a censura em plena vigência no Brasil os jornais portugueses, em particular a imprensa sindical, ainda com relativa autonomia, até fins de 1925, apresentavam-se como alternativa importante para a circulação da opinião dos anarquistas e sindicalistas brasileiros privados de seus principais veículos de informação.

---

266 EPQ. *A Comuna*, 7/12/1924.

267 EPQ. *A Comuna*, 21/6/1925.

268 EPQ. *A Comuna*, 21/6/1925.

## 2.10. A POLÍCIA E O GOVERNO

Durante o governo de Arthur Bernardes, a polícia atravessou algumas crises. A substituição do chefe de polícia, mal. Carneiro da Fontoura, em abril de 1926<sup>269</sup>, pelo promotor público Carlos da Silva Costa ecoou no meio policial de forma a produzir algumas pequenas transformações. Silva Costa indicou para a 4ª Delegacia Auxiliar, o oficial da polícia militar, tenente coronel Bandeira de Melo, que criticava a união das investigações políticas às criminais.

À queda de Carneiro de Fontoura somaram-se alguns efeitos significativos. A desconfiança do governo, em seus múltiplos desdobramentos, era acrescida da necessidade de investigar o antigo chefe de polícia. Em um documento intitulado “Providências a serem tomadas com urgência”, encontramos alguns indícios do comportamento de acentuada precaução da polícia. A simples visita do 4º delegado auxiliar, Francisco Chagas, ao marechal Fontoura, “pessoa que não era mais grata ao Governo”, já suscitava cautela em relação ao procedimento do delegado<sup>270</sup>. A referida informação enviada para o conhecimento do presidente Bernardes, com a recomendação “Reservadíssimo”, seria, ao que tudo indica, de alguém muito íntimo e de confiança. Assim ele complementava o informe:

Arthurzinho<sup>271</sup> – Isto que relato acima é só para conhecimento do presidente; quem deu com o Chagas entrando na rua onde mora o Marechal fui eu; ele sem ter naturalmente pretexto para se desculpar, declarou-me: vou procurar o Marechal, achei absurdo!... Porque mesmo que ele fosse tratar de serviço, não será tão *ingênuo* que o Marechal lhe vá contar os planos que tem, não achas.

269 Marcos Luiz Bretas. *Polícia e Política no Rio de Janeiro dos Anos 1920*, op. cit., p. 33.

270 AEL. MR 6. Foto 885.

271 Ao que tudo indica o documento passou primeiro pelo filho de Bernardes, Arthur Bernardes Filho, o “Arthurzinho”, que foi nomeado secretário particular do presidente, em 1924. Beloch, I. Abreu, A. Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas – Cpdoc, 1984.

Portanto, precisa cuidado, porque ele lembra-se que se encontrou comigo, e talvez vá prejudicar todo o serviço que estou fazendo; era desnecessário chamar a tua atenção, porque és bastante criterioso<sup>272</sup>.

Tudo indica que o documento tenha sido escrito em 1926, logo após a exoneração do chefe de polícia<sup>273</sup>. Percebe-se a preocupação dos que faziam tal serviço, em buscar nos indivíduos que serviam ao governo a sujeição total ao presidente. Como um todo, o registro está permeado por um clima de paranoia e desconfiança de tudo e de todos.

No que diz respeito às censuras telefônicas, foram fiscalizados os seguintes locais e pessoas: “5º Batalhão de Infantaria de Polícia Militar”; Dr. Maurício de Medeiros<sup>274</sup>; 4ª Delegacia Auxiliar<sup>275</sup>; o telefone particular de Francisco Chagas<sup>276</sup>, e do coronel do Exército Oscar Gualberto Dias de Moura. Documentos dessa natureza revelam o desgaste em que se encontrava o governo em seu ocaso. Não é improvável que o estado de exceção no qual o executivo mergulhou o país tenha contribuído para a corrupção da polícia, e da 4ª Delegacia Auxiliar em particular. Uma confusão licenciosa parecia então ter tomado o *bureau* da polícia política e social, realidade que permitiu ao último 4º delegado auxiliar da gestão de Bernardes, Bandeira de Melo, considerar as necessidades de mudança e formar juízo sobre os descaminhos do órgão.

A despeito de todo o discurso de manutenção da ordem, em meio aos acontecimentos de 1924, e seus reflexos durante todo o governo, a gestão do marechal Fontoura foi pontuada por medidas duvidosas. A transferência das “vênus mercenárias”, como eram vulgarmente conhecidas as prostitutas<sup>277</sup>, para o “9º Distrito ou para o Mangue”, tinha

---

272 *Ibidem*.

273 Embora sem data, o conteúdo do documento permite uma estimativa de sua produção.

274 Segundo o informante, “indicado para chefiar grupos do pessoal João Turco”. João Turco seria um banqueiro do jogo do bicho, bastante envolvido com as autoridades policiais.

275 Lugar no qual o agente “Fredegar” mantinha conversações com João Turco e Guimarães das linhas, este último, provavelmente, um outro elemento da contravenção.

276 O 4º delegado auxiliar.

277 **BN**. *A Manhã*, 5/3/1927.

como objetivo final esconder a exploração das mulheres pelos policiais. Uma denúncia que viria a público somente em 1927.

Ao que tudo indica, o período revolucionário e a perseguição aos indesejáveis engrossaram a cortina de fumaça que ocultava os ilícitos da intendência da polícia no Distrito Federal. A perseguição agressiva e consequente repressão aos “inimigos da ordem” teria colaborado para facultar algumas “imunidades” aos agentes da repressão. Um fato que estabilizou e estabeleceu certos vínculos do mundo policial, ou parte dele, com a corrupção.

Em muitos aspectos, os modelos policiais sucedâneos ao aqui abordado utilizariam, para manter as relações paralelas com seus ilícitos, a ideia do perigo iminente, externo à sociedade, contra o qual só a confiança desmedida e incondicional na ordem policial poderia resultar.

Ainda no âmbito da legitimação do papel da repressão, Paulo Sérgio Pinheiro observa que após o pânico suscitado pela rebelião militar de 1924<sup>278</sup>, os mecanismos de repressão política aumentaram. A polícia do Distrito Federal organizou duas inspetorias, a “Seção de Ordem Social” e a “Seção de Segurança Pública”. Entretanto, um fato curioso desperta a atenção para os registros desse aparelho de controle político que se organiza: em seus relatórios, a menção ao comunismo quase inexistente, ao contrário do que acontece com o anarquismo. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro,

nessa concepção profilática é intrigante a ausência da referência ao comunismo. Essa percepção policial poderia mostrar que a intervenção dos comunistas ainda era limitada ou que a repressão pouco distinguia entre anarquistas e comunistas<sup>279</sup>.

A análise de tal fenômeno sofre significativa alteração quando verificamos que, a partir de 1926, em determinados processos envolvendo anarquistas, esses serão identificados como comunistas<sup>280</sup>. Seja como

278 Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias de Ilusão*, op. cit., p. 110.

279 *Ibidem*.

280 As fichas policiais de Everardo Dias e Domingos Passos apresentaram, em seus qualificativos de subversão, registros diferentes de seus credos políticos. Em 1923, Everardo, já afastado dos meios libertários, recebia o distintivo de “anarquista” (AAB. MR 6). E, Domingos Passos, visceral oponente dos “bolchevistas”, recebia em seu prontuário, de 1927, o epíteto de “comunista”. (APERJ. Prontuário 15881).

for, a manutenção da estabilidade, na conjuntura em que atuavam os órgãos de repressão, necessitou menos da definição do papel individual de cada ideologia política do que buscou forjar uma ação abrangente, que eliminasse as sedições como um todo<sup>281</sup>.

Embora os agentes da desordem fossem conhecidos, anarquistas e comunistas, e suas respectivas atividades no seio da classe trabalhadora fossem esquadrihadas pelos policiais da 4ª Delegacia Auxiliar, a percepção das nuances entre um e outro ativismo não era suficiente para justificar análises mais profundas. Muito provavelmente, era o protagonismo nas lutas sociais e a periculosidade imediata dos grupos que definia a prioridade de combate por parte dos órgãos de repressão. Tal pragmatismo da polícia pode ser utilizado como base para se explicar o aparente descaso, no que se refere à atribuição dos qualificativos, ao serem identificados anarquistas e comunistas.

Dessa forma, o tenente-coronel Carlos da Silva Reis, 4º delegado auxiliar, colocado a serviço do Ministério da Justiça, desde o período de Afonso Penna Jr., foi enviado a Berna, para investigar o avanço das forças comunistas no continente.

Nas páginas de seu relatório ele escrevia:

O Sr. Ministro Raul do Rio Branco, representante do Brasil junto ao Governo da Suíça, em sucessivos ofícios, desde 17 março de 1924 até 31 de dezembro de 1925, comunicou ao Sr. Ministro do Exterior tudo quanto lhe chegava ao conhecimento, relativamente à propaganda do comunismo no Universo.

A esses ofícios juntou alguns folhetos, diversas comunicações que obteve bem como retalhos de jornais de outros países, tudo relativo à doutrina revolucionária e à sua grande difusão<sup>282</sup>.

O documento, escrito com a retórica do patriotismo e o costumeiro vernáculo da hierarquia burocrática, revela que a escolha de Carlos

---

281 Entretanto, no que se refere ao movimento operário, iniciava-se, em paralelo, uma classificação das facções em atividade. Essa fase resultava da percepção crescente, mas ainda minoritária, da importância política de ser entender, com maior clareza, as diferentes estratégias revolucionárias.

282 **AHI**. Ref. 204-1-01(1925/1926).



da Silva Reis, para a “empresa de tal valor”, teria se dado após os apelos de embaixadores no exterior. Os oficiais de chancelaria temiam a influência da “Rússia dos Sovietes” nos “fatos revolucionários de que foi teatro o Brasil em 1922-1924”<sup>283</sup>.

O presidente Arthur Bernardes teria escolhido pessoalmente o delegado, e este, após partir do Brasil, em 26 de março de 1926, “sob sigilo”, no pacote alemão *Sierra Ventana*, desembarcou, algum tempo depois, na França. Correu vários países, tendo sido recepcionado pelos prepostos brasileiros dos lugares onde esteve<sup>284</sup>. Por onde passou, recolheu informações sobre as atividades dos “partidários dos soviets”, terminando sua investigação em Paris, “centro de ação da propaganda comunista universal”.

Sobre o seu propósito e missão, Carlos da Silva Reis diria que:

Com o amparo dos supracitados diplomatas, entrei, pois, em ação direta com as polícias da Suíça, Alemanha e França, nas quais muito pouco ou mesmo nada me foi dado anotar sobre os assuntos que interessam de perto a ordem interna do Brasil no ponto de vista que me levou ao Velho Continente<sup>285</sup>.

No final de seu relatório, datado de 16 de outubro de 1926, Carlos da Silva Reis, exarando sua preocupação com o movimento comunista internacional, afirmava:

Termino aqui as notas durante o desempenho da missão com que fui honrado pelos meus superiores hierárquicos. Para completá-las, junto breves informações da Ação Comunista em 46 países pelas quais se verá que a maldita doutrina progride aproveitando-se do momento de mal-estar que domina o universo. Pelas circunstâncias aludidas neste modesto trabalho, julgo dever de todo o brasileiro empregar até o sacrifício para afastar do nosso país o malefício desta doutrina destruidora. Nada de dúvidas: o problema operário, de difícil solução nos países tradicionalmente or-

---

283 **AHI**. Ref. 204-1-01(1925/1926).

284 Suíça, Alemanha e França.

285 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

ganizados da Velha Europa, constitui sério problema para os nossos governantes. Para ele, pois, convirjam todas as atenções e cuidados<sup>286</sup>.

Por todo o corpo do relatório, o sentido didático se faz notar sem dificuldades. O funcionário discorreu sobre os objetivos do Komintern no “Universo”, o papel da “Tschéka”<sup>287</sup>, assim como as perseguições, deportações e fuzilamentos ocorridos na Rússia revolucionária<sup>288</sup>. As atividades da polícia política comunista, segundo Reis, eram comparáveis à “Santa Inquisição de Felipe II”, ironicamente a mesma imagem utilizada pela imprensa brasileira, após o estado de sítio, ao se referir aos atos da polícia do governo ao qual Carlos Reis apresentava o seu relatório.

O agente policial, ao sugerir possíveis modelos de resistência à vaga comunista, demonstrava a preferência, com algumas restrições, pela via autoritária:

No Velho Continente, a Tschéka causa mesmo um vago terror supersticioso chamam-na o olho de Moscou que tem o dom dos prodígios do raio x. A Tschéka e o Komintern aflagam a ideia da bolchevização do mundo para breves tempos. Dois países, a Itália e a Espanha reagiram com relativo êxito contra a invasão do comunismo sobre o pulso de ferro de dois homens surgidos num momento crítico, entretanto ninguém que ausculte o latejar dos movimentos subterrâneos nesses países poderá afirmar que não existe neles ocultos pelas cinzas da ditadura a chama da pira comunista aguardando apenas o momento propício à violenta erupção<sup>289</sup>.

Para ele, a razão de encontrar-se a Europa nas “garras” do comunismo poderia ser explicada por uma grande crise e uma “insânia que as-

---

286 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

287 A Tcheca substituiu a antiga polícia política do Czar: Ocrana, muito temida e de péssima memória para os dissidentes do regime anterior.

288 O aparente tom de denúncia não combinava com os feitos recentes de Carlos da Silva Reis, na 4ª Delegacia Auxiliar. Que, de tudo, não diferiam dos métodos criticados pelo agente da polícia carioca.

289 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

sombrova o mundo”. A bolchevização era o “aniquilamento” da moral, raça e tradição dos povos civilizados<sup>290</sup>.

O texto, fortemente influenciado pelo vocabulário policial, facilita a percepção, através das afirmativas e digressões sobre o tema, da percepção que os agentes tinham sobre o bolchevismo. Para Carlos Reis, as ideias de “antigos socialistas partidários do anarquismo”, identificados alguns, no movimento operário, e outros, de maior popularidade fora deste, ampliara-se bastante após a Revolução Russa. Os nomes de José Oiticica, Evaristo de Moraes, Astrojildo Pereira e Maurício de Lacerda aparecem relacionados como membros do mesmo credo político. A ação de todos estaria genericamente inserida no conjunto das ideias e propaganda maximalista.

Para Reis, a insurreição de novembro de 1918, da qual havia participado Oiticica e o “Caso dos Sargentos”, em que esteve envolvido Maurício de Lacerda, faziam parte de um mesmo fenômeno: o maximalismo. Assim ele adverte:

Iniciada em julho de 1919, no governo de Eptácio a mania maximalista se manteve no mesmo passo, com idênticos elementos de atividade ainda crentes nas antigas e novas descendências. Os tempos, porém, mudaram. O novo governo, atacando-os de frente, obteve do Congresso Nacional uma lei de repressão ao anarquismo e doutrinas subversivas e, armado desse poder de polícia iniciou rigorosa campanha contra os agitadores que na sua intenção de atemorizá-lo, lançaram sobre diversos pontos da cidade em dias alternados diversas bombas<sup>291</sup> de dinamite<sup>292</sup>.

Ainda segundo sua opinião, as medidas de repressão e prevenção teriam provocado a retração do movimento operário de caráter político. Passando então os operários comunistas a cuidar dos interesses internos

---

290 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

291 Segundo denúncia da imprensa era o próprio major Reis que, quando ainda em seu cargo de 4º delegado auxiliar, “plantava” bombas pela cidade ou produzia falsos artefatos explosivos, recheados de algodão, estopa e rebotalho de tecido. **BN**. *A Manhã*, 04/11/1927.

292 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

das respectivas associações<sup>293</sup>. Até mesmo a ausência do operariado no movimento de 1922 foi considerada um dos benefícios colhidos pela pronta reação da polícia e governo nos anos anteriores.

No que dizia respeito aos acontecimentos de 1924, após elogios ao presidente e à criação da 4ª Delegacia Auxiliar, ele justificava a prisão de “comunistas”:

Mauricio de Lacerda e José de Oiticica, chefes consagrados por graves acontecimentos anteriores foram dos primeiros a ingressar na prisão. As associações de classe, as sabidamente comunistas tiveram cerradas as suas portas nas sedes respectivas, permitindo apenas o funcionamento das seções de beneficência das mesmas para os sócios necessitados e respectivas famílias. A famigerada associação dos Empregados da Construção Civil, ninho de comunistas exaltados teve igualmente nas condições acima, fechadas as suas portas. Vários comunistas militantes reconhecidamente aliados aos conspiradores foram também recolhidos à prisão logrando parte deles evitá-la pela evasão para lugares desconhecidos. Impertinentes daí mesmo os foragidos pregavam a revolução em folhetos de leitura sediciosa que eram secretamente distribuídos. Os mentores desta propaganda, soube-se depois, eram entre outros os comunistas irmãos Mota Lima<sup>294</sup>.

No conjunto de medidas mencionou alguns “afastamentos” para o norte, nos quais “diversos fanáticos comunistas<sup>295</sup>, entre os quais o célebre agitador brasileiro Domingos Passos<sup>296</sup>, haviam sido incluídos.

Acompanhando a tendência de seu tempo e dos contatos estabelecidos no exterior, reitera a necessidade de coordenação através de convênios internacionais, principalmente o *Bureau International*

---

293 Não deixa de referir-se também à importância dos congressos policiais, como o que aconteceu na Argentina em 1920.

294 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

295 Os nomes de José Oiticica e Domingos Passos, dentro de uma análise mais criteriosa, jamais poderiam estar associados ao comunismo.

296 **AHI**. Ref. 204-1-01 (1925/1926).

*Contre la Troisième Internationale*, entidade anticomunista, dirigida pelo advogado conhecido como “Monsieur Albert”. Para Carlos da Silva Reis, muitos dos imigrantes radicais que chegaram ao Brasil nos últimos anos teriam seus vistos negados caso o país houvesse aderido ao convênio<sup>297</sup>, solução reivindicada por alguns embaixadores brasileiros no exterior<sup>298</sup>.

No caso brasileiro, a truculência dos chefes de polícia consagrou um *modus* no trato dos pensamentos divergentes. Pelo efeito das sucessivas leis de deportação, e a quase ausência de providências para atender às queixas quanto aos excessos policiais, nos parece que o poder Legislativo foi muito mais sensível aos reclamos das chefaturas do que às sequelas produzidas pelas deportações.

Somente o *habeas corpus*, que nem sempre funcionava para todos, representou a oportunidade de defesa dos sentenciados; somente ele serviu de proteção contra as sentenças, em grande parte, sumárias e questionáveis na perspectiva da “ordem legal”.

As investidas promovidas pelo Legislativo, na sua quase totalidade, se prendiam claramente às ações concretas do governo. Longe de coibir os excessos da polícia e do Executivo, excessivamente arbitrários, o Legislativo reforçou o princípio da intolerância. As leis reverberaram o que havia de mais conservador na sociedade. Décadas de truculência possibilitaram a efetivação de uma certa familiaridade em relação aos códigos de violência policial, o *ethos* garantia a manutenção de dispositivos muito pouco democráticos. Assim, de forma subjacente, tudo fazia crer que a estabilidade do “Estado de Direito” não podia prescindir da eficiência da repressão.

---

297 O relatório apontava a adesão dos seguintes países ao convênio: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Inglaterra, Letônia, Noruega, Países Baixos, Polônia, Romênia, Suíça, Tchecoslováquia e Iugoslávia.

298 AN. IJJ.7 151, carta de Borges da Fonseca, cônsul-geral em Portugal, ao ministro Félix Pacheco sobre o problema da deportação.

# CAPÍTULO 3

## O ESTADO E A DISTOPIA DA ORDEM

*Hoje os homens aspiram a que se lhes trate  
um pouco melhor que aos cães.*

Rafael Barret

### 3.1. O CONTEXTO POLÍTICO DAS EXCLUSÕES NO ESTADO REPUBLICANO

Em um sentido mais amplo, os mecanismos de defesa do Estado brasileiro foram construídos, *pari passu*, à sua evolução enquanto representante de um modelo econômico específico no qual as prioridades de exportação de produtos agrícolas conviveram com algumas iniciativas de industrialização. No pós-abolição os primeiros decretos de defesa da estabilidade interna no caso de possíveis distúrbios de origem “alienígena” estiveram, em grande medida, vinculados à contratação da mão de obra assalariada. Estes, em certa medida, reforçaram os já tradicionais mecanismos de repressão e confinamento de trabalhadores escravizados nos tempos da Colônia e Império.

A questão do imigrante e a preocupação com o transcurso de uma economia estável e afinada com a “vocação agrícola” estiveram quase sempre em convergência com as medidas adotadas pelos governos. A vincula o do trabalho assalariado   esperança nos novos tempos de prosperidade era uma das premissas da mentalidade abolicionista em 1850. Fenômeno que, com o passar das décadas, encontrou significativo abrigo nos meios mais liberais do país. Fato é que, mesmo antes dos

primeiros anos da nova ordem constitucional republicana, os problemas relacionados à premente necessidade da mão de obra acabavam por alcançar a imprensa. Os jornais tratavam muitas vezes dos problemas de ordem interna com a mesma linha discursiva do governo e, não raro, com maior rigor. Essa característica fica particularmente evidente nos debates do fim do século XIX.

O *Jornal do Commercio*, de 26 de julho de 1892, apresenta-nos um exemplo elucidativo e curioso. Na seção *Gazetilha* encontramos a matéria “A medida da deportação”, subtítulo da referida coluna. Posicionava-se o periódico carioca sobre os “distúrbios” provocados pela imigração da seguinte forma:

Dissemos há dias que a polícia devia evitar o abuso da medida de deportação de estrangeiros, só aplicável em casos extremos e não a indivíduo ou indivíduos que, sem maus precedentes conhecidos praticaram fatos isolados que facilmente encontram punição em nossas leis.

Como se verá da sentença abaixo transcrita, os próprios membros do Tribunal Superior declaram que *é uma medida de segurança pública cujo o emprego é sempre delicado e muitas vezes perigoso e por isso mesmo raramente usada... e acrescentam que, de acordo com o aviso do Ministro da Justiça, essa medida só pode ser adotada com a maior parcimônia e em casos extraordinários, pois que o contrário daria lugar a vinditas particulares e faria crer aos estrangeiros que nenhuma garantia gozam no país*<sup>1</sup>.

As referidas linhas foram dedicadas ao caso de quatro ciganos, residentes na Ponta de Areia em Niterói, que foram acusados de roubo e formação de quadrilha. Segundo o artigo, “gatunos narcotisadores”. Os suspeitos, de origem grega, tiveram seus *habeas-corpus*<sup>2</sup> negados em

1 BN. *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.

2 Em extenso artigo de 1907, a Federação Operária de São Paulo descreve a origem do *habeas-corpus*: Figura jurídica presente no código penal desde 1832 e disposta nos arts. 340, 341, 343 e 355. Posteriormente, regulamentado com maiores detalhes pela Lei, de 3 de dezembro de 1841, art. 69, parag. 7º; a Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, no art. 18; e no Decreto nº 4.824, de novembro de 1871, que regulamentou a Lei nº 2.033. Na República a questão foi tratada pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, no art. 48. Comércio de São Paulo, 14/6/1907. In: Edgar Rodrigues. *Os companheiros* 5. Florianópolis: Insular, 1998.

função do pedido do chefe de polícia, que defendia a necessidade de deportá-los.

Ficou claro que a prerrogativa constitucional do *habeas-corpus* ficou prejudicada por necessidades mais imediatas de “segurança” que atendiam aos interesses do governo republicano. A questão, longe de se esgotar, ensejou, no referido periódico, um amplo debate sobre a problemática das deportações que, da forma como estavam sendo utilizadas pelo Executivo, acabavam por justificar o direito de um “governo retirar a permissão do estrangeiro residir no país”<sup>3</sup>.

O artigo continuava claramente favorável ao governo:

Esta dificuldade de obrigar o estrangeiro, julgado perigoso, a ausentar-se do território nacional, independentemente de processo e condenação judiciária é o que se chama “direito de deportação”. Portaria de 6 de Novembro de 1822, anexo ao aviso nº 2 de 14 de Julho de 1828; portaria nº 1 de 3 de Janeiro de 1824 e de 3 de Setembro de 1825; aviso nº 659 de 4 de Novembro de 1833 e nº 52 de 4 de Fevereiro de 1834; regulamento nº 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 98; decreto nº 1531 de 10 de Janeiro de 1855, art. 7º; código penal arts. 400 e 403; decreto nº 528 do Governo Provisório de 28 de julho de 1890, arts. 1º, 2º e 3º<sup>4</sup>.

O breve apanhado da legislação aparece, em que pese o seu contexto específico, para justificar os esforços do Estado em demarcar punitivamente o lugar da transgressão estrangeira. No caso dos ciganos, como em outros, percebemos que a aplicação dos mecanismos constitucionais é letra morta, principalmente quando acompanhada da retórica do chefe de polícia. Os ciganos, sem julgamento, foram afastados dos benefícios legais, sem culpa formada.

A deportação, dessa forma, encontrava sua justificativa no discurso do oficial graduado e não nos códigos impressos. Dizia então um Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 6 de julho de 1892, referindo-se ao caso:

Neguei o *habeas-corpus* não pelo fundamento exarado na sentença, mas por estarem os pacientes incursos em crime

3 BN. *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.

4 BN. *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.



inafiável, para cujo processo foram regularmente extraditados.

Quanto à deportação, entendo que o Governo não tem faculdade para decretá-la. Esta faculdade nem lhe foi conferida pela Constituição, nem há lei que o autorize<sup>5</sup>.

Os votos dos demais juízes foram acompanhados por diversos argumentos que serviram apenas para demonstrar a enorme “confusão legal” e a precariedade da legislação, no que se referia aos casos de deportação.

Para o Ministro José Higino, ao declarar seu voto:

(...) votei pela soltura dos pacientes, porquanto, foram presos, segundo informou a autoridade policial, para serem deportados. A liberdade individual não sofre outras restrições, senão as que tenham sido estabelecidas por lei (art. 72 § 1º da Constituição) e nenhuma lei investiu o Poder Executivo ou seus agentes da faculdade de deportar estrangeiros.

Acresce ao que aos pacientes se imputa o crime previsto no art. 399 do Código Criminal. Ora, os estrangeiros, que cometem o crime de vagabundagem só podem ser deportados no caso de reincidência e em virtude de sentença como declara o art. 400 do mesmo código, o que exclui a ação discricionária da autoridade administrativa<sup>6</sup>.

Da mesma forma, o Ministro Macedo Soares, ao condenar a ação do governo, e mesmo a criação, por este, de uma “nova figura em direito penal”, a de “gatunos narcotizadores”, colocava sob suspeição o princípio do arbitramento e da legalidade pelo Executivo<sup>7</sup>. Soares, assim como parte significativa dos magistrados do STF, buscou parâmetros e referências em avisos, publicados pelo Ministério da Justiça, de 1834 e, até mesmo, anteriores. Fato que confirma a incipiência das novas leis republicanas na matéria.

Ao que tudo indica os problemas de relações entre o Poder Executivo e o Legislativo já marcavam a gênese do novo sistema. A crise

---

5 **BN.** *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.

6 **BN.** *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.

7 **BN.** *Jornal do Commercio*, 26/7/1892.

enfrentada por Deodoro da Fonseca, após decretar estado de sítio na Capital Federal e em Niterói, culminando com o fechamento do Congresso em 1891, pode ser tomada como demonstrativo. O presidente pretendia “corrigir” a “Carta de 24 de fevereiro”<sup>8</sup> que, segundo ele, só seria garantida pelo fortalecimento do Poder Executivo da União, em detrimento dos “excessos” de autonomia dos estados e do Legislativo. A crise do governo Deodoro da Fonseca levou à sua renúncia, para, segundo ele, livrar o país de uma guerra civil. O seu vice, Floriano Peixoto assumia o poder a 23 de novembro de 1891, confirmando a Constituição em casos dessa natureza.

Floriano tomava posse do governo ciente da conjuntura que o país atravessava: problemas com a estabilidade política na capital, rumores e insatisfação no Rio Grande do Sul e no norte da federação. Entretanto, os diários: *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, instigados por opositores ao governo, insistiam na convocação de novos pleitos eleitorais. O agravamento da crise refletir-se-ia, inequivocamente, nos distúrbios do sul do país e nas conspirações que se avizinhavam do Distrito Federal.

Entre as muitas manobras da oposição para enfraquecer o governo, podemos identificar o “golpe” de 10 de abril de 1892<sup>9</sup>. Sob o pretexto de homenagear o ex-presidente Deodoro da Fonseca que, impedido por enfermidade, não compareceu ao comício organizado por seus partidários, foram promovidas diversas manifestações de rua, em locais distintos da Capital Federal. Os discursos proferidos acabariam por exaltar os ânimos, ensejando, em meio a “vivas ao velho marechal”, insultos ao “tirano” Floriano.

O resultado das manifestações foi a decretação do estado de sítio no Rio de Janeiro e a prisão dos envolvidos na, assim nomeada, conspiração. E, pelo decreto de 12 de abril de 1892, foram então deportados os acusados de sedição e conspiração. Através de uma longa lista o governo identificava nominalmente os responsáveis pelas “revoltas e sobressaltos”<sup>10</sup>.

O *Jornal do Commercio*, de 13 de abril de 1892, anunciava o des-terro dos implicados na revolta, fazendo questão de frisar, no caso es-

---

8 Edgard Carone. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p. 47.

9 *Ibidem*, p. 76.

10 *Ibidem*, pp. 77-78

pecífico dos jornalistas, que estes tinham sofrido a sanção por crime de sedição e não por escreverem na imprensa. O mesmo jornal, no dia 26 de maio de 1892, descrevia a chegada dos desterrados a Manaus, no vapor *Pernambuco*, e a diáspora do grupo para os respectivos destinos: Tabatinga, Cucui e São Joaquim<sup>11</sup>.

A partir daí as notícias sobre os “ilustres desterrados” foram frequentes, não só revelando os caminhos pelos quais passavam, como também os martírios decorrentes das penalidades impostas pelo governo. Já no início da jornada, registrava o *Jornal do Commercio*, na data referida, que o capitão-tenente reformado José Gonçalves Leite se encontrava acometido de enfermidade adquirida na viagem até Manaus. Ainda, segundo o periódico, o “Cucui é um deserto, não tem casa, nem hospedaria, nem habitação por mais modesta e menos confortável, em que os desterrados se abriguem. Não há também comércio em que estes possam prover-se dos gêneros de primeira necessidade”<sup>12</sup>. O jornal afirmava, para maior apreciação crítica do leitor, que as despesas dos mantimentos corriam por conta do governo do Amazonas, através de um fornecedor particular: a Casa Comercial J. H. Andersen.

Os artigos subsequentes passam claramente a defender uma anistia aos atingidos pela medida governamental, e constroem, através da publicação de cartas e solicitações de pedidos de perdão, um poderoso arsenal apelativo.

A data 13 de maio seria apontada como a oportunidade ideal para o governo demonstrar sua capacidade de transigir diante de medidas tão radicais. As cartas que eram transcritas pelo *Jornal do Commercio*, de outros periódicos da região norte, seguiam na narrativa-saga dos desterrados:

Moura, 4 de maio de 1892. – Aqui ficamos abandonados. Os três oficiais que nos trouxeram, regressão no *Imperatriz Thereza*, convictos da impossibilidade de ir a S. Joaquim. José Elysio dos Reis fica com beribéri, eu com sezões, os demais estão bons.

A turma do Cucui também ficou em meio caminho, motivo idêntico<sup>13</sup>.

---

11 BN. *Jornal do Commercio*, 26/5/1892.

12 BN. *Jornal do Commercio*, 26/5/1892.

13 BN. *Jornal do Commercio*, 2/6/1892.

Em uma outra notícia<sup>14</sup>, transcrita do *Jornal Democrata do Pará*, de 7 de maio, referente ao contingente do Cucui, esta descrevia a chegada, em Santa Isabel, dos “ilustres Marechal Almeida Barreto, Coronel Jaques Ourique, Conde de Leopoldina, Drs. Seabra, Campos da Paz, Lavrador José do Patrocinio e o Capitão Miranda de Carvalho.” E completava o periódico:

Pessoa insuspeita nos comunica que aqueles esforçados obreiros da República (os desterrados), uma vez sequer, a bordo ou em terra, se mostrarão abatidos sob a pressão da adversidade que os arrancou do seio de suas famílias estremecidas. Uma outra vez diziam: “Amigos, amigos, tudo pela Pátria”<sup>15</sup>.

Os elogios ao brio e à coragem dos deportados apareciam quase sempre nos relatos dos jornais. Em comentários associados às cartas, os artigos procuravam conciliar princípios éticos com os sofrimentos e agruras experimentados no trajeto até os locais designados para o desterro. Gestos de nobreza e honradez aparecem constantemente nas narrativas, como se compusessem as “estações” de um épico religioso. O *Jornal do Commercio* comenta uma passagem bastante elucidativa de como o diário via os deportados, nela:

o ilustre capitalista Conde Leopoldo, nosso (deportado) amigo de tempos mais felizes, dando expansão a impulsos de seu coração nobre e generoso, gratificou todo o pessoal da câmara, convés do paquete que o transportou a Santa Isabel<sup>16</sup>.

O destacamento da guarda também foi citado: “É de justiça declarar que os jovens oficiais empregados da comissão souberam aliar o cumprimento do dever à cortesia”<sup>17</sup>. Todos os identificados na “*via crucis*” do desterro aparecem como cidadãos éticos. Até mesmo certos algozes gozaram do beneplácito das vítimas do degredo.

---

14 BN. *Jornal do Commercio*, 2/6/1892.

15 BN. *Jornal do Commercio*, 2/6/1892.

16 BN. *Jornal do Commercio*, 2/6/1892.

17 BN. *Jornal do Commercio*, 2/6/1892.

O *Jornal do Commercio*, como vimos, transcreve algumas notícias de jornais do Norte e Nordeste do país – *Jornal de Recife*, *Democrata* do Pará e *Província do Pará*. Todos dão conta das privações sanitárias dos deportados e de seus problemas de abastecimento. Entrementes, existe uma passagem em que ficam bastante claros os limites do que se configurava a deportação, pelo menos para aquele grupo:

Boa-Vista, 30 de junho de 1892 – Ilm. Sr. Dr. Regalado Batista (*Democrata* do Pará) – Não temos outro recurso senão importuná-lo pedindo-lhe a publicidade de fatos que nos interessam (...) como sabe, fomos desterrados para S. Joaquim do Rio Branco, e se ficamos em Boa Vista, foi porque assim o quisemos, porque esta vila está dentro do limite do desterro.

O nosso companheiro José Elysio dos Reis, por estar com beribéri foi a conselho nosso para a Fazenda Nacional de S. Marcos. Daí veio anteontem a passeio. Ontem à tarde foi intimado pelo delegado de polícia Afonso Carvalho para não mais sair, da Vila, pois que tem *ordens reservadas para prender-nos aqui*.

Fazendo essa comunicação na rua, em voz alta e de modo insultuoso acompanhado de grosseiras ameaças, foi repellido com toda a energia pelo Sr. Elysio dos Reis, que soube manter sua posição de desterrado e não *de preso*, como quer o delegado<sup>18</sup>.

No mesmo artigo, através de uma carta de Manaus, de 5 de julho do corrente ano, o Conde de Leopoldina enviava notícias, nas quais as doenças ocupavam espaço privilegiado na narrativa dos desterrados. É interessante notar, entretanto, que a referida carta, dando conta de Santa Isabel, foi enviada por um “empregado” do Conde, que era comandante do barco que prestara serviço de travessia da área de degredo até Manaus. Além disso, informava a notícia:

O coronel Taumaturgo está associado com o Sr. Sebastião Diniz na fazenda de gado do Rio Branco, comprada por 20.000\$. Os Srs. Carneiro, Joaquim Ferreira, Bandeira e Reis passavam sem novidades<sup>19</sup>.

18 BN. *Jornal do Commercio*, 30/7/1892.

19 BN. *Jornal do Commercio*, 30/7/1892.

A partir das informações, percebe-se que as penalidades impostas aos sediciosos de 10 de abril tinham seus limites. As privações atingiam, ao que tudo indica, à minoria dos sentenciados. Pela apreciação dos fatos podemos depreender que os recursos pecuniários de muitos deles não estavam sujeitos às sanções impostas pela deportação, os gastos e investimentos no exílio atestam a existência de somas bastante razoáveis sob a guarda dos degredados.

O afastamento do palco das disputas políticas – a Capital Federal – era, em última instância, o objetivo maior da punição. Os conspiradores mantiveram suas condições econômicas e as transpuseram, na medida do possível, para o exílio. Garantiram também suas representatividades políticas, o que ficou consubstanciado através da visibilidade daquela situação pela população através dos jornais. É certo que a deportação causou prejuízos aos que por ela foram atingidos, mas não é menos correto que alguns saíram fortalecidos politicamente do acontecido, como veremos mais adiante.

No Rio de Janeiro, a mobilização para o retorno dos deportados não parou desde a data do desterro. Rui Barbosa havia solicitado ao STF o pedido de *habeas-corpus*, que foi negado pela diferença de um voto<sup>20</sup>. A abertura da Câmara, em maio de 1892, permitiria, no entanto, novo movimento em favor dos presos políticos e desterrados<sup>21</sup>. A anistia terminaria por sair em 8 de junho de 1892, aprovada pelo Congresso, chegando a notícia ao Norte do país apenas em agosto do mesmo ano<sup>22</sup>.

Na Capital Federal, entretanto, a situação dos presos envolvidos nos distúrbios não havia se alterado. Nas fortalezas de Laje, São João e Villegaignon estavam ainda detidos inúmeros implicados, entre os quais: Olavo Bilac; os primeiros-tenentes reformados, João da Silva Retumba e Bento José Manso Saião; o coronel reformado, José Soares Neiva e os Drs. Demerval José da Fonseca, Francisco Portela, João da Mata Machado e Clímaco Barbosa<sup>23</sup>. Todos esses, apesar de anistiados, não foram postos em liberdade imediatamente. Os acontecimentos de

---

20 Edgar Carone. *A República Velha (Evolução Política)*, op. cit., p.78.

21 *Ibidem*, p. 79.

22 *Ibidem*.

23 Roberto Ribeiro Martins. *Liberdade para os Brasileiros (Anistia Ontem e Hoje)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55.

10 de abril terminavam por provocar no poder Legislativo uma intensa batalha jurídica. Rui Barbosa, como epígono do direito constitucional, tornou-se defensor da criação de limites ou definição mais clara da natureza dos *Atos Institucionais*, procurando as diferenças mais patentes entre a questão política e a constitucional<sup>24</sup>.

Abria-se naquele momento um diálogo entre os grupos de oposição, iniciativa que oportunizou algumas denúncias contra o novo regime, no sentido de exemplificar o afrouxamento dos compromissos constitucionais. As descontinuidades e determinadas assimetrias, entre o que determinava o Legislativo e as práticas adotadas pelo Executivo, evidenciadas pelas escaramuças levadas a efeito pelo eminente jurista baiano, questionavam as disfunções entre a filosofia do Estado e as atitudes de quem o conduzia:

Objetivo principal de Rui era provar que o Estado de Sítio não suspende a Constituição como um todo, que ele é um ato preventivo e não repressivo e que, cessando o período de sítio devem cessar também seus efeitos<sup>25</sup>.

Já a Constituição de 1891, no seu artigo 72, parágrafos 20 e 21, havia abolido as penas de galés, banimento e morte em período de paz. E os debates envolvendo o estado de sítio, atos institucionais e demais medidas do Executivo necessitavam, ao menos assim pensava Rui Barbosa, de maior clareza e definição. Parece-nos que, nos anos imediatamente subsequentes aos fatos citados, Rui Barbosa iria identificar-se inequivocamente com todas as questões ligadas à anistia de presos políticos. Fato que lhe valeu um exílio em Buenos Aires, ao ser envolvido, pelo governo, nos acontecimentos da Revolta da Armada em 1893<sup>26</sup>.

A historiografia hoje já registra outros episódios nos quais o estado de sítio foi aplicado. Os acontecimentos de novembro de 1904, conhecidos genericamente por Revolta da Vacina, representaram, em grande medida, outro momento sintomático das imbricações entre os interesses de alguns grupos sociais em vias de formação e as medidas constitucionais decorrentes das necessidades do Estado. Entre outras

---

24 *Ibidem*, p. 57.

25 *Ibidem*.

26 Rui Barbosa. Anistia Inversa, Caso de Teratologia jurídica. *In: Obras Completas*. Rio de Janeiro: vol. XXIV, T. III, p. 13.

consequências, a lei de vacinação obrigatória acabaria por provocar intensas manifestações no Distrito Federal e, com menos intensidade, em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Podemos assim referir que:

O clima de insatisfação, que já vinha se materializando em comícios e agitações populares, acaba tomando conta da cidade com a fundação da Liga Contra a Vacinação Obrigatória e a 10 de novembro transforma-se em revolta aberta. Dela participam ativamente o movimento operário e as massas populares do Rio de Janeiro<sup>27</sup>.

Além dos atores sociais citados, outros segmentos se juntaram à massa de insatisfeitos nos dias em que fermentou o motim da vacina:

No dia 14 militares aderem ao movimento e sublevam a Escola Militar da Praia Vermelha, com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves. No dia 16 a rebelião se estende à Bahia, com a sublevação de uma parcela do 9º BI. Nesse mesmo dia, a pedido do governo, o Congresso aprova o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói e em pouco tempo a rebelião é vencida, através de feroz repressão<sup>28</sup>.

A esta altura, o estado de sítio já era figura institucional relativamente conhecida, o que gerava mais um precedente e, com ele, o sedimento, a familiaridade a este tipo de atitude do executivo.

A ação se fazia sentir principalmente nas classes subalternas, realidade que não escapou ao traço corrosivo da prosa de Lima Barreto, em seu *Diário Íntimo*:

Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não foi ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil.

Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.

---

27 Roberto Ribeiro Martins, *op. cit.*, p. 64.

28 *Ibidem*.



Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra cousa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda.

De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos<sup>29</sup>.

Em seu livro-diário, no qual os capítulos estão organizados por ano, Lima faz uma interpretação mordaz e definitiva do seu tempo. O excerto aqui transcrito, dá conta de uma República que não perdeu seus laços de continuidade com o longo período colonial. O escritor, negro e discriminado, utilizou em toda sua obra a sensibilidade para denunciar em imagens e alegorias, os arremedos de legalidade que revestiam as medidas discricionárias, não só do sítio, mas da modernidade republicana como um todo. A mesma linguagem da violência dos “quatrocentos anos”, que naquele momento parecia à grande maioria superada pela “justeza republicana”, era, num brilhante jogo de palavras, desqualificada por efeito da imagem do “sítio” e da “fazenda”. Lima percebia o terreno movediço da retórica legalista que, sob a efígie do “progresso”, se construía para a sociedade. Entendera que, no estágio no qual se encontrava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, as liberdades eram sempre formais; não resistindo a uma ranhura mais profunda.

Estampou ainda através de sua narrativa:

Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrebanhava a torto e a direito pessoas que se encontravam na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntava na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o de Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor ou antes, de tronco e bacalhau<sup>30</sup>.

29 Lima Barreto. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 49.

30 *Ibidem*.

O “tronco” e o “bacalhau” eram referências claras à escravidão. O estado de sítio seria a condição ampliada pela legalidade de todas as iniquidades, das quais a república, como retórica, dizia querer livrar o Brasil. Esta mesma república violenta, na análise do escritor carioca, cassava os direitos individuais e coletivos que insistia em defender nos discursos. Lima Barreto colocou em seu livro de memórias mais algumas reflexões acerca do episódio, não perdendo sequer a figura laureada de Rui Barbosa. O mesmo Rui que: “Em 5 de agosto de 1905 entra com um projeto de anistia no Congresso, que é aprovado pelo Senado e Câmara, beneficiando todos os implicados nos acontecimentos relacionados com a vacina obrigatória”<sup>31</sup>. Demonstrava, o arguto senso do escritor, as limitações dos mais “bem-intencionados” homens da República:

Rui, o letrado beneditino das causas de gramática, artificialmente artista e estilista, aconselha pelos jornais condutas do governo. Há dias, ele, no auge da retórica, perpetuou uma extraordinária mentira. Referindo-se ao dia 14, que fora cheio de apreensões, de revoltas e levantes, e à nota trazida a 15, da vitória da “legalidade”, disse assim, da manhã de 15: “fresca, azulada e radiante”, quando toda a gente sabe que essa manhã foi chuvosa, ventosa e hedionda.

Eis até onde leva a retórica; e depois...<sup>32</sup>

Este era o único tributo que o juízo do irreverente escritor podia prestar ao mais “ardoroso defensor” dos direitos constitucionais de sua época.

A asserção que faz Lima Barreto sobre Rui Barbosa deve ser entendida como uma crítica mais ampla à gênese das liberdades republicanas. Em que pese a condição do escritor de marginalizado por elementos da mesma origem bacharelesca do referido jurista, a análise não deixa de ter uma coerência com o eixo da crítica estrutural que o autor fazia à sociedade e de seu tempo.

Quanto a Rui Barbosa, este pensava a medida de exceção como partidário da ordem, apoiava o estado de sítio, mas condenava veemen-

---

31 Roberto Ribeiro Martins, *op. cit.*, p. 64.

32 Lima Barreto, *op. cit.*, p. 51.

temente sua exorbitância<sup>33</sup>. Sobre o que ele considerava “desastroso,” podemos entender os excessos. Assim, como purgar a conduta institucional de velhos hábitos e da permanência da barbárie de outros tempos? Como racionalizar o espaço urbano e o novo regime quando o princípio é legítimo, mas sua materialização é torpe?

Nos distúrbios de 1904, a questão se punha bem concreta:

(...) a violência policial se distingue não só pela sua intensidade e amplitude, mas sobretudo pelo seu caráter difuso. Não importava definir culpas, investigar suspeitas ou conduzir os acusados aos tribunais.

O objetivo parecia ser mais amplo: eliminar da cidade todo o excedente humano, potencialmente turbulento, fator permanente de desassossego para as autoridades<sup>34</sup>.

Parece-nos que, aquilo que deveria ser uma simples medida de controle de motins, tornou-se uma ação policial. E o estado de sítio deu oportunidade a uma dinâmica com vida própria. A repressão assestou-se da situação criada pela legalidade. A ideia de uma ordem justa e progressista tornou-se letra morta diante dos acontecimentos protagonizados pela polícia do Distrito Federal. “A rigor, no contexto do processo da Regeneração, tratava-se de livrar a cidade desse entulho humano, como uma extensão da política de saneamento e profilaxia definida pelo projeto de reurbanização”<sup>35</sup>.

Segundo Nicolau Sevckenko, os relatórios do chefe de polícia eram bem elucidativos ao comparar os participantes da revolta “ao resíduo, à sujeira infecta que deve ser evacuada e suprimida”<sup>36</sup>. Dentro dessa apreciação, os banimentos e deportações não só eram justos como urgentes, fazendo parte de um quadro de profilaxia social; portanto, inquestionáveis. Diante do quadro estabelecido pela polícia, o direito de defesa dos contingentes, que iam nos porões dos navios do *Lloyd Brasileiro*, era, em última análise, um protocolo a ser dispensado.

---

33 Roberto Ribeiro Martins, *op. cit.*, p. 65.

34 Nicolau Sevckenko. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 71.

35 *Ibidem*, p. 72.

36 *Ibidem*.

A expedição destes indivíduos para o Acre, embarcados em navios-prisão, em condições precaríssimas de alimentação e sufocados sob o sol<sup>37</sup>, compunha a conclusão natural de uma campanha de salvação do *Estado de Direito* e, como tal, deveria obedecer ao rito sumário. Não escapou ao senador Barata Ribeiro essa semelhança dos acontecimentos de 1904, com a imagem de efeito e de triste memória, dos navios negreiros que inspiraram Castro Alves<sup>38</sup>.

O conjunto de medidas adotadas pelo governo de Rodrigues Alves tinha como tônica o apelo sistemático ao progresso, potencializado na construção de uma nova capital. E, para tanto, um público diferente deveria desfrutar da ribalta do espetáculo das reformas urbanas.

Os pobres e os operários estavam certamente deslocados na origem do projeto, e isso não se fazia sentir apenas na reação dos motins. Segundo Sevcenko:

O cronista de um tabloide anarquista, *O Libertário*, comenta assim a inauguração da Avenida Central, que o governo consagrou com uma festa estrepitosa e monumental: “É vicioso dizer ao operário consciente o que foi o trabalho da grande artéria: uma miserável exploração do trabalhador inconsciente e passivo. Era de ver todas as noites, antes da inauguração, dezenas de homens, movendo-se à luz de lâmpadas elétricas, num trabalho fatigante até a manhã, por um miserável e ridículo salário”<sup>39</sup>.

Os anarquistas apelaram aos homens esclarecidos que atentassem para as manobras do governo, aludindo à existência de operários com e sem consciência. E assim o fez também Lima Barreto, bastante afinado com os libertários, quando analisava os acontecimentos:

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele

---

37 *Ibidem*, p. 77.

38 *Ibidem*.

39 *Ibidem*, p. 66

se esquece que o fundo de seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente.

Essa mazorca teve grandes vantagens: 1º demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2º diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3º desmoralizar a Escola Militar.

Pela vez primeira, eu vi entre nós não se ter medo do homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortês, se convenceu de que eles também eram mortais<sup>40</sup>.

O episódio da Revolta da Vacina, assim, é um excelente demonstrativo do pensamento republicano e governamental nos primeiros momentos do século XX. Com suas características próprias, a repressão, no início do século, diferiu dos momentos anteriores numa perspectiva mais alongada de tempo.

É claro que há diferenças muito evidentes entre o estilo da repressão da sociedade escravista e o da republicana.

A exemplo do que já ocorrera com o trabalho, essa nova sociedade de feições burguesas também não tolera a visão das brutalidades físicas. Por isso os desnudamentos, humilhações e espancamentos são feitos no interior da Casa de Detenção, ou no isolamento da Ilha das Cobras, ao contrário das cerimônias públicas de açoitamento, tão típicas da sociedade escravista<sup>41</sup>.

Mas as semelhanças existentes entre o comportamento dos governantes do período republicano e as práticas do período anterior não eram poucas. A ação contra a mão de obra impenitente e revoltada guardava, em certa medida, pontos de contato com os velhos métodos de flagelo corporal e exposição de chagas provenientes de castigos exemplarmente aplicados.

---

40 O escritor referia-se às camadas da sociedade que, embora pertencendo por origem econômica ao grupo atingido pela repressão, eram a sua mão material. Deixa nota, em sua apreciação, a falta de consciência da própria origem que têm certos agentes da ordem e as contradições do governo policial que contava para a sua obra com indivíduos egressos dos grupos que pretendia eliminar. Lima Barreto. *op. cit.*, p. 47.

41 Nicolau Sevcenko, *op. cit.*, p. 86.

### 3.2. A REVOLTA DA CHIBATA

As agitações de 22 de novembro de 1910, conhecidas como Revolta da Chibata, configuram um elemento elucidativo e de continuidade nos métodos de controle social da República Velha. O governo do marechal Hermes da Fonseca, nesse episódio, cerrou fileiras ao lado dos conservadores oficiais da Marinha. A revolta se deu contra:

Os draconianos mecanismos disciplinares dessa aristocrática (Marinha) entidade que previa uma série de maus tratos e castigos típicos da idade média, como a chibata e a palmatória. Além disso, eram frequentes os atrasos dos soldos, a alimentação era deficiente e o trabalho duro e excessivo<sup>42</sup>.

O rastilho foi aceso após o castigo do marinheiro Marcelino Rodrigues, punido com 250 chibatadas no convés do *Minas Gerais*<sup>43</sup>. Embora os castigos corporais houvessem sido banidos da Armada, no segundo dia da República, pelo Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889, o açoite continuava em pleno vigor, em todos os navios de guerra e no Batalhão Naval<sup>44</sup>.

A marujada se apoderou dos encouraçados *Minas Gerais*, *São Paulo* e do “scout” *Bahia*. Os oficiais resistentes foram eliminados ou postos a ferros como parte das medidas determinadas pelo motim. A ação dos “subalternos” colocou o Distrito Federal em polvorosa, durante os últimos dias de novembro e início de dezembro de 1910.

Rui Barbosa discutiu o problema no Congresso, fazendo então aprovar, em 25 de novembro daquele ano, o projeto de anistia aos sublevados do dia 22. O Decreto nº 2280, que resumia a concessão da anistia aos marinheiros dos vasos de guerra da Armada Nacional<sup>45</sup>, não era incondicional. Exigia que estes se submetessem aos poderes constituídos. Na mesma ocasião, outros efetivos da Marinha, animados pelas possibilidades abertas através do movimento de novembro, também se amotinaram. Foram eles: o batalhão Naval da Ilha das Cobras, o “scout” *Rio Grande do Sul*

42 Roberto Ribeiro Martins, *op. cit.*, p. 66.

43 Edmar Morel. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Gal, 1979, p. 57.

44 *Ibidem*.

45 Roberto Ribeiro Martins, *op. cit.*, p. 66.

e outros pequenos focos, que logo seriam controlados. Em seguida uma pesada reação se fez cair sobre todos os implicados.

Assim: “Justificado estava o pedido de estado de sítio enviado por Hermes da Fonseca ao Congresso. Rui Barbosa é o único a votar contra no Senado e denuncia o massacre dos marinheiros como proposital”<sup>46</sup>. É certo que Rui Barbosa, adversário político de Hermes, que havia encarnado nos pleitos anteriores a oposição civilista ao marechal, estava imbuído muito mais do que de um simples dever de consciência para objetar sobre o pedido para o estabelecimento daquela medida de exceção.

Dessa forma o estado de sítio foi decretado como solução para erradicar os grupos sediciosos. Entretanto, quando solicitou Hermes da Fonseca a medida, através do senador Alencastro Guimarães, o governo já havia se assenhoreado da situação e lograra destruir a resistência da Ilha das Cobras. Após a confirmação da “excepcionalidade” constitucional, o projeto de anistia, feito aprovar por Rui Barbosa no Congresso, perdia, quase que por completo, o seu conteúdo prático. O estado de sítio mais uma vez criava um hiato legislativo, implicando assim maior flexibilidade da observância das leis no que se refere à ação do governo. O estado policial de fato substituía o regime constitucional liberal.

A preocupação do jurista Rui Barbosa, expressa em seus discursos, estava diretamente relacionada com a utilização sistemática do referido ato de exceção. A nós parece que, para ele, a recorrência e a banalização da aplicação da medida estava atirando a legalidade em um limbo conceitual, ou seja, os elementos de razão que sustentavam os parâmetros da justiça ficavam, por assim dizer, sem referencial. Passavam a funcionar na medida do arbítrio do poder Executivo.

Seja como for, os depoimentos dos sobreviventes ou simpatizantes dos revoltosos deixaram, para as gerações seguintes, imagens bastante eloquentes do que ocorreu de fato naqueles dias:

João Cândido e seus companheiros, já presos e incomunicáveis, passavam alguns dias no Quartel General do Exército, na Praça da República, onde o Major Estanislau Vieira Pamplona, à custa de um revólver, quis obrigá-lo a dizer ter sido Rui Barbosa quem tramou a revolta.

Outros caíram na desgraçada 3ª galeria da Casa de Detenção, terrível atentado contra a Dignidade Humana.

---

46 *Ibidem.*

Os xadrezes da Polícia Central ficavam como ninhos de rato. Cerca de 600 prisões foram efetuadas, sendo que quase todos eram anistiados e civis arrebanhados nas ruas<sup>47</sup>.

Para conter a escalada de presos e controlar os perigos de uma sublevação nos cárceres, o governo fez secretamente a transferência de cerca de 435 indivíduos para o “navio fantasma” do Lloyd Brasileiro, “Satélite”. Segundo Edmar Morel, 293 prisioneiros, entre operários e funcionários públicos, retirados da Casa de Detenção, foram parar nos porões do navio do Lloyd, todos com destino a Santo Antônio do Madeira. Muitos se destinavam a engrossar as fileiras da Comissão Cândido Rondon, que tratava de ampliar os postos telegráficos na região amazônica<sup>48</sup>.

Além dos citados, ainda compuseram o referido contingente: 66 marinheiros, que estavam em um quartel do Exército; 31 marinheiros, presos no quartel do 1º Regimento de Infantaria e 45 mulheres oriundas da Casa de Detenção<sup>49</sup>. O navio partiria na noite de 25 de dezembro de 1910, chegando ao seu destino em 4 de março de 1911. Pelo caminho foram fuzilados 9 revoltosos, marcados em lista prévia<sup>50</sup>, e os demais foram distribuídos por vários pontos do Amazonas.

Dos cento e tantos que ficavam a serviço da Comissão (Rondon), nem todos eram marinheiros, quase a metade era constituída de trabalhadores, operários, que foram feitos prisioneiros durante o estado de sítio<sup>51</sup>.

Assim, a maior parte do contingente acabou nos seringais, submetida ao trabalho compulsório, explorada pelos empresários da borracha. No Rio de Janeiro, João Cândido e mais 17 marujos entraram numa prisão subterrânea na Ilha das Cobras onde quase todos pereceram. Segundo João Cândido:

Foi horrível! Dos 18 camaradas no meu cubículo, só escaparam dois. Eu e o ‘Pau da Lira’, que trabalhava na estiva,

---

47 Edmar Morel, *op. cit.*, p. 156.

48 *Ibidem*, p. 161.

49 *Ibidem*.

50 *Ibidem*, p. 164.

51 *Ibidem*, p. 174.



no cais dos Mineiros, no Caju. O resto foi comido pela cal, jogada com água dentro do subterrâneo. Outros, de tão inchados, pareciam sapos<sup>52</sup>.

Escapar aos fuzilamentos do “Satélite” e do impaludismo das florestas equatoriais do extremo norte representou para parte do contingente, feita prisioneira nos motins de 1910, um outro destino não menos cruel. Os cárceres da polícia ou das forças armadas foram, em grande medida, espaços de terríveis castigos.

### 3.3. DISSONÂNCIAS E RESISTÊNCIAS

Mas como inserir a rebelião de 1910 em um contexto mais amplo da sociedade, ou mesmo da classe trabalhadora do período? Assim indagava Evaristo de Moraes Filho<sup>53</sup>: “Nos jornais da época, nos pronunciamentos oficiais e nos discursos parlamentares, não apareceu nenhuma vez a insinuação de que os marinheiros agiam sob a influência direta ou ideológica dos anarquistas”<sup>54</sup>. Momento em que estes mostravam enorme vigor organizativo e possuíam grande visibilidade no meio sindical. Entretanto, foram também operários deportados a bordo do *Satélite* e: “Eis aí a confirmação da suspeita de que o governo se aproveitou do momento de exceção para se livrar de trabalhadores, em geral anarquistas que lhes vinham tirando o sono na Capital Federal”<sup>55</sup>. A apreciação é fundamental e, como complemento, acrescenta Evaristo:

Em novo discurso, de 13 de setembro (1911), aproveitasse Barbosa Lima (na Câmara) da notícia e do protesto do *Jornal do Brasil* a propósito da prisão e da deportação de motorneiros, de empregados de bondes e de automóveis no Rio de Janeiro. O fato é que 20 trabalhadores foram presos e removidos para a Colônia de Dois Rios, sem julgamento,

52 *Ibidem*, p. 181.

53 Prefácio de Evaristo de Moraes Filho. *In*: Edmar Morel, *op. cit.*, p. 20.

54 *Ibidem*, p. 22.

55 *Ibidem*, p. 28.

direito a defesa nem muito menos sentença condenatória. Alguns presos choravam copiosamente, dizia o JB de 5 de setembro. Os operários foram transportados até o cais em carro da Casa da Detenção, sendo conduzidos para bordo do rebocador Fernando Pinheiro, acrescenta Barbosa Lima<sup>56</sup>.

Prosegue no discurso, o deputado Barbosa Lima, denunciando a política contraditória do presidente Hermes da Fonseca, ao construir as vilas operárias, enquanto a polícia tratava representantes desse mesmo proletariado como “cidadãos inócuos”, de forma despótica. Os trabalhadores, ainda segundo o parlamentar, eram arrastados para as enxovias e ali mantidos em “promiscuidade com os ébrios habituais”; com os rufiões, com o que “havia de mais baixo na borra da cidade”<sup>57</sup>. E, sobre as deportações, indagava Barbosa Lima:

Por que tentativa de crime são assim maltratados esses nossos compatriotas ou esses estrangeiros aqui domiciliados, sob a égide de nossas leis? Porque tentavam fazer uma greve. Mas, então, fazer uma greve é um crime? Tentar organizar uma parede é um crime? Recusar trabalhar em condições que não convém é um crime?<sup>58</sup>

Não há dúvida de que a repressão aos movimentos sediciosos ocorria em conjunto com os demais motins na capital e no resto do país. Não é menos verdade que as agitações representavam, através de exemplos concretos, o fracasso dos governos em contemplar as necessidades e aspirações dos diversos segmentos sociais. Guardadas às proporções, marujos e operários eram ameaças semelhantes, cada qual em seu espaço de atuação, vindos todos do mesmo extrato social.

No periódico *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, a COB, de 1º de dezembro de 1913, lia-se, no artigo “A Revolta de 1910,” o seguinte:

Não queremos deixar passar esta data sem dedicar-lhe algumas linhas.

---

56 *Ibidem*.

57 *ibidem*, p. 24.

58 *Ibidem*, p. 29.

A revolta de 23 de novembro de 1910, foi para nós, como todo o ato que afirme a dignidade humana, altamente simpático. E que ato é mais afirmativo da dignidade humana que a rebelião contra o militarismo? Verdade é que o movimento subversivo em que se destacou João Cândido não foi propriamente contra o militarismo como instituição. Porém foi contra uma de suas bases: a brutalidade. Isto é já alguma coisa<sup>59</sup>.

O articulista José Borobio<sup>60</sup> aproveitava o aniversário do motim para fazer um libelo antibelicista, bem às portas do primeiro grande conflito armado do século. Mas o texto tem por mérito identificar com bastante didatismo, aos olhos dos libertários, os limites da revolta: “A nós compete, pois, contribuir com as experiências e o pouco saber adquirido à boa orientação desse espírito de rebelião. Só assim os privilegiados não poderão cometer vinganças e crimes como os praticados contra os revoltosos da sinistra Ilha das Cobras”<sup>61</sup>. Embora o texto sinalize para as linhas de convergência existentes entre as reivindicações dos revoltosos e o projeto libertário, sintetizadas no “espírito de rebelião”, ele aponta inversamente para as diferenças entre um grupo e outro. O princípio argumentativo do articulista tenta definir a crítica como algo que extrapola o ordinário das avaliações mais imediatas, podendo aí incluir os castigos físicos. Ele pretendeu apontar a chibata como consequência, deslocando o sentido do fato, que residia no drama, para um plano específico da sociedade. Com tal propósito encerraria a sua coluna com a frase: “Abaixo o militarismo!”

Os militares amargariam enorme desgaste, como consequência dos acontecimentos de 1910. Rui Barbosa, de sua tribuna no Senado, não economizaria adjetivos para qualificar não apenas a ação do governo, como ainda, a omissão do mesmo na apuração dos excessos cometidos pelos agentes da repressão. Em discurso demolidor ele denunciava que: “No Brasil não se organiza exército contra o estrangeiro; desenvolvem-

---

59 **ACELIP.** *A Voz do Trabalhador*, 1/12/1913.

60 José Borobio representou por delegação, no Congresso Operário de 1913, a Federação Operária Regional Argentina (FORA) e a Federação Operária Regional Uruguaia (FORU). Oscar Farinha Neto. *Atuação Libertária no Brasil*. A Federação Anarco-Sindicalista. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1985, p. 43.

61 **ACELIP.** *A Voz do Trabalhador*, 1/12/1913.

se as instituições militares contra a ordem civil”<sup>62</sup>. Rui se referia, não apenas ao civilismo que fora o esteio de sua campanha, mas também, muito especificamente, ao tenente Francisco de Melo, que havia patrocinado os fuzilamentos no navio *Satélite*. A 1º de agosto de 1911, ao rever o caso do *Satélite*, o senador baiano associaria as tramas do episódio a símbolos da injustiça que marcavam negativamente a história da humanidade. Incluiria, de forma elucidativa, a execução do pedagogo racionalista Francisco Ferrer<sup>63</sup>, na Espanha, em 1909, que, ainda segundo ele, teria feito “o mundo católico estremecer”<sup>64</sup>.

Há que se notar a distância entre a crítica ao militarismo feita por Rui Barbosa e a explicitada anteriormente através do periódico *A Voz do Trabalhador*. O jurista defendia a clássica concepção de um Exército voltado para o combate de inimigos externos, menos politizado, ou melhor, menos envolvido nas questões governamentais. Nesse sentido, denunciava a inaptidão dos militares para com a coisa pública; seus erros eram assim o reflexo de incapacidades estruturais.

Para os anarquistas, a questão era a própria natureza destrutiva do Exército, seja ela contra o “inimigo” externo ou interno. A distinção se dava na própria função de reprimir. Para os libertários, não se tratava de identificar o inimigo a ser combatido pelos militares, mas sim a extinção da instituição em si. O combate ao militarismo, vale dizer, era já ponto de doutrina presente nos debates da Associação Internacional dos Trabalhadores, em seus primeiros congressos, no século XIX.

Podemos avaliar aqui, de forma esquemática, que a crítica ao governo Hermes da Fonseca obedecia a três vertentes distintas: civilista, anarquista e a dos marujos insurretos. Todas igualmente ferozes, ainda que com propósitos mais ou menos ambiciosos, no que dizia respeito à transformação da sociedade.

---

62 Edmar Morel, *op. cit.*, p. 31.

63 Cf. Rodrigo Rosa da Silva. *Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)*. Tese, USP-Faculdade de Educação, 2013.

64 *Ibidem*, p. 32.

### 3.4. A GÊNESE DA CLEVELÂNDIA

Em seu discurso no Senado, nos dias 29 e 30 de dezembro de 1927, e publicado em alguns jornais nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, o ex-ministro Miguel Calmon, eleito pela Bahia à cadeira na referida Câmara, fazia uma exposição das causas e locais de deportação, “desde o começo da República”<sup>65</sup>.

O senador, depois do presidente Arthur Bernardes, a figura mais identificada com os acontecimentos trágicos da Clevelândia, tentava com seu discurso justificar as medidas adotadas durante a sua gestão no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Para ele, os locais de destino das deportações eram, via de regra, áreas de controle da União e, portanto, as fronteiras do extremo norte do país prestavam-se sem grandes dúvidas a esse propósito. Na sua longa defesa foram incluídos, no corpo do discurso, alguns excertos das páginas de jornais que se referiam aos dias que sucederam à Revolta da Vacina, em 1904. A peça dramática montada por Calmon resgatava os “gritos nos porões do *Itaipava*”, vapor que havia levado os “334 condenados” para o desterro, além de detalhes sobre os semelhantes arbitramentos oficiais no mesmo período.

É curioso perceber que o mesmo tom dramático, encontrado no discurso dos jornais utilizados pelo senador como prova de precedentes ainda mais cruéis, nos horrores das deportações de 1904 e 1910, está presente nas notícias sobre a Clevelândia, em 1927. Podemos constatar, nas provas retóricas apresentadas por ele, a sustentação da mesma natureza metafórica, como tentativa deliberada de tornar evidente que, em administrações anteriores, atos ainda mais terríveis haviam sido cometidos.

Miguel Calmon procurou demonstrar que J.J. Seabra ao participar, como ministro da Justiça, dos governos Rodrigues Alves e Hermes da Fonseca, havia contribuído com os feitos deploráveis de 1904 e 1910, respectivamente. Deportações, segundo ele, nas quais:

Muitos desgraçados só tiveram contra si os ódios e malquerenças de delegados e agentes subalternos da polícia que aproveitavam do sítio para ajustar contas e saciar vingança.

65 BN. *A Notícia*, 4/1/1928.

cas. Outros foram vítimas da maldade de delatores de cujas denúncias a polícia não se deu o trabalho de averiguar a veracidade<sup>66</sup>.

Faz ainda outro complemento:

Ainda assim só se resolveu mandar para “Cleveland”, em último caso, escolhendo-se os piores precedentes e que não tinham títulos especiais que os recomendassem, salvo um da leva dos prisioneiros de Catanduvas, que conseguiu fugir logo após a chegada à colônia<sup>67</sup>.

Calmon reforçava sua defesa demonstrando que o único candidato ao estatuto de “inocente,” ou mesmo portador de “título especial”, foi salvo pela “Providência”, através de uma fuga.

No jornal *O Paiz*, de clara tendência bernardista, em 14 de maio de 1927, a matéria com o título “O Sr. J. J. Seabra no Ministério da Justiça...” fazia alusão ao clima de holocausto, no que se referia às deportações de 1904. Ao que parece, objetivando amenizar os acontecimentos mais recentes com velhas tragédias.

Novamente em sua defesa, Miguel Calmon esclarecia que os planos para a criação de colônias agrícolas, no extremo setentrional do Brasil, datavam de período anterior ao século XX. As conversações a esse respeito correspondiam às inquietações direcionadas à integração do país, procurando inserir o todo territorial em um projeto nacional único. Ainda sob a sua perspectiva, era preciso entender que, para inserir as vastíssimas extensões de “terras inermes” e “incivilizadas” em um programa de metas, seria necessário antes tomar posse, de fato. Assim, o sentido de integração deveria estar acompanhado da contrapartida material da ocupação. Ação esta que se daria como uma espécie de segunda conquista, agora sob a égide de um senso de progresso que, por suas intenções, deveria afastar da opinião nacional qualquer relação com as expedições predatórias dos séculos de colonização.

Em apresentando dessa forma, a perspectiva do progresso passava a ser o esteio do seu argumento central: seja pela via da República Federativa, ou pelos resquícios do velho unitarismo imperial, era fundamental

---

66 BN. *Correio da Manhã*, 23/3/1905.

67 BN. *Correio da Manhã*, 23/3/1905.

que se conhecesse o que se pretendia juntar. A união de realidades, tão díspares quanto desconhecidas, deveria ser selada com um propósito ético que legitimasse, até mesmo com intervenções “justas”, a autoridade governamental.

As medidas de Estado, relacionadas com a concretização da unidade fronteiriça do país, passaram a ser tomadas a partir de premissas que não abandonavam, em nenhum momento, as referências morais necessárias ao denodo das “intenções positivas”. A retórica que justificava as campanhas, quase sempre de elevado custo para o erário público, era fundamentada na necessidade de civilizar e desenvolver para “moralizar”. Clamon não fazia mais que reforçar, na mesma medida em que se defendia, um protocolo republicano de longa data.

O Decreto nº 164, de Janeiro de 1890, mostrava que:

Colonização da Guiana Brasileira: considerando que deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro a exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional, em sua grande maioria sem meios de empregar, com melhor proveito próprio e público, a atividade com que tem até aqui provido a fortuna pública e a riqueza do Estado;

Considerando que a imensa extensão territorial do Brasil, em sua quase totalidade ainda não apropriada individualmente, permite ao governo da República, no interesse dela e das classes trabalhadoras, proporcionar-lhes a posse de terrenos cuja exploração permite o sustento dos membros dessas classes e a conseqüente moralização do povo pela instituição regular da família, do domicílio e da propriedade:

Considerando a urgente necessidade de povoamento das nossas fronteiras, especialmente amazônica, ainda em grande parte contestada por governos europeus, e até hoje totalmente indefesa;

Considerando que as condições peculiares àquela região não comportam, para povoamento dela, outra colonização mais apta do que a de filhos do Brasil, cuja organização fisiológica já se amoldou por efeitos de hábitos seculares, à ação do mais ardente clima equatorial e de outros agentes naturais próprios do território amazonense: deliberou o governo

fundar colônias nacionais no território da Guiana Brasileira, mediante os favores pelo mesmo decreto especificados.

Organizada a comissão incumbida de explorar o território e de lançar os fundamentos do primeiro núcleo, partiu em março para o seu destino, havendo sido lamentavelmente acometida de febres, a que sucumbiram o chefe, engenheiro Francisco de Paula Ferreira Gomes, o médico e dois auxiliares.

A despeito desta tristíssima ocorrência foram a 6 de julho inaugurados os trabalhos de organização de um centro colonial nas margens do rio Araguari, junto da colônia militar D. Pedro II, em sítio bem reputado pelas suas condições de salubridade e servido por comunicações fáceis<sup>68</sup>.

Nos parece conveniente recuperar que os esforços dos governos da República haviam reverberado também no plano internacional, nas questões da Guiana Francesa, em 1900; e do Acre em 1903. A diplomacia brasileira foi de fundamental importância no sentido de dar ao país fronteiras mais definidas<sup>69</sup>. Fazendo dialogar o Serviço de Relações Exteriores com os atores internacionais, o Brasil reafirmava seu recorte territorial e se “regenerava” de anos de esquecimento das áreas fronteiriças em questão. O debate público, através dos jornais, nacionais e estrangeiros, veiculavam e transformavam os esforços dos diplomatas em verdadeiros atestados de acolhimento, daqueles sertões “ermos e entregues ao olvido”, ao todo do Estado republicano.

Sobre o território do Amapá, que nos anos 20 integrava o estado do Pará, e especificamente a região do Oiapoque, onde se fundou a Colônia Agrícola de “Cleveland”, sabe-se, segundo a exposição de Calmon<sup>70</sup>, nos dias 29 e 30 de dezembro de 1927, que partiria do senador Justo Chermont<sup>71</sup>, em 1919, o pedido da ocupação do Oia-

---

68 **BN.** *Boletim da Sociedade Central de Imigração* – Imigração nº 74, dez. 1890.

69 Ver para uma análise de fôlego dos antecedentes da ocupação definitiva da região, bem como do desenvolvimento das relações fronteiriças no Oiapoque: Carlo Romani. *Aqui começa o Brasil!*: Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

70 Miguel Calmon havia ocupado o cargo de ministro da Agricultura Indústria e Comércio à época da presidência de Arthur Bernardes.

71 O Senador Justo Pereira Leite Chermont (1857-1926) foi deputado provincial em 1880; governador do Pará de 17/12/1889 até 1/2/1891; assumiu no Senado nos



poque. Segundo o plano original, naquele fim da década de 1910, deveriam ser fundadas colônias e “patronatos” para ocupação das fronteiras e desenvolvimento da região, utilizando-se preferencialmente a mão de obra de famílias nordestinas<sup>72</sup>.

Sendo assim, foi nomeado pelo ministro da Agricultura, Ildefonso Simões Lopes, ainda no governo Epitácio Pessoa, um chefe para a Comissão encarregada de criar um núcleo colonial no Oiapoque. O nome do engenheiro Gentil Norberto<sup>73</sup> sobressaía aos demais candidatos, e os trabalhos de instalação da colônia passariam à execução no dia 12 de março de 1920.

Na sua preleção, o senador Miguel Calmon esforçava-se por mostrar que a origem do núcleo de “Cleveland” não se dera na sua gestão no Ministério da Agricultura, e que as condições de salubridade na referida região não eram piores do que as existentes em outras partes da Amazônia. Mostrando-se indignado com os ataques diretos, tentava evidenciar a falta de fundamento e os muitos exageros dos mesmos.

A defesa de Calmon, que provavelmente levou todo o ano de 1927 para ser elaborada, possibilita o desenho de um painel bastante claro dos meios pelos quais foram executados os primeiros trabalhos de fundação do núcleo. Segundo os registros do Senado, teria o governador do Pará, Lauro Sodré<sup>74</sup>, em 1920, através da apresentação de uma emenda

---

períodos de 1894, 1900 e 1921 mantendo-se na cadeira até 1926 até a sua morte. Ficou cerca de 26 anos como titular de mandatos, foi do Partido Liberal no Império e destacou-se pela fundação do Clube Republicano, em 1886, no Pará onde era bacharel em direito, formado pela Faculdade de Direito do Recife. No ano de 1918 assume no Senado a vaga de Lauro Sodré que é empossado no governo do Pará. Foi ministro das relações exteriores de Deodoro e ficou ao lado de Prudente de Moraes, contra Pinheiro Machado. Fundou o jornal Estado do Pará em 1911, tendo constituído patrimônio considerável na região; era proprietário de grandes extensões de terra na região do Oiapoque e, portanto, um dos maiores interessados no desenvolvimento da região. Leonardo Leite Neto (coord.). *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros*. 1826 a 1986 – vol. III, Brasília: Centro Gráfico, 1986.

72 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

73 O gaúcho Gentil Norberto chefiou a revolta de 1900/1901 no Acre, tendo conseguido várias vitórias. Hélio Viana. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, p. 227.

74 Lauro Sodré foi eleito governador do Pará, pelo voto indireto, em um longo mandato, entre junho de 1891 e fevereiro de 1897. Era republicano histórico, fundador do Clube Republicano no estado, e positivista no campo filosófico. Foi na Escola Militar da Praia Vermelha, onde ingressou em 1877, que teve seus primeiros contatos com as ideias positivistas, graças ao professor Benjamim Cons-

ao orçamento da Agricultura, conseguido dar os primeiros passos para a colonização do Oiapoque. Após “ampla” aprovação, pela comissão de finanças do Senado, com a interferência do senador Justo Chermont, o projeto receberia 600.000 contos<sup>75</sup>.

Foram arrolados por Calmon diversos depoimentos em seu favor, públicos e oficiais, da função social da Clevelândia, da necessidade enquanto fronteira colonizadora e seus benefícios para a “Pátria”. Mesmo o *Correio da Manhã*, de 13 março de 1920, acérrimo detrator do regime ao qual serviu Calmon como ministro, foi incluído no grupo de testemunhas e entusiastas do projeto de colonização no seu primeiro ano. Para o diário carioca, à época da criação da colônia, a região desfrutava de clima excelente e era dotada de todos os recursos naturais, as terras do Oiapoque “eram fertilíssimas e de futuro inigualável”<sup>76</sup>.

A eficiência do sistema hospitalar, ressaltados os parâmetros geográficos, não deixou de figurar no elenco de justificativas. Segundo Calmon, apresentando para tanto um ofício da parte do general Clodoaldo da Fonseca, já em 1921, se recorria ao posto hospitalar da ainda comissão colonizadora da Clevelândia para o tratamento de enfermidades dos soldados das guarnições vizinhas<sup>77</sup>.

No relatório do ano de 1922, do engenheiro Gentil Norberto, sustentava-se o chefe do núcleo na opinião “acatada nos meios científicos” do Dr. Heraclides C. de Souza Araújo, chefe do serviço de Profilaxia Rural no Pará:

Pela média geral de hemoglobina e baixa percentagem de baço palpável, vemos, com prazer, que a situação sanitária desta futura localidade (Cleveland) é mais lisonjeira que de qualquer zona do Gurupi ou da Estrada de Ferro de Bragança.

Entretanto, o sanitarista H. C. de S. Araújo aludia à necessidade de maiores esforços para conter endemias e melhorar as condições sanitá-

---

tant. Mais tarde ingressaria na Maçonaria, com a qual muito colaborou no estado. Mantendo-se na política, elegendo-se quatro vezes senador, voltaria ainda mais uma vez a governar o Pará, entre 1917 e 1921. Cf. Ricardo Borges. *O Pará Republicano: 1824-1929*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

75 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

76 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

77 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

rias do local. No seu artigo escrito para o *Boletim Sanitário* de 1923, nº 5, sob o título: “Costumes Paraenses”, Souza Araújo tecia as seguintes considerações:

Para ser metódico nas minhas descrições e narrações, começarei pelo alto Gurupy, na fronteira com o Maranhão, terminando em Clevelândia, núcleo colonial do Oiapoque situado pouco abaixo dos saltos Robinson, na fronteira com a Guiana Francesa<sup>78</sup>.

O artigo segue fazendo menção aos tipos e habitações da região: “A comissão colonizadora daquela rica zona, construiu, em Clevelândia, casas de madeira de lei, pintadas a óleo, envidraçadas com soalho e teto e cobertura de telhas de barro, tipo francês”<sup>79</sup>. Sobre os meios de comunicação, transporte de materiais de construção e dos contingentes de migrantes, estes eram feitos, uma vez por mês, em sua maioria por vapores da *Amazon River*. A casa F. Tanon & C., de França, com filiais em Caiena, mantinha também uma linha de navegação quinzenal de Saint George, no Oiapoque, para Caiena e Maroni<sup>80</sup>.

No artigo do sanitarista não faltaram observações de cunho social que, além de registrarem curiosidades do cotidiano, revelam muito sobre o olhar do cientista.

Quanto à moral dessas populações do sertão, verifiquei falhas muito graves. Para não ser muito prolixo, limito-me a transcrever da folha de meu diário de viagem o seguinte trecho: “Temos notado que o problema sexual no interior do Pará está resolvido, mas de maneira mais imoral possível. Dado o modo de vida desta gente rústica, da prostituição precoce que aí se observa por toda a parte, da sem-cerimônia com que se ajuntam negros com brancas, homens que entre os demais habitantes são respeitados ou temidos, com qualquer meretriz de baixo estofa, pais e mães que entregam as filhas, ou que as exploram senvergonhamente – só temos uma conclusão: *este povo é imoral!*”

---

78 **BN.** Dr. H. C. de Souza Araújo. Costumes Paraenses. In: *Boletim Sanitário de 1923*. Rio de Janeiro: nº 5.

79 *Ibidem.*

80 *Ibidem.*

A distância dos centros civilizados, a falta de comunicação, a ignorância e a penúria em que vivem são os principais fatores dessa situação de miséria social<sup>81</sup>.

Acrescentando que:

Cada vez que viajo por estas plagas mais me convenço da necessidade que o governo tem de mandar ensinar essa gente do interior a trabalhar. As comissões ambulantes de Profilaxia Rural, deviam ser acompanhadas de agrônomos incumbidos de orientar os nossos patrícios na cultura do solo<sup>82</sup>.

Na sequência do texto, o funcionário permaneceria assinalando a importância civilizatória da obra e a necessidade de moralizar os índios, extirpando-lhes os “hábitos bárbaros” e inculcando os bons elementos do trabalho.

O ciclo da borracha ocupou relativo destaque na narrativa. Foi citado como elemento explicativo da decadência não só da região do Oiapoque como também do próprio Pará.

Sobre as primeiras obras na Clevelândia, entre os anos de 1920 a 1924, opinava Miguel Calmon:

(...) fizeram-se importantes serviços e construções na colônia. Eis um resumo dos trabalhos realizados, feito pelo Dr. Gentil Norberto, engenheiro chefe da comissão colonizadora do núcleo Cleveland:

“Aprovado pelo Sr. ministro da agricultura o meu plano de trabalho, desde logo dei início ao serviço de derrubada da mata no local escolhido para a futura sede da colônia, que foi inaugurado oficialmente no dia 5 de maio de 1922, tomando o nome de Cleveland, por ordem do governo”<sup>83</sup>.

81 *Ibidem*.

82 Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros vol. 14 I.B.G.E., o termo Oiapoque pode ter sua origem nos índios Oiampis e o nome da região a uma junção dos vocábulos em tupi: “oiap-oca”, ou seja, casa dos Oiampis. E ainda o próprio Amapá, onde se circunscreve o referido lugar, teria, segundo “E. Goeldi, nas suas escavações Arqueológicas de 1895, diz que Amapá é um aterro sepulcral e que o vocábulo pode proceder de mbopá, defunto.” Alfredo Moreira Pinto. *Suplemento aos Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1935.

83 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

A nós desperta interesse a origem do nome “Cleveland”, não por simples questão de ilustração, mas porque o nome sugere uma relação mais ampla da região com o contexto da política externa brasileira.

Segundo padre Rogério Alcino, o nome teria sua origem em uma homenagem ao presidente americano, Grover Cleveland, fruto de sua atuação favorável ao Brasil na questão do Acre<sup>84</sup>. A afirmação é equivocada, na medida em que o arbitramento do referido presidente americano deu-se na questão de Palmas, com a Argentina, em fins do século XIX. A solução da questão do Acre, no tratado de Petrópolis de 1903, tampouco foi resolvida por arbitramento<sup>85</sup>.

Talvez os elementos que aproximem as questões acima referidas, de uma provável origem do nome Cleveland, sejam a atuação do barão do Rio Branco em quase todas as questões de fronteira no final do século XIX e início do XX e a existência de outra cidade com o nome de Clevelândia no Paraná. É bastante provável que a Clevelândia do “Sul”, município fundado em 1892, tenha relação com a área contestada, contemplada no acordo de Palmas, que, do lado brasileiro, encontrava-se no território do Paraná.

Mas, no que se refere à participação de Rio Branco nas negociações e os indícios da origem do nome da colônia estarem hipoteticamente relacionados com os EUA, podemos interpretar da seguinte forma:

Embora a amizade brasileiro-norte-americana remonte ao período colonial, a gestão de Rio Branco representou um marco. Verdadeiro ponto de inflexão. Há certa unanimidade entre os analistas em afirmar que a política exterior do Brasil no período referido deseuropeizou-se e americanizou-se. Não se pode, todavia, perder de vista que a americanização teve início com a República<sup>86</sup>.

O chanceler brasileiro percebia, até mesmo no “Corolário Roosevelt”, redimensionamento ainda maior da Doutrina Monroe, uma certa

---

84 Padre Rogério Alcino. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971, p. 85.

85 No litígio do Brasil com a Guiana Francesa houve arbitramento do presidente da Suíça, Walter Hauser, em 1º de dezembro de 1900. Hélio Viana. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, p. 216.

86 Luiz Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 162.

possibilidade de consolidação de pretensões brasileiras. Ele entendia que as “nações mais fortes” poderiam desempenhar uma “ação benéfica” em favor da paz das suas irmãs mais “fracas”<sup>87</sup>.

Desde a época – fins do século passado – em que esteve em missão especial junto ao governo da Suíça para defender a causa brasileira no litígio com a França pela posse do Amapá, Rio Branco mantinha receios da agressividade europeia. Tais receios levaram-no a atribuir caráter defensivo à Doutrina Monroe, e por isso mesmo com exata aplicação às questões de limites entre nações latino americanas e as potências europeias que ainda conservavam colônias no continente americano, pois ela contribuiria para impedir que aquelas potências alargassem os limites de suas colônias na América<sup>88</sup>.

Não fica difícil, dessa forma, traçar uma possível ligação entre o pensamento propugnado pela linha diplomática de Rio Branco e a escolha do nome de um presidente, simbolicamente representativo nas questões de fronteira, como Groover Cleveland. Até porque:

Os seus sucessores (de Rio Branco) – principalmente Lauro Miller, Azevedo Marques, Félix Pacheco e Otávio Manga-beira – deram continuidade a tal política de amizade, mas com outro contorno: o do alinhamento automático<sup>89</sup>.

Ao cotejarmos as linhas adotadas pela diplomacia brasileira com o discurso de preenchimento dos espaços vazios em áreas fronteiriças do norte do país, é bastante plausível a hipótese de que o nome “Cleveland” esteja ligado aos acordos ou alianças estabelecidos pela política externa brasileira.

Segundo Calmon, a colônia de Clevelândia passaria, já em junho de 1922, a receber algumas “dezenas de famílias” de trabalhadores nacionais<sup>90</sup>, a escola principiava a funcionar com 45 alunos, e, pela pri-

---

87 *Ibidem*, p. 165.

88 *Ibidem*, p. 173.

89 *Ibidem*, p. 182.

90 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

meira vez na Clevelândia, “o nosso belo hino nacional foi cantado por 45 vozes infantis, no momento em que se erguia a bandeira nacional, no dia do centenário da nossa independência política”<sup>91</sup>. Entre 1923 e 1925, teriam sido concluídas as obras da hospedaria dos imigrantes, igreja, casas particulares, estação rádiotelegráfica e a secretaria. E ainda, “28 quilômetros” de estradas vicinais foram abertos através da mata virgem, com as melhorias se estabelecendo a “olhos vistos”. “Era de franco progresso a situação da Clevelândia, quando chegaram ali, em 26 de dezembro de 1924 e 6 de janeiro de 1925, as primeiras turmas de deportados”<sup>92</sup>.

Os primeiros contingentes populacionais da Clevelândia foram muito provavelmente formados por retirantes<sup>93</sup> das grandes secas que assolaram vastas áreas dos estados do Nordeste, principalmente a partir de 1915. Em 1922, na presidência de Epitácio Pessoa, uma comissão composta pelo general Cândido Mariano Rondon, Ildefonso Simões Lopes e o deputado paulista, Paulo de Moraes Bastos, foi indicada para tentar minorar o impacto das secas, avaliar as condições locais para a resolução do problema e acompanhar algumas obras que pareciam inadiáveis<sup>94</sup>. Somas consideráveis foram destinadas às obras, o que suscitou a desconfiança de irregularidades e desvios no decorrer dos trabalhos de recuperação de estradas, extensão das linhas férreas e criação de açudes. Não nos parece casual a presença na comissão de dois nomes bastante identificados com o núcleo colonial da Clevelândia. Referimo-nos a Rondon e Simões Lopes.

Arthur Bernardes não daria continuidade aos esforços do seu predecessor no que se refere às obras contra as secas. A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão criado por Epitácio Pessoa, durante o quadriênio bernardista, assistiu impotente à redução de verbas destinadas à mitigação dos problemas estruturais dos estados nordestinos mais afetados<sup>95</sup>.

---

91 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

92 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

93 Para um panorama mais detalhado dos grupos sociais formadores do núcleo colonial, da ocupação da Clevelândia e de seu cotidiano, ver o livro: Carlo Romani. *Aqui começa o Brasil! histórias das gentes e dos podres na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

94 Marco Antonio Villa. *Vida e Morte no Sertão*: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001, p.133.

95 *Ibidem*, p. 138.

Na narrativa do texto de Miguel Calmon as queixas aos “processos vis, empregados pela politicagem no nosso país”<sup>96</sup>, por trás das quais figurariam políticos baianos e elementos do Distrito Federal, eram recorrentes. Ele afirmava que tais indivíduos valiam-se, por isso, dos incidentes que impressionam a população carioca para torcê-los à sua feição, explorando a credibilidade pública em benefício das ambições de mando no Estado<sup>97</sup>. Nesse ponto, o senador Calmon referia-se à campanha sistemática que se desenvolveu após o fim do estado de sítio, em 1927. Uma grande parte da imprensa de oposição deu tratamento prioritário aos reclamos dos deportados que retornavam em navios do Lloyd Brasileiro. E, como veremos, os depoimentos deram conta de uma realidade bem distinta daquela exposta pelo discurso oficial.

Sobre o problema dos prisioneiros, que era, em si, o mérito da questão, ele respondia:

Não é outra origem da parte perversa que me atribuem nas deportações para a colônia “Cleveland”, no Oiapoque, só por pertencer esse estabelecimento ao ministério da Agricultura, do qual era eu o titular.

Ser-me-ia fácil responder, sem mais ambages, que não podia ter maior responsabilidade nesse particular, porque não era da atribuição nem competência do Ministério da Agricultura prender nem deportar quem quer que fosse<sup>98</sup>.

Calmon criava uma separação “didática” e mecânica entre os ministérios, as competências aí foram dispostas como álibi para o réu-político. Os limites das suas atribuições representariam, também, o testemunho de sua inocência. Mas como parte integrante do governo ele respondia:

Mas não há na deportação para a colônia “Cleveland” motivos de censura ao governo, porque foi a isso forçado por medida de salvação pública, sem que dispusesse de outra solução aplicável no momento, nada constando então que contraindicasse a medida.

---

96 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

97 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

98 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.



O envio de prisioneiros à região foi a sequência necessária, segundo o ex-ministro, de atitudes tomadas pelo governo para conter os motins que o assolavam e que se espalhavam por todo o país. A segurança do Estado teria obrigado o presidente Bernardes, após várias convocações, quase sempre em caráter de urgência, a pedir solução aos seus ministros para a acomodação dos presos políticos.

Coube então ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, resolver o delicado inconveniente criado pelo estado de sítio. Já que existiam as “dificuldades oriundas de possíveis interpretações do Supremo Tribunal, quanto ao desterro e aos locais para a reclusão dos mesmos, como deu em solução de vários pedidos de *habeas corpus*.” O ministro teria sugerido ao governo alguns locais para o alojamento dos prisioneiros: “(...) Ilha das Flores (hospedaria de imigrantes), os núcleos coloniais do Paraná e de Santa Catarina, até os centros agrícolas da Paraíba, Piauí, Pará (Cleveland) e Amazonas”.

Através da ação conjunta dos ministérios da Justiça, Marinha e Guerra, houve, segundo Calmon, uma “separação” dos presos políticos: “de modo que permanecessem nesta capital ou em lugar não muito afastado os que tivessem respondendo processo”<sup>99</sup>. A Ilha das Flores ficou com parte do contingente, pois possuía alojamento para mais de mil pessoas. Quanto aos núcleos coloniais e centros agrícolas, verificou-se que, salvo Clevelândia, todos os demais não podiam ser utilizados; ou pelos perigos de invasão e revolta, que ameaçavam constantemente os estados; ou pela oposição dos respectivos governadores, a que permanecessem presos políticos dentro dos seus estados<sup>100</sup>.

Diante do quadro apresentado, foram enviados para Clevelândia, em “dezembro de 1924”, “250 presos”, considerados “perigosos pelos seus péssimos antecedentes”<sup>101</sup>. E também uns outros procedentes da revolta no Amazonas, em um número não inferior a 120. Sobre estes últimos, o chefe de polícia do Distrito Federal o marechal Carneiro da Fontoura em bilhete firmado e timbrado do “Gabinete do Chefe de Polícia do Distrito Federal”, endereçado ao presidente da República escrevia:

---

99 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

100 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

101 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

Acabo de receber de um meu amigo e parente negociante em Belém (Pará) que se projeta um movimento revolucionário em Manaus para impedir a posse do Interventor Federal, não sendo estranhos a esse movimento as guarnições federais do Pará e Amazonas, (26º e 27º Batalhão de Caçadores)<sup>102</sup>.

A chegada dos referidos presos alterou significativamente o cotidiano da colônia<sup>103</sup>, embora o ex-ministro insistisse em que as informações davam conta ao Ministério de que o estado sanitário se mantinha satisfatório, havendo instalações bastante convenientes para todos os “detentos”, os quais se mostravam bem dispostos, a ponto de pedirem alguns a companhia de suas famílias<sup>104</sup>.

A medida das deportações era tida como recurso legítimo, justamente porque faltavam maiores recursos:

Passados alguns meses, premido pelas dificuldades em que se encontrava com a perspectiva de novos pedidos de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal, até por parte de presos que estavam na Ilha das Flores, resolveu o governo mandar os prisioneiros de Catanduvás, em numero de 577, também para “Cleveland”<sup>105</sup>.

O *habeas corpus* representou, como vimos, um verdadeiro obstáculo aos procedimentos de segurança interna:

O governo passado (Arthur Bernardes) manteve durante bastante tempo os detidos por motivo de revolta em São Paulo, em Sergipe e nesta capital ou nas suas imediações, só se servindo da Ilha de Trindade e da colônia “Cleveland” forçado pelas circunstâncias e, sobretudo, pelos pedidos de *habeas corpus* em favor de numerosos presos políticos quer por motivo do local em que se achavam recolhidos, quer por não poderem ser conservados em reclusão no lugar do desterro<sup>106</sup>.

---

102 A mensagem tem a data de 8/11/1924. **AAB**. MR 06.

103 A mensagem tem a data de 8/11/1924. **AAB**. MR 06.

104 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

105 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

106 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

A argumentação do senador intenta mostrar que não houve predisposição do governo em eliminar ou enviar ao “matadouro” os prisioneiros. Tinha havido sim a necessidade de “cumprir com o dever” sustentando que, ao contrário de outros momentos graves da vida política nacional, nos quais o mecanismo da deportação foi utilizado, os nomes dos implicados no episódio foram registrados na sua totalidade. As identidades dos deportados não tinham sido trocadas, e figuravam nas listas dos Ministérios da Agricultura, Justiça e da Guerra. Dessa forma ele sustentava que, em contraste com outros tempos, o governo havia primado pela “transparência” e conduta “responsável”. Era uma atitude inevitável, portanto, diante de um caso de segurança nacional: “Basta dizer que, de 20 estados, só dois, o Espírito Santo e o estado do Rio, ficaram indenes de invasão ou da revolução, ainda assim ameaçados mais de uma vez”<sup>107</sup>. Referiu-se à revolta de Sergipe, à necessidade de afastar os presos para a tranquilidade do Estado, aos presos do encouraçado São Paulo e à falta de segurança nas ilhas da Baía de Guanabara. Ao finalizar asseverava: “A história saberá definir responsabilidades, indo perscrutar as verdadeiras origens da crise nacional, que culminou no seu quatriênio”<sup>108</sup>.

Sobre o encouraçado *São Paulo* é relevante registrar que parte da tripulação da belonave amotinou-se em 4 de novembro de 1924 com o empenho de apenas 8 “tenentes”<sup>109</sup>, além da “marujada”. A ação acontecera pouco depois do desmonte da “conspiração” do vice-almirante Protógenes Guimarães, este afeito aos militares rebeldes ligados ao general Isidoro Dias Lopes. Os envolvidos no motim do encouraçado, que se encontrava fundeado na Baía de Guanabara, esperavam por uma adesão maior. O torpedeiro *Goiás* chegou a ensaiar o alinhamento ao movimento, mas foi rendido nas primeiras horas da ação por forças leais ao governo. Uma das figuras de destaque do *São Paulo* foi o primeiro-tenente Herculino Cascardo, posteriormente presidente da Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

---

107 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

108 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

109 Francisco Carlos Pereira Cascardo. *O Tenentismo na Marinha: primeiros anos –1922 a 1924*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p.497.

### 3.5. OS ÓBITOS E AS EPIDEMIAS NO EXÍLIO DA CLEVELÂNDIA

Em relação aos óbitos e sequelas provocados pelas doenças da região, Miguel Calmon foi categórico ao sustentar a responsabilidade dos prisioneiros de Catanduvas na transmissão da disenteria bacilar. Imputou diretamente aos soldados vindos do Sul do país a responsabilidade pelo “flagelo da doença mortal”, que dizimou a “maior parte” dos internos do campo.

O relatório do oficial do ministério, Oldemar Murтинho serviu de base às afirmativas de Calmon de que os óbitos estariam associados à disenteria bacilar, irrompida na colônia, em agosto de 1925. É certo que o documento produzido pelo referido funcionário, tendo este visitado mais de uma vez o núcleo, deu certa sustentação ao ex-ministro. Entretanto, na sua totalidade, o texto acaba por explicitar algumas contradições em relação ao que realmente pretendia o senador ao formular sua defesa.

Miguel Calmon insistia na tese de que a disenteria bacilar, bastante contagiosa, era favorecida pelos ajuntamentos em locais sem conforto e sem higiene, onde a água e a alimentação não eram de boa qualidade. Justamente o “terrível mal”, que vitimou um número elevado de indivíduos, nunca havia sido visto em toda a zona do Oiapoque e teria aparecido depois da chegada dos “revolucionários de Catanduvas”. Ainda segundo Calmon, a doença teria sido adquirida nas trincheiras durante o cerco erguido pelas tropas legalistas no Paraná<sup>110</sup>.

Com o fito de comprovar as suas afirmações ele apresentava, em anexo, o parecer do médico do hospital “Simões Lopes”, Dr. Joaquim Paulo de Souza, no qual, ao que tudo indica, teria se inspirado para suas considerações. O médico era qualificado como elemento “cujo devotamento aos presos não teve limites” e segundo esse, referindo-se ao período mais agudo da doença, a questão se punha da seguinte forma:

É difícil descrever a situação que se nos apresentava. Todos os dias baixavam ao hospital muitos doentes atingidos pela epidemia; muitos deles, talvez 40%, baixavam em coma e

110 BN. *A Notícia*, 4/1/1928.

outros em estado desesperador, e nos outros, que se apresentavam em número avultado, observamos em geral, a despeito de todos os nossos esforços e dedicação para salvá-los, a continuação da moléstia até o final. *É de certo bom notar-se que nem todos os atacados faleceram, sendo, aliás, dever meu dizer que, talvez devido ao muito trabalho, boa vontade e esforço nosso e dos auxiliares enfermeiros, que foram incansáveis, o coeficiente mortuário, apesar de elevado, não foi o que poderia infelizmente atingir, sabendo-se que a população a esse tempo da “Clevelândia” orçava por umas 1.200 almas*<sup>111</sup>.

As palavras do chefe da comissão colonizadora e diretor do núcleo, Gentil Norberto, vinham complementar o arrazoado argumentativo, isentando a comissão de qualquer culpa. Afirmava Norberto que os deportados políticos sequer trabalhavam, salvo quando era por iniciativa própria e, nesse caso, eram remunerados. Os maus-tratos, ainda segundo ele, faziam parte de maquinações fictícias e perversas. Em relação aos criminosos comuns, na sua quase totalidade, só trabalhavam das 7:30 às 11 horas, e das 13 às 14 horas, na limpeza da sede e em outros serviços, recebendo em troca cigarros, roupas e pequenas remunerações em dinheiro. Ainda segundo ele, qualquer castigo corporal na colônia tinha sido abolido na sua administração<sup>112</sup>, acrescentava que a dieta dos prisioneiros era de qualidade e que muitas famílias da capital se julgariam felizes se dela pudessem dispor<sup>113</sup>.

Contra as acusações de desvio de verbas e corrupção nos negócios relacionados com a colônia, Camon insistia que, já em março de 1926, o governo havia aplicado 836.048 contos, desde a chegada dos presos em dezembro de 1924. Testemunhava a lisura na prestação de contas feitas pelo diretor Gentil Norberto, como também pelo Dr. Dulphe Pinheiro Machado, substituto do referido diretor. Demonstrando, através de listas anexas ao discurso, balancetes com a praxe burocrática administrativa.

Miguel Calmon não hesitou em defender seus subordinados de qualquer crítica, apontando inclusive a omissão de outros Ministérios na tarefa de manter o campo: “O pessoal da colônia fez muito mais do

111 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

112 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

113 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

que podia e lhe competia, visto dever estar também a assistência médica a cargo do serviço de Saúde do Ministério da Guerra, que lá mantinha o seu numeroso destacamento militar para a guarda dos presos”<sup>114</sup>. Mas, ao que parece, a despeito de todas as falhas apontadas por ele, reconhecia uma certa parceria em momentos importantes:

Foi para liquidar parte desses compromissos (verbas parceladas) e fazer despesas necessárias daquele mês até a libertação dos presos, inclusive o transporte dos mesmos para o sul do país, o qual foi autorizado em outubro de 1926, que foram mandados entregar pelo ministério da Guerra dois créditos, na importância total de 700:000\$ ao dr. Dulphe Pinheiro Machado<sup>115</sup>.

Para Calmon, todas as medidas foram tomadas objetivando evitar a tragédia que acabaria por vitimar cerca de “40% dos presos na colônia”. Até mesmo, antes do fim do governo Bernardes, teriam sido devolvidos alguns internos aos seus estados de origem, atitude que, segundo ele, não teria sido muito bem aceita pelos próprios governos locais. A medida teria sido consequência de uma decisão do STF, em 1925, ao permitir que os presos transitassem livremente pela área restrita do desterro, a exemplo do que acontecia na Ilha das Flores. A argumentação de Calmon nesse ponto quer fazer crer que a permanência dos presos na colônia fazia parte de uma determinação não definida claramente pelo governo, portanto não articulada. Era, ao largo de sua lógica, uma árdua tarefa a ser cumprida pelo seu Ministério.

Para Calmon, o seu compromisso e o dever patriótico, além, é claro, da fidelidade ao governo, justificavam todos os seus atos à frente do Ministério. A sua defesa foi feita com o propósito de transformar vício em virtude. Ao destacar a honradez dos princípios, a austeridade nas contas e a desenvoltura em tratar racionalmente os recursos destinados à manutenção da área, é nesse sentido que ele o faz. A neutralidade e a competência no trato da coisa pública aparecem no discurso como “ante-paros morais” à desconfiança semeada pelos inimigos do governo. Em assim sendo, poucas vezes havia errado a administração, salvo pequenos deslizes e, quando o fez, foi por força da insensibilidade dos demais

---

114 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

115 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

parceiros governistas. Em suma, segundo as fontes oficiais: “A epidemia que grassou em ‘Cleveland’ resultou do estado do país”<sup>116</sup>.

Na seção de 30 de dezembro de 1928, insistiria Miguel Calmon: “Desobrigando-me do compromisso assumido, vou continuar hoje a prestar ao Senado todos os esclarecimentos relativos ao assunto, baseando-me sempre em depoimentos acima de qualquer suspeita”<sup>117</sup>. Essa referência aos depoimentos é recorrente, direta ou indiretamente, em todo texto, assim como a contraposição a esta condição, ou seja, os indignos de credibilidade, os suspeitos.

Em relação a essa questão, já no dia anterior, Gentil Norberto havia dito que:

Antes de dar por finda esta parte da minha exposição, peço aos leitores que me acompanhem nas seguintes reflexões: em que fatos se basearam os jornais para acusarem a comissão do Oiapoque nos termos violentos em que o fazem?<sup>118</sup>

Nesse momento a defesa assume um tom de desqualificação em relação ao grupo deportado.

Quem eram eles? Eram pessoas idôneas cujas palavras pudessem ser acreditadas sem maior exame? Foram identificados os seus depoimentos? Não preciso responder, porque a resposta está na consciência de cada um. Nenhum juiz ousaria dar uma sentença, baseado somente em depoimentos desta ordem<sup>119</sup>.

Eis aí a problematização dos fatos em si. Até que ponto alguém, que apresentava provas de documentos oficiais podia continuar a ser “insultado” pelos depoimentos de quem nada provava? Segundo tal raciocínio, completamente ancorado no preconceito, não era razoável aceitar como verdadeiras as histórias de tantas experiências horripilantes, pelo simples fato de estarem sendo narradas por indivíduos com credenciais sociais tão duvidosas, tão suspeitas aos olhos da justiça. Na sua defesa

---

116 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

117 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

118 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

119 **BN.** *A Notícia*, 04/1/1928.

Miguel Calmon indicava a medida precisa da verdade, dos depoimentos que deviam ser levados realmente em conta, do que servia de fato como prova.

No que tange à epidemia, assunto dos mais polêmicos, afirmou que essa fazia parte de uma seqüela de todo o movimento militar. Alargava a dimensão do problema da Clevelândia, dizendo que, segundo o Dr. Henri Bouquet, no seu excelente livro *La Médecine du temps présent*, a amebíase era uma herança da Grande Guerra<sup>120</sup>, e que em outras partes do Brasil, em função dos acontecimentos revolucionários, grassavam muitas outras epidemias. Referia-se a outros momentos semelhantes da história recente do país, em que homens tinham morrido em condições semelhantes. Calmon não deixou de citar um exemplo de drama pessoal: a morte de seu irmão, o médico Manoel Calmon, durante a guerra de Canudos, vítima de um surto de varíola e febre. E dessa forma inferia:

A última revolta não fugiu a regra dos três flagelos inseparáveis: guerra, peste e fome. Foi o quadro da grande conflagração europeia que acabou pela fome da Alemanha e pela tragédia universal da gripe espanhola<sup>121</sup>.

Durante as últimas partes do discurso prosseguiu relativizando os acontecimentos na colônia e, no que diz respeito ao impaludismo, sobretudo em relação “a homens que estavam habituados às febres das margens do Tietê e do Paraná” (o contingente de Catanduvas), dizia ser absurdo atribuir a exclusividade daquele mal à região do Oiapoque. Seria, segundo ele, desconhecer as condições sanitárias de várias partes do Brasil, inclusive da periferia do Distrito Federal. E concluía utilizando o combate ao impaludismo:

Temos de enfrentá-lo e vencê-lo, como já o fizemos em tão vastas regiões de S. Paulo, do Sul da Bahia e de outros estados, e na execução de obras, quais as do novo abastecimento de água desta capital, da E. F. Noroeste do Brasil, do prolongamento da central a Pirapora e da Madeira a Mamoré, lembrando-nos sempre que se deu com a Grécia

---

120 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

121 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.



e Roma, até hoje perseguidas pelo paludismo, o que não impediu criassem as duas maiores civilizações da humanidade<sup>122</sup>.

Não há dúvida alguma de que foi usado todo o artifício e cabedal ilustrativo acumulado pela sua formação erudita neste exemplo inequívoco de retórica. Ao falar da liberdade dos prisioneiros, dentro dos limites do campo, afirmou que muitos, aproveitando o regime estabelecido, escapavam:

Foi tão grande o número dos que se evadiram para a Guiana Francesa que o governo daquela possessão reclamou ao governo brasileiro, em princípio de 1926, contra a permanência deles lá, visto se acharem sem recursos<sup>123</sup>.

Há que se notar que tal afirmação compromete em grande parte argumentos anteriores, principalmente no que diz respeito à qualidade de vida no núcleo colonial.

Ao finalizar a exposição, que ocupou duas sessões no Senado, Miguel Calmon anexou e leu alguns telegramas enviados da Clevelândia pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon. O general, a esta época, já se notabilizara pelo trabalho como sertanista e por “serviços prestados” ao governo Bernardes, no cerco aos soldados de Catanduvás.

Um primeiro radiograma teria sido endereçado, já na presidência de Washington Luís, ao ministro da Agricultura, Lyra Castro, em 26 de junho de 1927. Acusava a chegada ao núcleo e fazia considerações sobre os dotes topográficos da área, aconselhando abertura de estradas para as localidades vizinhas de Santo Antônio e Espírito Santo. Terminava a missiva com: “O estado sanitário é bom não existindo doentes no hospital”<sup>124</sup>. Em radiograma de despedida do núcleo, enviado ao mesmo ministro, em 25 de julho de 1927<sup>125</sup>, Rondon agradecia a “hospedagem” e referia não ter sofrido o seu grupo com o impaludismo. Aconselhava que se introduzissem técnicas mais modernas de produção nos lotes dos “trabalhadores nacionais” que, segundo ele, cultivavam:

---

122 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

123 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

124 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

125 **BN.** *A Notícia*, 4/1/1928.

cana, banana, mandioca, legumes e muitas árvores frutíferas. Há no relato algumas referências aos índios da região.

Existem mais dois radiogramas: um, de 26 de junho de 1927, endereçado ao Dr. Simões Lopes, fundador da Clevelândia, e ex-ministro do governo Epitácio Pessoa, no qual envia cumprimentos e “parabéns pelo serviço prestado nesta fronteira com o início do seu povoamento sistemático”<sup>126</sup> e outro, de 3 de julho de 1927, destinado ao senador Miguel Calmon, como resposta a uma mensagem de 23 de junho de 1927, no qual Rondon afirma ser proveniente dos seringais e não da Colônia da Clevelândia o impaludismo. Assim o general se despedia apelando para a necessidade de prosseguirem os esforços de colonização, “para não sermos taxados de fracos”, complementava<sup>127</sup>.

Resumia então, o senador Calmon, os pontos principais e conclusivos:

- a) – A colônia “Cleveland” não foi fundada pela administração do presidente Bernardes, que já encontrou instalada e tida como dispendo de boas condições de salubridade;
- b) – As deportações de presos políticos, desde o começo da República, sempre se fizeram para o extremo norte, bastando lembrar o que se fez após a revolta de 14 de novembro de 1904;
- c) – O governo só deportou para “Cleveland” em último caso e forçado pelos pedidos de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal, que não permitiam a conservação dos presos aqui;
- d) – Os deportados para “Cleveland” foram presos que tinham os piores antecedentes e sem nenhum título especial que os recomendassem;
- e) – Nada faltou em matéria de alimentação e assistência médica aos presos de “Cleveland”;
- f) – Nunca houvera em “Cleveland” caso algum de disenteria bacilar, que só irrompeu ali com a chegada dos últimos deportados procedentes de Catanduvas;

---

126 **BN**. *A Notícia*, 4/1/1928.

127 **AEL**. *O Jornal*, 3/1/1928.

g) – A disenteria bacilar que grassou, sob forma epidêmica, em “Cleveland”, como em Belém e outros pontos do país, e que é comum em Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, foi consequência da revolta, a exemplo da *gripe* espanhola que resultou da guerra europeia, sem que caiba culpa ao governo senão aos próprios acontecimentos que se desenrolaram e perturbaram a normalidade da vida da sociedade; tendo-se, aliás, verificado, em virtude da mesma coisa, em várias zonas do norte e do sul do Brasil, epidemias de varíola, sarampo, febres de mal caráter (sic), etc., que ceifaram milhares de vidas, inclusive das forças legais;

h) – A percentagem de óbitos, por impaludismo, de deportados em “Cleveland” foi muito reduzida;

i) – “Cleveland” continua a existir como núcleo colonial, com o funcionalismo a postos, merecendo recentemente os maiores louvores do general Rondon, que a visitou e lá permaneceu com seu estado maior durante cerca de um mês, sem nada sofrer quanto à saúde, não encontrando nenhum colono com paludismo, e considera indispensável prosseguir-se na colonização do Oiapoque, a qual é a melhor garantia contra a invasão dos vizinhos estrangeiros, ambiciosos de suas grandes riquezas naturais<sup>128</sup>.

O senador pretendia, com a síntese apresentada, sob forma de tópicos didaticamente expostos, dirimir quaisquer dúvidas sobre sua integridade e probidade política durante o exercício do cargo de titular do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no governo anterior.

### 3.6. ALGUNS DEPOIMENTOS COMPLEMENTARES

Encontramos, nos esclarecimentos prestados por Miguel Calmon, um elenco importante de depoimentos de internos do núcleo, não apenas pelos possíveis elementos de contradição, ao serem os relatos cotejados ao

128 AEL. *O Jornal*, 3/1/1928.

princípio de defesa do senador, como também para averiguação do princípio da moralidade de uma parte significativa dos presos. Um destes, de autoria do tenente comissionado Antônio Carlos Barbosa Passos, preso durante o levante no Amazonas, em 1924, nos parece bastante ilustrativo:

Quem então era chefe naquele Núcleo Colonial era o engenheiro Gentil Norberto, o qual ainda se conservava naquele cargo e de quem o depoente não tem a menor queixa, dele tendo recebido todo o conforto, medicamentos, assistência médica, alimentação e nunca tendo sofrido nenhum castigo físico, nem vexame de espécie alguma<sup>129</sup>.

Afirmava, entretanto, que existiam exceções: “(...) fazendo seleção, porém, de criminosos deportados pela polícia do Rio de Janeiro e de civis e militares que se achavam deportados por crimes políticos”. É bastante curiosa a relação que existe entre a perspectiva do ex-ministro, no seu relatório ao Senado, e a ressalva, sob a intenção de justificativa, que o prisioneiro explicita ao recordar a “seleção” que havia entre os presos políticos e os criminosos comuns. Dessa forma é possível considerando que as “exceções” verificadas no tratamento dos internos, de fato existiam.

Uma subscrição que aparece no discurso do senador Calmon, nos permite ainda vislumbrar com relativa clareza a complexidade dos fatos. Ela diz o seguinte:

Nós, abaixo assinados, declaramos que, por ordem do governo federal, fomos enviados do Rio de Janeiro e Manaus, para a Clevelândia – Oiapoque, Estado do Pará, onde permanecemos desde 26 de dezembro de 1924 até a presente data.

Queremos, com estas declarações que aqui espontaneamente deixamos gravadas, tornar patente os nossos agradecimentos ao Dr. Gentil Norberto, engenheiro chefe da comissão fundadora do Núcleo Colonial Cleveland, e demais funcionários do referido Núcleo, pelo bom trato que ali nos foi dado, além de roupa, calçado, cigarros, chapéus, assistência médica e hospitalar, boa e farta comedoria e respectivo agasalho nas hospedarias construídas para tal fim.

---

129 AEL. *O Jornal*, 3/1/1928.

Declaramos mais que, no Oiapoque, não sofreram os colonos castigos físicos nem coação à sua liberdade, além da ordem de não poderem se retirar do Núcleo sem a devida permissão, a qual era facultada. Tendo o governo dado a nossa liberdade, foram-nos concedidas passagens do Oiapoque aos nossos Estados, as quais gozamos sem restrições e distinções de classe de espécie alguma<sup>130</sup>.

A declaração foi firmada por cerca de 30 indivíduos, alguns por representação. Entre os signatários encontramos o militante sindicalista revolucionário e anarquista, Domingos Passos. Este deportado, que foi um dos elementos mais representativos da União dos Operários da Construção Civil, jamais poderia ter figurado, sem constrangimento, entre os nomes da referida lista. O que, a nosso ver, levanta sérias dúvidas sobre a validade ou veracidade do documento.

O Jornal *O Imparcial*, de Belém, publicou, no dia 10 de junho de 1926, entrevista com 3 deportados que estavam de retorno ao Sul do país: Lucas de Andrade Figueira, José Bacellar e Eleuterio Barbosa de Siqueira, que relataram os muitos tormentos que passaram a bordo do navio que os conduziu ao “Núcleo Cleveland”. Segundo os entrevistados, somente depois de chegarem ao destino na colônia começaram a ter alguma tranquilidade e algum conforto. Quanto aos castigos corporais, disseram os ex-deportados que nunca lhes foram infligidos e que o maior rigor era exercido “contra gatunos perigosos”<sup>131</sup>.

Mais uma vez, a questão do tratamento dispensado aos presos aparece marcada pela distinção entre os grupos de internos. Não havia muita preocupação em averiguar a diferença no procedimento, desde que a violência fosse exercida “contra gatunos perigosos”, isso, na maioria das vezes, parecia justificar os “excessos”.

O ex-sargento Andrade Figueira em entrevista ao *Estado do Pará*, em 10 de julho de 1926, referiu-se ao tempo de internamento como sendo bastante razoável e reclamava apenas do período da administração do Dr. Deocleciano Coelho de Souza. Expunha alguns inconvenientes desta época:

---

130 **BN.** *O Paiz*, 3/1/1928.

131 **BN.** *O Imparcial*, 10/6/1926.

Porém, obrigava-nos a trabalhar muito, misturando-nos com o célebre grupo de 150 gatunos que foi embarcado conosco pela polícia do Rio. Olhe que nem a bordo do navio que nos serviu de prisão, onde passamos mal, ao ponto de todos adoecermos do estômago e dos intestinos, estivemos em contato com aquela gente. Nós estávamos alojados na primeira cobertura de um porão e eles na segunda<sup>132</sup>.

Sobre a alimentação na colônia o ex-sargento depunha favoravelmente e afirmava:

Mas o maior número de vítimas verificou-se entre os gatunos. Do nosso lado morreram alguns de gastroenterite, amebiana e outras doenças do aparelho digestivo, mas que não foram adquiridas no Oiapoque. Ah! Aquele *Cuiabá*, aquele *Cuiabá*. A seu bordo não havia higiene, não havia coisa nenhuma. Basta referir-lhe que a nossa sanita era uma velha barrica que, ficando cheia, era retirada do porão por um cabo, com o mesmo cabo com o que nos jogavam a comida, como se fossem cães danados<sup>133</sup>.

O discurso do deportado estava, no que se refere à “amebiana”, muito próximo ao defendido oficialmente pelo governo, e a referência à morte dos “gatunos” mantém coerência com as demais declarações. O depoente, um tenente comissionado na coluna rebelde, integrante do movimento de julho de 1924, afirmaria ainda que muitos dos seus companheiros assim que chegaram ao Oiapoque trataram de fugir para a Guiana Francesa.

Em 6 de setembro de 1927, o engenheiro Roberto Camelier, ao ser entrevistado pelo jornal *O Estado do Pará*, de propriedade da família Chermont, dava notícias sobre a instalação do posto de rádio que passou a emitir e receber, através das ondas curtas, notícias de outras partes do território nacional e do estrangeiro. Ele incluiu, em sua narrativa, a instalação do aparelho, no conjunto de melhoramentos realizados sob a administração de Gentil Norberto. Fez uma apreciação de sua estada no núcleo e entusiasmamente elogiou aquela que era, segundo ele, uma grande obra de envergadura nacional. E, com relação aos óbitos afirmou:

132 BN. *O Estado do Pará*, 10/7/1926.

133 BN. *O Paiz*, 3/1/1928.

A estatística de mortalidade em Clevelândia acusa mensalmente um, dois ou três óbitos, que dos dois únicos que se deram em agosto último, um foi por infecção puerperal e o outro de pneumonia dupla, em doentes entrados no hospital em estado de coma, vindos de outros pontos do município<sup>134</sup>.

Não deixa de merecer destaque o fato de que um engenheiro, que vai à colônia prestar um auxílio técnico, de interesse logístico, inclua em seu depoimento questões ligadas ao quadro sanitário. Acrescentando: “Em setembro do ano passado houve ali uma epidemia de disenteria bacilar que fez muitas vítimas, mas exatamente nas pessoas que ali chegavam, depois de penosa campanha e péssima viagem”<sup>135</sup>.

Os depoimentos à imprensa governista, independentemente da condição do depoente, seguiam sempre a mesma estrutura: elogios ao chefe da comissão, Gentil Norberto, e justificativas para o elevado número de mortes que, no Distrito Federal, só seriam de domínio público a partir de janeiro de 1927. Uma grande parte do que foi apresentado como defesa por Miguel Calmon teria vindo dos jornais simpáticos ao núcleo. É o caso do *O Estado do Pará*, ligado à oligarquia Chermont.

Uma boa parte dos depoimentos que se encontram nessas publicações foi divulgada entre junho e outubro de 1926, já no fim do governo Bernardes. A preocupação em prestar contas dos acontecimentos que, a partir de 1924, com a chegada da primeira leva de presos, se sucederam sugere que, por parte da administração, havia no mínimo receio de inquéritos posteriores.

Segue, dessa forma, o engenheiro Roberto Camelier:

Apesar do governo ter dado liberdade a muitos que já estavam, destes há mais de 30 que continuam empregados nas casas comerciais da região, outros nas usinas, tendo alguns casado e se estabelecido com caráter de permanência<sup>136</sup>.

---

134 A entrevista foi reproduzida no jornal *O Paiz*. **BN**. *O Paiz*, 3/1/1928.

135 **BN**. *O Paiz*, 3/1/1928.

136 **BN**. *O Paiz*, 3/1/1928.

Referências como essas vinham sempre acompanhadas de parágrafos elogiosos às instalações da colônia.

Mantendo a mesma linha de argumentação, reproduzia *O Paiz* um artigo da *Folha do Acre*, de 17 de outubro de 1926:

Para as nossas colunas trasladamos, com a mais grata das satisfações, a interessante entrevista que um comerciante do Amapá concedeu a *O Estado do Pará*, valente e conceituado diário da famosa Belém, e na qual são desfeitos, espontaneamente, conceitos injustos ao Núcleo Colonial Clevelândia, do Oiapoque...<sup>137</sup>

*O Estado do Pará*, em 9 de junho de 1926, reclamava que algumas pessoas “que não conhecem pessoalmente nem Clevelândia, nem a região onde ela está localizada, nem o que lá ocorre (...)” faziam críticas improcedentes. Isso se devendo, na perspectiva do periódico, ao fato de o Dr. Carlos Reis, em entrevista ao jornal do Maranhão, *O Imparcial*, ter se referido à região como área de privações e que “ali não há distinção: todos são bitolados pelo mesmo doloroso infortúnio”<sup>138</sup>.

As preocupações com os depoimentos em contrário ao que defendia a administração, e entrevistas que faziam coro ao discurso oficial, já bem cedo se fizeram notar. E o jornal *O Estado do Pará*, sem dúvida, prestou grandes serviços no que diz respeito ao zelo pela reputação do núcleo colonial, não só ao divulgar as opiniões favoráveis como também ao tentar refutar o que se dizia em contrário. Em relação ao depoimento “negativo” do Dr. Carlos Reis, o jornal dos Chermont procurou com outra entrevista de pessoa “idônea e desapaixonada”<sup>139</sup>, o Sr. Moisés Batista, que viera do Oiapoque, dirimir as dúvidas no que dizia respeito à administração. Desnecessário registrar que o referido depoente manteve a mesma linha elogiosa, laureando a figura de Gentil Norberto e do próprio estabelecimento.

---

137 BN. *O Paiz*, 3/1/1928.

138 BN. *O Estado do Pará*, 9/6/1926.

139 BN. *O Estado do Pará*, 9/6/1926.



### 3.7. O GOVERNO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS INTERNOS NO OIAPOQUE

Obra elucidativa, “Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland, relatório apresentado ao sr. ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo diretor da seção de Estado Oldemar Murtinho”<sup>140</sup>, é um documento sobre o período de suma importância. O relatório<sup>141</sup> foi o resultado de uma visita, ao campo da Clevelândia, por determinação do Ministério. Fazendo parte do documento estão as listas nominais dos deportados, com óbitos, percentuais e análise da situação em geral. O referido trabalho encontra-se datado de 6 de julho de 1926, com topônimo de Belém.

Por informação do documento, a ordem da referida “viagem” teria se verificado por um “Aviso reservado nº 82 de 15 de abril do corrente ano”<sup>142</sup>, no qual se solicitava ao funcionário obter “dados positivos,” e o perfeito conhecimento de tudo que se passava na afastada região fronteiriça, onde se encontravam prisioneiros e elementos tidos como nocivos à ordem pública<sup>143</sup>. O relatório, confeccionado com os habituais termos elogiosos da rotina burocrática, está pontuado por autorreferências à “modéstia” do funcionário destacado para a missão. Ele dizia:

Bem compreendo o meu dever de funcionário e de brasileiro, servidor e amigo do benemérito Governo da República, aquiesci e, abandonando temporariamente o aconchego da família e o conforto da cidade, rumei ao extremo norte, certo de que, servindo mais uma vez à santa causa da verdade, iria corresponder fielmente à grande confiança em mim depositada pelas superiores autoridades do país<sup>144</sup>.

---

140 **AAB**. MR 6. Foto 757.

141 O relatório em questão foi utilizado por Paulo Sérgio Pinheiro em seu livro: *Estratégias da Ilusão, op. cit.*

142 **AAB**. MR 6. Foto 758.

143 **AAB**. MR 6. Foto 758.

144 **AAB**. MR 6. Foto 758.

O trecho é bastante claro, no que diz respeito ao que pensavam aqueles que serviam o governo de Bernardes. A causa da “verdade”, no documento, é confundida, ou mesmo, entra em simbiótica relação com a figura das “autoridades do país”.

O trabalho foi executado com criterioso detalhamento, o funcionário se referiu ao número de “detentos”, ainda presentes no campo, que era de 193. Foram todos entrevistados e analisadas as “procedências das suas palavras”<sup>145</sup>. Neste ponto, iniciam-se algumas incongruências, se comparadas às entrevistas mencionadas na defesa de Miguel Calmon, no Senado.

Encontrei os detentos tristes, acabrunhados, sofrendo a tortura do arrependimento de se terem envolvido nos lamentáveis acontecimentos que vêm perturbando a vida do país. Em geral são pensativos e vagarosos e andam tal qual os condenados à morte, que seguem para o patíbulo retardando os passos, sempre na esperança do perdão. Derreados, raquíticos, tristonhos, epados (sic), dão a aparência de que o impaludismo tornou-os imprestáveis para o resto da vida. De fato, todos eles se queixam da vida que têm tido desde que se viram envolvidos nos referidos acontecimentos, vida sem afetos, sem crenças, sem esperanças e exaustos de tanta desgraça e abatidos pelo prolongado sofrimento, se entregam alguns, resignadamente, às amarguras do destino, descrentes de tudo e de todos, dizendo que a esperança para eles é tal qual a luz que vai desaparecendo ao longe numa grande e calada treva<sup>146</sup>.

O funcionário revela então que, a despeito de ter recebido um “cabograma” do ministro Calmon, em 28 de maio<sup>147</sup>, resolveu libertar 13 dos referidos presos por bom comportamento ou por terem prestado serviços de relevância ao campo. As promessas do oficial do governo, que acumulava as atribuições de funcionário e juiz, não ficavam apenas

---

145 **AAB**. MR 6. Foto 759.

146 **AAB**. MR 6. Foto 759.

147 Embora Oldemar Murtinho não esclareça o teor da mensagem, ao que tudo indica, o referido “cabograma” trazia alguma instrução no sentido de acautelar-se o funcionário ao deliberar sobre a libertação de prisioneiros.

aí nem eram incondicionais. Afirmava que não foram tão somente as qualidades que o levaram a libertar alguns detentos<sup>148</sup>, mas a necessidade de convencer a todos de que, depois do inquérito, seriam postos em liberdade os que o fizessem por merecer<sup>149</sup>.

Sobre as primeiras levas de presos libertos, o funcionário parece assentir com os brasileiros que pediam liberdade: “pois os estrangeiros eram continuamente libertados, à requisição das respectivas autoridades diplomáticas, mesmo aqueles que se haviam envolvido nos acontecimentos com promessas de recompensas rendosas”<sup>150</sup>. A pressa dos brasileiros em obter sua liberdade se devia, segundo o funcionário, ao medo das “... funestas probabilidades de serem dizimados pelo impiedoso e endêmico impaludismo”<sup>151</sup>. Algumas fotografias contidas no relatório denunciam grupos de prisioneiros que, mesmo vestidos, exibiam os ventres dilatados, sintoma muito associado à malária.

O número total de prisioneiros, no relatório do sr. Oldemar Murтинho, é de 946 indivíduos. São: 408, de Catanduvas; 419, do Rio de Janeiro e 119, do Amazonas<sup>152</sup>. A lista dos presos é nominal e ocupa um número razoável de páginas, vindo também separados por procedência. A partir dos depoimentos de 193 entrevistados pelo oficial do governo, este expunha a seguinte conclusão: eram todos “crianças”, iludidos na sua boa-fé, forçados a lutar ou ameaçados pelos seus superiores hierárquicos. Estavam profundamente arrependidos, tanto os de Catanduvas quanto os do encouraçado São Paulo, e a maioria odiava os seus antigos chefes revolucionários<sup>153</sup>.

No caso dos ex-marinheiros vindos do Rio de Janeiro e do Amazonas, a justificativa não era muito diferente:

---

148 **AAB**. MR 6. Foto 760.

149 Certamente esta condição, imposta por Oldemar Murтинho, pode explicar por que alguns dos que subscreveram uma lista, publicada no jornal *O Paiz* de 3/1/28, isentando de responsabilidade o diretor da Clevelândia, a despeito de terem sido contumazes difamadores da experiência prisional, o fizeram. A presença do nome do anarquista Domingos Passos na referida lista já é forte indício da natureza de tal documento.

150 **AAB**. MR 6. Foto 760.

151 **AAB**. MR 6. Foto 760.

152 **AAB**. MR 6. Foto 761.

153 **AAB**. MR 6. Foto 761.

Do Rio, enviados pela Polícia Civil, vieram alguns rapazes sem a menor culpa, apanhados na rua e sem que pudessem justificar o menor ato de defesa, pois eram postos em a mais rigorosa incomunicabilidade e dois ou três dias depois enviados foram para o vapor “Campos” e mais tarde remetidos para Cleveland. Eram alguns acompanhados da nota “revolucionário” outros de “indesejável” mas nada apurado em inquérito ou processo regular, nem ao menos eram ouvidos por alguma autoridade capaz de sabiamente julgá-los merecedores de tamanho castigo, sendo que muitos tiveram até o sacrifício da própria vida<sup>154</sup>.

O caso dos prisioneiros civis do Rio de Janeiro não se distingue muito do que descreveu o senador Miguel Calmon, no seu discurso, ao criticar J.J. Seabra pelas deportações de 1904. Pode-se dizer que, involuntariamente, o relatório do subordinado de Calmon, ao desempenhar sua missão, demonstrava as semelhanças entre os casos de deportação, pelo menos no que dizia respeito aos procedimentos da polícia.

Na lista do funcionário Oldemar Murтинho, referindo-se aos internos indultados, em junho de 1926: “Depois de bastante meditar, depois de demorado estudo da situação de cada um, depois de apurar o procedimento que sempre tiveram em Cleveland, é que resolvi julgar merecedores da liberdade os seguintes:<sup>155</sup> Seguem, a esta declaração, os nomes de 171 indivíduos. Entre os tantos, cabe ressaltar que não se encontravam os nomes dos 14 militantes anarquistas deportados, muitos deles na primeira leva em 1924<sup>156</sup>. Logo na página seguinte do relatório, por motivo de “maus procedimentos e comportamento”, foram excluídos do benefício 21 nomes, entre eles “Thomaz Derlis Borche”, um dos mais ativos anarquistas do sul do país.

Entretanto, o texto escrito pelo funcionário do Ministério, no mesmo trecho onde declina os nomes dos que figuravam na lista de óbitos em Clevelândia, deixa muito claro o motivo da inspeção no núcleo.

---

154 **AAB**. MR 6. Foto 175.

155 **AAB**. MR 6. Foto 175.

156 Mas entre eles estavam relacionados os prisioneiros Adriano Augusto e Lauro Nicácio, de presença recorrente na imprensa e crônicas sobre o episódio.

Muito se tem dito e escrito com relação à mortandade em Cleveland, servindo de pretexto para injustos e vis ataques ao Governo, por aqueles que felizes se sentem na função impatriótica de oposicionistas sistemáticos, mesmo quando reconhecem o quanto de prejudicial à vida e ao bom nome do país são os seus ataques, geralmente baseados na mentira e na falsidade<sup>157</sup>.

E ainda: “É preciso conhecer as verdadeiras causas do elevado número de mortes verificadas no ano de 1925, para se concluir que nenhuma responsabilidade pode ser atribuída ao Governo”<sup>158</sup>. Mantendo a linha de argumentação apontava o funcionário a “disenteria bacilar”, que irrompeu na Clevêlândia, “em Agosto” de 1925, como causadora da maior parte das mortes, insistindo em culpar o contingente de Catanduvas pela introdução da doença no campo<sup>159</sup>. A data da visita, junho de 1926, acontecia quase um ano depois do início da epidemia da disenteria.

No que tange às informações de Murtinho, o motivo da inspeção se devia às denúncias falsas de negligência da administração do núcleo. Por tal motivo, o ato de inspecionar prestava-se igualmente a recolher provas para inocentar o governo. Antes de qualquer coisa, a inspeção acontecia por motivos políticos e não por razões humanitárias. Sobre isso o relato do funcionário não deixa dúvidas.

O governo só “apurou” porque sofreu denúncias; entretanto, só o fez muitos meses depois dos acontecimentos; foi contar os mortos e prometer aos moribundos bem-comportados a liberdade. E o fez, coincidentemente, em um período de distensão das forças políticas que apoiavam Bernardes, no início do último quadrimestre que encerraria seu mandato. Libertou a maioria dos presos, mas teve o cuidado de fazê-los assinar depoimentos que, em suma, eram incompatíveis com o estado de saúde em que se encontravam.

Talvez o pavor de engrossar a lista de óbitos tenha contribuído, em grande medida, para que houvesse “colaboração” dos internos com o funcionário do governo. Não fica difícil imaginar o que representava tergiversar com o referido funcionário. O estado físico e moral em que se encontravam já dizia muita coisa.

---

157 **AAB**. MR 6. Foto 778.

158 **AAB**. MR 6. Foto 778.

159 **AAB**. MR 6. Foto 779.

Dando sequência ao trabalho, ele informava que: “Dos 946 detentos, 491 tomaram sem vida, deixando de nomear os 87 primeiros óbitos, por não ter sido encontrado o livro primeiro do respectivo registro”<sup>160</sup>. Seguindo a lista dos falecimentos a partir do número 88. As anotações incluem dia, mês e ano dos referidos óbitos que estão em ordem cronológica. A lista inicia no dia 13 de fevereiro de 1925 e tem seu termo em 15 de junho de 1926.

As mortes foram numericamente classificadas da seguinte forma: “Disenteria bacilar”, 306; “Impaludismo”, 130; “Tuberculose”, 3; “Diversas Moléstias”, 52. Podemos, a partir dos números, inspirados na tabulação de Paulo Sérgio Pinheiro, esboçar<sup>161</sup> o seguinte quadro:

Desterrados		Percentual a partir do total de 946
Catanduvas	408	43%
Rio	419	44%
Amazonas	119	13%
Total	946	

Mortos		Percentual a partir do total de 946
Disenteria bacilar	306	23,3%
Impaludismo	103	10,9%
Tuberculose	3	0,3%
Diversas Moléstias	52	5,5%
Total	491	52%
Evadidos	262	28%
Restam internados	193	20%
Dos que permaneceram		
“Merecedores de liberdade”	171	89%
Devem continuar internados	21	11%

Paulo Sérgio Pinheiro conclui que a mortalidade em Clevelândia, que ultrapassou 50%, atingiu em certa medida “cidadãos sem nenhuma responsabilidade nas revoltas que motivaram o estado de sítio e sem nenhuma culpa formada”. O funcionário do Ministério da Agricultura julgou

160 AAB. MR 6. Foto 788.

161 Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão*, op. cit., p. 104.

merecedores da liberdade 20% do total de deportados, cerca de 90% dos sobreviventes. Para o historiador, além de se caracterizar uma política deliberada contra os pobres das cidades, evidencia o perfil de uma “política de repressão, dissimulada pelo enfrentamento da dissidência armada”<sup>162</sup>.

Entretanto, Paulo Sérgio Pinheiro, ao abordar algumas levadas de deportados, faz uma suposição prematura. Em uma tabulação com o título: “Lista de Embarque de Indesejáveis”<sup>163</sup>, na qual aparecem 11 embarques, em diferentes datas, todas no ano 1925, o historiador sugere que: “Registre-se ainda que esse total de 401 indesejáveis corresponde quase exatamente aos 409 mencionados, no relatório sobre o Núcleo Colonial Cleveland, como proveniente do Rio de Janeiro”<sup>164</sup>. Como já pontuamos, o número fornecido pelo relatório de Oldemar Murtinho, dos deportados do Rio de Janeiro, é de 419. E o primeiro embarque para a Clevelândia aconteceu, diferente do que sugere Paulo Sérgio Pinheiro, em fins de 1924. Portanto, incompatibilizando a conclusão parcial do historiador, com o montante total do contingente remetido do Distrito Federal<sup>165</sup>.

É importante ressaltar que esse particular não compromete, em amplo sentido, as conclusões do historiador. No que se refere à análise global dos acontecimentos, as conclusões foram articuladas com vigor argumentativo e maestria.

Sobre o Relatório de Oldemar Murtinho, ele termina com as despedidas protocolares e a linguagem necessária ao reconhecimento da hierarquia. O funcionário, dirigindo-se ao ministro, inferia:

(...) que os sacrifícios, os dissabores e as fortes contrariedades que experimentei nesta viagem no Oiapoque desaparecerão, uma vez reconhecida pelo benemérito Governo da

---

162 No relatório, a soma final dos mortos é de 491. Mas, ao serem especificadas as causas dos referidos falecimentos, o resultado apresenta a soma de 464. É bem possível que o funcionário tenha deixado de registrar outras “modalidades” de óbitos, já que o número de 491 encaixa-se com maior coerência na contabilidade final feita por Oldemar Murtinho.

163 Segundo Paulo Sérgio Pinheiro: “Há, no relatório, uma disparidade entre total de sobreviventes (193) e a soma de ‘merecedores de liberdade’ (171) e ‘devem continuar internados’ (21) que é de 192.”

164 Paulo Sérgio Pinheiro, *op. cit.*, p. 104.

165 *Ibidem*, p. 97.

República a correção de proceder do mais humilde dos seus servidores, que dessa forma pensa ter bem correspondido a elevada e honrosa confiança que lhe foi depositada<sup>166</sup>.

O relatório de Oldemar Murtinho é rico em informações, algumas das quais exploradas pela defesa de Miguel Calmon, mais de um ano depois de ser escrito. A riqueza dos detalhes serviu, também, para marcar as contradições no que se refere à construção da história do núcleo pelo governo.

Assim, a visita do funcionário ao campo de confinamento de deportados no Oiapoque pode ser apreciada como uma fissura na aparente eficiência do sistema defensivo do governo. Os desgastes do Executivo, ou mesmo a precaução típica do fim dos mandatos presidenciais, certamente figuraram no elenco de motivos que determinaram a inspeção na Clevelândia. O ocaso de um mandato marcado pela truculência policial e procedimentos “legais anômalos”, patrocinados pelo estado de sítio, certamente exigia alguma cautela, que bem podia se confundir com benevolência do Estado para com os penitenciados. O discurso de Oldemar Murtinho se encaixava neste propósito: estava cheio de vernáculos religiosos e espírito de redenção. Linguagem que parecia alheia à separação entre a Igreja e o Estado, selada pela Constituição de 1891.

Após o estado de sítio, alguns jornais tentaram separar as responsabilidades do ministério de Calmon, do governo como um todo. O jornal *A Notícia*, de Cândido de Campos, simpático ao presidente Arthur Bernardes, em 3 de fevereiro de 1927, publicava extensa matéria com títulos enfáticos sobre a questão: “A responsabilidade dos deportamentos (sic) para aquela região cabem ao Sr. Miguel Calmon.” O artigo é bastante interessante, pois tenta desmentir o depoimento dos deportados, diminuindo assim o impacto do escândalo estampado nos jornais da oposição. E o que sobra de dúvida sobre a culpabilidade do governo no episódio, é transferida ao Ministério da Agricultura:

O que, em tudo, nos causa estranheza, é o ver o Sr. Arthur Bernardes impiedosamente agredido pelas ocorrências da Clevelândia e por tê-la escolhido para presídio, sem que o sr. Miguel Calmon, o verdadeiro autor dessa escolha, haja, até agora deixado o silêncio em que, a respeito, se encontra.

---

166 *Ibidem*.



Podia S. Ex. explicar as razões em que se baseou para sugerir ao presidente da República a remessa dos presos para a Clevelândia, hoje amaldiçoada. Sabia que ela era insalubre ou tinha certeza do contrário?<sup>167</sup>

No resto do artigo seguem considerações já bem familiares, como: “Ainda assim a elasticidade do *habeas corpus* protegia os reclusos, garantindo-lhes a liberdade de que necessitavam para conspirar de novo”<sup>168</sup>. A burla ao mecanismo constitucional se justificava pelas necessidades de segurança.

### 3.8. A VOZ DOS DEPORTADOS NA IMPRENSA DE OPOSIÇÃO

Com o fim do governo, em novembro de 1926, e o afrouxamento da censura, rapidamente a imprensa oposicionista reagiu sob a forma de uma enxurrada de notícias e denúncias. O diretor da Clevelândia não saiu ileso. O jornal *A Manhã*, de 18 de janeiro de 1927, trazia em suas páginas uma denúncia de corrupção envolvendo a vida pregressa do, até então, “patriota” Gentil Norberto. A prova estava, segundo o periódico carioca, em uma carta enviada pelo prefeito do Alto Acre, Dr. Deocleciano de Souza, em 4 de março de 1917, ao futuro diretor da Clevelândia que se encontrava no Distrito Federal. Na carta, Norberto teria sido intimado, por meios judiciais, a restituir aos cofres da referida prefeitura uma determinada quantia, que deveria ter sido empregada na aquisição de uma coroa de flores, por ocasião dos funerais do Barão do Rio Branco<sup>169</sup>.

As campanhas difamatórias, utilizando denúncias que incidiam diretamente sobre o caráter dos implicados, estiveram presentes em todas

---

167 Na referida tabulação, utilizada por Paulo Sérgio Pinheiro, encontramos a indicação do vapor *Caxambú* como sendo o destino final de alguns prisioneiros. Entretanto, o *Caxambú*, mencionado poucas vezes em depoimentos de processos abertos no Distrito Federal, não aparece nos vários relatos sobre o transporte para o Oiapoque.

168 **BN.** *A Notícia*, 3/2/1927.

169 **BN.** *A Notícia*, 3/2/1927.

as críticas feitas ao quadriênio. O governo utilizaria para a sua defesa a mesma tática: desqualificação moral dos deportados. Se por um lado, o senador Miguel Calmon tentou, no seu discurso no Senado, isentar-se de qualquer culpa no que diz respeito à morte dos internos; por outro, ele investiria também contra a idoneidade do grupo.

Mário Rodrigues, o proceloso jornalista e diretor do periódico *A Manhã*, em um editorial de 1º de janeiro de 1927, assim se referia ao momento:

UFF!!!” acabou-se o sítio ... Desde meia-noite, a cidade respira pulmões fartos o ar livre e benéfico do Bom-Ano. Este, sim, começa bem, para ser bom, mercê da liberdade, que constitui a própria razão de ser dos direitos humanos. Desde 1922, quando a tirania sanguinária e cúpida de Epitácio Pessoa se travestiu na nefanda tragédia sanha-bernardesca, requintada de crimes, não vimos o sol, agora ressurrecto nesse anúncio liberal. Tudo se entenebreceia, numa quase eterna noite, durante o último quinquênio. Tudo falara do horror de geenas repletas, do martírio intraduzível de lares em abandono, das torpezas da delação, da ignomínia do suborno, do truculento alicismo dos Romanoffs, da miséria fratricida dos cossacos. (...) Maldita legalidade que nos reduziu a isto, contra a lei. Hoje, quando voltamos à ordem constitucional (graças se tributem ao Sr. Washington Luiz, pela atitude de patriotismo e de decoro!), não se contem as pragas, em que estaleja o desafojo de nossa alma<sup>170</sup>.

Mário Rodrigues, que disputaria as eleições parlamentares distritais do ano de 1927, ao lado dos comunistas, defendia, ao discorrer sobre os últimos 5 anos, a tese de que o governo Epitácio Pessoa estivera, em seu último ano, envolvido nos preparativos para o longo estado de sítio. A simpatia pública por Washington Luiz, por ter este impedido a continuidade do ato de exceção, também duraria pouco.

A estratégia do jornal *A Manhã*, até os pleitos de fevereiro de 1927, seria a de sistematizar os ataques ao governo passado e desmoralizar a candidatura de socialistas como Maurício de Lacerda e de Adolfo Bergamini, cobrindo de elogios o candidato do Bloco Operário, Azevedo

---

170 BN. *A Manhã*, 18/1/1927.

Lima<sup>171</sup>. Era bastante pragmática a linha política adotada por Mário Rodrigues: as críticas ao governo anterior refletiam a reverberação das ruas e de boa parte dos grupos organizados mais progressistas, e o ataque aos candidatos socialistas era uma forma de disputar e garantir gordas fatias do eleitorado operário.

Mas não era apenas isso, segundo antigos colaboradores<sup>172</sup> de Mário Rodrigues, o problema com Bergamini tinha outra motivação. Mário Rodrigues, apesar de ter ficado preso parte do período do estado de sítio com os membros da família Bittencourt, os proprietários do *Correio da Manhã*, tinha rompido com estes após o episódio das cartas falsas, atribuídas a Bernardes e que, por força e empenho de Mário Rodrigues, haviam chegado às páginas do referido diário. Depois da rusga passou a tratar Edmundo Bittencourt pela alcunha infamante de “Fígado Podre”<sup>173</sup>. Assim, ao fundar o jornal *A Manhã*, por força dos compromissos que havia assumido para dar forma à empreitada, Mário Rodrigues envolveu-se com João Pallut, o popular João Turco, notório contraventor do ramo dos jogos de azar no Distrito Federal. Tal situação, uma vez que Pallut valia-se de jornais para influenciar parlamentares na aprovação de medidas que facultassem maiores confortos à sua atividade, acabou por colocar Mário Rodrigues na condição de detratador de Bergamini que, no parlamento, insistia em concorrer para o veto às loterias de Pallut.

Aristides Marques publicaria em 1926 um livro denunciando o jornalista sob o título de: *Mário Rodrigues, o farsante!*, dedicando a obra à “opinião pública ludibriada”. Nela o autor enumera um sem-número de acusações e, mais que tudo, alude reiteradas vezes o quão ingrato e injusto Mário Rodrigues teria sido com o seu antigo empregador, Edmundo Bittencourt. Não faltam ainda as acusações da relação ilícita com João Pallut.

No jornal *A Manhã*, como atitude prática para viabilizar a candidatura de Mário Rodrigues, até mesmo elogios ao “nilismo”, que resultassem em desgaste para os seus adversários, eram bem-vindos. No

---

171 Os deputados Adolfo Bergamini, Azevedo Lima e Vicente Piragibe apoiaram, em 1925, a chapa para as eleições municipais das quais faziam parte: Mário Rodrigues, Miguel Monteiro, Odin Góes, Edgard Romero, Salles Filho, Mário Piragibe, Mário Júlio dos Santos e Antônio Teixeira. Aristides Marques. *op. cit.*, p. 139.

172 *Ibidem*.

173 *Ibidem*, p. 39.

número publicado em 9 de fevereiro de 1927, aparece um excerto do livro de Bruno de Martino, jornalista fluminense, no qual destacava a figura pública de Nilo Peçanha<sup>174</sup> e o fenômeno que teria se celebrado na cena política pelo nome de “Reação Republicana”. Ao mito que o diretor de *A Manhã* buscava construir, ele acrescia os nomes de Evaristo de Moraes, o dele próprio, bem como a força da imagem da Clevelândia. Mário Rodrigues buscava com habilidade aproximar, em um mesmo bloco, todas as representações individuais, políticas e os fatos de maior impacto daquele momento, tudo cuidadosamente articulado contra o governo de Bernardes. E, através de Bruno de Martino, concluía: “É o Brasil sonhado por Lopes Trovão que segue. As ideias nilistas são as únicas que dão ao brasileiro deste tempo (...). Bernardes foi instrumento da política de Epitácio, como Sodré<sup>175</sup> da política de Bernardes”<sup>176</sup>.

As denúncias dos crimes de Arthur Bernardes, impressas no periódico, vinham mescladas a argumentos típicos dos períodos pré-eleitorais. Mário Rodrigues, ao disputar a preferência do eleitorado proletário contava com o apoio dos já comunistas Paulo e Fernando de Lacerda, irmãos de Maurício. Ao potencializar o episódio da Clevelândia, fazia-o também para dar maior visibilidade aos seus propósitos políticos, açulando a opinião pública e buscando a simpatia dos trabalhadores.

No *A Manhã*<sup>177</sup>, em matéria com o título “Maurício Lacerda contra o Bloco Operário”, Mário Rodrigues deflagra campanha cerrada atingindo com duras acusações a moral dos candidatos, Maurício de Lacerda e Adolfo Bergamini. Após ter lançado sua candidatura oficialmente<sup>178</sup> à “deputação” (na verdade era a intendência do Distrito Federal), pelo 2º distrito da capital, passou a investir contra seus adversários com arrasadoras declarações.

174 Nilo Peçanha tentou, em muitos momentos de sua trajetória, criar alguma identidade junto à fração política mais progressista. Aproximou-se dos socialistas utilizando, em muitos de seus discursos, uma retórica radical. Chegou mesmo a incluir no seu copioso patrimônio intelectual elogios ao anarquista P. Kropotkin. Celso Peçanha. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: EMEBE, 1978, p. 96.

175 O tenente Feliciano Sodré representou a oposição ao niilismo no estado do Rio de Janeiro.

176 BN. *A Manhã*, 9/2/1927.

177 BN. *A Manhã*, 4/2/1927.

178 BN. *A Manhã*, 3/2/1927.

Em 1926 o jornal de Rodrigues tinha sido muito importante na tentativa de afirmação da FTRJ, ao reverberar as críticas à FORJ, como no caso da delegação de Carlos Dias ao congresso operários de Genebra, naquele mesmo ano<sup>179</sup>. Seus préstimos ao PCB se revelaram de suma importância.

O *A Manhã* transformava-se assim, seguindo a lógica da aliança com os comunistas, em tribuna de acusações aos “pequenos-burgueses” e membros do governo passado. O eixo argumentativo empregado nas matérias deixava entrever o claro alinhamento ideológico com o Bloco Operário: seja no pedido de *habeas corpus* para que Azevedo Lima<sup>180</sup> e Leônidas de Rezende<sup>181</sup>, de *A Nação*, pudessem livremente comemorar o 3º aniversário da morte de Lenin<sup>182</sup>, ou mesmo na divulgação dos projetos para o proletariado. A batalha jurídica para que o aniversário de morte de Lenin fosse livremente divulgado foi sustentada pelo advogado e professor Castro Rebêlo.

Um dos primeiros depoimentos no *A Manhã*, sobre o episódio das deportações, foi do operário João Baptista de Araújo, pedreiro residente em Petrópolis, que “teria como crime apenas o de ser comunista”<sup>183</sup>. (A afirmação é do articulista, e não do entrevistado, o que não deixa de ser estranha, pois os comunistas não reivindicaram, na sua imprensa, justiça para os deportados filiados ao partido). Foi preso a 20 de junho de 1924, acusado de revolucionário, tendo estado na Polícia Central durante 5 dias e, em seguida, indo parar no *Campos* do Lloyd Brasileiro. Segundo o operário:

No “Campos”, assim que cheguei a bordo, fui levado à presença de um sargento da polícia militar. Este milico era auxiliar de um tenente que com a ajuda de cinquenta praças e

179 O *A Manhã* atacou a delegação de Carlos Dias entendendo que o encontro “nada tinha de proletário”. A coluna do jornal acusa igualmente Albert Thomas de ser ele, e outros tantos, “traidor” da causa operária. **BN.** *A Manhã*, 15/5/1926.

180 Sobre a trajetória de Azevedo Lima é útil registrar que o parlamentar que apresentou candidatura pelo BOC era médico de formação. Sua primeira legislatura se deu na condição de intendente municipal, em 1917, sendo reeleito para a mesma função, em 1920. Antes mesmo de encerrado o seu segundo mandato, elegeu-se sucessivamente deputado pelo Distrito Federal nos pleitos de 1924, 1927 e 1930.

181 Leônidas de Rezende havia participado dos primeiros encontros para a formação do *A Manhã*.

182 **BN.** *A Manhã*, 8/2/1927.

183 **BN.** *A Manhã*, 6/1/1927.

um grupo de malandros – entre os quais sobressaíam o ‘Pé-de-Macaco’ e o Juvenal – praticavam as maiores atrocidades<sup>184</sup>.

O entrevistado narrou alguns atos de agressão dizendo que, no compartimento no qual esteve, com “cerca de 200 presos”, “soube logo que nos outros porões havia cerca de 400 vítimas”<sup>185</sup>. Teria ficado sete meses no *Campos*, passando ao *Comandante Vasconcellos*, com 80 companheiros. Encontrou alguns prisioneiros já no interior do navio, no total aproximado de “400 vítimas.”

Pelo seu depoimento, ficamos sabendo que:

Este navio era frequentemente visitado pelo comandante Cantuária. No dia do nosso transporte, lembro-me bem, foi o último dia em que vi esse oficial. Foi ele fazer entrega ao tenente da Polícia Militar, nosso supliciador, da lista em que se achavam inscritos os nomes dos presos destinados a seguir para o Oiapoque<sup>186</sup>.

João Baptista de Araújo informou que o navio levantou ferros em uma “bela madrugada de maio”, o que contradiz datas anteriores fornecidas pelo próprio entrevistado, e que não parou até chegar ao Pará. Relatou que temiam os condenados a repetição da tragédia do *Satélite* e que a segunda aportagem, após partir do porto de Belém, se deu em Santo Antônio, na foz do Oiapoque. Neste porto, teriam esperado por três dias até a chegada do gaiola, custodiados pelo “26° de Caçadores”, que os levaria até a Clevelândia.

Afirmou terem muitos soldados revoltosos, do 27° Batalhão de Caçadores de Manaus, morrido na colônia. E que:

Apesar da vigilância ativíssima exercida por um contingente do 26° de caçadores, comandado por um capitão, consegui evadir-me. Uma noite em que ao longe grunhavam bocas humanas, cujos rugidos desvairados deixavam entrever a sorte do castigo que recebiam (...) <sup>187</sup>.

---

184 BN. *A Manhã*, 6/1/1927.

185 BN. *A Manhã*, 6/1/1927.

186 BN. *A Manhã*, 6/1/1927.

187 BN. *A Manhã*, 6/1/1927.

O operário, entretanto, conseguiu fugir para Saint George, na Guiana, e depois para Belém, onde se internou na Santa Casa, por estar convalescendo de febre. Recuperou-se, permanecendo, até o retorno ao Rio de Janeiro, na referida capital. Na narrativa dos suplícios, fez questão de registrar a presença do interno “Coronel Bahia”, bandido que roubava os presos com a anuência das autoridades. “Bahia” apareceria em muitos depoimentos.

Segundo *A Manhã*, a primeira leva de retornados do núcleo chegou, a 7 de janeiro de 1927<sup>188</sup>, no navio *Baependi*, às 9:30h. Vinha conduzida por um interno portador de um

(...) salvo conduto; nº 749, concedido à Francisco Nicolau, natural de São Paulo, de 24 anos de idade, de cor branca, estado civil solteiro, para poder sair desta capital com destino ao Rio de Janeiro levando em sua companhia as pessoas da relação anexa.

Belém; 19 de dezembro de 1926. F. Paulo Pinto Chefe de Polícia<sup>189</sup>.

Francisco Nicolau pertencia ao grupo de “370 prisioneiros” de Catanduvas. O revolucionário teria sido transportado até o desterro pelo navio *Cuiabá* que, segundo o seu depoimento, havia passado pelo Distrito Federal, onde subiram “mais ou menos 150 prisioneiros”<sup>190</sup>. O referido navio teria chegado, sem fazer escalas, ao porto de Belém, onde embarcaram, no vapor *Oiapoque*, em direção à Clevelândia. Nicolau afirma que a chegada ao campo se deu no dia 22 de maio de 1925.

Há referências à mistura de presos comuns e revolucionários, fato que, segundo o soldado, teria se tornado positivo. Ou seja, do destino comum, ao menos para alguns, a experiência limite produziu uma certa afinidade de interesses. Sobre as condições e estrutura do campo: os víveres eram considerados de péssima qualidade, fornecidos por “Afonso Fonseca & cia” que “impingiam”, para o consumo dos presos, os piores alimentos. O trabalho executado pelos prisioneiros era forçado, na reforma e construção dos prédios do núcleo. Os mortos eram enterrados sem maiores cuidados e suas vestes arrancadas para servir aos demais

188 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

189 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

190 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

detentos. As doenças, que pelas informações eram em número variado, não se restringiam à disenteria bacilar e à malária.

Além dos jovens que foram deportados, como Adriano Augusto, que aparece em vários jornais, o artigo dizia que: “(...) mais de mil prisioneiros foram e apenas pouco mais de 400 voltaram; na turma de sepultamento liderada por Joaquim Maria com 28 elementos, só 6 sobreviveram”<sup>191</sup>.

Outro deportado, André Murillo Fernandes descreveu assim o embarque no retorno ao Distrito Federal:

À 1 hora da madrugada, o corneteiro do batalhão deu o toque de alvorada. Dormíamos nos barracões, quando fomos despertados a coice de carabina e de chicote.

(...) Um sargento ordenou a todos, que preparassem as suas bagagens, pois deveriam embarcar no *Baependi* que os deveria conduzir até o Rio de Janeiro<sup>192</sup>.

No dia 3 de fevereiro de 1927, aportava no Distrito Federal o paquete *Manaus* com 72 “operários” deportados. Na lista estava o nome do anarquista Domingos Passos, identificado apenas como secretário da União dos Operários da Construção Civil<sup>193</sup>. Foram destacados os sindicatos que assistiram ao desembarque no porto e receberam os “companheiros” que retornavam do desterro. A Construção Civil fazia-se representar pelos seguintes nomes: Antônio Leite, José Vieira, Agostinho Pereira e outros. E a Associação de Empregados em Hotéis estava representada pelos sócios: João Caetano da Silva, José Paiva, Joaquim Serra, Cypriano Tavares da Silva, Apparicio Félix, Ernesto Kraug e Augusto Gomes.

O retorno dos deportados aconteceu em mais de uma leva. A terceira, em 17 de fevereiro do mesmo ano, contou com um número bem mais reduzido. Foram 7 deportados trazidos, também pelo *Manaus*, que chegaram às 11 horas ao porto do Rio de Janeiro:

No convés dispersos como cães famintos, estavam os sete restantes dos 890 deportados, de penúltima leva que a famigerada polícia do general Chocolate (alcunha pejorativa

---

191 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

192 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

193 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.



de Carneiro da Fontoura) remeteu para o grande inferno (...)"<sup>194</sup>.

Os “retornados” eram: Pedro Alves, Manoel Branco, João Moura, Luiz Pastor, Eurico Gerson Rodrigues, Ovídio Cândido dos Santos e Gaspar Corrêa da Paz.

O caso do espanhol Gaspar Corrêa da Paz é exemplar para a apreciação dos critérios de deportação. O imigrante trabalhava como cozinheiro no restaurante Barroso, rua São Cristóvão, n° 527, e foi preso na noite de 28 de agosto de 1924, quando voltava do trabalho. Em depoimento indignado ao *A Manhã*, ele afirmava que iria apresentar queixa, pelos danos físicos sofridos, à embaixada da Espanha<sup>195</sup>.

Não foi diferente o drama de Manoel Branco, que passou 2 anos na Clevelândia, após ser preso fazendo a sua primeira entrega de pão. Branco, muito provavelmente, deve ter sido detido graças ao prestígio da sua categoria junto ao movimento operário organizado. Como aqui referido, os padeiros nos anos 20 sofreram toda a sorte de perseguições por parte da polícia.

Um sobrevivente do “lote” de Catanduvás, Pedro Alves, afirmava que “dos 480 sobreviveram 6”<sup>196</sup>. Uma conta que não deixava de somar dezenas de internos a cada depoimento. Sob o título “A Relação Sinistra”, o *A Manhã* publicava que:

A lista das 208 [7 de janeiro de 1927] vítimas que outro dia publicou *A Manhã*, sepultados nos desertos inóspitos e pestilentos da Clevelândia, temos agora mais 404 nomes para juntar, não completando-a, porém, ainda. O número exato das vítimas sobe a 500. O tempo se encarregará de completá-la. Os prisioneiros mortos, não é mais possível identificá-los, porque os livros de registro de óbitos desapareceram<sup>197</sup>.

Os números encontrados nos depoimentos quase sempre são aproximados. Os sobreviventes pareciam tentar traçar uma estatística de seu

194 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

195 BN. *A Manhã*, 8/1/1927.

196 BN. *A Manhã*, 18/2/1927.

197 BN. *A Manhã*, 9/1/1927.

próprio martírio, incompleta, mas necessária. Saber quantos haviam morrido, equivalia a ter uma ideia da proporção dos sobejos da sorte daqueles que retornavam com vida do “inferno” da Clevelândia.

No caso do jornal *A Manhã*, que divulgou os números ao sabor das oportunidades, seus proprietários estavam muito mais preocupados com o impacto do fato, do que com a informação mais precisa. A imprensa em geral cobriu tudo se valendo da publicação de diversos depoimentos. Essa atitude, no que se refere aos críticos da Clevelândia, só encontraria exceção nos informativos operários. Os anarquistas buscaram evidenciar mais um atentado das elites às organizações revolucionárias, demonstrando maior preocupação com as implicações e consequências para a classe trabalhadora, ainda que denunciasses os martírios.

O jornal *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, estampou em sua primeira página a seguinte manchete: “Chegou do inferno do Oiapoque a primeira leva das vítimas da tirania cruel e amedrontada que se foi”<sup>198</sup>. Todos os espaços de destaque estavam ocupados por fotografias e chamadas intermediárias, separando colunas, com informes apelativos sobre os acontecimentos na Clevelândia. O contingente era identificado como: “Quase todos eram pobres homens do povo, na sua maioria de S. Paulo. Na sua quase totalidade, vinham vitimados pelo impaludismo”<sup>199</sup>. E seguia afirmando:

O aspecto que oferecia aquela enervante carga humana do *Baependi* valia, como nenhum artigo de panfletário, como uma acusação inesquecível dos crimes brutais da administração que provocou voluptuosamente aquele infortúnio de pobres figuras de cidadãos brasileiros!<sup>200</sup>

Com base no depoimento de um marinheiro da canhoneira *Goiás*, acolhido na primeira leva, o artigo afirmava que, dos casais “cearenses” e “maranhenses” que tinham ido para o projeto original de colonização restavam poucos habitando os lotes. O clima e as condições sanitárias tinham feito com que muitos abandonassem o núcleo colonial, não apenas colonos, mas um número significativo de funcionários:

---

198 BN. *A Manhã*, 9/1/1927.

199 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

200 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

Os primeiros prisioneiros não encontraram outros habitantes além, também, do administrador, que acumulava as funções de médico e farmacêutico, de um encarregado da estação telegráfica e da patrulha da guarda, tirada da guarnição de Belém do Pará<sup>201</sup>.

Outro depoimento, veiculado pelo *Correio da Manhã*, afirmava existirem no campo 20 habitações para os presos, mas muitas delas haviam sido invadidas pelo “mato” ou estavam sem cobertura. A limpeza do terreno e o conserto das “choupanas” foram os primeiros trabalhos dos internos. Após a chegada dos soldados de Catanduvas, a população do núcleo colonial, de um momento para o outro, aumentou consideravelmente. As instalações, que normalmente não podiam abrigar mais de “sessenta almas”, transformaram-se em uma armadilha ainda mais letal para os internos. Não é difícil imaginar como ficou a situação sanitária local, já grave com o acolhimento anterior de mais de quinhentas vítimas do governo, com precárias condições de higiene, tornando-se ainda mais crítica com a presença de um novo contingente de deportados<sup>202</sup>.

O drama dos prisioneiros, após agosto de 1925, se ampliaria tanto no número de óbitos quanto na precariedade do sistema de abastecimento do hospital Simões Lopes. O *Correio da Manhã* se aproveitava da imagem, impressa na memória dos habitantes do Distrito Federal, e comparava a tragédia às mortes pela “influenza espanhola”, na década anterior. Os soldados do efetivo policial, que caíam vítimas da febre palustre, eram enviados para Belém, o que fez com que um marinheiro da “canhoneira *Goiás*” afirmasse ao administrador: “– Mesmo que fossemos animais, sr. Administrador, não devíamos morrer assim...”<sup>203</sup> Teria então respondido, o médico do campo, nos seguintes termos: “Mas vocês vieram aqui para morrer. Resignam-se (sic). Contudo vou ver o que posso fazer para salvá-los...”<sup>204</sup>

Aos trabalhos forçados somavam-se as torturas físicas e psicológicas e as ameaças de fuzilamento que eram constantes. O enfermeiro de Catanduvas identificado como *Sebastião*, que teria servido com o “general Miguel Costa”, tornou-se electricista para fugir às tarefas mais penosas

201 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

202 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

203 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

204 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

no hospital, como o exigia seu ofício primitivo, ou foi trabalhar nos campos de extrativismo. Posteriormente, Sebastião teria se tornado um dos “ajudantes” do engenheiro Camelieri, por ocasião da instalação da estação de rádio na colônia, afirmando que todos os serviços tinham sido realizados sem remuneração.

O *Correio da Manhã* anunciava o retorno ao Distrito Federal de um segundo “magote” de “exilados”, a 3 de fevereiro, no vapor do Lloyd Brasileiro *Manaus*<sup>205</sup>. Na lista de “72 infelizes”, estavam: civis, estrangeiros, ex-marinheiros e ex-soldados. A coluna, da terceira página, trazia uma fotografia do grupo, além dos já conhecidos relatos de sofrimentos atrozes aos quais tinham sido submetidos, também, esses prisioneiros. Segundo o jornal, era da lavra de um dos retornados a seguinte frase: “Se o inferno existe, nos já nelle estivemos”. Os mesmos deportados teriam dito que, ao todo, foram para o desterro 1.114 indivíduos, e que, dele, não mais voltariam 650. Entre os nomes da relação, encontra-se o do anarquista Domingos Passos.

O jornal *O Globo*, um dos primeiros a publicar notícias dos deportados através de telegramas recebidos de Recife<sup>206</sup>, registrava em suas colunas mais algumas páginas da “saga” dos presos do núcleo. Inçados de figuras literárias e apelos dramáticos, os relatos desse diário passaram a influir com força significativa na opinião pública. Como nos demais periódicos, a tragédia era potencializada pela condição de inocentes atribuída aos deportados. Imaginar um número tão grande de mortos e, ainda assim, retirar desses qualquer intenção nociva à sociedade representava exigir, em contrapartida, a punição dos algozes.

A lista dos 208 mortos “sem culpa” encontrava-se anexa à carta do diretor da Comissão, Sr. Gentil Norberto, na qual esse tentava esclarecer, segundo o jornal, “a morte de centenas de cidadãos, remetidos criminosamente para as regiões da Clevelândia pela polícia política do governo extinto”<sup>207</sup>. Norberto pretendia, da mesma forma como o faria Miguel Calmon, argumentar em favor de sua inocência, a partir de várias opiniões de especialistas como: o Dr. Heraclides de Souza Araújo, Chefe da Profilaxia Rural do Pará, em 1922<sup>208</sup>, Dr. Afranio Peixoto e

---

205 BN. *Correio da Manhã*, 8/1/1927.

206 BN. *Correio da Manhã*, 4/2/1927.

207 BN. *O Globo*, 4/1/1927.

208 BN. *O Globo*, 4/1/1927.

Dr. Carlos Chagas. A carta de Gentil Norberto termina com um grande elogio ao clima e instalações da Clevelândia, afirmando que as cifras anunciadas pelos deportados eram exageradas e que, pelo menos 450 dos internos eram indivíduos desclassificados.

Talvez a informação mais interessante prestada pelo ex-diretor e que fará parte da defesa do senador Calmon, nos fins de 1927, seja a de que:

A “Folha do Norte”, um dos grandes órgãos do Pará, narra na sua edição de 29 de setembro do ano passado, a trágica viagem do vapor *Paraná*, de Manaus para o Acre, e diz que dos seus 117 passageiros morreram em poucos dias 46, de disenteria bacilar e sarampo. Na mesma época grande parte da população de Iquitos abandonara a cidade, vítima da terrível epidemia. Os médicos afirmam que a disenteria bacilar é uma moléstia própria das trincheiras. Em Clevelândia existem vários revoltosos de Catanduvás, e daí é fácil deduzir-se a causa de seu aparecimento naquela povoação<sup>209</sup>.

A defesa de Norberto, naquele momento, servia menos para absolver os “culpados” do que para atenuar os possíveis impactos negativos na opinião pública.

Exatamente por temer as consequências das denúncias para a sua reputação, é que Gentil Norberto chegou a ameaçar o jornal *A Noite* com um processo, por ter este se recusado a publicar uma carta sua<sup>210</sup>, desmentindo vários depoimentos. Domingos Passos, o já citado, secretário da União dos Operários em Construção Civil e interno da Clevelândia, teria ido até a redação do jornal para reiterar as acusações dirigidas à administração do campo. Segundo o jornal:

Queria o operário Domingos Passos dizer a *A Noite* que na narrativa feita destas columnas a respeito daquelles dias sinistros não houve o menor exaggero. Tudo quanto inserimos acerca dos martyrios da Clevelandia, estava, até aquém do que lá se passou<sup>211</sup>.

209 BN. *O Globo*, 4/1/1927.

210 BN. *A Noite*, 21/2/1927.

211 BN. *A Noite*, 21/2/1927.

Muitos estudos já haviam sido feitos sobre as reais condições das regiões silvestres do extremo norte do país. A esse respeito havia escrito Oswaldo Cruz, em 1913<sup>212</sup>, que a malária constituía, em todo o Vale do Amazonas, e nas regiões periféricas, “a entidade mórbida de índice endêmico mais elevado”<sup>213</sup>. A grande letalidade daquelas áreas, assim como a condição orgânica precária da maioria dos habitantes, representava grandes malefícios para uma desejável estabilidade sanitária. Oswaldo Cruz chegou a afirmar sobre essa questão que: “sem exagero, serem infectados pela malária todos os habitantes do interior da Amazônia, apenas excetuados alguns indivíduos residentes em cidades”<sup>214</sup>. Como exemplo, o sanitarista oferecia a Vila de São Felipe, no referido vale, na qual, de uma população aproximada de 850 pessoas, em 1911, haviam sucumbido à malária mais de 400<sup>215</sup>.

Com base no depoimento do tenente comissionado Matheus de Moura, “de cor e natural de São Paulo”<sup>216</sup>, preso em Catanduvas e deportado para o Oiapoque, podemos esquadrihar uma visão geral do destino dos revoltosos do 5 de julho. Esse militar chegou a lutar, como 1º sargento da Polícia Militar de São Paulo, contra os revoltosos, mudando de lado após a derrota de sua tropa para os homens do “capitão Távora”. Na sua narrativa, Moura faz um balanço de toda a sua trajetória até o retorno ao Rio de Janeiro, por onde havia passado, em 1925, preso, a bordo do *Cuiabá*.

A história do tenente não era muito diversa das demais. Mas sobre os castigos, ela traz algumas outras novidades. Dizia ele que, para os que eram punidos, existiam algumas formas específicas de suplício, a saber: o umbigo de boi, usado como açoite, a palmatória e a “cafua”, espécie de pequeno quarto com telhas de zinco onde o preso experimentava o sufocamento e temperaturas das mais extremas. Reafirmou, em seu depoimento, a pouca atenção dada aos doentes pelo Dr. Joaquim Paulo de Souza, médico do campo, além do fato dos medicamentos serem sempre

---

212 **IHGB**. Oswaldo Cruz. Relatório Sobre as Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & C. 1913. Esse relatório foi apresentado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro Toledo.

213 *Ibidem*, p. 40.

214 *Ibidem*, pp. 40-42.

215 *Ibidem*, p. 45.

216 **BN**. *O Globo*, 7/1/1927.

insuficientes. O deportado recebeu amplo espaço para suas impressões que, segundo o jornal, valiam “já pela sua graduação<sup>217</sup> entre os revoltosos.”<sup>218</sup> Teria falado “em nome dos seus companheiros de infortúnio, dos quais se achava cercado ali no tombadilho do navio (...)”<sup>219</sup>. Mas, em meio à comoção provocada pela Clevelândia, o governo eleito de Washington Luís parecia não haver ainda avaliado a verdadeira dimensão do mecanismo de repressão que herdara, ou subestimava a capacidade de mobilização dos escandalosos processos de degredo para o Oiapoque.

Dessa forma, no dia 23 de dezembro de 1926, era preso, em sua residência, à rua Marquês de Sapucahy nº 12, o sr. Felix João Maurício, empregado do comércio. Sem qualquer explicação, o detido foi remetido para o presídio da Ilha das Cobras e, mais tarde, embarcado, com mais “71 companheiros de infortúnio”, no *Comandante Vasconcellos*. Um telegrama de Félix João Maurício, falando de seu desterro para a Clevelândia, havia alertado sua esposa D. Floripes. Uma vez ciente da sorte de seu marido, D. Floripes vai à redação de *O Globo* para efetuar denúncia do fato, tendo ela dado entrada no pedido de *habeas corpus*, em 3 de janeiro de 1927<sup>220</sup>. Os temores de uma nova onda de deportações não pareciam de todo infundados.

Em 24 de janeiro de 1927, *O Globo* publicava o anúncio do retorno do *Comandante Vasconcellos*, com 375 deportados, que estavam indo para a Clevelândia. E asseverava a coluna:

Isto significa que o presidente da República reconheceu a justiça das advertências da imprensa que não se confunde no comício dos focinhos que revolvem a gamela das subvenções ilícitas. Assim compreendendo, o presidente da República não quis carregar a pecha do seu trágico antecessor, que condenou aos suplícios das febres, da disenteria bacilar e da fome cerca de seiscentos brasileiros, que ousaram discordar dos seus processos suspeitos de governo<sup>221</sup>.

217 A preferência, da maioria dos jornais, por entrevistar militares ou operários explica em parte não haver depoimento de nenhum dos vários “gatunos” ou “cáftens” apontados nas listas da polícia e referidos pelos próprios deportados.

218 BN. *O Globo*, 7/1/1927.

219 BN. *O Globo*, 7/1/1927.

220 BN. *O Globo*, 8/1/1927.

221 BN. *O Globo*, 24/1/1927.

Sob a “pressão da informação independente”, sucumbia, segundo *O Globo*, mais uma imoralidade. A coerção moral da “verdade”, ainda segundo essa perspectiva, e da publicidade dos arautos da ética democrática, surtia o efeito desejado para a sociedade. Na pugna diária, os jornais salvavam mais um governo de seus próprios hábitos nocivos: denunciando, educavam; educando, curavam. Da forja criada pelos debates acalorados no espaço público através dos jornais, nasciam têmperas mais fortes para a democracia. No intertexto, de forma subliminar, estava a mensagem veiculada pelos diários. Sem maiores retoques, era essa a imagem que queriam passar os veículos da imprensa liberal de oposição.

Entretanto, há que se reconhecer, com justiça, que a ação dos jornais contrários ao governo foi fundamental. E, talvez, um dos depoimentos mais significativos para o entendimento dos mecanismos que precediam à chegada a Clevelândia tenha sido publicado no jornal *O Globo*<sup>222</sup>, logo no primeiro dia após o fim do estado de sítio.

O depoimento em questão, embora anônimo, parece ser o mesmo prestado por Atílio Lebre em carta ao deputado Adolfo Bergamini. Existem muitos pontos em comum nos conteúdos dos textos e nas origens de ambos os depoimentos. Podemos observar, em diversas passagens, que as informações correspondem perfeitamente com o destino explicitado no seu inquérito policial. Atílio, segundo a carta de *O Globo*, teria passado pela Casa de Detenção e pela Polícia Central, aguardando portaria de expulsão do território nacional, acusado de “anarquista perigoso”. Ao sair da 4ª Delegacia Auxiliar, sob custódia, em “um carro-automóvel” para o desterro, ele narra:

Chegando o carro, eu e os meus companheiros – Adriano Vaz Pinto do Amaral, o tuberculoso que estava no xadrez fronteiro à minha cela; Biófilo Panclasta, o jornalista colombiano, com quem o amigo falou junto da porta daquele xadrez; Nicolau Parada, o anarquista confesso, mas inofensivo, por só pregar o credo teoricamente e a dentro do sindicato associativo, como o amigo teve oportunidade de pessoalmente ouvir; Rosendo Resano, espanhol, homem muito rude e pai de numerosa prole, residente como ele foi, em Ribeirão Preto, acusado de ter praticado um assas-

---

222 BN. *O Globo*, 8/1/1927.



sinato há mais de 24 anos na Espanha, tendo estado preso por mais de oito meses com passagem pela “geladeira”, não obstante ter um cancro no piloro, e de ter ainda merecido do Supremo Tribunal de Justiça uma ordem de *habeas corpus* que o mandava pôr em liberdade.

Atílio Lebre e os presos citados: “Rosendo Resano”, “Adriano Vaz Pinto do Amaral” e “Biófilo Panclasta” constavam de uma mesma pasta de processos do Ministério do Estado da Justiça e Negócios Interiores, encontram-se os quatro citados com a mesma data, nos respectivos documentos, em 28 de novembro de 1924.

Existem, entretanto, alguns problemas: no processo, o nome não é “Atílio”, mas sim “Abílio Venâncio da Silva Lebre”. O de “Rosendo Resano”, no processo, é “Cândido Rosano Ananaz”. Todos acusados de serem anarquistas perigosos.

A longa narrativa foi ilustrada com exemplos, desde o momento da prisão, até a chegada ao núcleo colonial estabelecendo, entretanto, uma distinção clara entre os estrangeiros e os presos militares.

Segundo Atílio Lebre, os estrangeiros eram, na escala de privações, os mais sacrificados. Seriam eles os mais castigados, e os que ficavam mais tempo enclausurados nos porões dos navios. O próprio missivista tentou, todo o tempo, com seus atributos pessoais e formação intelectual, destacar-se da leva dos estrangeiros para ter abreviados os seus sofrimentos. Mas as dificuldades o acompanhavam sempre, ao ser-lhe atribuída a pecha de “galego anarquista”.

A carta registra ainda um exemplo ilustrativo, esse da autoria de um dos mais contumazes perseguidores de presos, o “Sargento Raphael”: “Então seu ‘galego’ você anda por aí dizendo mal do governo e recusou-se, a bordo do ‘*Vasconcellos*’, a lavar no último dia o prato em que comia?! Você que não passa de um anarquista”<sup>223</sup>.

No dia 17 de fevereiro de 1927, o *A Noite* noticia o que parecia ser a chegada de um dos últimos contingentes de deportados. Da turma original, embarcada no norte em número de 8, chegavam ao Distrito Federal 7. O jornal entrevista quatro dos retornados: Gaspar Corrêa da Paz, espanhol e cozinheiro; Ovídio dos Santos e Pedro Alves, de Catandivas, e Manoel Bruno, padeiro. Todos com histórias muito parecidas no que diz respeito aos sofrimentos passados na colônia.

---

223 BN. *O Globo*, 1/1/1927.

Com base no que se publicou na imprensa, nos anais do Senado e demais veículos de comunicação estritamente comprometidos com as elites, poderíamos, esquematicamente, situar as versões sobre a Clevelândia em dois grandes blocos: o do governo, representado sobretudo pela extensa defesa do então senador e ex-ministro Miguel Calmon, que reuniu uma grande soma de depoimentos de pessoas de “ilibada reputação” e “credibilidade científica”, e o dos órgãos da imprensa oposicionista, em diversos matizes, que, depois do estado de sítio, utilizaram a questão da Clevelândia como um “mote-catarsico” para destilar opiniões e acusações amordaçadas pela lei de imprensa de 1923.

Entretanto, parece-nos que, em parte, a imprensa de oposição desenvolveu tese semelhante à do governo quando alijou de suas listas de depoimentos qualquer um dos referidos “cáfrens” e “gatunos” que, segundo a polícia, foram enviados em quantidade para o Oiapoque. O silêncio imposto a esses transgressores era indício de algumas questões que estavam inscritas, de forma subjetiva, no próprio embate dos blocos antagônicos.

O eixo moral, esteio de todo o discurso indignado da oposição, estava permeado pela mesma raiz que forjou o discurso de defesa da situação bernardista. Invariavelmente, os ataques e a defesa da Clevelândia aconteciam observando-se a parceria entre o martírio e a inocência, binômio de efeito dramático e que deixava às claras a exclusão dos “criminosos”. Certamente, como vimos, a mobilização da opinião pública se fazia através de atitudes heroicas e sacrifícios patrióticos, posturas incompatíveis com o mundo do crime.

A oposição, através dos jornais, esvaziou a crítica mais profunda do crime contra a humanidade, em nome de um senso comum em harmonia com os propósitos mais imediatos. Poucos grupos, que se pretendiam oposição ao regime que protagonizou os atos tão vis, escaparam a esse princípio de argumentação. Não foram além do revestimento moral que involucrava os fatos.

A imprensa operária anarquista foi também tragada, em muitos aspectos, por essa espessa camada de significação e valores do período. Poucas vezes logrou romper com a moralidade vigente, exceção feita ao que foi capaz de denunciar no âmbito da luta de classes, do combate entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, merece, de fato, todo o destaque.

### 3.9. A “SIBÉRIA BRASILEIRA”

Grande parte das notícias que chegavam ao movimento operário organizado, de orientação anarquista, vinha através de jornais do exterior, no período de 1923 até o fim do estado de sítio. Embora o jornal *A Plebe* de São Paulo, editado por Edgard Leuenroth e dirigido por Rodolpho Filipe, tenha ainda circulado no ano de 1924, este, por muitas vezes, tinha suas edições recolhidas pela polícia. *A Plebe*, fundada em 1917, ano das grandes greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, registrou em suas colunas fases importantes do movimento social ligado ao trabalho. Ao que tudo indica, sua circulação foi interrompida como consequência da reação governamental que sucedeu ao 5 de julho, em São Paulo. Retornou em 1927, com farto material sobre as deportações, mas a nova “lei celerada” de agosto deste mesmo ano abreviou a vida do jornal. Ressurgiu por mais alguns anos, em 1932 e 1935, reaparecendo após a guerra, entre 1947 e 1951<sup>224</sup>.

No Rio de Janeiro, o principal periódico anarquista, até o ano de 1915, foi *A Voz do Trabalhador*, fundado em 1908 para ser o informativo da Confederação Operária Brasileira (COB), manteve-se durante os primeiros anos de sua criação como importante veículo do sindicalismo carioca e nacional, perdendo muito de sua força após as leis e atos policiais que atingiram o movimento sindical naquela época. No início de 1920 aparecia no Rio de Janeiro o *Voz do Povo*, que chegou a ser um diário, ainda que por um curto período. Era o órgão oficial da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ).

Durante o governo Bernardes, as notícias sobre questões nacionais, não exclusivamente as operárias, muitas vezes vinham de jornais para além das fronteiras territoriais. Após o fechamento de *A Plebe*, em 1924, as informações sobre o que acontecia aos sindicalistas revolucionários praticamente deixaram de circular. Com raríssimas exceções, a de pequenos boletins expedidos pelos sindicatos encontrava-se alguma informação confiável sobre as atividades dos grupos operários filiados ao sindicalismo revolucionário. Para diminuir as graves consequências da desinformação,

---

224 Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão.*, op. cit., p. 99.

a alternativa encontrada pelos libertários foi publicar, em periódicos de outros países, as notícias que aqui eram impedidas de circular.

Como aqui mencionado, o jornal lisboeta, *A Batalha*, passou a publicar quase que diariamente notícias da situação na qual se encontrava o Brasil, após o 5 de julho de 1924. A utilização do periódico não se justificava apenas pela conveniência do idioma, mas pela presença mesmo de muitos portugueses residentes no Brasil que eram seus assinantes e colaboradores. Essa relação seria fundamental para se explicar o sucesso da colaboração político-sindical entre o Brasil e Portugal.

Já em 22 de julho de 1924, *A Batalha* publicava notícias sobre “A Revolução Brasileira”, que chegavam à redação por intermédio de Buenos Aires e Washington<sup>225</sup>. Nos dias que se seguiram, o jornal manteria os informes sobre os acontecimentos de São Paulo, que continuavam chegando pelas agências internacionais de várias localidades como Berlim, Nova Iorque e Londres. Em determinados momentos, os responsáveis pelas colunas relativas à “revolução” no Brasil arriscavam alguns palpites no firme propósito de investir nas expectativas de uma possível revolução social. Dessa forma, sobre as consequências da retirada, para o sul do país, dos revolucionários do 5 de julho, afirmava o periódico, com base em mensagens enviadas do Brasil que: professores, estudantes, civis simpatizantes e operários em geral sofriam o revés de terem permanecido na cidade de São Paulo, após a evacuação da coluna de Isidoro Dias Lopes. Teriam os elementos fiéis ao governo, ainda segundo *A Batalha*, se dedicado “ao trágico prazer da vingança”, fuzilando inocentes nas ruas durante as madrugadas<sup>226</sup>.

Os artigos do início de 1925 eram mais detalhados e traziam, com algum atraso, denúncias sobre as prisões dos militantes brasileiros:

Os camaradas prisioneiros são chibateados diariamente, principalmente os operários que estão no vapor *Campos*, do Lloyd Brasileiro, tais como Pedro Carneiro, Domingos Passos e diversos outros carpinteiros, pintores, que lá estão trabalhando sem salário para uma empresa particular, contra todos os princípios de humanidade!<sup>227</sup>

---

225 BVO. *A Batalha*, 22/7/1924.

226 BVO. *A Batalha*, 4/1/1925.

227 BVO. *A Batalha*, 13/1/1925.

As primeiras menções feitas, pelo periódico, à Clevelândia só aparecem em julho de 1925<sup>228</sup> juntamente com denúncias da deportação de anarquistas portugueses para Guiné, Cabo Verde e Timor.

As notícias sobre as deportações ocupam uma boa parte dos informes das primeiras páginas e seguem, por meses, mostrando a proximidade que existia entre os métodos empregados pelas repúblicas portuguesa e brasileira.

No Brasil, as informações sobre a deportação de operários anarquistas encontravam-se quase todas nas narrativas dos militantes. Partindo de um extrato do depoimento de Pedro Carneiro, ex-presidente da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, transcrevia Edgar Leuenroth:

Neste navio embarcaram 140 prisioneiros portugueses, espanhóis, italianos, franceses, bolivianos e cabos-verdes, brasileiros e mais 6 operários e 3 ladrões, um conhecido pelo vulgo “Rio Grande”, outro “Joãozinho” e o célebre e cínico João Cândido, o “Coronel Bahia”; e mais cinco operários vindos da Casa de Detenção. Dentre estes estavam o camarada Nicolau Paradas e Paclastro (sic.). A guarnição do navio era de soldados do Exército e quando passamos à meia noite defronte à Fortaleza de Santa Cruz, embarcaram 5 marinheiros da Armada, com destino ao Oiapoque. Durante esta viagem, o sargento Freitas ordenava o espancamento de 6 a 8 presos diários, por intermédio dos ladrões de roupas dos coradouros do Rio; um destes era o “Zala Morte”, outro o “Padeirinho” e o último o “Rio Grande”, dirigidos pelo cretino João Cândido, vulgo “Coronel Bahia”. Assim fomos até a foz do Oiapoque, encontrar o “Gaiola”, o “Oiapoque”, e só ao passarmos do “Vasconcelos” para o “Oiapoque” morreu um marinheiro da guarnição de Vasconcelos, morte estúpida, sem que o comandante do mesmo lhe enviasse o menor socorro.

Depois de termos viajado no porão do Vasconcelos sob o calor de dezembro, fomos transportados para o Gaiola Oiapoque, partindo para a Clevelândia, onde chegamos a 27 de dezembro de 1924<sup>229</sup>.

228 BVO. *A Batalha*, 30/7/1925.

229 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 238.

Pedro Carneiro, em seu depoimento, aproxima-se em muito da carta enviada a *O Globo* de 1º de janeiro de 1927, possivelmente da autoria de Abílio ou Atilio Lebre. Há também aqui, como em muitos outros depoimentos de operários, a denúncia da participação de detentos comuns na guarda e castigo dos presos políticos, fato que, por certo, colaborou para as restrições dos militantes presos em relação aos criminosos comuns, vendo-os, em raras ocasiões, com bons olhos.

Domingos Braz, em carta do Oiapoque de setembro de 1925<sup>230</sup>, não deixou de se referir aos “desvalidos” que engrossaram os grupos de deportados:

(...) desgraçados mendigos pela infância(!) de serem velhinhos, inutilizados, repelidos e escarnecidos pela sociedade, porque aqui não há asilo que os acolham; inúmeros filhos do povo confundidos entre vagabundos – produtos híbridos do regime social contemporâneo – pelo inconcebível delito de não terem recursos para comprar a sua liberdade aos agentes que os prenderam; e vários sindicalistas e anarquistas – operários e intelectuais – por amarem e protegerem o seu Ideal de Amor, Paz, Liberdade e Harmonia, crime que todos os governos não perdoam<sup>231</sup>.

Numa linguagem bastante familiar ao imaginário cristão, a mensagem do anarquista Domingos Braz procurava compatibilizar os motivos das deportações que atingiam indistintamente, pobres das ruas e sindicalistas<sup>232</sup>.

Como homenagem aos que tombaram no desterro, Domingos Braz escreveria um opúsculo de inegável força poética. Na sua apresentação, o militante e poeta definia o objetivo da publicação:

Na imensidade silenciosa de suas selvas seculares, o Oyapock guarda o segredo d’um crime nefasto, infame, torpe, monstruoso: – o martyrologio lento e cruel de cerca de mil entes

230 **AEL.** *A Plebe*, 12/2/1927. Essa carta foi publicada também, no ano de 1925, pelo jornal *A Batalha*.

231 **AEL.** *A Plebe*, 12/2/1927.

232 Domingos Braz publicou, quando ainda se encontrava no Pará, um opúsculo de poesias sobre o Oiapoque. Cf. Domingos Braz. *Dos meus momentos de lazer...* Belém: Typographia Arruda Para, 1927.

humanos, dos quaes centenas pereceram. E, entre estes, contam-se os nossos extremos camaradas de luctas e de ideaes: – José Alves Nascimento, Pedro Augusto Motta, José Maria Fernandes Varela, Nicolau Paradas e Nino Martins.

Às victimas em inermes da tyrannia burguesa – capitalista-estatal e, especialmente, à memoria dos denodados e inesquecíveis camaradas que succumbiram nas regiões inhospitas do degredo, dedico estas obscuras, porém despretensiosas paginas<sup>233</sup>.

Reforçando o apelo dramático com imagens religiosas, diria ainda que: “Se ha vinte séculos a região inhospita e mortifera do Oyapock fosse conhecida – certamente Christo não seria crucificado...”<sup>234</sup> E ainda: “Clevelândia – A SENZALA MODERNA! Antigamente: – A escravidão, o cipó, o relho, o tronco... Actualmente: – O trabalho forçado, o cacete, os grilhões... Repete-se a História!”<sup>235</sup>.

A iconografia da Clevelândia e outros relatos pormenorizados aproximam os diferentes segmentos de deportados, excetuando, todavia, os que terminariam por se aliar à administração do campo de deportados. A miséria do desterro não só criou um vocabulário comum, como também auxiliou na homogeneização, ao menos no discurso, da massa de sentenciados. Para os que morreram vitimados pelos rigores das condições climáticas, de tratamento e doenças, a imagem não era diferente.

Domingos Braz anunciava que:

Quinze<sup>236</sup> foi o número dos anarquistas deportados para o Oiapoque. Quatro morreram – José Maria Fernandes Varela, José Alves Nascimento, Nicolau Paradas e Nino Martins; cinco conseguiram sair, os seis restantes são: Manuel Ferreira Gomes, Tomás D. Borche, José Baptista da Silva, Biófilo Panclasta, Pedro A. Motta e Antônio Salgado<sup>237</sup>.

233 *Ibidem*.

234 *Ibidem*, p.6.

235 *Ibidem*, p.7.

236 Os casos de dupla identidade não garantem o número divulgado por Domingos Braz.

237 **AEL**. *A Plebe*, 12/2/1927.

### Segundo *A Plebe*:

Os operários Domingos Passos, Pedro Carneiro, Domingos Braz, Antônio da Costa, José Alves do Nascimento e Manuel Ferreira Gomes estiveram presos em solitárias e imundos cubículos durante meses, depois foram transferidos para bordo de navios, onde estiveram sujeitos a trabalhos forçados. (...) Essa mesma triste sorte tiveram os operários de S. Paulo: Nino Martins, Pedro A. Motta, José Fernandes Varella, Nicolau Paradas e Thomaz Borche, de Santa Catarina<sup>238</sup>.

Domingos Passos, em carta publicada após seu retorno do Oiapoque, informava sobre os sobreviventes:

Embora alguns deles estejam com sua saúde sacrificada, conseguiram escapar com vida aos horrores do Oiapoque, os seguintes camaradas: Domingos Passos, Pedro Carneiro, Antônio da Costa [O carioca], Manuel Ferreira Gomes, do Rio de Janeiro; Domingos Braz, de Petrópolis; Tomas Derlitz Borche, de Santa Catarina, e Biófilo Panclasta, que se encontrava no Rio de Janeiro<sup>239</sup>.

O militante fez um breve histórico do longo período passado nas prisões, “ergástulos imundos” e nos navios *Campos* e *Comandante Vasconcellos*. Segundo ele, todos os martírios teriam sido causados pelos “nossos irmãos-inconscientes e ambiciosos”, observação surpreendente e que revela o seu inquebrantável otimismo no que se referia a conduta humana.

Domingos Passos, que teria permanecido 20 dias com fome na “geladeira” da Central de Polícia na companhia de duzentos presos, os “quais descarregavam sobre os mais fracos o ódio de que se achavam possuídos”<sup>240</sup>, demonstrou, em várias oportunidades, bastante sensibilidade para com os motivos das desagregações sociais, em ambientes como aquele. Certamente, esse seu pensamento guardava estreita ligação com as prováveis leituras de textos do anarquista Kropotkin. Ele

---

238 AEL. *A Plebe*, 12/2/1927.

239 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.

240 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.



permaneceu, após sair da Central, mais seis meses a bordo do *Campos*, “picando” ferrugem e sofrendo “insultos e espancamentos.” Acabou por embarcar no *Comandante Vasconcellos*, com destino ao norte. E, durante vinte e dois dias, foi submetido, junto com os demais cativos, à vigilância severa do “preso político coronel Bahia [João Cândido], idealista republicano, correligionário e amigo do peito dos Srs. J. J. Seabra e Moniz Sodré”<sup>241</sup>.

Mas para Domingos Passos: “Nada disto se comparava com o sofrimento que sentimos durante dois longos anos (...)”<sup>242</sup>. Depois de algum tempo na colônia, o sindicalista acabou por conseguir evadir-se para Saint George, na Guiana Francesa. Entretanto, as febres o obrigaram a buscar medicamentos em Caiena, tendo chegado à cidade sem um “*sous manque*” (valor pecuniário). Passos contou, em Caiena, com a solidariedade de um “crioulo” (provavelmente tradução para *créole*), segundo ele, um exemplo de bondade oriunda dos pobres trabalhadores. E, como contraponto, relatou que havia mantido ligeira conversação com o cônsul brasileiro naquela capital, negando-lhe o funcionário brasileiro qualquer ajuda.

Domingos Passos, referindo-se às condições e à má alimentação a bordo, assim falou de seu retorno ao Rio de Janeiro, depois de findo o estado de sítio:

A viagem foi a pior possível. Basta dizer que o *Manaus*, que possui 10 camas na 3ª classe, trouxe 280 passageiros.

Dos 72 vindos do Oiapoque quase todos estavam impaludados, alguns atacados de disenteria, outros de gripe, pneumonia e de outras enfermidades<sup>243</sup>.

Acrescentava que muitos pioraram de suas enfermidades, devido às condições do navio e à má alimentação.

---

241 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.

242 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.

243 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.

### 3.10. CARTAS DO DESTERRO

Em dezembro de 1925, já alguns militantes anarquistas haviam escapado do confinamento da Clevelândia. Mesmo com imensas privações conseguiam manter, através de cartas enviadas da Guiana, o contato com outros ativistas sindicais. Nas referidas cartas, além das notícias sobre o estado de saúde dos exilados, eram solicitados recursos para a sobrevivência do grupo:

Saint George, 14/12/1925. Saudações. Camarada:

Esta tem por fim informar-te do lugar em que nos encontramos e dar-te o nosso novo endereço.

A doze do corrente conseguimos fugir da Clevelândia e aportamos em Saint George, uma povoação francesa, à margem do Rio Oiapoque.

É verdade que daqui também é difícil sair e é quase impossível a vida, por falta de trabalho: porém livramo-nos das humilhações e tiranias de que éramos vítimas em Clevelândia. Daqui a única saída é por Caiena. Para ir a Caiena é preciso passaporte. Está nisso toda a dificuldade.

Se for possível, lembra aos camaradas um recurso que nos poderia ser útil: procurassem por todos os meios adquirir-nos salvo-condutos. A ocasião é propícia.

De acordo com o que disseste em ultima carta, se achassem recursos envia-nos a nova direção.

Os camaradas que aqui se acham são os seguintes: José Baptista da Silva, pernambucano, 36 anos, pedreiro; Thomaz Derlitz Borsche, Uruguai, 29 anos, empregado do comércio; Pedro Augusto Motta, Ceará, 31 anos, tipógrafo; Domingos Braz, Itália, 22 anos, professor Manuel Ferreira Gomes, português, 39 anos, pedreiro.

Mando os nomes, nacionalidade, idade e profissão de cada um de acordo com a que demos para orientando-se no caso de conseguirem os salvo-condutos. Estamos todos com saúde.

Sem outra razão, lembranças a todos os camaradas. Manoel Ferreira Gomes Saint Georges – Guyanne Française Vie Cayenne

Nota – Comunique esta direção e os nomes para os camaradas de São Paulo<sup>244</sup>.

Nem todas as informações dos “camaradas” citados estavam corretas. Por exemplo: Domingos Braz não era italiano e sim natural de Petrópolis. As informações eram, como se evidencia, apenas para confirmar um possível salvo-conduto.

Uma segunda carta, de Saint George, chega endereçada aos anarquistas da região sudeste, com o seguinte conteúdo:

São Jorge. 30 de dezembro de 1925 – Prezados camaradas – Saúde! – Acuso recebida em 8 do corrente a importância de 400\$000, destinada à aquisição da nossa liberdade. Como as cousas pelo lado brasileiro não oferecessem as vantagens de quando chegamos ao Centro Agrícola Clevelândia, reunimo-nos em entendimento e o último caminho a seguir foi passar este lado (São Jorge), o que fizemos em data de 11 para 12 do andante. Aqui chegados, tratamos de procurar trabalho; todavia não tem sido fácil, a não ser quando chega algum barco com descarregamento e carregamento de mercadoria ou algum navio.

Ao todo somos cinco: Domingos Braz, Manoel Ferreira Gomes e José Baptista da Silva (do Rio); Thomaz Derlitz Borche (de Florianópolis) e eu. Os camaradas Varella, Nino Martins, Paradas e José Nascimento, como deveis saber, já são falecidos. – Os 400\$ foram divididos entre os 5, bem como os 200\$ vindos dos camaradas do Rio.

Diante do exposto, os camaradas concluíram que o primeiro passo para a nossa liberdade está dado, faltando-nos, porém, meios que facilitem a nós pô-los em prática.

244 **ACELIP.** A carta de Manoel Ferreira Gomes apresenta vários erros de ortografia, que buscamos minorar nessa versão, e problemas de coerência narrativa. Muito provavelmente esse militante da Construção Civil possuía apenas as noções básicas de alfabetização.

Logo após os primeiros dias que aqui chegamos, apresentou-se-nos oportunidade de nos transportar a Belém. Aconteceu, porém, que nos faltou adquirir uma canoa que nos conduzisse até um ponto além do porto de Diamantina, onde são revistadas todas embarcações brasileiras.

Conforme conversação com os proprietários do barco conseguimos saber que no próximo fim de janeiro eles estarão de volta e se disseram prontos pra nos conduzir a Belém, uma vez que facilitemos o transporte ao ponto acima referido.

De sorte que esperamos dos camaradas a manifestação do espírito de solidariedade para a conquista de nossa liberdade. Estamos reduzidos a 200\$ e temos que comer diariamente. – Sem mais abraços de todos os camaradas. Pedro A. Mota<sup>245</sup>.

O exposto na carta revelava que, como em outros depoimentos, as condições de evasão da Clevelândia se alteraram com o passar dos meses. Mas as fugas, invariavelmente, faziam-se pela Guiana e, especialmente, por Saint George. É possível imaginar que por ser uma área, tanto do lado francês como do brasileiro, de presídios e de deportados, a segurança sofresse ajustes de acordo com a gravidade do momento. Não é difícil também especular sobre a existência de grupos que, em troca de determinadas somas, auxiliavam as evasões.

Em uma terceira carta, já no ano de 1926, a situação dos evadidos piora bastante:

Saint-George 02/02/1926 – Camarada Silvério de Araújo.  
– Cordiais saudações:

Silvério, ao dirigir-me a vós, faço-o na intenção de quem espera ser atendido, visto estar persuadido de que não regateareis o que vos peço!

Camarada, se não fosse a situação horrível, e desoladora porque estamos passando neste momento, não vos pediria coisa alguma. Silvério peço-te para que faças o possível de falar com os outros camaradas a fim de nos arranjar recurso para nos tirar desta situação em que jazemos. Quando

245 AEL. *A Plebe*, 26/2/1927.

chegamos em São Jorge Guiana Francesa ainda tínhamos alguns recursos mandados por vós. Porém depois de estarmos aqui um mês e tanto os ditos recursos se esgotaram. Ficamos numa situação crítica, não há trabalho. O nosso camarada Pedro A. Mota faleceu aqui a 12 de janeiro devido à falta de medicamento e alimentação como tantos outros têm falecido. Camarada Silvério assim que chegamos aqui comunicamo-vos o nosso novo endereço a onde vos mandamos pedir os nossos salvo condutos, não sabemos se foste entregue desta carta, ou não; o q. sabemos é, q. não chegou nenhuma resposta da carta de todos os camaradas nossos q. vieram apenas restamos. Antônio Salgado da Cunha baixou hoje mesmo ao hospital de Caiena em mísero estado com os pés quase podres de bicho, frieira e outras moléstias, original daqui mesmo e nós estamos quase na mesma situação e só por este meio se consegue obter um lugar no hospital o q. quer dizer que quando o indivíduo já esta morto é que tem lugar no hospital; tal é, a situação miserável em q. nos encontramos aqui; estamos aqui José Baptista da Silva pedreiro sócio da Construção Civil Thomaz Borche e Manoel Ferreira Gomes, nosso endereço é este Manoel Fr. Gomes – via Caiena São Jorge Guiana Francesa<sup>246</sup>.

Com a informação da morte de Pedro Augusto Mota, subia para 5 o número de óbitos confirmados de militantes anarquistas. Caberia ao *A Plebe* contabilizar as baixas em mais uma “batalha contra a burguesia”. As chagas dessa *razia* nas organizações libertárias, só depois do estado de sítio, seriam expostas.

### 3.1.1. O COTIDIANO NA COLÔNIA: UM OLHAR LIBERTÁRIO

Referindo-se ao 1º de Maio de 1925, comemorado pelos anarquistas no Oiapoque, *A Plebe*<sup>247</sup> publica uma carta de Domingos Passos, de

246 AEL. *A Plebe*, 12/2/1927.

247 AEL. *A Plebe*, 12/2/1927.

Belém, com a data de 1º de janeiro de 1925<sup>248</sup>. O texto não esconde as inclinações literárias de seu autor. É, ao que indica a própria construção, um dos seus informes mais líricos e provavelmente escrito em circunstâncias de maior estabilidade física e emocional:

Muito acima de sua foz, no Oiapoque, está localizado, no lote 14, o nosso infatigável camarada José Nascimento, ex-secretário da Construção Civil do Rio de Janeiro e um dos professores de esperanto do Grupo Renovação (teatro e música). Nascimento, figura de coragem resignada, devoção ao trabalho e à luta, logo que montou sua tenda, fundou uma escola. Ele se propôs a desanalfabetizar todos os filhos dos agricultores situados nas margens do Ciparini. E ali, incansável, apesar de seus quarenta e tantos anos, curvado durante o dia na rude, mas bela e honrosa lide de produtor, sem camisa orgulhoso de si mesmo como a desafiar as intempéries desta região, ele, de enxada na mão, fecunda a mãe natureza, para ensinar aos nativos as vantagens da cultura científica. De noite, de cabana em cabana ele leva aos analfabetos o ensino mental de que tanto precisam<sup>249</sup>.

No parágrafo seguinte, Passos inicia um detalhado relato sobre o 1º de Maio, no qual deixa clara a sua esperança na construção de uma sociedade mais solidária. Percebe-se a exultância do sindicalista em ter conseguido reunir, na data simbólica do proletariado internacional, mesmo em condições adversas, os companheiros de ideal, além de infelizes, “de que esta sociedade fez ladrões e alguns colonos locais”<sup>250</sup>. (Anexo 8).

Afirmava o operário que havia abandonado a colônia por temer retaliações do Dr. Gentil Norberto, com o qual já havia tido várias desavenças. A carta termina com uma saudação aos militantes do Rio Grande do Sul que, apesar da repressão, conseguiam organizar o seu 3º Congresso local.

---

248 A data de 1º de janeiro de 1925 é, por razões óbvias, incompatível com o relato da comemoração do 1º de Maio do mesmo ano. Trata-se, muito provavelmente, de um erro tipográfico.

249 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

250 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

Em setembro de 1926, Domingos Braz e Domingos Passos escreviam longo relato, publicado em *A Plebe*, de 12 de março de 1927. O texto, embora sem o topônimo de origem, deve ter sido enviado do Pará, pois no extremo superior da matéria existe uma foto de ambos os missivistas com militantes em Belém. O objetivo do artigo era desmentir a afirmação do governo de que as grandes obras que foram feitas, como “testemunho patriótico”, na Clevelândia, tinham sido executadas sem o constrangimento dos presos.

Entre as melhorias e edificações erguidas, com o concurso do trabalho dos internos, estavam o hospital *Simões Lopes*; a escola *Dulphe Machado*; a ponte *Arthur Bernardes* e a capela *Nossa Senhora de Nazareth*. Os militantes destacam pelas críticas não apenas a atitude indigna do governo, ao perseguir os operários por suas orientações ideológicas, mas também a condição de aviltamento, imposta pela administração do campo aos internos ao obrigá-los a reformar seu próprio local de cativeiro.

Os registros dos anarquistas davam conta, entretanto, de um tipo de resistência ao tempo passado em reclusão. Não obstante a rotina extenuante do trabalho compulsório, encontravam algumas horas para o “convívio comum dos camaradas anarquistas”<sup>251</sup>. Buscavam, nesses interlúdios, o alento recíproco do ideal, estimulado, sob forma de diálogos, escritos e palestras, dentro das bases do comunismo libertário: “a cada qual de acordo com suas possibilidades”. Boa parte do que se discutiu naqueles tempos livres teria ficado registrado em um “volumoso caderno”: os hinos revolucionários, em português, espanhol e esperanto; as composições poéticas dos militantes; o alfabeto e conversação dos “surdos-mudos” e os cursos destinados ao conhecimento da música. A ilustração, através do ensino do esperanto, havia se iniciado já nas celas da Polícia Central e somente foi interrompida com a morte de José Alves do Nascimento, professor da referida língua “internacional”<sup>252</sup>.

Com o aparecimento de José Baptista da Silva, julgado morto, por ter se embrenhado na floresta rumo ao Norte, Domingos Braz conseguia resgatar algumas das reflexões, resultado dos momentos de menor dedicação às atividades físicas. Eram escritos muito fragmentados, mas muito interessantes. Entre os autores estavam o próprio Domingos Braz, José Alves do Nascimento, Manoel Gomes Ferreira, Biófilo Panclasta e

---

251 AEL. *A Plebe*, 1/5/1927.

252 AEL. *A Plebe*, 1/5/1927.

Luiz Aguirre, um anarquista pouco referido. Apesar dos internos passarem a maior parte do tempo ocupados com o trabalho, o dia, ainda assim, lhes reservava alguns breves instantes de ócio.

Mas os primeiros tempos na colônia pareciam não guardar grandes esperanças para o futuro dos indivíduos mais engajados. Uma vez distribuídos pelas precárias instalações, os conflitos com a administração tornaram-se frequentes. Segundo Domingos Passos<sup>253</sup>, logo nos primeiros dias de chegada à colônia, em dezembro de 1924, um dos prisioneiros de nome Adelino havia se queixado ao administrador contra as injustiças de que eram vítimas velhos e jovens. O diretor confiara ao prisioneiro “coronel Bahia” a disciplina dos internos e, como tais violências partiam justamente do responsável pela vigilância, muito pouco se fez para que fossem minorados os atos de truculência. Mesmo os protestos coletivos dos desterrados e as reações mínimas às agressões recebidas eram punidos com o auxílio de uma guarda armada de fuzil e baioneta. Domingos Braz, ao protestar contra o esbofeteamento de um prisioneiro de alcunha “Construtor”, foi, sem o menor constrangimento, “posto a ferros”<sup>254</sup>. Outro anarquista, Nicolau Paradas, mesmo doente, era obrigado a abrir covas para os mortos de disenteria e malária, trabalho que o levou ao esgotamento total. O hospital *Simões Lopes*, ainda segundo Passos, em pouco tempo, havia se transformado em um necrotério para onde os presos moribundos passaram a recusar-se a ir.

### 3.12. A FUGA DE ANARQUISTAS DA CLEVELÂNDIA

Segundo Domingos Braz<sup>255</sup>, o primeiro anarquista a escapar da Clevelândia foi o pintor e decorador, radicado no Rio de Janeiro, Pedro Alves Carneiro. A fuga teria acontecido em 17 de fevereiro de 1925, rumo a Belém.

Encontrando facilidade com um companheiro de presídio que lhe adiantou a importância da passagem a 100%, em-

---

253 AEL. *A Plebe*, 12/3/1927.

254 AEL. *A Plebe*, 12/3/1927.

255 AEL. *A Plebe*, 28/5/1927.



barcou para Belém na ocasião em que era tolerada a saída de deportados do Oiapoque, mediante a insignificância – para nós exilados, uma fortuna!!! – de 20 a 30\$ para o barqueiro que quisesse levá-los. O diretor da colônia facilitara até gêneros para o rancho dos “fugitivos”<sup>256</sup>.

Esse período de maior tolerância aparece em outros depoimentos. Mas, logo após alguns meses, pela excessiva evasão, as regras são alteradas e os que auxiliavam no transporte dos fugitivos passaram a sofrer pesadas multas.

Ao que tudo indica, nos primeiros meses da colônia penal de Clevelândia, o regime se manteve indefinido, ao menos no que se referia ao propósito de manter os desterrados nos limites do campo. Mas, no depoimento de Domingos Braz, encontramos alguns indícios que atestam a opção, por parte das autoridades, de uma reclusão mais vigiada, nos meses que se seguiriam:

Depois de sua [de Pedro Carneiro] chegada ao Rio, recebemos da União dos Operários da construção Civil do Rio de Janeiro a importância de 300\$, que chegou tarde, em ocasião de vigilâncias e repressões severas, tais como revistas rigorosas de todas as embarcações, multa e prisão aos barqueiros que se prestassem à condução de deportados, censura em toda correspondência postal e todos os horrores das situações que são a causa e o efeito dessas medidas canibalescas<sup>257</sup>.

É bem possível que nos primeiros tempos da colônia a administração do campo não estivesse de posse de instruções precisas, por parte do governo central, sobre a vigilância dos internos. Essa situação viria a se modificar com as primeiras fugas e o aumento da importância da colônia, como área de confinamento de presos políticos.

Antônio Alves da Costa, “O Carioca”, militante anarquista que, tendo sido preso juntamente com Domingos Passos, havia passado pela Polícia Central, o *Campos* e o *Comandante Vasconcellos*, teria se notabilizado pelas suas tentativas de fuga. Em uma delas, o Carioca quase perdeu a vida: depois de se embrenhar na floresta, determinado a cami-

256 AEL. *A Plebe*, 28/5/1927.

257 AEL. *A Plebe*, 28/5/1927.

nhar para a liberdade, acabou por se perder. Mas a sorte não abandona o militante: ele acabaria por ser encontrado, dias depois, em estado lastimável, quase sem sentidos, pelo interno e sindicalista José Alves Nascimento. A sua determinação, em escapar da Clevelândia, rendeu-lhe o concurso das forças de seus companheiros, para que, em 4 de maio de 1925, “O Carioca” conseguisse finalmente evadir-se do núcleo. Entre os 262 evadidos da colônia<sup>258</sup> podemos incluir os militantes anarquistas que voltaram com vida da Clevelândia.

Do grupo de sobreviventes, vale destacar ainda o nome de Tomas Derliz Borche. Desse militante uruguaio, preso no Brasil, só encontramos uma carta, escrita, já de volta ao Rio de Janeiro, em 30 de março de 1927. Nela, Borche anunciava seu retorno a Montevideú por motivos de saúde. Ressaltava ainda a necessidade de se continuar a luta contra o capitalismo observando-se principalmente o método anarquista no sindicato, nos grupos de propaganda e nas demais formas de organização federadas. Na carta, ele demonstra grande preocupação com os “mistificadores que se infiltram entre a classe trabalhadora”<sup>259</sup> para levar a mensagem parlamentar e política. Parece-nos uma clara alusão não só aos cooperativistas como também aos cada vez mais antagônicos comunistas.

### 3.13. O CONTINGENTE REBELDE DE CATANDUVAS

Everardo Dias, em seu livro *Bastilhas Modernas*, escreve um extenso capítulo nomeado “Os desterrados do Oiapoque”<sup>260</sup>, no qual a principal fonte de informação do autor é um depoimento colhido, no presídio da Ilha de Bom Jesus<sup>261</sup>, do rebelde Lauro Nicácio. A área de reclusão ficava bem próxima à Ilha Sapucaia, depósito de lixo do Distrito Federal<sup>262</sup>.

258 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 40.

259 AEL. *A Plebe*, 28/5/1927.

260 Everardo Dias. *Bastilhas Modernas*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.

261 Muitos dos militares, diretamente relacionados com a rebelião de 5 de julho, retornaram da Clevelândia, mas permaneceram presos aguardando a anistia do governo Washington Luís.

262 Regina Célia Pedroso, *op. cit.*, p. 117.

Segundo o soldado, preso pelos legalistas em Catanduvas, a rendição havia acontecido em 29 de março de 1925<sup>263</sup>, os oficiais teriam tomado a decisão sem consulta prévia aos soldados do regimento. Ainda, segundo ele, teriam sido feitos 375 cativos.

Após os prisioneiros terem ouvido de um padre que “quem se revoltava e brigava contra o governo e os poderes constituídos da nação brigava contra Deus”<sup>264</sup>, iniciaram uma marcha até Curitiba que durou 16 dias. Chegaram à capital do Paraná, no dia 21 de abril,

feriado consagrado a comemorar o suplício de Tiradentes e que, por uma dessas coincidências de data, marcara a passagem pela capital do Paraná de um punhado de mártires do mesmo ideal que levou aquele bravo à forca, no campo da Lampadosa...<sup>265</sup>

Embarcaram, ainda segundo o depoimento, no porto de Paranaguá, em 18 de maio de 1925, no navio do Lloyd Brasileiro, *Cuiabá*.

O contingente de Catanduvas teria chegado ao Rio de Janeiro e, fundeados na Baía de Guanabara, receberam “mais 23 presos, como conspiradores, sargentos do exército e da polícia, e civis. Com eles vieram também 133 malandros, vigaristas, ladrões, vadios, mendigos — que iam com o mesmo destino nosso”<sup>266</sup>. A alimentação a partir daí pioraria muito.

Segue narrando Nicácio: “Afim, após uma série inenarrável de peripécias, chegamos, a 8 de junho à foz do rio Oiapoque”<sup>267</sup>. Chegaram e foram transportados por um “Gaiola” da *Amazon River*, em duas etapas, até o porto de Santo Antônio. Daí, foram a pé em uma marcha de 18 Km. “No dia 12, chegou o restante da turma de desterrados, a maior parte constituída de malandros”<sup>268</sup>.

263 Everardo Dias. *Bastilhas Modernas.*, *op. cit.*, p. 238.

264 *Ibidem*, p. 239.

265 *Ibidem*, p. 240.

266 *Ibidem*, p. 241.

267 *Ibidem*, p. 242.

268 *Ibidem*, p. 243.

Mencionava então o sedicioso que, na colônia, sob a chefia de Gentil Norberto, os sofrimentos “triplicaram”<sup>269</sup>:

Quando chegamos, já lá encontramos marinheiros da revolta do Amazonas, do couraçado “São Paulo” da Escola de Aviação Naval, praças do 27º B.C. de Manaus, bem como muitos operários juntamente com malandros da Capital da República. Uma terça parte desses desterrados tinha fugido ou passado a fronteira que nos separa da Guiana francesa, em barcos de pescadores, pelo rio Oiapoque de largura imensa oceânica; outra terça parte já se achava enterrada; e a restante parte agonizava ajoujada ao trabalho e às febres malignas<sup>270</sup>.

Segundo o militar, o grande número de indivíduos<sup>271</sup> evadidos teria motivado o aumento da vigilância e o recrudescimento das penas de espancamento.

Após um mês de permanência no núcleo, os deportados de Catanduvas assistiram à transferência da chefia ao novo administrador, Deodéciano Coelho de Souza, que manteria o cargo até março de 1926.

Durante a nova administração, segundo Nicácio, os gêneros diminuíram e as mortes cresceram na proporção inversa. O hospital piorou também os serviços e uma única agulha “servia para dar injeções em 120 pessoas por dia!...”<sup>272</sup> A esta altura do depoimento, além de citar as doenças que ceifavam as vidas dos deportados, reforça as denúncias de trabalho compulsório e corrupção dos funcionários. Refere-se ao Dr. Joaquim Paula Souza, o médico surdo, que tudo queria curar com comprimidos de quinino. E ao “Moleque Cinco”, um dos malandros enviados pela polícia, que assumiu, em certa oportunidade, a chefia da turma de coveiros: “Todos os pertences eram tirados dos mortos;

---

269 *Ibidem*.

270 *Ibidem*.

271 Até aqui, os relatos, de Lauro Nicácio a Everardo Dias, contemplam o depoimento de muitos que retornaram e pertenciam à leva de Catanduvas. Entretanto, é peculiar o procedimento de Everardo Dias, militante egresso do sindicalismo anarquista, quando este não toma o cuidado de definir, mais especificamente, o tipo de operário que teria ido parar na colônia.

272 Everardo Dias. *Bastilhas Modernas, op. cit.*, p. 244.

alianças e qualquer outro valor, e dizia o administrador que era para o espólio da família”<sup>273</sup>.

No decorrer do depoimento, as baixas foram assinaladas por imagens de grande força e eloquência. Na visão do soldado insurreto, amparado nas avaliações anteriores:

O número de falecimentos foi enorme. Já antes de nós chegarmos tinham sucumbido as levas de operários do navio *Campos*, os marinheiros da conspiração Protógenes, os praças revoltosos do Amazonas, os marinheiros do encouraçado *São Paulo*, além de várias levas de malandros deportados do Rio e dos Estados<sup>274</sup>.

Lauro Nicácio afirmou que, de memória, guardava “umas centenas de nomes de companheiros que lá ficaram enterrados...”<sup>275</sup> E, logo em seguida, passa a nominalmente discorrer de forma invulgar sobre uma grande lista de internos que, em muitos pontos, coincide com a sequência do relatório divulgada pelo funcionário Oldemar Murtinho<sup>276</sup>. Aparecem os nomes dos anarquistas, José Alves Nascimento e Nino Martins.

Ainda com base no relato, tudo indica que, ao menos a princípio, existiu uma certa deferência para com os revolucionários de Catanduvas: “Somente os malandros eram empregados na roça”<sup>277</sup>. Entretanto, mais adiante, afirmaria que os trabalhos mais penosos passaram a ser destinados aos deportados de Catanduvas.

Sobre a remuneração, após muitos meses de trabalho, disse que foi irregular e irrisória: “dois ou três receberam 200\$000, outros 150\$000 e 100\$000; mais alguns 50\$000, 40\$000 e 30\$000 e os restantes... 20\$000 e 10\$000 — por serviços prestados durante um ano, que valiam muitos contos de réis!”<sup>278</sup> E complementa, “outros nada receberam”.

A construção do trapiche, junto ao porto, foi também executada pelos prisioneiros. Aqueles que se recusavam ao trabalho, confirmando as

---

273 *Ibidem*, p. 247.

274 *Ibidem*.

275 *Ibidem*, p. 248.

276 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 31.

277 Everardo Dias. *Bastilhas Modernas, op. cit.*, p. 253.

278 *Ibidem*.

denúncias de Domingos Passos, eram remetidos a uma “choça coberta de zinco”, com temperaturas insuportáveis. Os suplícios cresciam na razão das “desobediências”; o conceito de insubordinação, entretanto, obedecia à lógica bastante particular da administração do campo de desterro.

O capítulo do livro de Everardo Dias, com a fundamental participação do militar Lauro Nicácio, logrou preencher algumas lacunas sobre o cotidiano da colônia e os desmandos da administração.

### 3.14. CÁFTENS, MALANDROS E GATUNOS

Tentar esboçar o que representou para o funcionamento da Clevelândia a chegada do “rebotalho” das cidades, dos “percevejos” dos cárceres da Polícia Central, é tarefa bastante difícil. Dar visibilidade social a um grupo que, invariavelmente, apareceu apenas como coadjuvante em todos os discursos não é trabalho simples. O problema não se resume em ser apenas peça de uma narrativa, coadjuvar em si não seria a questão. O fato é que, inversamente, a falta de depoimento dos criminosos comuns na imprensa, no eixo retórico do governo, os “gatunos” e “cáf-tens” ganharam significativa projeção. Fenômeno que se justificava pelo interesse dos administradores do Estado em desqualificar as “remessas humanas” destinadas ao Oiapoque.

Superestimar a proporção de deportados, com as credenciais adquiridas nas ruas, equivalia a diminuir a culpabilidade de quem, por zelo profissional, exorbitou das funções punitivas. Para o governo, era vital, na sua retórica, criar confusão entre o revolucionário e o meliante comum. A linha tênue, traçada pelo Estado, que separou um do outro, foi a pedra de toque que, em grande parte, consubstanciou as dúvidas de como proceder contra os que exageraram nos seus “ofícios patrióticos”.

Essa massa de grande visibilidade estatística, sob um olhar mais cuidadoso, foi sistematicamente desprezada pelos discursos em favor dos “mártires” retornados. A imprensa de oposição, não raro, utilizou a figura do “gatuno” como contraponto aos “inocentes supliciados”. Não foram abafadas apenas as vozes dos “criminosos”, como atesta a ausência quase total de depoimentos, também lhes coube a condição de diferencial moral, no intuito de valorizar o sofrimento de “revolucionários sinceros”, operários e crianças deportadas. O embaçamento parcial da imagem da tragédia empobrecia o seu significado estrutural.

Mesmo os anarquistas que, com olhar complacente, referiram-se aos “infelizes” desencaminhados pelo sistema, com compaixão e esperança, perderam a oportunidade de incluí-los na imprensa sindical através de uma análise mais profunda, embora os libertários tenham, qualitativamente, feito as melhores preleções sobre os motivos da reação do governo. Para eles, associar-se a figuras do mundo da vadiagem equivalia a sérios prejuízos morais. Esses operários, que viam o trabalho como o mais alto valor e fator de identidade na luta contra a burguesia, não podiam aceitar tal aproximação.

Outros fatores concorriam para a vigência de maiores escrúpulos nas menções aos “criminosos”. Pedro Carneiro<sup>279</sup>, ao descrever os tormentos a bordo do *Comandante Vasconcellos*, não economizou nas críticas ao tratar dos ladrões: “Rio Grande”, “Joãozinho”, “Zala Morte”, “Padeirinho” e o “Coronel Bahia”, que parecia ser um híbrido de meliante e preso político. Todos os citados, de uma forma ou de outra, serviram aos funcionários do núcleo colonial como força auxiliar disciplinar. As alcunhas, no caso, não eram utilizadas pelos meliantes para ocultação da identidade, mas serviam como um distintivo entre seus pares. Muitos só eram conhecidos ou temidos ao ostentarem o apelido conquistado no ofício da contravenção.

João do Rio soube, como poucos, explorar o lado lúdico e complexo desta “malha social desqualificada”:

Há na Detenção<sup>280</sup> reincidentes exemplares e casos de psicologia curiosíssimos. O *Sargento da Meia-Noite*, ladrão temível, uma espécie de transformista da infância, é passar os umbrais de jardim onde descansa o crime, para se tornar um cordeiro artista, uma espécie de frade medievo<sup>281</sup>.

O preso, “ladrão temível”, fazia bonecos de miolo de pão na cela. João do Rio apontou outro contraste, este, bastante indicativo da complexidade psicológica dos bandidos das celas da Detenção: “A outra ideia é a crença de Deus – uma verdadeira crise religiosa. Rezar, pedir

---

279 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos, op. cit.*, p. 238.

280 No Distrito Federal, até 1922, existiam apenas: uma Casa de Correção, uma Casa de Detenção, um Instituto Disciplinar e um Manicômio Judiciário. *Anuário Estatístico do Brasil Ano II*. 1936. Instituto Nacional de Estatística do Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 413.

281 João do Rio. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995, p. 159.

a Deus a sua salvação, trazer bentinhos ao pescoço, ter entre os seus papéis imagens sagradas, não significa de resto, regeneração”<sup>282</sup>.

Não se trata aqui de erigir uma imagem idílica do possível curso das forças dos criminosos deportados para a resistência à opressão no trajeto até o núcleo de Clevelândia, ou mesmo, no cotidiano do trabalho, já no desterro. Mas o problema merece especial atenção na medida em que um contingente numérico expressivo, que também era encarado como fator de turbulência, perdeu sua eventual possibilidade de expressão. Não apareceram na imprensa os depoimentos dos presos comuns... Todos se posicionaram: governo, proletários e revolucionários de Catanduvas. Aos bandidos só restou a parcialidade dos outros.

Não é nosso propósito encontrar algum proto-banditismo-social, escamoteado entre os diversos amálgamas discursivos dos embates na imprensa. Nem vasculhar em outros depoimentos, indícios que apontem alguma heroica atitude regeneradora, protagonizada por qualquer dos “marginais”. Mas se perdem, com a ausência de tais depoimentos, maiores possibilidades de análise.

Ironicamente, é a 4ª Delegacia Auxiliar, através de uma tabela com o título de “Relação de indesejáveis e presos nesta Delegacia e destinados ao *Campos*”<sup>283</sup>, que nos fornece alguns nomes de presos comuns levados ao navio-prisão. Há no documento uma lista com sessenta e dois nomes, quase todos com várias passagens pela polícia. Somente quatro, do referido total, não estão enquadrados em crimes comuns. Eram quase todos “vadios”, “gatunos” e “vigaristas”. Segundo as observações, todos iriam para o *Campos* e, como se sabe, este navio era a antessala da Clevelândia.

Na verdade, entre outros, encontramos na relação de nomes fornecidos por Oldemar Murtinho ao Ministério da Agricultura<sup>284</sup>, os nomes dos embarcados no *Campos* que constam da lista da 4ª Delegacia Auxiliar:

Vicente Capelli – 5 vezes acusado de furto. É gatuno. Antônio Moraes Carneiro – 5 vezes vadio e gatuno.

---

282 *Ibidem*, p. 161.

283 **AAB**. MR 6. Foto 805.

284 Oldemar Murtinho, *op. cit.*



A lista, datada de 10 de maio de 1925, pode ser a de uma parte dos criminosos comuns que foram enviados ao Oiapoque com os soldados de Catanduvas. Normalmente, essas listas eram assinadas pelo 4º delegado auxiliar, Dr. Carlos da Silva Reis, depois enviadas ao chefe de polícia e finalmente ao presidente Arthur Bernardes.

### 3.15. ALGUNS CASOS ELUCIDATIVOS DE DEPORTAÇÃO

A maior parte dos depoimentos, aqui analisados, ajuda-nos a entender, com alguma clareza, o que realmente representou para os deportados a passagem pelo desterro. Algumas histórias auxiliam a compreender os “critérios” adotados para as deportações. Ainda que nem sempre muito claros, por outra parte, tais procedimentos visavam um determinado extrato social, ainda que na sua diversidade, os vitimados pela medida vinham sempre dos setores subalternos das cidades. E os exemplos não são poucos.

O operário espanhol Joaquim Maria, anteriormente residente em São Paulo, havia fixado residência no Distrito Federal, em 1922<sup>285</sup>, com o propósito de trabalhar na “Exposição do Centenário da Independência”. Com o término das atividades, conseguiu um emprego nas obras do *Jockey Club*, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Em um determinado dia, ao visitar um conterrâneo que chegara recentemente da Espanha:

Saltando na Galeria Cruzeiro, Joaquim Maria<sup>286</sup> seguia a pé para o seu destino, quando ao chegar a avenida Passos, uma turma de investigadores o deteve, indagando para onde ele ia.

Satisfeita a pergunta os agentes o levaram para a 4ª Delegacia Auxiliar, de onde, algum tempo depois, ele foi parar à zona inóspita do Oiapoque<sup>287</sup>.

Outro caso, o do jovem Adriano Augusto, é de fato surpreendente. Nascido em São Paulo, morava no Braz com a família, contando à época,

285 **BN.** *O Globo*, 7/1/1927.

286 Joaquim Maria tornou-se o chefe do grupo de sepultamentos formado por 28 homens. Desta turma, só 5 sobreviveram.

287 **BN.** *O Globo*, 7/1/1927.

apenas 17 anos. Adriano trabalhava nas feiras livres da capital paulista e, durante a ocupação das tropas rebeldes, em 5 de julho de 1924, resolveu aderir ao movimento revolucionário. Foi ferido, em uma das várias escaramuças protagonizadas pelas tropas rebeldes, e continuou na coluna que saiu da cidade. Em entrevista ao jornal *O Globo*, ele esclarecia:

– Tenho sinal de metralha, diz-nos Adriano Augusto, levantando a túnica de zuarte e nos mostrando sobre o ventre uma extensa cicatriz. – Apanhei o ferimento em São Paulo e ferido mesmo, acompanhei as forças.

– Mas nunca atentaram na tua condição de menor?

– Não, prisioneiro, eu era igual aos outros. Trabalhava, co-mia, dormia como os mais. Como eu existiam outros quatro, meninos também, que eram tratados do mesmo modo<sup>288</sup>.

A viúva Elvira Santos levou aos jornais o caso de seu filho:

Arnaldo dos Santos era quase incapaz para o trabalho, tão debilitado estava. Aqui no Rio, dirigiu uma casa de mensageiro, retirando-se depois, arruinado, para São Paulo, onde começou a trabalhar em uma fábrica. Vendo que o desenlace se aproximava e sentindo ser-lhe impossível continuar a viver longe da mãe, voltou ao Rio no dia 12 de maio de 1925.

Chegou aqui à noite e, no dia seguinte, pela manhã, saiu, dizendo à sua progenitora que ia arranjar trabalho. Nunca mais voltou<sup>289</sup>.

De acordo com o jornal, Arnaldo, mais tarde, teria escrito à família informando estar a caminho do Oiapoque.

Os casos apresentados não chegam a caracterizar um padrão, mas evidenciam uma prática sistemática da polícia sobre determinado segmento da sociedade. Nos três casos, as vítimas eram trabalhadores pobres. Um deles, menor e engajado nas forças rebeldes; outro, imigrante, e ainda o terceiro, um operário doente e desempregado.

No caso particular dos jovens, as estatísticas do Distrito Federal mostram uma progressiva preocupação do governo em relação ao gru-

288 **BN.** *O Globo*, 7/1/1927.

289 **BN.** *O Globo*, 8/1/1927.

po. Por boa parte da década podemos ver estampados, nas detenções e enquadramentos por delito, os números em escala ascendente. A ação do poder público fazia-se notar em compasso com o crescimento da cidade e do contingente de excluídos. Os menores já eram vigiados nas décadas anteriores, com especial atenção dos órgãos de polícia. Segundo Adriana de Resende B. Vianna:

Além de caber ao chefe de polícia a tarefa de gerenciar a distribuição desses *menores*, inclusive no caso de envio para os patronatos os agrícolas<sup>290</sup>, seu papel pode ser compreendido muitas vezes como tendo peso similar ou superior ao dos juízes de Órfãos<sup>291</sup>.

Vale acrescentar que tais “patronatos agrícolas” foram criados oficialmente pelo Decreto nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1919<sup>292</sup>.

O quadro abaixo é bastante elucidativo ao evidenciar numericamente a reclusão de menores:

Anos	Contra a segurança e a vida da pessoa	Contra a pessoa e a propriedade	Contra a propriedade pública e particular	Delitos sexuais	Outros delitos e contravenções	Total
1924	56	9	42	26	10	143
1925	70	8	36	23	11	148
1926	72	2	69	31	30	204
1927	81	5	100	31	51	268
1928	132	11	113	38	83	377
1929	112	5	80	26	59	282
1930	93	13	74	28	66	274

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Ano IV - 1938. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cencilho Nacional de Estatística.

290 O trabalho de Adriana de Resende B. Vianna fornece elementos consistentes para se entender a relação entre os patronatos agrícolas e o procedimento da polícia no que se refere ao controle social nos grandes centros e, em particular, no Distrito Federal. Adriana de Resende B. Vianna. *O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

291 *Ibidem*, p. 51.

292 *Ibidem*, p. 77.

### 3.16. O CONFINAMENTO EM “ERGÁSTULOS”, “ENXOVIAS” E PRISÕES

No governo de Arthur Bernardes, muitas foram as áreas utilizadas como prisões políticas, algumas tornaram-se híbridas, amontoando no mesmo espaço, para incômodo, principalmente dos presos políticos, detentos ordinários e revoltosos. Entretanto, essa administração não inaugurou, nesse particular, nenhum novo método para fazer valer a autoridade do Executivo.

Mas a conjuntura conturbada do período, principalmente após julho de 1924, bastou para lotarem as “enxovias” de insubordinados e sediciosos. Assim, a permanência de tal contingente, mesmo sob custódia, dentro da Capital Federal, era uma temeridade para o governo. Eles ocasionavam ainda o agravamento de um problema já crônico, o da superlotação das penitenciárias na capital.

Além do presídio de Dois Rios, na Ilha Grande; as ilhas das Cobras, Trindade (no litoral do Espírito Santo), Rasa, das Flores e de Bom Jesus representaram alternativas bastante razoáveis para os prisioneiros políticos de “alta periculosidade” que, por sua notoriedade no plano público, deveriam permanecer ao alcance do governo.<sup>293</sup> Para esses indivíduos, o internamento em regiões como a do Oiapoque guardava certo inconveniente.

Para reforço do quadro apresentado, cabe aqui citar as conclusões de Regina Célia Pedroso ao comparar dados de “superlotação da Casa de Detenção” entre 1918 e 1928:

(...) constatamos que, entre 1925 e 1927, houve uma evidente diminuição no número total de detidos. Dos 520 constatados em 1923 passou-se para 371 em 1925 e para 383 em 1926. Esta diferença explica-se pelo fato de terem sido vários dos presos transferidos do Rio de Janeiro para Colônia de Clevelândia, no Pará, e para a Colônia Correccional de Dois Rios.<sup>294</sup>

293 Os registros de prisões em ilhas, fortalezas e navios remontam séculos anteriores. Ver para tanto: Juvenal Greenhalgh. *Presigangas & Calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Amigos do Livro Naval-Serviço de documentação da Marinha, 1998.

294 Regina Célia Pedroso. *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2003, p. 97.

Podemos afirmar que existia, no governo de Arthur Bernardes, uma grande diferença entre ficar preso nas ilhas próximas ao Distrito Federal e trabalhar no navio-prisão *Campos*. O referido navio representou, desde o primeiro momento, algo pior que o simples confinamento. Era o “purgatório”, antes do “inferno” da Clevelândia, segundo os que por lá passaram.

Contudo, havia um elemento comum a todos estes lugares de “sentenciados”, ou aspirantes a esta condição: era a ideia de apartamento da cena pública. Embora algumas ilhas não estivessem há muitos quilômetros do Distrito Federal, o afastamento de fato acontecia. Nesse caso específico, a condição geográfica de ilha contava mais do que a proximidade que essa guardava do continente. O isolamento dos causadores de “distúrbios” parecia exigir, além da simples reclusão, um simbolismo que, para o governo, encontrava expoente satisfatório nas ilhas.

Via de regra, quando uma prisão era efetuada, contra indivíduos e não guarnições ou regimentos inteiros, os “pacientes” eram levados à Polícia Central ou à Casa de Correção. Após algum tempo, com a formação de grupos, acontecia então o encaminhamento para as prisões “definitivas”.

Maurício de Lacerda, em seu livro de memórias sobre os anos 20, traz a público uma interessante carta do funcionário da Câmara, Paula Lopes, que fora preso por razões políticas:

Uma madrugada saímos da Correção, numa “Viúva Alegre”: Dr. José Eduardo Macedo Soares, o homem “perigoso”, com quem eu fora proibido de falar; Dr. Edmundo Bittencourt, o quase fuzilado pelo diretor do presídio; professor José Oiticica, Dr. Paulo de Lacerda, General Ximeno Villeroy, Dr. José Joaquim Teixeira, ilustrado baiano, ex-deputado federal que carregava nas costas culpas tremendas: ser amigo leal e dedicado do Dr. José Joaquim Seabra, e muitos outros, entre os quais estava eu.<sup>295</sup>

Paula Lopes diz:

Eu fiquei seguindo o seguinte itinerário: Polícia Central, Detenção, Correção, Ilha Rasa.

295 Maurício de Lacerda. *História de uma Covardia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 259.

Polícia – um dia. Detenção – uma semana. Correção – um mês. Ilha Rasa – pouco menos de oito meses. Estive preso, portanto nove meses – período exato de uma gestação.<sup>296</sup>

Sobre a Ilha Rasa, para onde foi enviado o filho de Isidoro Dias Lopes, encontramos relatos dos mais diferentes casos de ameaças e maus tratos. Os presos eram alojados em um “barracão de madeira e zinco, com 20 metros comprimento e 16 de largura”.<sup>297</sup> A chegada de Bartlett James, definido pela polícia como “dinamiteiro” e perigoso à ordem, adicionou alguns problemas ao cotidiano dos presos.<sup>298</sup> Bartlett, deputado<sup>299</sup> e casado com a filha do senador Vitorino Monteiro, era, segundo os depoimentos, intempestivo e destemido. Vindo da Casa de Detenção, provocou vários incidentes com o tenente da guarnição, alcunhado pelos detentos de “Boitatá”. As ameaças de fuzilamento eram muito comuns e os problemas, entre os presos e seus carcereiros, faziam parte da extenuante rotina do exílio. Para Ilha Rasa foram também alguns niilistas: Durval Vieira Damasceno e Guilherme Teles,<sup>300</sup> que morreram vítimas das duras condições da reclusão. José Oiticica, em carta a Jackson de Figueiredo,<sup>301</sup> dizia:

Na Ilha Rasa, onde quase fui fuzilado, passei por humilhações amargas, sobretudo de um tenente boçal, que acaba de ser promovido *por merecimento*. Um dia, tive de reagir num conflito onde fatalmente seria eu a vítima, se o tenente não se houvesse acovardado.<sup>302</sup>

A correspondência dos presos era constantemente devassada pela censura. Sônia Oiticica, em um depoimento sobre os fatos dessa época,

296 *Ibidem*, p. 261.

297 Regina Célia Pedroso, *op. cit.*, p. 117.

298 BN. *Correio da Manhã*, 18/1/1927.

299 Maurício de Lacerda, *op. cit.*, p. 264.

300 *Ibidem*, p. 263.

301 Jackson de Figueiredo (1891-1928) – após breve período de militância anticlerical acabou por se converter, em 1918, ao catolicismo. Tornou-se um dos esteios do intelectualismo conservador, além de colaborar com Bernardes durante a vigência de seu governo.

302 José Oiticica. *Ação Direta*. Rio de Janeiro: Germinal, 1970, p. 84.

lembra que o pai escrevia “nas entrelinhas, com suco de limão” o que não podia ser dito aos seus carcereiros. Coisas bastante comezinhas, do âmbito privado, da família, precisavam ser escondidas das autoridades. Ela se recorda que, pela forma aqui narrada, o pai teria combinado com a família uma hora e um local, “Posto 2, em Copacabana”, para empinar uma pipa desde a Ilha Rasa. O objetivo era que a família assim pudesse ter certeza da preservação da sua integridade física e da sua real localização.<sup>303</sup> As permanentes remoções eram outro motivo de aflição para os reclusos e seus familiares.

As condições precárias e a situação constante de tensão levaram à transferência dos detentos da Ilha Rasa para outro local. Isso confirmava o padrão desta que foi, durante o governo, uma medida muito comum: transferir os suspeitos de conspiração para outros estabelecimentos, em grupo ou individualmente. Oiticica, Barttlet e os demais, da Ilha Rasa, foram em seguida para a Ilha das Flores, ambas no litoral do Rio de Janeiro. Assim se referia ao fato o *Correio da Manhã*:

O sr. Barttlet foi acolhido debaixo de toda prevenção. E para ali também foi o sr. Oiticica, que replicava com a mesma energia às violências dos algozes, abrindo os olhos dos tenentes do governo, que andavam de regulamento na mão.<sup>304</sup>

As constantes reivindicações e exautorações, por parte dos referidos presos, trouxeram-lhes, em contrapartida, maior atenção no que se referia à vigilância e rigores prisionais. Conforme depoimento de Oiticica:

Na Ilha das Flores, novas humilhações. Fui metido num porão, quando os soldados do destacamento estavam alojados em pavimento igual aos dos oficiais presos comigo, aí éramos humilhados, de quando em quando, pelos oficiais, que chegavam a mandar-nos para cama, tivéssemos ou não sono, nos proibiram cantar e arrogantemente se jactavam de nossa inferioridade de presos.<sup>305</sup>

---

303 Maria Thereza Vargas. *Sônia Oiticica, uma atriz rodrigueana?* São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2005, p.25.

304 **BN.** *Correio da Manhã*, 18/01/1927

305 José Oiticica, *op. cit.*, p. 84.

O artigo do *Correio da Manhã*, de 18 de janeiro de 1927, com o título “O martirólogo de um preso político”, que se referia a Barttlet James, confirma o depoimento de Oiticica. Nele o deputado relata as dificuldades para chegar à Ilha Rasa e a degradação das relações entre carcereiros e prisioneiros após a evasão de Macedo Soares. O grande alzo do grupo passou a ser o tenente Bueno, de alcunha “Boi-tátá”, um notório bernardista. Foram muitos os confrontos protagonizados por Barttlet James, alguns dos quais com o apoio de Oiticica. Teria mesmo o “Boi-tátá” simulado um fuzilamento que, de fato, não aconteceu. Mas, em que pese o clima de constantes ameaças, o militar bernardista não obteve o respeito dos prisioneiros.

Durante a permanência na Ilha das Flores, José Oiticica resolvera solicitar sua liberdade ao Supremo Tribunal Federal, através do recurso de *habeas corpus*. O pedido foi rejeitado por sete votos a quatro.<sup>306</sup> Na questão relativa ao recebimento de seus vencimentos, em função das informações prestadas pelo governo, o tribunal negava-lhe o “privilégio”.<sup>307</sup> Ao ser preso, quando saía do Colégio Pedro II, no dia 5 de julho de 1924, o professor deixara também de receber o seu salário, ocasionando, com isso, problemas sérios para sua mulher e filhas. Da batalha travada no Supremo, Oiticica terminaria por conseguir apenas o fim da incomunicabilidade com sua família.

Ainda na carta, enviada a Jackson de Figueiredo, ele declarava:

O Governo, entretanto, insistindo em humilhar-me, não cumpriu o acórdão do Supremo. Muitas lágrimas custou isso a minha mulher que, fiada no direito (o impagável *direito* das democracias), para lá reabalava com duas horas de viagem.<sup>308</sup>

Oiticica aproveitou a carta, em que recusa a interferência do destinatário em seu favor junto ao governo, para reclamar de algumas arbitrariedades, quando ainda de sua prisão na Ilha das Flores.

Para esse presídio, originalmente hospedagem de imigrantes, foram enviados prisioneiros políticos. A Ilha das Flores fazia parte do circuito que servia à entrada e à saída constante de revolucionários “perigosos”.

306 **BN.** *Correio da Manhã*, 28/5/1925

307 **BN.** *Correio da Manhã*, 28/5/1925.

308 José Oiticica, *op. cit.*, p. 85.



Segundo uma relação lida no Senado, por Muniz Sodré, estiveram no presídio,<sup>309</sup> o professor Ferdinando Labriau; Everardo Dias, “anarquista conhecido da polícia”; Antônio Dias Lopes, filho do general Isidoro Dias Lopes e “cangaceiro dos sertões do Paraná”, além de alguns outros. Neste local José Oiticica entrou em confronto com um dos tenentes, este conhecido como “Leão da noite”, pelo simples fato de estar lendo,<sup>310</sup> após as 22 horas, no alojamento dos prisioneiros.<sup>311</sup> Muitos dos que estiveram na Ilha das Flores foram transferidos para a de Bom Jesus e outros ainda para a das Cobras.

Em Bom Jesus, para onde foi José Oiticica, estava o oficial, “capitão Goitacaz, já então crismado de ‘Lord Pittoresco’”.<sup>312</sup> Servira de comandante do presídio na Ilha das Flores e, em Bom Jesus, mantinha-se então na mesma função. Nesta ilha, os sobressaltos dos detentos permaneceram inalterados e, em alguns casos, pioraram, assim como se intensificaram as simulações de fuzilamento.

Em outubro de 1925, segundo Everardo Dias,<sup>313</sup> os prisioneiros foram vítimas de uma intoxicação. O professor de química Bruno Lobo, também interno, solicitou alguns medicamentos que não chegaram em decorrência das ordens do capitão da ilha, fato que valeu os protestos de Maurício de Lacerda em carta a Azevedo Lima.<sup>314</sup> A Ilha de Bom Jesus, no decorrer de todo o ano de 1925 e 1926, continuou a receber presos de diversas procedências. É de se destacar a chegada de nordestinos, que vieram em junho de 1926, e receberam aulas de alfabetização dos presos: Ataliba Martins Crespo, suboficial da Marinha de Guerra e Everardo Dias. O material escolar foi fornecido por José Oiticica.<sup>315</sup> Nessa época, Oiticica já havia sido libertado<sup>316</sup> e continuava seu ativismo através da partici-

---

309 **AAB**. MR 23.

310 José Oiticica nesse período estava escrevendo o opúsculo: *O anarquismo ao alcance de todos*.

311 **BN**. *Correio da Manhã*, 18/1/1927.

312 **BN**. *Correio da Manhã*, 18/1/1927.

313 Everardo Dias, *Bastilhas Modernas*, op. cit., p. 22.

314 John F. Dulles, op. cit., p. 210.

315 *Ibidem*.

316 Oiticica havia conquistado sua liberdade em agosto de 1925.

pação, com Canellas e os irmãos Mota Lima, na publicação do *5 de Julho*.<sup>317</sup>

Para a Ilha das Cobras foi Barttlet James.<sup>318</sup> Lá permaneceu em um hospital e, segundo depoimento do “político carioca”, foi o período de menores atribuições de sua já extensa temporada na prisão.<sup>319</sup>

Existia na Ilha das Cobras uma estação radiotelegráfica que recebia, em 21 de julho de 1926,<sup>320</sup> já em período de estabilização da repressão, um apelo dos desterrados da Ilha Trindade. A mensagem vinha subscrita por vários oficiais presos, entre os quais o coronel Waldomiro, tenente Coronel Djalma; os capitães Barata, Queré, Godofredo, Benjamin, Sólon, Pereira, Távora, Antidoro etc. O pedido solicitava o *habeas corpus*, para os oficiais e praças, desterrados em Trindade. Com base no primeiro dispositivo constitucional, alegavam que estavam sendo mantidos em absoluta incomunicabilidade e separados da costa por 800 milhas. E ainda que,

a insalubridade da Ilha onde grassa polinevrite havendo oficiais e cerca de trinta praças inclusive guarnição enfermos tendo havido cinco casos fatais importando a permanência na Ilha da mal disfarçada eliminação dos adversários contra expressa posição constitucional.<sup>321</sup>

O telegrama afirmava que os presos se encontravam em estado precário, também as suas vestes e locais de pernoite.<sup>322</sup>

A mensagem remetida, via Ilha das Cobras, “rogando” ao Supremo Tribunal o mecanismo constitucional, serve como prova dos argumentos recorrentes dos pedidos de medida legalmente cabível.

A incomunicabilidade, reclamação também de José Oiticica, os maus tratos, presentes em todas as exposições de motivos, ao que tudo

317 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 210.

318 **BN**. *Correio da Manhã*, 18/1/1927.

319 Foi neste local, no entanto, que as maiores aflições couberam aos revoltosos da marinha envolvidos na Conspiração Protógenes Guimarães e outros insurretos de origem militar.

320 **AAB**. MR 6. Foto 815.

321 **AAB**. MR 6. Foto 815.

322 **AAB**. MR 6. Foto 815.

indica, compunham uma estratégia padrão para os que solicitavam o *habeas corpus*. Certamente as argumentações dos advogados, quase todas de natureza semelhante, não eram formuladas a partir de estratégias previamente adotadas. Elas devem ter surgido da própria experiência adquirida nas batalhas pelo restabelecimento da “legalidade”, como fruto das similaridades de situações vividas pelos deportados.

Trindade, assim como Dois Rios, na Ilha Grande, apresentaram os mesmos problemas, como também receberam contingentes de prisioneiros de igual procedência política. O transporte, as dificuldades de instalação, as doenças e a falta de higiene eram, segundo os queixosos, os principais problemas desses lugares.

É de se notar que a imprensa negligenciou, se compararmos à cobertura do caso Clevelândia, estes outros “ergástulos” de Bernardes. Talvez em função do número de óbitos, ou mesmo pela distância e isolamento ampliados pelo “exotismo do lugar”, a Clevelândia tenha em muito ultrapassado a dramaticidade das outras experiências prisionais do mesmo período.

Entre os vários estabelecimentos de recolhimento de presos do governo Arthur Bernardes, o navio *Campos*, fundeado na Baía de Guanabara, adquiriu certa notoriedade, principalmente após a publicação dos acontecimentos no Oiapoque. O referido navio-prisão era, segundo depoimento de João Câncio Pereira da Silva,<sup>323</sup> um navio alemão incorporado ao patrimônio do Lloyd Brasileiro.<sup>324</sup> Ao que tudo indica o *Campos* não negava a tradição das antigas “presingangas”.<sup>325</sup>

323 **BN.** *O Globo*, 29/1/1927.

324 “Sobre a requisição de navios alemães feita pelo governo brasileiro, dividiu-se a opinião no Brasil quanto ao seu mérito. A requisição, em 2 de junho de 1917, dos navios alemães então nos portos brasileiros, foi levada a efeito em título de represália e para ‘suprir a tonelagem que [o inimigo] vem destruindo’.” A questão dos navios alemães nos portos do Brasil foi decidida no tratado de Versalhes e, como resultado, alguns foram incorporados como parte da indenização de guerra. É bem provável que o Campos estivesse incluído no lote adquirido pelo governo. A. Cervo e C. Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. op. cit., p. 199.

325 Segundo Juvenal Greenhalgh, já no início do século XIX: “Além dos presos comuns, para punição de faltas disciplinares ou cumprimento de sentença judiciárias, gente humilde, que constituía, em maioria, os detentos da presinganga, outros, especiais, de maior categoria, eram, como já foi mencionado, para ali mandados, a fim de cumprirem punições que lhes haviam sido impostas ou, previamente, para aguardarem-nas ou ainda, para simples detenção como era o caso dos prisioneiros de guerra”. Juvenal Greenhalgh, op. cit., p.40.

João Câncio, funcionário dos Correios, foi demitido do serviço público à época de Bernardes acusado de oposicionista ao regime. Pobre, casado e com três filhos, foi posteriormente preso e enviado ao “Navio Inferno”, como era chamado o *Campos*. João Câncio referiu-se ao regime do navio-prisão como “o da fome, da nudez, da taca (sic) e da imundice!”<sup>326</sup> Ele descreveu os sofrimentos a bordo e os trabalhos forçados, após o toque da alvorada e durante todo o dia. Os “vagabundos”, como se verificou na Clevelândia, eram encarregados das agressões aos demais prisioneiros e agiam em conformidade com as ordens dos carcereiros e militares de serviço. Após um banho de água salgada, havia o “acelerado”: “era uma corrida louca dos presos, dois a dois, entre pancadas, gritos e troças da soldadesca e dos moleques escolhidos antes para petequieiros de tal circo, o Sete, o 59, o Bolina, o Bandolin, o Paulista e tantos outros”. Em seguida ao suplício das pancadas, vinha o trabalho na conservação do navio, “quebrando ferrugem”, lavando o convés e outras dependências do navio.

Dos presos, os mais “graduados” eram o próprio depoente e o Coronel Cândido dos Santos, vindo da Bahia. Os demais eram:

(...) soldados revolucionários de São Paulo e Mato Grosso e elementos civis de mil espécies, em número que chegou a passar de novecentos, desde o mendigo enfermo das calçadas, os menores abandonados à sorte dos vícios e os meliantes mais íntimos dos agentes de polícia, como Pedro Loutrato, Elias Coen, Bexiga, Truncha, Mengonga e outros, aos operários idealistas da “Construção Civil” e do “Centro Cosmopolita”, como o Pedro Carneiro, Domingos Passos, José Nascimento, Antônio Salgado e João Valentim Argollo, aqueles da primeira e este último da segunda referidas sociedades! Eis quem éramos nós, os “terríveis inimigos do governo Bernardes e da ordem pública”, metidos no inferno em que transformavam o “navio *Campos*”.<sup>327</sup>

Os operários da construção civil aqui mencionados foram todos deportados para o Oiapoque. O funcionário dos Correios descreveu alguns outros episódios bastante dramáticos.

326 **BN.** *O Globo*, 29/1/1927.

327 **BN.** *O Globo*, 29/01/1927.

Com relação ao recolhimento de dejetos, feito em tinas de lata de carbureto, os “*Tigres*”, que, não raro, precipitavam parte de seu fétido conteúdo sobre os prisioneiros, ele tinha as piores recordações. Dos trabalhos que, muitas vezes eram realizados também fora do navio, assistidos por soldados do destacamento, o que mais guardava na memória eram as sensações de cansaço e fome. A comida, sempre insuficiente, levou muitos à condição de penúria física e mesmo ao falecimento.

O relato de Pedro Carneiro,<sup>328</sup> no qual João Cândia é citado, esclarece que o grupo com o qual ele foi para o navio “*Fantasma Campos*”, partiu da 4ª Delegacia Auxiliar. Lá chegando, afirmou que as atividades físicas eram constantemente exigidas, ao menos, até às 17 horas, quando recebiam outra “ração” e iam para baixo dos porões do navio. No dia 4 de dezembro de 1924 parte dos prisioneiros foi para o Oiapoque, a bordo do *Comandante Vasconcellos*. João Cândia não estava entre eles. A narrativa dos acontecimentos no navio-prisão, feita pelo operário Pedro Carneiro, é também bastante detalhada, com referências a castigos corporais, péssimas condições de alojamento e alimentação<sup>329</sup> (Anexo 9).

O *Campos* tornou-se um marco para o episódio contado, sob forma de trágica reminiscência, pelos sobreviventes da Clevelândia. Pelo navio, passaram todos os prisioneiros que saíram do Rio de Janeiro para o extremo norte, a embarcação era associada à antecâmara da tumba na qual transformou-se tudo o que se relacionava com a Clevelândia. Ao *Campos* coube o papel de guardar os prisioneiros perigosos, da capital e de outras partes, além dos mais pobres e menos afortunados.

Tudo leva a crer que esse navio recolheu aqueles que, por serem indivíduos sem nenhuma notoriedade social, ou seja, privados do reconhecimento público, foram ali jogados como simples refugio. E eram mais refugio quanto menor fosse sua capacidade de reagir aos golpes desferidos pelo Estado policial bernardista. Os prisioneiros do navio eram distintos dos que foram mandados para a Ilha Rasa, das Cobras, das Flores e de Bom Jesus. Estes eram, em grande parte, possuidores de títulos reconhecidos pelas instituições, enfim, pelo Estado; aqueles, mesmo quando soldados, representavam um amorfismo identitário, rebotalhos incapazes de atender, por questão de origem, aos avisos do governo.

---

328 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*, op. cit., p. 236.

329 *Ibidem*, p. 237.

A população do *Campos* era, em última análise, aquela que, por força, deveria permanecer silenciada e afastada. O governo “não conseguiria”, mesmo que quisesse, dialogar com ela. O grupo era tido como intangível e incapaz de apreender as regras sociais através, até mesmo, da repressão. Castigar, passava a ser o único elemento “defensivo” de que o governo podia lançar mão, enquanto os prisioneiros esperavam pelo exílio nos confins da floresta setentrional.

Como feras foram vistos e tratados e, por conseguinte, com as feras deveriam conviver. O sentido da colonização aí é bastante contraditório: ao deportar os infelizes para o Oiapoque o governo mandava o que era incivilizado para o “seu justo lugar”. Isso contrariava o discurso oficial civilizatório que foi o motivo alegado para justificar a criação do núcleo colonial nos primeiros anos como espaço agrícola e, posteriormente, argumento fundamental na defesa de Miguel Calmon.<sup>330</sup>

Com relação às prisões e delegacias, para onde primeiro eram levados os suspeitos, os grupos por vezes coabitavam em breves momentos. Os presos políticos de notoriedade social encontravam-se nas dependências da 4ª Delegacia Auxiliar, não raro, com os demais contingentes anônimos e de posição social inferior.

José Oiticica, que deu entrada na Casa de Correção em 5 de julho de 1924,<sup>331</sup> registra que:

A primeira humilhação sofrida foi a de não me darem a menor satisfação da violência praticada, pois não havia estado de sítio<sup>332</sup> e eu ignorava completamente os acontecimentos de São Paulo. A segunda humilhação foi manter-me entre réus de crimes comuns, numa sala vizinha às oficinas de encadernação, tendo de servir-me eu até das mesmas privadas dos correccionais.<sup>333</sup>

---

330 De fato, como se viu, o governo nos primeiros momentos da criação da Clevelândia, em sua fase meramente colonial, mandou para lá retirantes nordestinos. Pobres, famintos, usurpados da identidade individual, massa “instável e inculta”. Há aí certa continuidade no que se refere à condição de “incultos”.

331 **AAB**. MR 6. Foto 1024.

332 Como já aqui nos referimos, o estado de sítio foi nesse período suspenso por breves momentos.

333 José Oiticica, *op. cit.*, p. 83.

Oiticica reconhece, entretanto, ter sido bem tratado pelos presos, mas o sentimento de humilhação permanecia. Em uma “Relação das pessoas que estando presas na Casa de Correção, foram transferidas para diversas localidades, onde ainda se encontram presas”,<sup>334</sup> de 53 nomes apenas um não tinha o distintivo de patente de oficial ou de título de posição social. Este único, desprovido de distinção ou patente, Cândido João dos Santos, foi transferido para o *Campes*. As prisões de desafetos do governo aconteceram de 5 de julho, até 9 de agosto de 1924, caracterizando assim um período de concentração de presos de maior destaque social no interior da Casa de Correção.

Para os operários anarquistas, presos na 4ª Delegacia Auxiliar ou em outras dependências, como a Detenção ou Correção, a aproximação com prisioneiros de crimes comuns sempre foi fator de preocupações. Apesar de, aos operários serem destinadas, por parte das autoridades, as mesmas acomodações dos demais reclusos, a convivência entre um grupo e outro era, em raras oportunidades, harmônica.

Segundo Regina Célia Pedroso, para um mais claro entendimento do procedimento geral:

A separação entre os detidos que aguardavam julgamento e os condenados não era realizada dentro das penitenciárias, principalmente pela falta de vagas na casa de correção. Por exemplo, na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, acumulavam-se centenas de condenados com sentença já julgadas, dando-se preferência por transferir somente os condenados a penas longas. Os detentos condenados a penas mais curtas eram mantidos na Casa de Detenção, pois, na medida em que ficariam menos tempo encarcerados, poderiam cumprir uma pena considerada “transitória”.<sup>335</sup>

Ela acrescenta que as edificações da Casa de Correção e Detenção do Rio de Janeiro “pertenciam ao mesmo complexo penitenciário que incluía também o manicômio judiciário e a ‘prisão feminina’”.

Domingos Passos, em artigo de *A Plebe*,<sup>336</sup> analisava a costumeira prática da polícia no Brasil. Dizia que era norma antiga das autoridades

334 **AAB**. MR 6. Foto 1024.

335 Regina Célia Pedroso, *op. cit.*, p. 96.

336 **BN**. *A Plebe*, 9/4/1927.

maltratar presos, especialmente os que se encontravam nesta condição por “delito de opinião”. Segundo Passos, figuras como “Moleque Cinco”, o “Bahia”, o “Vinte e Quatro”, o “Zala Morte”, “Padeirinho” etc., sempre contaram com o beneplácito protetor de muitas autoridades, especialmente dos agentes de polícia. Dentro das delegacias eram sempre agraciados com maiores privilégios e, sob certas circunstâncias, tinham permissão para curtas incursões fora do perímetro prisional. E acrescentava: “E, no entanto, mal caía, na cadeia um anarquista, o mínimo que faziam era anunciar aos outros presos que o infeliz possuía esta ou aquela quantia escondida – e o resultado era um natural espancamento”.<sup>337</sup>

A “geladeira”, segundo depoimentos de outros militantes, era uma cela na qual eram colocados inúmeros presos, sempre em lotação superior à capacidade do lugar. Esse “cubículo” fazia parte do prédio da Polícia Central, no mesmo local onde funcionava a 4ª Delegacia Auxiliar. Domingos Passos ficou na “geladeira”, de 7 de julho de 1924, até a sua transferência para o *Campos* no fim do referido mês.<sup>338</sup>

O prédio da Polícia Central foi palco de diversas tragédias durante todo o período da vigência do estado de sítio. A morte do comerciante Conrado Barlido Maia de Niemeyer foi um dos acontecimentos que, após o governo, ocuparia as páginas dos principais periódicos. O que havia sido anunciado como suicídio revelou-se, mais tarde, como mais uma das consequências dos interrogatórios violentos praticados pelos policiais da 4ª Delegacia Auxiliar. O comerciante teria sido atirado da janela do 2º andar da referida delegacia, após sua morte por espancamento.<sup>339</sup>

Sobre esse episódio e a morte do político opositor Luiz Barbosa, comentou Maurício de Lacerda:

Curioso: Lulu Barbosa é morto porque não quer escrever a confissão de que Nilo [Peçanha] o incumbira para matar Bernardes e Niemeyer é morto porque lhe querem arrancar a confissão de que se tramava o assassinio de Bernardes! Delírio persecutório franco...<sup>340</sup>

337 BN. *A Plebe*, 9/4/1927.

338 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*, *op. cit.*, p. 236.

339 BN. *A Plebe*, 10/1/1927.

340 Maurício de Lacerda, *op. cit.*, p. 190.



O mesmo Maurício de Lacerda reconhecia que os operários também tinham pago o seu tributo, batendo ferrugem no *Campos* ou indo perecer na Clevelândia. Era, segundo ele, uma sistemática perseguição aos “pequenos”; na Polícia Central, havia inclusive uma hora estipulada para os espancamentos:

Certa vez, às 5 horas da tarde, ali estando por acaso, antes da segunda guerra civil,<sup>341</sup> ouvi forte algazarra, subida do pátio interno do edifício.

O Marechal Fontoura veio fardado, com um pé em chinela, até o gradil do andar em que se encontrava e, debruçando-se nele gritou para baixo: “Que é isto?”, ao que responderam os agentes: “Não é nada marechal; estão dando nos gatunos...”

Tal resposta, que fez estourar de risos a Tito Soares, testemunha da cena, era dada porque as sovas obedeciam a um horário, e aquela hora se servia o chá das 5 das geladeiras.

Quanto aos gatunos, é verdade que se tratava de uma época de perseguição policial aos desocupados de banco de jardim, como suspeitos de gatunagem em germe, época em que os Olegário Bernardes faziam palácios, os Arthurzinhos enriqueciam bruscamente e até os amigos da família do presidente nadavam em ouro, sem, entretanto, ter um chá dos gatunos...

Foi por essa hora que Lulu Barbosa ouviu de sua saleta de prisioneiro a gritaria dos castigados, segundo referiu à sua esposa, coisa que o alarmava sempre, pensando que a sua vez vinha a galope, porque ouvira dos agentes, cada dia, findo o banho de borracha nos detidos do andar inferior, esta ameaça: “Amanhã é o dia desse coronel”.<sup>342</sup>

O terror do estado de sítio, as arbitrariedades e excessos policiais reforçaram, naquele período, um precedente que, via de regra, seria utilizado em outros governos. Os processos com acusações falsas, os assassinatos e a eliminação em grande escala de dissidentes serão práticas comuns nos governos subsequentes.

341 Referência provável ao segundo 5 de julho, em 1924.

342 Maurício de Lacerda, *op. cit.*, p. 195

Ainda para Maurício de Lacerda:

Havia em Macaé, ou pela baixada, uma fazenda, que não se sabia se pertencia a Carlos Reis ou alguma autoridade policial. Para ela mandavam os presos mais temíveis, isto é, os mais bravos e leais nas armas, capinar e executar os serviços em lavoura, durante todo o dia. Ao pôr do sol, sempre escoltados, eram metidos num círculo de fuzis armados, e obrigados a cavar, como leito de repouso daquela faina forçada, os sete palmos do próprio sepulcro que, por fim aberto, recebia o corpo do detido baleado na cabeça.<sup>343</sup>

Denúncias desse tipo ficaram esquecidas, a averiguação dos assassinatos talvez tenha esbarrado no anonimato das vítimas. Estas, muito possivelmente, por serem revolucionárias pobres, praças provavelmente, simplesmente figuraram nas listas dos desaparecidos, não tiveram as cartas de seus exílios publicadas nos anais do Senado ou da Câmara, nem mesmo na imprensa.

O jornal *5 de Julho*, ano II, nº 55, sem data, atacava:

Fontoura, entre os criminosos legalistas, era de certo um dos mais repugnantemente notáveis, mas convém não esquecer os outros: os diretores da Casa de Detenção, da de Correção e da Colônia Correccional de Dois Rios; o diretor do Lloyd Brasileiro, e os comandantes dos presídios da Ilha Raza, da Ilha das Flores e outros.

Na Colônia Correccional e nos domínios do Cantuária do Lloyd, passaram-se cenas inenarráveis – que ainda continuam, apesar desse novo regime policial tão gabado pelo “Correio da Manhã”.<sup>344</sup>

É provável que esse número do periódico seja da época do governo de Washington Luiz, em função do texto e da referência às falsas esperanças do *Correio da Manhã* no “novo regime policial”. A preocupação com as permanências é bem clara e a lei celerada de agosto de 1927 iria demonstrar a pertinência de tal preocupação.

---

343 *Ibidem*, p. 191

344 *Ibidem*

Uma carta escrita<sup>345</sup> por Pedro A. Motta, ainda recluso na Polícia Central, datada de 28 de abril de 1925, expõe detalhadamente os meios encontrados pelos militantes anarquistas, presos no Rio de Janeiro, para a obtenção de recursos. Grande parte dos valores que utilizavam na cadeia chegava através de subscrições colhidas nas assembleias de classe, ou mesmo de contribuições individuais daqueles companheiros ainda não apanhados pela repressão.

As importâncias em dinheiro encontravam seus destinatários através dos carcereiros que cobravam, como tributo, uma parte do valor da remessa. Mas, uma vez que os operários estivessem de posse do dinheiro, principiava uma segunda fase de resistência: a de não ser roubado pelos outros presos. Segundo Pedro Motta:

O Nino [Martins] perdeu sua parte, pois foi assaltado pela quadrilha de presos organizada. A minha e a do [José Maria Fernandes] Varella escaparam do assalto porque resolvemos por tática gastá-la em comum com os mesmos presos; pouco ou nada nos rendeu.<sup>346</sup>

Os militantes eram muito cuidadosos, escreviam os nomes de seus companheiros, que ainda se encontravam livres, sempre com as iniciais.

Há, no mesmo jornal, duas cartas de Varella, com conteúdos muito semelhantes. Em ambas, o operário pedia que seus companheiros cuidassem de sua mulher que, segundo ele, encontrava-se muito doente, e necessitava de auxílio. São passagens de muita densidade, dosada por um estilo sincero e direto, bastante comum aos operários militantes da época.

Estes três anarquistas – Varella, Nino e Pedro A. Motta – tornaram-se componentes de uma terceira leva de prisioneiros para a Clevelândia, e de lá não mais voltaram. Pedro A. Motta e Nino Martins foram também signatários de uma moção dirigida às tropas revolucionárias em São Paulo, em julho de 1924.<sup>347</sup>

---

345 BN. *A Plebe*, 12/2/1927.

346 BN. *A Plebe*, 12/2/1927.

347 BN. *A Plebe*, 25/7/1924.

### 3.17. QUEM FOI PARA A CLEVELÂNDIA?

Quando analisamos as informações sobre a colônia de Clevelândia, principalmente através do relatório oficial de Oldemar Murtinho, podemos afirmar que foram enviados para a região três grandes grupos que estão subdivididos em segmentos. Cada um dos grupos esteve ligado, de forma direta ou indireta, a diferentes acontecimentos ocorridos nos anos 20, integrando o mesmo ciclo de instabilidade política. O primeiro grande grupo de deportados, formado por 419<sup>348</sup> indivíduos de composição diversificada, do Rio de Janeiro, teria chegado ao núcleo, a partir de dezembro de 1924. Ao que tudo indica essa primeira leva contou com a maior parte do contingente do Rio de Janeiro. Os demais viriam distribuídos nas levas seguintes.

Do segundo grupo, que originalmente contava com aproximadamente 200 praças do Exército e Marinha envolvidos em levantes no Pará e Amazonas,<sup>349</sup> foram enviados 119 indivíduos para o Oiapoque.<sup>350</sup> Estes chegaram a 6 de janeiro de 1925.<sup>351</sup> Ao contrário dos deportados do Rio de Janeiro, os revoltosos do Amazonas e Pará desembarcaram em um único bloco de prisioneiros.

O terceiro grupo foi o dos soldados de Catanduvas que vieram de Paranaguá, passando pela baía de Guanabara e seguindo para o Oiapoque. Estes, segundo o relatório de Oldemar Murtinho,<sup>352</sup> chegaram em número de 408, em junho de 1925.<sup>353</sup>

Os dois grupos de militares eram compostos, na sua quase totalidade, por soldados de baixa patente. Contudo, existiam tenentes comissionados, muitos dos quais, aderentes à coluna rebelde após terem desertado de suas antigas corporações. Uma atitude perfeitamente explicável uma vez que, ao ingressarem no exército de Isidoro Dias Lopes, galgavam patente maior.

---

348 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 4

349 **AAB**. MR 21. Telegrama enviado ao presidente pelo interventor do Amazonas, Alfredo Sá.

350 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 4.

351 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 212

352 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 4

353 *Ibidem*.

O grupo proveniente do Rio de Janeiro, no entanto, apresentava em seu interior diferenças muito claras. Na verdade, só duas coisas os aproximavam: o ponto de partida para o desterro, e a condição social à qual estavam ligados. Eram efetivamente todos pobres – operários, imigrantes, vadios, gatunos, marinheiros e soldados rebeldes do Distrito Federal e de São Paulo.

### 3.18. ANARQUISTAS: OS DESTERRADOS DA REBELIÃO

Os anarquistas e sindicalistas revolucionários deportados representam um subgrupo bastante coeso. Eles contribuíram, por todo o período da permanência no núcleo, com informações sobre o cotidiano, as fugas e suas apreensões em relação ao regime. Eles, pela própria natureza de sua militância, souberam imprimir aos seus percalços um caráter didático, informando, na medida de suas possibilidades, aos camaradas do centro-sul o que se passava, em mais uma das “armadilhas do capitalismo” para a classe trabalhadora.

Esse destaque dos militantes anarquistas não se deu apenas pela capacidade que tiveram de deixar testemunhos escritos, tão necessários à análise dos fatos, mas principalmente porque foram os únicos que conseguiram, como grupo, um ponto de definição e um olhar sobre si mesmos, emitindo opiniões que extrapolavam a mera contingência conjuntural. Lograram registrar aspectos que, aparentemente, eram imperceptíveis aos demais grupos. Submeteram a passagem pela colônia a uma lógica que não se limitava a entender Arthur Bernardes como protagonista de um sistema espúrio. Esses militantes encararam o episódio do desterro, como mais um capítulo da triste distopia capitalista. Ainda que prisioneiros da linguagem de seu tempo, aliás, como os demais, conseguiram, todavia, desenhar os contornos da passagem pelo “inferno verde” com bastante clareza.

Na composição do grupo do Rio de Janeiro, que começou a chegar a Clevelândia a partir de 26 de dezembro de 1924,<sup>354</sup> estavam alguns operários anarquistas.<sup>355</sup>

354 BN. *O Globo*, 1/1/1927.

355 Optamos por enumerar os deportados anarquistas partindo dos nomes mais populares.

1 – Domingos Passos – várias vezes secretário da UOCC (União dos Operários da Construção Civil), negro, um dos mais ferozes combatentes contra o bolchevismo dentro do sindicato. Recebeu por seus atos a alcunha de “Bakunin Brasileiro”<sup>356</sup> e, como operário carpinteiro, alcançou entre os seus grande notoriedade, não apenas como hábil artesão, como ainda, como um incansável autodidata. Passos retornou do Oiapoque e continuou sua militância, participando do Comitê de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti,<sup>357</sup> e escrevendo na imprensa libertária sobre os acontecimentos do desterro e outros problemas enfrentados pelo sindicalismo revolucionário. Foi preso várias vezes, mesmo após retornar da Clevelândia, em 1927. No ano de 1928, até os comunistas, através de apelo no *A Classe Operária*, pediam o fim das perseguições policiais ao já nacionalmente conhecido anarquista.<sup>358</sup> Esteve na prisão do Cambuci, em São Paulo, e dali saiu em estado deplorável após três meses de maus tratos,<sup>359</sup> desaparecendo em seguida.<sup>360</sup>

2 – Biófilo Panclasta – colombiano, batizado por seus pais como Vicente R. Lizcano, adotou, em 1904, um outro nome que iria utilizar em toda sua vida militante.<sup>361</sup> Não era um anarcossindicalista, distintamente dos demais. Biófilo Panclasta era um anarquista individualista dos mais virulentos.<sup>362</sup> Esteve mais tempo, em sua vida, vivendo nos cárceres do que fora deles. Dizia ter uma alma “neopagã e artista”.<sup>363</sup> Conseguiu fugir do Oiapoque em 1925, e em 1927 já estava preso na Colômbia.<sup>364</sup> É até hoje um dos próceres do anarquismo colombiano. Faleceu em 1º de março de 1942.

356 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros 2*. Rio de Janeiro: VJR, 1995, p. 24.

357 *Ibidem*, p. 25.

358 **AMORJ**. *A Classe Operária*, 1/5/28.

359 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros 2*, op. cit., p. 26.

360 Cf. Alexandre Samis. Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira. (orgs.). *A Formação das Tradições 1889- 1945 – As Esquerdas no Brasil vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

361 O. V. Martinez. *et al.*, Biofilo Panclasta (El eterno prisionero). Bogotá: Proyecto Cultural “Alas de Xue”, 1992, p. 159.

362 *Ibidem*, p. 160.

363 *Ibidem*.

364 *Ibidem*, p. 176.

3 – Antônio Alves da Costa,<sup>365</sup> de alcunha “O Carioca” – operário tecelão de Petrópolis.<sup>366</sup> Esteve ligado ao movimento grevista em Santos e ficou na “Barcelona Brasileira” até 1921. Preso, no Rio de Janeiro, foi deportado para a Clevelândia; mais tarde acaba por retornar ao Distrito Federal, após várias tentativas de fuga do Oiapoque, e ingressa no PCB, no início dos anos 30.<sup>367</sup>

4 – Antônio Salgado da Cunha<sup>368</sup> – aparece na narrativa de Pedro Carneiro como um dos prisioneiros da Polícia Central que vai para o navio *Campo*. Seu nome figura na lista de presos do Rio de Janeiro, enviada pelo funcionário Oldemar Murtinho, ao ministro Miguel Calmon.<sup>369</sup> Aparece na narrativa que fez Domingos Passos, do 1º de Maio de 1925 na Clevelândia,<sup>370</sup> juntamente com Biófilo Panclasta, *Domingos Braz*, Manoel Gomes, Nicolau Parada e Antônio Alves da Costa. Retornou da Clevelândia. Existem poucas informações a seu respeito. Edgar Rodrigues afirma ser um operário da Construção Civil e sindicalista revolucionário.<sup>371</sup>

5 – José Alves do Nascimento – ex-sargento da Brigada Policial<sup>372</sup> e comerciário. Ensinou esperanto aos companheiros no Oiapoque, além das primeiras letras aos colonos e seus filhos.<sup>373</sup> Morreu no desterro, em 15 de agosto de 1925.<sup>374</sup>

---

365 Tratamos aqui a identidade de Antônio Francisco Roux como aparece nos documentos de polícia e em alguns registros da imprensa libertária. Acreditamos que o capítulo 2, deste livro, tenha esclarecido boa parte do “complexo caso de identidade” que envolveu Roux e Domingos Braz.

366 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros* 1. Rio de Janeiro: VJR, 1994, p. 42.

367 *Ibidem*.

368 Existe a possibilidade de ser, Antônio S. da Cunha o nome código de Domingos Braz. Ver capítulo 2, “Um complexo caso de identidade”.

369 **AAB**. MR 6. Foto 758.

370 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927

371 Edgar Rodrigues, *Novos Rumos*, *op. cit.*, p. 237.

372 Edgar Rodrigues, *Novos Rumos*, *op. cit.*, p. 236.

373 Edgar Rodrigues, *Os Companheiros* 3, *op. cit.*, p. 138.

374 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 33.

6 – Pedro Alves Carneiro – “português, pintor da construção civil”<sup>375</sup> – tomou contato com o anarquismo no Brasil, tornando-se secretário da União dos Operários da Construção Civil. Foi preso a 17 de julho de 1924, no Rio, conseguindo evadir-se do Oiapoque, no dia 17 de fevereiro de 1925. Posteriormente iria remeter 300\$000 mil réis para os companheiros que ficaram no núcleo.<sup>376</sup>

7 – Nicolau Parada – espanhol, exercia o ofício de garçom.<sup>377</sup> Foi sócio do Centro Cosmopolita, entidade dos “gastrônômicos”, no Rio de Janeiro. Mais tarde, radicou-se em São Paulo onde foi preso, sendo enviado posteriormente para o Rio de Janeiro. Veio a falecer no desterro, em 29 de agosto de 1925.<sup>378</sup>

8 – Manuel Ferreira Gomes – operário da construção civil, preso em julho de 1924,<sup>379</sup> no Rio de Janeiro. Conseguiu retornar do Oiapoque.<sup>380</sup>

9 – Domingos Braz<sup>381</sup> – operário têxtil de Petrópolis,<sup>382</sup> escritor muito fecundo nas publicações libertárias. Foi, junto com Domingos Passos, um dos mais empenhados em registrar os acontecimentos do campo da Clevelândia. Retornou ao Rio de Janeiro e, no início dos anos 30, entrou para o PCB.

Em 1925, chegaram em outra turma alguns militantes anarquistas. É provável que essa leva tenha desembarcado após o 1º de Maio, pois Domingos Passos não os coloca entre os participantes do evento às margens do “Ciparini”.<sup>383</sup> É possível que esses libertários tenham chegado na mesma leva dos soldados de Catanduvas, em 12 de junho de 1925.<sup>384</sup>

---

375 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros 5*. Florianópolis: Insular, 1998, p. 29.

376 *Ibidem*, p. 34.

377 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros 4*. Florianópolis: Insular, 1997, p. 154.

378 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 34.

379 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos, op. cit.*, p. 235.

380 **AEL**. *A Plebe*, 9/2/1927.

381 Ver o capítulo 2, “Um complexo caso de identidade”.

382 Rodrigues, *Os Companheiros 2*, *op. cit.*, p. 10.

383 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

384 Everardo Dias, *Bastilhas Modernas, op. cit.*, p. 243.



10 – Nino Martins – nascido em São Gabriel da Estrela, no município de Lajedo, Rio Grande do Sul, por volta de 1895,<sup>385</sup> recebeu no Sul a alcunha de “o carbonário”, por suas atividades no campo sindical e pedagógico. Gráfico de profissão, participou de greves na Argentina e Uruguai destacando-se, em quase todas elas, por seu estilo arrojado. No Rio Grande do Sul, ao participar do empastelamento do periódico governista, *Jornal do Commercio*, foi detido e enviado pela polícia para o Rio de Janeiro: passa pela FORJ e posteriormente vai trabalhar em São Paulo.<sup>386</sup> Preso em São Paulo, durante a revolução de 5 de julho, foi um dos signatários da moção aos rebeldes solicitando maior liberdade para o proletariado. Essa moção foi publicada após a recusa de Isidoro Dias Lopes para entregar armas aos operários.<sup>387</sup> Nino foi preso e remetido para o Rio de Janeiro; passou então ao Oiapoque. Morreu na Clevelândia.

11 – Pedro Augusto Motta<sup>388</sup> – operário gráfico, teve os seus primeiros contatos com o sindicalismo no Ceará.<sup>389</sup> Transferiu-se para São Paulo onde consolidou relações com os anarquistas e dirigiu o jornal *A Plebe*. Foi também um dos signatários da moção aos revoltosos de 5 de julho de 1924. Preso, é enviado ao Rio de Janeiro e depois para o núcleo da Clevelândia. Consegue escapar, mas acaba por morrer em Saint Georges, na Guiana Francesa, em 12 de janeiro de 1926.<sup>390</sup>

12 – José Maria Fernandes Varella – operário de São Paulo que, com Pedro A. Motta e Nino Martins, esteve preso na Polícia Central do Rio de Janeiro em abril de 1925. Varella, já bastante debilitado, escreve na prisão que “O meu todo físico é demasiado débil para a odisseia antípoda às leis do progresso”.<sup>391</sup> Frase que caracteriza bastante bem a sua perspectiva de evolução da sociedade e prenuncia a sua morte, que viria a

385 João Batista Marçal. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995, p. 115.

386 *Ibidem*, p. 116.

387 Edgar Rodrigues, *Os Companheiros 5*, op. cit., p. 58.

388 Para um perfil detalhado do militante e do contexto social e político, ver: Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: militância e verbo de fogo*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

389 **ACELIP**. Manuscrito da carta enviada de Saint. Georges, em 2/2/1926.

390 **BN**. *A Plebe*, 12/2/1927.

391 **BN**. *A Plebe*, 12/02/1927.

acontecer no Oiapoque, antes do fim de 1925.<sup>392</sup> Segundo o relatório de Oldemar Murtinho, ele teria falecido em 8 de agosto de 1925.

13 – José Baptista da Silva – operário sem muitos registros, tentou escapar da Clevelândia e desapareceu nas matas. Todos acreditavam que estivesse morto. Domingos Passos, já no Rio de Janeiro, recebeu telegrama dos sindicalistas do Pará acusando o retorno de José Baptista da Silva.<sup>393</sup> No jornal *A Plebe* a notícia vinha acompanhada do título “Mais um que se salva”.<sup>394</sup>

14 – Thomaz Derliz Borche – uruguaio, motorista e sindicalista em São Paulo.<sup>395</sup> Foi um dos poucos anarquistas a permanecer no “Núcleo Colonial de Clevelândia”, durante a visita de Oldemar Murtinho,<sup>396</sup> em meados de 1926. Foi incluído em uma lista de 21 nomes que se viram excluídos da liberdade pelo funcionário do Ministério da Agricultura.<sup>397</sup> Retornou ao Rio de Janeiro e partiu para o Uruguai,<sup>398</sup> mantendo-se então em seu país, ainda como militante anarquista. Não há notícias de seu retorno ao Brasil.<sup>399</sup>

Entretanto, esta lista de anarquistas é incompleta. Ela registra apenas aqueles que, por assim dizer, estavam “organicamente” ligados aos sindicatos ou, como no caso de Biófilo Panclasta, eram contumazes pregadores do “credo libertário” e de notoriedade tanto nos meios operários como policiais.

Encontramos outros nomes ligados ao anarquismo em processos de deportação para fora do território nacional e mesmo em artigos de jornal.<sup>400</sup> Para a Clevelândia foram três deles: Adriano Vaz Pinto do Amaral, Cândido Rezano Aranaz e Abílio (Atílio) Venâncio da Silva Lebre. Esses, embora não figurem nas crônicas dos militantes, aparecem sintomaticamente na lista divulgada pelo funcionário Oldemar Mur-

---

392 **BN.** *A Plebe*, 9/4/1927.

393 **BN.** *A Plebe*, 9/4/1927.

394 **BN.** *A Plebe*, 9/4/1927.

395 Edgar Rodrigues, *Os Companheiros 5*, op. cit., p. 165.

396 *Ibidem.*

397 Oldemar Murtinho, op. cit., p. 29.

398 **AEL.** *A Plebe*, 30/3/1927.

399 Edgar Rodrigues. *Os Companheiros 5*, op. cit., p. 166.

400 **AEL.** *O Globo*, 1/1/1927.

tinho, na mesma sequência numérica dos anarquistas acima citados. Na lista de 419 nomes do grupo do Rio de Janeiro, estão ocupando os números: 275, Adriano V. Pinto do Amaral; 277, Cândido Rezano Aranaz; 278, Abílio V. da Silva Lebre. Enquanto Domingos Passos e parte dos demais anarquistas ocupam os números de 269 a 276.

A posição na lista não nos parece obra do acaso; ela sugere, pelo menos, que se cadastraram juntos na chegada ao campo de deportados. Ou que, por papéis oficiais, foram aproximados na sequência numérica.

O fato é que se perderam no anonimato do cotidiano da colônia, à exceção de Abílio (Atílio) Lebre, autor da carta, já analisada, ao deputado Adolfo Bergamini. Os demais acabaram por se diluir nas estatísticas. É provável que tenham conseguido a liberdade pela fuga.

Outros anarquistas parecem surgir quando buscamos, relacionando os fragmentos das informações, detectar suas presenças. É o caso de Luiz Aguirre que, segundo Domingos Braz, escreveu na companhia de outros militantes no Oiapoque o seguinte pensamento:

Quando ouvis a história duma irmã de caridade que foi à Índia, socorrer às vítimas da peste ou qualquer epidemia e morrer por elas, como denominais a protagonista? Sublime!

Onde encontramos qualificativo àquele jovem pletórico de vida, saúde e inteligência que morreu tísico, tuberculoso, massacrado e supliciado numa masmorra policial por amor à humanidade; por inculcar-lhe o ideal que conduz à felicidade e à harmonia?

A irmã tinha uma recompensa que, quiçá, era a base do seu sacrifício: o céu.

O jovem deu e fez tudo por amor e não esperava o céu como recompensa.

Como determinar o seu gesto?<sup>401</sup>

Luiz Aguirre aparece no número 291 da lista do Ministério da Agricultura, como Luiz Aguir.<sup>402</sup> É possível que o preso, assim como os três anteriores, fosse um imigrante, mas esse fato por si só não explicaria a integração provisória ao grupo de militantes. Biófilo Panclasta, Thomaz

401 AEL. *A Plebe*, 1/5/1927.

402 Oldemar Murtinho, *op. cit.*, p. 16.

Derliz, Nicolau Parada, Pedro A. Carneiro também eram imigrantes e o próprio anarquismo foi considerado, por muito tempo, uma doutrina quase exclusiva de estrangeiros no Brasil.

O mais provável é que o subgrupo de 14 militantes, aqui apresentado, estivesse a muito mais tempo nos seus respectivos órgãos representativos, estabelecendo contatos. A proximidade entre eles foi o natural prosseguimento de todo o trabalho que vinham desenvolvendo até então. A deportação foi uma violência, mas que, para os problemas de uma dedicação integral ao sindicalismo, pontuava mais um outro momento da luta, de maneira nenhuma estranha aos anarquistas mais ativos.

Para esses militantes o comprometimento ideológico extrapolava até mesmo a problemática representada por simples reivindicações salariais. Entre muitos exemplos, podemos buscar, na atitude dos operários engajados, elementos que facilmente proporcionam a constatação de tal afirmativa. Não foram poucas as demonstrações coletivas e individuais de desprendimento e resistência estoica no exílio, as mesmas dos períodos prolongados nas cadeias e detenções. Assim percebiam o seu martírio, e assim produziram o catalisador de suas identidades na colônia. Coletivo seletivo, por razões de um rigor moral apurado na luta, códigos inscritos nos princípios libertários e nos exemplos que deviam legar aos companheiros em formação.

A questão policial para os anarquistas não era nova e as deportações muito menos. O desterro na Clevelândia somava-se a uma longa experiência de lutas contra o Estado. Internamente, os anarquistas, desde 1922, vinham, através de escaramuças e debates na imprensa, lutando contra a infiltração dos comunistas nos meios sindicais. Combatiam antigos companheiros que, “até outro dia”, ombreavam nas refregas contra a repressão.

O terror imposto por Bernardes não esperou a resolução das idiosincrasias internas do sindicalismo revolucionário. Muito pelo contrário, aprofundou e utilizou sua crise. As deportações para o exterior e os exílios internos promoveram, nas fileiras do sindicalismo revolucionário, uma verdadeira *razia*.

Não há notícia de nenhum militante comunista, à época, que tenha ido parar na Clevelândia. Nenhum militante do partido parece ter sido enviado para o chamado “inferno verde”. Segundo J. W. F. Dulles, quando foram feitas comparações sobre os sobressaltos dos comunistas e dos anarquistas que enfrentaram a repressão de Bernardes, os comunistas em algumas oportunidades admitiram que os anarquistas sofreram

maiores “provações”. E, ao citar uma passagem do semanário comunista A Classe Operária, observou que os bolchevistas julgavam “curioso” que: os “maiores adversários da frente única no período de 1923 e 1924 foram exatamente as maiores vítimas da traição”. O artigo sentenciava: “Tinha de ser assim. A História condenou esses companheiros.” Em uma mensagem de 1927 à União dos Operários em Construção Civil, extremamente combatida pelas autoridades, os comunistas explicaram que “vendo a tormenta e não podendo afrontá-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar... Esconderam-se para continuar o trabalho revolucionário”.<sup>403</sup>

E ainda, em relação à Clevelândia: “Os comunistas, que não sofreram reveses de tal espécie, ao anunciar que o inferno da Clevelândia não fora pior do que o de Carneiro da Fontoura estavam completamente equivocados”.<sup>404</sup>

### 3.19. A IMAGEM POLÍTICA LEGADA PELA CLEVELÂNDIA

A Clevelândia foi de fato uma das “máculas” de maior apelo político no que diz respeito aos desgastes do governo de Arthur Bernardes. Surpreende que o tema tenha sido marginalizado pela historiografia e, quando muito, citado como aspecto de menor destaque no ciclo das contestações tenentistas daquele período.<sup>405</sup> Um estudo pouco mais detido pode demonstrar com relativa facilidade que os eventos passados no Oiapoque, muito mais que simples consequência do quadriênio bernardista, representaram a expressão de estruturas autoritárias que se evidenciavam,

---

403 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 211.

404 *Ibidem*.

405 Na obra de Edgard Carone sobre a República Velha, o assunto ocupa pouco menos que um parágrafo. É mencionado em um contexto de retorno de tropas rebeldes após o estado de sítio. “Alguns revolucionários foragidos se apresentam e outros continuam a ser postos em liberdade. Entre janeiro e fevereiro de 1927, são os presos de Clevelândia, *no Paraná*, (grifo meu) que começam a chegar: nas margens do rio Oiapoque mais de 800 revolucionários civis e militares...” O equívoco geográfico, no qual o historiador confunde a cidade de Clevelândia, no Paraná, com o núcleo colonial do Oiapoque, pode não passar de um erro de revisão. Mas, sinaliza, em grande medida, a relevância que encontra o tema na obra do insigne historiador.

materializadas nos órgãos de defesa do Estado, em um contexto de ascensão de setores subalternos e radicalizados da sociedade.

Ainda que os acontecimentos levados a efeito na Clevelândia não possam ser dissociados da conjuntura revolucionária, tratá-los como simples desdobramentos dessa conjuntura nos parece por demais simplista e de insuficiente esforço analítico. Como aqui exposto, o conjunto de circunstâncias que permitiu as deportações vinha já de muito longe. Na verdade, as leis, os procedimentos e as justificativas para a repressão já estavam dados bastante tempo antes da Arthur Bernardes ter assumido o poder. Aliás, já estavam em curso, antes mesmo de se iniciar o ciclo tenentista de 1922. O que possibilitou a Clevelândia não foi mais nem menos do que tudo o que vinha realizando a República para controlar os setores populares em rebelião. Em assim sendo, os horrores descritos nas crônicas tinham ecos ainda mais longínquos, mais ainda do que, mesmo a oposição a Bernardes, era capaz de admitir.

Mas se é bem verdade que os terríveis fatos se prendem a antecedentes importantes, eles não foram menos causadores de outros tantos desdobramentos. Não foram menos capazes de gerar consequências específicas e deixar seu próprio legado. Tanto mais por continuarem os motins, levantes e manifestações contra os governos em franco desenvolvimento.

Assim, no caso específico da imprensa de oposição, ela foi responsável pela divulgação<sup>406</sup> de um fato inequivocamente catastrófico para a memória daquele governo. Bernardes, ao desembarcar no Rio de Janeiro em 1927, para representar Minas Gerais no Senado Federal, foi agredido por uma multidão de populares com todo tipo de projéteis e desqualificado pela alcunha, entoada pelos estudantes, de “Presidente Clevelândia”.<sup>407</sup>

---

406 Nos jornais, logo nos primeiros meses de 1927, podemos encontrar em diversas edições anúncios eloquentes convocando o público para assistir no cinema Odeon um documentário sobre a “Clevelândia”. Recomendamos as imagens que se encontram disponíveis em [https://www.youtube.com/watch?v=tsTyVgRo\\_xU](https://www.youtube.com/watch?v=tsTyVgRo_xU) (acessado em 24 de março de 2019). Trata-se do documentário “*Parimã: fronteiras do Brasil, 1927*”, do major Luiz Thomaz Reis, que documenta as inspeções de fronteiras realizadas pela comissão de Rondon. O documentário registra imagens dos rios Oiapoque e Amazonas, bem como do reconhecimento das fronteiras do Brasil com as Guianas e o Suriname. Gravado em junho e julho de 1927.

407 **AAB.** Para o velório de Arthur Bernardes, em 1955, foi enviado um suntuoso arranjo de flores com uma surpreendente faixa de desagravo subscrita pelos “so-

Em um livro organizado por Carlos Chevalier<sup>408</sup> foram reunidos diversos textos sobre Siqueira Campos.<sup>409</sup> O panegirista Vicente Vaz, que participou da homenagem ao veterano de 1922, escreveu sobre: “os que tombaram nos sertões do Paraná e os que foram assassinados nas regiões da Clevelândia”.<sup>410</sup> Sempre em tom muito solene, a Clevelândia, a cada referência, atingia o *status* de “calvário secular” dos homens desprendidos e de alto valor moral.

Também em suas crônicas, Carlos Maul, jornalista e político ligado a Nilo Peçanha, referiu-se a um episódio “pitoresco” de sua vida, com o título: “Salvo da Clevelândia por milagre”. Segundo o escritor, após a prisão de Jorge Santos, representante de *A Tribuna*, Maul foi convidado a tomar seu lugar. E, por motivo muito semelhante à detenção de seu “confrade,” foi o referido repórter encarcerado. O artigo tem seu interesse, pois acaba mostrando como a Clevelândia passou a ser usada, antes mesmo do fim do governo Bernardes, para aterrorizar até mesmo setores das camadas médias urbanas. Após dar ingresso na 4ª Delegacia Auxiliar, já sob a administração do coronel Bandeira de Melo, o jornalista, em decorrência de relações pessoais, conseguiria se livrar dos rigores da repressão e, segundo ele:

Não fui tratado como um criminoso, e Carlos Costa cerceou-me de conforto que estava ao seu alcance. Ao invés de meter-me numa enxovia, apresentou-me ao coronel Bandeira de Melo, 4º Delegado Auxiliar que a seu termo me cedeu seu dormitório. Foi num dos corredores do edifício que encontrei Jorge Santos, tratado da mesma maneira humana. Uma surpresa diferente, porém, eu, a teria mais tarde. Já em liberdade, e revelado pelo próprio Carlos Costa

---

breviventes da Clevelândia”. Este fato, em que pese a bizarra atitude dos signatários, demonstra a permanência do fantasma da tragédia na memória política do ex-presidente. Mesmo que a autoria da referida homenagem possa ser considerada apócrifa, ela ainda assim demonstra a força simbólica da Clevelândia, 28 anos depois.

408 Carlos Chevalier esteve preso, na mesma época em que vigorou o sítio de Bernardes, na Ilha de Trindade.

409 Carlos Chevalier. *Os 18 do Forte*. Niterói: edição do autor, s. d., p. 30.

410 *Ibidem*, p. 51.

que se tornara meu amigo. Disse-me ele que o seu procedimento com relação a mim, provocara um atrito com o chefe da Censura, o escritor católico Jackson de Figueiredo, que estranhara o fato de não haverem sido rigorosamente cumpridas as determinações oficiais a meu respeito. E essas determinações resumiam-se nisto: eu deveria ter sido embarcado no navio “*Comandante Vasconcelos*” que na véspera da minha detenção saía rumo à Clevelândia...

Carlos Costa, para fugir a essa monstruosidade, deixara que o barco sinistro zarpasse barra a fora, e só quando o mesmo se encontrava em pleno oceano, com doze horas de viagem, é que mandou chamar-me ao seu gabinete.<sup>411</sup>

Mário Lago, em seu livro de memórias *Na Rolança do Tempo*, cita a Clevelândia como uma das memórias de forte imagem dos anos 20:

O país estava vivendo um período de exceção, sob o sufoco de um estado de sítio que já parecia durar séculos sem conta. Era proibido ter a mínima contemplação com os adversários do presidente Artur Bernardes – caídos nas masmorras da polícia chefiada pelo sinistro general Fontoura. Se sobrevivessem à brutalidade das torturas e espancamentos, regra geral durante os interrogatórios, aqueles que tinham a coragem de se opor ao governo eram enviados para a Clevelândia, inferno localizado no fundo da Amazônia. Tempos duros de aguentar. As interpretações ficavam a critério dos carrascos, que com eles estava o monopólio da verdade e opinião.<sup>412</sup>

Mesmo os comunistas não deixaram de utilizar o ensejo, criado pelas narrativas e sedimentado no imaginário coletivo, para anunciar a continuidade da tragédia. Em um panfleto, sob o título de “A Clevelândia, matadouro dos Trabalhadores revolucionários!”, o Socorro Vermelho denunciava mais deportações para o Oiapoque, desta vez na

411 Carlos Mul. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968, pp. 112-113.

412 Mário Lago. *Na Rolança do Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 75.



vigência do governo provisório de Getúlio Vargas.<sup>413</sup> Após o embarque no vapor *Santos*, segundo o panfleto, as vítimas foram enviadas para a “tenebrosa região do extremo norte”, ao que tudo indica, em 17 de março de 1934.<sup>414</sup> (Anexo 10).

Observa-se, entre os nomes, uma grande quantidade de trabalhadores judeus, a ação do governo nesse período parece ir além da simples guerra de classe apregoada pelos comunistas. Há, nessa deportação<sup>415</sup> para o Oiapoque, um ingrediente novo; não que nos anos 20 nenhum judeu tenha engrossado as levas, mas nessa, observa-se um quase exclusivismo. Curioso notar que o texto do panfleto os identifica exclusivamente como proletários e estrangeiros. Tendo em vista o tratamento dado aos judeus no regime de Moscou, as implicações de tal omissão podem ser ainda mais complexas.

Em um outro panfleto de dezembro de 1936, subscrito por “um grupo de democratas sinceros”,<sup>416</sup> sob o título “A Colônia de Dois Rios – ‘Nova Clevelândia’”, encontramos uma descrição completa das condições em que viviam os presos políticos e comuns na ilha, além de denúncias das condições de higiene, de torturas e casos de enfermidade. Assim terminava o panfleto, dentro do espírito comunista da formação de frentes antifascistas:

Brasileiros! Não desmintamos os nossos sentimentos democráticos; protestemos contra as torturas a que são submetidos nos cárceres os nossos irmãos; iniciemos uma intensa campanha contra essas colônias correcionais, verdadeiros túmulos de nossos irmãos!

Brademos em altas vozes pela extinção desses modernos “Campos de Concentração”.

Exijamos que sejam postos em liberdade todos os presos que se acham na Colônia, sem culpa formada e sem processo.

---

413 **APERJ**. Coleção de Panfletos Políticos DOPS/DGS.

414 O panfleto carece de maiores cuidados de revisão, foi, muito provavelmente, um primeiro rascunho.

415 Durante a 2ª Guerra Mundial, foram enviados para Tomé-Assú, no Pará, alemães e japoneses.

416 **APERJ**. Coleção de Panfletos Políticos DOPS/DGS.

ABAIXO A COLONIA DE DOIS RIOS ABAIXO O  
FASCISMO!

VIVA A DEMOCRACIA!<sup>417</sup>

A Clevelândia entra, também aí, no discurso instituído pelo panfleto, como lugar de injustiça. Mantendo-se, através da década de 30, como antimodelo, a Clevelândia vive<sup>418</sup> e reproduz-se para significar a iniquidade de suas congêneres. Fato é que o Código Penitenciário da República de 1935 transformará algumas colônias agrícolas em “Colônias de Defesa Social”, para abrigar em lugares afastados e longínquos “mendigos” e “vadios”, evoluindo dois anos depois da sua publicação para a reclusão de condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional.<sup>419</sup> Passando, pelo exposto, a servir de confinamento a presos políticos.

Em 1959, saía na revista *Coletânea*, em matéria assinada por Aor Ribeiro, a seguinte reportagem: “Odisseia da Clevelândia”.<sup>420</sup> O texto consistia no resumo de uma entrevista com o Sr. I. M. Pereira, veterano das primeiras levas. A narrativa não acrescenta nenhuma novidade ao tema, entretanto, explicita uma certa tendência que se anunciava desde o início dos anos 30. Na referência que se faz aos grupos deportados, os anarquistas foram confundidos com os comunistas, ou seja, há a substituição pura e simples dos termos distintivos. Os anarquistas desaparecem, como representantes de uma proposta específica, e aparecem, no corpo narrativo, os comunistas. É bem possível que se trate de uma “atualização”, bem ao gosto da imprensa informativa, sem compromisso com a veracidade, ou mesmo, fidedignidade histórica. Mas, ao que parece, a despeito de todo o impacto produzido pelo Oiapoque, a matéria da revista *Coletânea* indicava já, nas portas da década de 60, uma amnésia parcial, o que certamente pode explicar a resignificação dos papéis desempenhados pelos grupos afetados pelas deportações.

417 **APERJ**. Coleção de Panfletos Políticos DOPS/DGS.

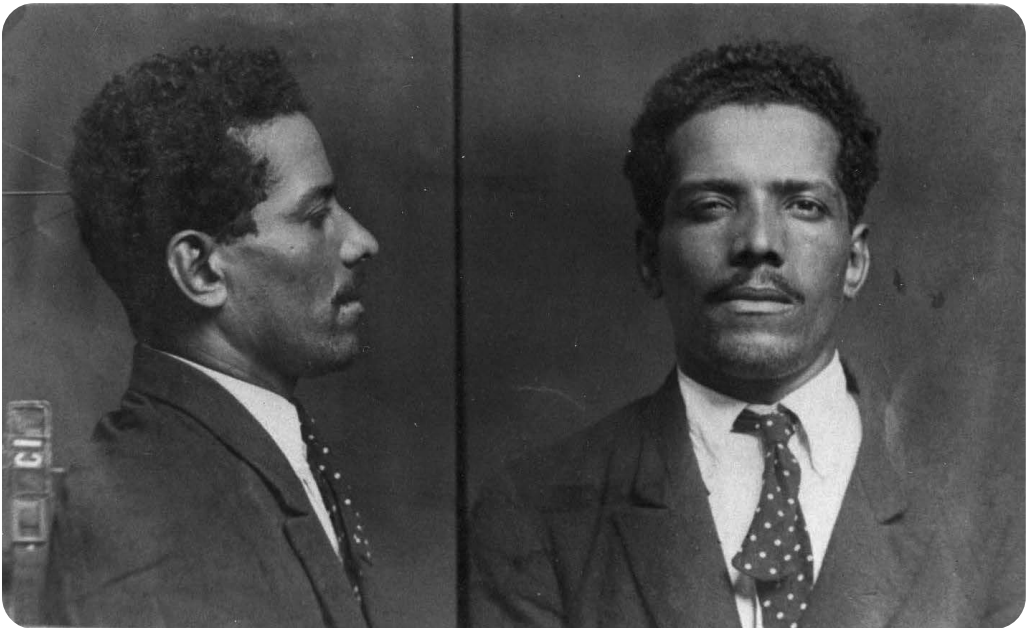
418 No jornal O Globo, de 2 de abril de 1929, uma notícia anunciava o esforço “patriótico” do Diário Nacional, de São Paulo, em trazer para o solo bandeirante os ossos dos revolucionários sepultados na Clevelândia.

419 Regina Célia Pedroso, *op. cit.*, p. 123

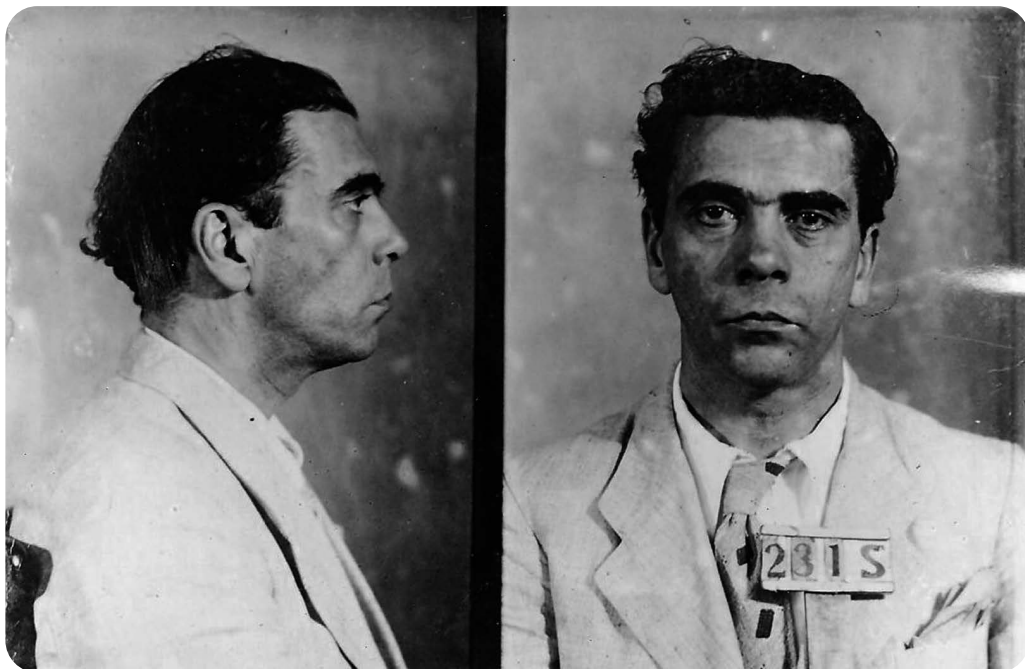
420 BN. *Coletânea*. junho/julho de 1959.



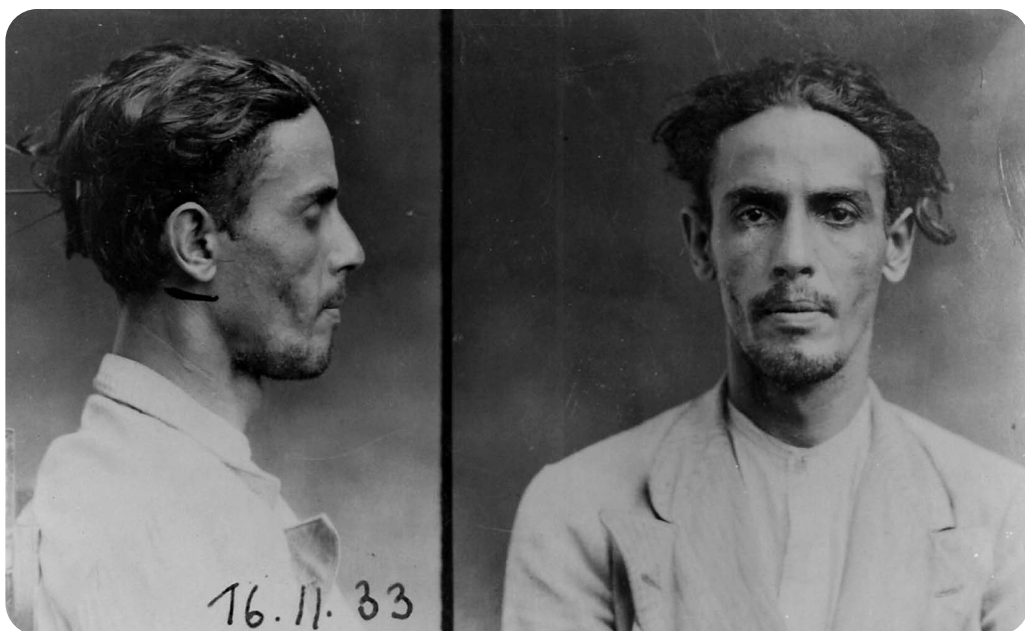
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro | Fotografia do prontuário policial de Domingos Braz



Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro | Fotografia do prontuário policial de Domingos Passos



Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro | Fotografia do prontuário policial de José Oiticica



Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro | Fotografia do prontuário policial de Antônio Francisco Roux

N.º 45

Cadastrado 7394



Nome Rodolfo Marques da Costa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo | Fotografia de Marques da Costa, tirada pela polícia portuguesa após sua deportação do Brasil em 1924



Arquivos da Torre do Tombo/PIDE | Fotografia de Marques da Costa



Arquivo Público Mineiro | Balsa de acesso ao Campo da Clevelândia



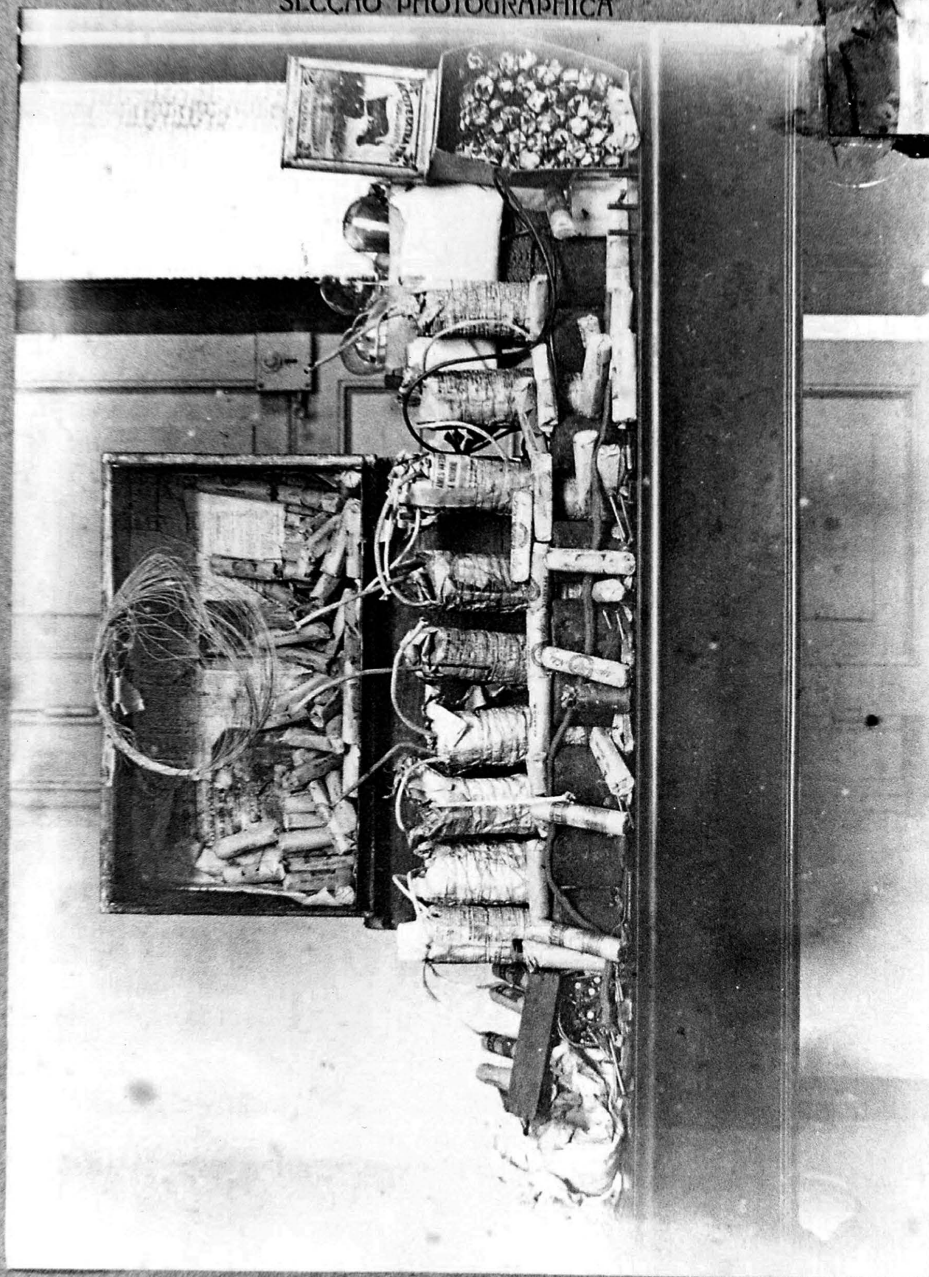
Arquivo Público Mineiro | Flagrante do cotidiano dos internos do Campo da Clevelândia



Arquivo Público Mineiro | Mulheres do Campo da Clevelândia



GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E DE ESTATÍSTICA  
SECCÃO PHOTOGRAPHICA



Photographia de nove bombas e do material para o fabrico das mesmas, aprehe-  
didos na residencia de Alexandrino Valente Coutinho, a rua Campos da Paz.

Districto Federal, 18 de Março de 1921.

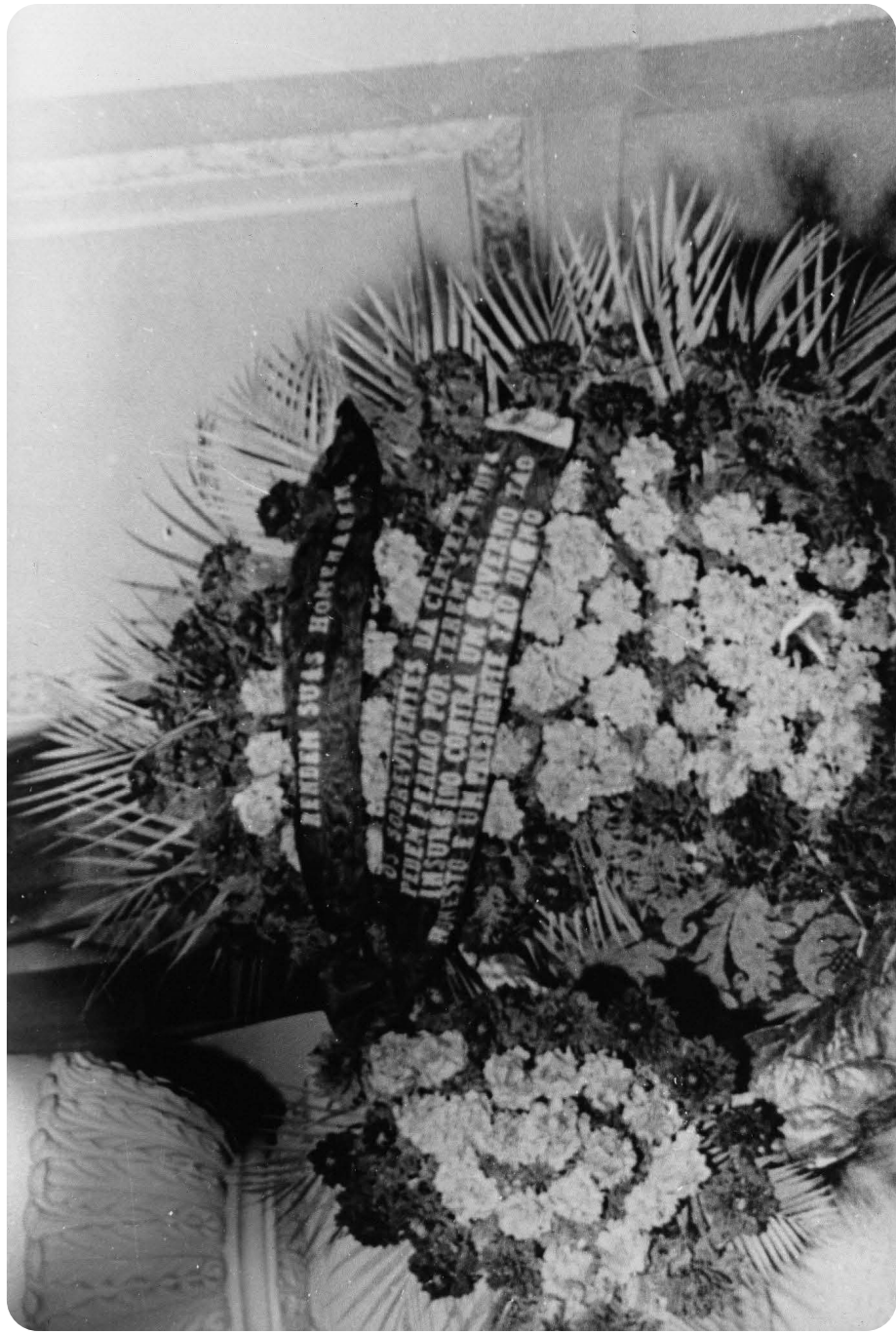
O ENCARREGADO DA SECCÃO PHOTOGRAPHICA

VISTO O DIRECTOR

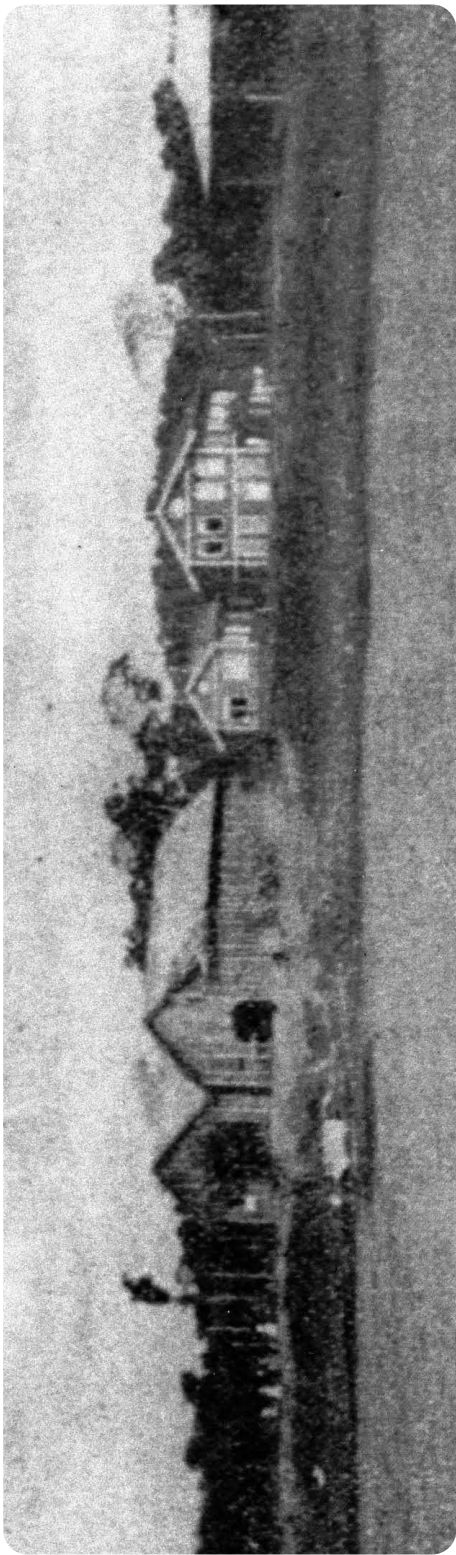
*Y. de Augusto Silva*

*Augusto Silva*





Arquivo Público Mineiro | Imagem de coroa de flores enviada para os funerais de Arthur Bernardes, em 1955. A inscrição da referida homenagem é bastante curiosa: “Os sobreviventes de Clevelândia pedem perdão por terem se insurgido contra um governo tão honesto e um presidente tão digno.”



Biblioteca Nacional | Boletim Sanitário, Rio de Janeiro, nº 5. Dr. H. C. de Souza Araújo



Arquivo Público Mineiro | O Campo de Clevândia



Arquivo Público Mineiro | Guarnição do Campo de Clevelândia

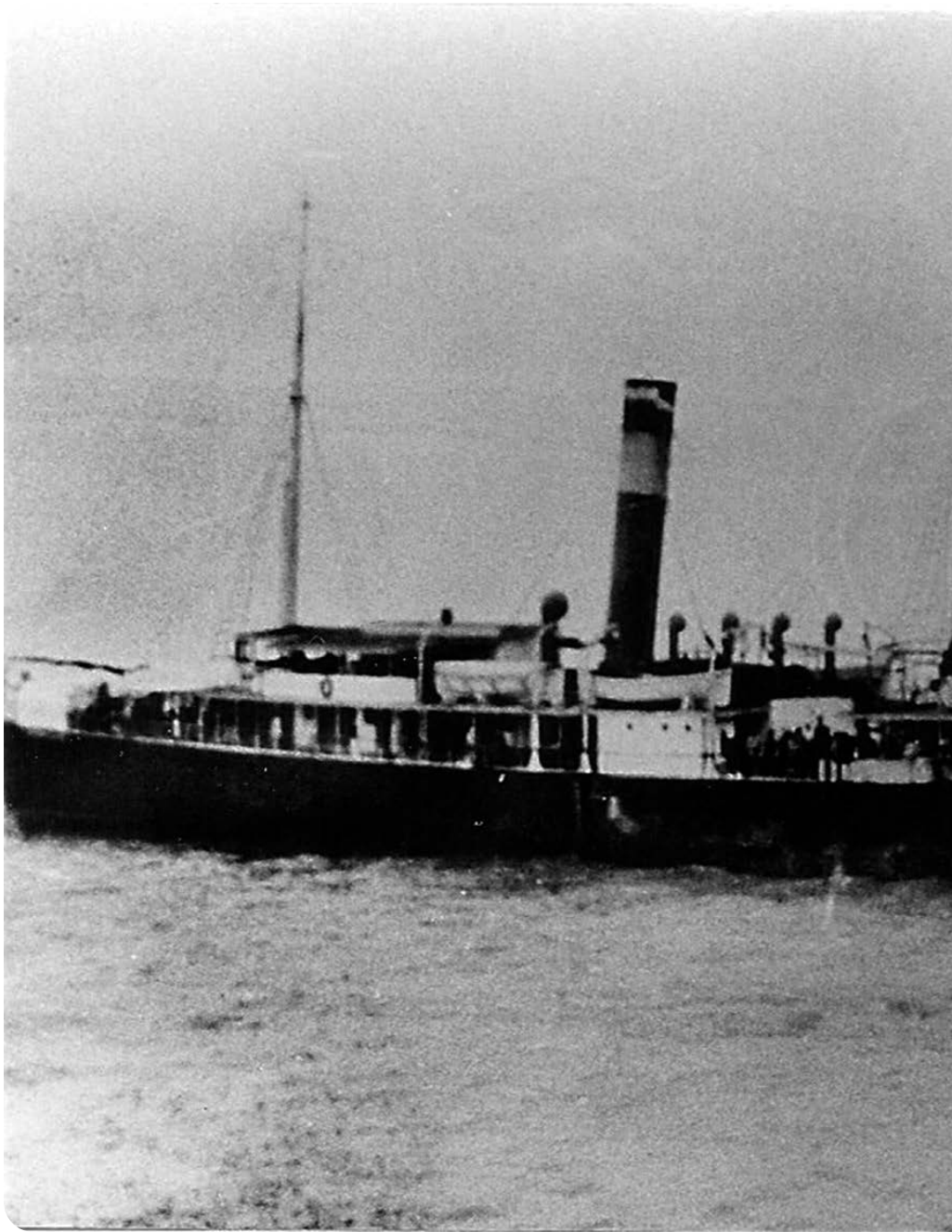




Arquivo Público Mineiro | Internos preparados para o retorno aos lares em fins de 1926

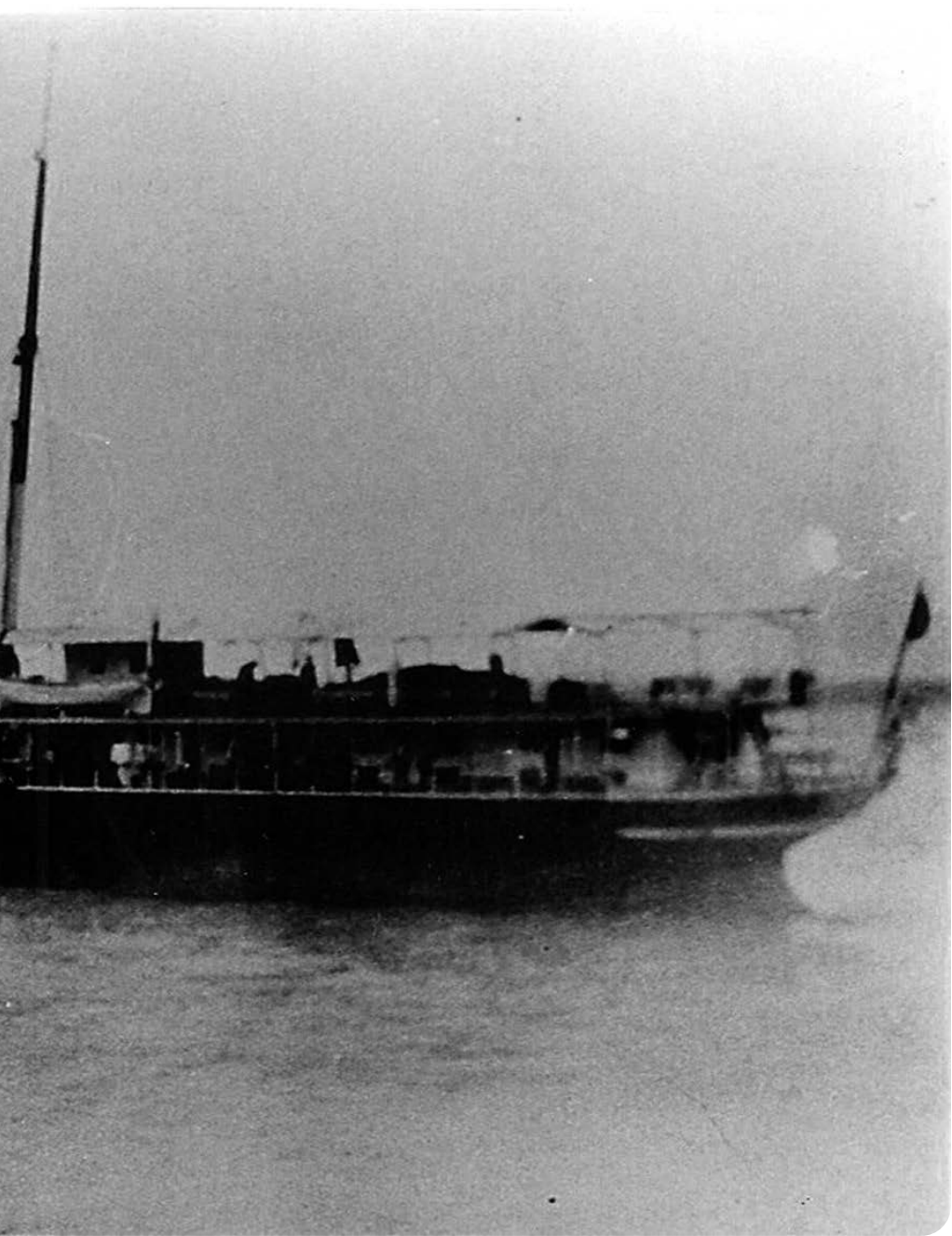






Arquivo Público Mineiro | Fotografia do vapor "Comandante Vasconcellos", que transportava os internos para o Campo de Clevelândia





# CAPÍTULO 4

## BOLCHEVISMO E ANARQUISMO

*Enfim, o homem não é inteiramente culpado,  
pois não começou a história;  
nem inteiramente inocente,  
pois ele a continua.*

Albert Camus

### 4.1. CONSEQUÊNCIAS DA AGITAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Ao término da Grande Guerra, em 1918, seguiram-se, no plano internacional e no Brasil, diversas medidas de regulação na gestão dos negócios internos e externos dos países envolvidos direta ou indiretamente no confronto bélico.

A falência do liberalismo não intervencionista, responsabilizado em alguns aspectos pela constituição dos motivos que geraram o conflito, fez com que organismos internacionais, reunidos em uma grande instância deliberativa, tentassem arbitrar questões nevrálgicas que se evidenciavam já nos anos que antecediam o conflito.

No Tratado de Versalhes assinado em 1919, entre outras coisas, podemos verificar a necessidade de projetos mais claros no campo do trabalho. Como parte da fragilização do liberalismo, o Tratado defendia a urgência do arbitramento do Estado ou, pelo menos, da mediação deste nas demandas cada vez mais evidentes resultantes do crescimento da classe operária.

Não só a Revolução Russa de 1917, com seus resultados devastadores para a tranquilidade de uma classe abastada e soberana no modelo econômico dominante, contribuiu para isso, mas, também, a necessidade de se acomodar e redimensionar interesses do bloco capitalista, algo atônito com os novos tempos.

Como órgão integrante das iniciativas das forças capitalistas triunfantes nos campos de batalha da Europa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constituiu-se em fórum privilegiado das futuras mediações nos impasses, cada vez mais evidentes, entre capital e trabalho. Era imperativo, sendo a própria essência do Tratado de Versalhes, que o novo organismo zelasse pela estabilidade entre as nações, observando, para tanto, as medidas de “nivelamento” que proporcionariam a diminuição dos perigos levados a efeito por uma miséria latente entre os trabalhadores:

Daí, propõem-se preventivamente medidas de proteção ao trabalhador. De outro lado, essas mesmas medidas representam um grande risco: como a legislação trabalhista significa maior ônus ao capital, os produtos dos países que a adotarem serão mais caros que os daqueles que não o fizerem; nessa medida, cria-se uma situação de “competição desigual” entre os países no comércio internacional – o que pode gerar uma nova guerra mundial. Por isso, a condição de implantação das leis trabalhistas e a sua aceitação por parte da maioria dos países (senão de todos)<sup>1</sup>.

A intervenção do Estado nas questões diretamente ligadas à mão de obra já se fizera sentir nas primeiras grandes levas de imigrantes que chegaram ao Brasil, em fins do século XIX. Embora chamado ao campo do trabalho, o Estado, até aquele momento, no mais das vezes, servira apenas de peça gestora de recursos ou para fomentar, por via de propaganda, o deslocamento dos imigrantes de seus países de origem.

Entretanto, a partir dos anos 10, como promotor de uma política nacional de interferência mais sistemática nos assuntos do trabalho, o claudicante modelo liberal do Estado brasileiro logrou relativo sucesso, particularmente em 1918, com o “Departamento Nacional do Traba-

---

1 Kazumi Munakata. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 31.

lho”<sup>2</sup>. A natureza federalista da Constituição de 1891 dificultou, do ponto de vista formal, uma série de tentativas de se colocar em vigor, através de medidas do Executivo, uma legislação única para os trabalhadores do país<sup>3</sup>. Assim, com o crescimento do movimento operário no Brasil e a percepção, por parte do empresariado, da necessidade de alguma coordenação nas ações adotadas na mediação dos conflitos, o liberalismo nacional desenvolveu um modelo singular que, por uma peculiaridade histórica, antes mesmo do Tratado de Versalhes, aceitou alguma interferência do Estado.

A cada lei aprovada pelo governo, e foram numericamente significativas na década de 1910, imiscuindo-se no campo do trabalho, diminuía o poder de barganha do sindicato. Para os patrões, nem sempre pareceu clara a proporcionalidade inversa: na medida em que o Estado legislava, o sindicato perdia sua legitimidade. Era eliminado do espaço decisório o órgão representativo dos trabalhadores condicionando o diálogo, cada vez mais, às instâncias oficiais.

Há que se evidenciar a perda, por parte do empresariado, da “consistência” da retórica liberal, situação de contradição que se justificava na garantia da retirada gradual do “entrave” que representava o sindicalismo.

Com a criação do “Conselho Nacional do Trabalho” (CNT), em 1923, o governo dava um importante passo na direção da tutela do operariado e das feições que deveriam assumir as relações com os empresários. E, em sentido semelhante, como signatário do Tratado de Versalhes, o Brasil cumpriria também uma parte de suas obrigações. O CNT foi a forma encontrada pelo governo para conciliar as especificidades do modelo político-econômico nacional aos compromissos internacionais. Criado em pleno governo de Arthur Bernardes, representou, em certa medida, os interesses da classe dominante ao alijar os “grupos radicais” do campo decisório. O Estado mediaria, com pretensa imparcialidade, os inconvenientes e constrangedores embates entre os operários e o empresariado.

A nova realidade, a transformação da questão social em algo passível de legislação, nem sempre agradou aos patrões. Em determinados

---

2 *Ibidem.*

3 A característica Federativa da Constituição de 1891 gerou um impedimento à imposição da autoridade do Executivo. A reforma da Constituição em 1926 abriu o precedente jurídico necessário às reformas do pós-1930.

momentos, o revés marcou as investidas dos empresários no que tange às decisões legais em última instância. Mas como um todo, os resultados foram bastante positivos para os setores patronais mais esclarecidos, visto que a nova organização assegurou que a fiscalização das leis não fosse feita pelos sindicatos<sup>4</sup>.

Apesar de os anarquistas não concordarem com a vigência de um órgão para a normatização do trabalho, esses, por compreenderem a gravidade do momento, não se ausentaram do campo das discussões. E, no que diz respeito às reuniões da OIT em Genebra, o periódico sindicalista lisboeta *A Batalha* publicava uma interessante notícia sobre o Brasil. Segundo o referido artigo, Castelo Branco Clark, delegado brasileiro na conferência, havia proferido entusiasmado discurso sobre as excelentes condições de vida do operariado nacional, aludindo à harmonia existente entre o governo e a grande massa de trabalhadores. No entanto, Clark foi interpelado por Cornelius Matens, vice-presidente da Federação Sindical Internacional de Amsterdã, com o seguinte desmentido:

Em princípio de março houve uma grande greve dos trabalhadores têxteis no Rio e uma dos ferroviários em Santos: estas duas greves, estas duas expressões de liberdade de associação, foram sufocadas pela força militar. Nesta mesma cidade do Rio nos fins do ano passado, nos meses de setembro e outubro, operou-se uma *razia* contra as organizações sindicais e seus militantes; uma parte entre eles foram deportados para o Oiapoque no estado do Pará, onde reina a febre amarela, faz extremo calor e a vida é difícil. É assim que se respeita nesse país ideal o direito de associação dos trabalhadores.

Diga-se o que quiser, mantenho todas as acusações que fiz, e acrescento que possuo mais documentos, que não mostrei, porque são demasiado comprometedores para o governo brasileiro<sup>5</sup>.

Em julho de 1925, chegava ao Brasil o diretor-geral da OIT, Albert Thomas. O político socialista francês havia sido nomeado para o cargo na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington,

4 Kazumi Munakata, *op. cit.*, p. 40.

5 **BVO**. *A Batalha*, 30/7/1925.

no ano de 1919<sup>6</sup>. Durante a Grande Guerra ocupara a pasta de ministro dos Armamentos, em 1916, chegando inclusive a colaborar com o governo provisório russo de Alexandre Kerensky, no que se referia ao escopo das suas atribuições ministeriais. O contexto da visita a um país da América do Sul tinha relação também com as suas tentativas de fazer valer a chancela da OIT que sofria constantes assédios por parte de certas autoridades europeias. Em seu portfólio político o embaixador da OIT registrava a transição do socialismo mais virulento ao mais moderado. De defensor intransigente da greve geral passara a epígono dos projetos de reforma mais acanhados.

Assim, com o propósito de inspecionar as condições de trabalho, entre outros festejos, foi recebido na União dos Estivadores por uma banda da Polícia Militar e discursos de alguns operários<sup>7</sup>, fato bastante incomum para aquela conjuntura. A ilustre visita, em que pese o clima improvisado de boas-vindas, recebeu uma carta assinada por vários operários na qual figuravam numerosas denúncias de prisões de trabalhadores, espancamentos e deportações<sup>8</sup>. A carta dava conta da violência das autoridades, em relação ao movimento operário, e afirmava que a repressão não se circunscrevia apenas a dissolver comícios ou a proibir manifestações.

A denúncia feita pelos operários ao oficial da legação internacional dava conta de uma grave situação. Uma questão mais profunda justificava os temores aparentemente mais imediatos dos operários: paralelamente ao diuturno desmonte dos sindicatos revolucionários, os oficiais de polícia acompanhavam de perto as querelas e cismas no seio das associações mais radicais, já bastante fragilizadas pelas consequências da repressão.

Enquanto entidades “colaboracionistas”, ou “amarelas”<sup>9</sup>, gozavam de relativa tranquilidade, os anarquistas e comunistas percebiam a con-

---

6 Vale aqui referir que a conferência foi amplamente denunciada por anarquistas de várias partes do mundo, incluindo-se aí o Brasil. A iniciativa foi entendida pela quase generalidade dos libertários como uma resposta reformista aos muitos focos revolucionários existentes então.

7 **AAB**. Relatório de Carlos da Silva Reis de 17/7/1925. MR. 6.

8 Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão*, *op. cit.*, p. 111.

9 O conceito tornou-se de voz corrente na Europa Ocidental no início do século XX, principalmente na França. Era adjetivo atribuído a operários que colaboravam com os patrões ou governo.

juntura sob o prisma da dupla hostilidade: por um lado, a sistemática ação do governo e, por outro, a disputa fratricida nos espaços sindicais.

O PCB, no *A Classe Operária*, número 12, ataca duramente o representante da OIT<sup>10</sup> dizendo tratar-se de um “traidor do movimento operário internacional, a serviço da Liga das Nações”<sup>11</sup>. Tal postura teria, segundo Heitor Ferreira Lima, justificado a proscrição do periódico por ordem do ministro da Justiça Afonso Pena Júnior.

Octávio Brandão diz ter quase sido enviado à Clevelândia por conta desse episódio. Segundo seu depoimento, ele se encontrava na tipografia de *O Paiz*, paginando o nº13 do jornal *A Classe Operária*, quando foi alertado pelos operários da chegada da “matilha de policiais” ao local<sup>12</sup>. Teria escapado por muito pouco.

No seu retorno à Europa, Albert Thomas se dirigiu ao presidente Bernardes da seguinte forma:

Antes de deixar a terra brasileira, agradeço a V. Ex., ainda uma vez, caloroso acolhimento que me foi dispensado. Desejo que minha curta visita tenha podido agradar o seu governo no nobre esforço pela proteção operaria e pela justiça social, Trago a convicção de que o poderoso futuro do Brasil é garantia segura da paz internacional<sup>13</sup>.

Uma despedida protocolar que em nada denuncia o contexto repressivo daquele momento.

10 Com efeito, Albert Thomas mostrava-se profundamente anti-bolchevique. Em um prefácio escrito por ele, a título de ilustrar a obra *Les Problèmes de la Démocratie*, de autoria do presidente da Tchecoslováquia, Thomas-Garrigue Masaryk, o diretor do Bureau Internacional do Trabalho não escondeu suas restrições ao regime soviético de então. Cf. Thomas-Garrigue Masaryk. *Les Problèmes de la Démocratie*. Paris: Librarie des Sciences Politiques et Sociales Marcel Rivière, 1924.

11 Heitor Ferreira Lima. *Caminhos Percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 47.

12 Octávio Brandão. *Combates e Batalhas* – Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1987, p. 312.

13 **BN**. *O Globo*, 29/7/1925.

## 4.2. KOMINTERN: A ESTRATÉGIA VEM DE FORA

Distintamente à perspectiva defendida pelos sindicalistas revolucionários para a organização operária no Brasil, os comunistas basearam sua ação em diretrizes bastante definidas, vinculadas aos princípios da III<sup>a</sup> Internacional, de 1919, opção que deixava este grupo revolucionário em vantagem, se comparados seus métodos e práticas aos dos anarquistas.

A via institucional, não rejeitada pelos comunistas, ampliava-se como fórum de discussão das políticas sociais ligadas ao trabalho. Processo esse ironicamente precipitado pelas greves e pela ação dos anarquistas que, durante as duas primeiras décadas do século, foram importantes para que os governos não ocultassem por completo a existência de uma “questão social” no Brasil.

As lutas dos primeiros anarquistas no meio sindical estavam pautadas pelas seguintes perspectivas: marcar a presença da classe operária organizada em sindicatos, ligas e associações e construir um “ente” sócio-político, não partidário, o trabalhador.

Por outro lado, principalmente no que se refere à contrapartida institucional, a sensibilização dos órgãos de Estado e do patronato não aconteceu por acaso. A legislação de cunho laboral obedeceu, desde os primórdios, à lógica da harmonia do valor moral do trabalho, com os interesses da classe proprietária. Mesmo com a resistência, como vimos, de um grupo significativo de empregadores, as leis já atendiam às necessidades do capital em detrimento do operário.

A sacralização do trabalho e sua identificação como valor supremo, que acontecia em paralelo às medidas oficiais, despoltizava a unidade produtora mais imediata e interessada, que era o próprio operário. Assim sendo, a marcha empreendida pelo governo, na senda da legislação social, deslocava o eixo da atenção do produtor para a retórica erigida para representá-lo.

Por efeito inverso, o aumento da importância das leis trabalhistas pilhava do trabalhador sua significação enquanto elemento chave de sua própria condição. E, em determinado sentido, pode-se encontrar nessa transformação, a inversão que, após 1930, fica bem perceptível no 1º de Maio, ao transformar-se de data de protesto em feriado festivo. Um fato que teve início ainda no governo Bernardes, quando ele, a 26 de setembro de 1924, pelo Decreto nº 4.859, determina que:



Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' considerado feriado nacional o dia 1 de maio, consagrado á confraternidade universal das classes operarias e á commemoração dos martyres do trabalho; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1924, 103º da Independência e 36º da República.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES<sup>14</sup>

A ressignificação do trabalho e a sujeição dos agentes do processo produtivo ao efeito de sua imagem incluem-se, em grande parte, no conjunto de transformações que marginalizaram o sindicalismo revolucionário e que forneceram ao comunismo a “sobrevivência” negada aos libertários.

No que se refere ao crescimento do Partido Comunista, sabe-se que os princípios do marxismo-leninismo foram adotados pelos primeiros bolcheviques no Brasil com pouquíssimas adaptações<sup>15</sup>. O desejo de significativa fração dos militantes em obter a filiação do PCB nos quadros da Internacional Comunista, não permitiu, ao menos nos primeiros anos, grande originalidade na interpretação dos escritos de Lenin.

Para os comunistas, o avanço das forças produtivas esbarrava em mecanismos da estrutura política e econômica do país e, dessa forma, eles apreciavam a realidade objetiva:

A revolução burguesa transforma-se, portanto, em programa do partido, e o seu fundamento reside na destruição rápida da velha “superestrutura” (já em andamento no período, segundo Lenin), para a liberação das forças produtivas sobre a base capitalista. Dito de outra maneira, a revolução burguesa tem como objetivo resolver a *questão agrária*, pois sobre as relações sociais do campo se assenta toda a velha

---

14 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4859-26-setembro-1924-567741-publicacaooriginal-91057-pl.html>. Consulta realizada em 26/02/2019.

15 Hamilton Moraes Theodoro dos Santos. *Anarquismo e Formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017.

“superestrutura”, responsável pelo entrave do desenvolvimento das forças produtivas sobre a base capitalista<sup>16</sup>.

Sob o prisma de revolução democrático-burguesa, escreve De Decca:

No período de 1928 existiam em São Paulo pelo menos três propostas de revolução vindas de agrupamentos políticos diferentes: o Partido Democrático, os “tenentes” e o Bloco Operário e Camponês. Para qualquer desses setores políticos a categoria revolução, com maior ou menor intensidade, substantivava as suas propostas e definia para o conjunto do social, lugares diferentes para a criação da história, ou melhor, do futuro almejado<sup>17</sup>.

Ainda segundo os comunistas, a revolução democrático-burguesa colocava em curso uma estratégia de luta de classes<sup>18</sup>. Era, para eles, a forma possível de inserção política. Nesse sentido, as “candidaturas operárias” eram fundamentais.

Em conformidade com essa convicção, em 1928, o Bloco Operário e Camponês (BOC) criava células em várias localidades do país. Em São Paulo, uma dessas unidades nascia com o objetivo de organizar os operários têxteis – que viviam uma conjuntura bastante crítica em relação ao confronto com os empresários –; outro propósito do BOC era a defesa de iniciativas para criação de leis sociais e a luta parlamentar<sup>19</sup>. As células defendiam, com bastante clareza, a estratégia dos comunistas e reforçavam as distinções em relação aos anarquistas.

Muito do que veio a consubstanciar os projetos e atitudes dos comunistas, nos primeiros anos da existência do partido no Brasil, estava evidenciado nas resoluções dos primeiros congressos da Internacional Comunista (IC). As “21 condições”<sup>20</sup> expressas pela IIIª Internacional para o ingresso em seus quadros não eram simples pré-requisitos, elas serviam, sobretudo, para o alinhamento, para a uniformização da con-

---

16 Edgar De Decca. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59.

17 *Ibidem*, p. 81.

18 *Ibidem*, p. 80.

19 *Ibidem*, p. 81.

20 Cf. Edgar Rodrigues. *Novos Rumos: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1976, pp. 28-32.

duta militante frente à luta de classes, onde quer que ela estivesse sendo travada. A adesão pressupunha certa “incondicionalidade”, a aceitação, sem reservas ou dúvidas, sobre a validade dos eixos gerais apresentados. A última delas, inserida por insistência do italiano Amadeo Bordiga, não deixava dúvida sobre o caráter último das proposições, ao determinar a expulsão de todo e qualquer membro que viesse a “rejeitar” os termos do documento.

Michel Zaidán resume algumas das premissas básicas e eixos de discussão, no interior da IC: no IVº Congresso, de 1922, existiam basicamente duas posições, com respeito ao debate sobre a questão colonial e nacional: uma que propugnava pela colaboração dos comunistas com as forças “objetivamente revolucionárias”, inclusive a burguesia local; e outra que acreditava ser essa colaboração provisória, devendo o proletariado lutar para garantir a hegemonia sobre outras forças constitutivas do movimento de libertação local, ou seja, que se desse o estímulo para que o proletariado assumisse uma posição hegemônica e autônoma no interior da “frente única anti-imperialista”.

Pouco depois, em 1924, no Vº Congresso, a questão nacional e colonial mantinha-se como objeto de uma intensa discussão. Manuïlsky defendia a tese segundo a qual, num estágio democrático-burguês, os comunistas deveriam apoiar os movimentos de libertação nacional, mesmo encabeçados pela burguesia. N. M. Roy, distintamente, fazia restrições à participação dos comunistas nesses movimentos por entender que existia certa complementariedade entre os interesses do grande capital internacional e as burguesias nacionais, principalmente após a Primeira Guerra. No VIº Congresso, em 1928, provavelmente como reflexo das discussões anteriores e o aumento da consciência sobre a necessidade de uma política mais clara para a América Latina, pela primeira vez o Komintern destinava um capítulo especial no qual constavam algumas estratégias a serem adotadas pelos partidos comunistas daquela região<sup>21</sup>.

Em setembro de 1928, J. Humbert-Droz<sup>22</sup>, publicava um extenso manifesto no boletim, *La Correspondencia Sudamericana*, de Buenos

---

21 Michel Zaidán. *O Grande Tournant: O VIº Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)*. In: *História do Marxismo no Brasil – o impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 92.

22 Humbert-Droz era o responsável, indicado pela IC, para a América Latina.

Aires<sup>23</sup>, sobre a situação da América Latina no contexto do VIº Congresso. No corpo do texto, sobre a legitimação e origem do BOC, Droz afirmava que a primeira questão era a frente única das forças revolucionárias, das relações dos PCs e do proletariado em geral, com as outras classes ou outras camadas sociais revolucionárias. O proletariado e o PC deveriam, em primeiro lugar, buscar a união com o campesinato, visando aos operários agrícolas e organizando os camponeses pobres, os arrendatários e os colonos, em ligas camponesas orientadas pela política do *Komintern*. Segundo esta lógica, somente a aliança estreita do proletariado industrial com a grande massa dos operários agrícolas e de camponeses explorados pelo imperialismo e pelos proprietários de terra seria capaz de resolver os problemas fundamentais do movimento revolucionário latino-americano<sup>24</sup>.

E sobre as relações com a pequena burguesia, acrescentava Droz:

A frente única das forças revolucionárias, porém, coloca também a questão das relações do proletariado e dos comunistas com a pequena burguesia e suas formações políticas. Nossa atitude a respeito das camadas revolucionárias da pequena burguesia (intelectuais, artesãos, funcionários etc.) é diferente de nossa atitude a respeito das diversas camadas do campesinato. Temos a seu respeito a dupla tarefa de construir com ela a frente única revolucionária contra o imperialismo e os proprietários de terra, na medida em que ela seja um fator revolucionário da situação, e ao mesmo tempo de combater e denunciar suas vacilações, seus compromissos, suas traições, de maneira a arrancar-lhe a hegemonia na luta e tomar a direção das grandes massas camponesas ainda sob sua influência<sup>25</sup>.

Para o *Komintern*, as alianças com os segmentos mais progressistas eram desejáveis; entretanto, os comunistas deviam evitar a adesão sob a forma de agremiação partidária a um “partido nacionalista revolucionário pequeno-burguês”<sup>26</sup>. Da “frente única”, formada pelo PC e seus

---

23 Edgard Carone. *Movimento Operário no Brasil*, op. cit., p. 492.

24 *Ibidem*, p. 487.

25 *Ibidem*.

26 *Ibidem*, p. 489.

aliados táticos, era imprescindível aproveitar o ensejo para a conquista da preponderância política no processo de luta comum<sup>27</sup>. O essencial seria que o partido comunista não admitisse essa posição inicial – aliança na frente única – como decisiva sobre a direção e a hegemonia na luta; era apenas uma forma de colaborar o mais ativamente possível para a vitória do bloco revolucionário<sup>28</sup>. Para a IC, o momento decisivo do processo revolucionário revelar-se-ia na passagem da fase democrático-burguesa para o estabelecimento da hegemonia do proletariado, fato que se verificaria no curso da luta revolucionária, quando o PC iria adquirir a influência decisiva sobre as massas, graças ao trabalho de propaganda e de organização entre os operários, os camponeses e determinadas camadas da pequena-burguesia<sup>29</sup>.

Com base, muito provavelmente, no que havia acontecido quatro anos antes no Brasil, Droz afirmava que a preponderância pequeno-burguesa normalmente imprimia à luta revolucionária uma forma típica na América Latina: o golpe de Estado militar, a participação de segmentos do Exército e de destacamentos de operários e camponeses armados, sob a direção de oficiais oriundos das camadas médias da sociedade, para tomar o poder. As greves e insurreições dos operários nas cidades e dos camponeses no interior, a atitude da massa, em geral, seriam somente um auxiliar da ação militar. A luta pelo poder político estaria no primeiro plano e as reivindicações fundamentais dos camponeses e dos operários seriam utilizadas como “alavanca revolucionária acessória”, sem que a pequena burguesia organizasse a massa e a empurrasse no sentido de criar os órgãos “capazes de assegurar a realização de suas reivindicações”<sup>30</sup>.

A esperança na adesão de segmentos do exército e da participação, de parte desse, em uma insurreição social denota, sem dúvida alguma, a prevalência, nas estratégias comunistas, de princípios dinâmicos apreendidos nas jornadas revolucionárias de 1917, na Rússia. Não que os comunistas quisessem, sem observar peculiaridades históricas, repro-

---

27 Ver para efeito de esclarecimento sobre o debate europeu do referido tema: René Berthier. *Anarquistas e Sindicalistas Revolucionários na França, depois da Revolução Russa*. In: Angela Roberti Martins, Érica Sarmiento e Lená Medeiros de Menezes. (org.). *Revolução Russa: outros autores, cenários, abordagens e perspectivas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

28 Edgard Carone. *Movimento Operário no Brasil, op. cit.*, p. 489.

29 *Ibidem*, p. 489.

30 *Ibidem*, p. 490.

duzir mecanicamente as ações dos grupos revolucionários no leste da Europa, mas, estava bem clara, nas linhas do manifesto, a permanência das imagens que fundaram o primeiro Estado Socialista da história.

Como retórica revolucionária, as referências com respeito a uma experiência recente e bem-sucedida não foram abandonadas. No discurso dos panfletos comunistas, não foram raros também os momentos em que a dialética, tão cara aos mesmos, foi convenientemente empurrada para o fundo da cena em favor da livre associação das imagens de uma revolução real a socorrer outra em andamento. Imagem transformada em esteio e exaustivamente utilizada nas soluções apresentadas pela IIIª Internacional para a América do Sul.

A linha revolucionária dentro dessa visão, como o fio de Ariadne<sup>31</sup>, tornava supostamente a caminhada pelos tortuosos corredores da ruptura social mais segura. Podia-se assim, com o “azimute” fornecido pelo *Komintern*, medir a que ponto os grupos afiliados distavam do objetivo estabelecido pelo comunismo internacional. Se as prescrições da experiência comunista não preveniam de todos os caminhos equivocados, ao menos garantiam o retorno, possibilitando novas escolhas, diante das encruzilhadas criadas pela própria especificidade do momento histórico.

Todas essas questões, que se expressam no grau de alinhamento do PC brasileiro com os ditames estabelecidos em Moscou, levaram ao aprofundamento ainda maior das divergências entre anarquistas e comunistas. No campo eleitoral tal dissenso é ainda mais nítido, principalmente com a apresentação de chapas ideologicamente híbridas, nas quais políticos tipicamente burgueses concorriam aos pleitos com o apoio nada discreto dos comunistas. O deputado Azevedo Lima, por exemplo, presta-se muito bem como referência. À formação política inicial um tanto eclética, uma vez que fora leitor de Proudhon<sup>32</sup> nos primeiros tempos de engajamento<sup>33</sup>, segue-se a aproximações e distan-

---

31 Referência mitológica à alegoria de Ariadne e o labirinto de Creta. O fio que garantia o retorno do interior do labirinto pode ser entendido como “logos”, a razão.

32 Vale referir que Azevedo Lima, ao que tudo indica, não abandonou totalmente as referências desse período. No seu livro de memórias ele traduz um trecho inteiro da obra de Proudhon, *De la justice dans la Révolution et dans l'Église*, referida por ele na seguinte tradução “Justiça na Revolução e na Igreja”. Azevedo Lima. *Reminiscências de um carcomido*. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958, p. 172.

33 *Ibidem*, p. 43.

ciamentos dos blocos políticos tradicionais. Solidário a Bernardes no episódio das “cartas falsas” publicadas pelo *Correio da Manhã*, é possível encontrá-lo, logo em seguida, protestando contra as perseguições ao senador Irineu Machado, protagonizadas estas pelo próprio Bernardes.

No 5 de julho de 1924, Azevedo Lima seria uma das poucas vozes dissonantes dentro da Câmara dos Deputados defendendo o levante de Isidoro Dias Lopes<sup>34</sup>, o que lhe valeria retaliações por parte do Executivo. No mesmo ano foi igualmente o responsável pela elaboração de uma proposta segundo a qual o Brasil passava a reconhecer oficialmente a existência da URSS<sup>35</sup>, iniciativa que, segundo seu autor, “morreu nos armários do Arquivo”<sup>36</sup> da Câmara. No ano seguinte foi ainda ele que denunciou os limites dos esforços do embaixador da OIT, Albert Thomas, no que dizia respeito à elaboração de uma primeira legislação laboral no Brasil. No caso do seu comprometimento com o Bloco Operário<sup>37</sup>, ele escreveria em suas memórias que:

Mas o Bloco Operário e Camponês iria, pela primeira vez, no Brasil, fazer prova de que a exasperação do operariado carioca, bem dirigida pela tenacidade de combatentes de vanguarda, poderia converter-se em fator de redenção política do proletariado, infundindo-lhe a consciência de classe, picando-lhe a amarra da sujeição ao predomínio da exploração eleitoral, levando-o à categoria de força decisiva, pelo menos ponderável, nos pleitos em que se envolvesse. Para a consecução desse objetivo ofereci-lhe minha contribuição pessoal. Quer na imprensa, quer nos sindicatos, quer na Câmara, emprestei amiúde a minha palavra à causa do reerguimento e independência dos trabalhadores organizados, que aspiravam a utilizar-se das instituições democráticas para pôr em cheque (sic) a burguesia dominante<sup>38</sup>.

34 *Ibidem*, p. 88.

35 *Ibidem*, p. 107.

36 *Ibidem*, p. 111.

37 O Bloco Operário foi criado pelos comunistas em janeiro de 1927, no ano seguinte, passaria a se chamar Bloco Operário e Camponês.

38 Azevedo Lima, *op. cit.*, p. 171.

Azevedo Lima cita ainda os préstimos do professor Castro Rebêlo que teria se destacado no “devotamento e cultura marxista” no sentido de servir “às reivindicações das massas laboriosas”<sup>39</sup>. Rebêlo era professor de Direito e bastante respeitado pela sua erudição e capacidade intelectual. Em uma das muitas tentativas de se criar o “Socorro Vermelho” na esfera sindical ele teria sido escolhido para “presidir o novo órgão”<sup>40</sup>. No mais, com eles estariam sempre os fundadores do Bloco pugnando contra “o predomínio da oligarquia plutocrática e a degenerescência do eleitoralismo republicano”<sup>41</sup>.

Por tudo isso, a via política (partidária), o reforço às leis de assistência aos trabalhadores, as alianças táticas com os partidos pequeno-burgueses ou setores mais radicalizados do Exército acabaram por incompatibilizar, em escala progressiva, a convivência de ambas as correntes revolucionárias. Os comunistas que, a partir de 1927, pregam mais insistentemente a frente única proletária, encaravam os anarquistas como uma incômoda permanência presente nas alternativas e proposições políticas de mudança.

O combate iminente entre os sindicalistas anarquistas e os sindicalistas vermelhos havia que se dar justamente em sincronia com os arranjos levados a efeito pelas oligarquias dissidentes e os militares insurretos, panorama que, a nosso ver, favoreceu uma das partes contendoras do bloco sindical. Os comunistas foram amplamente favorecidos, como veremos.

Para os anarquistas, a frente única feria princípios básicos, já defendidos no “Primeiro Congresso Operário” de 1906, de autonomia sindical pela pluralidade, acusados por isso de sectários. Questão que, nos primeiros tempos, havia sido tratada de forma diplomática pelos comunistas.

Vejamos o que dizia um boletim da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, em 15 de novembro de 1926:

Está claro que a frente única não implica a renúncia a princípios de ordem doutrinária. Não chega a ser um acordo político, uma pacificação, sequer um armistício entre os que sustentam opiniões diferentes (...). Quando se fala em frente única, é no terreno neutro, da luta econômica<sup>42</sup>.

---

39 *Ibidem*.

40 Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 48.

41 Azevedo Lima, *op. cit.*, p. 171.

42 *O Trabalhador Gráfico. Apud Munakata, op. cit.*, p. 43.



De tendência comunista, o boletim misturava aspectos divergentes entre os dois grupos revolucionários.

Para Kazumi Munakata, a proposta comunista, na qual a Confederação Geral do Trabalho (CGT) seria o vértice de uma estrutura piramidal, defendia a organização de federações por território e categorias:

Cada federação, por sua vez, agruparia – em bases territoriais e por categoria – todos os sindicatos correspondentes. O que caracteriza tal estrutura de organização sindical é a sua *centralização*, totalmente distinta do modelo descentralizado dos anarquistas, em que cada entidade filiada mantém a sua completa autonomia. Para os anarquistas, o princípio da autoridade é inegociável<sup>43</sup>.

Por tudo, não restava aos comunistas escolha no que se referia ao confronto com os anarquistas:

Apesar de as massas operárias desorganizadas e de difícil mobilização serem majoritárias e se encontrarem sob influência da política assistencialista do Estado, intermediada pelo sindicalismo “amarelo”, que conseguia assim significativa margem de consenso, o PCB optou por voltar suas energias para o combate às direções anarco-sindicalistas, pois aí se decidiu a posição da vanguarda operária<sup>44</sup>.

Através do órgão oficioso do partido, *A Nação*, no Rio de Janeiro<sup>45</sup>, os ataques aos métodos libertários intensificaram-se em proporção direta aos espaços ocupados pelos comunistas<sup>46</sup>. Os anarquistas, acoimados de todos os pejorativos, comprovados, segundo os seus detratores, na observação empírica de seus métodos, estariam ocupando o lugar indevido na condução dos sindicatos.

---

43 Kazumi Munakata, *op. cit.*, p. 43.

44 Marco Del Roio. *A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política do PCB:1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, p. 32.

45 *Ibidem*, p. 33.

46 Além das diretrizes do Komintern, os comunistas enfrentavam uma luta específica para levar à frente seu modelo de revolução. Situação que os colocava em contato com segmentos de diversas perspectivas sociais.

A opção, por convergir com determinados setores liberais em críticas pontuais e alianças provisórias, ligava-se claramente ao caminho que trillhou o PCB na defesa dos direitos constitucionais e de participação ativa no processo eleitoral formal. Embora os anarquistas, em determinados momentos, como em 1927, houvessem aderido à frente de protestos contra a Lei Aníbal de Toledo<sup>47</sup>, jamais, como o fizeram os comunistas, aceitaram os “acordos estratégicos” com os setores democráticos das classes burguesas.

Movimentos como o “Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais” (NDDC) de 1927, majoritariamente liberal, encontraram nos comunistas, como instância representativa dos operários, apoio bastante significativo. A essa estratégia acrescia-se a participação em concorridos comícios por causas democráticas ou de comprovada validade moral (pró-Sacco e Vanzetti), manifestações locais e convocações públicas com o fito claramente aglutinador<sup>48</sup>.

A conquista da preponderância na organização econômica pela classe operária, graças ao seu epigonismo partidário, seria, segundo os militantes comunistas, a consequência desejada no processo em que a revolução “democrático-burguesa” era um artifício e ao mesmo tempo etapa necessária para ganhos qualitativos. Segundo Otávio Brandão<sup>49</sup>: “(...) o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrático-pequeno-burguesa em revolução proletária”<sup>50</sup>.

No seu livro, *Agrarismo e Industrialismo*, de 1924, Otávio Brandão justificou muitos dos seus pontos de vista sobre o caminho a ser tomado pelo partido. A obra, inspirada nos princípios das teses de Lenin, Marx e Engels<sup>51</sup> representou, para o IIº Congresso do PCB, referência fundamental. Nela, Brandão lançou as bases de um tipo de interpretação

---

47 Marco Del Roio, *op. cit.*, p. 36.

48 Sobre as manifestações pró-Sacco e Vanzetti ver o capítulo 6 do livro: Domingos Meirelles. *1930: os órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 101.

49 Para o entendimento da relação de Brandão com a companheira Laura e aspectos relevantes da trajetória de ambos, ver o livro: Maria Elena Bernardes. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: UNICAMP, 2007.

50 Domingos Meirelles. *1930: os órfãos da Revolução*, *op. cit.*, p. 41.

51 Paulo Sérgio Pinheiro e Michael. M. Hall. *Classe Operária no Brasil. 1889-1930* – vol. I. São Paulo; Alfa Omega, 1979, p. 270.

que permaneceria vigorosa até os anos 50, na qual o Brasil era concebido como país feudal, carente de organização da burguesia nacional e desprovido de elementos empreendedores no setor secundário da economia.

A aliança com a pequena burguesia tornava-se não só necessária, mais que tudo, inevitável. Eram assim descritos alguns dos motivos no referido livro:

A política é fatalmente agrária, política de fazendeiros do café, instalados no Catete. Existe uma posição burguesa desorganizada, caótica. Dois únicos partidos organizados – o Comunista, ainda fraco, pobre, fundado há pouco mais de dois anos, e o Partido Republicano, dos grandes fazendeiros de café, partido forte, rico, partido do governo – quer dizer, os dois extremos, a extrema esquerda e a extrema direita. Uma burguesia industrial e comercial politicamente nula, desorganizada<sup>52</sup>.

Assim, o atraso político, sob esse prisma, poderia ser claramente o reflexo da estrutura agrária prevalecente, embora o proletariado tivesse conseguido “o seu partido desde 1922”<sup>53</sup>.

Com um discurso marcadamente militante, Octávio Brandão envereda pela senda do didatismo mecânico, ao admitir que:

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é a denominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador da enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeceira e a servidão nos alicerces. Idade Média<sup>54</sup>.

52 Fritz Mayer. [Octavio Brandão] *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926. Apud P. S. Pinheiro, M. Hall. *Classe Operária no Brasil 1889-1930 vol. I., op. cit.*, p. 272.

53 *Ibidem*.

54 *Ibidem*, p. 273.

O próprio Octávio Brandão recomendava:

Apoiemos como aliados independentes, *como classe independente*, a pequena burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burgueses quando estes resistem à reação<sup>55</sup>.

Demonstrando sua crença no processo histórico concluía que: progredia a proletarização da pequena burguesia; crescia sua experiência revolucionária; acabavam muitas de suas ilusões; desagregava-se a média burguesia; aumentava a concentração capitalista; acirrava-se a rivalidade entre a grande burguesia industrial e o fazendeiro do café; brigavam entre si os “politiqueiros” paulistas e mineiros e aumentava a importância do proletariado<sup>56</sup>.

É bem verdade que teses como essas se explicam pela conjuntura política específica de seu tempo; todavia, essa lógica não abandonaria o princípio das estratégias do partido comunista por muitas décadas.

A partir do quadro geral esboçado, é possível entender uma série de atitudes tomadas pelos comunistas no decorrer dos anos 20. A viagem, de alguns poucos dias, realizada por Astrojildo Pereira<sup>57</sup>, o principal dirigente do PCB, ao encontro de Luís Carlos Prestes na Bolívia, em dezembro de 1927, pode, entre outras coisas, ser tomada como demonstrativo.

Com estratégia semelhante, o partido persistiria em sua “tarefa pedagógica”, ensinando às classes médias através dos escritos consagrados e dos panfletos que incitavam à reflexão pela via do materialismo, a necessidade da observância do papel histórico do proletariado.

55 Há que se notar que Octávio Brandão indicou a inexistência de partidos burgueses no Brasil colocando o plano político nas mãos de oligarquias e do incipiente PCB. É bem provável que esteja se referindo ao “partido pequeno-burguês” como segmento da sociedade ou fazia parte da sua linha de raciocínio contar com o aparecimento do mesmo. Em 1928, no Rio de Janeiro, apareceram o P.D., Partido Democrático, e o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, formados por intelectuais e representantes da burguesia; estes, juntamente com o BOC, dos comunistas, fizeram então frente aos partidos tradicionais.

56 Pinheiro e Hall. *Classe Operária no Brasil 1889-1930 vol. I., op. cit.*, p. 274.

57 Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da Ilusão, op. cit.*, p. 205.

### 4.3. ANARQUISTAS PRECURSORES DO COMUNISMO

A “Revolução de Outubro” na Rússia permitiu uma gama variada de atitudes e interpretações, tanto no interior dos distintos segmentos sociais do Ocidente burguês como também no direcionamento das estratégias de classe. Para as organizações operárias, tratava-se de um importante passo para a concretização do fim do capitalismo, de resto tão apregoadado pelos diversos matizes da esquerda mundial. Aos governos, parecia-lhes uma nova forma de organização bizarra e anômala a todos os convencionais meios de constituição do Estado.

No Brasil, as classes dirigentes perceberam nessa Revolução um ingrediente a mais no já explosivo meio sindical. Tratava-se de uma onda incômoda a revolver sedimentos sociais que deveriam permanecer decantados, distantes da cena pública.

Para os anarquistas, a possibilidade de transformação radical e as esperanças há muito estimuladas e evidenciadas nos momentos de confronto com a burguesia convergiam para o Leste europeu. Os libertários não fizeram, nos anos imediatamente seguintes, grandes distinções entre os grupos revolucionários em evidência no interior do processo. As divergências com os métodos do marxismo-leninismo passaram ao largo da imagem otimista, gravada nas mensagens que chegavam ao Brasil, dos primeiros tempos.

A República dos Sovietes contemplava, em todas as latitudes sindicais, as expectativas com a organização federalista e comunista libertária. À figura de Lenin, associada à declaração de “Todo o poder aos soviets”<sup>58</sup>, somaram-se as esperanças em um projeto mais amplo de socialismo. No léxico revolucionário brasileiro, da segunda metade da década de 1910, as prédicas anarquistas harmonizavam com a ideia do comunismo revolucionário.

Como consequência dessa conjuntura, o livro de Hélio Negro e Edgard Leuenroth, *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*, de 1919, teria sido escrito, segundo os autores, com o intuito de alertar os operários

---

58 Nas Teses de abril, Vladimir Ilich Ulianov [Lenin] defendeu os soviets como base para a tomada do poder em 1917. Contrariando sua anterior visão em: Duas táticas da social-democracia na revolução democrática, na qual afirmava que os soviets pertenciam a um “passado remoto”. Maurício Tragtemberg, *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988, p. 100.

para a importância do assunto. Produzido em linguagem simples e direta, o texto registrava as principais metas da Revolução Russa, compatibilizando-as com os princípios libertários: “O regime vigente na Rússia é uma organização de defesa e reconstrução, a caminho do almejado comunismo libertário, que trará a todos a paz, o bem-estar e a liberdade”<sup>59</sup>. A necessidade da obra, executada com o tradicional didatismo militante, justificava-se também pelo objetivo de apontar os caminhos para a organização operária, em caso de semelhante oportunidade no Brasil. Além disso, o conteúdo do texto reservava para as estruturas do capitalismo e as classes dominantes as mais duras críticas, acrescidas, é claro, de menções nada elogiosas aos organismos internacionais como a Liga das Nações. Segundo os autores: “No estado de miséria em que estão os povos de quase todo o mundo, só o comunismo, como forma econômica de estreita solidariedade, pode salvar a humanidade da ruína completa”<sup>60</sup>. Podemos observar, por essa afirmação, que não havia restrições na utilização da palavra comunismo, mesmo sem o complemento libertário, realidade que não resistiria aos anos subsequentes<sup>61</sup>.

Na situação em que se encontrava a política brasileira, na transição do governo de Delfim Moreira para o do presidente Epitácio Pessoa, as tensões entre operários grevistas e a polícia não cessavam de crescer. A imagem dos soviets influenciava não só as projeções e estratégias dos sindicalistas como também os discursos mais exaltados dos militantes anarquistas. A redenção dos trabalhadores submetidos ao sistema “ínquo” do capitalismo, segundo se pensava, não tardaria a acontecer.

O otimismo embalado pela Revolução não estimulou apenas panfletos e convocações às greves insurrecionais. Foi esse espírito, alimentado pelo gosto do possível triunfo, que possibilitou a organização de uma frente com os setores populares mais radicalizados. Sob o título de partido, em março 1919, os anarquistas fundaram um núcleo que deveria estimular o diálogo entre os partidários da revolução – como vimos, eram outros os pudores em utilizar a legenda comunista. E à

---

59 Helio Negro e Edgard Leuenroth. *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*, op. cit., p. 22.

60 *Ibidem*, p. 20.

61 Após o episódio da base naval de Kronstadt, em São Petersburgo, no ano de 1921, em que foram massacrados milhares de autonomistas pelo Exército Vermelho, as relações entre bolchevistas e anarquistas, em todo o mundo, deterioraram-se bastante.

iniciativa, coube o nome de “Partido Comunista”<sup>62</sup>. Essa agremiação obedecia, no entanto, aos princípios da doutrina anarquista, condenando a ação política partidária e defendendo o federalismo dos núcleos afiliados. Era, para os libertários, o partido exaustivamente defendido pelo italiano Malatesta, ainda nos últimos anos do século anterior<sup>63</sup>.

Dessa forma, “A Primeira Conferência Comunista do Brasil” realizou-se no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho de 1919<sup>64</sup>. Muitas vezes chamada de Congresso, foi, na opinião de Leuenroth, “uma assembleia de todo o movimento anarquista do Brasil”<sup>65</sup>. O evento contou com a participação de 22 delegados, 17 brasileiros natos e 5 residentes estrangeiros no Brasil, do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo<sup>66</sup>. A José Oiticica coube alguma proeminência nos debates; entretanto, segundo os princípios libertários, rejeitou a titulação de presidente das assembleias.

As jornadas de 1919 foram tremendamente significativas, pois muito do que se discutiu em suas plenárias iria repercutir de forma decisiva nos debates do “Terceiro Congresso Operário”, que se realizou entre os dias 23 a 30 de abril, na sede da “União dos Operários em Tecidos”, na Rua do Acre, 19, sobrado, em 1920<sup>67</sup>. Na pauta do referido congresso entraram as seguintes questões: “Os Trabalhos Agrícolas”, “Ação Sindical”, “Métodos de Organização e Táticas de Luta”, “A reação contra o proletariado”, “Educação e Instrução”, “A Lei de Acidentes”, além de outras questões<sup>68</sup>. Em um dos temas debatidos, com o título “Orientação e finalidades”, nos itens 17, 18 e 19, levantaram-se as seguintes problemáticas:

---

62 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 77.

63 Errico Malatesta, um dos próceres do comunismo anarquista, nasceu em lar burguês na Itália de 1853. Após lutar, toda sua vida, contra as correntes “autoritárias” do socialismo e o capitalismo, morre, sob o regime fascista, em prisão domiciliar, no ano de 1932.

64 Cf. Hamilton Moraes Theodoro dos Santos, *op. cit.*

65 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 78.

66 *Ibidem.*

67 Edgar Rodrigues. *Alvorada Operária, op. cit.*, p. 161.

68 *Ibidem*, pp. 163-164.

– As organizações operárias em face da intromissão reacionária do elemento clerical, nos meios proletários; – A organização Operária em face dos problemas políticos do país e – A organização operária, a luta de classes e a finalidade do operariado organizado<sup>69</sup>.

Definia-se, dessa forma, grande parte das preocupações e manutenção de princípios do encontro, e ainda se discutia os recentes acontecimentos de 1919 e o avanço da revolução na Europa. Percebe-se, nesse período, a aliança com o bolchevismo ou, pelo menos, a esperança em um porvir no qual a singularidade das propostas divergentes pudesse contribuir, no interior da dinâmica revolucionária, com a experiência soviética. A palavra comunista não só aparecia no boletim do Congresso como também uma moção de congratulação à IIIª Internacional de Moscou<sup>70</sup>. Portanto, há que se considerar tal atitude, pois, nos congressos, eram dirimidas muitas dúvidas e estabelecidos tacitamente acordos, simpatias e desafetos.

Em que pese o recrudescimento ainda maior do aparato legal contra os anarquistas, além do desejo expresso por esses de discutir a unidade, a partir do “Terceiro Congresso Operário”, o ano seguinte, 1921, foi o “*topus* cronológico” da discórdia mais explícita entre comunistas e libertários. Em um primeiro momento, como debate cordial e, logo em seguida, assumindo sentido fraticida.

Astrojildo Pereira escrevia um artigo em *A Plebe*, de 4 de junho de 1921, ainda em campo anarquista, sob o título de “Nada de Precipitação”:

Vai ganhando terreno, entre nossos militantes operários, a ideia de organização, sob novos moldes, das hostes proletárias. Sentem todos, de resto por experiência própria, que os métodos até aqui adotados não satisfazem, por insuficientes e deficientes, às necessidades da luta. A organização por ofício, localista e federalista, sobre ser absolutamente incompreendida no que se refere a federalização, forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham num estreitíssimo espírito corporativista.

69 *Ibidem*, p. 163.

70 *Ibidem*, p. 167.



Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo<sup>71</sup>.

No texto, o sindicalista não só se percebe a adequação às propostas sindicais da III<sup>a</sup> Internacional como a oportunidade, ditada pelas perplexidades e questionamentos, levados a público no “Congresso Operário” do ano anterior, sobre a qual se funda o argumento do articulista. Ele aproveitava a recalcitrância de alguns anarquistas, em relação ao modelo sindicalista revolucionário, em crise no Brasil desde o fim de 1917, e atribuía a esse fato à necessidade de mudança. Em novembro de 1921, Astrojildo Pereira fundaria o “Grupo Comunista do Rio de Janeiro”, importante prelúdio para a organização do Congresso que criou o PCB em março de 1922.

Astrojildo Pereira escreveria, em 1952, que as greves e agitações de massa no período 1917/1920 tinham revelado a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção do movimento revolucionário de expressão histórica. Para ele, seria dessa forma, mesmo quando a situação objetiva do país – em sintonia com a conjuntura mundial oportunizada pela Grande Guerra de 1914 e pela vitória da revolução na Rússia – abria perspectivas favoráveis e radicais de transformação na ordem política e social. Em assim sendo, a tomada de consciência, por parte do operariado militante, da debilidade do corpo teórico do anarquismo, principalmente em meados de 1921, teria levado à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a formação do Partido Comunista<sup>72</sup>.

O fatalismo da apreciação não deixa dúvidas de seu compromisso ideológico com a causa que veio a abraçar, após alguns anos nas fileiras do anarquismo. A crítica iconoclasta, que elaborou Astrojildo Pereira, em relação aos seus antigos postulados diferiu, em grande parte, dos ataques virulentos e levianos dos outros militantes que, como ele, haviam “abjurado” as convicções libertárias. Mas é certo que partiram dele os ataques mais infamantes e corrosivos. Cuidadoso, não desqualificava os anarquistas como indivíduos, mas sim, descrevia a anatomia do desgaste inevitável do modelo. Do seu ponto de vista e de sua aná-

71 Pinheiro e Hall, vol. I., *op. cit.*, pp. 252-253.

72 Astrojildo Pereira. *Formação do PCB – 1922-1928*. Lisboa: Prelo, 1976, p. 51.

lise global da causa mundial, ele vaticinava, na sua revista “Movimento Comunista”, em 1922:

Ora, pois que fenômeno por natureza, é fundamentalmente um fenômeno internacional, não podia o Brasil escapar à crise e seus efeitos. O meio brasileiro é, porém, um meio singular. Nunca houve aqui partidos ou correntes sistemáticas propriamente socialistas. Todo o movimento proletário revolucionário no Brasil tem sofrido influência quase que exclusiva dos anarquistas. Assim, entre nós, a crise tem sido e é do anarquismo. Esta crise, latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do partido comunista composto, em quase totalidade, de elementos de formação anarquista<sup>73</sup>.

A adesão de Astrojildo Pereira ao comunismo<sup>74</sup>, ainda hoje objeto de muitas hipóteses, foi sem dúvida motivo de grande espanto para muitos anarquistas do período. Entrementes, Edgar Rodrigues, na sua vasta obra sobre o período, nos revela um fato bastante interessante. Segundo o memorialista e pesquisador, com base em entrevistas com Edgard Leuenroth, seu filho Germinal e Pedro Catalo, a chegada ao Brasil de Ramison Subiroff, delegado russo do *Komintern*, teria como efeito um contato com Edgard Leuenroth para que este organizasse a primeira célula partidária sob a inspiração exclusivamente bolchevista no país. Declinando do convite, o gráfico anarquista, segundo Rodrigues, teria sugerido, para possível substituto, o nome de Astrojildo Pereira<sup>75</sup>. Edgard Leuenroth, militante paulista de grande prestígio, morreu em 1968 como anarquista. Colaborou com Astrojildo Pereira<sup>76</sup> e o conhecia bastante bem. As conclusões de Edgar Rodrigues, nesse sentido, estão amparadas pela proximidade dos dois militantes

73 Astrojildo Pereira. Não nos assustemos com o debate. Movimento Comunista – ano I – nº 3. 1922. In: Pinheiro e Hall. Vol I., *op. cit.*, p. 257.

74 Cf. Martin Cezar Feijó. *O Revolucionário Cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.

75 Edgar Rodrigues. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 421.

76 Esta versão foi confirmada por L. Konder, com base em testemunho de Afonso Schmidt. Leandro Konder. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 128.

e pela tendência apresentada pelo futuro secretário geral do PCB, já em fins de 1920.

Em entrevista, publicada no ano de 1967, para comemoração dos 50 anos da Revolução Russa, verifica-se a confirmação das relações entre os históricos ativistas:

O nome de Astrojildo Pereira surge na conversa. Edgard Leuenroth refere-se a ele com ternura e saudade.

– Astrojildo e eu fomos como irmãos – diz. – Quando ele vinha a São Paulo, dormia no meu quarto e comia lá em casa. Senti muito a sua separação, quando ele deixou o movimento para formar o PCB<sup>77</sup>.

Percebe-se, dessa forma, que a cisão no movimento operário não se restringiu apenas a danos políticos e ideológicos.

No ano de 1920 as posições eram ainda pouco claras. Em alguns casos, até para os que, logo a seguir, ingressariam na esfera comunista. O caso do operário José Elias Peregrino da Silva nos parece exemplar de tal confusão:

Sendo informado que se propala em certos meios ser eu de opinião concorde com o bolchevismo, considerando-o como um régimen de transição necessária para implantação do comunismo, e que, portanto, estou de acordo com a fundação de um partido bolchevista nacional, prestes a constituir-se nesta cidade, para desfazer dúvidas surgidas ultimamente sobre a minha attitude em face de taes factos, apresso-me em declarar que continuo mantendo o meu critério comunista-anarchista, não ingressando no projecto do partido, cujo programma, aliás, desconheço.

As minhas opiniões acerca do bolchevismo já as tenho expandido publicamente, julgando-o apenas como um régimen mais ou menos autoritário, com pronunciadas tendências ao communismo, surgido das circunstancias creadas pela revolução russa e mantido pelas mesmas, *sem que para tal os anarchistas tivessem modificado os seus methodos de propaganda e acção revolucionária*, devendo o bolchevismo ser a

---

77 Edgard Leuenroth. Depoimento. In: *Revista Civilização Brasileira* – caderno especial 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 332.

consequência do inevitável entrechoque das várias correntes de opinião político-social, do embate das forças político-econômicas na arena do antagonismo doloroso dos seus interesses imediatos, e cuja acção será mais ou menos favorável à implantação progressiva do comunismo-anarchico (não me atrevo a dizer mais ou menos hostil) segundo a *maior ou menor* actuação dos libertários no ambiente social; isto é, se tornará menos autoritário, menos centralizador, menos burocrata, consoante o anarchisamento progressivo das populações, o qual será mais do que tudo obra dos anarchistas, e das próprias condições de vida mesmo, que se forem creando sob o influxo dos ideaes anarchistas. Quanto ao opportunismo intervencionista parlamentar, muito abeirado da collaboração de classes, eu o considero para os anarchistas uma emergência propícia para arrefecimento do seu ardor libertário, e um perigoso estágio para os mesmos, que de concessão e concessão, de transigência em transigência, para muitas vezes manter a força, o prestígio e a possibilidade de existência do partido, se afastam sensivelmente dos seus princípios anarchicos, pautando então as suas attitudes segundo as novas conveniências partidárias.

Aos que não se consideram anarchistas, nada tenho a objectar à sua adesão ao partido em formação que talvez lhe sirva de campo de experiência para um possível avanço na pugna político-social, porém aos camaradas que em seu íntimo não renunciaram às suas convicções anarchistas, eu lamento profundamente, que adherindo eles ao partido em formação, tarde tenham de conhecer o erro em que incorrerem por involuntária obliteração de seu critério libertário.

Por ora é o que eu tenho a dizer<sup>78</sup>.

José Elias figuraria, pouco tempo depois, nos quadros do Partido Comunista do Brasil. E não apenas isso. Ele estava entre os nove militantes que fundaram o partido, em março de 1922.

As dificuldades do avanço do sindicalismo revolucionário nos meios operários, no final dos anos de 1920, não podem ser entendidas em separado do advento do “bolchevismo”. O que, para os comunistas, era uma

---

78 BN. *Voz do Povo*, 23/10/1920.

clara consequência das contradições inerentes ao anarquismo, para os libertários, muito ao contrário, o fenômeno tinha relação com a traição dos “bolchevistas”. Uma traição que, em um mesmo bloco, somava-se à repressão policial e medidas governamentais para domesticar o proletariado.

Os anarquistas haviam se preparado, por todas as primeiras décadas do século XX, para resistir aos confrontos com a polícia. Perceberam muito cedo a ambígua e sinuosa proposta cooperativista. Mas, sob o forte apelo da conjuntura revolucionária, tardaram a identificar as possíveis consequências do apoio dado ao “bolchevismo”<sup>79</sup>, nos primeiros anos da Revolução Russa.

O entusiasmo revolucionário obliterou boa parte da apreciação crítica a respeito dos parceiros na histórica virada do socialismo. Uma perplexidade troiana, se quisermos buscar parâmetros clássicos, teria tomado os anarquistas diante da fissura produzida no interior do movimento pelas novas ideias “bolchevistas”. Afinal, como aqui referido, no caso brasileiro, o que teria se repetido em outras partes do Ocidente, os quadros organizativos do PC foram justamente recrutados no interior das organizações anarquistas ou nos sindicatos influenciados por estes.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, refundada após a IIIª Internacional Comunista, tentando preencher algumas lacunas importantes da organização internacional, mantinha-se fiel aos princípios federalistas e descentralizados que, aos olhos de alguns militantes, careciam das diretrizes mais estreitamente comprometidas com a disciplina partidária. A Internacional Anarquista, na ótica comunista, não servia de ferramenta para acessar o campo revolucionário. Em assim sendo, foi muitas vezes, preterida pelos entusiastas das formas mais centralizadas de mudança social. Tudo mais parecia retórica esvaziada de sentido.

À formulação centralista dos bolchevistas coube todo o mérito da vitoriosa mudança histórica. E, contra essa imagem, nem as “argumentações mais lúcidas” e os discursos de princípios lograram efetivos resultados. Em 1920, um opúsculo de José T. Lorenzo procurava orientar os tortuosos caminhos da revolução:

---

79 O bolchevismo, como uma leitura singular do marxismo, certamente, ao menos aos mais informados do meio libertário, deveria suscitar as incompatibilidades entre as propostas de ruptura social defendidas por Marx e Bakunin no interior da Iª Internacional. Esse debate, como se não bastassem as hostilidades recíprocas entre os referidos teóricos, terminou por excluir o anarquista Bakunin dos fóruns da entidade, em 1872.

O maximalismo está na moda. A burguesia teme-o. O proletariado aceita-o com entusiasmo.

A maior propaganda maximalista, como sempre, fazem-na aqueles que perseguem e ofendem os maximalistas.

O temor da burguesia dimana principalmente de que o maximalismo não vai, como o anarquismo, até à anulação de toda a autoridade, mas sim à conquista do governo.

A ditadura do proletariado assusta a burguesia exploradora. O temor da burguesia e o entusiasmo dos operários, não podem, contudo, afastar-nos da realidade e da verdade.

Maximalismo, não é anarquismo, não é liberdade; é sobretudo, socialismo integral.

Mas a falar a verdade, a maioria dos operários e dos burgueses, não sabe claramente o que é maximalismo; do mesmo modo, não sabe o que é anarquia<sup>80</sup>.

José T. Lorenzo insistia não apenas em esclarecer conceitos, mas igualmente em definir os limites entre as propostas. O autor, uma das poucas vozes dissonantes naquele ano, procurava em bom termo dissecar os princípios das duas vias em questão.

Sabe-se, ainda hoje, da dificuldade de interpretar, como o fez o autor do opúsculo, com o mínimo de ponderação, ideias tão afetadas pelo otimismo de uma época. E, talvez, o grande contraponto a esse texto seja o libelo otimista, *O que é Maximismo ou Bolchevismo*, escrito um ano antes com o firme propósito de unificar as referidas doutrinas, ou pelo menos imprimir-lhes o mesmo sentido. E foi, ironicamente, sob o “sopro original” da propaganda anarquista, que as notícias das jornadas de outubro de 1917 se espalharam pelo Brasil.

Assim pensando, sobre a crise do modelo sindicalista revolucionário e da perda de visibilidade do anarquismo e suas prováveis causas, constata Sheldon Leslie Maran:

O declínio do sindicalismo revolucionário talvez tenha ocorrido não em função de uma irrelevância, mas em fun-

---

80 EPQ. José T. Lorenzo. *Maximalismo e anarquismo*. Rio de Janeiro: 1920.

ção do surgimento do marxismo e seu bem-sucedido modelo revolucionário. Depois da Revolução de outubro, os organizadores marxistas já podiam receber amparo psicológico e material de uma nação revolucionária. Os anarquistas não tiveram esse privilégio<sup>81</sup>.

A força da imagem e a possibilidade de contar com recursos de uma “pátria proletária” legou aos comunistas força retórica e sentido prático de suas estratégias nunca antes experimentados na história por qualquer grupamento revolucionário.

#### 4.4. A IMPRENSA E OS MATIZES DO RADICALISMO OPERÁRIO

Os primeiros meses do ano de 1922 marcaram, na imprensa operária e anarquista, um período de intenso debate, no que tange à formação do bloco comunista. Fenômeno tornado mais intenso e acirrado com o passar dos anos<sup>82</sup>. Em *A Plebe*, de 18 de março de 1922, os anarquistas demarcavam os limites da sua oposição:

No desenvolvimento de nossa ação, entendemos que os anarquistas devem manter, em face das demais agrupações político-sociais, uma atitude de intransigente afirmação dos princípios libertários, sem preocupação da hostilidade, podendo com as mesmas estabelecer conjunção de esforços nos momentos de atividade contra os manejos reacionários e em defesa dos direitos populares<sup>83</sup>.

Na mesma época, escrevia Octávio Brandão, ainda anarquista, em artigo intitulado “Paz entre nós, guerra aos Senhores”:

---

81 Sheldon L. Maran. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1840-1920)*Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 84.

82 Pinheiro e Hall, vol. I., *op. cit.*, p. 258.

83 *Ibidem*, p. 260.

Não observais as mentiras, as calúnias mais torpes contra os homens mais puros?

Trabalhadores, anarquistas e bolchevistas, tende juízo! Tende juízo, repito! Anarquistas deixai em paz os bolchevistas; fazei a vossa obra de guerra ao capitalismo; estudai todos os problemas da reconstrução social.

Bolchevistas, deixai em paz os anarquistas; fazei a vossa obra contra o capitalismo; preparai as forças proletárias para a Revolução Social.

Quem vos fala assim, continua na mesma posição de outrora; não aderi aos bolchevistas; não concordo com a ditadura.

Mas também não concordo com a exaltação doentia de muitos elementos das fileiras anarquistas.

Venho, contra os fanáticos de ambos os lados, lembrar a grandeza do homem livre; a independência do homem que pensa por si próprio; que não tem espírito de casta ou de seita; que se coloca mais além das lutas estreitas; que sabe ver os erros, mas sabe ver também as qualidades do adversário; que não serve a uma política; que não sacrifica a verdade a uma razão de Estado ou a um interesse de partido<sup>84</sup>.

Temos assim um panorama de “chamadas à consciência” no qual as alianças dos anos anteriores serviam aos apelos mútuos de comedimento e moderação em relação às divergências.

Não trataremos dos motivos de fina sintonia que fizeram mudar de ideia os antigos militantes libertários, posteriormente incorporados ao Partido Comunista. Nos interessam as divergências e atitudes extremadas que caracterizaram determinados ativistas, quer em favor de uma causa ou outra. Elementos que, como Octávio Brandão, tentaram como anarquistas defender a conciliação e, após a conversão, tornaram-se inimigos viscerais do antigo sistema de ideias.

---

84 *Voz do Povo*. 1/5/1922. In: Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 109.



A constituição do primeiro núcleo do PCB não deixa dúvidas sobre a matriz na qual se formaram sete dos nove de seus fundadores<sup>85</sup>. E se, por um lado, o movimento operário, sob a orientação anarquista, havia apresentado descontinuidades e crises, os comunistas, em que pese sua estruturação distinta, “herdaram” de seus pares de véspera a identificação com o germe da cisão<sup>86</sup>. Não que fosse uma característica particular dos anarquistas o comportamento cismático e as divergências autofágicas. A disputa pela visibilidade sindical com os amarelos, socialistas reformistas e setores indefinidos do meio, tingia a crítica libertária das cores mais vivas. Em um quadro comparativo, aos sindicalistas anarquistas coube o rótulo de insidiosos perturbadores da unidade sindical, além de assediadores da harmonia entre capital e trabalho. Esse fato, em alguns momentos, era acompanhado de descompassos entre os grupos do, por sua vez nada monolítico, corpo teórico do anarquismo<sup>87</sup>.

Muito do que se discutiu no interior do movimento sindical revolucionário, sobre os caminhos para a emancipação do proletariado, acabaria por ensejar algumas modulações para se alcançar a via desejada das transformações radicais. Entretanto, no plano mais alargado da militância cotidiana, essas especificidades não pareciam tão fundamentais<sup>88</sup>.

---

85 A formação original do PCB, de março de 1922, contava com Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Hermogênio Silva, João da Costa Pimenta, Luiz Perez, Joaquim Barbosa e José Elias da Silva; ex-anarquistas e Abílio Nequete e Manuel Candón, socialistas. Edgar Carone. *Uma Polêmica nos Primórdios do PCB: O Incidente Canellas e Astrojildo (1923)*. In: *Memória e História 1*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981, pp. 15-16.

86 Em 1926 houve uma luta no interior do partido, encabeçada por Joaquim Barbosa, que pôs em evidência algumas debilidades da unidade comunista. Uma nova divisão, em 1928, colocaria à prova novamente o PCB. E. Carone. *Uma Polêmica nos Primórdios do PCB: O Incidente Canellas e Astrojildo (1923)*, *op. cit.*, p. 15.

87 O grupo de afinidade “Os Emancipados”, através de seu jornal *A Revolução Social*, abriu uma seção de debates sobre análise econômica do país, no ano de 1923. Tal atitude, em função de opiniões pouco libertárias publicadas no referido jornal, valeu aos responsáveis severas críticas do corpo editorial de *A Plebe*. É bem provável que, embutidos nas críticas de *A Plebe*, estivessem os germes que diferenciavam o “puro” anarquismo, representado pelo grupo “Os Emancipados”, do sindicalismo anarquista de *A Plebe*. **BN**. *A Pátria*, 13/9/1923.

88 Os anarquistas dividiam-se, grosso modo, em: individualistas, coletivistas, comunistas-anarquistas, mutualistas e sindicalistas. Nos boletins e jornais as tendências expressavam-se de acordo com o prestígio e poder de argumentação dos respectivos representantes.

Entendemos que, diferente do que veio a acontecer no período de disputa com o PCB, os anarquistas mantiveram seus debates internos muito mais no âmbito da sua imprensa. Talvez, pela própria natureza da teoria posta em causa pelos anarquistas, ao negarem o espaço da política formal, as “disputas” apresentavam-se aos interessados como simples debates de ideias, ainda que nem sempre cordiais.

A prática anarquista do livre debate e exposição de pensamentos acabaria, por força de seus detratores, ligada à ideia de dissensão. Mesmo após o estabelecimento do PCB, a simples menção da palavra “anarquia”, ou associação de determinado militante à mesma, podia desencadear um processo de expurgo.

Entre alguns casos, o de Antônio Bernardo Canellas<sup>89</sup> nos parece significativo: indicado pela “Comissão Central Executiva” (CCE) para participar do IVº Congresso da Internacional Comunista, em 1922, por encontrar-se na França à época, retornaria do referido evento para ser expulso do partido<sup>90</sup>. Canellas havia partido do Brasil, em setembro de 1920, com o propósito de chegar a Moscou. O bloqueio promovido pelos países da Europa Ocidental ao território russo impediram-no de completar a jornada. Ficou muitos meses em Paris, paralisado pelas barreiras políticas e por uma penúria de recursos que parecia interminável. Nesse período colabora, superando certas dificuldades com o idioma, com o periódico libertário *Les Temps Nouveaux*, escrevendo artigos de opinião sobre a América do Sul<sup>91</sup>.

A relação com o jornal tornar-se-ia tão estreita que Canellas acabou por ser convidado a escrever uma breve contribuição para a edição especial em homenagem a Kropotkin, que falecera em fevereiro de 1921. Os meses que se seguiram revelam um Canellas cada vez mais identificado com o campo político bolchevique. Depois da fundação do PCB, em março de 1922, em Niterói, a situação define-se completamente. Por força de tal, ele foi escolhido para representar o novo partido no IVº Congresso da Internacional Comunista. O objetivo era, entre outros, formalizar o ingresso da célula brasileira na

---

89 Canellas, ex-anarquista, ingressou nas fileiras comunistas nos primeiros tempos da agremiação.

90 Cf. Iza Salles. *Um Cadáver ao Sol: A história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

91 *Ibidem*, p.67.

estrutura internacional recém-fundada. O evento ocorreria entre os dias 5 de novembro e 22 de dezembro<sup>92</sup>.

As atitudes de Canellas durante a sua permanência em Moscou contribuiriam decisivamente para a sua exclusão dos quadros do PCB. No Brasil, ele foi acusado pela CCE de ter feito no Congresso declarações improcedentes, colocando a direção nacional em situação delicada frente ao *Komintern*. O episódio serviu de base a outras medidas de segurança adotadas pela cúpula do partido nos anos seguintes. Os “erros” do “delegado” logo se justificariam pela sua origem:

E para resumir: igual a muitos militantes do seu tempo defende posição ideológica bastante ampla e ambígua, sem uma linha definida, onde determinados valores do evolucionismo se confundem com os do anarquismo, e estes com algumas premissas das escolas socialistas, formando todo um conjunto de ideias vagas, onde predominam lugares comum<sup>93</sup>.

Ele, que havia abandonado o anarquismo por achar necessário criar um órgão político mais centralizado, para influir mais objetivamente no movimento operário mundial, ironicamente acabava por ser excluído por uma instância exatamente da mesma natureza. E, no ano de 1923, iniciava uma campanha de denúncias contra as táticas, no seu juízo, equivocadas do PCB<sup>94</sup>.

Embora preterido e difamado pelo partido<sup>95</sup>, Canellas se manteve comunista. Não apenas isso, mas convicto de ter o bolchevismo adquirido certa notoriedade, após a revolução de 1917, com base nas expe-

92 *Ibidem*, p. 91.

93 Edgard Carone, *Polêmica nos Primórdios do PCB...*, *op. cit.*, p. 18.

94 Nos últimos anos do governo Arthur Bernardes, passaria a publicar o 5 de Julho, auxiliado por José Oiticica.

95 No retorno do IV Congresso, Canellas escreveria o seu Relatório da Delegacia à Rússia, como representante do Partido Comunista do Brasil, acompanhado de uma exposição de motivos que determinaram a minha demissão da CCE do Partido. O PCB, pouco tempo depois, iria expulsá-lo registrando os motivos para tal no texto conhecido como: O processo de um traidor. Edgard Carone. *Polêmica nos Primórdios do PCB...*, *op. cit.*, p.12.

riências assimiladas do socialismo e do anarquismo<sup>96</sup>. Pensamento que possibilitou a manutenção de relações políticas e pessoais com muitos militantes libertários, contumazes detratores dos afiliados ao *Komintern*. Na coluna trabalhista do jornal *A Pátria*, sob o auspicioso apoio de Marques da Costa, ele escreveria com alguma frequência artigos sobre a situação sindical. Não hesitando em atacar o nicho partidário comunista com pesadas acusações e insinuações de sérias consequências.

No texto intitulado: “Uma Tentativa de Domesticação”<sup>97</sup> (Anexo 11), Canelas alertava para a perigosa estratégia adotada pelos comunistas ao se aproximarem dos cooperativistas para maior penetração nos meios operários. Segundo Canelas, a “Confederação Sindicalista Cooperativista” distinguia-se há muito pelo alinhamento aos interesses dos governos, buscando sempre a proteção dos órgãos oficiais. Na figura de seu dirigente, Sarandy Raposo, a referida Confederação caracterizava-se pela parceria na “domesticação do proletariado”. De acordo com a sua análise, Sarandy Raposo demonstrava seu oportunismo ao buscar na proposta da formação da “frente única”, defendida pela IIIª Internacional, um elemento para a materialização de um acordo “tático” com os comunistas. E asseverava aos seus “camaradas” que a união com os reformistas não lhes traria as bases proletárias tão desejadas, mas, muito diversamente, a fragilização, ainda maior, das iniciativas revolucionárias, por consequência da infiltração dos cooperativistas nos espaços de ação mais radicais.

Por todo o artigo, não fica difícil constatar a preocupação de Canelas com respeito à associação dos comunistas com líderes do “colaboracionismo” sindical. Fica bastante clara a ênfase dada pelo articulista aos rumos assumidos pela política pragmática do PCB, em cumprimento da formação da frente revolucionária. Tal perspectiva pode ser confirmada pelas memórias da Heitor Ferreira Lima, então militante do PCB, no que se refere ao “entendimento” entre o partido e Sarandy Raposo. Nelas o autor recorda o depoimento de Carlos Lacerda, em 1939, no qual teria afirmado que a aproximação dos comunistas do líder cooperativista tinha como propósito a “infiltração” nas bases reformistas<sup>98</sup>.

Ao fazer um breve histórico sobre medidas oficiais relacionadas ao trabalho, a partir de 1910, Canelas explicitou algumas opiniões que

96 Carone. *Polêmica nos Primórdios do PCB...*, *op. cit.*, p. 23.

97 BN. *A Pátria*, 4/5/1924.

98 Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p. 46.

podem caracterizá-lo como pensador singular da esquerda revolucionária de sua época. Não só pela simpatia pelo presidente Hermes da Fonseca, como também pela crítica a Maurício de Lacerda e Joaquim Pimenta. E mesmo, em sua reprimenda ao PCB, evidenciava fatos fundamentais à compreensão das especificidades dos acordos efetivados pelos comunistas, seus desdobramentos e possíveis consequências.

No longo artigo de Canellas, a referência ao jornal *O Paiz* não se encontra no corpo da denúncia como mera ilustração. Nesse órgão, compartilharam as mesmas colunas os líderes reformistas, comunistas e políticos da situação: realidade largamente denunciada pelos anarquistas, através da tribuna da seção trabalhista de *A Pátria*. As relações dos comunistas com o jornal situacionista, e particularmente a participação na coluna trabalhista<sup>99</sup> dirigida por Sarandy Raposo, aumentavam as suspeitas que, para os anarquistas, eram mais que justificadas desde a publicação do segundo número do órgão oficial comunista *A Classe Operária*, impresso nas dependências de *O Paiz*<sup>100</sup>.

Canellas coloca também em dúvida a existência dos 100 mil “soldados desconhecidos” da “Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil”, alertando para os interesses de Sarandy Raposo em conhecer as organizações revolucionárias. Para ele, os comunistas franqueavam irresponsavelmente aos reformistas, em troca de filiações fictícias, detalhes de suas estruturas organizativas. O partido era tido por ele como uma espécie de inocente útil. Na narrativa de Canellas cabia a Sarandy Raposo o papel de ardiloso arrivista.

Em suas memórias Octávio Brandão chega a afirmar que na CCE, ele e Antônio Carvalho “desconfiavam de Sarandy”. Mas que Astrojildo Pereira teria sido o responsável pela manutenção da relação. Chegando este a enviar um relatório à Internacional Comunista no qual afirmava ser o líder cooperativista, um homem “honesto e desinteressado”, capaz de “empiricamente” procurar “o caminho das soluções do marxismo”<sup>101</sup>.

É conveniente recuperar parte da trajetória de Canellas, uma vez que foi sempre um combatente feroz das medidas reformistas nos meios

---

99 Tal participação é igualmente confirmada por Heitor Ferreira Lima, ele próprio um colaborador da coluna trabalhista de *O Paiz*. Heitor Ferreira Lima, *op. cit.*, p.46.

100 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930–1983), *op. cit.*, p. 798.

101 Octávio Brandão, *op. cit.*, p.254.

sindicais. Em 1919, de retorno de uma incursão sindical à Europa, em seu relatório à FTRJ, ele deu conta de um importante movimento no sentido da propagação das ideias revolucionárias nos sindicatos. O relatório registrava críticas duras à CGT francesa, antes da Grande Guerra um baluarte do sindicalismo revolucionário, mas que agonizava miseravelmente nas garras do reformismo. Segundo ele, e para tal usa as resoluções do Congresso Sindicalista de Amsterdã, para o qual se preparara e não conseguira ir, a culpa dos entraves à Revolução Social era: “de organizações sindicais de certos países”. O espírito de conciliação impedia o avanço da revolução, com consequências terríveis até para os processos mais amadurecidos e em andamento. Assim, segundo ele:

O proletariado da América tem o dever de se preparar igualmente para revolução afim de poder auxiliar os seus irmãos da Europa no momento em que estes, tendo destruído o actual estado de coisas se vejam a braços com uma situação difficil do ponto de vista alimentar.

Devemos proceder de forma a que as Américas não se tornem o refúgio da burguezia internacional e a que o abastecimento da Europa revolucionada se intensifique na medida necessária, longe de cessar, como aconteceria se o regímen burguez continuasse a dominar nas Américas após haver findado no velho mundo<sup>102</sup>.

Em assim sendo, a aproximação do líder reformista dos comunistas não se esgotava em possíveis acordos pontuais ou alianças. Mesmo em entidades sob o controle do PC, Sarandy Raposo discursava nas sessões especiais de doutrina. Os relatórios da 4ª Delegacia Auxiliar atestam a reciprocidade da relação: “Dezembro, 19 [1923] – No Centro Cosmopolita, o Sr. Sarandy Raposo, fez uma conferência sobre a organização de Cooperativas”<sup>103</sup>. A polícia, em seguidos relatórios, alude às dissensões internas do movimento operário; mesmo a aproximação entre os cooperativistas e comunistas não passou sem registro. Na verdade não era muito difícil compreender tais arranjos em formação, bastando, para isso, acompanhar as mútuas acusações impressas nas colunas trabalhistas de *A Pátria e O Paiz*.

---

102 BN. *O Imparcial*, 11/10/1919.

103 AN. IJ6 - 396.

No Rio de Janeiro, os anarquistas nos anos de 1923 e 1924 contavam quase exclusivamente com a seção trabalhista de *A Pátria*, título incomum para um jornal que abrigava uma seção dirigida pelo operário anarquista e jornalista, Marques da Costa, mas que se explicava pela oposição assumida pelo periódico ao regime de Arthur Bernardes. Antes disso, ainda na vigência da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, a FTRJ, os sindicalistas revolucionários contavam com o jornal *Voz do Povo* que, por um curto período, chegou a assumir rotina diária.

No seu livro de memória Octávio Brandão confirmaria a presença comunista em *O Paiz*:

Em 1923-1924 participei da luta vitoriosa pela conquista de repouso semanal para os trabalhadores em padarias.

Também em 1923-1924, colaborei na “Seção Operária” do jornal *O País* do Rio de Janeiro. Aí publiquei trabalhos de Lênin e de outros líderes da Internacional Comunista, a tradução da notável biografia de Marx escrita por Lafargue, artigos da revista *La Correspondance Internationale de Paris* e grande parte do livro *Rússia Proletária*<sup>104</sup>.

Brandão acrescenta que muitas notícias e análises da conjuntura mundial eram veiculadas pelo referido periódico, dentro das prédicas do *Komintern*. Segundo ele, teria escrito muitas vezes sob pseudônimo, para escapar às perseguições. O que não deixava de ser curioso, tendo em vista o jornal se filiar ao campo governista. Mas é ele que explica e reitera:

Na segunda metade de 1923, Sarandy procurou o PCB para um entendimento. Queria entregar-lhe todas as suas forças. Pretendia “proletarizar” a Confederação. Lançava frases de “esquerda”. Comparava a Confederação a uma virgem (!) que buscavam o homem forte – o partido.

Sarandy pôs à disposição do PCB, com plena liberdade, grande parte da “Seção Operária” do jornal *O Paiz*. Aproveitamos bastante. Traduzi para ele fragmentos de Lênin, documentos da Internacional Comunista e artigos da revista *La Correspondance Internationale* de Paris. Tudo isso foi

---

104 Octavio Brandão, *op. cit.*, p. 240.

publicado no órgão ocioso, sem censura, sobre estado de sítio, num ambiente de perseguições policiais<sup>105</sup>.

Como referido, a proximidade dos comunistas com a redação de *O Paiz* suscitou em muitos libertários a desconfiança e a crença de um eventual acordo entre aqueles e o governo, para o combate ao sindicalismo revolucionário. Mas nem todos estavam convictos desse fato. Alguns, como José Oiticica, ao menos até 1923, tentaram investir em uma “necessária” política de vizinhança ética com os comunistas. Em assim sendo, escrevia ele:

Dirijo-me aos camaradas do partido comunista do Brasil, os ex-camaradas anarquistas hoje filiados ao bolchevismo russo. Ao contrário dos vários atuais anarquistas, considero ainda “camaradas”, no sentido revolucionário da palavra, a esses transviados do anarquismo. Continuo amigo de todos eles e reconheço a sinceridade das suas opiniões. Ninguém mais do que eu reprova os ataques muitas vezes ofensivos, as disputas pessoais, sempre azedas, entre anarquistas e bolchevistas, como se tais acrimônias lograssem alguma coisa útil à revolução. Penso que devemos discutir acaloradamente as ideias e os métodos sem jamais descer às invectivas e muito menos às suspeitas mútuas, sempre desorganizadoras e dispersivas. Toda vez que ouço dois revolucionários, dois inimigos do capitalismo, se digladiarem e injuriarem, ouço longe a gargalhada burguesa. As desavenças proletárias são o sustentáculo capitalista mais seguro. Principalmente se tais dissensões separam “militantes”, isto é, a vanguarda revolucionária<sup>106</sup>.

Oiticica, em todo o texto, reafirma a necessidade da convivência pacífica, incluindo em sua análise uma autocrítica à falta de coesão dos anarquistas no âmbito internacional, pois conforme explica: “(...)

105 Brandão argumenta que era muito vantajosa e preciosa a participação dos comunistas no jornal *O Paiz*, uma vez que: “Os operários, orientados pelo PCB, compravam *O Paiz*. Liam diretamente os artigos revolucionários. Desprezavam os artigos reformistas de Sarandy e os artigos reacionários da redação. Assim, muitos operários desenvolveram-se ideologicamente”. Octavio Brandão, *op. cit.*, p. 254.

106 **BN.** *A Pátria*, 6/10/1923.



os próprios anarquistas admitem a sua realidade de tal fraqueza, embora apontem as causas determinantes dela e as procurem corrigir”<sup>107</sup>. E concluía, após ressaltar os vários pontos de convergência das duas doutrinas: “Se os bolchevistas estão de boa fé, segundo creio, se são visceralmente revolucionários, não têm melhores aliados que os anarquistas”<sup>108</sup>. Com esta observação, Oiticica colocava a aliança com os anarquistas em uma relação direta com a revolução.

Talvez entre os grupos libertários, que muito cedo repudiaram as possíveis infiltrações “bolchevistas”, não haja discurso mais enfático e determinado que o dos membros da “União dos Operários em Construção Civil” (UOCC). Em um longo manifesto de 16 de março de 1922, publicado em *A Pátria*, com o título “Refutando as Afirmações Mentirosas do Grupo Comunista”, os filiados ao referido sindicato subscreviam um texto aprovado em assembleia.

O problema havia se iniciado após o “Grupo Comunista” ter oferecido auxílio na tentativa de libertação de um militante da UOCC, atitude interpretada, pelos membros desta organização, como ingerência partidária em questões sindicais. A confusão que se segue, além da acusação formal dos comunistas de que a recusa de seus préstimos devia-se a um “grupelho”, representa uma peça típica das primeiras escaramuças entre os sindicalistas revolucionários e os aspirantes à III<sup>a</sup> Internacional.

A UOCC, em seu manifesto publicado em *A Pátria*, dava largas ao pensamento dos membros da construção civil buscando compatibilizá-lo com as premissas do federalismo e o histórico alinhamento com o anarquismo<sup>109</sup> (Anexo 12).

No manifesto, encontram-se muitos dos ingredientes que seriam recorrentes nas polêmicas e divergências entre uma e outra doutrina. Em quase todo o documento, o eixo argumentativo gira em torno da conversão dos ex-anarquistas que, naquele momento, estariam desprezando as convicções dos anos anteriores.

Os militantes da UOCC foram, por toda a década de 1920, os oponentes mais ferrenhos e intransigentes da doutrina bolchevista. Encarnaram a consciência crítica e punitiva dos “desviantes”.

---

107 **BN.** *A Pátria*, 6/10/1923.

108 **BN.** *A Pátria*, 6/10/1923.

109 **BN.** *A Pátria*, 16/3/1922.

Ao ser refundada, em pleno ano emblemático de 1917, a UOCC mantinha-se fiel aos preceitos do sindicalismo revolucionário. A União, desde 1921, era considerada a “cidadela do anarquismo”<sup>110</sup>, tendo sido em várias oportunidades devassada e os seus militantes punidos severamente pela polícia.

A Construção Civil erigia, dessa forma, uma legenda que seria ampliada nos anos seguintes, nos quais a União não esteve sequer um único semestre livre das medidas discricionárias do poder de polícia. Em 1923, como acontecera nos períodos anteriores, a convocação para uma assembleia na Rua Buenos Aires, nº 265, sede da “União dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Cafés e Similares”, dava conta de mais um fechamento da UOCC, que tinha suas dependências à Rua Barão de São Félix, 119<sup>111</sup>.

Já a essa altura, os apelos ao retorno de velhos militantes, afastados do labor sindical, ocupavam largos espaços nas colunas firmadas pela UOCC<sup>112</sup>.

As investidas dos delegados auxiliares e os constantes encerramentos de suas portas terminavam por afastar um grande número de ativistas conforme registra *A Pátria*:

Ainda há pouco, sob o pretexto de que na sede da Construção Civil se reuniam grupos de anarquistas e que esses grupos tramavam contra as instituições um golpe de força, com objetivo de derrubar o governo, e instaurar nesta capital o regime dos “soviets” (que irrisão!), foi assaltada essa sede por numerosa força policial sob as ordens do Dr. Dilermando Cruz, 3º delegado auxiliar, e presos cerca de 20 operários, cuja atitude de respeito à autoridade nada lhes valeu ante a ferocidade dos agentes, que espancaram sem dó nem piedade José Adão e Antenor Faria<sup>113</sup>.

Nesse episódio, ocorrido em 13 de abril de 1923, os informes dos sindicalistas primavam não só pela divulgação do fato em si, como ain-

---

110 Em Domingos Passos, algumas vezes seu secretário, ela encontraria um verdadeiro tribuno – condição que lhe valeu muitas vezes os piores juízos da parte dos comunistas. A história de Passos confunde-se com a trajetória do seu sindicato.

111 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 120.

112 **BN**. *A Pátria*, 17/4/1923.

113 **BN**. *A Pátria*, 4/4/1923.

da, pela tentativa de tornar clara a arbitrariedade das agressões policiais. Atitudes truculentas que evidenciavam, segundo o órgão operário, o caráter persecutório dos assaltos e prisões. Ao referir-se aos acontecimentos, em matéria publicada em *A Pátria*, um operário, que sofrera os rigores do regime, oculto pelo anonimato, experimentava mais uma vez os limites das liberdades ao ter seu texto censurado. Muitas linhas foram borradas no claro intuito de limitar o juízo que os sindicalistas faziam daqueles dias de confronto<sup>114</sup>.

No dia 19 daquele mês, as chaves do sindicato eram devolvidas aos operários da Construção Civil por ordem do ministro da Justiça, e nova assembleia ficava então marcada para data próxima. Entretanto, alguns operários continuavam detidos na Central de Polícia<sup>115</sup>.

Um artigo de julho de 1923, subscrito por dois operários do sul do país e comentado pelo jornalista Marques da Costa, dava uma pequena demonstração de como os militantes da UOCC entendiam o papel histórico desempenhado pelo sindicato. Em tom triunfalista e de exortação ao passado recente de glórias, nos anos de 1917, 1919 e 1921, nos quais a União destacara-se na liderança de greves e movimentos de rua, não faltariam referências aos desafetos comunistas. Segundo o artigo, foram os operários “conscientes” da Construção Civil os primeiros a denunciar os “corvos, ainda cobertos de brancas plumas,” que já demonstravam o seu potencial degenerativo à frente de organizações sindicais. Ainda segundo o texto, teriam sido os “velhos militantes do sindicalismo revolucionário” os pioneiros na crítica mais contundente aos “fascio-comunistas”<sup>116</sup> (Anexo 13).

Fica patente que, a partir de julho do referido ano, os reclamos em relação à infiltração do “neo-sindicalismo”, na tentativa de dividir a UOCC, principalmente utilizando os trabalhadores pintores, assumiam espaços cada vez mais amplos. Como antídoto ao fenômeno “divisionista”, os militantes recomendavam observância dos princípios do “sindicalismo revolucionário”<sup>117</sup>.

Sobre tal fenômeno, Octávio Brandão diria mais tarde que desde 1924 o PCB vinha envidando esforços no sentido de conseguir adeptos

---

114 **BN.** *A Pátria*, 14/4/1923.

115 **BN.** *A Pátria*, 19/4/1923.

116 **BN.** *A Pátria*, 20/4/1923.

117 **BN.** *A Pátria*, 8/7/1923.

nos sindicatos. Destaca o empenho dos militantes Berezin, metalúrgico judeu, e do tintureiro, Olivier Quintino. No Centro Cosmopolita, nos sindicatos dos alfaiates, padeiros, pedreiros, sapateiros e construção civil, ainda segundo ele, teriam alavancado iniciativas de valor material e político de enorme significado<sup>118</sup>. Todavia, Brandão não deixa de reconhecer que:

Tudo isso tinha enorme significação política e era conseguido com grande esforço. Os sindicatos constituíam uma das bases da atividade do PCB. A classe operária ia desperdando.

Sindicato dos sapateiros da construção civil eram duas posições do anarquismo e anarco-sindicalismo. Neles, os comunistas cometeram erros grosseiros. Fizeram ameaças aos adversários. Praticaram atos de indisciplina. Tentaram cindi-los. Isso impediu a conquista desses dois sindicatos. A luta prolongou-se durante anos.

Os comunistas dividiram o sindicato dos sapateiros, violando a decisão da Comissão Central Executivo do PCB. O velho sindicato anarquista vegetou miseravelmente. O novo sindicato, dirigido pelos comunistas, levou uma vida difícil sob os golpes do estado de sítio. Depois, aproveitou o período de relativa legalidade em 1927-1928 e desenvolveu-se. Mas ficou debilitado com a reação de 1929<sup>119</sup>.

E ainda, para justificar a ação renitente do PCB e mitigar os “excessos”:

O sindicato da construção civil, dirigido pelos anarquistas, também vegetou. Os comunistas organizaram novo sindicato que progrediu em 1928-1929 e caiu sob os golpes da reação depois de junho de 1929.

Em 1923, agravou-se a luta entre o PCB e os anarquistas e anarco-sindicalistas. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro era débil. Os anarquistas e anarco-sindicalistas cindiram-na. Criaram a Federação Operária, com os

---

118 Octávio Brandão, *op. cit.*, p. 250.

119 *Ibidem*.

sindicados da construção civil, sapateiros e dissidentes do Centro Cosmopolita, num total de 1.500 membros. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro ficou com os sindicatos dos padeiros, alfaiates, carpinteiros canteiros e marmoristas, e um total de 3.500 membros. O PCB tratou de reforçá-la. Esse fato provou que o como o anarquismo era cisionista e contribuiu para desmascará-lo<sup>120</sup>.

Nas suas reminiscências, Brandão não deixa de reforçar os pontos de doutrina amplamente reiterados pelos comunistas nas décadas seguintes aos anos de 1920.

O “confusionismo” e a denúncia de “comitês revolucionários anônimos” foram, durante todo os primeiros meses do segundo semestre de 1923, a tônica das orientações e solicitações de cautela por parte da UOCC<sup>121</sup>. Ao empreender o combate aos elementos desestabilizadores e concomitantemente desenvolver uma política salarial com os embasamentos “científicos” necessários, a Construção Civil envidou esforços em demonstrar sua eficiência, tanto no reforço da luta econômica quanto no caráter estatístico de suas legítimas reivindicações. Elaborou, para tanto, um extenso artigo analítico<sup>122</sup> sobre a carestia e os padrões salariais de vários segmentos sob sua representação.

Em um período que ia de 1913 a 1923, a UOCC demonstrava a justeza matemática das necessidades dos seus filiados. Produzido com as terminologias bem ao gosto da sociologia da época, o longo texto procurava mostrar o quanto eram razoáveis as solicitações salariais. Sem abdicar das tradicionais palavras de ordem, o referido artigo utilizava o método “científico” para criar o *ethos* que dava às classes operárias a tranquilidade da defesa das “liberadas públicas e das conquistas humanas”<sup>123</sup>. Não era original a iniciativa de buscar, nos frios registros estatísticos, o elemento empírico para as argumentações mais candentes. No entanto, neste como nos outros casos, havia na iniciativa uma escrita subliminar que tentava diluir o caráter de intransigência, insistentemente divulgado pelas classes dominantes, em assuntos de natureza salarial.

---

120 *Ibidem*.

121 **BN**. *A Pátria*, 13/7/1923.

122 **BN**. *A Pátria*, 14/8/1923.

123 **BN**. *A Pátria*, 25/8/1923.

Demonstrativo da distribuição por tendência dos principais sindicatos do Distrito Federal:

SINDICATO / FEDERAÇÕES	DIREÇÃO	OBSERVAÇÕES
União dos Operários da Construção	Anarquista	Federada a FORJ, fundada em 4/4/17
União Geral dos Trab. em Hotéis, Restaurantes, Cafês e Similares	Anarquista	Fundadora da FORJ
Sindicato de Ofícios Vários de Mal. Hermes	Anarquista	Fechado pela polícia em 1924; foi fundador da FORJ
Associação de Carpinteiros Navais	Anarquista	Fundadora da FORJ
Centro de Operários em Pedreiras	Anarquista	Aderiu a FORJ em 1924, pertencia a FTRJ no ano anterior
União dos Operários Ferradores	Anarquista	Aderiu à FORJ em 1924
União dos Operários Tanoeiros	Anarquista	Fundadora da FORJ
Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas	Anarquista	Fundadora da FORJ
União Geral dos Metalúrgicos	Anarquista	Aderiu a FORJ em 1924
Sindicato dos Fundidores e Anexos	Anarquista	Fundado em 1920, aderiu a FORJ em 1924
Federação Operária do Rio de Janeiro	Anarquista	Fruto da Cisão da FTRJ em 1923
União dos Alfaiates	Comunista	Fundado em 1903, foi anarquista
Associação dos Funileiros, Bombeiros Hidráulicos e Classes Anexas	Comunista	-----
União dos Empregados em Padarias	Comunista	Membro da FTRJ
Associação Gráfica do Rio de Janeiro	Comunista	Fundada em 1915, Astrojildo Pereira era seu dirigente
União dos Trabalhadores em Fábricas de Vassouras	Comunista	Pouco definida no sentido de suas ações
Aliança dos Trabalhadores em Marcenarias	Comunista	Pouco definida no sentido de suas ações
Centro dos Operários Marmoristas	Comunista	Aderiu a FTRJ em 1924; principal militante: Minervino de Oliveira
Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro	Comunista	Fundada pelo anarquista Carlos Dias em 1920

Obs: Os sindicatos “amarelos” contavam em número de 25; os independentes e “combativos”, cerca de 6 e os indefinidos, ou seja, maleáveis ao sabor da conjuntura, 19. Dos 20 órgãos de tendência revolucionária, expostos na tabela acima, ocupavam os anarquistas a maioria das entidades, com a expressão de 55% do total; os comunistas alcançavam a proporção de 45%. Fonte: Jornal *A Pátria*, Seção Trabalhista, dos anos de 1923 e 1924.

#### 4.5. FEDERAÇÃO CONTRA FEDERAÇÃO

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), criada em 1920, nasceu sob a inspiração do sindicalismo revolucionário. Seu primeiro diretor, o anarquista Carlos Dias, fazia publicar no periódico *Voz do Povo*, em 6 de fevereiro de 1920, o texto completo do estatuto aprovado em assembleia geral. A FTRJ se manteve, durante os dois primeiros anos da sua formação, fiel aos princípios estatutários abrigando em seu interior número razoável anarquista.

Além da garantia de priorizar a luta econômica, item explicitado em seu artigo 1º<sup>124</sup>, definia, em seu artigo 3º, o seguinte princípio:

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem tampouco qualquer dos seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da Federação, com esse intuito.

O capítulo VII, das disposições gerais, artigo 21, propunha:

A Federação, desde que isso se torne possível, entrará em entendimento com as federações congêneres e demais sociedades de resistência do país, com o fim de reativar a reorganização da CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA<sup>125</sup>.

Os itens apontados acima não deixavam dúvida da estreita ligação entre a FTRJ e os anarquistas. Entretanto, em 1923, sob a legenda desta Federação, foram travadas as mais autofágicas disputas entre seus fundadores libertários e os comunistas. Sendo que, estes últimos, após o enfraquecimento da entidade, terminaram por hegemonizar o núcleo dirigente.

Por consequência de todas as atribuladas relações internas, um encontro foi convocado para a formação de uma nova Federação:

Opondo-se ao intento comunista, e para reorganizar o operariado no Rio de Janeiro e suas imediações, em fevereiro

---

124 **BN.** *Voz do Povo*, 6/2/1920.

125 **BN.** *Voz do Povo*, 6/2/1920.

de 1923 Florentino de Carvalho, representante do Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes, e os líderes da União dos Operários da Construção Civil, planejaram um Congresso Local<sup>126</sup>.

Do referido encontro participaram, além dos anarquistas, alguns comunistas e muitas associações e sindicatos não dirigidos pelas premissas do sindicalismo revolucionário<sup>127</sup>. A declaração de princípios dessa nova entidade em gestação não deixava dúvidas de que os adeptos do movimento libertário procuravam prevenir-se de possíveis infiltrações do “bolchevismo”. Em tom enfático e de clara preocupação com futuras manobras, a declaração excluía qualquer possibilidade de colaboração com os partidos políticos, burgueses ou proletários<sup>128</sup>.

Alguns anarquistas, como Domingos Braz, viam no texto um excessivo peso do sindicalismo revolucionário. Fator que poderia “amesquinhar” o papel do anarquismo em outros setores da vida social, econômica e moral<sup>129</sup>. Marques da Costa defendeu a declaração afirmando que essa se justificava pela necessidade de se bloquear a implantação da ditadura do proletariado e de um Estado centralizador após a destruição do capitalismo<sup>130</sup>.

Seja como for, os resultados do encontro trouxeram de volta a antiga Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), com pequenas alterações estatutárias, e definiram a permanência dos comunistas na FTRJ.

Logo, os militantes da IIIª Internacional no Brasil associaram a fundação da FORJ ao signo da cisão operária. Dessa forma, então únicos dirigentes da FTRJ, os comunistas reafirmavam a importância da unidade sindical fustigando, com petardos acusatórios, a nova Federação<sup>131</sup>.

---

126 **BN**. *Voz do Povo*, 6/2/1920.

127 Temos os exemplos das seguintes organizações: Associação dos Carpinteiros Navais, Aliança dos Metalúrgicos e outros.

128 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 172.

129 *Ibidem*, p. 173.

130 *Ibidem*.

131 A primeira FORJ originou-se de uma similar chamada Federação Operária Regional Brasileira, que já existia em 1905. Entretanto, por decisão do Primeiro Congresso Operário, a FORB transformou-se em FORJ no dia 3 de setembro de 1906. Esta última teve vida atribulada, com crises internas e constantes esvaziamentos e



Nas bases de acordo da FORJ, em seu preâmbulo, encontramos os pontos doutrinários clássicos do sindicalismo revolucionário: a condenação da ação eleitoral, o repúdio à infiltração partidária no sindicato, o estímulo à greve geral expropriadora e à revolução social. No texto, na parte que cabe ao “Pacto de Solidariedade”, não fica difícil identificar imagens e palavras de ordem muito caras aos anarquistas como: “ação direta”, “greve revolucionária” etc.. E, como antídoto para fazer frente ao desânimo e à desorganização do operariado no Rio de Janeiro, o texto sugeria algumas iniciativas “científicas”, como escolas, cursos primários e bibliotecas de “caráter sociológico”<sup>132</sup> (ANEXO 14).

Embora, segundo a redação do documento, o problema da desarticulação sindical não fosse um fenômeno particular, ele tinha que ser também analisado como tal e, assim, deveriam ser dadas soluções no âmbito regional.

Logo nos primeiros dias do mês de março, *A Pátria* já registrava algumas opiniões dissonantes e reflexivas. Em artigo assinado por C. Leitão, em 23 de fevereiro de 1923, ele investia:

Fizemos estas considerações porque diversas têm sido as vezes que ouvimos os militantes anarquistas dizer, que querem a “Revolução Social” e “ipso facto” recusam a Revolução Proletária – essa para qual os trabalhadores de todo o mundo se apresentam. Não querer a Revolução Proletária é o mesmo que dizer não organizaremos os trabalhadores sob métodos que os mantenham em constante ascendência, evitando dessa forma a eficiência da luta de classes.

É preciso que os trabalhadores em geral, e em particular, os da Comissão Organizadora não se suscetibilizem com esse sentimentalismo de ultra-humanitarismo. O capital encontra-se admiravelmente bem montado em seu “cavalo de ouro” com sua “guarda de aço”.

Para desmontar pela palavra, seria necessário uma etapa de 500 anos no mínimo, e que os anarquistas assentassem arraiais ou tenda em seu seio. Isso é utopia. Entretanto, o processo “soviético” deu resultados admiráveis na desmonta do seu “pedestal de ouro”.

---

abandono. Mas, em 1912, revitalizada, foi elemento fundamental para a realização do “Segundo Congresso Operário”, em 1913.

132 **BN.** *A Pátria*, 6/6/1923.

Ao meu ver deve a “Nova Federação”, sem cair em reformismos nem “águas frias” – deixar uma entrada pela qual as grandes classes possam ingressar sem esbarrar em teorias, que só com o tempo irão assimilando.

É depois do sindicato formado que devemos demonstrar o valor das teorias e deixar que as classes sigam a que mais lhes convier<sup>133</sup>.

Com objetivos semelhantes, no entanto, em tom mais fleumático, escrevia Isidoro Augusto:

Falemos a propósito da Federação do Centro que se pretende organizar neste momento. De há muito o critério federalista do sindicalismo vem merecendo justos reparos e já tem sido objeto de estudo nas grandes reuniões operárias e se bem que algumas das objeções feitas tenham já se concretizado, não se conseguiu, contudo, encontrar uma solução satisfatória para a questão.

Chegou-se à aceitação do sindicato único, mas ele não corresponde à necessidade geral de concentração orgânica.

O mesmo critério tem que tornar-se extensivo à organização geral, assim como o sindicato único resolve a inconsistência do federalismo profissional de indústria, a concentração geral do Trabalho local mostrará a sua superioridade sobre o critério federalista usado, e contribuirá muito para a base de definição que ainda não foi encontrada<sup>134</sup>.

Acreditamos que muitos dos depoimentos, e mesmo das críticas, passavam por um apelo sincero de preocupados militantes com a causa operária. Não obstante as boas intenções, mesmo as mais ponderadas críticas no grave momento de polarização ideológica, podiam revelar fissuras ainda maiores entre as duas tendências revolucionárias.

Assim procedendo, como tribuna livre, ao menos nesses debates, a seção trabalhista de *A Pátria* tornava-se importante fonte de apreciação e registro das opiniões da fração mais “ilustrada” do movimento ope-

133 **BN.** *A Pátria*, 1/3/1923.

134 **BN.** *A Pátria*, 22/4/1923.

rário carioca. Na referida seção eram publicadas, além das circulares da “nova Federação”, as convenções e avisos da aparentemente moribunda FTRJ<sup>135</sup>. Há que se destacar que, mesmo sob a direção do anarquista Marques da Costa, a seção trabalhista, ao menos em 1923, mantinha algum espaço reservado aos informes dos comunistas.

É bem verdade que as colunas ocupadas pelos comunistas em *A Pátria* diminuía em conformidade com o acirramento das disputas sindicais. Logo, o jornal passaria a publicar quase que exclusivamente o ponto de vista dos libertários, no que se referia às questões operárias. Os “bolchevistas”, no entanto, como já se viu, conquistavam outras tribunas como *O Paiz*, *A Nação* e o periódico específico da corrente, *A Classe Operária*. Além dos elogios às bases de acordo da FORJ<sup>136</sup>, feitos através de cartas de seus filiados, a seção trabalhista de *A Pátria* passou sistematicamente a publicar denúncias dos métodos “autoritários” dos comunistas<sup>137</sup>. Não raro, os artigos eram assinados por membros da Construção Civil e terminavam com moções de repúdio aos métodos dos oponentes:

Basta já de palanfrório, seus defensores da *subordinação sindical!* Basta de légo-légo-légo, seus disciplinistas do bolchevismo! Vocês, que têm nas mãos os livros de atas e tudo mais que possa ser preciso para responder passarão a ser tidos como forjadores das mais vergonhosas e nojentas campanhas de que já temos sido espectadores<sup>138</sup>.

A carta de Alberto Correa Gomes, de 27 de julho daquele ano, secretário da União dos Empregados em Padaria, é bastante reveladora no que se refere à opinião dos anarquistas diante dos acontecimentos. O trabalhador questionava a força, não apenas da FTRJ, como também das estratégias “politiqueiras” dos “agentes do bolchevismo”. Em tom

135 **BN.** *A Pátria*, 24/7/1923.

136 **BN.** *A Pátria*, 9/6/1923.

137 Em 4/7/1923 o jornal *A Pátria* publicava curiosa notícia denunciando o convite feito pelos comunistas ao cangaceiro Antonio Silvino, que se encontrava preso, para que chefiasse a “Guarda Vermelha”. Silvino havia sido detido em novembro de 1914, sendo levado então para a Casa de Detenção do Recife. Rômulo J. F. de Oliveira Júnior. *Antonio Silvino: “De governador dos Sertões a Governador da Detenção” 1875-1944*. Recife: Edições Bagaço, 2012, p. 159.

138 **BN.** *A Pátria*, 29/7/1923.

jocosos, o padeiro analisava a “perniciosa” ação dos comunistas, que já haviam penetrado na sua associação<sup>139</sup> (ANEXO 15).

Em 2 de agosto de 1923, Marques da Costa respondia, em longo artigo no *A Pátria*, a um “Comunicado da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro” que havia sido publicado no dia anterior, na seção trabalhista do mesmo jornal. A convocação da FTRJ fazia apelo às associações desfederadas e, como uma provocação aos anarquistas, analisava a situação em que se encontravam os sindicatos:

Infelizmente da revanche divisionista cinco associações escaparam ilesas e são essas cinco que procuram conduzir a Federação de acordo com as suas bases, esperando que todas as associações obreiras queiram comungar com elas obra de organização e unificação<sup>140</sup>.

Marques da Costa, ao argumentar com respeito à convocação, avaliava que muito do esforço feito pela FTRJ, ao buscar a unificação dos sindicatos na Federação, esbarrava na contradição revelada pela situação em que se encontrava a proclamante. Uma vez admitido, pela FTRJ, o esvaziamento das unidades sindicais filiadas, não havia força representativa ou legítima da entidade para a convocação de uma campanha de adesão<sup>141</sup> (ANEXO 16).

Ao que tudo indica, a organização da FORJ teria implicado no enfraquecimento da FTRJ e, na disputa entre as federações, podemos encontrar as explicações para a fundação daquela e da crise desta. Fato é que os primeiros trabalhos para a criação da concorrente FORJ foram iniciados sob a auspiciosa atenção da FTRJ. Por se encontrar desgastada, a Federação dos Trabalhadores teria convocado o congresso que deu ensejo à recriação da FORJ. Assim, a federação subsequente deveria possuir um caráter “tonificador” das exauridas forças sindicais. Fato que não se verificou e, muito pelo contrário, levou à cisão definitiva sob a égide de duas propostas inconciliáveis.

A nova Federação, segundo os libertários, mesmo antes das suas atividades terem sido iniciadas, já gozava de relativo prestígio. Marques da Costa assim se referia à FTRJ: “Um cadáver – eis o que aí temos da

---

139 BN. *A Pátria*, 31/7/1923.

140 BN. *A Pátria*, 1/8/1923.

141 BN. *A Pátria*, 2/8/1923.

velha Federação!”<sup>142</sup> Em 23 de agosto de 1923 a FORJ já havia organizado seu “Comitê Executivo Provisório” e iniciava as atividades. Em 18 de agosto, da Casa de Detenção, Pedro Maurini, percebendo o grave momento, reclamava a necessidade de uma Federação que se adequasse às reais necessidades do proletariado “mais avançado”: distante da “ditadura bolchevista” e do reformismo dos cooperativistas<sup>143</sup> (ANEXO 17).

A crise no sindicalismo de feição revolucionária, no Rio de Janeiro, não pode ser entendida sem se levar em conta as questões que abalaram as relações entre comunistas e anarquistas. Os meandros da narrativa sempre multifacetada dos acontecimentos, quer contada por um ou outro lado dos campos de contenda, revelam a perplexidade em meio à retórica militante. Por um lado, os comunistas criticavam os antigos companheiros de ação sindical, por serem estes “refratários aos novos tempos” e à “história anunciada pelos cânones do materialismo”; por outro, os anarquistas, ciosos de suas “virtudes autonomistas”, sentiam-se atraídos por seus antigos “confrades”, agora defensores de um centralismo totalmente estranho aos princípios libertários.

A rivalidade entre as federações, longe de uma simples consequência da disputa de espaço sindical, era, em muitos aspectos, a verificação do fenômeno manifesto por duas concepções sindicais que ainda tentavam separar os afetos pessoais das categorias doutrinárias. As animosidades não só se justificavam pela tentativa de se definirem campos semânticos e ideológicos específicos para cada grupo, como também, pela contingência de estarem em lados opostos militantes que, até bem pouco tempo, formavam um único bloco de princípios e laços fraternais.

Acreditamos ser esse um aspecto importante e elemento nada negligenciável no que se refere à explicação de muitas polêmicas e debates na imprensa e nas associações de classe.

#### 4.6. REVOLUÇÃO OU REFORMA

Ao conceituar o chamado “trabalhismo carioca”, Boris Fausto aprofunda a análise das origens do Cooperativismo no Brasil. Ele constata

---

142 **BN.** *A Pátria*, 18/8/1923.

143 **BN.** *A Pátria*, 23/8/1923.

que, a partir da sua base no Rio de Janeiro, o cooperativismo teria dominado a cena sindical, na última década do século XIX, e que, posteriormente, perderia gradativamente, no início do século seguinte, o controle de grande parte das organizações operárias para o anarquismo<sup>144</sup>.

A perda da primazia não teria impedido, no entanto, que em muitas associações fossem constatadas permanências das bases de acordo e encaminhamentos de questões trabalhistas nos moldes das antigas diretrizes cooperativistas. Nos parece que, em muitas organizações operárias de relevo, permaneceram relativamente vigorosos os antigos paradigmas, quase sempre alheios aos novos princípios do sindicalismo revolucionário. A disposição em atribuir ao Estado a interlocução e o papel mediador nos conflitos de natureza salarial e operária não desapareceu e, em certos casos, até teria aumentado.

Por características próprias, a Capital Federal reunia as condições necessárias à permanência de tais aspirações, que não tardaram a encontrar maior eco nos meios positivistas e jacobinos. Muitas vezes, associada ao campo da política, a questão social, sob perfil operário, serviu a projetos que possuíam pouco apoio popular. Para Boris Fausto:

Sem dúvida, os setores intermediários carecem social e politicamente de homogeneidade. Ainda assim, a existência destes setores em uma situação de menor dependência das classes agrárias e as características apontadas do proletariado nascente dão fundamento aos tímidos projetos de constituição de partidos operários do tipo trabalhista<sup>145</sup>.

Na década de 90 do século XIX, pelo menos três partidos operários foram fundados, alguns de existência efêmera. O resultado de um desses partidos foi a convocação do “Primeiro Congresso Operário Nacional”, em 1892, que apresentou teses de condenação às greves e estímulo às negociações. “O programa aprovado na reunião foi lido na Câmara dos Deputados pelo Deputado Lauro Müller, que defendeu a instituição das oito horas diárias de trabalho”<sup>146</sup>.

Elementos como o Tenente de Marinha José Augusto Vinhaes, eleito deputado com uma plataforma constituída por reclamos dos ope-

---

144 Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977, p. 41.

145 *Ibidem*, p. 42.

146 *Ibidem*, p. 44.

rários, encarnaram, nos primeiros anos de República, a convicção da regeneração social pela via da reforma:

Por um breve período, logo após a Proclamação da República, os positivistas tentaram “incorporar o proletariado à sociedade moderna”, nos limites brasileiros, defendendo o reconhecimento de vários direitos sociais, em oposição ao liberalismo do século XIX que idealizava as relações de suposta igualdade entre capital e trabalho, confrontos no mercado<sup>147</sup>.

A integração aqui entendida como fator de moralização. Não só se encarava o Estado enquanto veículo, mas também como garantia da harmonização.

Com o avanço do século XX, os positivistas perdem gradualmente muitos dos espaços conquistados na última década do século anterior. O protagonismo do anarquismo jogou, quase que imediatamente, os cooperativistas no campo da oposição ao novo elemento de inspiração organizativa. Em que pese contatos pontuais amistosos, os anarquistas cedo demarcaram as diferenças entre uma e outra corrente, conforme se lê na *A Voz do Trabalhador* de 1908:

Não há dúvida que os libertários, mais do que os outros homens, hão de contar com a força da associação, porque tudo o esperam da livre afinidade entre as personalidades livres; mas não creio que as associações cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade. As tentativas feitas neste sentido são experiências úteis e devemos felicitar-nos de que tenham sido postas em prática; porém bastam, e já podemos formar sobre o assunto um juízo<sup>148</sup>.

As primeiras críticas ao cooperativismo teriam se dado dentro da polidez e ponderação típicas dos debates de ideias.

Mariano Garcia e Antônio Augusto Pinto Machado<sup>149</sup>, dois líderes históricos do movimento reformista, haviam comparecido ao “Primeiro

---

147 *Ibidem*, p. 41.

148 **ACELIP**. *A Voz do Trabalhador*, 15/8/1908.

149 Boris Fausto, *op. cit.*, p. 55.

Congresso Operário”, no Rio de Janeiro em 1906. Tendo sido derrotados pelos anarquistas, em contendas acaloradas nas conferências, mantiveram as suas atuações junto aos sindicatos não aderentes à proposta final do encontro.

Os reformistas retornariam com relativa força em meados dos anos 10 e seriam, em 1912, a condição fundamental para a organização do “Congresso Operário”, sob a tutela do Tenente Mário Hermes da Fonseca, filho do presidente Hermes da Fonseca. Desse encontro resultaram a consolidação das propostas reformistas e a formação da “Confederação Brasileira do Trabalho”, organismo que combinava, simbioticamente, funções organizativa e partidária.

Apesar de não ter contado com as principais associações do Distrito Federal e São Paulo, o encontro repercutiu, com alguma expressão, nos meios operários.

No seu antagonismo às propostas libertárias, os “trabalhistas”, a partir de 1912, segundo Boris Fausto, davam ênfase aos melhoramentos econômicos, às elevações social, intelectual e moral da classe. Evitando o envolvimento do proletariado nas questões internacionalistas, antimilitaristas, antiestatais e nos problemas da organização da propriedade. Aos “trabalhistas”, o meio utilizado pelos sindicalistas revolucionários, a ação direta, parecia pouco eficiente. O caminho preferencial era o da política, dentro dos quadros do sistema. Argumentavam que, em um país guarnecido por instituições democráticas, o abandono, por parte do proletariado, do exercício dos direitos políticos, conduziria ao predomínio das figuras mais conservadoras e comprometidas com o capital<sup>150</sup>.

O Congresso de 1912, por marcar uma nova ofensiva do setor reformista na busca da preponderância sindical, reforçava a necessidade de maiores rigores na análise do cooperativismo por parte dos periódicos libertários. O simples debate de ideias ganhava, dessa forma, cores e retórica mais apropriadas ao perigo que se avizinhava da senda anarquista.

Organizado pela “Confederação Operária Brasileira” (COB), o “Segundo Congresso Operário”, de setembro de 1913, delibera então, entre outras questões, o combate ao cooperativismo. E, no seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, a Confederação publicava sua posição:

---

150 *Ibidem*, p. 56.



Bem sabemos que os governos, para se tornarem populares, para se mostrarem liberais costumam fomentar a propaganda destas cataplasmas, destas iscas traiçoeiras, como o é o cooperativismo ora propagado por influência do ministério da agricultura – e o fazem justamente para desviarem, por uma enganosa melhoria – hipocritamente filantrópicos – como são todos que vivem parasitariamente – com o fim de, distraindo os trabalhadores com este chamariz, desviando-os do caminho já traçado e que devem continuar, implantar-lhes a discórdia, a desorientação, sabedores como estão de que enquanto assim acontece mais se vai mantendo a escravidão operária e por conseguinte prolongando a orgia dos que bacanalmente vivem<sup>151</sup>.

Respondendo a circular enviada por Sarandy Raposo, do “Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativos”, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, aos secretários da COB, estes utilizariam, mais uma vez, o veículo classista, *A Voz do Trabalhador*:

Cidadão C. A. Sarandy Raposo.

– Recebemos a vossa circular, e mais os estudos do Sindicato Profissional dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Cooperativa de Consumo dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Em resposta a ela temos a declarar-vos:

Que absolutamente de modo nenhum queremos aceitar o “sindicalismo e o cooperativismo” propagados e auxiliados pelas autoridades do país.

E não os queremos aceitar pelo seguinte: esta Confederação e todas as federações e sindicatos que a compõem são organismos de luta, de combate, essencialmente baseados na resistência à exploração capitalista.

Ora, sendo as autoridades governamentais simples instrumentos de defesa da classe capitalista, evidencia-se desde logo que com elas só poderemos ter uma espécie de relação – a resultante da luta quotidiana e tenaz, que

---

151 ACELIP. *A Voz do Trabalhador*, 15/10/1913.

constitui a mesma base em que assentam as nossas organizações<sup>152</sup>.

Destarte, os militantes revolucionários tentavam marcar as diferenças, ampliando o fosso que separava as duas perspectivas sindicais. Para os sindicalistas revolucionários, tratava-se não só de suplantando o rival, mas também de explicitar as diferenças em contraste com ele. Era preciso que os trabalhadores entendessem a profunda distinção entre as propostas. Na pugna contra os cooperativistas era importante demarcar um espaço definido para os revolucionários. De outra forma, poder-se-ia tomar o confronto por uma luta interna, apenas de concepções. Aos olhos dos sindicalistas revolucionários e anarquistas a classe operária já havia optado pelo protagonismo histórico de sua luta; ceder ao cooperativismo representava um inaceitável retrocesso.

O início da década seguinte adicionou outros elementos ao já complicado quadro das relações entre os reformistas e os revolucionários. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, após militância sindical atrelada ao Estado, ampliava ainda mais sua inserção no meio operário na vigência do governo Epiácio Pessoa. Não só havia obtido do referido presidente, um “auxílio pecuniário” para suas experiências em cooperativas, como também, em 26 de março de 1921, fundava a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, a CSCB<sup>153</sup>. A formalização da entidade se deu em uma sessão no Salão Nobre da Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, “com a presença de 820 delegados de 74 associações profissionais e cooperativas do Brasil”<sup>154</sup>.

---

152 **ACELIP**. *A Voz do Trabalhador*, 15/10/1913.

153 Angela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 159.

154 Franklin George Naylor. *Sindicalismo-Cooperativista*. In: *Sindicalismo-Cooperativista*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística e Publicidade/Secretaria de Estado da Agricultura, 1933, p. 114.

O esforço de Sarandy Raposo remontava a décadas anteriores<sup>155</sup>, no sentido de inaugurar cooperativas. Em 1917 ele já havia criado a Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, sempre em estreita relação com os órgãos governamentais, com destaque para a Secretaria de Abastecimento do Ministério da Agricultura. Mas, segundo ele mesmo, iniciara tal esforço em 1905<sup>156</sup>.

Desde que fora agraciado com o provimento do cargo de 2º oficial adido da diretoria de Agricultura, em 1920, Sarandy Raposo tinha já bem claro o seu objetivo. Lotado na “Superintendência de Abastecimento”<sup>157</sup> daquele Ministério, não tardou a engendrar a estratégia necessária para se imiscuir nos assuntos das associações de classe. Nessa condição envolveu-se na organização das feiras livres, zonas francas e na “fundação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas”<sup>158</sup>. Segundo a coluna de *O Paiz*:

Iniciando esse serviço, a Superintendência do Abastecimento procurou satisfazer a instantes (sic) solicitações dos proletários, que têm feito esforços patrióticos para a organização econômica dos sindicatos profissionais, com os louváveis intuitos de reduzir o custo da vida, realizar

---

155 Franklin George Naylor, colaborador de Sarandy Raposo no campo sindicalista-cooperativista, em longo artigo recupera a origem do cooperativismo na França, no século XIX. Recuando até 1848 não cita Proudhon ou qualquer outro revolucionário da época quando se refere às experiências de cooperativas de crédito, produção ou consumo. Naylor atribui a articulação das ideias cooperativistas e sindicais ao gênio brasileiro, destacando sempre a figura de Sarandy Raposo. Ainda segundo ele, datam de 1901, no contexto do 1º Congresso Nacional de Agricultura, os “ideais de organização profissional e de cooperativismo”. Em uma de suas conferências, a de 1905, em Porto Alegre, a Sociedade Nacional de Agricultura teria definido com bastante precisão a ideia geral do sindicalismo-cooperativista. Como consequência prática seria criada a Lei nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que criaria concomitantemente os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Cf. Franklin George Naylor. *Sindicalismo-Cooperativista*. In: *Sindicalismo-Cooperativista*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística e Publicidade/Secretaria de Estado da Agricultura, 1933.

156 C. A. de Sarandy Raposo. *Razões econômicas e filosóficas do sindicalismo-cooperativista*. In: *Sindicalismo-Cooperativista*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística e Publicidade/Secretaria de Estado da Agricultura, 1933, p. 137

157 **BN**. *O Paiz*, 6/2/1920.

158 **BN**. *O Paiz*, 8/2/1920.

economias individuais e colectivas e firmar um programa inteiramente capaz de encaminhar o necessário acordo entre patrões e obreiros.

Encontrando, como espera, a boa vontade dos operários e dos lavradores, a Superintendência do Abastecimento procurará entender-se com as autoridades Federaes e estaduais, bem assim como os representantes das classes patronaes e não poupará esforços para melhorar a situação dos sindicatos profissionais e sociedades cooperativas já existentes e para a fundação de novos institutos dessa natureza<sup>159</sup>.

Na ocasião da sua investidura no cargo, a Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, à época, com 15 filiais no Distrito Federal, mandava para o ministro longa mensagem de congratulação<sup>160</sup> pela escolha de tão “insigne” servidor. Assinavam a nota, entre outros, o presidente, T. Toledo de Loyola, e o vice-presidente, Francisco Juvenia Sadock de Sá. A ofensiva do governo sobre as entidades de classe encontrou na Superintendência do Abastecimento uma poderosa ferramenta.

Com a criação da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira o crescimento do campo sindicalista-cooperativista entusiasma seus proponentes. A julgar pelas assembleias de prestação de contas da CSCB, tudo parecia caminhar para a plena consolidação do projeto. O espírito de colaboração entre as classes é nítido, tanto mais por ser esse um diferencial em relação ao sindicalismo revolucionário. Em notícia sobre sua assembleia geral, do dia 20 de janeiro de 1922, convocada pelo seu presidente, Sarandy Raposo, a entidade expunha, sem esconder o orgulho pelo feito, suas mais recentes conquistas:

Além de 354 diretores e conselheiros de 59 associações confederadas, representantes de 19.412 sócios quites, compareceram todas as diretores (sic) da Companhia Indústria e Importadora Atlas, da Companhia de Tecidos da Tijuca e Fábrica de Calçados Souto, que são sócios singulares da confederação e grandes propugnadores da prática do sindicalismo-corporativista.

---

159 **BN**. *O Paiz*, 8/2/1920.

160 **BN**. *O Paiz*, 15/4/1920.

Os trabalhos tiveram início às 20 horas justas, sob a presidência do Sr. A. de Sarandy Raposo tendendo, à sua direita, na ordem, o general Jonathas Barreto, presidente da Cooperativa Predial dos Militares, o tenente-coronel Gustavo Lebon Regis, vice-presidente do Instituto de Engenharia Militar e o Sr. Casimiro de Magalhães, presidente da Lavanderia Cooperativa, e à esquerda, na ordem, o coronel Espiridião Roda, thesoureiro da Cooperativa Predial dos Militares, o 1º tenente Dorival Britto e Silva, thesoureiro do Instituto de Engenharia Militar e o senhor Joaquim Pazo Sete Souto, presidente do Centro União dos Proprietários de Hotéis e Classes Anexas.

Nos lugares distintos, ladeando a mesa, sentaram-se os directores da Liga de Defesa Nacional, da Sociedade Nacional de Agricultura e do Centro Industrial do Brasil, da Caixa Geral do Pessoal Jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, do Sindicato Profissional dos Operários Residentes na Gávea e da Associação Profissional Textil<sup>161</sup>.

A notícia registra que, depois de um semestre de preparos, a CSCB teria vencido já um segundo, esse de vida efetiva. E que, nesse um ano, teria crescido substancialmente. Assim:

Durante esse tempo foram organizados 27 sindicatos profissionais, 25 cooperativas de consumo, uma lavanderia cooperativa (no valor de 600:000\$), 1 cooperativa predial, sendo ainda remodelado um instituto de crédito profissional.

O seu movimento em cifras redondas foi de 1.200:000\$, em socorros e assistência mutualistas e 3.600:000\$, em fornecimento de gêneros de primeira necessidade, ou o movimento global de réis..... 4.800:000\$000.

Com evidente contradição o texto pretende reiterar o caráter autônomo da iniciativa, sua independência de governos e entidades externas a ela. Para tal, insiste a notícia sobre a assembleia:

Tudo, conforme bem destacou o Sr. C. A. de Sarandy Raposo, sem o mínimo auxílio financeiro quer do governo,

---

161 **BN.** *O Paiz*, 21/1/1922.

quer de estranhos à organização sindicalista-cooperativista. Evidenciou ainda o presidente da Confederação a constante colaboração que tem sido prestada pelo senador Lauro Muller, presidente do sindicato profissional Instituto de Engenharia Militar, quer perante os poderes municipal e federal, quer no parlamento onde conseguiu a votação das leis que autorizam o executivo a despende até 1.000:000\$, em auxílio às cooperativas de consumo por intermédio dos respectivos sindicatos profissionais, e a dispôr desse crédito, para auxiliar Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, a fim de poder esta dar maior amplitude à execução dos seus estatutos.

Parágrafo bastante elucidativo sobre os termos das relações estabelecidas.

A ação de Sarandy Raposo parece ganhar maior destaque com a sua presença na coluna “No Meio Operário” do periódico governista *O Paiz*, em fevereiro de 1923. Estampados nas páginas do jornal, é possível encontrar não apenas os presságios de inspiração triunfalista, como ainda eloquentes apelos ao novo governo, rogando a este auxílio às suas iniciativas.

Na verdade, o jornal *O Paiz* havia aberto suas páginas para o “meio operário” em meados daquele mês de fevereiro de 1923. A proposta parecia bastante promissora, uma vez que a folha diária prometia ceder espaço para toda e qualquer associação de classe, independentemente dos seus “credos político-sociais”, “sem mistificações” e “na conformidade dos mais amplos princípios liberais”<sup>162</sup>. Se definindo como “conservador”, ainda que com um “espírito eminentemente evolucionista”<sup>163</sup>, o jornal acreditava-se imparcial, guiado por um imperativo histórico, de permanente instituição de certos fundamentos da sociedade moderna. Para Sarandy Raposo, na coluna “No Meio Operário” de *O Paiz*, tal postura era imprescindível para convencer até mesmo os já aliados.

Na opinião de Angela de Castro Gomes, em relação às, ainda assim, tímidas iniciativas do governo em favor do cooperativismo:

---

162 Maria do Rosário da Cunha Peixoto. *O Trem da História: A aliança PCB/ CSCB/O PAIZ*. Rio de Janeiro 1923/1924. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, p. 17.

163 *Ibidem*, p. 18.

A frustração de Sarandy Raposo é perfeitamente compreensível, uma vez que a CSCB apresentava-se publicamente como portadora de um programa não apenas legal mas oficial, pois estava a cargo de uma repartição pública. Sua credibilidade ficava assim assegurada, como assegurada ficava o princípio de colaboração entre trabalhadores, patronato e Estado. O programa da CSCB era a defesa de uma transformação social lenta e segura – evolutiva, portanto – dentro dos postulados da ordem política e do progresso econômico. Era um programa sindicalista, como o dos anarquistas, que reconhecia os sindicatos como órgãos vanguardistas e arregimentadores e lutava contra a política e contra a atual organização da sociedade<sup>164</sup>.

Tentando representar o espírito da conciliação, a CSCB contava com a colaboração/filiação de patrões e empregados, além de outras “prestigiosas instituições”. Procurava, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, da Sociedade Nacional de Agricultura, do Centro Industrial do Brasil e do Instituto de Engenharia Militar<sup>165</sup>, manter-se no limite entre as reivindicações sociais e os interesses patronais.

Na sua primeira reunião com o conjunto das associações de classe, tanto operárias quanto patronais, no dia 11 de março, a defesa de um pacto social ficava mais que evidente. No bloco cooperativista, além de Sarandy Raposo, era possível encontrar João Barbosa e Arthur de Pinna. No lado sindicalista revolucionário estavam Ferreira Lima e Carlos Dias, ambos bastante identificados com o campo anarquista. Nessa oportunidade, Jarbas de Carvalho, redator de *O Paiz*, faz discurso segundo o qual uma nova era de colaboração se anunciava após o conflito mundial de 1914. Uma na qual o direito operário encontraria seu lugar desafiando “preceitos anacrônicos”.

Ao expressar suas opiniões sobre as tarefas do proletariado, Carlos Dias mostrar-se-ia pouco diplomático com os cooperativistas. Dias teria afirmado na sua intervenção oral, que tal doutrina, “por si só”, não teria capacidade de resolver os mais fundamentais problemas da classe trabalhadora<sup>166</sup>. Para fundamentar suas posições, Dias citou autores de

---

164 **BN**. *O Paiz*, 13/3/1923.

165 Angela de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 159.

166 **BN**. *O Paiz*, 13/3/1923.

estatura intelectual considerável, o que lhe valeu um elogio do autor da cobertura jornalística de *O Paiz*. Esse mesmo jornalista vai, poucas linhas a seguir, lamentar que, em matéria de conquistas da classe trabalhadora no Brasil, o orador tenha se mostrado tão “pessimista”. Acrescentando que: “como quase todos os ideaes esta longe de ser atingido, muita coisa já se tem feito, e tudo marcha para a consecução de uma melhoria de situação, que cada dia é mais evidente e sensível”<sup>167</sup>.

Segundo a coluna, Carlos Dias teria encerrado sua intervenção:

Depois de criticar o ensino, como elle é ministrado pelo Estado, e certas leis de protecção aos trabalhadores, que acha falsas ou insuficientes, o Sr. Carlos Dias alonga-se em pintar, ao vivo, as dificuldades da vida das classes pobres, principalmente do Brasil, ressaltando as moléstias, que é preciso curar; a regulamentação do trabalho, que é uma burla; emfim a hygienização dos lares proletarios, que se está longe de conseguir.

É vivamente aplaudido ao terminar<sup>168</sup>.

Sarandy Raposo pede em seguida a palavra para elogiar a “sinceridade” de Carlos Dias e, mais que tudo, deixa evidente a sua insatisfação ao dizer que: “por desespero [Carlos Dias] não compreendeu ainda, e infelizmente, o grande alcance do cooperativismo syndicalista”<sup>169</sup>. A sessão contou com a presença de Mariano Garcia, liderança bastante identificada com setores ditos “amarelos”, além de mais de uma centena (106 registradas) de cooperativas, clubes e sindicatos. Segundo o periódico, estavam presentes “várias sociedades de feição libertaria ou comunista”. A CSCB afirmava ter 32 mil “membros quites” distribuídos pelas entidades presentes. Chegando a agregar 50 mil se a conta não incluísse apenas os operários.

Não fica difícil imaginar que, em vista da crescente perseguição aos líderes anarquistas e o assalto às sedes dos sindicatos revolucionários, Sarandy vislumbrasse possibilidades bem reais no plano concreto das organizações operárias.

---

167 BN. *O Paiz*, 13/3/1923.

168 BN. *O Paiz*, 13/3/1923.

169 BN. *O Paiz*, 13/3/1923.



Para Octávio Brandão:

Em março de 1923, o órgão oficioso *O Paiz* convocou uma reunião das associações “operárias” e patronais, a fim de realizar “acordos entre o trabalho e o capital”. Compareceram os representantes de várias organizações. Sarandy Raposo, pela Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, Libâneo da Rocha Vaz, pela Associação dos Operários da América Fabril – ele era o representante dos operários, presidente desse sindicato e... superintendente da empresa, era patrão e “operário”. Um líder do Centro Industrial do Brasil, associação da grande burguesia industrial, apoio dos governos e centro de uma resistência encarniçada contra todas as conquistas do proletariado. Um representante da Sociedade Nacional de Agricultura. A associação dos latifundiários, e o operário gráfico e anarquista Carlos Dias, que, apesar das suas declarações antipatronais, começava a descambar abertamente para o reformismo<sup>170</sup>.

Uma apreciação no mínimo curiosa, por partir de um comunista aliado de Sarandy Raposo em vários empreendimentos sindicais na mesma época.

Em assim sendo, para os cooperativistas, o cenário parecia promissor e, do ponto de vista dos artigos que aparecem nas páginas de *O Paiz*:

(...) o sindicalismo cooperativista apresentava sua proposta em contraposição à do sindicalismo revolucionário, isto é, do anarquismo, demonstrando pontos de contato e divergências, e sobretudo afirmando que a tendência deste último era desaparecer fundindo-se com os cooperativistas<sup>171</sup>.

Curiosamente um juízo semelhante ao dos anarquistas, em relação ao cooperativismo, no que se refere ao seu desaparecimento, nos anos que precederam o Congresso de 1912.

Os cooperativistas, no intuito de captar simpatias e firmarem-se como síntese do processo traumático da luta entre capital e trabalho, traçavam estratégias que se caracterizavam por ataques dissimulados ao

---

170 Octávio Brandão, *op. cit.*, p. 253.

171 Angela de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 160.

anarquismo, enfatizando e associando aos libertários o viés violento da revolução. Em contrapartida, reforçavam, na mesma proporção, a sua vocação “apaziguadora” e conciliatória.

A trajetória da CSCB, no entanto, alterou-se em alguns aspectos. De seus princípios adquiridos, por ascendência das primeiras entidades das quais solicitou apoio, aparecem claramente o nacionalismo jacobino e o antipartidarismo, este último inteiramente distinto da proposta anarquista<sup>172</sup>. Características que sofreram ligeiras alterações a partir do Congresso de 1912 e que imprimiram uma dinâmica diferente das investidas anteriores. De sua aproximação dos militantes do PC ou “neocomunistas”, analisa, Angela de Castro Gomes com base nos artigos de *O Paiz*, de 1923:

Ao contrário, o “neocomunismo” que estava sendo lançado no país desenvolvia-se a olhos vistos, aproveitando-se do desprestígio das duas outras correntes. Isto porque acrescentava aos princípios revolucionários do anarquismo um senso prático por este desconhecido. Ao mesmo tempo os “neocomunistas” assumiam todo o formulário sindical cooperativista, incorporando ainda a prática eleitoral, por estes rejeitada. Isto é, combinava a força dos ideais anarquistas com a eficácia dos métodos cooperativistas, não abandonando a prática partidária, até então monopólio dos socialistas<sup>173</sup>.

Para Sarandy Raposo, a exemplo do que previam os cooperativistas para o anarquismo, ao contrário do fortalecimento da facção “neocomunista”, a “confluência” dos membros do PC para CSCB era uma questão de tempo, ou amadurecimento. E, como ensejo a essa apreciação, um acordo com os mesmos, em que estava prevista a formação da grande “frente proletária”, parecia razoável.

Não só os anarquistas, mas mesmo alguns comunistas, entre eles Antonio Bernardo Canellas viram no projeto um vergonhoso oportunismo. A aprovação, através de pressões internas, na CSCB, da inserção das disputas eleitorais nos planos táticos da entidade, aproximou-a ainda mais das premissas dos comunistas. Assim:

---

172 *Ibidem*.

173 *Ibidem*.

A CSCB, a partir de então, precisava remodelar suas próprias linhas de convergência e divergência com as duas outras facções existentes no movimento operário. Sua distância em face do anarquismo crescia. Quando, em outubro de 1923, uma assembleia geral da Confederação aprovou formalmente a prática da ação parlamentar, os libertários estavam sendo definidos como “*o inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista, do comunismo, do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução limitada.*”

Já os neocomunistas estavam cada vez mais no caminho da evolução, apresentando “*em suas atitudes e seus atos, judiciosas tendências para a prática do cooperativismo e até da ação parlamentar, tendências estas que os aproximam da eficiência do sindicalismo cooperativista*”<sup>174</sup>.

Ao receberem um convite para a “Conferência dos Presidentes das Associações de Classe”, organizada por cooperativistas e comunistas, os sindicalistas revolucionários iniciariam uma sequência extensa de artigos-resposta. Não só para justificar sua objeção em participar de tal encontro como também para evidenciar as opiniões sobre a aliança “frentista”.

A proposta da conferência, a ser realizada na sede da CSCB, versava sobre a necessidade e a possibilidade de um entendimento geral para a “unificação pactuadora” das associações de classe sem distinção de credos filosóficos, ou político-sociais; questão que, de princípio, despertou imensa desconfiança nos anarquistas.

Progressivamente, as suspeitas dos sindicalistas revolucionários, justificadas pelos fatos, aumentaram. Para eles tudo não passava de um estratégia ou manobra dos “bolchevistas” que, ao lado dos cooperativistas, não mediam esforços nem escolhiam aliados para levar a efeito seus propósitos.

Percebe-se, no discurso indignado dos libertários, certa preocupação com a preservação de princípios éticos que, à sua apreciação, perdiam espaço diante das soluções pragmáticas defendidas pelos representantes do bolchevismo. Os cada vez mais fustigados anarquistas afirmavam insistentemente que a divergência não se vinculava necessariamente ao projeto da união do operariado em uma “frente”, mas sim ao sacrifício das liberdades e do federalismo em nome da apregoada “unificação pactuadora”.

---

174 *Ibidem*, p. 161.

Representando a UOCC, o pedreiro Sebastião Carreira publica em *A Pátria* um artigo de resposta à CSCB. Em tom claro e didático esclarecia o sindicalista, contemplando em sua análise casos semelhantes ocorridos na Europa e América do Sul, que era impossível um acordo com a CSCB, tendo em vista os princípios que norteavam a proposta cooperativista não apenas no Brasil. Segundo Sebastião Carreira, jamais uma federação revolucionária poderia aderir a um esforço ou “acordo tático” no qual estivesse presente uma organização notoriamente conciliadora dos interesses do capital e do trabalho e que patrocinasse sistematicamente o diálogo com as instituições governamentais e patronais<sup>175</sup> (Anexo 18).

Na mesma linha, Manoel A. Pereira, por representação individual, escreveu a respeito da reunião celebrada no Centro Cosmopolita, da qual fazia parte a CSCB, a 17 de outubro de 1923, na figura de Sarandy Raposo. O segundo artigo, tratou de questões diretamente ligadas à classe como, por exemplo, a “Lei Doméstica”. Assim se expressou:

A União Geral, apesar da sua intransigência (sic), acedeu ao apelo – se o convite o era – e lá foi na esperança de ver realizado o necessário entendimento.

Mas debalde toda a predisposição! Os diretores do Centro haviam antes elaborado um programa de ação ao qual desejavam que todos nós nos submetêssemos resignadamente, como carneiros, não podendo sequer continuar na realização das assembleias que uma ou outra sociedade antes tivesse deliberado levar a efeito, contra a mesma lei. Queriam, os diretores do Centro, o direito exclusivo de conduzir o carro a seu talante, por caminhos retos e por desvios. Tais as condições do acordo proposto pelos “cosmopolitas”...

Aqueles que nos têm por desorganizadores, por renitentes, que tem a “distinta honra” de pontificar na direção do Centro Cosmopolita, sabem bem que já nos custa muito o “peso” da autoridade e da banha do pandurrismo patronal. Esse peso nos basta e demais.

---

175 *Ibidem*, p. 162.

Não sugerimos nós, os de ação anticolaboracionista, meios de conciliação de interesses, tendo em vista a diversidade dos pensamentos facciosos que se debatiam? E que resposta nos deram? Apontaram-nos a porta da rua, pois “não podiam permitir que fôssemos ali dar lições aos cultores de direito à Evaristo de Moraes”...

Fizemos o que pudemos – e isto por mais que uma vez – pela unificação dos esforços pela coordenação das atitudes de cada associação<sup>176</sup>.

Sobre a CSCB especificamente, Manuel A. Pereira afirmava que, no discurso contraditório de Sarandy Raposo, os anarquistas teriam sido identificados simultaneamente como agentes da desordem e indivíduos possuidores de “grandes qualidades”. Não apenas nessa passagem, segundo o sindicalista, o líder cooperativista estaria “envolvendo alhos com bugalhos”, mas muito pior era a sua tentativa de acomodar em sua organização entidades tão incompatíveis quanto o Centro dos Proprietários de Hotéis, a Liga de Defesa Nacional, o Centro Industrial do Brasil e os sindicatos, que representavam os anseios de mudança em diametral oposição às instituições citadas. O missivista buscava demonstrar que muito do juízo emitido pelo cooperativista, em relação às organizações operárias, encontrava eco nas bases do pensamento policial e conservador<sup>177</sup> (Anexo 19).

Em 1924, Domingos Passos analisava, em estilo inconfundível, as mazelas e tentativas de unificação do “bloco frentista”:

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro foi de fato uma força organizada; mas desde que elementos seus começavam a “dançar de urso em corda bamba”, ela foi perdendo o prestígio inicial e hoje não é mais que um rapazóide cadáver a pedir a creolina salvadora que livre dos bacilos aristotelísticos do colaboracionismo<sup>178</sup>.

Sobre a iniciativa envolvendo os socialistas, afirmava:

---

176 *Ibidem*, p. 164.

177 **BN**. *A Pátria*, 8/10/1923.

178 **BN**. *A Pátria*, 1/10/1923.

A “Coligação” foi um caso típico. Seus fundadores, pessoas de envergadura moral de Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento, os irmãos Palmeiras, Márcio Teixeira e tantos homens de relevo vivem clara (sic) que o fracasso não podia ser mais retumbante. (...) As capacidades lá ficaram. E a Coligação? Descoligou-se... por efeito de uma lei física que eu talvez desconheça.

Depois foi o “Clarté”, com sua diretoria perpétua... Depois o Partido Laborista Brasileiro, e por fim o Partido Comunista do Brasil<sup>179</sup>.

Passos reforçava a posição crítica da UOCC em relação aos acontecimentos, além de evidenciar o processo de exaustão no qual estava a FTRJ, após os seus descaminhos, indo afinal cair nos “braços” da “Confederação Cooperativista”. Questão que seria retomada e serviria de argumento para explicar o malogro de diversas iniciativas, promovidas por indivíduos engajados, no interior das entidades operárias.

Em um sentido mais amplo podemos avaliar que a crise das organizações revolucionárias ligadas ao operariado, na conjuntura dos anos de 1920, encontra, em certa medida, suas raízes no conjunto articulado de acontecimentos verificáveis no plano das relações de trabalho e alterações no modelo oligárquico vigente. O crescimento da influência do cooperativismo, em conformidade com a mediação da “questão social” pelo Estado, definiu a política e a linha adotada pelo governo na relação com os “humildes”, termo que se tornaria recorrente na retórica oficial na década seguinte.

Para os trabalhadores “ordeiros”, integrados ao projeto de transformação dos setores ligados ao Estado e alheios aos apelos do “radicalismo sindical”, foram criadas e aperfeiçoadas as instituições previdenciárias e as leis decorrentes das necessidades de normatização do diálogo entre patrões e empregados. Em contrapartida, às classes perigosas, e insubmissas à crescente mediação governamental das questões do trabalho, coube a aplicação das medidas repressivas do aparelho policial igualmente em processo de especialização. Nesse contexto, marcava-se com maior clareza a diferença entre o “trabalhador” e o ativista subversivo “inimigo da ordem”.

---

179 BN. *A Pátria*, 1/10/1923.

#### 4.7. AS ORGANIZAÇÕES E O ENGAJAMENTO

Existe, ainda hoje, uma lacuna significativa na história do movimento operário, no que diz respeito ao número de militantes comunistas, anarquistas ou mesmo socialistas. No caso dos dois primeiros, o problema se revela ainda maior. Isso se dá em função da natureza clandestina de suas atividades e, no caso específico dos anarquistas, do assistemático controle burocrático dos filiados à doutrina. Isso em grande parte por, até os anos de 1920, os anarquistas não terem efetivado a criação de um órgão político que possibilitasse a adesão do conjunto de militantes<sup>180</sup>. Ao cotejarmos fontes como polícia, sindicatos e memórias dos membros mais ativos, dificilmente podemos encontrar as correspondências desejadas para apreciações mais seguras.

As fichas de filiação do PCB, muitas vezes sem número, provavelmente por questões de segurança, não fornecem provas conclusivas. As estimativas de muitos memorialistas, como Leôncio Basbaum, obedecem a razões de ordem doutrinária e, portanto, nos parecem em alguns aspectos, imprecisas. As alianças levadas a efeito pelos “bolchevistas” geraram um fenômeno multiplicador que nem sempre correspondia à realidade do seu efetivo militante.

Todos esses fatores dificultam em muito o acompanhamento mais rigoroso dos avanços e recuos, no plano numérico, no seio da classe operária. É certo que, se os comunistas em meados dos anos 20 não eram suficientemente numerosos, em comparação ao contingente libertário, em seu sistema tático de alianças alcançavam determinada “expressão numérica”. Enquanto os comunistas optaram por atuar em blocos de relevância quantitativa, os anarquistas investiam na expectativa de verem triunfar seus princípios doutrinários, apostando assim na qualidade de seus propósitos. Para os militantes libertários, a superioridade de seus mecanismos de organização, com liberdade e pluralidade, iria atrair um número maior de sindicalizados indepen-

---

180 Vale destacar que a tentativa de fazer sobreviver a Aliança Anarquista de 1918 não foi coroada de hesito. O mesmo teria se dado com o Partido Comunista, de 1919. No mais das vezes, os anarquistas permaneceram vinculados uns aos outros em grupos de afinidade e centros de estudos sociais.

dente da filiação direta ao seu campo filosófico. No geral moviam-se segundo a tática de “minorias revolucionárias”<sup>181</sup>.

A falta de sensibilidade para tais peculiaridades, associada a algumas outras questões, sustenta até hoje alguns equívocos e taxativos marcos cronológicos, principalmente para determinar a superioridade de forças dos comunistas em relação aos anarquistas. Há que se notar que a gradual perda de visibilidade anarquista, nos meios operários, deveu-se a fatores muito mais complexos que os convencionalmente apontados por boa parte da historiografia até os anos de 1980<sup>182</sup>. Fato é que os anarquistas continuaram presentes nos meios operários, mas o seu vetor social de maior importância, o sindicalismo revolucionário, é que declinou substantivamente após as grandes transformações do pós-1930.

Por outra parte, os acordos táticos articulados pelos comunistas os colocaram em franca vantagem se comparados ao grupo opositor. Mesmo com menor contingente militante eles passaram, através do triunfo do “frentismo”, a gozar da posição de maioria. O que “justificava” a pecha de “cisonistas” atribuída aos grupos libertários.

Na ação sindical, os comunistas, segundo Kazumi Munakata, empreenderam uma política de controle vertical que, a partir de 1927, se

---

181 Segundo Bakunin: “O nosso objetivo é criar uma colectividade revolucionária forte mas sempre invisível; uma colectividade que deve preparar a revolução e dirigi-la..., deixando ao movimento revolucionário de massas o seu desenvolvimento total e à sua organização social... a mais completa liberdade, mas vigiando sempre para que este movimento e esta organização nunca possam reconstituir autoridades, governos, Estados, e combatendo todas as ambições, tanto colectivas (no gênero da de Marx) como individuais pôr influência natural, *nunca oficial*, de todos os membros de nossa Aliança, disseminados em todos países, e cuja força vem unicamente de sua ação solidária e da unidade de programa e de objetivos que deve existir sempre entre eles”. (M. Bakunine. *Conceito de Liberdade*. Lisboa: Edições RÉS, 1975, pp. 196-197). E ainda: “O que devem fazer as autoridades revolucionárias – e trataremos de tê-las em menor número possível –, para organizar e estender a revolução? Impulsionar as massas à ação. Esse deve ser seu objetivo e não as autoridades mesmas, por decreto revolucionário, tratar de impor ao povo nenhuma organização, mas melhor tratar de que este se dê organizações autônomas. Isto pode se conseguir obtendo influência sobre os indivíduos mais inteligentes e avançados, que tenham ascendente em cada localidade, de maneira que essas organizações coincidam com nossos princípios tanto quanto seja possível. Nisto reside todo o segredo de nosso triunfo”. Texto de Bakunin em: [https:// we.riseup.net/assets/216939/T%C3%A1ticas%20Revolucion%C3%A1rias.pdf](https://we.riseup.net/assets/216939/T%C3%A1ticas%20Revolucion%C3%A1rias.pdf). Consultado em 17 de março de 2019.

182 BN. *A Pátria*, 9/5/1924.



faria sentir na organização de congressos e fundação de federações<sup>183</sup>. Todos os esforços convergiram para a criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), organismo inteiramente vinculado aos ditames da III<sup>a</sup> Internacional.

A preocupação com as “permanências anarquistas” justificou algumas medidas bastante distintas das já conhecidas pelos trabalhadores. O zelo dos dirigentes comunistas parecia a muitos operários, não cuidado, mas sim, vigilância.

Tudo isso indica a criação de uma forma organizativa de luta dos trabalhadores, em que estes perdem o poder de decisão. Aqui, não interessa se os membros de órgãos superiores e executivos das Federações representam efetivamente os trabalhadores ou não. O que importa é o fato de existir um grupo (de trabalhadores ou não) acima e distante dos próprios trabalhadores, que os fiscaliza, os vigia e os pune, que decide pelos trabalhadores, que tem competência para elaborar uma estratégia de luta. Que nome dar a este grupo, dotado de um particular *discurso competente*, a não ser *burocracia*?<sup>184</sup>

Dessa forma, repousava, em grande parte, nas mãos de uns poucos dirigentes, as diretrizes dos sindicatos ligados aos comunistas.

A disciplina se fazia justa pela clareza dos objetivos a serem alcançados. O apelo à observância da técnica, no sentido de dar dinâmica às “desorganizadas massas”, permitia, quase como em um contrato, a abolição de certos mecanismos autonomistas em favor da eficiência.

Para K. Munakata, o caso da União Gráfica Beneficente, em São Paulo, entidade de auxílio de classe, em que cargos bonificados foram criados, é bastante elucidativo. Segundo este autor:

Em outras palavras, criam-se até funcionários remunerados encarregados de homenagear os mortos: é a burocratização da solidariedade!

A descaracterização da solidariedade, que passava a ser um assunto técnico, transparece também uma obrigatorie-

---

183 Kazumi Munakata, *op. cit.*, p. 45.

184 *Ibidem*, p. 48.

dade de um atestado médico para se associar à UGB: ora, do ponto de vista da solidariedade, o companheiro já doente é que deveria prontamente receber auxílios<sup>185</sup>.

A especialização e a profissionalização dos militantes-sindicalistas geraram uma nova ética laboral que se contrapunha radicalmente ao sindicalismo revolucionário. De olho nas tabelas salariais e na flutuação das ofertas de empregos, os comunistas, através das “Seções de Colaboração”, erigiram nos sindicatos verdadeiras agências de emprego<sup>186</sup>. Esses procedimentos levavam, em muitos casos, os próprios patrões a recorrerem a esses sindicatos na busca da mão de obra qualificada. K. Munakata enfatiza o extremo atingido pela organização comunista:

Por fim, e como último e crucial momento do verticalismo centralizador, os sindicatos comunistas contam com os “Comitês de fábricas e oficinas”. Estes são considerados meras correias de transmissão dos sindicatos e, de fato, suas atribuições são bem limitadas e se referem estritamente aos problemas internos de uma empresa. Isto, porém, não significa que o comitê tenha autonomia dentro dos limites que lhe cabem<sup>187</sup>.

Essas transformações, em muitos aspectos, limitadoras da liberdade, proporcionaram aos comunistas a estrutura necessária para o diálogo e a constituição de um novo antagonismo ao Estado. Quer pelo aparato sindical ou pela proposta da disputa nas urnas, o PCB garantia o seu passaporte para as décadas seguintes.

#### 4.8. A ÉTICA E O PRAGMATISMO

Torna-se necessário analisar a trajetória do PCB, nos seus oito primeiros anos de funcionamento, como condição para o entendimento de sua representatividade histórica posterior. Nessa tarefa, entendemos

---

185 *Ibidem*, p. 51.

186 *Ibidem*, p. 53.

187 *Ibidem*, p. 54.

ser fundamental buscar distância das explicações totalizantes, acerca dos meios “ineficazes do antigo sindicalismo anarquista” e das “limitações” do sistema produtivo, em grande parte “artesanal”, como querem alguns historiadores. Pode-se dizer que a preparação dos comunistas, para o protagonismo que iriam encarnar nas décadas de 30, 40 e 50, deu-se, sob muitos aspectos, pela aptidão construída para ocupar o lugar de oposição revolucionária nos referidos períodos. O pragmatismo dos militantes, na leitura das necessidades de seu tempo, e o rompimento com determinados princípios e até mesmo estéticas de discurso franquearam aos comunistas alguns postos dentro do movimento sindical, abertos a partir do avanço do Estado corporativo no Brasil.

Mas no calor das disputas, nos anos 20, muito se discutiu e mais ainda se denunciou. Nas refregas pelo controle da fração organizada da classe operária, construiu-se o cisma definitivo entre as tendências libertária e comunista.

Aos acontecimentos foram chamados a colaborar fatos de contun-  
dência comprovada e de caráter ético duvidoso. As campanhas de difamação e o escárnio público de figuras históricas ligadas ao anarquismo compuseram, assim, grande parte das estratégias de convencimento.

Em 1926, uma grande polêmica movida pelo *O Solidário* acusava os anarquistas de participarem de uma frente “multicor” que, segundo o periódico, contava com a adesão dos “amarelos” e outras vertentes reformistas do trabalhismo. A resposta viria um pouco mais tarde, comprometendo ainda mais as relações entre os revolucionários, através do jornal *Vanguarda*, que afirmava ter o bolchevismo semelhanças com o regime fascista da Itália<sup>188</sup>. A troca de acusações não se restringia ao plano ideológico: atacar moralmente o militante parecia render “dividendos” ainda maiores.

Em várias partes do centro-sul a questão entre os dois lados, comunista e libertário, parecia ter o mesmo contorno. Em Santos, os sindicalistas revolucionários, com alguma violência, conseguiam manter maioria relativa. O mesmo se repetia em São Paulo, onde *A Plebe* cumpria quase isolada o papel de difusora das apreciações de conjuntura de cunho anarquista.

A chegada de Domingos Passos à capital paulista, com o firme propósito de reorganizar a Federação Operária de São Paulo, acabaria por desencadear mais uma onda de acusações, dessa vez por iniciativa de *A Nação*.

---

188 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 241.

Segundo este periódico carioca, afinado com a causa comunista, o “martírio” de Passos fundava-se em uma grande “lenda”<sup>189</sup>. Ele teria vivido todo o período de permanência no Pará (Clevelândia) em “confortáveis” condições. Comparando-o a Maurício de Lacerda, afirmava *A Nação* que Passos construía sua própria história de perseguições e infortúnios para chamar a atenção do proletariado. Era ainda, segundo o periódico, um “ególatra”. No propósito deliberado de relativizar os efeitos da deportação sobre Domingos Passos, defendia *A Nação* a seguinte versão: eram os bolchevistas, que ficaram nas principais capitais, as maiores vítimas. Estes teriam sofrido as maiores privações e sofrimentos<sup>190</sup>.

O jornal *A Plebe*, que havia voltado a circular em 1927, ao publicar alguns artigos sobre Domingos Passos<sup>191</sup>, no “inferno da Clevelândia”, saía em defesa do ativista da UOCC. Segundo o artigo, ao relatar um fato que visava mostrar a improcedência das acusações, Passos, ao tentar uma intervenção durante uma assembleia no Centro Cosmopolita, teria sido, além de impedido de falar, expulso daquele sindicato pelos “bolchevistas”. Respalado no acontecimento, expunha o periódico *A Plebe*<sup>192</sup> sua profunda indignação e apreensão com os possíveis desdobramentos do caso. E concluía que se dessa forma agem os “bolchevistas” no Brasil, “como procederão na Rússia, onde o seu partido está no governo, dispondo de todos os meios de compressão, como a polícia, a magistratura e a famosa tcheca?”<sup>193</sup>

Trilhando linha semelhante, Manoel Soares, em artigo datado de 13 de março de 1927, criticava a crescente burocratização na Rússia. Alertando para as semelhanças entre os processos de perseguição estabelecidos na República Soviética e os que se davam no Brasil, Soares asseverava da necessidade de reação contra aquele estado de coisas:

189 *Ibidem*, p. 264.

190 Esta tese dos comunistas, como apontamos em outra passagem do livro, era bastante utilizada nas suas reuniões e imprensa.

191 Mesmo antes da deportação de Passos para a Clevelândia, este representava para os comunistas um grande transtorno. Grande parte das colunas de *A Pátria*, reservadas ao ataque dos “rapazes de Moscóvia” eram subscritas pelo referido membro da Construção Civil. A energia invulgar de Domingos Passos e os seus textos incisivos granjearam-lhe muito prestígio entre os libertários e, por conseguinte, um número expressivo de desafetos no campo oposto.

192 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

193 **AEL**. *A Plebe*, 26/2/1927.

No Brasil o P. Comunista, formado na quase totalidade por renegados do anarquismo e por políticos falidos, investiu contra os elementos anarquistas empregando para isso os mais reles processos. A calúnia e o insulto têm sido suas armas prediletas. A propósito de tudo lançam mão das já clássicas frases de “traidores do proletariado” e “agentes da burguesia”.

O palavreado venenoso dessa gente faria inveja ao pior dos chefes de polícia, ao mais vil dos agentes policiais. Em certos lugares eles foram ao cúmulo, pois chegaram à agressão pessoal.

Quando rebentou em São Paulo a revolta militar, o governo da república, aproveitando a ocasião que se lhe deparava com a suspensão das garantias constitucionais, encarcerou militantes anarquistas em evidência, e, depois de os ter longo tempo nos porões infectos de navios, atirou-os juntamente com outros presos, para a já célebre Clevelândia<sup>194</sup>.

Sem tecer maiores considerações sobre o Oiapoque, o articulista tratou de reavivar, na memória de seus leitores, que somente anarquistas teriam sido remetidos àquela colônia, e que, dos que foram, cinco haviam morrido por lá. Em tom irônico encerrava:

Com o desenrolar dos últimos acontecimentos, chegou-se à conclusão de que, enquanto os bolchevistas “verdadeiros defensores do proletariado” gozavam (ilegível) da polícia fontouresca. Os anarquistas, a quem eles chamaram de “agentes da burguesia”, pagavam com a vida a sinceridade das suas convicções<sup>195</sup>.

Chamadas de primeira página com títulos como “Pobre Revolução Russa!...” davam conta da degeneração do processo revolucionário conduzido pelos bolchevistas na Europa. Lá e cá, pela ótica anarquista, os “socialistas autoritários” ministravam aulas de como sufocar uma manifestação espontânea das massas.

José Oiticica, já bastante crítico à conduta dos comunistas na Rússia, escrevia no periódico *A Plebe* um jocoso e provocador artigo, na

194 AEL. *A Plebe*, 1/5/1927.

195 AEL. *A Plebe*, 1/5/1927.

coluna intitulada: “Não Temer”. Dizia que não havia porque o governo brasileiro temer o novo regime dos Sovietes, pois, segundo o articulista, o que se estava constituindo era um novo Estado com as relações formais já familiares aos demais países capitalistas. Dessa forma, José Oiticica, em larga medida, e de forma esquemática, instituía aquele que se tornaria o clássico conceito de “Capitalismo de Estado”:

A feição administrativa russa é também a mesma “mutatis mutandis” que a das nações capitalistas. E a velha pirâmide hierárquica. Em vez do Tzar há um comissariado e alguns parceiros feitos ministros, chefes de polícia e toda a sequência de diretores e serventuários<sup>196</sup>.

Oiticica aproveita essa análise para reafirmar as teses já defendidas por Bakunin, no século XIX, com respeito à teoria de Marx sobre a ditadura do proletariado. Parecia, ao afamado professor e militante, um momento bastante oportuno para a definição dos limites que separavam as duas escolas do socialismo. E o marxismo-leninismo se prestava a elucidativo exemplo.

A estratégia da difamação não se circunscrevia, como se viu, ao Distrito Federal. Edgar Leuenroth, em carta a Nereu Rangel Pestana, um respeitado comunista, solicitava alguns esclarecimentos sobre uma campanha difamatória movida por *A Nação*. A querela envolvia uma viagem feita por Leuenroth, a trabalho, aos EUA. Dessa forma responde Nereu Pestana, após referir-se ao envolvimento de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, no episódio das acusações:

Não há um ato seu, nessa missão aos Estados Unidos, que eu não pudesse participar como comunista e creio que disso estão convencidos os seus próprios adversários, pois, na minha opinião, trata-se apenas de uma campanha pessoal, infelicíssima<sup>197</sup>.

Casos como esse ocuparam extensas páginas dos jornais comprometidos com ambas as vertentes, definindo, sob determinado aspecto, as prioridades e formas de combate. Se, por um lado, essas “acareações” explicitavam os meandros e singularidades doutrinárias de ambas

---

196 AEL. *A Plebe*, 11/6/1927.

197 AEL. *A Plebe*, 28/5/1927.

as partes, por outro, potencializavam-se como material para servir ao desmonte, pela reação governamental, dos grupos envolvidos<sup>198</sup>. Ficava muito fácil para a polícia, acompanhando os informativos, utilizar as mútuas acusações como elemento de articulação de estratégias a serem empregadas contra ambas as tendências.

Mas ainda assim, se observadas as crônicas sobre os grandes eventos operários, nem sempre ficavam claras as divergências. Em 1926, após a consumação da cisão entre comunistas e libertários, o jornal *A Manhã* registrava as manifestações do 1º de Maio, na praça Mauá, da seguinte forma:

A imensa massa de trabalhadores que, em redor do monumento daquela praça, se premia na ansia de ouvir os oradores que assomariam à tribuna que ali se improvisara, movia-se, arfava de ansiedade. Afinal, ergueu-se o primeiro. Era o representante do Comité das Associações operárias, organizador do “*meeting*”, que em breves palavras pediu aos oradores inscriptos que se não excedessem na linguagem e que fossem prudentes e seremos no apreciar os factos.

Seguiram-se com a palavra os representantes da União dos Empregados em Padarias, da União dos Empregados em Fábricas de Tecidos, da Associação dos Empregados em Açougues, dos Marceneiros, a senhorinha Maria Matera, a menina Antonietta Paladino<sup>199</sup>, os Srs. Pierre e Antônio Baptista, este último pela Construção Civil e vários outros operários, os quaes discorreram sobre a significação da grande data para os proletários, combatendo aquelles que a commemoram como data festiva, quando ella é simplesmente uma recordação daqueles que com tanto heroísmo se sacrificaram, em Chicago, pelas reivindicações das classes proletárias<sup>200</sup>.

---

198 Em muitos prontuários de polícia podemos encontrar, em anexo as anotações ordinárias, recortes de jornais operários com notícias pertinentes a trajetória do militante e de contendas entre os grupos dissidentes do sindicalismo.

199 No Terceiro Congresso Operário, em 1920, a presença feminina já se fazia sentir claramente. Vale lembrar que Elvira Boni, do segmento das costureiras, teve enorme destaque no referido evento.

200 **BN.** *A Manhã*, 2/5/1926.

Teriam comparecido ao comício proletário os agentes da ordem, o 4º delegado auxiliar, coronel Bandeira de Mello, e o delegado do 2º Distrito, o dr. Sá Osório.

Ainda que assim aparecessem as relações em 1926, é relevante registrar que no ano de 1923, em abril, as hostilidades já faziam algumas vítimas. Rodolfo Marques da Costa, o principal responsável pela seção trabalhista de *A Pátria*, fora atingido por violenta pancada no rosto<sup>201</sup>. O golpe teria sido desferido por um ex-anarquista, agora membro do PCB, de nome Olgier de Lacerda. Poucos dias após, o sindicalista e libertário Isidoro Augusto terminaria por receber o mesmo tratamento violento, protagonizado pelo mesmo Olgier, desta vez acompanhado por Joaquim Silva<sup>202</sup>.

Após relatar detalhadamente o acontecido, Marques da Costa, em *A Pátria*, aproveitava para definir sua posição:

Estou cheio de tanto tolerar vilões dessa marca. Insultos, calúnias, tudo tolerei.

Mas tudo tem um fim. Minha paciência esgotou-se e, se bem que não tenha ódio por essas criaturas repelentes, sinto que são trastes dignos de todo o meu desprezo e de minha mais intransigente impugnação.

De agora em diante combatê-los-ei com mais veemência até sua derrota – não admitindo, é claro, a hipótese de que antes me venham faltar recursos ou tenha de sucumbir ante alguma das muitas infames ciladas que os bolcheviques sabem preparar como mestres de profissão.

Os bolcheviques, pregando o seu “credo” aos trabalhadores, não têm coragem de dizer toda a verdade do seu “programa”. São hipócritas.

Prometem dar-lhes o céu para lhes dar o inferno.

Prometem-lhes a liberdade e dão-lhes ditadura férrea.

Porque temer desmascará-los abertamente?

Acompanhem-me os que estejam de acordo comigo. Fiquem para trás os medrosos.

201 AEL. *A Plebe*, 12/5/1923.

202 AEL. *A Plebe*, 25/5/1923.



Quem sabe se ainda me elevarão uma estátua, lembrando o nome do primeiro morto às mãos dos bolchevistas do Brasil?

Olha que a honra para a família não era pequena!...<sup>203</sup>

Na mesma época e no mesmo jornal, Marques da Costa mantinha sua coluna sempre alerta aos “deslizes” dos oponentes comunistas.

Mas, talvez, o fato de maior gravidade tenha acontecido em 1928, período crítico para o movimento anarquista, no Distrito Federal.

Após uma série de mútuas provocações, o deputado Azevedo Lima desafiava o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecido, Joaquim Pereira de Oliveira, a provar sua inocência diante de evidências, em poder do referido deputado, do seu envolvimento com a política carioca<sup>204</sup>.

O fórum de exposição das referidas provas teria lugar, no dia 14 de fevereiro daquele ano, na sede da União dos Gráficos, à rua Frei Caneca nº 4, encontro que aconteceu com o trágico saldo de 10 feridos, sendo que dois vieram a falecer<sup>205</sup>.

Existem sobre o mesmo fato algumas versões: para os anarquistas os disparos que vitimaram o sapateiro Antonino Dominguez, diretamente ligado aos libertários, e um gráfico, Damião José da Silva, teriam saído de pistolas portadas pelos comunistas Eusébio Manjon e Galileu Sanchez<sup>206</sup>. Segundo os comunistas, os referidos disparos teriam sido obra de policiais “secretas”<sup>207</sup>.

O jornal *A Noite*, dando cobertura ao fato, entendia a disputa entre as “duas facções” operárias como estranha ao conjunto da classe trabalhadora. Nas suas páginas condenava ainda mais a infiltração de políticos da “burguesia”:

203 AEL. *A Plebe*, 6/5/1923.

204 No *Correio da Manhã* a abordagem da notícia parece confirmar a tese defendida por Azevedo Lima. O periódico entende ainda que ação violenta teria sido arquitetada por agentes provocadores da 4ª Delegacia Auxiliar. *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1928.

205 Edgar Rodrigues, *Novos Rumos*, *op. cit.*, p. 297.

206 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 285.

207 Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*, *op. cit.*, p. 297.

O sr. Azevedo Lima, que nada mais é que um representante da chamada burguesia, contra a qual, nas suas expansões comunistas, se arremette agora, para acolher os votos dos trabalhadores illudidos com a perigosa doutrina, foi, por conseguinte, o causador do lamentavel conflicto em que em tombaram tantos operários.

É possível que o operário Pereira de Oliveira, alvo dos odios do deputado carioca, deva aos seus companheiros explicações dos seus actos como um dos “leaders” da classe que é. Mas, o Sr. Azevedo Lima é que nenhuma autoridade tinha para exigir essas explicações, e ainda mais da maneira por que o fez, numa assembleia operária, em que a maioria manifestava a sua franca sympathia pelo acusado, a quem, por insinuação daquelle politico, foi até negado direito de defesa<sup>208</sup>.

O diário terminaria as considerações sobre o deputado dizendo que ele contribuía para desarmonizar a “laboriosa classe” e, por força do fato, merecia “a mais formal condemnação”.

Na mesma medida, o *A Noite* não pouparia a polícia que, segundo a matéria noticiosa:

Sabia a polícia que na reunião de hontem eram esperados successos desagradáveis, mas só tomou uma providência: mandar para a sede da rua Frei Caneca, uma turma de agentes provocadores, chefiada por um commissário que serve às ordens do Sr. Pedro de Oliveira Ribeiro<sup>209</sup>.

Uma attitude que teria colaborado para que o pior acontecesse.

Durante a sessão que se apresentava lotada de operários e operárias de várias categorias, além de algumas crianças, o deputado Azevedo Lima falou longamente sobre o que ele entendia serem provas irrefutáveis da culpa de Joaquim Pereira de Oliveira. Dizia ter nas mãos papéis comprobatórios das acusações. Por força das afirmações, um grupo de comunistas entendeu que, diante das “evidências”, não havia razão para se permitir a defesa do acusado. Uma posição que provocou ruidoso

---

208 **BN.** *A Noite*, 15/2/1928.

209 **BN.** *A Noite*, 15/2/1928.

protesto por parte dos que discordavam dessa posição. Nesse momento, um homem que se encontrava na assistência, vestido de preto, sacou de uma pistola e disparou impiedosamente sobre um determinado grupo que fazia parte do debate. Por conta de tal atitude, ainda segundo *A Noite*:

Seis foram os operários que caíram logo feridos.

Uma circunstância notável, quase todas as vítimas são adversários do comunismo combatido pelo grupo chefiado pelo operário José Pereira de Oliveira. São os seguintes os feridos: Antônio (sic) Domingues, casado, hespanhol, sapateiro (...) e Damião José da Silva, solteiro, brasileiro, tipógrafo (...); Antônio Augusto de Oliveira, solteiro, brasileiro, operário (...); Antônio Venâncio, viúvo, brasileiro, pintor (...); Joaquim Bastos, casado, brasileiro, empregado no comércio (...); e Francisco Pinto Ferreira, solteiro, brasileiro, sapateiro (...).

Sofreram essas vítimas os seguintes ferimentos: Augusto Oliveira, a bala, no joelho direito; Antônio Venâncio, ferida contusa, na cabeça; Joaquim Bastos, a bala, na cabeça; Francisco Ferreira, a navalha, na região glútea; Antônio Domingues, a bala, na região sacra e Damião José da Silva, a bala, no abdomen<sup>210</sup>.

Damião José da Silva morreria poucas horas depois de dar entrada no hospital.

Mantendo sua linha bastante crítica a ação da polícia, o jornal registra sob o título jocoso: “A policia appareceu!”, a performance dos agentes. Segundo o texto, só depois do pior ter acontecido, um forte esquema de segurança foi montado na porta do Sindicato dos Gráficos “como por encanto”. As linhas registram a presença dos 1º e 4º delegados auxiliares, do delegado do 12º Distrito, comissários, agentes, guardas-civis e praças.

Como resultado, muitos operários foram presos e levados para a Polícia Central. O rigor demonstrado teria sido de tal ordem que, mesmo os dois operários feridos gravemente, teriam sido autuados no hospital pelos delegados Attila Neves (1º delegado auxiliar) e Pedro de

---

210 **BN.** *A Noite*, 15/2/1928.

Oliveira (4º delegado auxiliar). A sanha repressiva foi tão grande que até os jornalistas do *Correio da Manhã* foram igualmente agredidos e receberam voz de prisão, indo parar na 4ª Delegacia Auxiliar<sup>211</sup>.

Edgar Rodrigues transcreve partes do depoimento de Antonino Dominguez, dado a um jornalista de *A Noite*, no dia em que entrou no hospital:

Quem me feriu foi Pedro Bastos<sup>212</sup>. – Por que? – Ele não me suporta, e isso porque, chefiando um grupo de comunistas na “Aliança dos Operários em Calçados”, à Praça da República, 42, me encontrou pela proa. – Mas só por isso? – É que ele dirigiu um ataque à nossa sociedade e eu o repeli. Desde então não me perdoou, aproveitando agora a ocasião para se vingar<sup>213</sup>.

A morte de Dominguez, que aconteceu no dia 19 de fevereiro, aos 23 anos, deixando uma companheira, Carlinda Nogueira Domingues, e três filhos<sup>214</sup>, ampliaria a fissura na já desgastada relação entre comunistas e anarquistas. O corpo foi velado na Aliança dos Operários em Calçados sob enorme comoção, saindo de lá o féretro para o sepultamento no Cemitério São Francisco Xavier. O atentado selava, com marcada indignação, por parte dos anarquistas, uma legenda, que não cessaria de crescer nos anos seguintes: a da “traição bolchevista”.

#### 4.9. A DIALÉTICA OPERÁRIA

Das disputas entre ambos os blocos revolucionários podemos colher algumas informações interessantes, elementos que, inequivocamente, po-

211 **BN.** *A Noite*, 15/2/1928.

212 Pedro Bastos era o pseudônimo de Galileu Sanchez. Este fazia parte do PCB, mas antes de ingressar nas fileiras do Partido havia, ainda como anarquista, assinado um demolidor artigo denunciando atrocidades na URSS. Em tom acusatório referia-se aos bolchevistas como: “As ratazanas de Capa Vermelha”. *O Trabalho*, 10/6/1922. *Apud* Edgar Rodrigues, *Novos Rumos. op. cit.*, p. 115.

213 Edgar Rodrigues, *Novos Rumos, op. cit.*, p. 297.

214 **BN.** *A Noite*, 20/2/1928.

dem servir para relativizar os conceitos de crise do anarquismo e a subsequente ascensão dos comunistas. Em estudo bastante interessante, Marcos Del Roio faz um apanhado bastante amplo do avanço comunista em 1928 e do que existia em termos de resistência libertária nos estados do Brasil.

Segundo esse autor, no Rio Grande do Sul, embora o Partido Comunista possuísse 80 militantes, ainda assim, era conhecido pelo seu “espírito de seita”. Ao contrário do Rio de Janeiro e São Paulo, as relações com os anarquistas não se haviam deteriorado de forma tão acentuada. No ano em questão, chegou mesmo a existir uma aliança entre os sindicalistas anarquistas da Federação Operária do Rio Grande do Sul, a FORS, e o PCB<sup>215</sup>.

Em São Paulo, o principal apoio sindical do PCB era a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), além de mais três outras entidades.

Nos embates com os sindicalistas revolucionários, os comunistas teriam chegado a perder *O Internacional*, órgão dos garçons e correlatos. A penetração em São Paulo foi muito mais difícil para os membros do PC, se comparada com o mesmo fenômeno no Distrito Federal. Mesmo o BOC encontrou grandes dificuldades no campo da política eleitoral<sup>216</sup>. Del Roio afirma que a influência, no proletariado paulista, do “anarco-sindicalismo” era “amplamente majoritária”. Os anarquistas da FOSP, entidade revigorada a partir de 1927, seguiriam, pelo menos até 1934, com relativa ascendência sobre as classes trabalhadoras.

No Rio de Janeiro, ao que tudo indica, a preeminência dos anarquistas experimentou seu ocaso antes mesmo do fim de 1929. Embora com certo vigor em 1927, os militantes no final da década estavam dispersos, espalhados pelos cárceres, ou mesmo diluídos no anonimato da burocracia sindical.

Apesar de terem os sindicalistas revolucionários do Rio de Janeiro conseguido, em junho de 1927, organizar um Sindicato de Ofícios Vários e logrado juntar um grande número de trabalhadores no 1º de Maio<sup>217</sup>, esses fatos não impediram o processo de descenso.

A conjuntura de 1927 mostrava-se bastante complexa. O avanço das propostas para organização de frentes únicas de trabalhadores, por

---

215 Marco Del Roio, *op. cit.*, p. 61.

216 Ao criar aliança com o PD, os comunistas pretendiam fortalecer os setores da burguesia liberal, na impossibilidade de levar à frente o seu projeto.

217 AEL. *A Plebe*, 25/6/1927.

mais refratários que fossem os sindicalistas revolucionários à ideia, conseguiu, em alguns momentos, inserir na retórica de comunistas, socialistas e anarquistas palavras de igual sentido. A tragédia anunciada, na execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti, proporcionou alguns instantes de convergência entre setores mais progressistas no Distrito Federal e outras partes do país<sup>218</sup>.

No mesmo mês de agosto, sob os efeitos da “lei celerada”, *A Plebe* anunciava a prisão de inúmeros militantes, a maioria anarquistas, entre eles: Domingos Passos, Edgard Leuenroth e João Peres, todos ativistas de crucial importância no Rio de Janeiro e São Paulo<sup>219</sup>. Segundo o periódico, os operários teriam sido presos por ocasião das manifestações contra a execução de Sacco e Vanzetti. Alegaram então, os redatores, para maior justiça do protesto, que as manifestações eram um fenômeno mundial e haviam, pelo menos no Brasil, transcorrido na mais completa ordem.

Talvez as manifestações pró Sacco e Vanzetti tenham sido a mais expressiva campanha da década, ao menos pela feição que apresentou, de unir as forças mais avançadas do momento. Tal fenômeno também se fizera presente no período do fuzilamento de Francisco Ferrer, na Espanha, em 1909<sup>220</sup>, ao alavancar uma campanha mundial de protesto que mobilizou vários segmentos do pensamento “democrático”, também no Brasil.

Para a estratégia desenvolvida pelos comunistas, esses momentos, em que o objetivo unificava as energias, eram fundamentais. Como toda a campanha, essa se esgotaria na execução ou no perdão aos martirizados. Em qualquer dos casos, a aproximação e o calor dos acontecimentos teriam por si só forjado o clima ideal para filiações e proselitismos ideológicos.

---

218 O 1º de Maio convocado pela FORJ, na Praça 11 de Junho, no Rio de Janeiro, colheu alguns louros desta situação.

219 **AEL.** *A Plebe*, 6/8/1927.

220 Francisco Ferrer foi executado pelo pretense envolvimento nas atividades grevistas da região da Catalunha. Notabilizou-se por suas teorias chamadas racionalistas, no campo pedagógico, ele perfilhava da proposta anarquista no que se referia ao antiautoritarismo e busca da ilustração das camadas mais pobres da sociedade. Após sua morte, em 13 de outubro de 1909, seu método contabilizou ainda maior notoriedade; não só na sua terra natal, como também em diversos países da Europa e Américas.

Como exemplo de tal intenção, percebemos, no órgão do PC, *A Classe Operária*, o propósito de identificar os inimigos de véspera com a “causa maior e vitoriosa” do comunismo. Em letras garrafais, no 1º de Maio de 1928, o jornal convocava “Todos à Praça Mauá às 2 Horas da Tarde!”<sup>221</sup> e neste primeiro número da segunda fase, denunciava que muitos operários estavam presos pelo “crime de serem conscientes”. Os detidos eram “Domingos Passos, Festa, Manjon e Francisco Martins!”<sup>222</sup>

Sem definir a posição ideológica de cada preso, a coluna cumpria o papel de colocá-los sob o mesmo manto político. A condição de “conscientes” os mantinha na mesma esfera de influência<sup>223</sup>, qual seja, a do Partido Comunista.

#### 4.10. OS NÚMEROS DO PCB

A substituição do prestígio do sindicalismo revolucionário pela ação da “Sindical Vermelha”, com efeito, deu-se no decurso dos últimos anos da década de 1920 e primeiros anos da seguinte. A transição não foi igual em todas as partes do território nacional, nem obedeceu a marcos cronológicos rígidos. No mais das vezes, observava-se a concomitância de forças e de influências em setores distintos das associações operárias.

A quantificação das forças identificadas com a proposta revolucionária é de difícil constatação. Em muitas oportunidades a eficiência da propaganda, seja do lado comunista ou libertário, sugeria o número de componentes filiados às respectivas propostas, relação mecânica que, não raro, induziu a erros no plano das projeções.

221 **ACELIP.** *A Classe Operária*, 1/5/1928.

222 **ACELIP.** *A Classe Operária*, 1/5/1928.

223 As relações tensas entre anarquistas e comunistas não impediriam que, num futuro não muito distante, novos militantes do PCB mantivessem em relação ao anarquismo um grande respeito e, em certos casos, até admiração. Esse é o caso de Alberto Francisco dos Santos, jovem morador de Jacarepaguá, nos anos de 1930. Segundo a narrativa, teria ele convivido com alguns anarquistas, no seu bairro, além de ter escutado sobre Bakunin em conversas com o tio, um “eletricista, e um espanhol anarquista”. Roberta Lobo. *Memórias de um comunista carioca: a vida de Alberto Francisco dos Santos*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2007, p.22.

Astrojildo Pereira, em seu livro sobre a formação do PCB<sup>224</sup>, ao se referir a determinado informe publicado nas teses do encontro nacional, em fevereiro de 1925, relatava que: “No Rio e em Niterói, onde possuímos metade dos membros do PC, continuamos no máximo com 150 aderentes”<sup>225</sup>.

Hermínio Linhares, ao transcrever informações do jornal *Sete de Setembro*, de 7 de setembro de 1925, afirmava:

Éramos apenas doze os primeiros pioneiros do Partido Comunista do Brasil. Hoje, o Partido Comunista conta com mais de meio milheiro de membros no Rio, Pernambuco, Bahia, Vitória, São Paulo, Santos, Minas e Porto Alegre<sup>226</sup>.

Também nessa passagem podemos verificar a precariedade da percepção que o partido tinha de suas bases; ou então, a estratégia da “confusão proposital” para obstruir as investigações policiais. De qualquer forma, fica prejudicada a intenção de atestar, através de certos registros, o montante exato dos militantes do PC.

Os comunistas, que periodicamente informavam a seus organismos internacionais o número de militantes, servem de referência à reflexão nesse sentido. Em uma publicação da Internacional Comunista de 1928<sup>227</sup>, a seção brasileira do PC esclarecia: “O partido conta com 1200 membros, entre os quais 98 por cento são operários. O restante é composto de burgueses e intelectuais”<sup>228</sup>.

Sobre o mesmo período, escreve Astrojildo Pereira que:

De acordo com relatório sobre o Brasil, o PCB contava, no final de 1928, com 800 membros, 600 dos quais estavam organizados em 70 células. Desde o Terceiro Congresso Nacional, levando em conta apenas o Rio de Janeiro, novos

---

224 Astrojildo Pereira. *A Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

225 *Ibidem*, p. 84.

226 Hermínio Linhares. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro: 1955, p. 89.

227 “*L'activité de l'Internationale Communiste de V au VI Congrès*” Paris, Bureau d'Éditions, 1928, Feltrinell., reprinted, 1967, pp. 67-68 e 508-511 (IISG), in Pinheiro e Hall. vol. II., op. cit., p. 285.

228 *Ibidem*.



membros aderiram ao Partido na razão de 50 por mês. Sua força orgânica, conseqüentemente, beirava 1.200 membros, tendo-se formado entre 20 e 30 células adicionais<sup>229</sup>.

O relatório foi escrito com o firme propósito de divulgar os relevantes serviços prestados à “causa bolchevista no Brasil”. Podemos observar alguma variação nos números que, no texto do documento, justifica-se pelo termo “força orgânica”.

Entretanto, no conteúdo do relatório do chefe de polícia, Coriolano de Araújo Góes Filho, escrito em fevereiro de 1929, encontramos muito pouco interesse pelo “crescimento” do PC no Distrito Federal<sup>230</sup>. O oficial registrou o seguinte:

Para que se veja quão irrisório é o ensaio de propaganda “comunista” entre nós, basta folhear as páginas do volume que o Senhor Gustave Goutherot publicou sobre o comunismo no mundo. No Brasil pouco mais de 300 aderentes se inscreveram nas fileiras da III<sup>a</sup> Internacional<sup>231</sup>.

A disparidade entre as informações oficiais, apresentadas ao ministro pelo chefe de polícia, e os relatórios, também oficiais, ao *Komintern* são bastante grandes. Sob a apreciação de Coriolano de Araújo Góes, os comunistas são subvalorizados, nos números e na sua eficiência, como também os anarquistas que não são sequer citados. Perdidas entre as análises das atividades cotidianas de polícia, as informações sobre o “perigo vermelho” estão longe de ter o destaque esperado.

Através de uma carta escrita ao Comitê Central do PCB, sob o título “Portas Abertas”, Aristides Lobo adicionou mais alguns ingredientes ao universo das informações no tocante às filiações. Ao analisar erros cometidos pela direção, em São Paulo, que teriam produzido, “uma soma maior de serviços prestados à burguesia do que ao proletariado”, Aristides advertia:

– Abriram-se as portas do P.C. Mas mal se abriram escancaravam-se. A lei aqui, tem sido a seguinte: “É assalariado?”

229 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 315.

230 Existe no relatório menção ao episódio, já comentado anteriormente, do atentado no sindicato dos gráficos, em que morreram dois militantes.

231 Relatório do Distrito Federal Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto de Vianna do Castelo – Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1929.

Quer entrar para o PCB?” e logo depois: “Pois entre e esteja a vontade, a casa é sua!

O resultado desse procedimento é que o P.C. cresceu um pouco, mas cresceu... de agentes de Polícia e imbecis.

Que para o P.C. entrem agentes de Polícia quando se faz um grande recrutamento, isso pode acontecer. Mas que aconteça como resultado de uma burrice da vanguarda.

– Isso é lamentável<sup>232</sup>.

Acreditamos que, com esses dados, não fique muito difícil perceber o grau de dificuldade em estabelecer a base numérica real dos militantes do PCB. É bem possível que a necessidade de contemplar as expectativas do *Komintern* com o Brasil esteja na origem de certas medidas adotadas pelo PC, aqui denunciadas por Aristides Lobo. Quanto às informações do chefe de polícia, elas reforçam o hiato e a descontinuidade dos números de filiados ao comunismo. O descaso do policial pode, de maneira inversa à das intenções dos comunistas na prestação de contas ao seu órgão máximo diretor, significar uma tentativa de simular eficiência no combate à subversão.

#### 4.1.1. A INTERNACIONAL ANARQUISTA

Durante o governo de Arthur Bernardes, em que pese toda a repressão, os anarquistas lograram manter, através de mensagens que eventualmente conseguiam escapar à censura oficial, algum contato com o movimento operário internacional. Apesar do fenômeno da repressão aos movimentos revolucionários não se circunscrever apenas ao Brasil, as organizações e individualidades mais representativas do meio libertário no exterior buscaram algumas formas de aglutinação.

Para tanto, os anarquistas reuniram-se em um primeiro grande congresso que visava reestruturar a oitocentista Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O encontro realizado em Berlim, no ano

---

232 **AESP**. Prontuário Aristides Lobo – DESPS – Carta datilografada de 13/12/1929.

de 1922<sup>233</sup>, correu com relativo sucesso. Os congressistas deliberaram, como resultado final, além de uma série de medidas, pela organização de um novo congresso a ser celebrado em Amsterdã, no ano de 1925. O primeiro encontro oportunizou um importante balanço do sindicalismo revolucionário e a sua aplicação em articulação com as ideias anarquistas.

As duas grandes figuras do “IIº Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores” (AIT) foram o alemão Rudolf Rocker e o espanhol Diego Abad de Santillán que não só eram intelectuais bastante sólidos como também conheciam de perto a situação de vários países latino-americanos. Santillán chegou mesmo a manter correspondência com Domingos Passos e Marques da Costa, buscando uma troca de experiências para o avanço do sindicalismo latino-americano<sup>234</sup>. Radicado durante muito tempo na Argentina, o teórico do sindicalismo revolucionário escrevia, com significativa frequência, no famoso *La Protesta*. Esse periódico contou com grande prestígio nos meios libertários de toda América Latina e até mesmo Europa.

Marques da Costa, para o seu primeiro contato com Santillán, antes do Congresso de 1925, havia escrito uma carta bastante detalhada e informativa<sup>235</sup>. Nela, além de um curto histórico da imprensa libertária no Rio de Janeiro, aludiu ao seu trabalho na UOCC e na seção trabalhista de *A Pátria*. Contatos como esses e a intensa circulação de boletins informativos veiculados pelos jornais, em determinada medida, facilitaram o estreitamento das relações entre a AIT e o sindicalismo anarquista no Brasil.

A Batalha, de Portugal, facultou largos espaços ao evento de Amsterdã em suas colunas. Nelas os nomes de algumas associações presentes figuravam com seus respectivos delegados<sup>236</sup>. Destacamos o nome do representante da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS),

---

233 Este Iº Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no século XX foi resultado de um evento anterior em Londres, pouco antes da Grande Guerra, no ano de 1913. Justamente em função do conflito mundial, os sindicalistas revolucionários só puderam materializar as aspirações de um primeiro congresso, alguns anos após o encerramento das atividades bélicas.

234 Pinheiro e Hall, Vol. I., *op. cit.*, p. 275.

235 Carta manuscrita de Marques da Costa a Abad de Santillán, (Korrespondenz), 1924 (IISG). *In*: Pinheiro e Hall, vol. I., *op. cit.*, p. 277.

236 **BVO**. *A Batalha*, 28/3/1925.

o próprio Rudolf Rocker, que acumulava também o cargo de Secretário Geral da AIT. Fato que revela não só uma situação extraordinária para o período no Brasil como também a afinidade e estreita ligação com o movimento internacional dos operários anarquistas ativos na fração meridional do país<sup>237</sup>.

Outras nações latino-americanas de significativo peso político fizeram-se representar no encontro; Santillán estava investido das delegações da Federação Operária Regional Argentina (FORA) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do México, e Júlio Diaz representava a Federação Operária Regional Uruguia (FORU).

O Congresso encerrava os trabalhos no dia 27 de março e as principais resoluções indicavam o sindicalismo revolucionário como a melhor arma contra “a social-democracia e o bolchevismo autoritário”<sup>238</sup>. Além, é claro, da nova bandeira de “6 horas” de jornada diária de trabalho. Para representar os operários do Distrito Federal, nesse IIº Congresso da AIT, foi indicado o nome do polêmico Carlos Dias, mas em função dos acontecimentos de julho de 1924, teria o intento ficado prejudicado<sup>239</sup>. Os anarquistas do Rio de Janeiro chegaram nessa oportunidade a fazer campanha para o recolhimento de fundos que, ao que tudo indica, acabaram sendo utilizados para outra finalidade.

Os ecos da AIT na América Latina, ainda na década de 20, precisamente em maio de 1927, evidenciaram-se com a celebração de um encontro organizado pela CGT do México e a FORA da Argentina. O evento, que entrou para os anais da história sindical americana, sob o título de “Congresso Operário Continental”, foi realizado em Buenos Aires, com a participação de vários países latino-americanos. *A Plebe* noticia, em 14 de maio, a adesão das Federações do Pará, Rio Grande

---

237 Não devemos descartar a hipótese das facilidades que a região apresentava, em função das colônias germânicas e do próprio arcabouço político do estado em questão. As rebeliões no Rio Grande do Sul; os seus desdobramentos e permanências são um capítulo à parte na história dos anos 20. Sobre a história do operariado no Rio Grande do Sul, ver: *Revista de Estudos Ibero-Americanos/ Pós-Graduação de História*, PUCRS. – v. XXII, nº 2 (dez. 1996), Porto Alegre, EDIPUCRS.

238 **BVO**. *A Batalha*, 1/4/1925.

239 John F. Dulles, *op. cit.*, p. 239.

do Sul e do Rio de Janeiro à AIT<sup>240</sup>. Nessa mesma oportunidade, Domingos Passos envia ao jornal paulista um apelo para que se fizessem manifestações de apoio ao Congresso.

Sem dúvida, o referido evento contou com as energias e experiência de Diego Abad de Santillán, que havia retornado à Argentina na segunda metade do ano de 1926<sup>241</sup>. O militante espanhol era, por assim dizer, um vigoroso propagandista da causa revolucionária concorrendo, não só para o sucesso do Congresso, como também para a qualidade do periódico portenho, *La Protesta*.

Do Rio de Janeiro, partia a sugestão de Domingos Passos em indicar, Thomaz D. Borche, já próximo de Buenos Aires, para representar os operários cariocas no Congresso Operário Continental. Borche, veterano do Oiapoque, a despeito de gozar da confiança dos anarquistas do Rio de Janeiro, certamente não era o mais indicado a representar os operários do Distrito Federal. A delegação por confiança não era incomum, como já foi visto aqui no caso de R. Rocker, ao representar a FORGS, no Congresso de Amsterdã. Mas a indicação de Borche certamente reflete as dificuldades econômicas dos sindicalistas revolucionários do Distrito Federal. Ao que tudo indica, a dificuldade não se restringia apenas à repressão.

#### 4.12. OS ANARQUISTAS NA REVOLUÇÃO IMPOSSÍVEL

No projeto da revolução democrático-burguesa dos comunistas, várias forças se coadunavam no tabuleiro das possíveis ligações: o apoio dado condicionalmente ao Partido Democrático, em São Paulo, no ano de 1928<sup>242</sup>, assim como as simpatias de Astrojildo Pereira pela Coluna Prestes demonstravam o lado prático e mais imediato dessa concepção:

240 AEL. Os anarquistas do Rio de Janeiro seriam representados por Thomaz Derliz Borche, [sic] um dos deportados do Oiapoque, que se encontrava em “Montevideu em visita à família.” *A Plebe*, 14/5/1927.

241 Carlos Díaz. *Diego Abad de Santillán* – Semblanza de un Leonés Universal. – León: I.A.F. Unidad de Imagen, 1997, p. 45.

242 Marco Del Roio, *op. cit.*, p. 65.

Nesses termos, embora houvesse possibilidades de várias revoluções a partir de cada uma das propostas políticas, o sujeito político dirigente do processo não era tão indefinido assim, pois aparecia corporificado na figura de Luís Carlos Prestes e dos “revolucionários”. A partir daí, o que passa a ser definido não são os “tenentes”, mas sim “revolucionários”, sujeitos políticos, por excelência, do conjunto das propostas de revolução<sup>243</sup>.

Contra o bloco conservador dos Partidos Republicanos locais, erguiam-se algumas representativas figuras, tais como Miguel Costa, Maurício de Lacerda e Luiz Carlos Prestes, irmanadas no significado que vinha se cunhando de “revolução”<sup>244</sup>.

O periódico oficioso do PCB, em São Paulo, *O Combate*, não deixou de celebrar tais opiniões coincidentes que, por diversas vezes, deram sentido às colunas do referido órgão. Astrojildo, em discurso de julho de 1929, bradava:

A corajosa marcha da Coluna Prestes exerceu enorme influência no despertar das massas rurais desesperançadas e apáticas. Simultaneamente, sua atividade levou a luta de uma camada mais ampla da população e apresentou uma plataforma realmente capaz de atrair as massas. Quando da revolução de 1922, e da mesma forma em 1924, os revolucionários se bateram por pequenas formas democráticas e liberais, insurgiram-se contra a “falta de liberdade, de justiça” etc. Mas, com o desenrolar do movimento, o programa clamou por uma revolução mais profunda. O confisco das grandes propriedades, a eliminação dos impostos exorbitantes lançados sobre o campesinato empobrecido, a repartição do latifúndio, o controle dos imperialistas e da burguesia local foram reivindicações feitas pelos revolucionários<sup>245</sup>.

A avaliação do secretário do PC passava pela desejável aliança com os membros da Coluna, já que as forças imperialistas da Inglaterra e

---

243 Edgard De Deca, *op. cit.*, p. 84.

244 *Ibidem*, p. 85.

245 Astrojildo Pereira, sob o pseudônimo de Américo Ledo. *Apud Dulles, op. cit.*, p. 316.

EUA enxergavam o Brasil, segundo ele, como um palco para exercitar as suas disputas. Fato que, por si só, já suscitava a emergência da aproximação das duas forças “revolucionárias”.

Para a linha política do PCB, a significação do conceito de revolução estava sendo construída pela própria dramaticidade daquele momento histórico. A sombra do imperialismo e a luta contra as forças mais conservadoras forneciam, assim, o elemento contingencial e catalisador que determinava a lógica da desejada aliança.

Entretanto, a questão estava distante da simplicidade, de acordo com E. De Decca: através da manifestação de várias concepções políticas, presentes na luta de classes, tornava-se possível perceber a construção, a partir de cada uma delas, de um sujeito político evidenciado pelo qualificativo de “revolucionário”, aquele que iria promover a revolução. Mas restava a dúvida:

Qual revolução? Se as lideranças dos “revolucionários”, Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Juarez Távora e outros, encarnam a própria revolução, não resta dúvida que, desde 1928, ela tem registros diferentes para cada um deles. E tal diversidade de propostas não se limita apenas ao âmbito das lideranças do movimento dos “revolucionários”, pois Maurício de Lacerda e Astrojildo Pereira, com posições diferentes, criam também o sujeito político para a revolução diferente. Entretanto, desde cada uma das propostas de revolução, a criação do sujeito político – os “revolucionários” e a liderança de Luís Carlos Prestes – e a explicitação do inimigo comum – as oligarquias – garantem a possibilidade de um acordo tácito entre as várias tendências políticas que conjuga interesses das classes dominantes descontentes com o governo do Partido Republicano, dos setores médios urbanos e da classe operária<sup>246</sup>.

Na perspectiva dos comunistas este era o espaço das possibilidades. Tentar defender a “revolução” fora deste campo de percepção equivalia a uma condenação ao ostracismo. Já bem dentro das regras institucionais, os comunistas haviam optado por um tipo de radicalidade pos-

---

246 Edgard De Decca, *op. cit.*, p. 87.

sível, em um plano político de maior visibilidade. Assim, os primeiros passos, os embrionários, seguiam no sentido de se criar um conceito-espaço do qual faziam parte constitutiva e no qual ocupavam a posição mais avançada. Dessa forma, a ideia de “Forças Progressistas” traduzia não só o modo, mas também o tipo de ação mais consequente para o revolucionário. Eles defendiam o que acreditavam ser a “idade da razão” para os agentes da revolução brasileira. Portanto, os comunistas, demiurgos dos novos tempos, deveriam interferir nas mudanças da forma mais “consciente possível”.

Em oposição a isso, as práticas dos libertários eram vistas como a-históricas ou descoladas do princípio inteligível de revolução. Muito da lógica revolucionária comunista, a despeito do materialismo empregado, guiava-se por uma profunda fé nos ritmos da história. Esse pensamento revelava, muitas vezes, um caráter transcendente aos pressupostos defendidos pelos adeptos do “bolchevismo”.

Os anarquistas, acusados de toda a sorte de atavismos e atrasos, muito ao contrário, investiam na imanência do campo da *ação direta*. Recusavam-se a admitir, como insistiam seus detratores, a obsolescência de seus métodos e a perda de seu protagonismo na história.

Nos anos de 1930, Rudolf Rocker<sup>247</sup> escrevia sobre a singular apreciação dos anarquistas dos movimentos da sociedade:

Quanto mais profundamente se examinam as influências políticas na História, tanto mais se chega à convicção de que a “vontade de poder”<sup>248</sup> tem sido, até agora, um dos estímulos mais vigorosos no desenvolvimento das sociedades humanas.

A concepção segundo a qual todo o acontecimento político e social é só um resultado das condições econômicas

---

247 Rudolf Rocker nasceu na Alemanha em 1873, vindo a falecer nos EUA, em 1958. Durante toda sua vida militante não deixou de colaborar com publicações libertárias em todo o mundo. Atuando mais particularmente no campo sindical foi um dos grandes responsáveis pela refundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1922. Crítico severo do fenômeno do bolchevismo destacou-se na recuperação de fatos e evidências da ação desses contra os anarquistas, e não apenas. Foi ainda, com bastante justiça, o mais destacado teórico do anarquismo de língua alemã do século XX.

248 Neste particular pode-se entender nessa expressão, em que pese o conceito nietzscheano, a justificativa do uso da ação direta pelos anarquistas.



eventuais e que unicamente assim pode ser explicado totalmente, não resiste a uma consideração mais séria<sup>249</sup>.

Rocker não descarta por completo a eficiência do método materialista-histórico, considerando inclusive que este já se verificava em Saint-Simon, Louis Blanc, Proudhon e Considérant. Contudo, afirma com taxativa convicção:

O erro fundamental desta teoria consiste em equiparar as causas dos acontecimentos sociais às causas dos fenômenos físicos. A ciência se ocupa exclusivamente dos fenômenos que operam no grande quadro que chamamos de natureza e estão, por consequência, ligados ao tempo e ao espaço e sendo acessíveis aos cálculos do intelecto humano. Pois o reino da natureza é o mundo das conexões internas e das necessidades mecânicas, é nele que todo sucesso se desenvolve de acordo com as leis de causa e efeito. E neste mundo não há nenhuma casualidade, qualquer arbitrariedade é inconcebível. Por esta razão conta a ciência só com feitos estritos; um só feito que contradiga as experiências feitas até aqui, que não se deixe integrar na teoria, pode converter em ruínas o edifício doutrinário mais engenhoso<sup>250</sup>.

Sem dúvida, as considerações do anarquista alemão fazem parte de um contexto específico de resistência ao pensamento preponderante de Marx, principalmente no que ele continha de político. Todavia, abstraídas as intencionalidades ideológicas contidas nos argumentos, esses se prestariam muito bem aos grupos revolucionários minoritários nos anos 40 e 50<sup>251</sup>, no que se refere a parâmetros doutrinários alternativos ao marxismo. Tanto mais depois das evidências da rigidez do “socialismo realmente existente”, de seus expurgos, perseguições e inaptidão para promover valores democráticos.

249 Rudolf Rocker. *Nacionalismo y Cultura*. Madrid: Ed. Reconstruir. s.d., p. 15. (Originalmente escrito em alemão, a tradução do livro foi realizada por Diego A. Santillán, em 1949).

250 *Ibidem*, p. 16.

251 Em muitos aspectos, o que aparece nas linhas redigidas por Rudolf Rocker servirá à formulação de uma potente crítica ao modelo burocrático soviético, bem como aos seus epifenômenos.

O episódio da Clevelândia, como aspecto inequívoco da intolerância governamental, não foi menos um alerta contra toda a forma de arbítrio. Não representou apenas a tirania de um único mandatário. Como se viu, o campo de desterro só foi possível por força de uma legenda perversa, reforçada na República, mas que não se circunscrevia a ela. Nesse sentido, os inúmeros relatos de martírios, que formaram uma narrativa comum, não depunham apenas contra o presidente Arthur Bernardes e seus ministros. O fato teve alcance maior, uma extensão que não deixaria de servir para contrastar concepções políticas, ainda que no mesmo campo revolucionário.

A Clevelândia sozinha não foi responsável, nem explica a marginalização do sindicalismo revolucionário, ainda que tenha revelado certos particularismos na escolha dos segmentos deportados. A repressão nunca é, apenas ela, o motivo de uma grande crise. Contudo, como fato concreto, o desterro do Oiapoque não pode ser ignorado, menos ainda encarado tão somente como martírio de um determinado grupo. No conjunto, ele representou o sintoma de um quadro complexo, que não deixaria de se agudizar e que, no caso dos sindicalistas revolucionários, teve consequências deletérias. No período seguinte, as leis, decretos e políticas de repressão dos governos do pós-1930, é que, na prática, encerram o ciclo do sindicalismo livre no Brasil. Nesse sentido, o vetor social<sup>252</sup> que, por três décadas, havia promovido e destacado o anarquismo na cena pública perdeu muito de sua vigência. E, com ele, os anarquistas perdem igualmente a visibilidade da qual haviam desfrutado até então.

---

252 Sobre a aplicação do conceito “vetor social”, ver o texto de: Alexandre Samis. *Bandeira Negra em Pátria Oliva. In: Eduardo Colombo (coord.). História do Movimento Operário Revolucionário.* São Paulo: Imaginário/Expresão&Arte/ IMES, 2004.

# ANEXOS

## ANEXO I

“A história de nossa deportação é muito simples. Presos na manhã do dia 22 seguimos à noite para o Rio, da estação do Norte, bem fechados num *carro especial* e guardados à vista por soldados de armas embaladas. O nosso desembarque deu-se em Cascadura, onde três ‘viúvas alegres’ e uns trinta soldados nos levaram para a Detenção. Nela nos trancafiaram numa solitária. No Rio, porém, felizmente, há o costume de se dar comida aos presos.

Sáímos da Detenção às duas horas da tarde, indo diretinho para o cais da Praça Mauá, embarcando numa lancha à gasolina que nos levou alto mar, à espera do ‘*Mafalda*’, que ainda não se encontrava atracado.

Uma vez dentro da lancha um sujeito, que disse ser o secretário do cônsul italiano, com uma tira de papel e um lápis na mão, nos pedia si havíamos a reclamar ou tomar alguma deliberação sobre as nossas famílias. Mandei-o às favas. Um secreta nos ofereceu dinheiro *que recusamos*, apesar de estarmos com os bolsos vazios. Além da expulsão, o escárnio de uma esmola!

No tempo em que estivemos presos em S. Paulo, afora o Zanella não fomos interrogados. As únicas autoridades com as quais tivemos contacto foram os secretas. Não nos foi permitido também despedir-nos das nossas famílias. O Zanella deixou quatro filhos brasileiros”<sup>1</sup>.

---

1 AEL. *Spartacus*, 13/12/1919.

## ANEXO 2

“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º Provocar diretamente, por escrito ou por qualquer outro meio de publicidade, ou verbalmente em reuniões realizadas nas ruas, teatros, clubes, sedes de associações, ou quaisquer lugares públicos ou franqueados ao público, a prática de crimes tais como dano, depredação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a atual organização social:

Pena: prisão celular por um ano a quatro anos.

Art. 2º Fazer pelos meios indicados no artigo antecedente, a apologia dos crimes praticados contra a atual organização social, ou fazer, pelos mesmos meios, o elogio dos autores desses crimes, com o intuito manifesto de instigar a prática de novos crimes da mesma natureza:

Pena: prisão celular por seis meses a um ano.

Art. 3º Si a provocação que trata o art. 1º for dirigida diretamente a militares, praças ou oficiais de corporações militarizadas da União ou dos Estados ou si a apologia ou o elogio do que trata o art. 2º forem feitos perante os mesmos militares, praças ou oficiais de corporações militarizadas da União ou dos Estados:

Pena: prisão celular, no caso de provocação por dois a cinco anos; no caso de instigação por um a dois anos.

Art. 4º Fazer explodir em edifícios públicos ou particulares, nas vias públicas ou lugares franqueados ao público, bombas de dinamite ou de outros explosivos iguais, ou semelhantes em seus efeitos aos da dinamite:

Pena: prisão celular por um a quatro anos.

Art. 5º Colocar, nos lugares indicados no artigo anterior, bombas de dinamite ou de outros explosivos iguais ou semelhantes em seus efeitos aos da dinamite:

Pena: prisão celular por seis meses a dois anos de prisão.

Art. 6º Fabricar bombas de dinamite ou de outros explosivos iguais ou semelhantes em seus efeitos aos da dinamite, com o intuito de causar tumulto, alarma ou desordem, ou de cometer alguns dos crimes indicados no art. 1º ou de auxiliar a sua execução:

Pena: prisão celular por seis meses a dois anos.

Art. 7º Provocar diretamente pelos meios indicados no art. 1º a prática de crimes tais como dano, depredação, incêndio, roubo, homicídio:

Pena: prisão celular por seis meses a dois anos”<sup>2</sup>.

### ANEXO 3

“Art. 1º Fica criado o Registro Geral de Polícia, que constituirá uma seção da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, para o fim de auxiliar as diligências e pesquisas policiais e fornecer atestados de vida, estado civil e residência dos habitantes desta Capital.

Art. 2º Para o registro de Polícia serão criados um arquivo geral, com sede na Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, e tantos outros, denominados distritais, quantos forem os distritos policiais.

Art. 3º Esses arquivos serão organizados de acordo com as comunicações fornecidas aos distritos policiais pelos moradores de prédios situados no Distrito Federal.

Art. 4º As comunicações de que trata o artigo precedente, cujo modelo será fornecido pela Polícia para ser preenchido e deverão ser assinadas, pelo declarante, constarão de três vias, uma das quais, depois de visada pela autoridade policial, ser-lhe-á devolvida e valerá como recibo de apresentação.

Das outras duas, depois de verificadas pela autoridade local, uma ficará na delegacia do distrito para o arquivo distrital, e a outra será enviada, dentro de 48 horas, à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública para o arquivo geral.

Art. 5º Para os efeitos da administração, a seção do Registro Geral de Polícia fica provisoriamente incorporada à subinspetoria do <Arquivo e Expediente>, sob a chefia de um investigador de 1ª classe que terá tantos auxiliares e datilógrafos quantos forem julgados indispensáveis ao cabal desempenho do serviço”<sup>3</sup>.

---

2 AN. IJ 6 – 396.

3 AN. IJ 6 – 396.

## ANEXO 4

No artigo 4º da Lei:

“Fica criada e será oportunamente instalada a Quarta delegacia auxiliar, à qual competirão os serviços ora a cargo da Inspetoria de Segurança Pública”.

Parágrafo 1º – Ficará, então, suprimido o lugar de Inspetor de Segurança Pública, passando o quarto delegado auxiliar a ter os vencimentos deste.

Parágrafo 2º – Os sub-inspetores passarão a denominar-se inspetores, sem argumento de despesas.

Parágrafo 3º – O quarto delegado auxiliar prestará informações diárias ao chefe de polícia sobre o que interessar à segurança pública, de acordo com as suas atribuições, e fornecerá aos demais delegados auxiliares e de distrito, espontaneamente ou por solicitação destes, os esclarecimentos necessários ao serviço de manutenção da ordem, prevenção e repressão de crimes, atendendo também as requisições de agentes de segurança, que lhe forem feitas pelos outros delegados auxiliares para serviços que lhes estejam afetos”<sup>4</sup>.

## ANEXO 5

“Lisboa, Limoeiro, 15 de janeiro de 1924. (o ano correto da carta é 1925).

Presado camarada A. Motta. Tenho presente a última carta que endereçaste aos camaradas de ‘A Batalha’, e que lá junto a qual enviaste o recorte da ‘A Notícia’, com a inserção de tão bombástico quanto fantástico telegrama a respeito da imaginária fuga de que eu teria sido herói.

Desgraçado daquele que tem de fazer jus a uma campanha como a que a polícia do Rio me moveu, que debeles tudo se imagina e diz, quando se deseja criar um ambiente de desmoralização.

Isso que está a suceder comigo não me espanta visto que a imprensa vive amordaçada e só pode publicar o que seja matéria prestigiadora dos

---

4 AN. IJ 6 - 396.

atos governamentais. Os dois jornais que poderiam falar bem de mim, no Rio, não o fazem, não só pela mordaca que os tolhe, também porque atendem, mais do que a situação de seu ex-redator, aos seus interesses políticos e mercantis.

‘*A Plebe*’, essa, pode-se dizer, *está morta!* E ninguém sabe quando ressurgirá como noutros tempos, das cinzas que dela mesma fizeram!

De que devo, pois, esperar alguma coisa no sentido de me reabilitar moralmente aos olhos daqueles que são nossos camaradas, eram homens meus amigos e da minha obra de propaganda? Nada melhor que esperar que o tempo fale.

Agradeço-te o interesse que tomaste por mim e peço-te que não deixes de me dar notícias tuas, como de todos os nossos e do nosso hoje esfacelado movimento.

Sei o que vos aconteceu embora por alto, porque F. me escreveu do lugar onde está.

Como vês, continuo preso. Talvez vá responder em fins de Fevereiro. E como não há provas de que eu tenha sequer conivência no atentado, é provável que me absolvam. Receio, entretanto, que a justiça de meu *país* seja vesga demasiadamente, como tantas vezes tem sido!... Peço-te que me envies todos os recortes de jornais que, compreendes, poderem interessar-me.

Recebe abraços do camarada e amigo certo Marques da Costa”<sup>5</sup>.

## ANEXO 6

“República Brasileira – entrou em um período repressivo. Estão nos calabouços do governo civil três operários iniquamente expulsos da nação irmã.

(...) A sedição militar de São Paulo que estalou em 5 de julho transato (sic) serviu para os diligentes da clerical e reacionaríssima república brasileira praticarem os maiores atropelos e violências.

A revolução militar, nitidamente militar, de S. Paulo, foi um pretexto para o governo federal e o seu reacionário presidente, o cretino jesuíta Arthur Bernardes, exercerem perseguições civis.

5 AEL. *A Plebe*, 12/2/1927.

Está-se daqui a ver o absurdo, perseguir civis por um movimento de caserna, envolver paisanos em conflito só capaz de ser sentido e compreendido pelos que envergam uma farda militar.

(...) Nem alguns jornais apolíticos burgueses escaparam. Do jornal *A Pátria* foi metido a ferros o seu próprio diretor Dr. Dinis Júnior. Da *Vanguarda* foi preso o seu diretor-proprietário, Dr. Oséias Mota.

O *Correio da Manhã* também foi atingido pela absurda perseguição. Encontram-se a ferros o seu proprietário, os diretores e gerentes, respectivamente os srs. Edmundo Bittencourt, Paulo Bittencourt, Mário Rodrigues e Duarte Félix Resende. De *A Nação* também foram detidos os srs. Leônidas de Rezende e Mauricio de Lacerda.

No movimento anarquista a polícia fez uma verdadeira *razia*.

O nosso camarada Fabio Luz, um dos maiores escritores brasileiros, apesar de sua avançada idade, não foi poupado e teve de sofrer as brutais violências policiescas.

José Oiticica também foi envolvido. Este nosso camarada, que é um dos vultos de maior destaque na intelectualidade brasileira, professor, poeta, prosador, crítico e dramaturgo, homem duma atividade colossal, também está a ferros. Igual destino tiveram António Vaz, Vicente Llorcer (sic) [Llorca], António Salgado e Augusto Pizzeti.

A organização operária – que terá a organização operária com revoltas da tropa! – também foi alvejada pela perseguição.

Os operários portugueses José Paiva, Joaquim Rodrigues e Marques da Costa sofreram inclemências durante longa incomunicabilidade que durou cerca de 30 dias. Depois sem que nada se tivesse provado contra eles, foram deportados para Portugal, aonde chegaram anteontem a bordo do *Deseado*.

Ao desembarcar no país em que nasceram, tiveram logo de entrada, de receber da polícia portuguesa as suas habituais delicadezas, delicadezas que consistiram em manter nos calabouços do governo civil as três vítimas inocentes do governo brasileiro.

Singular maneira de receber indivíduos que vêm para Portugal, devida uma violência injustificável. Esta polícia, na sua ânsia de mostrar o seu zelo na defesa da sociedade existente ainda líquida em acéfala, se o não é, há muito tempo, como os seus atos afirmam.



É necessário, porém, que a polícia se convença que o fato de ser-se deportado devido a uma arbitrariedade não constitui crime e que, portanto, não podem conservar-se presos os três portugueses iniquamente expulsos do Brasil”<sup>6</sup>.

## ANEXO 7

“O governo de Arthur Bernardes rompeu definitivamente a Carta Constitucional, chamada magna! trabalhadores do mundo agitai-vos, boicotando o Brasil!

Protestai em concorridos comícios; agitai-vos em favor das vítimas da política, que gemem prisioneiros nos ergástulos e sofrem as feridas produzidas pela polícia do malfadado governo Bernardes. Operários, irmãos, atendei-nos! Nós pedimos vosso concurso para esta santa cruzada contra a tirania e despotismo desonesto desse homem, atual presidente da república, criatura de outro infame governo de Epitácio Pessoa, ambos rabadilha da igreja romana, sacristãos do Cardeal Arcoverde, contra todos os apregoados princípios da democracia republicana.

Operários manuais e intelectuais, que viveis do esforço braçal e da pena, é vosso apoio que nós queremos e invocamos, pois que não nos é mais possível defender os ideais anarquistas, perseguidos tenazmente e por todos os modos pelos miseráveis colaboradores desse homem nefasto!

Os camaradas prisioneiros são chibateados diariamente, principalmente os operários que estão no vapor *Campos*, do Lloyd brasileiro, tais como Pedro Carneiro, Domingos Passos e diversos outros carpinteiros, pintores, que lá estão trabalhando sem salário para uma empresa particular, contra todos os princípios de humanidade!

Até quatro horas da manhã, fazem-nos levantar, nus, na proa do navio, onde um pelotão de presidiários militares, de baioneta calada, os martiriza com jactos de água fria atirada por mangueiras de bombeiros, expostos aos ventos frios do mar. O que cai, ao impulso do forte jorro de água, é levantado a coice de armas... Companheiros!...

---

6 BVO. *A Batalha*, 22/8/1924.

É crível que sofram sem vossos protestos e sem vossa solidariedade, e morram nossos melhores propagandistas e escritores da nossa causa? A razão destes horrores é a sedição militar de 5 de julho, em São Paulo, como se nós anarquistas pudéssemos ter algum compromisso com qualquer governo. Somos contra todos os governos, contra todas formas de opressão, contra o Estado. Entretanto estão presos companheiros como José Oiticica, que escrevia no *Correio da Manhã*, cuja circulação está impedida, bem como se acha o órgão sindicalista-anarquista '*A Plebe*' e processado seu gerente Rodolfo Filipe.

A federação operária do Rio de Janeiro continua fechada e seus propagandistas na prisão, deportados, e os restantes vivem sob contínuas ameaças!

Trabalhadores da Argentina, de Paris, de Roma, de Berlim, de Cuba e do mundo inteiro, onde o Brasil tem representação diplomática e embaixadores, organizai, enfrente a essas legações, comícios de protesto em favor dos anarquistas, vítimas da prepotência de Arthur Bernardes!

Queremos a libertação do nosso camarada professor José Oiticica, de Domingos Passos e de Pedro Carneiro, bem como os que se acham presos pelo fato de professarem ideais socialistas e de reforma social! Liberdade para as vítimas da ditadura brasileira!

Salve! Três vezes salve! Anarquia, única salvação do mundo!"<sup>7</sup>.

## ANEXO 8

"Foi ali, neste virgem recanto terráqueo, às margens do magnífico Ciparini, que no dia 1º de Maio de 1925 nos reunimos, Biofilo Panclastra (sic), Domingos Braz, Antonio Salgado, Manoel Gomes, Manoel Parada (sic), Antonio Alves da Costa, eu e uns três ou quatro infelizes, de quem esta sociedade fez ladrões e alguns colonos locais, para realizar a sessão de protesto contra a exploração capitalista e estatal.

Com que ardor e entusiasmo foram cantados a Internacional e Filhos do Povo! Com que vontade e sinceridade foram pregadas as máximas de liberdade e fraternidade ideal e progresso.

---

7 **BVO.** *A Batalha*, 13/1/1925.

A tarde ia morrendo quando as últimas estrofes do 1º de Maio reboavam ainda entre as frondosas e seculares árvores dos arredores.

Do alto da elevação, onde se acha situada a cabana, descortina-se a perder de vista a exuberante floresta.

Hélios dourava com seus efervescentes raios as nuvens que, em revoada, corriam no espaço. O dia, com que fugindo às trevas invasoras, sumia-se em direção ao poente.

Torquato, um dos colonos presentes á reunião, como que tocado pela poesia da natureza, tal qual Loredano de José de Alencar, disparou o rifle em direção à mata.

Sáímos todos em direção às nossas tocas. Sentimo-nos tonificados pelos resultados que a expansão traz às almas idealistas”<sup>8</sup>.

## ANEXO 9

“De madrugada, mais ou menos às 4 ½ horas, o Corneteiro tocava alvorada, e os soldados ‘Carlinhos’, ‘124’, ‘Alemãozinho’, os dois ‘Cabos’ juntos com os ladrões que auxiliavam o espancamento de presos sociais e eram o ‘Moleque 7’, ‘Júlio Nascimento’, ‘Narciso’, ‘Rio Grande’ (os cáftens) ‘Bolinha’, ‘Boneco’, ‘Dente de Ouro’; estes levantavam os presos debaixo de pancadaria, e saíamos nus do porão para o convés submetidos ali entre outros sacrifícios, ao de entrar debaixo do esguicho de uma mangueira de água salgada tocada por um motor, e os soldados com borrachas maciças espancavam os presos, e depois destes martírios tínhamos que vestir a roupa sem o direito de enxugarmos, e formados saímos todos em volta do convés, velhos, moços, aleijados, e na frente um soldado fazia-nos correr acelerado, e quando alguns pelo seu estado de fraqueza caíam no chão, eram levantados a poder de pancadas. Depois destes castigos entregavam-nos uma caneca, com um pouco de mate, e um pedaço de pão que não pesava mais de 50 gramas e ao terminar de engolir esse pouco de chá formávamos outra vez e íamos picar ferrugem e pintar o casco do navio com zarcão (de vez em quando os soldados nos davam lambadas), até às 11 horas, quando recebíamos num prato de folha um pouco

8 BVO. *A Batalha*, 13/1/1925.

de feijão mulatinho, uns pedaços de ossos (porque a carne era tirada para as comidas especiais) e um pouco de farinha de mandioca, e assim mesmo esta ração era reduzida pelo célebre comissário de bordo, ‘Alfredo’”<sup>9</sup>.

## ANEXO 10

“Camaradas:

Os horrores da Clevelândia ressurgem: o Governo Provisório, que fez do Brasil um vasto cárcere para o proletariado, redobra, neste momento, as perseguições, as torturas contra os trabalhadores revolucionários: COLÔNIA DE DOIS RIOS: ILHA DOS PORCOS: FERNANDO DE NORONHA: Todos estes lugares de suplícios foram pouco à sede de vingança de GETÚLIO VARGAS, GOES MONTEIRO e seus comparsas contra os lutadores proletários que abriram e abrem os olhos das massas contra o ludíbrio da chamada ‘revolução liberal’. E eles revivem, agora, a maldita CLEVELÂNDIA.

Foram embarcados, no dia 17 no vapor *Santos*, para aquela tenebrosa região do extremo norte, o tecelão SAUL GLIQUER, os alfaiares Luiz Mintz, Israel Spinder e Benjamim Baumen, o padeiro Walter Bianbaum, os marceneiros – Abrhaão Bornstein e Andre Rogonikof. Os empregados no comércio Manoel de Almeida, o garçom José Dainausky os pedreiros Salomão Janovsky e Baruche Zell e o soldado Samuel Janes: uns foram tirados da infernal Colônia de Dois Rios, onde se achavam, alguns, há 20 meses; outros saíram dos infectos porões da Casa de Detenção. Todos se destinam à mortífera região do Oiapoque.

Camaradas:

O SOCORRO VERMELHO DENUNCIA às massas o fato como o mais hediondo crime praticado pelo Governo Provisório contra o proletariado. Todos se recordam, mais ou menos, do que aconteceu aos operários e soldados que, durante o governo BERNARDES foram mandados para a CLEVELÂNDIA: MAIS DA METADE MORREU E O RESTANTE ADOECEU, devido às condições de insalubridade da terra: NENHUM ESTRANGEIRO ESCAPOU: e os que o Gover-

9 BVO. *A Batalha*, 13/1/1925.

no Provisório envia agora ao célebre matadouro, são estrangeiros em maioria. PATENTEIA-SE, AHI, O PROPOSITO CRIMINOSO DE GETÚLIO, GOES MONTEIRO & CIA.

CAMARADAS:

No momento do embarque, no cais do porto, um operário destacou-se e, com a maior audácia, firmeza e energia proletária, fez uma ardente profissão de fé revolucionária: ‘TODAS AS TORTURAS, TODAS AS MISÉRIAS, NADA IMPEDIRÁ A MIM E A MEUS COMPANHEIROS DE CONTINUARMOS A DEFENDER O IDEAL COMUNISTA, A CAUSA DE TODOS OS TRABALHADORES: que com a atividade: que confiança na força do proletariado’: aquele lutador deu, assim, um exemplo do valor dos revolucionários proletários, o qual deve servir de incentivo às massas e a cada militante da revolução!

CAMARADAS:

Salvemos os presos – políticos – proletários que foram mandados para morrer na CLEVELÂNDIA! Mas isto, não o conseguiremos sem luta! Preparemos e desencadeemos, pois, a luta! Nenhum trabalhador pode fugir a este dever de classe! Lutar sem quartel contra os assassinos dos trabalhadores! Tudo nos está mostrando que OU LUTAMOS PELAS LIBERDADES PROLETÁRIAS OU MORREREMOS NOS CÁRCERES, NAS ILHAS MALDITAS OU NAS TRINCHEIRAS DA GUERRA IMPERIALISTA!

Operários de fábricas e empresas! Sindicalizados ou não sindicalizados! Trabalhadores sem distinção de partido! Todos somos irmãos de classe! Unamos nossas mãos para numa potente frente única, opor toda a nossa energia e nossa coragem contra os métodos de bárbara opressão do Governo Provisório de GETÚLIO, GOES MONTEIRO E COMPARSAS! FAÇAMOS GREVES DE MASSAS, EXIGINDO, AO LADO DE NOSSAS MENORES REIVINDICAÇÕES ECONÔMICAS, O REGRESSO AO RIO DOS OPERÁRIOS SOLDADOS MANDADOS PARA A CLEVELÂNDIA. E SUA IMEDIATA LIBERDADE! A luta pela liberdade desses lutadores e de todos os presos políticos proletários e ao mesmo tempo a luta pela vida, pela vida e a liberdade de todos os explorados e oprimidos!

ABAIXO A REAÇÃO! ABAIXO A CLEVELÂNDIA! ABAIXO O FASCISMO! VIVA A UNIÃO E A LUTA PELA LIBERDADE DE TODOS OS TRABALHADORES! VIVA O SOCORRO VERMELHO INTERNACIONAL!

Março, 934. O C. R. do Rio do SOCORRO VERMELHO DO BRASIL (sec. do SVI)<sup>10</sup>.

## ANEXO II

“De 1910 para cá, todos os presidentes têm tido uma ‘política operária’.

A mais bem intencionada de todas foi a do Marechal Hermes da Fonseca, cujas disposições não foram todavia compreendidas pelos padereros sindicalistas. Um certo número de cavadores, soube no entanto explorar a boa fé do marechal e desviar para seu próprio proveito aquilo que deveria beneficiar a todos.

A política operária do presidente Wenceslau foi uma política de vistas curtas, um ensaio mal amanhado de sindicalismo católico-governamental.

O presidente Epitácio, esse, fez uma política operária à altura dos seus processos. E dizendo isto, temos dito tudo.

Quanto ao governo atual, ele segue, na sua política obreira, uma linha sinuosa e obscura. Dado o caráter reacionário do atual governo, previa-se fosse sua política operária uma obra de repressão ilegal e sistemática, semelhante à dos governos de 'ditadura branca' da Europa (Hungria, Iugoslávia e Espanha). Estamos a ver, porém, que ele trilha um caminho algo diverso, aliás dentro da ordem da sua política geral. É em suma essa política uma tentativa de 'domesticação' do proletariado, uma manobra sorrateira de encurralamento corporativo e político.

O instrumento dessa política é a Confederação Sindicalista Cooperativista organização que sempre acompanhou a missa dos presidentes anteriores e tem sempre vivido à sombra da proteção oficial.

A Confederação Sindicalista Cooperativista era até aqui uma instituição obscura, sem ligação alguma com o proletariado avançado. Por isso, para realizar sua obra de domesticação, necessitava o sr. Sarandy Raposo de uma ponte sobre a qual ele se pudesse passar ao campo sindicalista revolucionário afim de nele desenvolver as suas manobras.

Como encontrar essa ponte miraculosa? Da seguinte maneira.

---

10 O panfleto carece de maiores cuidados de revisão; foi, muito provavelmente, um primeiro rascunho.

O Executivo, ou melhor, o Executivo Ampliado da Internacional Comunista de Moscóvia aconselhava aos comunistas de todos os países a realização de 'frente única' das massas proletárias sobre o terreno das ações imediatas. O sr. Sarandy antecipando-se aos comunistas, tingiu de encarnado a pontinha das unhas e os lábios e chegou-se a eles dizendo-lhes: 'Aqui estou, simpáticos! Venha de lá essa frente única!'

Como a tática da frente visa 'tão-somente' dar ensejo aos comunistas de entrar, resolver e captar as massas das organizações reformistas, os nossos generais da estratégia comunista, com seu maquiavelismo caipira, viram nas ofertas suspeitas do sr. Sarandy um meio fácil e cômodo de chegar aquele resultado. Mal sabiam eles que o ladino Raposo nutria precisamente as mesmas intenções – não a fim de captar as massas do partido porque estas, o trigo com que se há de fazer ainda nem semeado foi, mas no propósito de servir-se do partido como escudo para poder penetrar com segurança nos arraiais revolucionários.

Foi nessa manobra muito bem sucedida e agente da política operária oficial, que dos comunistas conseguira tudo o que queria, sem lhes dar nada do que eles cobiçavam. Suas massas, célebres 100.000 soldados desconhecidos da C.S.C.B. continuam inacessíveis como alua e a obra de domesticação alcançou um dos postos principais de sua rota, que é o reconhecimento dos arraiais avançados. Perderam estes uma das fontes do seu próprio prestígio, que era a ignorância do seu valor e da sua situação exatas. Hoje, os agentes da domesticação, os colaboradores da política operária oficial, conhecem perfeitamente as posições do proletariado revolucionário do Rio de Janeiro. Nas colunas do '*Pais*', o chefe da domesticação tem esmiuçado bastante esse interessante assunto.

No meu ponto de ver, o sr. Sarandy Raposo pretende dar uma nova direção ao sindicalismo reformista do Brasil, que até agora tinha caráter inofensivo de sindicalismo chaleirante, e que se aproximaria daqui por diante um pouco do tipo do sindicalismo fascista.

A inclusão de um certo personagem na nova diretoria que o sr. Sarandy recomenda ao sufrágio das suas massas foi o raio de luz que acabou de esclarecer ante os meus olhos a natureza dessa extraordinária confraternização que deve direito de cidade na folha oficiosa deste governo ao bolchevismo russo.

A tal diretoria, notei eu, é uma obra-prima do ecletismo. Nela vemos, ao lado do sr. Alves de Souza, respeitável redator do '*O País*' e por conseguinte amigo da 'ordem constituída' e da orientação liberal do preclaro dr. Arthur Bernardes, o sr. Mauricio de Lacerda, '*pince-*

*dans-rire* da política conspiratória e, junto ao sr. General Maximino Martins, sereníssima alteza do socialismo ‘leite e mel’, o sr. Joaquim Pimenta, o nosso Duhring nacional, que sobre possuir a profundidade ‘terrivelmente pesada’ do seu mestre alemão, tem ainda a audácia, a falta de escrúpulos e a pobreza fraseológica do mussolinismo.

O sr. Joaquim Pimenta é no cenário político do Brasil uma espécie de ‘*personagio in cerca d’autore*’. Ora, ele se vira para o lado do proletariado e toma as mais afoitas e demagógicas atitudes; não lhe bastando isso, ligou-se ao sr. Joaquim Bezerra, ao sr. Borba, ao sr. Nilo Peçanha; aos ativistas do Exército, a Deus, ao diabo, correndo todos os campos sempre ‘*in cerca d’autore*’ e sem achar nunca quem lhe desse curso legal à effigie heróica.

Que ele perca o seu tempo com o procurar de um autor tutelar, isso é lá com ele e intolerância seria exprobarmos-lhe essa mania. Mas o que seria não tolerância mas convivência imperdoável é o deixá-lo repetir uma após outras as suas sortidas no campo proletário. Sempre que se vai, deixa o proletariado desiludido, cansado, surrado e desorganizado.

Ele sabe explorar a inclinação que as massas populares do norte têm para o Messianismo e para a Canaã que há de vir um dia pela mão de um santo ou de um bandido. Não é uma feia ação, essa de explorar o que há de mais nobre no caráter do caboclo brasileiro – para sacrificá-lo em batalhas mesquinhas de politicagem local, para servir-se dele como se fora um aríete, no assalto das posições políticas?

O autor do nosso Duhring pró-mussoliniano é agora o sr. Sarandy Raposo. Vamos ver o que vai sair dessa aliança realizada com assistência passiva dos comunistas oficiais, que deste modo malbaratam o prestígio da revolução russa, à sombra da qual têm vivido e que é pena seja assim tão mal aproveitado”<sup>11</sup>.

## ANEXO 12

“Dentro da nossa organização não há grupelhos, como pretende o G.C.! Os indivíduos da vanguarda desta associação têm um critério de ação social muito seu, segundo o qual não raras vezes se observa tra-

11 BN. *A Pátria*, 4/5/1924.



balhadores incompatibilizados por questões pessoais se darem as mãos para defender propostas que visam os interesses da coletividade.

Há casos destes, muito recentes, que podiam ser citados. Não o fazemos por desnecessidade.

O que se passou a respeito do G.C. era esperado pelo próprio Grupo. No Rio de Janeiro – melhor, no Brasil inteiro, – são conhecidas as tendências libertárias da U.O.C.C. A orientação de nossa associação, repetimos, é devida à influência dos anarquistas. É devida, em parte, a alguns dos ‘mentores’ do G.C. Estes, quando estavam com os anarquistas, diziam, pela imprensa e em conferências, ‘que os trabalhadores deviam organizar-se para conquistar a sua independência política e econômica, e que, para conquistar tal liberdade deviam começar por exercê-la dentro do sindicato, não se sujeitando à vontade de outrem. O próprio sindicato, ao federar-se, devia conservar sua autonomia’. Porque, incoerentemente, defender agora a centralização de poderes? Porque preconizar a sujeição do indivíduo ao grupo e do grupo à Federação?

Verificada essa incoerência, os operários em Construção Civil, como os das outras indústrias, só podiam fazer uma coisa: recordar os fatos ligados à ‘Coligação defunta...’, e a exemplo do que fizeram então, repelir, senão os adeptos do novo organismo, a orientação que este adota e deseja infiltrar nas organizações operárias.

Foi o que a Construção Civil fez. E fê-lo conscientemente e coletivamente, afirmando mais uma vez a convicção de que ‘de messias, deuses, chefes supremos, nada podemos esperar...’

E os ditadores consideram-se messias...”<sup>12</sup>.

## ANEXO 13

“São dois velhos camaradas que vos saúdam. São dois velhos camaradas que vos saúdam. Longe de vós! Nestas plagas do sul, o nosso pensamento está convosco. Lembrarmo-nos da Construção Civil é recordar as lutas grandiosas do proletariado consciente do Rio de Janeiro. Fostes vós quem fornecestes o maior número de combatentes para os

12 **BN.** *A Pátria*, 16/3/1922.

movimentos de 917, 19 e 21, movimentos estes, que se não atingiram ao nosso sonho idealístico, foram no entanto, belas afirmações da sublime rebeldia que há de levar os povos ao pórtico da liberdade.

Ainda quando os corvos, cobertos de brancas plumas, procuraram mistificar o ideal anárquico, quem foi que forneceu os mais aguerridos batalhadores para o combate ao Partido Comunista?

Fostes vós, camaradas. Foi da Construção Civil que saiu a moção dinâmica que obrigou a separação do joio do trigo, foi ainda da Construção Civil que saiu este grupo de denodados batalhadores que de viseira erguida e peito descoberto, aparou os mistificadores golpes.

À perseguição fostes ainda vós que fornecestes maior número. Perseguições, deportações, cadeias e agressões fascio-comunistas, nada vos tem atemorizado e continuais impávidos na luta pelo ideal contra as mesquinhas ambições dos burgueses e dos pretensos ditadores.

O futuro é a liberdade sem peias, devastando os ares, espancando os bulcões. E o passado este é o do negrume infinito do absolutismo da ditadura antigmada (sic) e do governo do homem pelo homem.

Esta mensagem está subscrita por dois velhos militantes do sindicalismo revolucionário, que têm vindo a dar contínuas provas ao seu amor à causa da emancipação humana. Os seus nomes, todavia, convém ocultá-los... por enquanto. Trata-se de indivíduos cuja liberdade está regulada pelas Chefaturas de polícia...

A beleza deste regime!!<sup>13</sup>.

## ANEXO 14

“Não somente no Brasil mas universalmente, a luta política e a ação eleitoral vêm empolgando as organizações trabalhistas, reforçando o Estado e, portanto, o despotismo dos dominadores, apertando cada vez mais as algemas que prendem as classes operárias.

Todos os partidos políticos, sem distinção de classes, têm-se infiltrado entre as massas trabalhadoras, tentando tomar por assalto a direção de suas organizações para mais facilmente conquistarem altas posições políticas e econômicas, colocando-se acima e contra as populações

---

13 BN. *A Pátria*, 8/7/1923.

e muito especialmente contra as mais pobres, exploradas e oprimidas.

A politicagem tem destruído todos os sonhos de fraternização proletária, de federação internacional do proletariado militante, combatendo e destruindo as organizações que se colocam no verdadeiro campo de ação direta – sem intermediários e sem diretores, na pugna subversiva tendente a fazer baquear – sem a organização de Estados políticos, transitórios ou definitivos – o regime de todos os poderes autoritários de todas as classes dominantes.

- Considerando que todos os partidos políticos que surgiram ou surgem entre a classe burguesa ou entre a classe trabalhadora, são poderosos elementos de opressão econômica e política do proletariado, pois todos, absolutamente todos, defendem a todo transe o capitalismo privado ou o capitalismo de Estado e por consequência o regime do patronato particular ou o patronato governamental; que todos, absolutamente todos, tendem a conservar o ignominioso sistema do salariato;

- que todos, absolutamente todos, procuram sustentar ou organizar o Estado, com os poderes legislativos, destinados a forjarem as leis do privilégio para os dirigentes, e as celeradas leis de exceção e de repressão para o proletariado;

- que todos têm por fim a criação de formidáveis classes parasitárias, magistraturas, burocracias, etc...;

- que todos, absolutamente todos são militaristas, e visam sustentar ou reorganizar o Exército, a Polícia, a instituição da espionagem, o regime carcerário, para aferrolharem as classes trabalhadoras e sufocarem de ferro e a fogo os movimentos revolucionários de caráter social.

Considerando que a tendência dos partidos políticos para a absorção ou encampação de todas as iniciativas do proletariado, suprimindo a autonomia das individualidades e das entidades combativas, é preciso opor o livre exercício das organizações operárias, bem como o dos seus componentes, aproveitando, assim, todas as capacidades para assegurar o triunfo imediato da emancipação que almejamos;

- que ao dogma da obediência, da passividade, da disciplina, que faz descender a moral dos trabalhadores, suprime o princípio da dignidade, apaga o espírito de revolta e fortalece o sentimento de subserviência, a classe oprimida deve responder com todos os princípios de liberdade, com a moral superior dos insubmissos, dos iconoclastas, com a dignificação da personalidade humana;

- que ao princípio burguês da ditadura – princípio maleável, que corrompe o homem, despertando o bárbaro instinto de dominação, incutindo-lhe as bastardas aspirações à governança ou ao mandonismo, lançando-o à luta eleitoral ou a revoluções meramente políticas – o proletariado revolucionário deve responder com a doutrina de greve geral expropriadora, com o postulado da revolução social, isto é, com a insurreição que faça tábua rasa de todos os poderes, de todas as entidades que dominem ou aspirem a dominar os povos e, portanto, a sustentar ou restabelecer por qualquer forma a irritante escravidão.

Considerando que a diretriz da classe trabalhadora, no seu movimento de libertação, encontra-se consignada nas resoluções do 1º, 2º e 3º congressos operários da região brasileira (\*);

- que nestas resoluções encontramos os princípios da autonomia e do federalismo, isto é, a livre função de todas as atividades, as quais facilitam à ação simultânea contra o inimigo comum;(...)<sup>14</sup>.

## ANEXO 15

“Há alguns dias para cá, ou melhor, depois que aos trabalhadores organizados foram apresentadas as bases para uma Federação a funcionar brevemente nesta capital, tenho eu lido nas ‘secções trabalhistas’ de vários jornais burgueses certas e espalhafatosas publicações, segundo as quais, existe aqui no Rio, uma Federação Operária com força capaz..., etc., etc., etc.

Ora essa! E eu que na minha ignorância crassíssima supunha, com grande lástima, não possuímos semelhante organismo, tão útil quanto necessário...!

Como eu andava iludido, santo Deus!

Eu sei e sabem-no todos os trabalhadores sindicados, que já tivemos uma Federação relativamente forte, que possuía uma prometedora vitalidade, mercê dela defender com ardor os ideais duma completa emancipação proletária e duma verdadeira igualdade e fraternidade para todos os humanos.

---

14 **BN.** *A Pátria*, 6/6/1923.

Mas... sabemos também que essa Federação deixou de existir desde que no seu meio, não sei porque cargas d'água, começaram a dominar os elementos politiquieiros do tal partido bolchevista, os quais, com os seus processos dissolventes a estrangularam impiedosamente. Sim, porque ninguém ignora que foram os bolchevistas os verdadeiros estranguladores dessa Federação, e não o contrário como eles agora pretendem malevolamente insinuar aos trabalhadores...

Pois são esses mesmíssimos bolchevistas, esses que como alguém muito bem disse, foram os coveiros da Federação e se-lo-ão também, felizmente, do próprio partido a que pertencem, que vêm à última hora apregoar pomposamente pelos jornais 'que temos uma Federação, que é preciso fortalecê-la e defendê-la de certos e supostos ataques', etc., etc., enfim, esforçam-se para que levemos a sério semelhantes declarações.

Mas, valha-nos Deus, como diria qualquer católico!

Então possui-se a inacreditável audácia de vir publicamente chamar a Federação e de trabalhadores revolucionários! – a um trambolho inútil e prejudicial, conservador por excelência, que se pespegou no meio da estrada proletária, a querer teimosamente tolher os passos àqueles que querem caminhar!! Não, senhores bolchevistas! Viestes demasiado tarde para defender... defender o quê? A vida de vossa própria vítima, um cadáver que já apresenta visíveis sintomas da decomposição...

O que agora é necessário fazer-se é que se ativem os trabalhadores para a formação da Federação que vai surgir, com os sindicatos que a ela já aderiam.

Quanto àqueles que, por qualquer motivo ainda não fizeram, aqueles outros, os poucos restantes que influenciados pelos bolchevistas ainda continuam 'federados', isto é, a pagar mensalidade e sem a menor utilidade as suas quotas à tal Federação, quanto a esses, não nos devemos incomodar com a sua não aderência por enquanto.

Os operários em geral aderirão sem dúvida, logo que vejam uma Federação formada, cujos ideais correspondem plenamente aos seus desejos de emancipação integral, que é, no fundo, o desejo de todos os que aspiram a governar, mas que querem trabalhar no sentido de derrubar todos os governos, verdadeiros empecilhos da felicidade dos homens.

Para frente, pois"<sup>15</sup>.

---

15 **BN.** *A Pátria*, 31/7/1923.

## ANEXO 16

“Quando a F.T.R.J. se dirigiu às associações operárias que lhe negavam a sua adesão, fê-lo confessando peremptoriamente que a sua vida era fictícia (como ainda confessa que é), que era nula a sua ação e declarando 'que era preciso pôr de parte tudo que pudesse impedir um bom entendimento', do qual deveria resultar, ou a sua própria reorganização ou a constituição dum organismo que correspondesse às necessidades federativas dos trabalhadores organizados.

Mais do que esperava, lá no Comitê da F.T.R.J., as associações locais, abstraindo-se dos justificados ressentimentos que existiam, correram ao chamado; e cada qual, pelos seus delegados, expôs com visível clareza e sinceridade os seus pontos de vista a respeito da organização sindical.

Naturalmente, como sempre acontece, houve logo na primeira reunião o inevitável choque de opiniões, como que a demonstração, a impossibilidade do sonhado entendimento...

Mas assim mesmo todos insistiram; uns na esperança vã de ver realizado o seu fantástico sonho de unificação; outros no propósito preconcebido de ir até onde o desejo de fazer triunfar o logro e a capciosidade não fosse contrariado; outros ainda, dispostos a darem todas as provas de que, embora não fazendo concessões de modo a trair os seus próprios sentimentos, não oporiam obstáculos à vontade daqueles que então pareciam dispostos a 'fazer todo o possível pela concretização da organização operária', era todavia isento dos condenáveis 'excessos doutrinários...', alheio ao 'puritanismo' dos elementos anarquistas que pontificam na organização sindical.

E foi sob a mais incerta e indecisa atuação dos militantes antilibertários que se passaram as primeiras semanas e os primeiros meses, de contínuos e recíprocos esforços 'pró-unificação'...

Finalmente, já fartos de esperar que os elementos da 'Eftéérrejóta' apresentassem qualquer trabalho elucidativo, qualquer plano de reorganização, qualquer iniciativa que demonstrasse, ao menos, o porque das reuniões que convocaram; cansados de esperar e convencidos da incapacidade construtiva desses elementos, os representantes das associações autônomas quase todas de tendências anarquistas, começaram a fazer sugestões e apresentar propostas.

Surgiu a moção apresentada pelo Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes, onde os defensores da ‘ditadura proletária’ logo viram uma formidável e intolerabilíssima declaração dos princípios anárquicos.

Constituiu-se uma ‘Comissão Organizadora’ com a incumbência de elaborar as bases de acordo, segundo as quais se deveria operar a federação das associações locais.

Foi quando em realidade se defrontaram e mediram as forças adversas!

Os da ‘Eftéérrejóta’, embora contando com o concurso de sua associações de Niterói, convidadas sofisticadamente para coparticiparem de trabalhos estritamente locais, constataram a sua situação inferior, tanto do ponto de vista mental como moral... e numérico.

E começaram então a obstruir.

A obstruir todas as iniciativas, eles, que estavam ali antes como aliados de Moscóvia do que representantes do seu sindicato; eles que estavam ali para conseguirem a canalização (sic) dos demais sindicatos para o ‘forno’ bolchevisante, centralizando-os, ou para impedir a vitória das tendências libertárias, — resultando daí maiores dificuldades para a conclusão do ‘acordo unificador’, fantasticamente imaginado...

A maioria dos associados que tomaram parte nas reuniões que a ‘Efetéérrejóta’ convocou, mantinha, como mantém ainda, o seu espírito libertário. Não era possível esperar dessas organizações tão grandes concessões que permitissem aos elementos bolchevisantes ver aceites os seus modernos velhos processos de disciplina e centralização. Mas esses elementos tinham em mente ‘conquistar a todo transe os sindicatos para o comunismo’, influenciados que andam pelas teorias de Radek e Losowsky, dois ‘vistosos’ ‘líderes’ das internacionais de Moscóvia, e acharam conveniente, entenderam ser de ‘boa tática’, dar um passo atrás.

No seio da Comissão Organizadora, onde se comprometeram a apresentar um projeto de bases de acordo para a federação local, acabaram por declarar – cremos que depois duma reunião com a C.E. do seu partido – ‘É melhor que as associações só apreciem e discutam as bases que elaborastes’...

Positivamente, inegavelmente, a ideia dos comunistas (?) ‘estava premeditada desde o começo de toda aquela indecente comédia ‘unificadora’! E só não o enxergou quem não queria ver”<sup>16</sup>.

16 BN. *A Pátria*, 2/8/1923.

## ANEXO 17

“Vem estas considerações justificar a imprescindível necessidade de um mais pronto movimento tendente à formação de um organismo composto de sindicatos ou uniões trabalhistas que se resolvam identificar por determinada tendência ideológica – para resolver definitivamente o intrincado problema social moderno.

Da situação aflita do proletariado; na hora presente, em face da situação difícil em que se encontra a falta de um movimento sindical, orientador, reclama a criação de uma Federação Trabalhista no Brasil, em que, aparte dissidências teóricas, todos concorram para a realização daquilo que é substancial, que é a satisfação das necessidades presentes do operariado no Brasil.

Há, em verdade, associações proletárias que apresentam nesta capital o seu caráter retrógrado, sob a tutela de pessoas que exploram em interesses políticos, rotulados sob ideais ‘conservadores’... Esses elementos da situação atual, representam nada menos que a reação capitalista em prolongamento nos centros revolucionários, e por isso mesmo representam um perigo que pode ser tanto mais grave quanto é certo que promovem a discórdia entre irmãos do mesmo ideal que não têm outra força por si senão a sua constante aspiração e a solidariedade.

O caráter ditatorial que assume de presente o comunismo, com as suas tendências de absorção e as suas ambições de mando, revela bem o quanto de necessário se faz a fixação das correntes que tendem para a emancipação integral.

Que os nossos camaradas compreendam bem a necessidade ainda da fundação de um órgão central trabalhista e levem adiante a ideia da fundação da nossa Federação”<sup>17</sup>.

## ANEXO 18

“A União dos Operários em Construção Civil apreciou detidamente as condições em que desejais realizar o ‘acordo tático’, à ‘frente única de

---

17 BN. *A Pátria*, 23/8/1923.



todos os trabalhadores', tomou conhecimento de que todas as associações que aderiram, até agora, ao vosso convite, constatou a diversidade de opiniões existentes de umas para outras associações aderidas, e apreciou os tentamens idênticos, ao atual da Confed. S.C.B., levados a efeito noutros países da Europa e da América do Sul – inclusive no Uruguai e na Argentina – o que resultaram inúteis, precisamente pela heterogeneidade de critérios, pela diversidade de métodos adotados por cada associação ou grupo de associações.

E tendo principalmente em conta:

1° – Que no acordo que foi chamada a realizar com a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro foi esta tratada com a maior e mais flagrante deslealdade – embora tendo voltado, como de fato voltou, para o conseguimento desse acordo, toda a atividade dos seus militantes, toda a sua dedicação e boa-fé, que foi, podemos dizer, o motivo porque ao nosso lado ficou a maioria das associações desiludidas, com as quais estamos hoje na Federação Operária do Rio de Janeiro.

2° – Que os fatos têm provado exuberantemente aqui e no estrangeiro, a impossibilidade da fusão que a C.S.C.B. preconiza – mormente quando essa fusão, ou acordo, não se dá de modo acidental, em ocasiões de luta aberta, por atitudes simultaneamente e espontaneamente assumidas pelas duas partes, de resistência franca contra o inimigo comum (exatamente como nos referentes aos atuais acontecimentos na Espanha).

3° – Que os princípios e a finalidade que são a razão da existência da União dos Operários em Construção Civil não podem admitir o estabelecimento de quaisquer acordos com associações que defendem e procuram conciliar os interesses do Capital e do Trabalho, como a Confederação Sindicalista Cooperativista, que é a expressão máxima dessas teorias, pois que a par das associações estritamente operárias, tem como suas partes integrantes associações retintamente patronais e até militares das quais citamos o Centro Industrial do Brasil, Centro dos Proprietários de Hotéis e Instituto Militar.

A União dos Operários em Construção Civil decidiu não tomar parte nas reuniões que se vêm realizando sob vosso patrocínio, reservando-se para oportunamente agir como sempre, de acordo com os princípios que defende e consente com os interesses do proletariado que deseja fervorosamente emancipar-se.

Isto me incumbiu de vos dizer a assembleia a U.O.C.C. e eu faço na certeza de que sabereis respeitar o direito que temos de pensar e

proceder como nos aconselha a nossa consciência de trabalhadores organizados e experimentados.

Bem-estar e Liberdade.

Ora aí está como eu entendo que deveria ser concebida, pelos secretários da Construção Civil, a devida resposta”<sup>18</sup>.

## ANEXO 19

“Ao presidente da Confederação Sindicalista Cooperativista, que na sua preleção andou envolvendo alhos com bugalhos, eu quero dizer que fez mal em não ter colhido informações seguras acerca do que nós somos em realidade.

Fez mal, o mestre cooperativista em acreditar nas balelas dos que, como Argollo e outros, bajuladores que tais lhe têm contado a respeito dos ‘agitadores estrangeiros’.

Fez mal! Além disso o sr. Sarandy Raposo deu péssimas demonstrações a respeito dos seus objetivos, como organizador do operariado e dos seus sentimentos como adepto dos ideais de fraternidade.

O sr. Sarandy, depois de haver exaltado, num artigo, as qualidades dos elementos anarquistas, acabou por proclamar que estes são os principais desorganizadores do proletariado. E depois de captar as simpatias dos ‘centristas’ declara que os outros, os que não leem pela cartilha ‘das argollas’ e dos Baptistas, são vendidos aos patrões, são agitadores e comparadas coisas mais.

O sr. Sarandy, tem agido, até aqui impunemente. Tem dito o que tem querido dizer de nós, e há entre os trabalhadores infelizmente, quem incense os seus gestos, há quem esteja de bem com o seu procedimento.

Mas isso é vergonhoso. Porque se há traidores, se há quem esteja de acordo com o patronato, este é o sr. Sarandy Raposo que, como presidente da Confederação S. Cooperativista, a quem deseja ver filiadas todas as associações operárias do Brasil (pasmae, oh! gentes!), defende o interesse das duas classes.

O sr. Sarandy quererá negar que o Centro Industrial do Brasil, a

---

18 BN. *A Pátria*, 8/10/1923.

Liga de Defesa nacional, Centro dos Proprietários de Hotéis e outras associações retintamente burguesas fazem parte da Confederação? Querá negar?

O sr. Sarandy, cujas intenções políticas estão sendo exploradas pelos bolchevistas da zona (que por sua vez fornecem meios de exploração política ao sr. Sarandy) querá dizer que a Confederação só defende os interesses das associações operárias? Não querá dizer! Mas se se atrever a tal nós os desmascararíamos com os seus próprios atos.

Pescadores de águas turvas, filadores, candidatos a deputados, a senadores, a ministros, a comissários do povo, a ditadores – tudo tem passado pelo campo dos trabalhadores de todo mundo. Os do Brasil também já têm sido vítimas de muitos embusteiros; e se não se preca-verem agora serão novamente vítimas – e vítimas do mais audacioso de todos os empreiteiros da gamela orçamental<sup>19</sup>.

---

19 **BN.** *A Pátria*, 8/10/1923.



## BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS, D. FERREIRA, J. (orgs.). *A Formação das Tradições 1889-1945 – As Esquerdas no Brasil vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.,
- \_\_\_\_\_ e DEMINICIS, Rafael. *História do Anarquismo no Brasil* vol. I. Rio de Janeiro: EdUFF/Mauad X, 2006.
- ABREU, Mauricio de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988.
- ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.
- \_\_\_\_\_ e DEMINICIS, Rafael. *História do Anarquismo no Brasil* vol. II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Um Homem vale um Homem: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- ALCINO, Pe. Rogério. *Clevelândia do Norte*. Guanabara, Biblioteca do Exército Editora, 1971.
- AMORA, Paulo. *Bernardes: o Estadista de Minas na República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- ARAUJO, Heráclides de Souza. *et al. Boletim Sanitário do Distrito Federal – nº 5*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1923.
- ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. *As origens do Totalitarismo II - Imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária / Ed. Salamandra / EDUSP, 1981.

- \_\_\_\_\_. *Da Revolução*. São Paulo: Ed. Ática / UnB, 1988. ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- ASSIS, Machado de. *Chronicas*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Ed., 1944.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão. *Cérebro Criminógeno: estudo sobre e Etiologia do Crime a partir da Medicalização da Sociedade*. Nova Friburgo: Marca Gráfica e Editora, 2010.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros Desconsolados: O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- BAKUNINE, Mikhail. *O Conceito de Liberdade*. Porto: Edições RÉs, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Bakunin: obras seletas vols. 1 e 2*. São Paulo: Intermezzo, 2016.
- BANCAL, Jean. *Proudhon – Pluralismo e Autogestão*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1984.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio/ MEC, 1981.
- BARBOSA, Rui. *O Divórcio e o Anarchismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas*. vols. XXIV, Tomo III, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Columnas de Fogo*. Rio de Janeiro: Editor Guanabara, 1933.
- \_\_\_\_\_. *A Questão Social e Política no Brasil*. São Paulo: LTr, 1983. BARTHES, Roland. *O grau Zero da Escritura*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti (org.). *Octávio Brandão: centenário de um militante na memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. Vols. 2 e 4. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

- BASTOS, Fernando L. B. *Síntese da História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.
- BATAILLE, Albert. *Causes Criminelles et Mondaines de 1897-98*. Paris: Librairie Dentu, 1898.
- BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- BERNARDO, Antônio Carlos. *Tutela e Autonomia Sindical: Brasil, 1930-1945*. São Paulo: TAQ, 1982.
- BERTHIER, René. *Social-Democracy & Anarchism: in the International Workers' Association 1864-1877*. London: Anarres Editions, 2015.
- BODEA, Miguel. *A Greve de 1917 – As origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: LPM, s. d.
- BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BRANDÃO, José. *Carbonária – O Exército Secreto da República*. Lisboa: Alfa, 1990.
- BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas*. Vol. I. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.
- BRAZ, Domingos. *Dos meus momentos de lazer...* Belem: Typographia Arruda Para, 1927.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas - Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ordem na Cidade: O exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. (org.). *Histórias de Violência, Crime e Lei no Brasil*. Brasília: UNB, 2004.
- CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. *et al. Memória e História*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

- \_\_\_\_\_. *O PCB 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, Elysis de. *Ensaio*. Brasília: Fundação Casa de Penedo/ Universidade Católica de Brasília, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *O Tenentismo na Marinha: primeiros anos – 1922 a 1924*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CASTRO GOMES, Angela Maria de. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil – 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro; Iuperj, 1988.
- CERVO, Amado Luís. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, Editora UnB; S. Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.
- \_\_\_\_\_. & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- CHOMSKY, Noam *et al.* *América – Depoimentos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Notas Sobre o Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- COLOMBO, Eduardo. (coord.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Expressão&Arte/ IMES, 2004.
- CRUZ, Oswaldo. *Relatório Sobre as Condições Médico-Sanitárias do Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1913.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro – 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.
- DEAN, Warren. *A Industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.
- DE BONI, Luís Alberto (org.). *A Presença Italiana no Brasil*. V I e II. Fondazione Giovanni Agnelli/E. Est. Porto Alegre: 1987-1990.
- DE DECCA, Edgar. 1930 – *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.



- \_\_\_\_\_. *A Ciência da Fábrica: o mundo de cabeça para baixo*. 1983, Mimeo.
- DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas*. São Paulo: Obras Sociais e Literárias, 1926.
- \_\_\_\_\_. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história dos padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad/ FAPERJ, 2002.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Bóris. (dir.). HGCB. *O Brasil Republicano – Tomo III – vol. 2 – sociedade e instituições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O Revolucionário Cordial – Astojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa: Teorema, 1994.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira – 1920-1946*. Londrina: Editora UEL, 1999.
- FLEURY, Maurice. *L'Âme du Criminel*. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1907.
- FONSECA, Carlos da. *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História*. Lisboa: Edições Antígona, 1988.
- FREITAS DUTRA, Eliana de. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC/Editora UFMG, 1988.
- GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/NPC, 2007.
- GÓMEZ, Eusebio. *Paixão e Delicto*. Buenos Aires: Edições America Latina, s.d.
- GRASSET, J. *La Responsabilité des Criminels*. Montpellier: Ch. Colin, 1907.

- GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas & Calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Amigos do Livro Naval-Serviço de documentação da Marinha, 1998.
- GUIMARÃES, Luiza Paschoeto. *Pierre-Joseph Proudhon: apropriações e traduções de seu pensamento sobre Educação*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2015.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HAHNER, June E. *Pobreza e Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e Loucura – Medicina, leis e sociedade no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- INGENIEROS, José. *Classificação Nova dos Delinquentes*. Lisboa: Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1912.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia Argentina*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1913.
- \_\_\_\_\_. *O que é o amor?*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1960.
- JANNOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KONDER, Leandro. *A Democracia e os Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LA IGLESIA, Gustavo. *Caracteres del Anarquismo em la actualidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1907.
- LACERDA, Maurício de. *História de uma covardia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LAGO, Mário. *Na Rolança do Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAMELA, Eduardo Carracelas. *Da Instrução dos Trabalhadores à Revolução Social: A formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017.
- LAMOUNIER, Aden Assunção. *José Oiticica: Itinerário de um militante anarquista*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- LEONARDI, Victor & HARDMAN, Francisco Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2ª edição, 1991.

- LEONELLI, Dante. *Direito de Greve*. Curitiba: Livraria do Povo, 1958.
- LEUENROTH, Edgard. (Org.) *Anarquismo – Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.
- \_\_\_\_\_, NEGRO, Hélio. *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Editora Entremares, 2017.
- LIATIFE, H.(org.) *Carta do Egito – Contribuição para a história da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1982.
- LIMA, Azevedo. *Reminiscências de um carcomido*. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza & Cia., 1955.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro vols. I e II*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Rio de Janeiro Operário*. Rio de Janeiro: Acess Ed., 1992.
- LOBO, Roberta. *Memórias de um comunista carioca: a vida de Alberto Francisco dos Santos*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2007.
- LOMBROSO, Cesare. *Los Anarquistas*. Madrid: Jucar, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Homem Delinvente*. São Paulo: Ícone, 2007.
- LOPES, Milton. *Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2004.
- LUDMER, Josefina. *O corpo do delito*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MAGALHÃES, Bruno Flavio de Almeida. *Arthur Bernardes – Estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MAITRON, Jean. *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa: Antígona, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Le Mouvement Anarchiste en France Vols. I e II*. Paris: Gallimard, 1992.
- MARAN, Leslie Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1840 -1920)*. Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1979.
- MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

- MARQUES, Aristides. *Mário Rodrigues, o farsante!* Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1926.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os Brasileiros (Anistia Ontem e Hoje)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MASARYK, Thomas-Garrigue. *Les Problèmes de la Démocratie*. Paris: Librairie des Sciences Politiques et Sociales, 1924.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2003.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Trabalhadores em greve polícia em guarda – Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004.
- MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. Rio de Janeiro: Livraria S. José, 1968.
- MAXWELL, J. *Le Crime et la Societé*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, 1909.
- MAZZEO, Antonio Carlos. LAGOA, Maria Isabel (orgs.). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.
- \_\_\_\_\_. *1930: os órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- \_\_\_\_\_; TRANCOSO, Hugo Cancino; DE LA MORA, Rogelio (Orgs.). *Intelectuais na América Latina* [recurso eletrônico]: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização – Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.
- MINTZ, Frank. *Histoire de la Mouvançe Anarchiste (1789-2012)*. Paris: Noir & Rouge, 2013.
- MIRANDA, Pontes de. *Anarchismo, Comunismo, Socialismo*. Rio de Janeiro: Adersen, 1933.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil*. São Paulo:

- Expressão Popular, 2005.
- MORAES FILHO, Evaristo de. (org.). *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OITICICA, José. *Ação Direta*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, s. d.
- \_\_\_\_\_. *A doutrina Anarquista ao alcance de todos*. Lisboa: A Batalha, 1976.
- OLIVEIRA Júnior, Rômulo J. F. de. *Antonio Silvino: “De governador dos Sertões a Governador da Detenção” 1875-1944*. Recife: Edições Bagaço, 2012.
- PARRA, Lúcia Silva. *Leituras libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930*. São Paulo: CCS-SP, 2017.
- PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. *Tradição e Modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Anna-Blume/Unifeco/FAPESP, 1999.
- PEDROSO, Regina Célia. *Os Signos da Opressão: História e Violência nas Prisões Brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2003.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O Trem da História: A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- PELLOUTIER, Fernand. *O Anarquismo e os Sindicatos*. São Paulo: Imaginário, 2013.
- PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB (1922/1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo: Alfa - Omega, 1979.
- PEREIRA, Victor. *Pedro Augusto Motta: militância e verbo de fogo*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil – 1889-1930*

- *Documentos*. Volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Classe Operária no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil – 1922-1935*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1991.
- PINTO, Alfredo Moreira. *Suplemento aos Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.
- PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. e HARDMAN, Francisco Foot (org.) *Contos Anarquistas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?*. Lisboa: Estampa, 1997.
- \_\_\_\_\_. et. al. *O Pensamento de Proudhon em Educação*. São Paulo: Intermzzo Editorial/IEL, 2015.
- QUEIROZ, Eça de. *Echos de Paris*. Pôrto: Lello, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Obras Completas vol. XV*. Lisboa: Resomnia Ed., 1988. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República*. São Paulo; Brasiliense, 1986.
- RAAT, W. Dirk. *Los Revoltosos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A Editores/FAPERJ, 2001.
- RAPOSO, Sarandy et al. *Sindicalismo-Cooperativista*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística e Publicidade/Secretaria de Estado da Agricultura, 1933.
- REED, John. *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REZENDE, Astolfo. *Relatórios Policiais (1907-1910)*. Rio de Janeiro: Casa Vallella, 1925.
- RIBEIRO, Alex Brito. *Liberdade de Testar: Fábio Luz entre a militância anarquista e a escrita*. Curitiba: Prismas, 2017.
- RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Biblioteca

- Carioca, 1995.
- ROCKER, Rudolf. *Nacionalismo y Cultura*. Madrid: Debrije/Reconstruir, s.d.
- \_\_\_\_\_. *As Ideias Absolutistas no Socialismo*. São Paulo: Edições Sagi-tário, 1946.
- RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e Conflito*. Rio de Janeiro: Editora Arte Moderna. s/d.
- \_\_\_\_\_. *A Oposição Libertária em Portugal – 1934/1974*. Lisboa: Sementeira, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Os Companheiros – 1*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os Companheiros – 2*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os Companheiros – 3*. Florianópolis: Insular, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os Companheiros – 4*. Florianópolis: Insular, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Os Companheiros – 5*. Florianópolis: Insular, 1998. RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil!: histórias das gentes e dos podres na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- SALLES, Iza. *Um cadáver ao sol*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- SAMIS, Alexandre. *Moral Pública & Martírio Privado*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Intermezzo, 2018.

- \_\_\_\_\_. *et al. A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1982.
- SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. *Anarquismo e Formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017.
- SANTOS, José Maria dos. *A Política Geral do Brasil*. São Paulo: J. Magalhães, 1930.
- SANTUCCI, Jane. *Cidade Rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- SARMIENTO, Érica. *Galegos nos Trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2017.
- \_\_\_\_\_ e MARTINS, Angela Roberti. (orgs.). *Revolução Russa: outros autores, cenários, abordagens e perspectivas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina – mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- SODRÉ, Lauro. *Crenças e Opiniões*. Brasília: Senado Federal, 1997.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOLOMONOFF, Jorge N. *Ideologias del Movimiento Obrero y Conflicto Social*. Buenos Aires: Editorial Proyeccion, 1971.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *et al. Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968.
- STADLER DE SOUZA, Newton. *O Anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa* vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



- TORTIMA, Pedro. *Crime e Castigo para além do Equador*. Belo Horizonte: Inédita, 2002.
- TRAGTEMBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.
- VARGAS, Maria Thereza. *Sônia Oiticica, uma atriz rodrigueana?* São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2005.
- VASCO, Neno. *As Doutrinas Libertárias*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Sociais/Typ. Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1913.
- VASCO, Neno. *O Pecado de Simonia*. São Paulo: Centro Ed. Juv. do Futuro, 1920.
- VASCO, Neno. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.
- \_\_\_\_\_. *Geórgicas (Ao Trabalhador Rural)*. Porto: A Comuna, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Greve de Inquilinos*. São Paulo: Entremares, 2018.
- VASCO, Neno e CRISPIM João. *Anarquistas no Sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Terra Livre/Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, 2013.
- VASCONCELOS, Nazianzeno de (Neno Vasco). *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Lisboa: Secção Editorial de *A Batalha*, 1923.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30) – Mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- VENANCIO, Ana Teresa A. e POTENGY, Gisélia Franco. (org.). *O Asilo e a Cidade: Histórias da Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2015.
- VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão – História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.
- WEFFORT, Francisco. *Sindicalismo e Política*. São Paulo: USP, 1972.
- Mimiogr.
- WITTER, José Sebastião. *A Revolta dos Parceiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

WOODCOCK, George. *O Anarquismo*. Lisboa: Editora Meridiano, 1971.

ZAIDÁN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto: 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. et alii. *História do Marxismo no Brasil – O Impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

## LISTA DE JORNAIS CONSULTADOS

*A Plebe – A Voz do Trabalhador – Spartacus – A Communa (Porto) – A Batalha (Lisboa) – A Manhã – Correio da Manhã – A Noite – A Notícia – O Globo – Jornal do Commercio – O Jornal – O Combate – O 5 de Julho – O Estado do Pará – O Paiz – A Nação – O Combate – A Pátria – O Despertar – O Archote – A Bomba – Voz do Povo – Lumen – Dynamite.*

## TESES E DISSERTAÇÕES

Oscar Farinha Neto. *Atuação Libertária no Brasil: A Federação Anarco-Sindicalista*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1985.

Pedro Tortima. *Polícia e Justiça de Mãos Dadas – A Conferência Judiciária-Policial de 1917*. Dissertação, UFF- História, 1988.

Carlo Maurizio Romani. *Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil. Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese de Doutorado, Departamento de História IFCH-Unicamp, Campinas, 2003.

Edson Machado de Brito. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2008.

Renato Luiz Lauris Júnior. *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Dissertação, UNESP- Assis, História, 2009.

Clayton Peron Franco de Godoy. *Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo*

- (1892-1908). Tese, USP-Sociologia, 2013.
- Rodrigo Rosa da Silva. *Anarquismo, ciência e educação*: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). Tese, USP-Faculdade de Educação, 2013.
- Vitor Augusto Ahagon. *A trajetória militante de Adelino de Pinho*: passos anarquistas na educação e no sindicalismo. Dissertação, USP-História Social, 2015.
- Adriano Gonçalves Skoda. *A recepção de Élisée Reclus no Brasil*: uma narrativa científica. Dissertação, USP- Geografia Humana, 2016.
- Leandro Climaco Mendonça. *Jornalismo como Missão*: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920. História, UFF, 2017.
- Eduardo Augusto Souza Cunha. *Editar a Revolta*: Edição e circulação de impressos anarquistas em Buenos Aires (1890-1905). Dissertação, USP-História Econômica, 2018.
- Bruno Corrêa de Sá e Benevides. *O anarquismo sem adjetivos*: A trajetória libertária de Angelo Bendonni entre propaganda e Educação. Dissertação. Unirio- História, 2018.

## REVISTAS, INFORMATIVOS, COLEÇÕES E CÓDICICES

- Guide to the International Archives and Collections at the IISH*, Amsterdam: Cruquiusweg 31, 1019 AT Amsterdam, 1989.
- Historia*. Revue mensuelle, Librairie Jules Tallandier, oct.1968.
- Historia*. Industrie Grafiche Cino del Duca S.P.A – Anno XIV, nº 147–Milano, feb. 1970.
- História – Enciclopédia de Grandes Brasileiros*. São Paulo: Editora Três, s. d.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. vol. 14, IBGE.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária: FGV/CPDOC, 1984.
- O Tesouro da Biblioteca Britânica*. Rio de Janeiro: Nova Froneira, 1994.
- Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros*. 1826 a 1986 – vol. III, Brasília: Centro Gráfico, 1986.
- Relatório da Polícia do Distrito Federal (1927)*. Rio de Janeiro: Imprensa

- Nacional, 1928.
- Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921* – vol. I. Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1922* – Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.
- Revista Civilização Brasileira* – Caderno especial nº 1 (Cinquenta anos de História da Revolução Russa). Nov. 1967.
- Revue Réfractations* nº 7. Paris, 2001
- Verve* (PUC-SP), São Paulo, vol. 2, 2002.
- Revista Vida Policial*. Anos de 1925 e 1926. *Almanaque de A Batalha*. Lisboa: Rolim, 1987.
- Arquivo & História* – Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, nº 1, nov. 1994.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, nº 3, out. 1997. *Cardenos CEBRAP* – Novos Estudos. nº 20, mar. 1988. *História* – Unesp. São Paulo, V. 13, 1994.
- Os Arquivos das Polícias Políticas – Reflexos de Nossa História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Faperj, 1996.
- Dops – A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.
- Cadernos de História – Arrabaldes* nº 3. Niterói: UFF, 1996.
- Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995.

*Colônia penal! Campo de concentração! Eliminação de oponentes! Será possível que tudo isso existiu no Brasil? O livro de Alexandre Samis demonstra isso claramente, mas com um importante adendo: destaca sobretudo o papel dos que lutam por uma vida mais humanizada, socialmente justa e ecologicamente sustentável! Analisemos o livro que agora está sendo publicado (Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil) e veremos as terríveis consequências que o Estado impôs aos militantes operários do início do século XX, pelo simples motivo de lutarem por mais políticas públicas. Com essa obra perceberemos que ainda são constantes os massacres aos que lutam pela terra, aos ribeirinhos, aos indígenas e a todos os espoliados que advogam por uma vida mais digna! Esperamos que ela nos ajude a compreender esse passado ainda obscuro, para que tenhamos um presente de lutas e conquistas e, principalmente, construamos um futuro mais democrático, menos desigual e com evidente pluralidade!*

*Amir El Hakim de Paula  
Professor FCTE-Unesp*



Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

